

O Dominio Colonial Hollandez no Brasil

2386

Desta edição foram feitos quinhentos exemplares, formato 14 x 20 cms., numerados de 1 a 500, edição especial para o

GOVERNO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

Série 5.^a

BRASILIANA
BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

Vol. 123

HERMANN WÄTJEN

O Dominio Colonial Hollandez no Brasil

Um capitulo da historia colonial do seculo XVII

TRADUÇÃO DE

PEDRO CELSO UCHOA CAVALCANTI

Socia do Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano



1933

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

Título do original alemão:

DAS HOLLÄNDISCHE KOLONIALREICH
IN BRASILIEN

*Ein Kapitel aus der Kolonialgeschichte
des 17. Jahrhunderts*

*Casa editora do original Alemão
P. Andress Verlag A. G., Göttingen
1921*

PAGINA DO TRADUTOR

A presente traducção, destinada a figurar entre
as commemorações de Pernambuco ao tricentenario da chegada ao Recife do seu inolvidável
administrador e benfeitor o Conde João Mauricio
de Nassau — Siegen, em 23 de janeiro de 1637, --
e, com a devida vénia, aqui dedicada pelo seu
autór ao

**INSTITUTO ARCHEOLOGICO, HISTORICO
E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO**

como grata lembrança de uma collaboração de
quasi meio século, humilde mas cordialíssima.

PEDRO CELSO UCHÔA CAVALCANTI

DEDICATORIA
DO
AUTOR

*A minha querida esposa
e fiel companheira*

PREFACIO

As folhas seguintes encerram o resultado de estudos de muitos annos, repetidas vezes interrompidos pelo desfavor das circumstancias, sobre as relações da Holanda com o Brasil no seculo 17. Quando nos annos de 1903 e 1904, eu me entregava, em Hayn, à perquisição do Archivo do Levante, -- de cujas pesquisas se originou uma these minha de concurso "Os Neerlandeses na região mediterranea ao tempo de seu poderio maximo" (Berlim 1909), offereceu-se-me a oportunidade de lançar a vista sobre o espólio de manuscritos da primeira Companhia da Hollanda e Indias Occidentaes, conhecida tambem pelo nome de "Companhia Velha" (1621-1674). O Dr. Alberto Telting, (falecido em 1907), amigo ardoroso da Associação Historica Haussentica, e sabio holandez bem conhecido, pelas suas investigações sobre a historia do Direito, punha em ordem nesse tempo esses documentos, e chamou a minha atenção para as peças de mais valor, as cartas enviadas do Brasil ou para o Brasil. Outros trabalhos, e sobre tudo o facto de haver assumido a actividade didactica na Universidade de Heidelberg impediram-me por muito tempo, de attender à instigação de Telting, de applicar as minhas aptidões ao estudo dos documentos Brasileiros. Por outra parte nenhuma convide tinha eu de que para o estudo de tais documentos, fazia-se preciso um conhecimento mais profundo da historia colonial e economica do que aquello de

que eu então dispunha. Depois, porém, que essas lacunas foram preenchidas, com o trato intensivo de problemas da história colonial e mercantil, depois que a matéria se me tornou mais familiar, aproveitei as férias da Pascua, em 1910, para mais de espaço me ocupar com os papéis do Brasil, no Archivo Real de Haya.

Da leitura da respectiva literatura obtivera eu a impressão de que a história externa da colonização hollandeza no Brasil já era assunto como que exgotado, e que, portanto, seria tarefa pouco compensadora, proceder a mais profundas escavações a seu respeito. As *Actas* (*Akten*) convenceram-me do meu engano. Nelas encontrei tal abundância de informes sobre sucessos políticos e militares que não eram absolutamente conhecidos, ou o eram apenas superficialmente, que fiquei em condições de poder introduzir novas linhas no velho quadro, de avivar muitos traços e mais justamente distribuir a luz e a sombra. Proporcionaram-me assim também os Documentos um olhar de vista sobre a organização, administração e condições financeiras da região ocupada pelos hollandezes e permitiram-me conhecer muito mais claramente do que até então havia sido possível, a vida social e religiosa naquelles tempos, bem como as relações dos Europeus para com os Índios e os negros. Entretanto, as informações mais valiosas foram as que obtive sobre o desenvolvimento económico da Colónia, sua produção, seu comércio, navegação, importação e exportação, — coisas estas em que os primeiros a tratarem da matéria somente muito pela rama tocaram, quando não as deixaram simplesmente à margem, em consequência da sua extrema dificuldade. O próprio acervo encontrado, de si mesmo, determinou o caminho a ser adoptado no agrupamento do material e na disposição do trabalho.

Ao começar os meus estudos na primavera de 1910, muito longe estava de prever que somente depois do decorso de uma decade chegaria esta obra ao seu termo. Somente o manuseio dos Documentos do Brasil, conservados em Haya, tomou quasi quatro annos completos. De Agosto de 1910 até o principio do semestre do verão de 1911 foram-me concedidas ferias pela Universidade de Heidelberg para ir á Hollanda afim de dedicar-me exclusivamente ao exame dos manuseriptos. A minha esperança de poder assenhorear-me pelo meios das rumas de *Actas do Ar-chivo da Companhia* não se pôde realizar. Cheguei apenas até o anno de 1642, e montões de Cartas ficaram ainda á espera de disquisição. Julgando, por motivos profissionaes, não dever protrahir a minha li-eeençā, dirigi-me ao Dr. Th. van Riemsdijk, então na administração do Archivo Real de Haya, para consultar-o se não seria possivel alcançar que me fossem enviadas para Heildeberg as peças que ainda me faltavam.

Riemsdijk immediatamente interessou-se pela minha pretenção, perante o Ministerio do Interior da Hollanda, e obteve para mim a concessão de poder examinar na Bibliotheca da Universidade de Heidelberg os referidos papeis de archivo. Do fim de Julho de 1911 até Janeiro de 1914 os fasciculos, um após outro, fizeram a viagem de Haya para a Alemanha do Sul e vice-versa. A generosa obsequiosidade das autoridades hollandezas deram aso a que eu pudesse dilatar os meus estudos em todas as direcções, e me tornasse por fim senhor do gigantesco material posto á minha disposição.

Quanto mais, porém, eu me engolfava no as-sunto, tanto mais erescia em mim o desejo de fazer

uma viagem ao Brasil para proceder *in loco* a mais outras pesquisas. Queria visitar os lugares que tinham estado sob o jugo da Hellanda, adquirir o conhecimento da gente e da terra e ao mesmo tempo lançar os olhos sobre a litteratura brasileira, só fragmentariamente existente na Alemanha. Esperava, igualmente, encontrar também nos archivos do Brasil material manuscripto.

Pela segunda vez solicitei uma licença à Faculdade de Philosophia de Heidelberg e no principio de Junho de 1914 embarquei em Hamburgo. O meu primeiro destino foi o Rio de Janeiro. Durante cinco semanas caseaviihei os depositos do Archivo Nacional e da Bibliotheca Nacional. Conquanto a esperança de descobrir peças originaes desconhecidas se malograsse inteiramente, — quasi nada se acha conservado nas colleções de manuscritos brasileiros, de cartas em original procedentes do periodo hollandez —, todavia o trabalho na Bibliotheca Nacional foi productivo de valiosos resultados. Com espanto observei ao compulsar as Revistas editadas pelos numerosos Institutos historicos do paiz, o interesse que os historiadores brasileiros da Invasão Hollandeza do seculo 17 têm ligado ao assunto e ainda hoje ligam em intensidade cada oscala; bem assim a quantidade de documentos do Brasil existentes no Archivo Real de Mayia que têm sido traduzidos para o Portuguez e publicados em folhas historico-litterarias.

Depois de curta permanencia na Bahia e em Pernambuco, quo scientificamente nada adiantou, e mais consistiu em percorrer a cidade e seus arrabaldes, tomei um vapor da linha da Mala Real em viagem de regresso à patria, convencido de que o clima tropical não me fazia bem e inteiramente desaparecido da tempes-

tude que então se accumulava no horizonte político da Europa.

A irrupção da Guerra Mundial veio frustrar completamente o meu plano de visitar alguns dias seguidos, o Arquivo de Lisboa. Tendo me sido impossível deixar o vapor inglez em Vigo, fui feito prisioneiro de guerra ao desembarcar em Liverpool. Depois de internado quatro dias nessa cidade com outros alemães que tiveram igual sorte, obtive a graça de, "sob palavra", ir para Londres. Em vista de meu posto de official da Guarda Nacional (*Landwehrfizier*), o meu requerimento de libertação foi indeferido. Também resultaram malogrados os esforços de amigos que tentaram a minha permuta por um inglez, internado na Alemanha em 1915.

Em tales circumstâncias bem se pode chamar sorte, ter a magnanima Administração do Museu Britânico concedido a mim, o "alien enemy", o uso de sua famosa Sala de Leitura, depois que um inglez meu amigo offereceu a sua garautia em meu favor.

Quasi dous meses (de 27 de Agosto a 21 de Outubro de 1914), foi-me dado com todo sossego prosseguir em meus estudos, até que a surra brutal da imprensa jacobina de Londres deu o signal para o aprisionamento de grandes multidões de Alemães não-naturalizados, condenando-me também a adquirir a dura experiência, durante sete semanas, da deprimente vida do Campo de Concentração, com todos os seus vexames.

Não é aqui o lugar de descrever os sofrimentos da primeira internação na famigerada Olympia e nos chamados "Navios Negreiros", na fôz do Tamisa. Tendo dois respeitaveis inglezes se responsabilizado por mim, fui, em 8 de Dezembro de 1914, libertado dessa

"prisão defensiva" e pude retomar a tarefa interrompida, na Bibliotheca do Museu Britannico.

Até Maio de 1915 consegui concluir ali os estudos preliminares para a minha obra sobre o Brasil. Mas havia ainda uma dificuldade a vencer, antes que pudesse emprehender o trabalho da redacção definitiva da minha historia. Quasi todos os meus excerptos dos Archivos Hollandeze se achavam desde o começo da guerra na Bibliotheca da Universidade de Heidelberg. Seria, sem dúvida, demasiado arriscada a remessa das cerca de 6.000 notas, — de que não existiam copias — mesmo através de um paiz neutro. A perda desses subsídios viria simplesmente reduzir a nada o meu trabalho de quatro annos de colleccionador! A minha mulher então, por iniciativa propria, resolven mandar tirar copias dactylographadas de todo o material. Ajudada por sua amiga Dra. Marie de Meester, presentemente professora em Tilburg, conseriu ella folha por folha a papelada e pelo obsequioso intermedio do Professor Fruin, actual director do Archivo Real holandeze, enviou as copias revistas, para Londres. E assim o auxilio decidido de minha esposa, a quem por sincera gratidão dedico este trabalho, proporcionou-me o ensejo de empregar utilmente os longos meses de minha situação como prisioneiro de guerra. Mal, porém, tinha eu pegado da pena para escrever, quando em 21 de Julho de 1915 ocorreu a minha segunda internação, em conexão com o caso do Lusitania. Se bem que as condições de vida no acampamento de Wakefield (Yorkshire) fossem consideravelmente melhores que as das internações anteriores, em todo caso a estreiteza do espaço, a intensiva ocupação das cabanas e o incessante rumor excluian a possibilidade de qualquer trabalho científico. Com o coração pesado fui obrigado a despedir-me dos estudos brasileiros.

ros por mais um anno e meio. Em Janeiro de 1917 fui-me dado obter uma das poucas cabanas solitárias existentes no Campo de Concentração, e como dono de cabana, muito invejado, pude cogitar de atacar de novo o trabalho paralysado até então. Com a obtenção, que não me foi difícil, dos massos de notas que haviam ficado em Londres e o auxilio do Professor A. J. Grant, da vizinha Universidade de Leedos, que pôz á minha disposição o material bibliographico impreseindivivel, puderam finalmente ser reduzidos a escripto os primeiros capítulos deste livro, no Campo de Concentração, se bem que em condições de bem pouco conforto e num ambiente nada animador. Como essa actividade actuou vivificadamente sobre o meu estado de espirito e corpo, como veio a comunicar á minha existencia sem objectivo, naquelle Acampamento de prisioneiros, uma razão de ser, e me deu forças para dominar tanta depressão de animo, só poderé avaliar quem pessoalmente teve de supportar por aenos a dura e cruel sorte de uma prisão de guerra.

A minha transferencia por permuta para a Holanda conduziu a uma nova interrupção em meus estudos brasileiros. Os prisioneiros permutedos não tinham licença de levar consigo folhas escriptas de papel, de qualquer natureza. Por isso fiz entrega de todo o meu Manuscrito e Notas recunidas ao meu Advogado, Mr. Thomas Charles, em Londres, o qual, durante toda a minha prisão, estivera sempre, como verdadeiro amigo, ao meu lado, com a sua actuação e conselho, — não podendo, portanto, o material, segundo estava eu certo, ser confiado a mais segura guarda.

Toda a papelada esteve dormindo na burra de Mr. Charles até principios de Novembro de 1919. Todas

as tentativas feitas para fazel-a vir para a Hollanda, nesse longo intervallo, tiveram de ser abandonadas ante o risco e dificuldade das comunicações. Começou então a inquietar-me a duvida de que esses papeis cuja perda seria irreparável jámais chegassem outra vez ás minhas mãos. Foi então que o meu cunhado W. Hepner tomou, em Amsterdão, o negocio a seu cuidado, e não tardou, mediante energicos esforços, a fazer chegar ao meu poder o material de que tão penosamente me achava privado. Ele pediu ao Director do Banco de Amsterdão, Dr. van Hengel, de viagem para Londres, que fosse buscar em casa de Charles a papela da e a trouxesse para Amsterdão. E para maior segurança, foi pessoalmente a Heidelberg e em mão própria me entregou, aos 28 dias de Novembro de 1919, esses documentos guardados com tanto carinho. Ao meu cunhado o ao Dr. van Hengel fique consignado neste lugar o meu mais cordial reconhecimento. Sem o seu auxilio teria encertamente de esperar ainda muito tempo antes que me fosse dado continuar a escrever a minha obra e leval-a a termo sem mais perturbações.

Egual reconhecimento é devido a todos os amigos e auxiliadores que durante os longos annos de preparação com tanta amizade me prestaram o seu apoio. Dirijo-me, em especial, á Administração do Archivo Real de Haia, ao primeiro Director do Archivo Dr. Th. van Riemsdijk, ao seu successor Professor R. Fruin e ao Chefe da secção de historia colonial Dr. J. de Hullu. Todos quantos têm tido o privilegio de trabalhar nesse Instituto sabem com que amabilidade é recebido o letrado estrangeiro, como todos os funcionários, do Director no mais modesto escripturario, se esforçam por satisfazer os desejos dos consultentes e tornar-lhes o mais comodo possível o estudo dos ma-

auscriptos. E' um verdadeiro prazer, na clara e nobre Sala de Leitura do Archivo Real, o engolofar-se no espirito dos tempos transcorridos. E quantas vezes tive de aí trabalhar, tantas outras fui forçado a admirar a magnifica ordem observada nas rumas de documentos de que o Archivo é inexaurivel repositorio.

Como durante os mezes passados na Hollanda, a minha residencia mais longa fosse em Amsterdão, e a viagem diaria a Haya, de ida e volta, me obrigasse a perder demasiado tempo, os fasciculos passaram a ser enviados, a meu pedido, para o Archivo Real de Harlem, no Norte da Hollanda, de muito mais facil accesso. De bôa vontade teria eu preferido trabalhar mesmo em Amsterdão; mas a pequena sala de leitura no "Antoniswaag" (Palacio Antonieta), onde então se achava o Archivo da Cidade, enchia-se ordinariamente de muita gente e o barulho do mercado que funcionava nas adjacencias do edificio era tão grande que não hesitei em decidir-me pelo sossegado Instituto de Harlem.

Na antiquada, se bem que confortavel sala de trabalho, em "Fleeschhal", um dos edificios mais imponentes da pitoresca cidade, dias e mezes a fio entreguei-me ao estudo dos papeis do Brasil, sob o fiel amparo dos meus amigos, o director do Archivo Real C. J. Gonnet e seu assistente R. D. Baart de la Faille. Foi em Harlem que tomei verdadeiro gosto pelo estudo a principio bem massante das "Actas", que me internei no labirintho da correspondencia commercial, e finalmente tomei pé no exame dos registros de mercadorias e ajustes de contas da Companhia das Indias Occidentaes. Sobre muitos pontos de meu trabalho e sua organisação conversei com os doux funcionarios do Archivo acima nomeados, e muito grato lhes sou

pelas suas varias suggestões. Inolvidavel, porém, será para mim a cordial *sympathia* que elles revelaram, pelo meu infotunio pessoal, quando o desfavor das circumstâncias me conduziu a uma prisão de guerra iogleza, em vez de deixar-me livre o caminho das trincheiras.

Tambem no Rio de Janeiro, onde no verão de 1914, nenhuma disposição hostil se notava ainda contra a Alemanha, fui aecolhido com a maior gentileza. A embaixada alemaña, bem como as administrações do Archivo e da Bibliotheca, fizeram o mais que puderam, para me ajudar e satisfazer todos os meus pedidos de informação. Infelizmente, o amavel director do Archivo Publico Dr. Aleibiades Furtado não ponde pôr á minha disposição os manuscripts que eu contava encontrar no Rio. O Archivo Publico Nacional possue escassos originaes do periodo que interessa ao meu trabalho e as peças Hollandezas que lá existem já eran rúnhas vellhas corligidas, de Hayn. O Dr. Furtado chamou, entretanto, a minha attenção para uma série de trabalhos em revistas historicas brasileiras, que certamente me teriam escapado, sem a sua obsequiosa interferencia. Na Bibliotheca Nacional dediquei-me precipuamente ao exame das publicações historicas indígeras de que dará mais exacta conta a seguinte secção deste livro.

Surprehendeu-me a quantidade que se encontra no Rio, dos mais conhecidos pamphletos hollandezes sobre a empresa brasileira da Companhia das Indias Occidentaes. A Bibliotheca Nacional se acha acomodada em um sumptuoso edificio na famada Avenida Central. O exterior e o interior do grandioso edificio consumiram sommas fabulosas, mas o Director da Bibliotheca, Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva,

pôde gabar-se de haver levado a cabo uma obra que pede megas nos mais moderuos Institutos congeneres da Europa e dos Estados Unidos. O vasto predio contém salões de trabalho de proporções gigantescas e relativamente frescos ainda no rigor da estação calmosa, duas espaçosas salas de leitura, compartimentos para a consulta de manuseriptos e de jornaes, uma seção geographic a e outra de numismatica. Possue além disso uma excellente collecção de gravuras, bem como typographia propria e officinas de encadernação. Comquanto os funcionários sejam de instrução para os cargos, bem desigual, o catalogo se resinta de lacuas e as revistas brasileiras mais novas ou de data mais recente nuna sejam encontradas completas, sente-se apezur disso por toda parte o esforço do chefe administrativo, em corrigir as faltas e elevar a Bibliotheca á altura de uma mais plena efficiencia. O Dr. Cicero, cujos valiosos ineitamentos muito agradeço, teve a extrema gentileza de fazer a minha apresentação ao Instituto Historico e Geographic Brasileiro. Repetiças vezes tive a oportunidade de utilizar-me da Bibliotheca deste Instituto de altas pesquisas sobre a Historia brasileira.

Não quero terminar sem manifestar ainda os meus sinceros agradecimentos à directoria da Bibliotheca da Universidade de Heidelberg pela sua interferencia nas remessas dos documentos envíados de Hayá, ao Ministro brasileiro Dr. Oliveira Lima pelas suas efficientes recomendingões a varios letrados de seu paiz natal (1), a Thomas Charles pela cuidadosa guarda dos meus escriptos, e por ultimo ao historiador da Univer-

(1) As milhares relações com o Dr. Oliveira Lima, devem no Instituto Teológico Americano de Colonia.

sidade de Leeds, Professor Arthur J. Grant, M. A. Não se deixando influenciar pela germanophobia levada ao extremo na Inglaterra, sobranceiro ao clamor da imprensa ingleza contra os abominaveis Hunos, Grant nunca se dispensou de visitar todos os mezes no Acampamento ao seu collega alemão cahido em desgraça, nem de lhe fornecer livros scientificos. A muitos outros devia eu agradecer neste lugar egualmente pelo interesse com que me coadiuvaram, mas seria ir muito longe declinar todos os seus nomes. A viagem ao Brasil foi um presente de meu querido pae. Seja, pois, este livro depois do completo — precursor que será de uma Historia do Brasil a ser dada a lume pela firma Friederich Andreas Perthes A. G. Gotha, na serie "Historia Geral das Nações" -- a eloquente expressão de toda a minha gratidão.

HERMANN WÄTJEN

Karlsruhe, Junho de 1921.

FONTES E LITTERATURA DE REFERENCIA, COM APRECIAÇÕES CRITICAS

1 — O material manuscripto.

Como já no prefacio foi deixado entrever, constituem os fundamentos do meu livro, em sua maior parte, manuscritos inéditos, existentes no Archivo Real de Haya. Como a lista abaixo dos documentos por mim consultados o demonstra, trata-se, relativamente a esses manuscritos, de dous grupos de Actas (assentos) bem distintos. Duma parte, de documentos conservados no Archivo dos Estados Geraes, — e d'outra, de papéis que se acham no Archivo da primeira Companhia das Indias Occidentaes (a Companhia Velha). As cartas trocadas entre os Estados Geraes e as Cincas Camaras da Sociedade das Indias Occidentaes: Amsterdão, Midelburgo, Bairro do Mosa (Rotterdão, Dordrecht, Delft), Bairro do Norte (Hoorn Enkhuizen) e Groninga bem como os escriptos enviados do Brasil para Haya, dos responsaveis pela administração da Colonia ou pelas emprezas militares, encontra-se nos maços (Liasseu), do Archivo dos Estados Geraes, sob o rótulo "West-indische Compangie". Essas collecções (2) organizadas por cartula-

(2) Vlto Tb. van Nierodijk — De Critie van Hare Hoog Megevden, pag. 110.

rios (Kanzlisten) do Governo Hollandez no seculo 17, e constantes de numerosos pacotes, não se acham infelizmente relacionadas. Por isso tais manuscriptos só podem ser conhecidos, peça por peça.

Cartas importantes e sobretudo aquelles documentos que têm sido objecto de mais demorado exame, ou por quaisquer motivos não atraído particular atenção, não se encontram mais nos Maços e sim na chamada "Loketkas" (Caixa de escaninhos) (3). O "Index" deste importante Archivo Supplementar dos Estados Geraes registra sob o título "Westindische Compagnie" uma série de manuscriptos referentes ao Brasil, entre os quais ratificações de contratos, copias de Resoluções do Governo de Pernambuco, ajustes de contas, assentos processuais, representações, etc. Os papéis brasileiros contidos nos maços que acabei de mencionar, foram utilizados primeiro por P. M. Netscher, cujo livro "Les Hollandais au Brésil" (1853), de que me occuparei depois, nelles precipuamente se funda. Quasi ao mesmo tempo que Netscher fazia os seus estudos nos archivos de Haia, o então encarregado dos Negocios do Brasil na Holanda, Joaquim Caetano da Silva, mandou tirar copias de um grande numero de documentos brasileiros do Archivo dos Estados Geraes para mais tarde os pôr à disposição do Instituto Historico e Geographic do Rio de Janeiro. Ali tive em occasião de os examinar. As copias de Caetano abrangem o espaço de tempo de 1623 a 1655 e acham-se distribuidas por oito volumes. (4).

(3) Nome de um móvel provido de "Jacquettes", i. é. gavetinhas, cada a arquivista guardava suas papéis.

(4) No primeiro como no terceiro e seguintes até o último encontram-se cópias de ofícios holandeses e representações da Companhia em Pernambuco, dirigidos aos Alm. Generais. O segundo volume contém uma série de Cartas do Governador (Stadtholder) João Mauricio de Nassau no Estado Geraes (as Re-

Veremos depois quanto a pesquisa historica brasileira é devedora a esses documentos tão cuidadosamente seleccionados.

Para o estudo das relações entre a Hollanda e a America do Sul no seculo 17 são entretanto os papeis do Archivo da Companhia de muito mais valor que os manuscripts citados, pertencentes ao Archivo dos Estados Gernes. Não posso escrever as palavras "Westindischen Archiv", sem que me identifique com a quicxa do historiador hollandez, de que tão pouco verdadeiramente reste dos assentos (*Akten*) da Companhia Velha (5). O indice manuscripto do archivo da primeira Sociedade Mercantil das Indias Occidentaes contém não mais de 80 numeros.

Destes formam a parte mais valiosa os Assentos do Brasil (*Brasilakten*) constantes de cerca de 30 maços e entre os mesmos desempenham o papel principal as 19 pastas (*Portefeuilles*) da Collecção denominada "Brieven en Papieren van Brazilie". Esta grande collecção de cartas contém a correspondencia da administração colonial em Pernambuco mantida com uma das cinco Camaras da Companhia, a saber, a Zelandeza, durante os annos de 1630 a 1654. Uma vez que aos Accionistas Directores (*Bewindhebber*) da W. I. C. (6) em exercicio em Amsterdão, Middelburgo, nos departamentos do Mosa e do Norte bem como em Groninga

vistas do Instituto de Pernambuco LVI e LXX trazem traduções dessas cartas, sob o título "Cartas Norteamericanas") enquanto que compõem o ultimo volume Copias dos Assentos (*Aktenstücke*) em latim e portuguez. Consultar-se o respectivo Catalogo da Exposição da História do Brasil (Rio 1901) I, pag. 926 e segs. "Documentos para a História do Brasil, colligidos na Holanda pelo ... J. Caetano da Silveira". Aco:spõe cada peça hollandez uma transcrição francesa.

(5) Trata-se na literatura colonial holandesa dum "Sociedade Mercantil" a distinguir. A primeira ou Companhia Velha, que é a de que se trata exclusivamente neste trabalho durou de 1621 a 1674. A sua sucessora que tomou a existir em 1675 extinguíu-se no inicio da metade do seculo 18.

(6) Fita é o administrador usual na Holanda de "Westindische Compagnie".

foram sempre dirigidos escriptos do mesmo leôr, nô quaes os representantes da Companhia no Brasil ainda juntavam, além de mais, copias de todas as cartas enviadas à Direcção Geral da W. I. C., ao chamado Conselho dos Dezenove, — facil é de ver que a existencia destas unica Collecção é mais que sufficiente para que se possa obter uma clara percepção dos acontecimentos. Ao lado de informações correntes sobre a inconstante situação politica e financeira da Colonia, encontra-se nos referidos fasciculos uma enorme quantidade de contas, registros de mercadorias, manifestos de navios, conhecimentos e outros elementos que são valiosos para o julgamento das condições económicas dominantes.

As "Cartas e papeis" fornecem tão grande copia de material, que o estudo exhanstivo dos documentos que o constituem, tomaria o folego, durante annos, e quem os quizesse pesquisar cahiralmente.

Quando P. M. Netscher fez os estudos preparatórios para a elaboração do seu livro acima citado, achavam-se ainda em estado de desordem os documentos brasileiros da Camara Zelandea, nesse tempo guardados em Amsterdão, e sómente confiados ao Archiv Real de Haya, em 1856.

Trinta annos mais tarde emprehendera o notável homem de letras Dr. José Hygino Duarte Pereira uma viagem de estudos, à Hollanda. Ahi dedicou-se ele precipuamente a estes papeis e trouxe consigo de volta à pátria uma magnifica série de manuscripts, os quais foram entregues ao Instituto Archeologico de sua cidade natal (Recife).

Numa conferencia realizada perante os socios do Instituto a 9 de Maio do 1886 (7), demonstrou Hygino

(7) Reproduzido na Rev. do Inst. Pernamb., XXX, pag. 5 e seg.; e na Rev. do Inst. Recife, XLIX 2, pag. 103 e seg.

a grande importancia do Archivo da Companhia para a historia de Pernambuco. Com razão classifica elle de fonte principal as "Briefe und Papiere", reservado o 2.^o e o 3.^o lugar para os "Dagelychse" e as "Secreta Notulen", que as acompanham e completam. Estes são os registros Diarios e as Notulas Secretas do Alto Conselho do Brasil, das Autoridades Superiores da Administracão na Colonia hollandeza. As actas diarias das Sessões (Sitzungsberichte), infelizmente incompletas, começam a 27 de Março de 1635 e alcançam até a queda do dominio hollandez em 1654. Tudo o que pareceu digno de consideração, todas as ecurrencias da administração civil e militar, todas as questões económicas e religiosas, que eram objecto de discussão, perante o Governador (Statthalter), nas reuniões do Alto Conselho, têm o seu registro nas "Dagelychse Notulen". As *Notulas Secretas*, também muito lacunosas, comprehendem comunicações sobre movimentos de tropas, sobre invenções predatórias de bandos portuguezes e medidas tomadas contra as mesmas, notícias sobre os preparativos de rebelião por parte dos portuguezes, sobre planos militares, assentos de depoimentos de prisioneiros, por fim relatórios sobre processos disciplinares instaurados contra funcionários deshonestos da W. I. C. Afortunadamente, ao lado das peças enviadas de Brasil foram também conservadas cópias dos documentos mandados da Hollanda para Pernambuco, Guiné, Angola e Nova Nederlandia. O Archivo Real de Haya possue tres livros de copia, por signal que bem desenradamente redigidos, das "Uitgaanden Brieven" (Cartas extra-vagantes). O seu conteúdo fornece importantes esclarecimentos sobre a política comercial e colonial da Companhia, e é muito de lastimar que esses volumes em pergaminho apresentem tantas folhas

desoccupadas. Neste acervo archival a que me acabo de referir enfileiram-se outros grupos de manuscritos. Mencionarei aqui apenas os mais importantes: os protocollos da Camara Zelandesa (1626-1646) do Directorio de Amsterdão (1635-1636) e diferentes actas de sessão do Consellio dos XIX. Quanto aos demais, reporto-me á lista adiante. Do exposto, porém bastante claramente resalta que se trata de um material de grande vulto, ou como se expressa Hygin de uma "riquissima collecção de documentos", também a propósito completados pelos documentos acimindados, sob a designação de "Akten", do Archivo dos Estados Geraes.

Passo em seguida a dar o registro dos manuscritos de que me utilizei no Archivo Real de Hayn. Observe-se, como explicação, que a cada título preceude a abreviatura correspondente em tipo gordo. Os algarismos entre parenteses referem-se aos annos.

a) Manuscriptos do Archivo dos Estados Geraes
Lias Stat. Gen.: Liessen Staten General Westindisch Compagnie, Nr. 5770 até 5782 (1628-1664).

Loketkas: Loketkas Staten General Westindische Compagnie, Nr. 6. 7. 10. 12. 15. 16. 17. 18. 26. 27. 32. 34. 35 (1638-1653).

b) Manuscriptos do Archivo da W. I. C. O. C.
 (Westindische Compagnie, Oude Compagnie)

W. I. C. O. C. Nr. 2: Vergadering van Negentienen (3) Secrette Notulen, Middelburg (1629-1645)

W. I. C. O. C. Nr. 3: Notulen van Besoignes (1647-1653-1654).

W. I. C. O. C. Nr. 8-10: Vergadering van Negentien Kopieboeken der Uitgaanden Brieven (1629-1667).

(8) A referenda é para os Conselhos dos XIX.

- W. I. C. O. C. Nr. 11:* Brieven en Papieren van de Kust van Guinea (1635, 1646 até 1648).
- W. I. C. O. C. Nr. 14:* Kamer Amsterdam. Notulen (1635-1636).
- W. I. C. O. C. Nr. 20-27:* Kamer Zeeland. Notulen (1626-1646).
- W. I. C. O. C. Nr. 34-38:* Kamer Zeeland. Notulen van de Vergadering der Hoofdparticipanten (1623-1674).
- W. I. C. O. C. Nr. 39-40:* Resolutien van de Staten Generaal, rakende de Westindische Compagnie (1623-1666).
- W. I. C. O. C. Nr. 46:* Kamer Zeeland, Rapporten, Relazien, Beschrijvingen betreffende Brazilië, Angola, etc. (1637-1643).
- W. I. C. O. C. Nr. 48:* Kamer Zeeland. Instructie van de Staten Generaal voor do Regeering van Brazilië (23 Agosto 1636).
- W. I. C. O. C. Nr. 49-67:* Kamer Zeeland. Brieven en Papieren van Brazilië (1630-1654).
- W. I. C. O. C. Nr. 68-75:* Kamer Zeeland. Dagelykse Notulen, Brazilië (1635 até 1652, 1654).
- W. I. C. O. C. Nr. 76:* Kamer Zeeland. Secreete Notulen (1642-1651).

2 — Trabalhos diversos.

A empresa brasileira dos Hollandezes tem encontrado na literatura historica um tratamento mais desenvolvido do que era de esperar, tendo-se em vista a insignificante importancia dessa experienca para a historia da colonização europeia. Desde meados do seculo 17, letreados de diferentes nações — em primeira linha, naturalmente Hollandezes e Portuguezes — se têm ocupado com frequencia do assumpto, e desde a segunda metade do seculo 19 a participação tambem dos Brasileiros no trato da materia passou para o primeiro plano. Duplo motivo impelli os historiadores mais

modernos a retomarem a discussão do tema. De uma parte, mostrar como foi que os Hollandezes, após a esforçada conquista do Brasil septentrional, após o esplendor de Pernambuco sob o governo do Conde João Mauricio de Nassau, não puderam impedir a queda da Colonia e sua volta ao domínio portuguez. Doutra, deixar historicamente assentado por que razão a potencia marítima que era então a Hollanda, justamente no tempo do seu maior fastigio, receberam o golpe sem exercer terrível revanche sobre Portugal que lhe era tão notavelmente inferior.

Não pôde ser proposito meu nas linhas seguintes, prestar a homenagem de minha critica à totalidade das obras literarias de que me utilizei, examinando livro por livro separadamente. Da multidão dos escriptos citados só me é dado destacar os mais notaveis, sobre tudo aquellas obras que maior influencia têm exercido sobre os escriptos mais recentes. Para oferecer ao leitor a percepção mais clara possível do assunto, tratarei em primeiro lugar das narrações hollandezas e em seguida das portuguezas, em ordem cronologica, chaumando por fim a sua atenção para uma meia duzia de trabalhos ingleses e allemaes.

As melhores descrições contemporaneas da ocupação hollandeza do Norte do Brasil procedem de dois neerlandeses nativos de Antuerpia, Johannes de Laet e Caspar Barlaeus. O volume em quarto de Laet, ornado de bellas cartas, traz o título: "Historie este Jaerlijek Verhael van de Verrichtingen der Geestroycerde Westindische Compagnie" (9). No pes-

(9) (História ou narrativa anual dos actos da Companhia privilegiada das Indias Ocidentais) — As obras aqui apreciadas figuram no Catálogo Geral da Literatura consultada, com mais exacta declaração do título, lugar e anno de publicação.

do estylo do tempo, descreve o autor, apoiado em jornaes de bordo, em exposições de chefes militares de terra e de mar, os emprehendimentos ou feitos da W. I. C nos annos 1621-1636. Ahi se fala de expedições e aventureas de capitães hollandezes, de sua perseguição nos veleiros commerceiaes hespanhóes, do apparecimento dos hollandezes na Costa do Ouro, seu estabelecimento no Iludson, da conquista do Pernambuco e da pirataria exercitada com tão grande sucesso nas aguas das Indias Ocidentaes. A partir de 1632 nos relatorios annuaes se juntam listas de todas as embarcações que se fizeram de vela de Anisterdão, Middelburgo, dos portos do Mosa, Hoorn e Enkhuisen, bem como de Groninga para o Brasil. Esses registros contêm nomes de navios, datas de partida, lugares patrios de procedencia, numero de tripulantes e boceas de fogo dos barcos enumerados. Para a historia do Commercio é o appendice do livro de Laet de particular importancia. Encotrâmos ahi, nomeadamente, communicações sobre o valor total dos carregamentos enviados para a Guiné, assentos sobre os veleiros equipados no mesmo espaço de tempo, pela W. I. C., sobre os galeões hespanhóes saqueados, e por fim, dados sobre a importação annual dos productos coloniaes (ouro, marfim, assuear, pelles, etc.). Muito se recomendam essas estatisticas, que offerecem bons pontos de apoio para a determinação da capacidade comercial vigente, contanto que haja cautela no uso das tabellas apresentadas, não raro incompletas. Como director da W. I. C. (10) tinha todo interesse Johannus de Laet em exhibir em sua maior pujança a efficiencia de sua Companhia.

(11) Segundo J. van der Aa — Biographisch Woordenboek (Dictionnaire-Biographique).

Durante séculos tem a história da Companhia por elle composta prevalecido como obra authentica. Para o estudo das expedições ás Indias Ocidentaes, á America do Sul e á Africa, na segunda e terceira decadas do seculo 17, é ella ainda hoje indispensavel, não obstante muitas partes do livro se acharem inteiramente prejudicadas por pesquisas mais recentes.

De Laet e Barlaeus não conhecerao o Brasil por observação pessoal. Caspar van Baerle (Barlaeus) escreveu como professor de philosophia em Amsterdão a sua obra, dada à lume em muitas edições e que veiu a tornar-se celebre: "Rerum per octennium in Brasilia et alibi gestarum historia". Teve ella por objecto a glorificação do Conde Johann Moritz von Nassau-Siegen (João Mauricio) e offereceu aos contemporâneos um quadro fiel da actuação benemerita deste magnímo varão, dotado de qualidades tão raras, a quem Fervuambueo deveu um curto período de esplendor, e cujo afastamento da Colonia hollandeza implicou no termínio de sua breve duração. Por mais eivada de panegyrico que seja a descripção, e mais subjectiva a concepção de Barlaeus, dos sucessos relatados, — de teda a obra transpira um nobre entusiasmo, uma admiração profundamente sincera pela personalidade do Conde nassoviano. Quem a examina mais de perto, não pode deixar de admirar com que amor e cuidado o autor fez os seus estudos preliminares e com que seriedade se dedicou ao arranjo da materia. Correspondencias e commerciaes, memorias dirigidos aos Estados Gerais e documentos analogos serviram-lhe de bases fundamentaes, reproduzidos muitas vezes litteralmente no texto. Quasi todas as exposições posteriores, do Governo de Mauricio de Nassau no Brasil apoiam-se na obra de Barlaeus, a qual o historiador moderno já

por esse motivo não pode deixar de tomar em consideração.

Ao contrario dos dous historiographos acima citados, Johannes Nieuhof, autor da "Gedenkweerdige Brnsilaens Zee-en Lant Reize", passou 9 annos em Pernambuco e, enevo, foi testemunha de vista do quanto alli narra (11). O valor dos seus folios, enriquecidos de quadros e mappas, repousa sobretudo na representação intuitiva da situação, clima, fauna e flora, na descrição das condições ethnographicas, bem como na exposição, nem sempre, na verdade, acurada em suas particularidades, dos primordios da Campanha Libertadora dos Portuguezes. Nieuhof deixou em 1649 o Brasil para onde viera como empregado commercial da W. L. C. Entrou para o serviço da Companhia, irmã, das Indias Orientaes, viajou pelo archipelago da Sonda, pelas Indias, Anterior e Posterior — (Vorder und Hinter-Indien), visitou a China, sobre a qual publicou um livro a seu tempo muito lido, e foi finalmente encontrado a morte na ilha de Madagascar (12).

As obras de Laet, Barlaeus e Nieuhof completam-se de excellente maneira com as investigações scientificas dos naturalistas seus contemporaneos Piso e Maregraf. Estes dous sabios acompanharam João Mauricio em sua viagem para o Brasil. Willem Piso, de Leiden, era seu medico particular, e Georg Maregraf um astronomo allemão, que, como Piso, possuia vastos conhecimentos de Botanica e Zoologia. Enquanto Piso tomava para objecto principal de suas pesquisas as molestias tropicaes que appareciam na Colonia, e nos

(11) O livro foi publicado pelo irmão de Nieuhof, Hendrik (Henrique) em 1662.

(12) Vida Dictionnaire Biographique, de Van der Au.

seus afamados 4 livros "de medicina Brasiliense" dava conselhos sobre o modo de combatê-los, estudava Maregraf o reino vegetal e o animal, e observava no Observatorio erigido em Pernambuco por João Mauricio as constelações do hemisferio Sul. Jan de Laet reuniu depois os resultados das investigações dos dois科学家 num luxuoso volume, adornado de admiráveis gravuras, a "Historia Naturalis Brasiliæ" (1648), que, a julgar pelas condições da época, representa uma contribuição scientifica de primeira ordem, tendo até o século 19 mantido os seus foros de autoridade para os estudiosos da história natural, e assim também da hygiene tropical.

Formam um segundo grupo de fontes contemporâneas os numerosos pamphletos hollandezes que acompanharam pari passu a sorte variada da empresa brasileira. Falham elles das lutas empenhadas no mar e em terra, do crescimento da colônia, do florescimento da cidade de Recife. Descrevem os usos e costumes dos aborigenes submettidos, e dão conta do ardente empenho do inimigo portuguez de castigar os odiados herejes. Distintamente se reflecte em pamphletos singulares, também, o desenvolvimento commercial. Os acontecimentos políticos, porém, ocupam o primeiro plano, pois era a respeito destes que o leitor patrício desejava, antes de tudo, ser orientado. Quando em 1645 chegou à Holanda a notícia da súbita irrupção da Rebelião brasileira, e o povo percebeu a violencia com que a Revolução ganhava terreno, os críticos da terra tomaram a palavra. Com vibrantes expressões atacaram elles a Administração da W. I. C. A sua lexidão, mesquinharia e má organização attribuiram, em primeira linha, a culpa das lastimaveis condições do Brasil e dirigiram urgentes appellos aos Altos Po-

deres para que interviessem no sentido de obviar os perigos da situação.

Consideravel numero destes opuseulos acham-se conservados nas collerções de pamphletos da Bibliotheca Real de Haia, do Museu Britanico e da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Entre elles se encontra o libelo intitulado "Brasilsche Gelt-Sack", que em humor e mordente ironia deixa todos os mais a perder de vista (13). Sem poupar a ninguem, pôs-se o Autor anonymo em campo contra a W. I. C. e seus funcionários no Brasil. Censura a deploravel administração da Colonia depois da retirada de João Mauricio e vêbera o mal-avisado tratamento aos Portuguezes e aos Indios, que o Principe Govervador tão acertadamente houvera sabido conservar em respeito. Mais ainda, — acusa as Autoridades hollandezas de terem, em culposa levianidade, fechado os ouvidos a todas as advertencias sobre a Revolução, até que esta finalmente explodisse. Num supplemento annexado ao pamphleto vem uma synopse da quantidade de mercadorias enviadas para a Hollanda entre 1637 e 1644. Com esta estatistica quiz o Autor demonstrar aos seus compatriotas, *ad oculos*, que objecto de importancia a Colonia viera a ser sob o governo de Mauricio, e como os seus sucessores se houpletaram do deposito paesudo ás suas mãos.

Dois outros foliularios feriram a mesma têcla, em pasquins redigidos sob a forma de conversa, como

(13) A pesquisa bras'cra tem prestado particular atenção aos pamphletos Hollandezes, estando mesmo os mais importantes traduzidos para o portuguez. Como no frontispicio do "Gelt-Sack" o Recife é dito como o lugar em que foi impresso, tem-se tirado a conclusão de que esse pamphleto teria sido editado por uma officia typographica Hollandesa existente em Pernambuco. A teoria não é veracelena, po-quanto se não se deprehende o exame dos documentos chamadas "Akten", desse tempo, os Hollandezes nenhuma typographia ali jamais pos-suíram. Conf. também "Bibliotheca Brasiliensis" I, pag. 114.

sossem "de Brasilsche Breede Bijl", e "Brasyls Schuyt-Practjén". Mas não me sendo possível entrar aqui em particularidades, resta-me reportar o leitor ao catalogo dos pamphletos mais adiante exposto.

Depois da perda do Brasil, depois da morte dos homens que haviam trabalhado, lutado e soffrido pelo Pernambuco hollandez, extinguiu-se na Hollanda o interesse pela sorte posterior da antiga colónia. Mas a sua lembrança perdurou. Continuou a viver nas obras dos historidores e mesmo depois de um seculo della ainda se lembrou sandozamente o poeta da Geusenlied (Canção dos "Gueux"), Onno Zwier van Haaren, em um verso cujas palavras iniciaes: "Verzuimd Brasil": (Brasil esquecido) ainda hoje são citadas na Hollanda (14).

Para historidores e economistas do seculo 18, como Wagenaar e Luzac, continuaram a ser fontes

(14) De Gezen, Canto 31, Duas edições, Amsterdã e Zwolle (1772) Em a estrofha intelecta:

"Verzuimd Brasil" é ryke veldien
 "Hier aard' is diamant en goud
 "Uw lande rampen gien sig melden
 "Nu Banket u niet meer behoude
 "Vergeeft heeli Post Olifant Kerken
 "Verwoest rose ante diewe Werken
 "Met Nassau rykt het wort gelukt
 "Da Plast, de namme syn verlooren
 "Die d'Overwinnaer had verkooren
 "In't heidendagsche Pernambuco!"

Tradução da estrofha hollandesa:

Où Brasil esquecidol oh ricas campas
 Onde é diamanta à terra o ouro, prata,
 Tua desgraça affim já se anuncia,
 Bankets agora vala pão te g'oreigel
 Em vila Post as Igrejas já de Ol de
 P'ra as novas novas obras destruiu
 Despedez-se com Nassau noiva fortuna;
 E os lugares a nos nomes escatilhos
 Que aos mesmos destino e Vencedor
 No Pernambuco da hoje estão perdidos.

principais de informações: De Laet, Barlaeus, Nieuhof e a compilação "Saken van Staet en Oorlogh" do conhecido autor Lienwe van Aitzema. Nelle hauriram os mais modernos o seu conhecimento da conquista, florescimento e ruína da Nova Hollanda brasileira. Inteira fé era prestada a tudo quanto havia para lêr nesses velhos volumes in-quarto. E que razão havia para delles desconfiar? A verdade era que os seus autores haviari escripto sob a fresca impressão dos acontecimentos ou mesmo, como Nieuhof, tinham nelles tomado parte.

Não foi senão já no meiado do seculo 19 que a investigação critica começou a fazer cabedal dos documentos existentes nos archivos hollandezes e, em presença dos *papéis brasileiros*, a pôr a prova o valor e a fidedignidade das narrativas contemporâneas. Em 1853 publicou Pieter Marinus Netscher o seu livro já mais de uma vez citado "Les Hollandais au Brésil", que teria de ser a base de todos os trabalhos posteriores concernentes ao assunto.

Netscher não era historiador de profissão. Ao tempo da publicação do seu trabalho era simplesmente tenente de um regimento de granadeiros em Haya. Com grande empenho o jovem official se havia dedicado à pesquisa dos documentos brasileiros, (Brasila-k-en) do acervo existente no Archivo dos Estados Geraes. Baseado em suas investigações pôde ele corrigir muitos dos erros em que haviam incorrido os seus predecessores, preencher lacunas, e pela primeira vez apresentar um quadro verdadeiramente acabado da luta pelo Brasil, no seculo 17: — serviço que mereceu e achou pleno reconhecimento. — Segundo o exposto, não é de admirar que a sua descrição repouse mais accentuadamente sobre os sucessos militares.

Não ha duvida que, na obra de Netscher, se acham intercaladas questões economicas, de constituição, administração e cultura da Colonia; mas ocupam um plano inferior e quanto no seu conteúdo quasi nada adiantam ao que Barlaeus já nos oferece em sua "Rerum gestarum Historia". Como poderia, porém, Netscher, na parte de seu livro que trata da historia constitucional e economica da Colonia apresentar algo de novo, quando não lhe foi dado utilizar-se das peças do "Archivo da Companhia", tão valiosas sob o ponto de vista cultural e economico? Apezar de muitos erros, apezar de já se terem passado tantas dezenas de annos do seu apparecimento, bem pode o livro "Les Hollandais au Brésil" reclamar para si o título de honra, de "obra classica" (standard work). Em minha opinião, é o melhor trabalho que, do seculo 19, possuimos para este Capítulo da historia colonial hollandeza. A sua excellencia consiste na habilidade com que se acha ordenada a materia, no esforço em manter a mais estricta imparcialidade, na fluencia da narrativa e na ponderação do julgamento. Para mostrar o alto apreço em que é tida a obra de Netscher ainda hoje, na Hollanda, basta apenas allegar que depois delle nenhum escriptor mais se dedicou ao assunto (15), e que sempre que se fala da Empresa brasileira da W. I. C. todos se contentam em se reportar a Netscher. Sem duvida, a nobre figura do Conde João Mauricio tem sempre attrahido a vista dos historiadores. Ainda muito recentemente foram mais uma vez rememoradas no povo hollandez a vida e obras do governador passoviano, numa pequena mas substancial Biographia, de A. N. J. Fabius.

(15) A publicação de documentos do Brasil, mencionada na "S'Nlyke Geschiedkundige Publicatien" não apareceu até agora.

Era quanto a historiographia hollandeza costuma tratar a conquista de Pernambuco e o periodo de esplendor que se lhe seguiu do modo mais detalhado e ao contrario muda de ruíno bruscamente, as mais das vezes, ao ocupar-se da ruína do imperio colonial brasileiro, — tornam Portuguezes e Brasileiros o caminho oppos' o. Por mais sincera que se revele a admiração destes, por João Mauricio, como homem e como governador, — os heróes da campanha libertadora pernambucana João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, por motivos facéis de comprehender, estão muito mais dentro dos seus corações.

O lugar que na litteratura historica hollandeza do seculo 17 ocupam De Laer, Barlaeus e Nicuhof, é o mesmo que na literatura portugueza do mesmo periodo se attribue a Manoel Calado, Brito Freyre e Raphael de Jesus. Commun a todos os tres é o odio contra os herejes nordicos intromettidos no Brasil, commun o esforço em estigmatizar a dominação hollandeza como um regimen cruel e intoleravel, e em proclamar como consequencia necessaria a sublevação do povo opprimido.

Já se vê que, nesse empenho, as cõres do quadro haviam de ser tão carregadas quanto possível. Obra prodigios neste particular o Clerigo Manoel Calado. O seu livro publicado em 1648 é portador do pomposo titulo: "O Valeroso Lucidens e Triunpho da Liberdade". E' um elevado canto em que se celebra o herói João Fernandes Vieira e o quanto elle fez pela libertação do Brasil do jugo dos "infieis". Muita paixão, muita coragem, e penosissimo incommodo são precisos para levar a cabo a leitura desse volume, de estylo bombastico, lardeado de citações da Biblia e dos classicos e de mais a mais escripto em inão portu-

guez (16). Nada é poupadão ao infeliz leitor. A uma longa e estafante introdução sobre os infortúnios do norte do Brasil até o anno de 1644, segue-se, em 229 páginas, a exposição detallada, em parte submetida ao rigor da linguagem poetica, de todos os movimentos de tropas, de todos os recontros e batalhas que tiveram por theatro o solo pernambucano, só em um anno (de Julho de 1645 a Julho de 1646). Como figura central da narração, destaca-se João Fernandes Vieira. A maneira pela qual Calado o exalta em termos bombásticos como libertador e herói da fé cathólica, a passo que ataca desapiedadamente o inimigo ateu holandez, torna-se ainda mais revoitante quando se considera com que cavalheirismo e bondade esse padre foi tratado por João Mauricio. A elle permitiu o Conde tão tolerante, em materia religiosa, que construisse uma casa na cidade de Pernambuco, não obstante a atitude hostil do Conselho eclesiastico holandez. Ali podia Calado silentemente exercer o seu sacerdocio, podia dizer missa, dar consolo aos seus irmãos em fé e até mesmo, não se lhe vedava servir à propaganda cathólica por meio de prédicas, nas comunidades portuguezas vizinhas (17).

Narradores posteriores dessa época têm tomado como um evangelho o Canto de Glória de Calado, prestado cega fé às suas declarações sobre as deslumbrantes crueldades dos barbaros holandezes. Foi somente na segunda metade do seculo 19 que a aureola de prestígio do "Valeroso Lueideno" foi dissipada pela critica historica. A. F. von Varnhagen, o historiador brasileiro de quem cedo voltarei a me ocupar, aconselha as

(16) Concl. a essa respeito, Varnhagen, História Geral do Brasil I, pag. 88: "A linguagem do livro é muito defensiva".

(17) Rev. do Inst. Bras., LXXVI, pag. 292.

segunda edição da sua *Historia Geral* a acolher com muita cautela as afirmativas de Calado, "por quanto este autor, insignificante e extremamente parcial elaca sem escrúpulo os seus inimigos, ao passo que em seus amigos -- como em João Fernandes Vieira -- só vê verdadeiras divindades" (18).

Ainda mais severo é o julgamento de um historiador brasileiro mais novo.

Alludiendo claramente às relações de Calado para com João Maurício, escreve Pedro Souto Maior nos "Fastos Pernambucanos", de que ainda falaremos: "O padre foi ingrato, desleal, um hypocrita e além disso um intrigante. Estas são faltas que também se uniram no seu "Valeroso Lueideno" (19).

A mesma cautela me parece ser aconselhável no uso da "Nova Lusitania" de Brito Freyre (1675). Pode-se classificar este livro como uma obra de combate, anti-holandesa, que trata com largueza fatigante do primeiro período dos "tempos angustiosos" do Brasil, de 1624 a 1638. Do mesmo modo que Calado, usa Brito Freyre das expressões mais depreciativas em relação ao adversário. Pinta a desorganização administrativa dos Hollandezes em Pernambuco, descreve a sua brutalidade para com a população portuguesa e accusa mesmo a João Maurício de ter assistido de braços cruzados aos desmandos de sua soldadesca desenfreada. Em todo caso, o livro não é inteiramente tão agressivo como o "Valeroso Lueideno", e tem sem dúvida a sua importância para a história bellica pernambucana.

Com severidade mais punjente ainda que Calado e Brito Freyre, trata os Hollandezes Fra Raphael de

(18) *Historia Geral do Brasil* I, pág. 683.

(19) *Rev. do Imp. Bras.*, LXXVI, pág. 327.

Jesus, em seu "Castrioto Lusitano", publicado no anno de 1679. Essa obra é tambem um dithyrambo ao immortal João Fernandes Vieira. Segundo a norma establecida, — Calado como que lhe serviu de modelo — dá-nos o frade benedictino uma descripção das lutas travadas pela posse do Norte do Brasil de 1624 a 1654. Nei uma só palavra acha elle de reconhecimento para os methodos hollandezes de colonização, e num determinado capítulo de sua não desinteressante obra deserra um horroroso quadro dos peccados dos herejes conquistadores. Quem, sem eiva de paixão, lê essas scenas de horror, presumidamente firmadas em depoimentos de testemunhas e pintadas com dileite, — e com elles compara — digamo-lo sem rebuço, — o conhecido relatorio da Comissão Bryce a respeito das barbaridades alleinüs na Belgien, é forçado a dar razão ao sabio Ben Akiba: "nada mais faltava allí". Profanação de igrejas, destruição de imagens sagradas, roubo de preciosas alfaias, massacre de mulheres e crianças, violação de virgens, decapitamento de núnas, orelhas e seios, actos para os quais recorriam ainda ao auxilio de indios selvagens Tapuyes, invenção das torturas mais cruciativas para os soldados aprisionados, tudo isso é apenas um punhado das queixas acumuladas pelo odiente clérigo. Elle não pode em absoluto perdoar aos Hollandezes, terem criado obstaculos à confissão da fé catholica nas capitâncias conquistadas, tereia prohibido a erceção de templos catholicos, ao passo que, ao contrario, permitiram a construeção de una Synagoga, em Recife, onde os Judeus podium publicamente celebrar os seus "condemnados ritos". Mas os Portuguezes — continha o piedoso monge benedictino — mostraram que eram mais fortes. Apesar de todos os esforços do forasteiro nordico, não se abalou o que havia de melhor; a fidelidade à patria e à fé

na Igreja, unica salvadora, — o que deu ao pôvo oprimido coragem e fôrça de lançar-se á luta contra o Anti-Christo hollandez e leval-a a glorioso desfecho.

No mesmo espirito estão escrivitos os livros de Calado, Brito Freyre e Raphael de Jesus. A parcialidade e o fanatismo religioso perturbaram de tal maneira a visão de seus autores que de um lado só vêem elles luz e do outro sombras. Dali as constantes accusações, que chegam a tocar as raias do grotesco, dali a negação propositada ou apaixonada depreciação dos progressos culturais e economicos que, apezar de tudo, o Brasil Norte teve a agredireer aos Hollandezes. Dali a atitude indiferente quando não infensa para com João Mauricio, a disposição de dizer sempre mal do seu governo, dali finalmente o desmesurado exagero dos feitos de Vieira. Não admira, pois, que o valor do "Valeroso Lucideno, da "Nova Lusitonia" e de "Castrioto Lusitano" so ache hoje tão diminuido como fontes historicas.

Já observei anteriormente quanto tempo se fez necessário para que uma nova percepção abrisse caminho. Somente a ordenação gradual e exposição dos Archivos no século 19, e, d'outra parte, o emprego da critica metódica das fontes, puderam dar ao historiador os meios de submeter á lente de um estudo completo as narrativas dos escriptores coevos, tidas até então como invatacaveis. No Brasil foi o filho de um imigrado alemão que primeiramente palmilhou este caminho. Seu nome e sua obra principal já foram por mim declinados: Frau Adolph von Varnhagen e "Historia Geral do Brasil". Como Netscher, foi Varnhagen tambem o mestre de si mesmo.

Depois de haver a principio se applicado a estudos tecnicos, entrou elle no serviço diplomático do Imperio do Brasil e aproveitou-se de sua posição como embaixador em Lisboa, Madrid e Viena para trabalhar nos archivos locaes, quando livre de suas ocupações funcionares (20). Com que diligencia se entregou elle à pesquisa, atesta-o uma serie de trabalhos historicos attinentes à descoberta da America, atesta-o principalmente a sua Historia do Brasil (21).

A luta pela conquista de Pernambuco empolgou Varnhagen ao ponto de fazel-o della se ocupar a fundo mais uma vez, numra obra especial: "Historia das luctas com os Hollandezes", publicada em 1871. Duas circunstancias facilitaram o trabalho ao Autor. Por um lado tinha elle ao seu dispôr os resultados das investigações de Netscher; por outro podia se apoiar sobre as copias dos documentos hollandezes de Caetano da Silva. Isso poupon-lhe o incommodo de emprehender pesquisas proprias em Haya. Da existencia do arquivo da W. I. C. parece que elle nenhum conhecimento teve. Como Netscher apenas se utilizara de fontes hollandezas, impôz-se a Varnhagen a tarefa de alargar e aprofundar os conhecimentos estabelecidos até então, baseando-se no material espanhol e portuguez. A feição caracteristica do seu livro está, ao menor ver, na demonstração de que não João Fernandes Vieira e sim André Vidal de Negreiros, (herói revolucionario este, porém, offuscado pelo Sol de Vieira), — é que deve ser considerado o verdadeiro pae da sublevação brasileira de 1645. Desfazendo a aureola lendaria que desde os

(20) Vid. também: O. Constatl., Kritisches Repertorium der deutsch-brasilianischen Literatur, 1902, pag. 53.

(21) A terceira edição da "Historia Geral", reprodução critica de Historiadores brasileiros João Capistrano de Abreu: não foi imediatamente editado o primeiro volume. Contém a Historia do país, até 1584.

tempos de Calado e Raphael de Jesus se formara em torno da figura de Vieira, — e trazendo o merecimento de Vidal à luz da ribalta, rompeu Varnhagen vantajosamente com as versões tradicionais dominantes. Ao mesmo tempo conseguiu corrigir pequenos erros de Netscher e introduzir roves mosaicos no conjunto pictorial, sem com isso tornar superfluo ou destituído de valor o trabalho do official hollandez. Quem quizer se orientar sobre os destinos do Brasil Norte, no século 17, não poderá deixar de consultar juntamente com a "Historia das Lutas", "Les Hollandais au Brésil" de Netscher. Isso porque o livro de Varnhagen não é absolutamente exhaustivo. Em vão nesse procurará o leitor esclarecer-se sobre o estado cultural e económico que predominava então no paiz. Tudo quanto não se relaciona directamente com os sucessos políticos e, em particular, com a Campanha libertadora dos Brasileiros, nenhum graça merece aos olhos de Varnhagen.

A isso acresce o ponto de vista unilateral brasileiro do autor, o estylo affectado, a falta de clareza na disposição, e a tendencia de desrever com a maior minuciosidade possível as cousas mais insignificantes. O juizo mordaz e ferino de Varnhagen sobre o trabalho de Netscher, a acusação inteiramente injustificada de não haver Netscher procedido no estudo das fontes com a necessaria base scientifica, provocaram do ilustrado militar hollandez uma contestação escrita em termos dignos, à qual Varnhagen logo respondeu, revolido. (22)

Como da polemica nada resultou de importância, eximir-me-ei de entrar na analyse do conteúdo das réplicas.

(22) P. M. Netscher, *Les Hollandais au Brésil. Un mot de réplique à M. Varnhagen*, La Haye, 1873. *Le Baron de Porto Seguro (A. F. Varnhagen). Les Hollandais au Brésil. Un mot de réponse à Mr. Netscher*, Viena, 1874.

Desde o apparecimento da "Historia Geral", o interesse dos brasileiros pela historia do seu paiz cresceu notavelmente e, inclusivamente pela epoca da colonização holandeza. Para disso nos convencermos, basta folhear annos avulsos das numerosas revistas publicadas no Brasil. Destaca-se pelo seu zelo no tratamento aprofundado do periodo holandez que a si tomou, o Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco, o qual por meio de artigos litterarios, como pela traducao para o Portuguez de documentos neerlandeses tem procurado dilatar o conhecimento dos sucessos. Como autores de dissertações publicadas na "Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano" merecem especial menção os letrados: José Hygino Duarte Pereira, F. A. Pereira da Costa, João Baptista Regueira Costa e Alfredo de Carvalho. A viagem de estudos de Hygino à Hollanda já foi objecto de referencia. Dos outros tres, Alfredo de Carvalho parece ser o mais activo e multilateral. Engenheiro de profissão, e, tanto quanto estou informado, em serviço activo na Repartição do Porto de Pernambuco, pode elle ser considerado hoje no Brasil o melhor conhecedor da epoca holandeza (23). Quasi todo numero da mencionada Revista contém artigos seus sobre personalidades que desempeuaram um papel em Recife entre 1630 e 1654, além de traduções de peças holandezas da coleção de cópias de Hygino conservadas em Pernambuco, comunicações sobre expedições ao interior da terra conquistada etc.

Também acompanhava Carvalho com vivo interesse a historia das capitâncias vizinhas de Pernambuco. Provam'-no os seus escriptos sobre o apparecimento dos

(23) Foi para não me ter encontrado com Alfredo de Carvalho durante minha curta estada em Pernambuco.

Hollandes no Rio Grande do Norte e Ceará, nas revistas das Associações históricas locais.

Importa menos a Carvalho oferecer aos seus leitores investigações científicas ou estudos puramente críticos do que, por meio de boas traduções e elucidações de manuscritos hollandes do século 17 dirigir a atenção do pesquisador brasileiro e do mundo leigo educado para essa importante época da história pernambucana.

Ao historiador que tiver de recompor este capítulo da história colonial hollandeza não é lícito desprezar, também, as folhas científico-litterárias editadas pela Academia de Fortaleza, pelas associações históricas do Ceará (24), Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia, — mas com especialidade: as publicações do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Nos numerosos volumes da Revista publicada por este Instituto encontram-se notáveis artigos sobre a história da insurreição libertadora pernambucana e reproduções de textos de manuscritos portugueses, pertencentes à Biblioteca de Évora, em Portugal (25).

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do ano de 1912 traz uma dissertação do Dr. Pedro Souto Maior, comprehensiva de cerca de 250 páginas. O título reza: "Fastos Pernambucanos", i. e. Dias de esplendor do Pernambuco. Neste já citado trabalho faz Souto Maior a tentativa de restaurar, fundado em desenvolvidos estudos de arquivos, o quadro fiel da empresa batavo-brasileira. Durante mezes, seguindo o exemplo de Egídio manteve-se ativo em

(24) A Revista da Academia Cearense e a Revista Trimestral do Inst. do Ceará são editadas pelo Dr. G. Henrique Barão de Studart.

(25) Conf. Rev. do Inst. Hist. LVI, pag. 5 e segs. e LXIX, pag. 151 e segs. Também na Rev. do Inst. Cearense, pag. 215 e segs. acham-se estampados diversos documentos portugueses dos annos 1634-1650.

Haya e perquiriu mais uma vez alli os papeis do Archivo da Companhia já examinados pelos seus predecessores. O resultado de seus estudos vem exposto nos "Fastos". Deve-se consignar que de modo algum correspondeu ao dispendio do tempo, dinheiro e fadiga consumidos. O que Souto Maior offerece não é outra cousa senão a produçao litteraria de um dilettante que em consequencia de sua pouca habilitação historica e deficiente conhecimento da lingua hollandeza não conseguiu levar a bom termo a tarefa que se impoz. Podemos sentir pela leitura do seu trabalho, tambem estilisticamente pouco deleitavel, como o seu autor luta com o acumulo da materia e com que esforço consegue manter a cabeça fóra da agua no assoberbante diluvio dos documentos.

Disso sahiu uma moxixifada, em que cousas de valor e futilidades se sucedem, umas ás outras, indiscriminadamente. Aqui e ali boas idéias, aqui e alli tambem pensamentos originaes, mas, ao lado, descripções detalhadas de successos sem a menor importancia, enfileiramento de noticias e interminaveis extractos de documentos hollandezes de Lact, Barlaeus, Nieu'hof, Calado, Brito Freyre, Southey, Netscher, Varnhagem e outros. Nas suas fontes elle acredita sob palavra. Só uma vez por outra se anima a levantar um protesto contra affirmações demasiadamente ousadas, ou pôr em duvida a fidedignidade das suas autoridades, como já vimos com relaçao a Calado. Talvez neste caso não quizesse elle ficar atras de Varnhagem em sua aerba critica! Tambem sob o ponto de vista historico economico, são os "Fastos" inteiramente falhos. Isso é ainda mais de notar, porque Souto Maior teve occasião de compulsar o inestimável material do archivo da Companhia sobre a vida economia de Pernambuco ao tempo da dominação holla-

deza e portanto estava em condições de conhecê-la. Comparados com as investigações de Netscher e de Varnhagem ou aferidos pela comprehensiva exposição que Oliveira Lima faz no seu livro "Pernambuco, seu desenvolvimento histórico" (1895), representam os "Fatos Pernambucanos" uma forte retrogressão (26).

Com freqüencia em trabalhos brasileiros mais recentes se faz referência á "History of Brazil" do conhecido poeta inglez Robert Southey. Esta historia do Brasil, em tres volumes, aparecida na segunda deada do seculo 19 deve a sua origem ao vivo interesse que a Inglaterra então tomou pela sorte da Casa de Bragança transnigrada para o Rio em 1807 e em geral pelos movimentos revolucionarios sul-americanos. Southey, o "poeta laureatus", teve bem justa noção da dificuldade de sua tarefa. Por isso tratou de preparar-se com o maior cuidado, não só recorrendo á literatura impressa, tanto em hollandez como em portuguez, como ainda utilizando-se de copias de documentos portuguezes que se achavam em poder de seu tio, o Reverendo Sr. Hill. Apesar de suas inherentes falhas continua a "History of Brazil" (27) a ser até hoje de utilidade para o historiador.

Considerável espaço, umas cem paginas ocupam no primeiro e segundo volumes os capitulos dedicados ao periodo hollandez. Numa exposição corrente, mas

(26) A descrição da campanha libertadora segue-se nos "Fatos" uma apresentação de interesse para a história da arte, de cinco personagens brasileiros desenhadas no Louvre, as quais Soulo Maler atribuiu ao pintor hollandez Frans Post, este acompanhado João Mauricio para Pernambuco. Sa com razão, não me animo a opinar. Vem depois uma exposição resumida da Revolução Pernambucana, de 6 de Março de 1817. No capítulo final discorre o autor, então, sobre o melhoramento do porto do Recife, sua clara recentemente, a demolição de partes da cidade velha e as esperanças dos pernambucanos de hoje no futuro, baseadas nessa modernização. Uma série de ilustrações, em sua maioria, segundo os quadros de Post, completa o trabalho.

(27) O 1º volume desta Historia do Brasil foi publicado em 1810, o 2º em 1817, e o 3º em 1819.

de uma amplitude que, com a continuaçāo, chega a causar sonno, desfilam aos nossos olhos os acontecimentos. Vemos como Southey se esforça por empregar o mais proporeionadamente possivel, fontes hollandezas e portuguezas, mas tambem como elle, pela sua *sympathia*, em correspondencia com as circumstancias da epoca, pela causa dos libertadores pernambucanos, se deixa mais e mais empolgar por Calado, Brito Freyre e Raphael de Jesus. Estes merecem sua inteira confiança. Pelos dados por elles fornecidos, Southey, em cujo tempo ainda não se falava em critica historica de fontes, forma o seu juizo da colonização hollandeza no Brasil. Credulamente repete como um echo as historias sensacionaes das crueldades do conquistador e dos soffriamentos sein fim, da populāo portugueza escravizada. Como este orgulhoso bretão pensa dos hollandezes, mostram duas passagem caracteristicas do seu livro: *It is by such means*" (alusão ás violencias) "that they rendered their history as infamous, and their names as detestable in the East and in the West". E ainda: "the Dutch have always been a cruel people; they have thus dishonoured themselves at home, and there is no nation whose colonial history is so inexcusable and inexplicably disgraceful to human nature" (28). Estas sentenças lembram pelo seu tono a "Harmsworth Presse", durante a guerra mundial. Se o Catalogo da Bibliotheca Brasiliense aconselha a fazer uso da obra de Southey com cautela, apesar da "imparcialidade" do Autor, bem posso eu, invertendo os

(28) Tratado da cidadão Inglesa. — Foi por tais meios que elles formaram a sua historia tão infame e os seus nomes tão detestados no Oriente e no Ocidente. Mais: Os Hollandezes foram sempre um povo cruel. Têm assim se deshonrado e si mesmos na patria e não ha nação cuja historia colonial seja tão indesculpavelmente e inexplicavelmente vergonhosa para a natureza humana. — History I, pag. 569, 525.

papeis, fazer igual adverteneia contra a "parcialidade" do mesmo(29). O desejo de exhibir um brillante quadro da Campanha Libertadora pernambucana levou Southey a obscurecer a luz para um lado, e a deixal-a irradiar-se para o outro, no mais offuscante esplendor.

E' por essa razão que a exposição por elle feita do governo de João Mauricio se conta entre as partes menos satisfatorias de toda a sua obra.

Cinco annos depois do apparecimento do primeiro volume da "History", publicou Alphonse de Beauchamp a sua "Histoire du Brésil", em tres partes. Este trabalho, ainda hoje ocasionalmente citado, já em 1817 foi por Southey exposto ao pelourinho como um plagio da peior especie e desde esse tempo aehou-se riscado da lista das obras que devem ser tomadas em consideração no trato da Historia brasileira. Basta transcrever para aqui a critica esmagadora de Southey para deixar ver quanto vale essa embrulhada: "With the exception of an introductory chapter upon the History of Portugal, and another containing a general description of Brazil, the two first volumes and about a fourth part of the third, are wholly and solely made up from mine. The list of authorities which he has given is copied from my marginal references; the manuscripts which he pretends to quote are those in my possession, and only those which I had used in my first volume. The whole matter of his history is taken from that volume, as far as it would carry him, and from no other sourcee, and in many places it is close translation. Care has been taken to disguise this plagiarism by transposing the matter as much as possible" (30).

(29) Bibliotheca Brasiliense I, pag. 585.

(30) Tradução da citação inglesa — Com exceção de um capítulo introdutorio sobre a Historia de Portugal, e outro que contém uma descripção geral

De trabalhos ingleses são ao lado da Historia brasileira de Southe, também dignos de menção tres excellentes artigos de George Edmundson, publicados na "English Historical Review". Trazem por epigraphie: "The Dutch Power in Brazil" — o Posler Hollandez no Brasil — (1630-1654). Infelizmente o autor trouxe a sua narrativa apenss até o anno de 1632, applicando-se em seguida a outros assinimptos.

Lancemos finalmente um olhar sobre a literatura alemã referente ao assumpto. Compre mencionar em primeiro lugar o Diarium de Ambrosius Richishoffer (de Strasburgo), homem que tem par parte pessoalmente na Conquista de Pernambuco no anno de 1630. Nas folhas do seu Diario, de tão divertida leitura, subordinadas ao titulo "Descripção de viagens ao Brazil e ás Indias Occidentaes", descreve elle como o ardento desejo de conhecer terras estranhas o expellia da patria. Em Amsterdão, para onde primeiro se dirigiu, fez-se alistar pela Companhia das Indias Occidentaes, como soldado da expedição do Almirante Loneq. Seguiu-se a partida em Junho de 1629. E logo impressões de espiritosas proporções empolgam aquele camponês que, pela primeira vez, contemplava o Oceano.

Elle não se cansa de descrever os horrores da viagem marítima. Registra com exactidão os nomes dos portos em que tocaram, e informa quantos navios a esquadra encontrou na travessia e, até, quantos peixes grandes foram assinalados na viagem. A isso se se-

do Brasil o. dos primeiros volumes e cerca de uma quarta parte do terceiro, são inteira o iníciacerto tiradas da sua obra Rio. A lista das colinidades que elle deu é copiosa de muitas referencias marginares; as inscripciones que elle pôs ciliar são as que se acham em seu poder, e somente aquellas de que fia uso em meu 1.º volume. Toda a materia de sua Historia é extrahida desse volume, só que elle pôs de resto, e de nemhum outra fonte, sendo que em muitos lugares é tradução exata. Houve addido em dilatgar esse pliego, transpondo-se a materia tanto quanto foi possível. — Southe — Prefacio em 2.º volume.

gue uma circumstanciada descrição do aspecto da costa brasileira, da tomada de Olinda e da ocupação da faixa de terra que lhe fica ao sul, e onde logo depois devia elevar-se a cidade de Recife. Com uma precisão alemã nota Richshoffer o numero de entradas e saídas de navios, as cifras das presas capturadas, dos desertores, do gado requisitado, e transmite ao leitor todas as occurrences militares, ainda mesmo as mais insignificantes. Depois de atravessar as Indias Occidentaes volta o nosso destemido strasburguez ao seio da patria. O seu trabalho, publicado 45 annos depois, não deixa de ter o seu valor para os primeiros tempos da Colonização hollandeza do Brasil.

As observações sobre as actividades dos Hollandeses na America do Sul, contidas nos compendios alemães de historia dos séculos 17 e 18, limitam-se, geralmente a abreviados resumos dos acontecimentos expostos por Aitzema, De Laet, Barlaeus e Nicuhof. A "Rerum gestarum Historia" de Barlaeus constitue, com as pesquisas de Piso e Maregraf, o fundamento principal do capítulo em que Ludwig Driesen descreve a benemerita actividade do Conde Nassau em Pernambuco. A obra de Driesen "Leben des Fuersten Johaun Moritz" — (Vida do Príncipe João Maurício) — (1849) é ainda, apesar de sua vetustez, uma das melhores biographias do celebre governador. Mais accentuadamente, porém, trata este livro da actuação posterior de João Maurício em Cleve e na Marea, que o autor descreve exhaustivamente, pela primeira vez, firmado em documentos (akten) do archivo do Estado, de Berlim (31).

³¹ Dr. Driesen era professor gymnasial em Cleve e já havia tres annos se da publicação no Jura acin a cidadu, num discurso proferido em comemoração da morte de Frederic Guillermo IV o depois impresso, divulgando o pedido do governo de João Maurício em Cleve e na Marea.

Delineado com vigor é o quadro que Heinrich Handelmann esboça, em sua "Geschichte von Brasilien" — Historia do Brasil — (1860), — das lutas travadas em solo pernambucano. Calado, Brito Freyre, Raphael de Jesus e as fontes hollandezas por mim tantas vezes nomeadas serviram-lhe de fundamento. Além disso, a litteratura pamphletaria foi tomada na devida consideração. O substancial trabalho de Handelmann merece ainda hoje o apreço que lhe foi dispensado por occasião do seu apparecimento. A parte relativa à época hollandeza não traz de certo nada de novo, quanto a exhaustividade muito se distancia dos trabalhos de Netscher e Varnhagen, mas apesar disso, os historiadores a elle recorrem, com predileção, quando tocam em seus escriptos na experiência brasileira da W. I C. Para disso nos convencermos basta que tomemos nas mãos o livro de Oscar Canstatt "O Brasil Republicano" (1899) ou o de Alfred Zimmermann "A Política Colonial dos Neerlandeses" (1903). Nas exposições gerais alemaes de Historia Colonial mais recentes, o estabelecimento dos Hollandezes no Brasil desempenha, como é natural, um papel muito modesto.

Desejo ainda aqui consignar que em comemoração ao jubileu centenário da Revolução Pernambucana de 1917 o Professor da Faculdade de Philosophia, Seiencias e Letras, Dr. Clemens Bründenburger publicou um pequeno livro intitulado "Pernambuco und die Entwicklung Brasiliens zur Selbstständigkeit" (Pernambuco e o desenvolvimento do Brasil para a Independência). Contém elle no seu capítulo terceiro uma exposição concisa do periodo hollandez. Quanto às publicações de minha lavra relativas à matéria. — cujos títulos se acham especificados no indice litterario junto, — julgo não dever entrar em particularidades.

Para maior facilidade de consulta, dividi em tres partes o registro seguinte, — no qual, excusado é dizer, sómente a litteratura de uso frequente foi contemplada, e como já aconteceu com o material manuscrito, puz em destaque as abreviações imprimindo-as em tipo gordo.

a) Obras e dissertações (*)

Aitzema: Lieuwe van Aitzema, Saken van Staet en Oorlogh I-III. 's Gravenhage (Haya), 1669 ff.

Anuas: Annuas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1876 ff.

Barlacus: Casparis Barlaei, Reruni per octennium in Brasilia et alibi gestarum sub praefectura Illustrissimi Comitis J. Mauritii Nassoviae etc. Editio Secunda. Clavis, M. D. C. LX. (Segunda edição). Traducção allemã: Brasilianische Geschichte/Bey Achtjähriger in selbigen Landen geführter Regierung Seiner Fürstlichen Gnaden Herrn Johann Moritz Fürsten zu Nassau... Cleve, 1659.

Biblioteca Brasiliense: Catalogo dos Livros sobre o Brasil, pertencentes a J. C. Rodrigues I. Rio de Janeiro, 1907.

Brandenburger: Clemens Brandenburger, Pernambuco und die Entwicklung Brasiliens zur Selbständigkeit. Studien Zur Brasilischen Geschichte, I Teil. São Leopoldo e Cruz Alta, 1917.

Brito Freyre: Franeiseo de Brito Freyre, Nova Lusitania. Historia da Guerra Brasilica. Lisboa, 1675.

Calado: Frei Manoel Calado, O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade. I. Lisboa, 1648.

(*) As abreviações opostas "a. d." e "a. f." significam — em dato — e seu local — (da publicação). Pe. que direi mais.

- Canstatt:* Oscar Canstatt, das republikanische Brasilien in Vergangenheit und Gegenwart. Leipzig, 1899.
- Driesen:* Ludwig Driesen, Leben des Fürsten Johann Moritz von Nassau-Siegen. Berlin, 1849.
- Edmundson:* George Edmundson, The Dutch Power in Brazil (1624-1654), The English Historical Review XI, p. 231 ff., XIV, p. 676 ff., XV, p. 38 ff. London, 1896-1900.
- Fabius:* A. N. J. Fabius, Johan Maurits, de Braziliëaan (1604-1679). Bruna's Historische Bibliotheek. Utrecht, S. d.
- Fournié et Béringer:* Victor Fournié et Emile Béringer, Mémoire sur le port du Recife. Tijdschrift van het Aardrijkskundig genootschap, Bijblad Nr. 8. (Revista da Sociedade Geographica — Supplemento Nr. 8). Amsterdam, Utrecht, 1881.
- Galland:* Georg Galland, Der grosse Kurfürst und Moritz von Nassau, der Brasilianer. Frankfurt u. M., 1893.
- Hagedorn:* Bernhard Hagedorn, Die Entwicklung der wichtigsten Schiffstypen bis ins 19 Jahrhundert. Berlin, 1914.
- Handelmann:* Heinrich Handelmann, Geschichte von Brasilien, Berlin, 1860.
- Kalff:* S. Kalff, t' Verzuim'd Brasil. De Gids, Mai 1899, p. 191 ff. Traduzido em Portuguez por Pedro Souto Maior, na Rev. do Inst. Bras. LXX, p. 241 e segs. Rio de Janeiro, 1905.
- Klerk de Rens:* G. C. Klerk de Reus, Geschichtlicher Überblick der administrativen, rechtlichen und finanziellen Entwicklung der niederländischen O. I. C. 1894.
- Kroniek:* Kroniek van het Historisch Genootschap te Utrecht. Jahrgänge 1869-1873.
- Labat:* Des Pater Labats, aus dem Ordem Bau, Zubereitung und mancherley Gattungen. Übersetzt von Georg Friedrich Casimir Schad. Nürnberg, 1785.
- Labat:* Des Pater Labats, aus dem Ordem der Prediger Mönche, Abhandlung vom Zucker, dessen Bau, Zubereitung und mancherley Gattungen. Übersetzt von Georg Friedrich Casimir Schad. Nürnberg, 1785. Tratado do Padre Labat, da ordem dos Pregadores, sobre o açucar, sua cultura, preparo e qualidades diversas. Traduzido por Georg Friedrich C. Schad. Nuremberg, 1785.

de Laet: Joannes de Laet, Historie ofte Jaerlijck Verhael van de Verrichtingen der Gecostroyerde West-Indische Compagnie. Zedert haer Begin, tot het eynde van't jaer sestien honderd ses-en-dertich. Leyden, 1644. João de Laet, Historia ou exposição annual das operações da Companhia privilegiada das Indias Occidentaes. Desde o seu inicio até o fim do anno 1636. Leyde, 1644.

Laspeyres: Etienne Laspeyres, Geschichte der volkswirtschaftlichen Anschauungen der Niederländer und ihrer Literatur zur Zeit der Republik. Preisschriften der Fürstlich Jablonowskischen Gesellschaft XI. Leipzig, 1863. Estevam Laspeyres, Historia das perspectivas politico-económicas dos Neerlandeses e sua literatura no tempo da Republica. Memorias a prenho da Sociedade Real de Jablonowo.

Ligtenberg: C. Ligtenberg, Willem Usselinx. Utrechtsche Bijdragen voor Letterkunde en Geschiedenis IX. Utrecht, 1916. C. Ligtenberg, Guilherme Usselinx, Contribuições para a Litteratura e a Historia de Utrecht. IX. Utrecht, 1916.

Lippmann: Edmund O. von Lippmann, Geschichte des Zuckers, seiner Darstellung und Verwendung seit den ältesten Zeiten. Leipzig, 1890. Edmundo O. Lippman, Historia do Açucar, sua produção e uso desde os tempus mais remotos. Leipzig, 1890.

Luzac: Elias Luzac, Hollands Rijkdom I, II. Leyden 1780-1781. Elias Luzac, Riquezas da Holanda I, II, Leyden, 1780-1781.

Netscher: Pieter Martinus Netscher, Les Hollandais au Brésil. Notice historique sur les Pays Bas et le Brésil au XVII siècle. La Haye, 1853.

Nieuhof: Johan Nieuhof's Gedenkwærdige Brasiliense Zee- en Land-Reize. Benefens Een bondige Beschrijving van gantsch Nederlands Brasil, Amsterdam. Viagem memorável de João Nieuhof por terras e mar do Brasil. Assim como uma sucinta descrição de todo o Brasil neerlandez. Amsterdão, 1682.

- Oliveira Lima:* Manuel de Oliveira Lima, Pernambuco, seu desenvolvimento historico. Leipzig, 1895.
- Piso, Maregraf:* Historia Naturalis Brasiliæ Guglielmi Pironis M. D. Lugduni-Batavi, De Medicina Brasiliensi Libri Quatuor. Georgi Maregravi de Liebstadt, Mienici Germani, Historiae Rerum Naturarum Brasiliæ Libri Octo. Joannes de Laet, Antwerpianus in ordinem digessit et annotationes addidit. Lugd. Batav. et Amstelodam, 1648.
- Piso Tract.:* Guigielmi Pisonis Tractatus: De Aeribus, Aquis et Locis (appenso à segunda edição do Barlaeus, Rerum gestarum Historia. Clivis, M. D. C. LX).
- Plante:* Francisci Plante Brugensis, Mauritiades Libri XII. Hoc est: Rerum ab Illustrissimo Heroc Joanne Mauritio, Comite Nassavie in Occidentali India gestarum Descriptio Poetica. Lugdani Batavorum, 1647.
- Raphael Jesus:* Frei Raphael de Jesus, Castrioto Lusitano ou Historia da Guerra entre o Brasil e a Hollanda, durante os annos 1624-1654. Novn edição, segundo a de 1679 impressa em Lisboa. Paris, 1844.
- van Rees:* Otto van Rees, Geschiedenis der Staatshuishoudkunde in Nederland tot het einde der achttiende eeuw. 2 Bde. Utrecht, 1865-1868. Otto van Rees, Historia da Politica economica nos Paizes Baixos até o fim do seculo 18. 2 vols. Utrecht, 1865-1868.
- Reesse:* J. J. Reesse, Do Suikerhandel van Amsterdam van het begin der 17 eeuw tot 1813. Haarlem, 1903.
J. J. Reesse, O comércio de açucar de Amsterdão do principio do seculo 17 até 1813, Haarlem, 1906.
- Richshoffer:* Ambrosius Richshoffer, Brasilianisch — en West Indianisch Risse Beschreibung. Strassburg, 1677. Traduzido para o Portuguez por Alfredo de Carvalho, Diario de um Soldado da Companhia das Indias Ocidentaes (1629-1633). Recife, 1897.
- Santa Teresa:* P. F. Giovanni Giuseppe di Santa Teresa Carmelitano Scelzo Istoria delle Guerre del Regno del Brasile. 2 vols., Roma, 1698.
- Schuller:* Rudolf R. Schuller, zur Affinität der Tapijana-Indianer des Theatrum Rerum Naturalium Brasiliæ. Internationales Archiv für Ethnographie XXI, p. 78 ff.. Leyden, 1913.

- Southey:* Robert Southey, History of Brazil I, II. London, 1810-1817.
- Santo Maior:* Pedro Souto Maior, Fastos Pernambucanos. Rev. do Inst. Bras., LXXV¹, p. 259 e segs., Rio de Janeiro, 1913.
- Varnhagen, Hist.:* F. A. de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), Historia Geral do Brasil I, II. 2.^a edição, Rio de Janeiro, s. d.
- Varnhagen:* Barão de Porto Seguro, Historia das Lutas com os Hollandezes no Brasil desde 1624 a 1654. 2 ed. Lisboa, 1872.
- Veegens:* D. Veegens, Historische Studien I. 's Gravenhage, 1884.
- Wätjen, Negerhandel:* Hermann Wätjen, Der Negerhandel in Westindien und Süd-amerika bis zur Sklaven-emanzipation. Hansische Geschichtsblätter, Jahrgang 1913, p. 417 ff.
- Wätjen, Judentum:* Hermann Wätjen, Das Judentum und die Anfänge der modernen Kolonisation. Kritische Bemerkungen zu Werner Sombarts "Die Juden und das Wirtschaftsleben". Stuttgart, 1914.
- Wätjen, Tauschhandel:* Hermann Wätjen, Zur Geschichte des Tauschhandels an der Goldküste um die Mitte des 17. Jahrhunderts. In: Forschungen und Versuche zur Geschichte des Mittelalters und der Neuzeit, Festschrift zu Dietrich Schäfers siebzigstem Geburtstag. S. 527 ff. Jena, 1915.

b) Revistas históricas brasileiras
(em ordem alfabética)

- Revista do Inst. Bahia:* Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 e segs.
- Rev. do Inst. Bras.:* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1839 e segs.
- Rev. da Acad.:* Revista da Academia Cearense, 1896 e segs.
- Rev. do Inst. Ceará:* Revista Trimestral do Instituto do Ceará, 1887 e segs.
- Rev. do Inst. Parahyb.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano, 1909 e segs.*
- Rev. do Inst. Pernamb.: Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1863 e segs.*
- Rev. do Inst. Rio Grande:* Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1903 e segs.

Revista do Inst. S. Paulo: Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, XVIII. 1914.

c) *Avulsos*

(em ordem chronologica)

Asher: G. M. Asher, A bibliographical and historical Essay on the Dutch books and pamphlets relating to New-Netherland, and to the Dutch West India Company and to its possessions in Brazil, Angola etc. Amsterdam, 1654-1867.

1624

Brassilische Relation inn America gelegen. Was gestaltet die Baija und Möhr Buesen de Todos os Santos unnd Statt S. Salvator von den Hollendern eingenommen worden / Geschichen diss 1624 Jahr. In: zwey Kupferblätten Gradiert. Augspurg, 1624 fol.

1630

Copic Vande Missive / gesche-ven by den Generael Weerdenburch aende Ho. Mo. Heeven Staten Generael / noopende de veroveringhe vande Stadt / Olinda de Fernambuco. 's Graven-Haghe, 1630. 4.^o 8 Ps.

Olinda, Ghelegen int Landt van Brasil, inde Capitania van Phernambuco, met Mannelijcke dapperheyt ende groote couragie inghenomen, ende gelueckelijck verovert, op den 16 Februarij A.^o 1630... Cort ende claeer beschreven / Door Joannem Baers, Dienner des Godlijcken Woorts... Amsterdam, 1630, 4.^o 38 Ps.

Veroveringh / van / De Stadt Olinda / Gelogen in de Capitania van Phernambuco / Door den E. E. Manhaften / Gestrenghen / Heyndrick C. Lonck, Generael te / Waterende te Lande. T' Amsterdam, s. d., 4.^o 30 Ps.

1631

Een cort ende warachtich Verhael / Van de vermaerde See- / strijd en loffelijcke Victorie / die Godt Al- / machtich verleent heeft de Generale West-Indische / Companie / onder't belegt vanden Manhaften Ad-/mirael Generael

Adriaen Janssen Pater... teghen de Spaensche Ar-made... in desen Jare 1631. Tot Middelburgh, 1631,
4.^o 8 Ps.

1637

Vertoogh By een Lief-hebber des Vaderlands vertoont. /
Teghen het ongefondeer. / de ende schadelijk sluijten
der vryen handel in / Brazil. s. l. M. D. C. XXXVII,
4.: 8 Ps.

Examen / Over Het Vertoogh Tegen het ongefundeerde en
schadelijke / sluijten der Vrijen handel / in Brasil /
Door / Eeen ondersoeker der wuerheit / s. l. M. D. C.
XXXVII, 4.^o 16 Ps.

1638

Bril-Gesicht! / Voor de verblinde eygen / Raetsuchtige Han-delers op / Brasil. s. l. 1638, 4.^o 8 Ps.

Deductie / Waer by enparteijdelijk over-wogen ende bewesen
wort, wat het beste voor de / Compagnie van West-Indien
zij: / Den Handel te sluyten / of open te laten. 's Graven-hage, s. d. 4.^o 32 Ps.

1640

Het Naderste ende Sekerste / Journalier Verhael / ofte /
Copye van sekeren Brieff, gheschreven / uyt Brasyl,...
nopende de treffelijcke ende langh- / gewenschte Victo-
rye... tegen de / inachtige Vloot des Konings van
Spanjen.... in de Maendt van Januarij, 1640. 's Graven-
hage, 1640, 4.^o 16 Ps.

1644

Consideratie / Over de tegenwoordige ghe- / legentheydt van
Brasil. U^r Amsterdam, 1644, 4.^o 34 Ps.

1645

Aen-Spraeck / non den / Getrouw'en Hollander / Nopende /
De Proceduren der Portugiesen / in Brasil. 's Gravenhage,
1645, 4.^o 24 Ps.

Antwoort / Vand'en / Ghetrouw'en Hollander. s. l. M. VI.^o
XLV, 4.^o 16 Ps.

1646

Manifest, / door d'Inwoonders van Pernambuco uytghegeven tot hum ver- / entwoordinghe op 't aennemen der wapenen teghens de / West-Indische Compagnie. Uyt het Portugies overgheset in onse Nederduytsche Tale. s. l. 1646, 4.^o 12 Ps.

1647

Korte / Antwoort Tegens 'T / Manifest ende Remonstrantie, / Overghelevert door d'Portugesche Nati, en In- / woon-doren van Pharnambuco, wegens 't aennemen der Wa- / penen tegens de West-Indische Compagnie. s. l. 1647, 4.^o 12 Ps.

De Brasilischo / Breede-Bijl: / ofte T' samen-Spraek / Tuss-chen Kees Jansz. Schott, ko- / mende uyt Brasil, en Jan Mael / Koopmans knecht,... over / Den verloop in Brasil. s. l. 1647, 4.^o 86 Ps. Traduzido em Portuguez por Pedro Souto Maior (corrigido por Alfredo do Carvalho) sob o titulo: "O Machadão do Brasil", Rev. do Inst. Per-namb., LXXI, p. 125 e segs.

Brasilische / Gelt-Sack, / Waer in dat kinaerlijck ver- / toont wort / waer dat de Participanten / van de West-Indische Compagnie haer / Goldt ghebleven is. / Gedruukt in Brasilien op 't Reciff in de / Bree Bijl. 1647, 4.^o 28 Ps. Traduzido em Portuguez por José Hygino Duarte Pereira sob o titulo: "A Bolsa do Brasil", Rev. do Inst. Per-namb. XXVIII, p. 121 e segs.

Journael / Oftc Kart Discours / nopende / de Rebellye en verradelijck Desseynen / der Portugesen / alhier in Brasil voorgenomen / t' wele in Junio 1645, is ontdeckt... Arnhem 1647, 4.^o 80 Ps.

Claar Vertooch / Van de / Verraderesche en Vyantlijcke Acten / en Proceduren / Van / Portugal, In 't verwecken ende stijven van de Rebellion / ende Oorloghe / in / Brasil... t' Ainssterdam, 1647, 4.^o 40 S.

1648

Brandt / In Brasilien. s. l. 1648, 4.^o 20 Ps.

West Indische Compagnie / Reglement by de West / Indische Compagnie / ter vergaderinge vande / Negentiene / met

approbatione vande Ho: Mo: / Heeren Staten Generael / over het open stellen vanden handel op Brasil... s' Gravenhage 1648, 4.^o 12 Ps.

1649

Brasyls / Schuyt-Practjen / Ghichouden tusschen een Officier / een Domine en een Coopman, noopende den Staet van Brasyl. s. l. 1649, 4.^o 24 Ps.

Haerlems / Schuyt-practjen / Ap't Redres / Vande / West-Indische Compagnie. s. l. 1649, 4.^o 24 Ps.

1650

De / Porto gysen / Goeden / Buymen. / Dienende tot Antwoort op het ongefondeer, de / Brasyls Schuyt-practjen. Ghedruckt tot Lisbon, inde groote Drucksae. Daer uyt-hangt het Verradisch Portegael. Anno 1650, 4.^o 16 Ps.

1651

Journael / ooste Historiæle Beschrijvinge van Matheus van den Broeck... wegen 't begin ende Revolte van de Portugese in Brasil (1614-1646). t' Amstelredam, 1651, 4.^o 40 Ps. Traduzido em Portuguez por José Hygino Dunrite Pereira sob o titulo: "Diario ou Narraçao Historica de Matheus van den Broeck," — na Rev. do Inst. Bras. XL', p. 5 e seces.

1652

Pierre Moreau, Klare en Waarachtige Beschryving van de leste Eroerten en Afval der Portugizezen in Brasil. t' Amsterdam, 1652, 4.^o 94 Ps. Traducção da: Histoire des Derniers Troubles du Brésil entre les Hollandois et les Portugais par Pierre Moreau. Paris, 1651, 4.^o

1654

Accord / Van / Brasilien. / Mede van 't Recif, Maurits-Stadt, / ende de omleggende For- / ten van Brasil. 'Amsterdam, 1664. 4.^o 8 Ps.

Motiven, / Die de Officiers der Militie en de / Hooge Raden in / Brasil, / hebben bewoogen met de Portugese- / sen te Contracteeren, s. l. 1654, 4.^o 4 Ps.

1655

Cort / Bondigh ende Waerachtigh / Verhael / Van 't schandelyck overgeven / ende verlaten vande voornaemste Conquesten / van / Brasil, / Onder de Regieringe vande Heeren / Wouter van Schoonenburgh / President / Hendrick Haeck, Hooghen Raedt, / Ende Sigismondus van Schoppe, / Luytenant Generael over de Militie Middelburgh, 1655, 4.^o 28 Ps.

1661

Tractaat / Ende / Aliantie / Taschen den Koninck ende Rijcke van / Portugael / ... Ende / De Ho. ende Mog. Heeren / De Staten Generael / der Vereenichde Nederlandtsche Provintien. Middelburgh, 1661, 4.^o 24 Ps.

LIVRO PRIMEIRO

Historia externa da
Empresa hollandeza
no Brasil

CAPITULO PRIMEIRO

DO APPARECIMENTO DOS HOLLANDEZES NA COSTA ORIENTAL DA AMERICA DO SUL ATÉ 1629.

A questão relativa á origem das expedições holandesas ás Indias foi objecto de uma controvérsia muito interessante, pouco antes do começo da guerra mundial. O estudo das fontes revelara que a luta da independencia dos Paizes Baixos contra Philippe II deixara invicta, a principio, o intercurso commercial hollandez-hesparhol que, no seculo 16, attingira a tão alto grão de prosperidade. Apezar do encarniçamento da disputa, Philippe por dezenas de annos tolerou em seus portos as embarcações de seus subditos rebeldados, porque a peninsula pyrenaica não podia dispensar o trigo e a madeira por elles trazidos. Em troca os Hollandezes recebiam os fructos do Sul, lá, mas principalmente os productos indianos que lhes eram transmittidos na neutra Lisboa, e cuja venda no Norte da Europa tão bellos lucros proporcionava. Quando o rei espanhol, depois da conquista de Portugal, difficultou o trafico, quando começou a molestar os seus fornecedores de cereais da maneira mais desagradavel, e, em 1585, como em 1595, numerosos veleiros neerlandezes foram confiscados nos portos ibericos, entraram os insurretos em ligação directa com as terras das espe-

ciarias (as Indias), assim de que o lucrativo commercio não caluisse nas mãos da concurrence ingleza ou hanseatica. O procedimento do rei fez, portanto, com que os Hollandezes começassem a seguir caminhos "daer sij anders niet eens op gedacht souden hebben" (32) (de que de outro modo não teriam cogitado).

Esta, pode se dizer, intuição corrente dos acontecimentos foi no anno 1911 contestada pelo Professor Georg Friedrich Preuss, — historiador breslauense tombado no campo da honra, — em um pequeno trabalho intitulado "Philippe II, die Niederländer und ihre erst Iudenfahrt" -- (Philippe 2.^a, os Neerlandezes e sua primeira expedição ás Indias) (34). Baseado em nova investigação das fontes e em argutas combinações Preuss chegou aos seguintes resultados: "A expedição ás Indias foi exactamente o contrario de um acto de desespero, não foi absolutamente provocada por medidas politicas de restrição por parte da Espanha; pode e deve ser interpretada apenas como a explosão irreprimivel da avassaladora confiança em si proprio, garante de soberbo exito, deste povo marítimo, ao qual a luta de muitos annos pela existencia autonoma havia acerado todos os musculos. Foi a consequencia necessaria de um impeto de desafogo, que visava quebrar todas as cadeias e ao qual as circumstancias do tempo viveram juntar um novo e possante estímulo". A comprovação pareceu tão decisiva, a concatenação das ideias tão logica, e as conclusões se afirmaram tão convincentes,

(33) Vellius, Chronyk van Noort (Ausz. von 1648), pag. 272, Conf. Fruct. Tien jaren naer den Tachtigjarigen Oorlog (O. Ausz.), pag. 107 Cronica de Noort (edição de 1640) pag. 272, Fruct. Des annos da Guerra dos 80 annos (6.^a ed., pag. 187)

(34) Impresso primeiramente na polyvaléria comemorativa do centenário da Universidade de Breslau. Posteriormente publicada como appêndice separado.

que muitos historiadores alemães e neerlandeses acharam razão no douto professor de Breslau, e se converteram ao seu parecer; pelo menos quanto aos pontos principaes.

Na primavera de 1913 o decano dos pesquisadores historicos hollandezes P. J. Blok publicou em Leide uma anti-critica (35). Aquella brusca mudança de opiniões fez com que elle mais uma vez examinasse os argumentos trazidos à bailha por Preuss, manuseando de novo as fontes em que este se apoiava. Em sua monographia Blok primeiro confronta os depoimentos dos contemporaneos para depois apresentar um quadro das varias phases do trafico commercial espanho-hollandez desde a irrupção da rebellião. Velius, Bor, van Reyd, van Meteren e de Groot, sobre cujos dados responsta, em primeira linha, o uesso conhecimento das relações commerciales daquelles tempos entre os dous países, informam, sem disreparancia, que a perturbação das ligações mercantis e o confisco dos navios não deixaram aos hollandezes outra saída senão volver o curso de suas navegações para as regiões productoras das mercadorias indínnas, — sendo portanto justo concluir que as medidas postas em prática por Philippe teuhain sido a mola real da navegação para as Indias. A isso acresce mais um motivo, que até agora não havia sido bastante considerado. O embarque de contrabando e o abastecimento ao inimigo de cereaes e madeira para construção de navios vieram provocar vivos protestos nos Paizes Baixos e exacerbar o animo principalmente dos ingleses e franceses, os quacs passaram

Vaderlandsche Geschiedenis en Onthuldende V. Reeks", pag. 102 ff. — Tradução (35) "De Handel op Spanje en het begin der Grote Verrassing" Nijverheid van da arte hollandez — (O Commercio com a Espanha e o princípio da Grande Expedição Contribuição para a História Jurídica e Arqueologia. V. Reeks, pag. 102 * 1913.

a criar aos navegantes hollandezes que assim serviam aos interesses da Espanha, toda sorte imaginable de obstaculos. Além dessas causas externas, influiu tambem para a resolução do povo neerlandez, de aventurear-se à navegação para as Indias Orientaes e Occidentaes, o desejo de levar a guerra ás colonias espanholas e portuguezas, de interceptar as comunicações entre elles e a nãe patria, bem como "last not least" (ultimo mas não menos importante) "a irreprimível ansia de expansão" tão bem caracterizada por Preuss. Segundo se expressa Blok na parte final de sua dissertação, o erro de Preuss consistiu em querer attribuir apenas a "causas geraes" um acontecimento historico que só podia ser explicado pelos próprios factos reais de que foi o effeito. E assim foi que veiu a prevalecer como verdadeira a concepção anterior.

Devo confessar que os argumentos do pesquisador hollandez vieram abalar profundamente a convicção já por mim uma vez manifestada sobre o aceito da opinião de Preuss (36). Os resultados a que chegou Blok parecem-me agora se approximar mais da verdade do que as repolidas proposições do letrado alemão a quem a morte heroica pela patria cancelou a possibilidade de responder ao ataque. Como nos arquivos neerlandezes existe instimavelmente bem pouco material procedente do terço final do seculo 16, e as fontes só começam a fluir mais abundantes depois de 1600, faltam-nos os elementos necessarios para determinar com precisão o tempo do inicio das expedições maritimas neerlandezas para a America do Sul. As declarações de historiadores mais antigos ou modernos, segundo as quais as viagens já deviam ter começado na oitava decada do seculo 16, não me merecem muita fé.

(36) Deutsches Geschichtsblätter, Jahrgang, 1912, pag. 272 e segs.

Realmente não se contesta que navegantes hollandezes tenham por esse tempo realizado viagens ao Brasil para firmas portuguezas, hasteando por segurança a bandeira hespanhola ou a portugueza (37).

Mas tales viagens não podem ser consideradas como empresas de conta própria. Enquanto os portos e mercados portuguezes estavam abertos aos hollandezes, nenhuma premente necessidade havia para estabelecer ligações diretas com o Brasil. Assim, as madeiras de tinturaria, tabaco e pelles podiam ser comprados por menor preço em Lisboa. Para que houvam os navios da Holanda de emprehender longas e dispendiosas viagens marítimas, sujeitas a grandes perigos, quando os desejados artigos de comércio podiam ser adquiridos tão mais perto e mais comodamente? Como eram boas as relações que os rebeldes neerlandeses entreinham com casas de comércio em Lisboa, Porto e Viana, atesta-o um interessante documento de que primeiro se utilizou J. R. J. de Jonge: "Deductie, vervattende den oorspronck ende progres van 't vaert en de handel op Brasil uyt dese Landen" (38). Se bem que tenha aparecido em época um tanto posterior, — no anno de 1622, — ocupa-se também de sucessos mais antigos. Na peça em apreço, os representantes dos negociantes relacionados mercantilmente com o Brasil, assim se manifestam aos Esta-

(37) J. N. J. de Jonge opina em seu libro: "De Ophank van het Nederlanden Gezeg in Oost-Indië" I, pag. 35. ("A origem do poder hollandez na África Oriental") que a sua's unicas "geenreke reeft op de Kusten van Amerika door onsse zieldeken" (navegação regular nas costas da América pelos nossos marinheiros) fizeram as viagens ao Brasil. Já entre 1590 e 1593 haviam hollandezes frequentado os mares Irmelotes e, em crinhanca com firmas portuguezas em Viana e no Porto, entrado comércio com o Brasil. Em consonância das severas proibições de Filipe, para abr. navegarão os navios hollandezes sob a bandera da Espanha ou França, e por conta de casas de comércio ibéricas.

(38) Esta peça se acha no ars. (flage) Admiraliteit 1622, Stat. gen. Nr. 2170. Trad. da cit. Hollandez do título do documento. — Exposição em que se comenta a origem e progresso da navegação e comércio do Brasil com estas terras

dos Geraes: "Os nossos amigos commerciaes portuguezes têm em todos os tempos correspondido ás suas obrigações e sempre nos acolhido como se fossem nossos paes". Affirma ainda o manuscrito que desde o anno 1594 os hollandezes haviam feito viagens directas da regiõe da foz do Rheno para o Brasil. Esta comunicaçao parece-me merecer fé. Está tambem cronologicamente de acordo com as datas estabelecidas para emprehendimentos analogos. Assim, em 1593 a "Maegd van Enkhuisen" tocou na costa da Guiné, como primeira embareação hollandeza ali apparecida, e dous annos mais tarde Cornelis Houtman deixou o litoral patrício no intento de solver o problema de uma ligação directa entre a Hollanda e as ilhas de especiarias da India Oriental (39).

Um tráfico mais animado se desenvolveu dessas primeiras tentativas aventuroosas, quando os effeitos da interdição commercial hispaniola e o fechamento dos portos portuguezes se fizeram sentir nos paizes baixos. A Espanha promptemente se apercebeu do perigo que ameaçava a sua possessão colonial na costa oriental da America do Sul. A 16 de Janeiro de 1599 escrevia Alvaro Mendez de Castro ao seu Governo — cito a tradução ingleza de Edmundson: "An immense swarm of Dutch ships enter the various islands and ports on 'the coast of the mainland and finding them improvized with cloth, which is not sent from Spain, they sell it very cheap" (40).

(39) G. Brandt, Historie der Zee-en-Koop-stad Enkhuizen (Historia da cidade estremeccial marítima Enkhuizen) I, pag. 2'2. Wätjen Tropenhandel (Wätjen, Inter-ecçao Comercial), pag. 529.

(40) G. Edmundson, The Dutch on the Amazons and Negro in the Seventeenth Century English Historical Review XVIII (1903), pag. 612. Tradução do Inglês: "Um enxame de navios hollandezes dirige-se às várias Ilhas e portos da costa continental e, achando-as desprovidas de fardadas, por falta de suprimento hispaniol, as vendem por preço muito baixo".

Era um exagero, bem se vê, falar em um "enorme enxame de navios de commercio", em referência às embarcações neerlandezas apparecidas nas costas da Guyana, do Brasil e na região insular das Indias Ocidentaes, no expirar do seculo 16, quando o seu numero se achava ainda em lento crescimento. Indiferentes às severas prescripções do Rei e por vezes mesmo com a tacita tolerancia do Governo exercitavam os hollandezes o commercio de trocas com os naturaes e, quando se lhes offerecia occasião, davam-se mesmo ao saque das caravelas (41). Zelândezes de Vlissingen fundaram dous fortos no Xingú, affluente sul do Amazonas (42), por volta de 1600, — estabelecimentos estes a que estava reservada uma curta existencia, mas que vieram mostrar com que energia foi levado o avanço no novo rumo. Já no principio do seculo 17, de 80 a 90 embarcações navegavam annualmente para Punta de Araya na costa da Venezuela (43), em busca de carregamentos de sal, de tanta necessidade para a pesearia.

Estando a visita às colonias hispanholas — desde 1580 as possessões ultramarinas de Portugal pertenciam ao reino de Philippe — sujeitas a muito grandes embarcações e constantes perigos para navio e tripulação, os commerciantes e armadores em Amsterdão, Enkhuisen, Middelburgo e outros lugares, já se tinham, em 1597, organizado em pequenas associações de com-

(41) Van Rees II, pag. 75.

(42) A primeira noticia a este respeito se encontra em I. de Leet, *Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indien*, 2 Druk (1630), pag. 562.

(43) Vogel, *Zur Grösse der europäischen Handelsflotten in 15, 16 und 17 Jahrhundert*, Festgabe für D. Schäfer, 70. Geburtstag, p. 514 (W. Vogel — História da rota commerciäl europea nos séculos 15, 16 e 17. Opusculo comemorativo do 70.º aniversario natalício de D. Schäfer). Uma boa referência geral de fontes.

mercio. Enquanto essas companhias se mantiveram separadas, exercitando reciproca concurrenceia e inconsideradamente fazendo mal umas ás outras, faltou aos seus comprehendimentos o grande sopro creador, deixou de ter a sua actuação a necessaria efficiencia. Não iam além de capturas de navios mereantes hespanhoes, de lutas victoriosas com os galeões e, ocasionalmente, de realizações commerciaes. Quanto a serviços propriamente de colonização, é claro que não se poderia contar com elles sem a criação de uma poderosa Companhia que dispusesse de avultado capital. O homem que, após indefesso trabalho e multiphas tentativas malogradas, conseguiu levar a cabo essa obra, chamava-se Willem Usselinx.

Em Antwerpia, no anno de 1567 vira Usselinx pela primeira vez a luz do dia. "Antwerp was", diz Franklin Jameson, "at the beginning of that year literally at the height of its prosperity, and we shall not be far wrong if we declare, that the future merchant, economist and colonial projector was born at the commercial capital of the world, the centre of its wealth and civilisation" (44).

Usselinx fez-se mercador, foi para Espanha e Portugal, foi para os Açores e lá esteve em actividade como agente (Faktor) de casas commerciaes. Aos 24 annos, já homem de fortuna, estabeleceu-se, seguindo

(44) J. Franklin Jameson, *Willem Usselinx*. Papers of the American Historical Association II, nr. 3 (1897). Maia: van Reeuw II, pag. 72 ss. Em tempos mais recentes Dr. C. Lijstemberg publicou como ampliação de sua Dissertação Doctoral de Utrecht um excellente livro sobre Usselinx, que trat muita societate tolere as suas relações com a Súria. — Trad. da edição Inglesa — "Antwerp estava no começo desse anno literalmente no apogeu de sua prosperidade, e não extremos longe da verdade se dissermos que o future negociante, economista e idealizador colonial nasceu na capital commercial do mundo, no cenuso da sua elucidação".

se presume, em Amsterdão, quando o vigor commercial da Antwerpia, em 1585, já se lhe havia insinuado nas arterias. Grandes projectos agitaram o seu espirito irrequieto, e, sobretudo, absorvia-o a ideia de promover una ligação mais estreita entre a Hollanda e o Novo Mundo. Segundo o exemplo da Companhia de Commercio das Indias Orientaes queria elle fundar una poderosa "Companhia das Indias Occidentaes", em cujas mãos deveriam os Estados Geraes depôr o monopólio do commercio com a Africa occidental e a America. Dous empenhos seriam o objecto dessa nova companhia (W. I. C.). Duma parte a fundação de colônias e promoção da prosperidade nacional por meio dos lucros a realizar com o desenvolvimento do tráfico.

Doutra parte, deslocar as lutas do theatro da guerra hollandez, mudando-lhes o scenario para as regiões ultramarinas. Se se conseguisse interceptar á Hespanha a importação do precioso metal mexicano e peruviano, e desviar a caudal de prata dessas terras para a Hollanda, então seria Philippe batido com as suas proprias armas.

Desde o principio da nona decadada do seculo posse Usselinx em incessante actividade, para a propaganda desse plano, que encontrou notadamente na Zelandia propicio terreno. Mas mesmo em Amsterdão despertou o projecto interesse e approvação. Quanto aos pontos capitais logo, sem duvida, surgiram divergencias de parecer. Em quanto Usselinx punha todo o empenho na criação de nucleos coloniaes e na facilitação das relações commerciaes, — relegando, em contrario, para segundo plano a actividade militar da nova Sociedade, — os potentados da Província de Hollanda só queriam ver na Companhia a ser criada um instrumento de guerra contra o odiado adversario.

rio. "Fazer magnificas presas", escreve van Rees, "o desviar a attenção dos hespanhoes do theatro de guerra Hollandez, eis os fructos que se esperava colher, e para isso bem podia o paiz empregar algumas toneladas de ouro e uma parte de sua marinha de guerra" (45). Junta-se a isso, que os resultados obtidos pela Companhia das Indias Orientaes haviam animado em extremo a ambição de muita gente, e que, na esperança de alcançar eguaes lucros no Novo Mundo, todos menos-prezavam praticamente as dificuldades a vencer.

Quando em 1607 tentativas foram feitas no intuito de promover mediações de paz entre a Hespanha e as sete províncias, converteu-se o projecto da W. I. C. em um ponto de discordia entre os partidarios da paz e os da guerra, na União Neerlandesa (46). Com toda a energia activaram o Príncipe Mauricio e os seus adherentes a fundação da Companhia das Indias Ocidentaes, visando entravar, por este meio, quaisquer negociações de paz. Elles bem sabiam que Philippe III não poderia dar a sua acquiescencia à fundação de uma Companhia que estava destinada a cavar a ruina do commerçio hespanhol na America, e que elle jamais se submeteria a uma condição de paz, que lhe deixasse "einen Dorn in eigenen Fleisch" ("um espinho na propria carne"). Ao plano do partido governamental puseram embargo, porém, Johan van Oldenbarneveldt (47) e os Nobres e Poderosos Senhores da província de Hollanda. Elles visaram o ponto mais sensivel, a enorme despesa que uma Companhia destinada especialmente a operações de guerra teria de absorver, e

(45) Van Rees II, pag. 59.

(46) Ibidem, pag. 21 f.

(47) Ela antes havia tomado visto Interesse pelo projecto. Conf. John E. Elias, *De Vroedschap van Amsterdam*, I, Introdução, pag. 6. ("O Grande Conselho de Amsterdã").

fizeram ver que não se podia comparar a O. I. C. com a W. I. C. a organizar-se. A O. I. C. propunha-se exercitar principalmente o tráfico mercantil e o fazia com muito auspiciosos resultados. Em consequencia de seus grandes rendimentos, não necessitava de subsídios do Estado para empresas militares. A W. I. C. pelo contrario exigiria fortes subvenções. Quem poderia, entretanto, garantir que ella seria também afortunada em suas expedições bellicas?

Deve-se à politica de Oldenbarneveldt a victoria da ideia pacificadora. O projecto da Companhia foi posto à margem e delle só se fazia uso como meio de ameaça, quando os hespanhoes procuravam criar dificuldades. Depois de 1607 o interesse pelo plano de fundação da W. I. C. foi pouco a pouco se extinguindo. Mas Usselinx, nem por isso, se deixou esmorecer. Servindo-se da pena, esse homem incansável persistiu na propaganda. De suas mãos saiu no anno 1608 um pamphleto, sob o titulo: "Vertoogh, hoe notwendich, nut ende profytelick het sy voor de Vereenighde Nederlanden te behouden de vryheit van te handelen op West-Indië" (48). Franklin-Jameson com razão menciona esta pequena brochura como um dos melhores pamphletos neerlandeses do seculo 17. O autor expli- en ali o que significava para a Hollanda o commereio das Indias Occidentaes e que vantagens lhe offerece. Diz ser um grande erro, julgar que, entre os productos da America, desempenhem o ouro e a prata o papel principal. Que a navegação hollandeza deve dirigir o seu curso para as Indias Occidentaes, não em busca de metaes preciosos e para descobrir minas, mas para

(48) Tradução do título holandês do opusculo de Usselinx: "Demonstração de quais necessárias, útil e proveitosa seja para os Países Baixos Unidos preterir a liberdade de commercio com as Indias Occidentaes".

fundar estabelecimentos coloniaes e exercitar o comércio da trocas com os naturaes (49). Sem duvida, a América produzia importante quantidade de ouro e prata. Seus melhores productos, porém, eram o assuear, madeiras de tinturaria, anil, cochenilha, couros, pedras preciosas, gengibre e outros artigos. As matérias primas, que a Espanha importava anteriormente, deviam ser adquiridas em troca de manufaturas ou mercadorias holandezenas. Sómente desta sorte seria a candal da prata encaminhada para as algibeiras dos comerciantes, operarios, marinheiros e lavradores holandezenas (50).

— Proseguindo sempre no seu proposito, expõe Usselinx a necessidade de obter seguros pontos de apoio nas Indias Occidentaes. Isso poderia se realizar sem esforço extraordinario porquanto a Espanha ocupara apenas uma pequena parcela do vastissimo continente americano. Na verdadeira comprehensão das relações que devem existir entre patria e colónia, escreve van Rees, na indicação da importância das trocas mercantis, e no insistir pela diffusão da moral e da cultura entre os naturaes, se resume todo o valor do escripto de Usselinx.

Não era mais possivel, porém, salvar o projecto da Companhia. Quando o pamphleto veiu a lume já as negociações hispano-neerlandezas haviam atravessado o periodo critico. A 9 de Abril de 1609 foi firmado um tratado de treguas durante doze annos. Com elle a fundação da W. I. C. pareceu ficar relegada *ad calendas Graecas*. (51)

(49) Os planos de colonização de Usselinx não claramente expostos no trabalho de Lüttichius, pag. 29 ff.

(50) O texto completo, em van Rees II, pag. 90.

(51) *Ibidem*, pag. 95.

Nos doze annos de freguas, reanimou-se o intercambio commercial com Portugal e, atravez de Portugal, com o Brasil. De 10 a 15 barcos hollandezes velejavam annualmente de portos portuguezes para a costa oriental da America do Sul, e voltavam ao Porto e a Viana carregados de assuear e madeiras do Brasil. Lisboa era menos frequentada porque lá os impostos sobre o assuear eram muito elevados. Os portuguezes davam preferencia para os seus carregamentos aos navios hollandezes, os quaes em consequencia de sua solida construcao, resistencia ao mar e grande capacidade começaram a expellir gradualmente a concurrencia das caravelas, na navegação para o Brasil. Ainda mais, o negoçio, segundo se evidencia de nossas fontes manuscritas, passou em consideravel parte para as mãos das firmas hollandezas. Estas fundaram filias nas praças nomeadas e ganharam muito dinheiro. (52)

Depois de, por varios annos, ter dedicado a sua actividade a outra empresa, o desecamento do Beemster (53), apareceu Usselinx novamente em publico, quando melhores perspectivas se offereceram para a realização dos seus planos de colonização das Indias Occidentaes. Em entendimento com o príncipe Mauricio, procurou elle mais uma vez reviver a agitação em Hollanda e Zeelandia. Mas Oldenbarneveldt estava de sobre-aviso. Ele sabia que o bom exito da propaganda viria abalar o estado de paz, com tantos esforços conseguido, e forçar a Espanha a nova guerra. E os Estados da Hollanda formaram fielmente no lado do Grande Pensionario. Mais uma vez chocou-se Usselinx

(52) Segundo a 14 ach*- est. "Deductie, voorafgaende den oerceptiech" etc. Conf. também meu artigo: Holland und Brasilien in 17 Jahrhundert, no "Holländische Geschichtsblätter", anno de 1911, pag. 457.

(53) Um lago interior na Província Holandesa do Norte (entre Alkmaar, Purmerend e Hoorn) dessecado nos annos 1608-1612.

com uma energica resistencia e viu malograr-se a realização dos seus desejos.

Sómente a queda de Oldenbarneveldt, que pôz um termo à desagradavel discordia entre o partido do Governador e o dos Estados, veiu criar finalmente circumstancias favoraveis ao projecto da Companhia. De novo resurgiu este como objecto de deliberação nas reuniões dos Altos e Nobres Poderes, e quanto mais o partido pré-guerra ganhava influencia, tanto mais desanimados se iam tornando os esforços dos adversarios em fazer duradoura a paz entre a Illespanha e os Paizes Baixos. Mais uma vez estendeu Usselinx os seus esforços ao extremo, lutando pela palavra e pela pena em prol da realização de sua ideia. Quando, porém, a 3 de Junho de 1621 depois de vencidas interminaveis hesitações e difficuldades foi criada a W. I. C., ninguem teve maior desillusão do que o seu pae espiritual. A' nova Sociedade foi concedido um monopolio commercial por vinte e quatro annos, para a costa occidental da Africa desde o tropico de Cancer até ao Cabo da Bôa Esperança, para a America do Norte e do Sul e igualmente para o Oceano Pacifico, a leste da Nova Guiné. Foi-lhe conferido ao mesmo tempo o direito de firmar allianças e tratados de commerce com os soberanos nativos de todas as regiões que tivesse de ocupar, de construir fortes, de nomear governadores e funcionarios, os quaes deviam obedecer ás ordens da Companhia, mas tambem ás determinações dos Altos Poderes. O Estado obrigava-se a fornecer as tropas que fossem precisas para a execução dos emprehendimentos. Soldo e manutenção ficavam naturalmente por conta da W. I. C. Foram criadas cinco Camaras de Commercio, a saber: uma em Amsterdão, com quatro quinhões, uma segunda em Middelburgh com dous quinhões, uma terceira em Mansuar-

tier (distrito do Mosa) — Rotterdam, Dordrecht e Delft (54), uma quarta no Norderquartier (dist. Norte — Hoorn, Enkhuizen), — e uma quinta em Groninga (cidade e província), com um quinhão cada uma. (55)

O chamado Conselho dos XIX, encarregado da Direcção Geral, era composto de membros dessas Camaras. Reunia-se alternativamente em Amsterdão e Middelburgo (seis annos na metropole hollandeza, dous annos na Zelândieza), era responsável pela administração geral e enxilava da manutenção das relações entre os seus diferentes membros. O conselho director dos XIX compunha-se de representantes das cinco Camaras, proporcionalmente às suas en-partes, assim: Amsterdão dava 8, Zelandia 4, e as outras, 2 cada uma. O decimo nono director era nomeado pelos Estados Geraes, aos quais, tratando-se de operações de guerra da W. I. C., cabia a palavra decisiva. (56)

Em alguns pontos os Estatutos da nova Companhia se afastavam da outorga conferida à O. I. C. Assim por exemplo os accionistas da W. I. C. tinham uma influência mais accentuada sobre a escolha dos "Be-windhebber". Eram estes os Directores que se achavam á frente de cada Camara, sujeitos á obrigação de apresentar de seis em seis annos uma prestação geral

(54) Sobre o distrito do Mosa (Mazenwarter) conf. C. de Linten, *De Oprichting van de Rotterdamsche Kamer der W. I. C.* na *Rotterdamse Jaar-reeks*, Anno 8º, — (A fundação da Camara de Rotterdam da Comp. das Indias Ocidentaes (W. I. C.) — em o Annuario de Rotterdam, 8º anno). E mais a artigo de R. Dijksma, *Rotterdam Amerika — Vanuit in de tertia heft der Zeekundige Eemre. Niderlands voor Nederlandse Geschiedenis en Oudheidkunde*, anno 1915, p. 97 ff. (R. Dijksma — A navegação entre Rotterdam e America no 13º período do século 17, Contribuição para a História e Arqueologia Física), anno 1915, p. 97 ff.

(55) Tales quinhões (da capital social) são ordinariamente expressos em porcentagem: assim: Amsterdão 4/9, Middelburgo 2/9, Rotterdam, Hoorn e Groninga 1/9, cada uma.

(56) *Netscher*, p. 21.

de contas. Além disso, os Altos Poderes exerciam sobre a W. I. C. uma fiscalização mais rigorosa. Tinham estes também, como vimos, um representante próprio no Conselho dos XLX, através do qual exercitavam uma inspecção completa do movimento comercial da Sociedade.

A União Neerlandesa incumbiu a W. I. C. da missão de atacar as possessões da Espanha no Novo Mundo. Nem era de esperar outra cousa. Quando a Companhia começou a enviar incessantes expedições á America Central e do Sul, viu-se Philippe obrigado a dispersar as suas forças, levando a guerra — já reaberta em 1621, anno da fundação da W. I. C. — a diferentes theatros situados a longa distaueia uns dos outros. Uma parte da ainda sempre temida Armada ficou assim detida em aguas americanas. Quanto mais periclitante ali se mostrasse a situação para o poderio da Espanha, tanto menos recursos se ofereciam ao Rei para a reconquista das províncias rebeladas.

Sómente em segundo plano se apresentava á consideração da Republica o lado economico da nova empresa. A Usselinx, cujo pensamento dominante era chamar á vida uma Sociedade destinada a promover o desenvolvimento do Commercio e da Navegação da Holanda, e que sempre contemplara a criação de um grande imperio colonial no Novo Mundo, como não deveria ter sido amarga a desillusão ao ver o que haviam feito do seu projecto? Como poderia uma Companhia, que devia servir de instrumento de guerra, e cujo principal empenho seria o apoio militar ás sete províncias novamente em luta com o adversario hispanhol, estabelecer ao mesmo tempo nucleos coloniaes, exercer commercio de trocas com aborigenes e pregar

o Christianismo aos povos pagãos? (57) O que, porém, ainda mais desgostou a Usselinx foi ver que contra o seu conselho tão grande influencia sobre a direcção da Companhia se concedera nos Estados Gernes e aos acionistas. (58).

Haveria em 1621 hollandezes intelligentes que acreditassesem ser a W. I. C. capaz de dar pleno desempenho á dupla missão que lhe fôra commettida? Reconheceriam elles já naquelle tempo que encargo colossal havia sido posto sobre os hombros da nova Sociedade? As fontes são mudas a esse respeito. Subbia-se nos Paizes Baixos que a America não era nem huma India Oriental, nem huma terra antiga e opulenta, já ettingida pela civilização, como era o Archipelago da Sonda, tão prodigamente dotado pela Natureza. Com trabalho consideravelmente menor poderiam os hollandezes se firmar naquellas paragens orientaes, onde a ocupação portugueza era tão escassa, fundar estações de comércio e auferir grandes lucros. Na America Central e do Sul o Invasor ia entrar em contacto com extensas costas que, de colonização branca mais densa, se achavam, na mór parte, em melhores condições de defesa. Aqui, havia a temer que os naturaes vissem nos neerlandezes não libertadores do jugo hespanhol, e sim, novos oppressores. Por esse motivo, tanto mais energiea seria a resistencia. Quanto á produçção na zona de trabalho delimitada á Companhia, não podiam os hollandezes nutrir illusões. Na America não existiam as preciosas especiarias indianas. O Novo Mundo não produzia pimenta, noz moscada, ou eravo, mercadorias estas que obtinham sempre altos

(57) van Rees II p. 109 ff.; Giltenberg, p. 75 ff.

(58) van Brakel, De Hollandsche Handels compagnieën der Zeventiende Eeuw (1908), p. 35.

preços e para as quaes era sempre forte a procura. E' verdade que havia assucar, madeiras de tinturaria, tabaco e outros artigos colonines desejados, mas sobre estes mantinham a primazia os metaes preciosos. Do ouro e da prata da America tinham sede tambem os hollandezes, e só duas possibilidades se lhes ofereciam de virem a adquiri-los: ou haviam de apossar-se violentamente das minas productoras ou de manter um poder naval a todos os respeitos superior ao dos hespanhoes, assim de apresarem as frotas carregadas de prata na sua travessia das Indias Occidentaes para a Europa. "Uma e outra cousa exigiriam meios muito mais importantes do que desviar o commercio das especiarias, de sua antiga rota". (59). E o segundo campo de actividade, a Costa Occidental da Africa? Esta produzia ouro, marfim, plumas de avestruz, madeiras de tinturaria, malagueta, etc. No que, porém, sobrelevava, era no fornecimento de escravos negros, para os quaes a Hollanda nenhuma applicação adequada tinha pelo menos enquanto não dispusesse de *colonias agricolas proprias*.

Estes prospectos pouco promittentes de imediato lucro fizeram com que a subseripção das ações da W. I. C. tivesse um curso muito lento. As pessoas abastadas rezusavam abrir os cordões da bolsa e sómente á força de muita persuasão a isso vieram a ser induzidas. Membros dos Estados Geraes e estados províncias, que queriam dar um bom exemplo aos seus cidadãos, subscreram sommas consideraveis. Sobre a Q. I. C., que via a sua irmã das Indias Occidentaes com sentimentos tão variados, tal pressão foi exercida que ella se virá na necessidade de promptificar-se,

nolens-volens, a entrar com um milhão de florins. (60) Se não quizesse acquiescer ao desejo dos Estados, não lhe seria renovada a concessão outorgada, cujo prazo estava a expirar naquelle tempo. Além disso, os Altos Poderes puseram á disposição da W. I. C. 16 navios grandes e 4 biátes, e obrigaram-se a pagar-lhe durante cinco anos uma subvenção de 200.000 florins. Em compensação deviam elles participar do lucro annual, em metade da somma. (61)

Até 31 de Agosto de 1623 — até essa data fôra o governo obrigado a prorrogar o prazo das subscrições — foi acumulado um capital de 7.108,106 $\frac{1}{2}$ florins. Contribuíram, para mencionar apeuas algumas parcelas, as Camaras:

Amsterdão . . . com	2.846,582	florins
Zelandia . . . "	1.379,775	"
Distrito do Mosa " "	1.039.202:10	"

(62)

Edmundson assim caracteriza a nova Companhia (W. I. C.) então lançada no campo da luta contra a Hespanha: "A trading company in name, an armed and semi-independent corporation in reality, aiming indeed at profit, but profit by war rather than peace, its object being to strike home at the national foe upon his most vulnerable side and thus to bring him the more speedily to his knees". (63)

A W. I. C. não gosa na Hollanda de boa tradição. Costuma-se ver nella — seja-me permitido servir-me

(60) van Rees, p. 133, Blok, *Geschiedenis. Van het Nederlandische* vol. IV, p. 211, p. Edi. Jo. allenii (F. A. Petthes) 1 v., p. 298.

(61) Nelscher, p. 11.

(62) Lutte, I, p. 318.

(63) Elas, Itin. XI, p. 231, — Tradução da edição inglesa, — "Uma Companhia de Commercio no nome, uma corporação armada e semi-independente na realidade. Sendo lucro na verdade, não lucro antes por meio da guerra do que pela paz, e tendo por objecto ferir ao vivo o «meio nacional no seu ponto mais vulnerável, para mais facilmente obrigar-lhe a pôr-se em sua poté».

das palavras de Sombart — "nada mais do que uma associação semi-belligea, organizada para fim de conquista, com direitos soberanos e amplissimos meios offensivos, quo exercitava a pirataria em grande escala e a essa actividade principal devia verdadeiramente os seus lucros." (64) Bem se via portanto que as suas tentativas de colonização nenhum exito podiam alcançar, pois eram feitas com recursos inteiramente insuficientes, o que é facil de explicar considerando-se que os Directores da Sociedade sómente cuidavam de realizar lucros com a maior promptidão possível. Na W. I. C., escreve Van de Spiegel, "era o espirito burocratico mercantil quasi invariavelmente a alma de toda a actividade e a rotina toda a sua sabedoria." (65) Este severo julgamento ajusta-se perfeitamente ao caso. Quem estuda a historia da Companhia, manuscando os documentos (*Akten*), logo chega a convencer-se de que a W. I. C., organizada como Sociedade de Corso "grand style" deveria ter à sua disposição um capital avultadíssimo para, ao mesmo tempo, sustentar a guerra naval no Oceano Atlântico e desenvolver ainda a actividade colonial. Logo de principio a dupla empresa ultrapassou a capacidade financeira da Companhia. Entrou ella em dificuldades de pagamento logo que a sua estrella propicia de 1628 empallideceu e uma segunda "frota-de-prata" não mais caiu nas garras dos seus corsários. De anno em anno crescia o fardo de suas dívidas, até que por fim ninguem pôde mais deter o desandar da roda.

(64) Sombart, *Der Bourgeois* (1923), p. 50.

(65) J. G. Dierman, *Die niederländisch-Westindische Kompanie an der Goldküste*, *Tijdschrift voor Indische Taal, Land en Volkenkunde* XL, p. 415. (A Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais na Costa do Ouro. *Revista de etimographia, geographia e filiologia Indiana* XL, p. 415).

Quando em 1623 se conseguia reunir à força de penosos esforços, o capital de fundação acima declarado, de 7 milhões de florins, e se levantou a questão de saber para onde deveria ser dirigido o primeiro golpe, prevaleceu a ideia, ao que se diz por conselho de Tisselius, de uma expedição contra a Bahia. Porque recairia a escolha justamente sobre o Brasil? As fontes nos deixam às escuras, a este respeito. Eu creio que Netscher tem razão, quando diz: "On choisit surtout le Brésil parce qu'on pensa, comme en effet ce fut véritablement le cas, que ce pays, ayant été originellement une possession des Portugais, ne serait pas aussi bien gardé par les Espagnols que leurs propres colonies". (66)

A união de Portugal à Espanha no ano 1580 tornou-se fatal tanto para a metrópole como para as colônias portuguesas. Estas eram consideradas pelos espanhóis como "quantité négligeable" como posseção estrangeira, em cuja defesa não convinha empregar o máximo das forças (67). A Corte de Madrid deixou que subsistissem nas possessões ultramarinas de Portugal as velhas organizações e a maior parte dos órgãos administrativos, limitando-se simplesmente a prover os lugares superiores de funcionários espanhóis. Uma vez que à defesa desses territórios que permaneceram sujeitos também à legislação portuguesa não tocava senão o estriktamente imprevidível, não é de admirar que os adversários de Philippe, Hollaudezes e Ingleses, sobre ellos se laçassem com todo o peso. A conversão de Portugal em Província espanhola atirou os Portugueses, a contra gosto, nas lutas pela supremacia universal da Espanha. Elles

(66) Netscher, p. 13.

(67) A. Segen, Die territoriale Entwicklung der europäischen Kolonien, p. 46.

tiveram de "pagar o pato", e no final da enorme peleja foram ellos que tiveram de chorar os mortos.

O ataque dirigido contra a Bahia, que se pode considerar como a primeira tentativa dos Hollandezes para o fim de obterem um ponto de apoio na costa brasileira, tem sido descripto com bastante frequencia e larguezza por contemporaneos e posteros (68). Por nenhum melhor do que por George Edmundson, que dedicou um de seus artigos na "English Historical Review", a esta expedição. Nas considerações preliminares, allude elle ao conhecido descobrimento duplo do Brasil, atribuido a "representantes das duas nações ibéricas" (69): o espanhol Vicente Jauz Pinzon e o portuguez Pedro Alvares Cabral, que logo um atraz do outro, tocaram na costa septentrional do Brasil.

Sobre a questão de saber a quem deveria pertencer a terra, levantou-se sem detença uma disputa entre a corôa espanhola e a portugueza. Os espanhoes sustentavam que a região brasileira se achava dentro do alcance de seus dominios, segundo a linha de partição da terra estabelecida pelo papa em 1494, e por esse motivo devia ser considerada como território espanhol. Portugal a isso oppunha o seu direito de descobrimento. A pendencia foi resolvida afinal com o afastamento de Ilha de Demarcação um pouco mais para Oeste, de modo que uma larga faixa da costa do Norte do Brasil veiu a ficar dentro da zona portugueza, sendo assim reconhecida justa a pretenção de Portugal.

"A nova posseasão", diz Gustavo Roloff em sua concisa apreciação dos primordios da colonização portugueza na America do Sul, ponen importancia, a principio, foi sigada em Lisboa, visto como os serviços

(68) Brandenburger I, p. 25.

(69) English Hist. Rev. XI, p. 236 ff.

das Indias Orientaes já davam bastante emprego á energia nacional e o Brasil com a sua pobre e inhospitaleira população liaava muito aíravz, a primeira vista, da região asiatica. Apenas poucos estabelecimentos foram fundados — a maior parte com naufragos e deportados —; nelles como estação de abrigo tocavam ocasionalmente os navegantes que se dirigiam para as Indias Orientaes. Somente depois que correu a noticia da descoberta de prata pelos Espauhóes vizinhos, no Rio da Prata (La Plata), foi que se volvem a attenção, em 1530, para a exploração do Interior. Não querendo a Corôa desviar, com a nova tarefa, as suas forças da séde de sua actividade no Oriente, distribuiu concessões, formuladas segundo o modelo espanhol e semelhantes ás que já estavam em uso nos Açores. Empresarios particulares receberam a incumbencia de ocupar e colonizar tractos de costa de 50 milhas de extensão mais ou menos e correspondente fundo para o interior até a Linha de Demarcagão. Em compensação das despesas feitas, recebia o Rendeito Foudal (Donatario) a direcção suprema hereditaria da sua "Capitania", quanto a administração e justiça, e uma parte das rendas da Corôa e do producto de ramos de commercio particularmente lucrativos, como o da pesca e do pão brasil. Para achar imigrantes, permittiu-se a entrada de colonos de todos os paizes catholicos, reduziundo-se em seu favor os impostos sensivelmente, com a condição apenas, estava entendido, que o commercio fosse somente feito com Portugal" (70).

Mas o systema não deu o resultado que era de esperar. O poder concedido aos donatarios era excessivo. Diversos delles queriam exercer as prerrogativas

(70) C. Heilf. Geschichte der Europäischen Kolonialisation (1913), p. 52. I.

de verdadeiros principes soberanos. Infundiam terror aos colonos e só pensavam em desfrutar as vantagens de que gozavam. Outros, ao contrario, viviam em tais aperturas financeiras que ainda se o quizessem nada poderiam fazer pelo desenvolvimento de suas Capitanias e só com grande esforço mantinham a propria posição. Outro mal foi a insubordinação dos presos deportados, pouco apropriados ao trabalho da colonização, e de que so largou mão para o povoamento do Brasil na falta de outros imigrantes. Assim, ao Governo não restou outra saída senão nomear um Governador Geral, e confiar ás suas mãos as redeas da administração brasileira.

Em 1549 foi pelo monarca investido nesse cargo Thomé de Souza, homem que soube com rara habilidade sujeitar á sua vontade donatarios e colonos. Fundou elle na pintoresca Bahia de Todos os Santos a cidade da Bahia, que veio a ser a sede do Governo, do bispado brasileiro, e do mais alto Tribunal de Justiça; o empório central da primeira "Capitania Regia" e o principal porto do paiz.

Bem se sabia na Hollanda que a conquista dessa Capital tão bem defendida por fortalezas só se poderia effectuar com poderosos elementos de combate, e por isso a W. L. C. teve de puxar fortemente pelos corações da bolsa. No correr do anno 1623 uma frota de 23 navios e alguns hastes rápidos veleiros foi equipada, sendo o seu comando confiado ao Almirante Jacob Willemekens, de Amsterdão (71). Acompanhou-o como Vice-Almirante, Pieter Pieterszoon Heij (Piet Heij) que tanto se celebrizou depois, enquanto que o comando geral das tropas de desembarque foi dado a Jan van Dorst.

(71) Dados preciosos em de Boer, p. 7, 6.

No principio de Maio de 1624 lançaram os Hollandezez ancora diante da Bahia. Ainda no ultimo momento foi o Goveruador prevenido do ataque, mas as tropas de que dispunha eram insuficientes, e depois de dous dias de brava resistencia tiveram os Portuguezes de ceder ao adversario muito mais possante. A Bahia capitulou, o Governador foi feito prisioneiro. Entre os despojos, contaram os vencedores 3900 caixas de assuear e muita madeira de tinturaria. Aos habitantes foi garantida segurança de vida e de propriedade.

Enquanto os navios hollandezez conservaram as boas de seus canhões ameaçadoramente assentadas sobre a Metropole, a ordem permaneceu inalterada. No fim de Julho e principio de Agosto, porém, a frota, dividida em duas esquadras, deixou a Bahia de Todos os Santos. Se até então imperara rigorosa disciplina, agora a obediencia e a cohesão se afrouxaram totalmente na tropa hollandeza remanescente. Com inquietação os seus officiaes notavam que do lado de terra, da Bahia, eram frequentes, as reuniões dos evadidos portuguezes e de bandos de brasileiros, — que o adversario estabelecia fortes posições e se preparava para dar começo a um assedio em regra á Cidade. A alma do ousado emprehendimento era o velho bispo da Bahia, Marcos Teixeira, ardoroso patriota. A situação para os conquistadores apesar de sua posse das fortalezas podia tornar-se certamente grave, se não lhes viesse auxilio da Hollanda.

Em Madrid e Lisboa a noticia da queda da capital brasileira havia causado grande consternação. Foi logo decidido na Corte de Espanha levar a effeito um contra-golpe contra os herejes acastelados na Bahia, afim de impedil-los abolidamente de se utilizarem da

posição ganha como base de operações contra o comércio colonial ibérico. Por menos que os Portugueses d'outra sorte quizessem saber dos seus oppressores, agora em todos ardia o desejo de uma ação em comum. "Pela primeira e unica vez", observa Edmundson, "achou-se a Corte Espanhola cordial e mesmo entusiasmaticamente apoiada pelo sentimento nacional português" (72). A toda pressa foram reunidos navios, nos portos de Cadiz e Lisboa, e em 10 de Fevereiro de 1625 fizeram-se ao largo 52 naus bem equipadas sob o comando em chefe do almirante espanhol Toledo Oñorio (73). A armada chegou no dia de Março à Bahia, onde não havia ainda aportado a esquadra de socorro tão ansiosamente esperada da Holanda, pela guarnição daquela praça.

Se um official energico houvesse tomado a peito a defesa dessa metrópole, — munição, provisões e dinheiro não faltariam para manter a posse da cidade até a chegada da expedição auxiliadora. A incapacidade, porém, do commandante holandez e o funesto "rotinismo" que dominava entre as suas tropas formadas de elementos de diferentes nações reunidos ao acaso, — tiveram um efeito dissolvente sobre a promptidão de ação e espírito combativo dos soldados. Não é, pois, de admirar que, a 28 de Abril, fosse a Bahia restituída aos Espanhóis quasi sem luta séria.

Quatro semanas depois, apareceu à Bahia de Todos os Santos a esquadra holandez comandada pelo Burgo-Mestre de Edam, Boudewijn Hendrikszoon. O Conselho dos XIX, ao chegar a Hollanda a notícia avigareira da prompta conquista de São Salvador, im-

(72) Eng. Hist. Nav. XI, p. 246.

(73) Ibidem, p. 247. Ali também informações sobre a composição da Armada.

mediatamente ordenara o apparelhamento de uma nova força naval, na justa previsão de que a Corôa Espanhola haveria de mover céos e terras para readquirir a joia brasileira que lhe tinham arrebatado. Condições atmosphericas desfavoraveis e outros incidentes haviam retardado a partida de Boudewijn Hendrikszou. Assim chegou elle fôra de tempo. Jú o desastre se tinha dado, e muito a seu pezar, via-se o comandante da frota hollandeza impossibilitado de empenhar combate com o adversario. Os Espanhóes e Portuguezes não lhe estavam somente superiores em numero de navios e bocas de fogo, tinham tambem aproximado os seus barcos para tão perto dos Fortes que galeões e caravelas ficavam sob a protecção dos canhões que os guarneeciam. Em tales circumstâncias julgou o chefe hollandez, de melhor alvitre evitar um choque. Velejou para as Indias Occidentaes, realizou um ataque à cidade de Porto Rico, depois do que, os navios regressaram a Hollanda.

Antes de se conhcerer na patria o resultado da expedição de Boudewijn, havia a Companhia mandado uma nova esquadra á Bahia de Todos os Santos, confiada ao commando do nadaz lôbo-do-mar (?) Piet Hein. Após um eruzeiro mais demorando na costa occidental da Africa, apareceu elle de repente, em principio de Março de 1627 defronte da Bahia. Os espanhóes e portuguezes foram prevenidos a tempo e os seus uavios se achavam outra vez fundeados nas imediações das baterias de terra. O almirante hollandez lançou-se pelo vicio a dentro da frota espano-portugueza.

Na refrega que entao ardeu durante tres horas, os caubões das fortalezas e das outras posições fortificadas da Cidade não puderam entrar effientemente

em ação (74), porquanto amigos e inimigos lutavam bordo a bordo, e grande era o perigo de atingir a própria gente, em vez dos invasores. As perdas espanholas foram muito pesadas. Os hollandeses também perderam duas de suas melhores embarcações, mas Hein conseguiu ganhar o alto mar com todas as maiores. Sem falar no fumo, couros e algodão, o carregamento dos navios capturados continha 2.700 caixas de assucar, que como "prova palpável" do brilhante sucesso da Expedição foram remetidas para a Holanda (75) e cujo produto veio encher de novo os cofres da W. I. C. tão exgotados pelas suas dispendiosas empresas (76).

Piet Hein, com tudo, não se den por satisfeito com esse sucesso. Tres meses mais tarde, a 10 de Julho de 1627 o "Terror dos Mares, de Delfshaven" (77) novamente penetrou na Bahia de Todos os Santos com uma parte de sua esquadra. Tomou ao inimigo alguns navios de vela bem carregados e durante quatro semanas perturbou o tráfico marítimo nas águas da Bahia. Depois de seu regresso à pátria, preparou Hein a empreza que havia de tornar o seu nome immortal.

Despontou o anno de 1628, tão venturoso para a W. I. C., e promissoramente iniciado com as expedições de pirataria de Dirk Simonszoon van Uitgeest e Pieter Adrianszoon Itu.

De pouco valor foram, porém, os seus felizes sucessos quando comparados com a façanha de Piet Hein, a captura da frota-de-prata da Espanha. Apresal-a e conduzil-a em triunfo para a pátria, era desde muito

(74) Apreciação de Dr. H. Freyer, que parece bem verossíbil, conf. também Edmonson, Eng. Hist. Rev. XI, p. 235.

(75) Idem, p. 257.

(76) de Luet, p. 105.

(77) Atinha chamou o pnto Vondel ao Almirante.

o sonho de todos os capitães da esquadra hollandeza de cruzeiro, em actividade nas Indias Occidentaes. Tanto mais assim, quanto se sabia que terrível golpe havia de ser a ruina dessa frota, para a Espanha que vivia numma chronicá apertura financeira. Na verdade, a aventura era muito perigosa. Devia-se contar que o adversario levaria ao extremo a sua resistencia. Era de esperar que o governo espanhol armasse esses navios de fortes meios de ataque e defesa, que tomasse todas as medidas de segurança, para que os galões pudessem navegar tranquillos através de um oceano coalhado de corsários. A esses navios-de-prata chama-vam "a alma de Job, porque Deus os punha em prova, mas não os deixava perecer" (78).

Somente uma vez e somente a um homem devia caber a sorte dessa captura. Em Setembro de 1628 encontrou Piet Hein na Costa Norte de Cuba a frota, composta de 15 grandes naus, que navegava em duas Divisões. Uma parte dos Espanhóes, que desacreditada e sem a menor suspeita da presença de Hein seguia o seu caminho, foi logo tomada. As embarcações carregadas do metal precioso tiveram tempo ainda de se refugiar na bahia de Matanzas, onde os Hollandezes na manhã seguinte as abordaram sem esforço (79). Excederam a todos até então havidos, os despojos da gigantesca presa, em prata (177.537 libras), ouro, pellizes, perolas, anil, pau campeche, assucar etc. O seu valor total attingiu a perto de 15 milhões de florins, e a venturosa W. I. C., diante da qual, após a angustia dos primeiros annos se abriu agora repentinamente a mina do Sesamo, distribuiu um dividendo de 50 %.

(78) Blaauw, *Spanische Monarchie*, II, Alteitung, p. 451.

(79) As melhores exposições contemporâneas, em de laet, p. 137 ff; Alzate I, p. 720 ff; Conf. ainda Lúzac I, p. 320; Santa Teresa I, p. 48.

Este acto imprudente havia de receber mais tarde o seu castigo. A distribuição de um dividendo tão avultado , diz Edmundson com toda a razão, "was a grievous mistake, and led to the eventual ruin of the Company. Had a portion been laid aside to meet the stress of future needs, the directors might have been able to make head against the evil days that were to come, but for the moment so prodigious a stroke of good fortune turned their brains (80). Piet Heim foi festejado como se tivesse aniquilado o poder marítimo do rei da Espanha. Frederico Henrique de Orange admittiu á sua mesa o afamado marinheiro. Foi nomeado almirante suplente da Holanda, dando-se-lhe assim o segundo posto na hierarchia da Marinha. Estas honrarias eram boas demais para o modesto Hein. Ele disse numa vez a Jan de Laet — as suas memoraveis palavras se acham registradas na historia da Companhia —: Vêde, como o povo agora delira, porque eu trouxe commigo o grande tesouro, e, quão pouco trabalho custou apresa-lo. Antes eu voltei a patria de pelejas mais sérias e depois de executar façanhas de mais valor, e quasi nenhuma caso de minh se fez (81).

No anno seguinte o bravo Almícate morreu como um heroe, lutando contra os piratas de Dunkerque. "Trop tôt", lamenta Netscher, "il fut ravi à sa patrie. Mais la posterité garde le souvenir reconnaissant de ses exploits mémorables; et en Hollande son nom est, même de nos jours, prequ'aussi vénéré que ceux de Michiel Adriaanszoon de Ruyter et de Marten Harperszoon Tromp" (82).

(80) Eng. Hist. Rev. XIV, p. 672. — Tradução do eu. Inglês: — "Foi um grave erro o conduzir à ruína extrema da Companhia. Se uma parte tivesse sido reservada para enfrentar a pressão de futuras necessidades, os Directores poderiam ter conseguido resistir aos maus dias que estavam para chegar. — mas no momento o prodigioso golpe de fortuna lhes impôs a cabeça".

(81) De Laet, p. 113.

(82) Netscher, p. 170 f.

Em vista dos poderosos recursos que lhe havia doado o anno de 1628, sentiu-se a W. I. C. como renascida. Grandes projectos foram objecto de ponderação, e de novo as vistas foram dirigidas para o Brasil. Certamente a tentativa bahiana se malograra. Os Portuguezes haviam mostrado aos Hollandeses, que tambem sabiam manejar espadas e mosquetes. Mas, porque não poderia uma segunda expedição obter melhores resultados?

Particularmente agora que a Companhia tinha á sua disposição cerca de 100 navios bem armados e 15.000 soldados, e dinheiro em abundância. Apenas uma causa causava seríssima inquietação ao Conselho dos XIX.

Sussurrava-se em 1629 que a paz com a Espanha estava á porta. A Directoria da W. I. C. dirigiu-se aos Estados Geraes e lhes explicou num memorial (83) porque razão a cessação das hostilidades importaria numa sentença de morte para a Companhia. Temos necessidade de dinheiro, resôa em cada linha, "e só nos traz dinheiro a luta incessante com a Espanha. Se queremos provêr o nosso erario, então precisamos capturar navios e pôr em almoeda as presas. A continuação da guerra é, por conseguinte, uma questão de vida e morte para a W. I. C.".

O destino satisfez o desejo dos Directores, tão animados em relação ás suas vantagens. A esperança da paz desvaneceu-se, a porfiada luta entre os douq adversarios continuou, vindo proporcionar á Companhia a possibilidade de desfechar um novo golpe contra Portugal, submetido ao jugo da Espanha.

(83) Altemus I, p. 900; Edmundson, Eng. Hist., Rev. XIV, p. 579. O original é na Lata, Stat. Gen. Nr. 5710. Datada de 23 Out. 1629.

CAPITULO SECUNDO

ESTABELECIMENTO DO DOMINIO HOLLANDEZ NO NORTE DO BRASIL. 1630 — 1636.

As experiencias da ultima decada tinham ensinado a W. I. C. que a Bahia por meio de um ataque repentina e habilmente dirigido podia ser facilmente conquistada, mas somente uma guerra de gran-des forças de mar e terra poderia mante-la sujeita.

Os espanhóis e os portuguezes haviam de empregar todos os meios a seu alcance para conservarem esse importante ponto, porquanto nas circumstancias predominantes a sua perda arrastaria consigo a de toda a colónia brasileira. O monarca espanhol, por consequen-cia, fez tudo o que lhe foi possivel, no intuito de provêr a cidade dos melhores meios de defesa imaginaveis. Este facto era conhecido dos hollandezes quando em 1629 tomaram a resolução de tentar novamente a sua fortuna no Brasil. E na justa suposição de que nem todos os trechos da extensissima costa brasileira acharsse-iam de igual modo defendidos, lungaram os Directores da W. I. C. as suas vistas para aquella capitania que era tida pela mais productiva e futurosa do paiz, para Pernambuco. Ali a cultura da canna de assucar dava os melhores resultados, ali havia ma-deira de tinturaria, ali a economia agricola se des-

envolvia intensamente, com o auxilio da escravatura negra. A isso acresce que, — segundo nota Braudenburger — este porto sul americano, tão avançado para o Oriente, era um excelente ponto de apoio para o domínio do Oceano Atlântico Sul e para a navegação das Índias Orientaes (84). Bem conviria conhecer o papel que desempenhou nas deliberações da Directoria a esperança de ter em seu poder a principal zona de produção do assucar brasileiro e do pão-brasil, tão apreciado pela sua tinta vermelha.

Estaria a Companhia, no anno 1629, disposta a entregar-se a uma larga actividade colonizadora e a explorar comercialmente novas terras, quando os estabelecimentos fundados na Guiné (85) e na America do Norte se haviam mostrado, até esse tempo, tão pouco productivos? Não poderia a W. I. C. chegar mais depressa à opulência, se exercitasse a pirataria ainda em maior escala? Muitos entre os Accionistas assim teriam pensado. Diante dos olhos dos Directores e "Partizipantes" estava o brillante exemplo da O. I. C., a qual tão bellos lucros sabia tirar do comércio de especiarias das Índias Orientaes. E não era o pão-brasil e ainda em mais alto grão o assucar pernambucano que começava a conquistar a sua posição nos mercados europeus, objecto de comércio muito apropriado para esse fim? Principalmente agora que o monopólio do comércio do assucar estava assegurado? Infelizmente não conhecemos discriminadamente o modo de pensar dos membros do Conselho dos XIX. Os directores não teriam sido, porém, comerciantes intelligentes e praticos se em suas cogitações houvessem deixado de tomar esse factor em consideração.

(84) Braudenburger I, p. 28.

(85) Vide, a respeito, Watson, *Trade and Colonies*, p. 528 ff.

O empreendimento contra Pernambuco foi preparado com o maior cuidado. Como Piet Hein já não existisse, foi confiado o comando geral da expedição a Henrick Corneliszoon Loncq, tido como um dos seus chefes de esquadra mais capazes. Só suas ordens foram postos Pieter Adriaanszoon Ita, Joost van Trappen e um pugilo de capitães já experimentados no côrso das Indias Ocidentaes. Para o comando em chefe das tropas nomeou a W. I. C. o Jonkheer Diederik van Waerdenburgh (86). Na primavera e no verão de 1629 fizeram-se no mar, uma logo após outra, diversas esquadrias, que se reuniram nas Ilhas das Canárias, numa primeira Divisão. Daí seguirá esta para Cabo Verde, para onde seria também mandada a segunda Divisão. Semanas e semanas teve Loncq de esperar pela sua chegada, porquanto acontecimentos imprevisíveis, na pátria, lhe teriam de retardar a partida (87).

Foi o caso, que, em Julho de 1629, quando o grosso do exército do príncipe de Orange se achava acampado defronte da cidade de Bois-le-Duc, sofreu o território neerlandez ao mesmo tempo a invasão, ao sul, dos Espanhóes, e a leste, dos Imperialistas, que queriam socorrer a importante praça forte do Brabante. Uma terrível excitação se apoderou das províncias fronteiriças. Parecia, escreve Blok, como se os ominosos dias de Parma quizessem voltar (88). Mereenários dina, marqueses, suecos, ingleses e escoceses foram a toda pressa mobilizados; milhares de camponezes, armados.

(86) Nas fontes o nome de Loncq também é escrito frequentemente - Louck. Outros grafismos de Waerdenburgh são: Waerdenburgh ou Weerdenburgh.

(87) Sobre a expedição de Loncq conf. de Loet 167 ff.; Albrecht 4, p. 293; Michelfeffer, 9, 40 ff; Edinmudson, En., Hist., Rev., XIV, p. 670 ff; Neuherr, p. 39 ff.

(88) Oescindendt van het Nederduyk IV, p. 301. Edição alemã (F. A. Berthold) IV, p. 368.

Os Estados Geraes tomaram empréstimos ás grandes Associações Commerciaes. A W. I. C. que se achava em cartas condicões desde 1628 não só lhes adiantou a somma de 400.000 florins como poe ainda á disposição da patria os soldados alistados para o Brasil, sob o commando de Waerdenburch. Antes, porém, que as tropas pudessem entrar em ação deu-se a decisão da pendencia. O brillante feito de armas de Friedrich Heinrich, a tomada de Bois-le-due, e o impetuoso avanço de Wesel trouxeram a salvação da Republica. E apenaus se dissiparam as nuvens ameaçadoras, os navios pertencentes á segunda Divisão zarparam do litoral patrio. A 21 de Dezembro de 1629 todos os vasos que faziam parte da Expedição contra Pernambuco se achavam reunidos em São Vicente. O nosso fiador de *Laet* nos dá as cifras exactas. A esquadra expedicionaria compunha-se de 35 grandes náus, 15 hintes, 13 chalupas e duas embarcações inimigas capturadas, com uma guarnição de 3780 marinheiros, 3500 soldados e um armamento de 1170 canhões de todos os calibres (89).

O apparelhanento de uma empresa de tal monta não podia ficar em segredo. Informações foram ter a Bruxelas e dahi seguiram caminho para a Corte de Madrid. O Governador Geral do Brasil foi avisado, e recebeu ordens para cuidar dos incios da repulsa. A Espanha por si nenhum auxilio poderia prestar naquelle momento. "The Spanish treasury", lemos no trabalho de Edmundson, "was at a low ebb, owing to the recent capture of the treasure fleet (90). Como aconçesse achar-se temporariamente, na Espanha naquella occasião, Mathias de Albuquerque, um dos

(89) De *Laet*, p. 174 *H.*

(90) Trad. de Inglês: (O tesouro Espanhol estava em ruínas, devendo a expirar recente da frota-Tesouro). — Eng. Hist. Rev. XIX, p. 683.

mais importantes senhores proprietários de Pernambuco (91), o Primeiro Ministro Conde Olivares encarregou-o de organizar a defesa da ameaçada capitania. Em Outubro chegou o "valeroso" Albuquerque a Pernambuco onde verificou, com grande desapontamento, que apesar do aviso enviado de Madrid, quasi literalmente nada se havia feito para enfrentar com efficácia o perigo iminente. Com febril actividade mandou ele reparar as fortificações meio arruinadas ou mal armadas das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá Parabyba e Rio Grande do Norte, erigir novas posições estrategicas e excretar 2.000 recrutas, — medidas estas que só se tornaram exequíveis, por ter Loucq de esperar tanto tempo pela segunda Divisão. Segundo a exposição de Ambrosius Richthoffer (92) reinou muita doença a bordo dos navios da esquadra holandesa. Mas, não obstante apenas uma parte de sua força naval e marinagem se achava em condições de entrar em combate, decidiu o commandante em-chefe o ataque immediato, logo que avistou Olinda, a 13 de Fevereiro de 1630.

Olinda, capital da Capitania de Pernambuco, situada a borda do mar, sobre uma collina coberta de palmeiras, deve ter sido nesse tempo um lugar bem florescente. Jan de Laet avalia o numero de seus habitantes no anno 1630 em 2.000. Brito Freyre fala mesmo de 3.000, entre os quaes se deviam contar cerca de 200 commerciantes abastados (93). Davam a Olinda o cunho de uma cidadela da fé christã, 7 igrejas, 5 claustros e outros edifícios destinados a fins religiosos. Daí partiam os Missionarios que iam propagar

(91) Ele era irmão de Duarte de Albuquerque, Despachante de Pernambuco.

(92) Dessa fonte foi Edmundo o primeiro a fazer longo uso

(93) de Laet, p. 190; Brito Freyre, p. 170, Gom, Olinda Edmundo, p. 685.

entre os Indígenas as doutrinas da Religião Cathólica. Servia-lhe de porto a localidade "Recife" que, situada na extremidade de um delgado istmo, estendido em direção sul, possuia um ancoradouro admiravelmente protegido, de construção da própria natureza. Os portuguezes davam-lhe o nome de "Povo" ou Povoaçao do Recife. Dous fortés a defendiam do ataque de navios inimigos. Todavia a sua melhor muralha protectora era um recife de pedra que corria ao longo da costa, com interrupções em algumas partes. Nieuhof nos informa que o "Povo", de que se desenvolven, em Pernambuco, o hoje chamado bairro do Recife, contava em 1630 approximadamente 200 casas (94), entre as quaes os escriptorios e armazens dos abastados senhores do alto comércio de Olinda.

A 15 de Fevereiro começou Loeq a forçar o porto. Enquanto os navios grandes, manobrando no ancoradouro externo dirigiam os seus fogos contra os fortés, uma esquadilha composta de lanchas e embarcações menores tentava penetrar pelas aberturas existentes nos arrecifes. Mas as embarcações portuguezas ancoradas no porto oppuzeram-lhe energica defesa e o alteroso movimento das ondas foi seu aliado. A resaca foi tão violenta que os hollandezes duvidosos de sua segurança naquelle mar tiveram de desistir do seu intento e sustar a peleja.

Neste comenos, Waerdemburgh conseguiu desembarcar cerca de 3.000 homens algumas milhas ao norte de Olinda. No dia 16 de Fevereiro foi iniciada então a marcha sobre a Capital. Com a divulgação do desembarque de Waerdemburgh, tinha Albuquerque sem demora enviado tropas para o Rio Doce e ali os Hol-

(94) Nieuhof, p. 14.

laudezes que avançavam sobre Olinda encontraram uma forte resistencia. No formidavel embate, entretanto, conseguiram elles forçar a passagem do rio, e a maior parte dos Portuguezes agora tomados de desanimo procurou refugio na matta virgem mais proxima. Não havia mais pensar numma efficiente defesa da Capital. Por tres lados avançaram os hollandezes em passo de carga e com extrema rapidez se apoderaram de Olinda (95). Mas a sua esperança de despojos opimos sofreu umargo desengano. Tudo quanto não se achava bem pregado e seguro, os habitantes fugitivos levaram consigo, — de sorte que os soldados hollandezes só encontraram dentro dos muros da cidade uns dois canhões, alguma munição, 200 caixas de assucar, alguns barris de vinho e artigos commerciaes de insignificante valor.

Quando Albuquerque conheceu que tambem "Povo" de Recife não se podia salvar, mandou atejar fogo nos Arinazens e destruir os navios. Com esta destruição deve se ter perdido segundo avaliações globaes de contemporaneos: 17.000 caixas de assucar, consideravel quantidade de pão brasil e outros productos do paiz.

Custom a Waerdenburch muito esforço dominar os fortes do Recife. Durante duas semanas repelliram elles todos os ataques das tropas de assedio dos hollandezes, até que a 1 de Março, brechas tendo sido abertas, a rendição se tornou inevitavel. Depois de sua queda uma festividade geral foi celebrada, no dia 3 de Março, para o fim de render graças a Deus pela grande vitoria concedida.

(95) Sobre a tomada de Olinda conf. Niels J. Ofer, n. 56 ff; de Laet, p. 182 ff. Delfo Freyre, p. 170 ff; Raphael da Jesus, p. 19 ff; Santa Teresa I, p. 91 ff. Sobre tudo, porém Edmundson, Eng. Hist. Rev. XIV, p. 692 ff. • Nelscher, p. 45 ff.

Distante uma milha de Olinda e Recife, em um ponto que, pela sua posição, numa região cercada pelos rios Beberibe e Capibaribe, oferecia excellentes condições para a observação das operações dos Hollandezes assentou Albuquerque um seguro acampamento com as poucas tropas que ainda lho restavam. Dedicou-o ao Salvador e deu-lhe o nome de "Arraial do Bom Jesus". De todos os lados, de Olinda, Recife, das vilas e campos de plantação de canhas circumvizinhos, até mesmo do Norte, da Capitania da Parahyba acorriam-lhe forças auxiliadoras. Quando se lhe puizeram á disposição homens como Martim Soares Moreno, Luiz Barbalho, João Fernandes Vieira e o chefe índio Felipe Camarão, pôde então Albuquerque pensar em ocupar as estradas que comunicavam a costa com o interior, no propósito de interceptar o abastecimento de viveres da propria terra, ao inimigo. Ao mesmo tempo começaram os seus partidários uma viva guerra de emboscada contra os Hollandezes. E assim obrigou elle os invasores a uma vigilância mais aturada e entravou extraordinariamente a sua liberdade de movimentos.

Em tão difíceis circunstâncias de aprovisionamento de gêneros, com falta de água potável, lenha, carne fresca e fructas foi para a Expedição de Lencq da maior importância a entrada no porto de Recife, a 11 de Março, de nove navios com tropas frescas e abundantes mantimentos. Foi dest'arte aliviada a primeira situação penosa. Agora tinha Waerdenburgh bastantes elementos á mão, para empreender uma investida contra o "Arraial". A tentativa, porém, de apoderar-se dessa posição fortificada fracassou deploravelmente. Ataques e escaramuças com bandos errânicos não deixavam aos hollandezes, dali por diante, um momento de descanso. Ainda mais, a insegurança

erescceu a tal ponto que Loucq e Waardenburgh resolvaram abster-se por algum tempo de mais expedições ao interior e dedicar-se somente ao trabalho de tornar inexpugnáveis as posições conquistadas.

A situação especial da "Povoação do Recife" sobre uma língua de terra toda marginada d'água e apenas acessível por terra pelo lado de Olinda muito facilitou aos hollandezes os trabalhos de fortificação. Contra ataques de frotas inimigas, protegiam-na os arrecifes e a fúria do mar. Se pois se erigissem grandes cidadelas de um e outro lado da entrada, situada ao norte da povoação, toda tentativa de forçar a entrada do porto pelo lado do mar, considerando-se o pequeno alcance da artilharia do tempo, seria uma causa simplesmente impossível. O primeiro forte construído pelos hollandezes tomou em homenagem a Johan de Bruyne -- de quem teremos ainda de falar — o nome de "Fort de Bruyne" ou "Castrum" ou ainda "Arx Branouis". A fortaleza tem estado em uso até os nossos dias e conserva ainda o nome antigo, se bem que modificado pelos portuguezes de "Fort de Bruyne" para Forte do Brum (96).

Quando os conquistadores hollandezes ocuparam o Recife em 1630, a ilha Antonio Vaz situada entre o istmo e o continente e contornada pelos rios Beberibe e Capibaribe ainda não estava povoadada (97). Constituía a Leste de um banco de areia e a Oeste de uma região pantanosa donde se elevavam pequenas dunas. Nas proximidades da ponta septentrional desta ilha, em oposição obliqua a "Povo" tinham os portuguezes

(96) Depois da demolição da praça-mor velha do Recife, constituiu o Forte do Brum no Pernambuco de hoje uma das últimas lembranças do tempo hollandez. Como observava l'ouvrage o Berlingue na sua volvés "Mémoire sur le port de Recife", o labirinto no redor do 17 era muito mais estreito que hoje.

(97) O nome vem de um antigo pastoreio.

edificado um convento. Os hollandezes converteram-n'o numa cidadela que mais tarde recebeu o nome de "Fort Ernestus". Para segurar Antônio Vaz também contra os perigos que a ameaçavam, foi iniciada ao mesmo tempo a construção de um segundo forte, que foi localizado na margem sul da pequena ilha. Foi chamado "Fortaleza Frederik Hendrik", em homenagem ao príncipe de Orange, ou "Cineo Pontas", por ter a forma de um pentágono (98). No tempo de João Maurício, entre as duas cidadelas foi fundada "Maurícia", parte principal da cidade de Pernambuco hodierna.

Quando a W. I. C. submette à sua própria administração as novas terras, juntara à Expedição de Loeq três comissários: Johan de Bruyne — padrinho do "Castrum Brunonis", Philips Serooskerken e Horatius Calendrini. Deviam ellos, em nome da Companhia, como "Counselheiros Políticos" — título que conservariam dahi em diante — assumir a administração das terras conquistadas. Devia também fazer parte desse Conselho (Kollegium) (99) o Coronel Waerdenburgh, nesse interim promovido a governador. Tinha elle assento e voto no Conselho, cabia-lhe exclusivamente a responsabilidade pelos negócios militares, mas em todos os outros assumptos nenhuma decisão podia tomar sem a aprovação dos Counselheiros Políticos. Não podia também exercer o cargo de Presidente, o qual era mensalmente alterado entre os Counselheiros (100). O corpo superior das autoridades administrativas, a princípio composto de quatro pessoas, foi no correr do anno 1630 augmentado de dous membros eon. a entrada para elle de Johannes van Walbeeck.

(98) *Barlaeus*, p. 229. "Frederici Henrici castro pentagonalis situs quoque solars appellatur".

(99) No livro segundo tratava-se das funções dos Counselheiros Políticos e sua importância para a administração do Brasil hollandez.

(100) *Altzma* I, p. 1055. Foi 1.º presidente J. de Bruyne.

Servatius Carpentier. Com a criação dessa organização a W. I. C. tinha tomado muito em consideração o seguinte. Era seu desejo impedir antes de tudo que o comandante em chefe das tropas recebesse uma excessiva somma de poderes. Deixasse-se, numa terra tão distante da Metrópole, um comandante em chefe ambicioso, de tudo pôr e dispôr ao seu bel-prazer, não se lhe puzesse ao lado alguém que velasse pelos interesses da Companhia, e ter-se-ia aplainado o caminho para a criação de uma ditadura, e, nas circunstâncias, até mesmo para a fundação de um governo independente.

Mas, na realidade, a W. I. C. nada tinha que receber a esse respeito. Waerdenburch e os Conselheiros Políticos não podiam na emergência em que se achavam, cuidar de outra causa se não resistir aos ataques quasi diários e golpes de surpresa dos seus obstinados adversários. A pequena guarnição de Antônio Vaz não tinha descanço. No princípio de Abril, Loneq escreveu ao Conselho do XIX, dizendo que Olinda e Recife não podiam ser absolutamente consideradas como possessão segura da W. I. C. Era indispensável aplicar à sua defesa todas as tropas disponíveis e juntamente com elas a quasi totalidade das tripulações dos navios fundeados no porto. Por isso pedia elle a W. I. C. urgentemente que enviasse soldados, viveres e material de construção, em pratos certos e determinados. Doutra maneira não poderiam ser sustentadas as "magnificens" posições ganhas com tanto trabalho. (101) Informações analogas mordou Waerdenburch ao Directorio. Num desses relatórios se diz que um numero de soldados assustadoramente avultado havia

(101) Esta carta se acha na Pasta W. I. C. O. C. nr. 12 e datada de 1 de Abril de 1630.

adoecido de dysenteria. Havia contribuido para as más condições de saúde das tropas: os gêneros alimentícios na maior parte estragados pela longa viagem e calor tropical, a falta de substâncias nutritivas gordas e de bebidas espirituosas fortificantes, a falta de boa água potável e a necessidade indeclinável de mitigar a sede com água apurada da chuva. Com minguadas refeições, alimentação de carne meio deteriorada, pão intragável, ervilhas e cevadinha humedecidas, não se podia exigir de nenhum soldado montar guarda dia e noite e prestar serviços fatigantes do trincheira. Se a Companhia queria conquistar Pernambuco, então devia cuidar a remessa regular de provisões. Eram estas condições imprescindíveis para o sucesso da empresa, porquanto das regiões circumvizinhas do Recife não havia esperar o mais insignificante fornecimento! Toda e qualquer remessa de produtos do interior sabiam os astutos portugueses frustrar já havendo até longido para dentro das matas a totalidade do gado. Quando, por ventura, aparecia nas adjacências de Olinda uma vaca ou cabra desgarrada, devia o animal ser abatido à bala e o atirador podia se julgar feliz, se conseguia realizar o transporte da presa inoculme de moa frechada. (102).

A situação tornou-se ainda mais incomoda para Waerdemburch e sua gente, quando os portugueses conheciam quão pouco os hollandezes como que sitiados, em Olinda e Recife podiam fazer contra os destemidos guerrilheiros. Em Antônio Vaz ninguém se deixava ver fora das fortificações a menos que quizesse servir de alvo aos escopeteiros adversários. Com crescente inquietação reconheceram os chefes hollandezes que a ci-

(102) Wiedenburch em d. secund. Direkt. 3 Abdr em d. flsp. d. XIX, 23 Julian. No sítio no mês.

dade de Olinda, collocada no alto e dando as costas para collinas cobertas de matas, não poderia ser por muito tempo defendida contra um inimigo, a quem fortalecia nervos e músculos a justificada esperança de socorro da metrópole. Cautelosamente procurou-se sugerir à Directoria Geral na Hollanda a ideia de uma eventual entrega dessa praça e consequente concentração de todas as forças combatentes em Recife e sobre Antonio Vaz.

Mas da evacuação de Olinda nada quizeram saber os Directores. As primeiras notícias de Pernambuco haviam exaltado os seus animos, e como os successos até então obtidos não lhes satisfaziam a ambição instigaram elles Loucq e Waerdenburgh a novos cometimentos. Aos officiaes e empregados foi expedida a ordem, de por todos os modos, captarem as sympathias dos habitantes e os incentivarem ao trabalho, — este era o ponto vital —, afim de que os engenhos de assucar paralizados em consequencia da invasão fossem o mais cedo possível postos a funcionar. Quanto a viveres, material de construeção e medicamentos, disso se cuidaria. (103)

Mas a promessa não foi cumprida. Tão poucas provisões vieram da Hollanda nos mezes de verão de 1630, que a penuria attingiu a um grau alarmante. Richeloffer nos informa que para apaziguar a fome atroz, a população foi forçada a devorar gatos e até ratos. (104) E com toda esta miseria, a situação militar ficou a mesma. Frequentemente repeliham os Hollandezes com vantagem os ataques, mas com toda a sua bravura, outro resultado não conseguiam a não

(103) Bst. d. XIX no d. polit. Blatt, 17 de junho de 1630. W. I. C. D. C. nr. 6.

(104) Richeloffer, p. 89.

ser impedir, de sua parte, qualquer avanço de Albuquerque.

Em consequência disso, estabeleceu-se entre os dois adversários, um estado de fróixa actividade ou quasi immobilização, que somente era susceptível de sofrer alteração, com a chegada de reforços da Holanda ou de Espanha, em favor de uma ou outra parte. A Direcção Geral mostrou-se grandemente excitada contra os chefes do corpo expedicionário que, apesar das sombras devoradas, não mais reclamaram espirito de combatividade, e em termos energicos intunou Lóneq e Waerdenburgh a despertarem de sua letargia e tratarem de subjugar as Capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. (105) O Directorio não se deixou dissuadir desta idéa, nem mesmo quando o Governador e o Conselho Político lhe asseguraram ser o seu desejo irrealizável. Enquanto a Companhia não tivesse o Recife firmemente na mão, era escusado cogitar de uma offensiva com forças que mal chegavam para a defensiva.

O conhecimento da conquista de Olinda e ocupação do Recife (Rifi) chegara à corte espanhola com surpreendente rapidez. Olivares era geralmente censurado por não ter sabido aparar melhor o golpe. "L'abandon du Brésil", diz Netscher, "semblait surtout aux Portugais d'autant plus inexcusable que d'Albuquerque ne cessait l'adresser à Olivares de pressantes réclamations sur l'état de faiblesse dans lequel il laissait la Métropole, sur l'insuffisance du petit nombre de troupes régulières. (106) Mas os olhares do estadista espanhol, à frente da administração estavam in-

(105) Recipiente do Conselho, nos XIX no "Kopehork", datado de 17 de julho de 1630. W. I. C. O. C. n. 6.

(106) Netscher p. 52.

teiramente voltados para o theatro da guerra européia. Os apertos da região colonial portugueza não passavam para elle de ninharias. Demais Olivares estava firmemente convencido de que as finanças da W. I. C. não permittiriam em absoluto a prosecução de uma séria política de conquista no Brasil. (106-a)

Sobre este ponto, na realidade, cedo devia elle receber nma licção. A esquadra de socorro tão ansiosamente esperada em Recife, entrou em Pernambuco, em formatura, entre 10 de Dezembro e 14 de Abril de 1631. Contava 16 barcos de vela e os nomes de seus chefes Adriaan Janssoon Pater e Marteun Thijsszon (Thijssen) eram segura garantia de que a navegação espanho-portugueza nas aguas sul-americanas e das Indias Occidentaes passariam novamente a ter os seus mafos quartos-de-hora.

Quando em Madrid corren o boato que Pater tinha recebido a incumbência de aprisionar a frota-de-prata, começou então Olivares a observar o caso brasileiro com outros olhos. Deu então ordem a Antonio Oquendo de organizar nma armada em Lisboa. Se bem que o principal empenho devesse consistir na proteção á frota de prata, em todo caso o Brasil septentrional foi também com isso favorecido, porquanto a ordem expedida á Armada era navegar primeiro até a Bahia e lá desembarcar 2.000 homens.

Sem cuontrar oposição, chegou o almirante espanhol á Bahia de Todos os Santos. Alli foi elle descoberto pela espionagem hollandeza. Immediatamente o Governo encarregou a Pater de navegar ao encontro do Espanhol e provocá-lo ao combate. Depois de longa procura, teve elle a sorte de á tardinha do dia 11 de Setembro de 1631 divisar na costa o inimigo que seguia com rumo a Pernambuco. Na suposição

(106-a) Neuherr p. 53; Edmandsen, Eng. Hist. Rev. XV, p. 30

de que o adversário lhe era inferior em forças, ordenou Pater o ataque ao amanhecer do dia 12. A força naval espanhola não contava, porém, apenas 8 galeões, como o almirante hollandez acreditava, mas consistia em 17 galeões, 12 caravelas e 24 navios mercantes em sua maior parte carregados de assucar, que navegavam sob sua guarda. Em vista da superioridade numérica dos Espanhóis, diversos capitães hollandezes desanimaram e desiveram-se, para não serem obrigados a combater fóra do alcance dos tiros (107). Mas o heróismo de Pater e de Thijssen salvou a honra do pavilhão hollandez. Elles se arrojaram sobre as duas capitâncias espanholas. Seguiu-se uma peleja mortífera em que o navio almirante de Pater foi presa das chamas e elle próprio "perfide a suis desertus" (108) achou a morte nas ondas.

Neste entremeltes Thijssen se empenhava em luta com o vice-almirante espanhol Valecilla. Meteu o galeão a pique, afundou mais outro navio e apoderou-se ainda do "Buonaventura" oportunamente carregado, n'elle içando a bandeira hollandeza. Sobrevenido o escurecer do dia, os dous adversários foram obrigados a interromper a batalha. Hollandezes e Espanhóis haviam sofrido pesadas perdas. Da Companhia dous navios e tres galeões repousavam no fundo do mar. Segundo a informação de Richshoffer, a frota da W. T. C. perdeu para mais de 500 homens, entre mortos e feridos. Estimativas espanholas calcularam as perdas de Oquendo em 1500 homens, figurando na

(107) Sobre a batalha naval de 12 de Set. 1631 v. cf. *Cronaca de Joris Adriani*, zoon Gaff de 3 de Out., *Saintine Carpenter*, de 7 de Out., *Marten Thijssen* e *Th. Serooskerken* de 8 de Out. 1631. Todas são ditas no Cons. dos XIX en a Camera da Zeelandia. Os nimis: *Ant. Fieyce*, p. 712 ff; *Raphael Jesus*, p. 57 ff; *Santa Teresa I*, p. 213 ff; *de Laet*, p. 240; *Richshoffer*, p. 312 ff; *Neitscher*, p. 56 ff; *Varnhagen*, p. 74 ff; *Edmundson*, Eng. Hist. Rev. XV, p. 42 ff.

(108) *Antonie Thijssen*, *Historia Navalia* (1651), p. 260.

cabeça da lista dos mortos o nome de Francisco de Valecilla.

A fadiga de ambos os lados foi tal que ninguem sentiu mais o desejo de continuar o combate. Thijssen navegou directamente para Recife onde a noticia do resultado da batalha naval já havia chegado, causando grande alvoroço. Temia-se que os Espanhóis agora viesssem atacar o Recife, por mar e por terra. E este temor cresceu quando Waerdenburgh recebeu comunicação de que Oquendo tinha desembarcado na Parahyba o Conde Baguuelo bem como o destacamento do tropas destilado a Pernambuco. Mas o Almirante espanhol não se sentiu mais disposto a travar nova luta; os seus navios tomaram o rumo das Indias Ocidentaes, em execução á incumbência mais importante de Olivares, o comboio da frota de prata, (i. e. dos galeões do Mexico).

O combate naval de 12 de Setembro de 1631, é muito diversamente julgado pelos escriptores seus contemporaneos. Enquanto Santa Teresa, tão apaixonado defensor dos interesses portuguezes, diz: "Pater perdeu a vida, mas não a victoria", vê o hollandez de Laet em Oquendo o vencedor. Calf, Carpentier Thijssen e Serooskerken, em seus prolixos relatórios á W. I. C. apresentam o sucesso como uma ação indecisa. Elles lamentam a morte do denodado Pater e convêm em que elle avallou mal as forças do inimigo; mas não dão a frota hollandaiza como batida. Em todo caso, Thijssen havia trazido para Recife uma presa tão valiosa, como a "Buonaventura", carregada de assuecar, tabaco, madeira e gengibre, e que se achava em condições de ser incorporada á frota naval da W. I. C. em substituição a uma das unidades perdidas.

A Corte de Madrid e a Espanha Official festejaram a batalha naval como uma grande victoria de sua?

armas. Philippe IV mander enfiar uma medalha comemorativa adornada com a sua effigie. No reverso mostrava Sansão subjugando o leão ueerlandez. "But if a victory", diz Edmundson, "it was a barren one, in which the victors lost far more than the vanquished and through which they entirely failed to loosen the hold of the Netherlands upon the Reeiff or to prevent their keeping the command of the sea" (109). Da Historia Naval de Antonius Thysius cita o historiador inglez uma judiciosa sentença sobre o resultado da pugna naval: "Nostri videntur vel victi videntur". Com toda a razão escreve Edmundson, porquanto se "technically the Dutch were "victi" practically they were "victores". (110)

No lugar de Pater foi Marten Thijssen nomeado Almirante. Deram-lhe tambem assento no Conselho Político, do qual até então nenhum chefe de esquadra havia sido membro. Parece ter havido duas razões para isso. Duma parte, não devia esse homem tão competente sentir-se melindrado de ficar abaixo de Waerdenburch, já incluido no numero dos Conselheiros Politicos. Por outro lado, esperavam os representantes da Companhia com essa nomeação apertar ainda mais os laços entre as autoridades civis e militares. Immediatamente tomou Thijssen providencias contra qualquer ataque de surpresa da parte dos espanhóes e organizou um serviço regular de vigilância da costa norte brasileira. Entre a Bahia e Recife foram postados sete navios; entre Olinda e Rio Grande do Norte, cinco.

— — —

(109) Tradução da est. inédita: "Mas se vitória, foi uma vitória estéril, em que os vencedores não deram muito mais de que os vencidos, e pelo qual foram imediatamente fragirados na espécie de escravos o domínio dos Países Baixos sobre o Recife ou de impedi-lo de manter-se a sua supremacia no mar".

(110) Eng. Hist. Rev. XV, p. 16, I.

Como a luta em terra ameaçava a degenerar numa interminável guerra de posição e rugia a impossibilidade de sustentar ainda por muito tempo a posse do Olinda, tão inefficientemente fortificada, resolvem Waerdenburch eliminar da posição hollandeza o ponto mais fraco, por meio da evacuação dessa praça, e concentrar a totalidade das tropas em Recife, bem como sobre Antonio Vaz. Por fim também o Conselho dos XIX se convenceu de que o estabelecimento de fortes naquele terreno ladeiroso custaria somas fabulosas, e por via de consequencia, acquiesceera à evacuação da cidade. No fin de Novembro de 1631 foi Olinda abandonada, depois de completamente arrasada para que o local fiesse imprestável para o inimigo. (111)

Depois que se retiraram todos para traz dos fortes e anteparos de terra, de Recife e de Antonio Vaz, passou Waerdenburch uma revista geral, que accusou o seguinte resultado. Existiam no principio do anno 1631 na faixa da costa ocupada pelos hollandezes:

- | | |
|-------|--|
| 3.810 | Officiaes e soldados do Corpo expedicionario, |
| 576 | Pessoas civis (Conselheiros, clérigos, empregados de
commercio, operarios, mulheres e crianças. (112) |
| 2.214 | Officiaes de Marinha e marinheiros. |
| 421 | Negros. (113) |
-
- | | |
|-------|----------|
| 7.030 | Pessoas. |
|-------|----------|

Além de 141 prisioneiros espanhoes e portuguezes.

(111) Sobre a evacuação do Olinda: Waerdenburch nos Estados Gerais, 1^o, Fev., 24 Março, 9 Nov., 1631, 6 Jan., 1632 e "Lies Stat Gen. n. 572"; Waerdenburch en Cons. dos XIX, 9 Nov., 1631, Cons. XIX en Cons. Polit., 15 Fev., 1631. W. I. C. O. C. nr. 8. O mesmo, 20 Maio 1631 W. I. C. O. C. nr. 2. A afirmação de Netshier, de ter Waerdenburch, na sessão do "Conselho Público" falado contra a abandono de Olinda não se justifica diante do prece das fontes.

(112) Na Relação geral (W. I. C. O. C. Nr. 49), nem expressivamente notado que o numero das mulheres e crianças é incerto.

(113) Esta cifra é apenas uma estimativa.

O governador e o Conselho comprehenderam que alguma cousa devia ser feita para proporeionar aos pontos de apoio conquistados livre ligação com o interior e liberta-los da pressão abarcante dos Portuguezes, sob pena de terminar num fracasso a Empresa brasileira iniciada sob tão bellos auspicios. Neste sentir foi o Governo também fortalecido pelas cartas recebidas da Assembléa dos XIX, que lhe falaram numa linguagem muito clara. Dinheiro de contado e material do guerra, escrevia a direcção geral da W. I. C., já haviam sido enviados para o Brasil, afim de que se movesse aos Espanboes e Portuguezes uma guerra offensiva, e não meramente defensiva. O Directorio não podia convir em uma politica de permanente inactividade como a que os homens de responsabilidade em Recife se apraziam adoptar, e fazia vêr quo na patria a impressão era a peor imaginável ao ouvir-se constantemente que, em Madrid e Lisboa, se dizia que os Regimentos hollandezes de Pernambuco tinham medo dos Espanhoos e Portuguezes. A W. I. C. esperava de seus officiaes provas em contrario. Soldados espanhóes, forçados ao serviço colonial, e portuguezes não eram certamente "um inimigo que devesse ser tomado a sério", e Waerdemburgh, tomando energeticamente a offensiva, nenhum trabalho teria em submette-los. Não tivesse elle cuidado de que lho faltassem reforços. O Conselho dos XIX bem sabia o que devia fazer pelos seus leaes servidores. Ao inimigo! pois, afim de mostrar-lhe quanto era afiada a espada hollandeza!

Quando os Directores geraes enviaram para o Brasil as suas cartas escriptas em linguagem severa e ao mesmo tempo de tom sarcastico. (104) não podiam ter

(104) Cons. dos XIX aos Cons. Polis, 31 de Out., a Waerdemburgh, 1 de Nov. 1631 W. I. C. O. C. Nr. 8.

subido ainda da batalha naval travada nesse entre-meses. Mas deviam certamente já ter tido conhecimento do resultado de um pequeno empreendimento que se tinha realizado no fim de Abril de 1631, em prosecução do objectivo de sujeitar à dominação holandesa a ilha de Itamaracá, situada cinco milhas ao norte de Recife, na embocadura do rio Gojana (115). A expedição em si não foi de importância; mas trouxe valiosos conhecimentos. Constatou-se por exemplo, que essa fertil ilha, onde a plantação principal era a da canna de açucar, possuia um admirável porto com o qual mal se poderia comparar o do Recife, bello, mas de difícil acesso. De emissários exploradores se soube mais que a unica villa de Itamaracá, de nome "Conceição" estava assentada sobre uma encosta protegida de matas e se achava bem fortificada. Por ultimo, fez-se a descoberta pouco satisfatória, que a borda pantano da ilha Itamaracá offerecia melhor defesa contra inimigos invasores do que fa-lo iam trincheiras e terraplanos. Em vista do pequeno numero das forças de desembarque postas á sua disposição, resolvem o tenente-coronel Steyn-Ca'lenfels não levar adiante o projectado ataque. Satisfaz-se em construir uma cittadela, numa illa defronte da extremidade sul de Itamaracá. Devia elle servir de base para futuras operações. Sem perda de tempo foi atacada a construção do Forte, baptizado com o nome de "Oranje", o qual dominava a entrada do porto; ficaram ahi na Ilha tres companhias, sob o comando do Capitão Arthichofsky.

A expedição de Itamaracá tem uma importancia particular, por isso que nelle tomaram parte douis homens, cujo papel foi dos mais salientes na historia do Brasil hollandez: Christovant Artichofsky e Sigismund-

(115) *Woordeboek der Est. Gerees*, 31 Maio 1631, Liss., Stat. Gen., Nr. 5771.

do von Schkopp. O primeiro era um fidalgó polonês e havia ganho as suas esperas nos campos de batalha da Europa. Netscher refere que Artichofsky foi obrigado a fugir de sua pátria, "où on le persécutait pour ses principes sociniens et anti-jésuitiques. Il était venu chercher un asile en Hollande et y avait pris service dans l'armée. On l'appelait généralement Artichofsky, mais son véritable nom était. Crestosle d'Artischan Arciszewsky" (116). Sobre Sigismundo von Schkopp (Schkoppe), oriundo de uma família nobre alleinã, nada de mais particular pude colher (117).

As cartas do Conselho dos XIX incitadoras da offensiva levantaram em Recife grande escareço. Ali todos percebiam muito bem por que razão a W. I. C. tanto ansiava por feitos decisivos. Quanto mais rapidamente fosse a terra conquistada, mais depressa poderiam os engenhos de assuar ser postos a trabalhar, em proveito da Companhia. Quanto mais assuar fosse embarcado para a Hollanda, tanto mais prosperaria a sociedade e mais elevados dividendos seriam distribuídos. Em sua insaciável fome de pingres lucros não se apercebiam os Directores de que estavam exigindo o impossível. A verdade era que as forças combatentes de que dispunha o Governador no momento eram demasiado insuficientes para defendarem o Recife e ao mesmo tempo tomarem a offensiva. Chegavam, é certo, tropas, caubões e munições da Hollanda; mas os novos soldados, que difficilmente se adaptavam ao clima tropical, mal davam para preencher os claros produzidos pelas enfermidades ou morte. Tambem as dificuldades no serviço de fornecimento e assistencia

(116) Netscher, p. 182. Obs. 41.

(117) O seu nome aparece nas Actas (Akten) frequentemente sob formas holländicas como Schopp ou Schupper. Letecchurro vérs as seguintes grafias: Schuppen, Schupp, Schupps e Schuppm.

pareciam não querer ter fim. "As queixas da W. I. C. sobre a nossa pretensa inactividade", declarou Steyn-Callenfels em seu Relatorio entregue pessoalmente nos Estados Geraes, "são injustificadas e em nada contribuirão para o augmento do gôsto de servir dos officiaes e empregados. Ainda mais; o que tem sido feito não era para fazer-se na presente conjunctura (118)"

Naturalmente teve Steyn-Callenfels de admittir que em suas investidas contra a Parahyba e Rio Grande frustrara o sucesso a vigilancia dos Portuguezes. Com as mãos abanando e tendo soffrido consideraveis perdas voltara elle de ambas as expedições, para o Recife (119). Waerdenburg tambem não tinha sido mais feliz no Sul da Capitania de Pernambuco. No principio de 1632 tentou elle um avanço contra o Cabo de S. Agostinho. Este Cap. St. Augustin, como o chamavam os Hollandezes, situado para o Sul do Recife, constitua desde a perdi. deste local o principal ponto de apoio do inimigo, pois d'ahi o Arraial se provia de mantimentos e munições, e dahi se embarcava assucar para a Iberia (120). Mais uma vez malogrou-se o ataque, pela vigilancia dos Portuguezes. Parecia que uma estrela satírica pairava sobre essas expedições. "Wherever the Dutch turned, they found their enemy prepared to meet them and strongly posted (121).

Uma vez que mesmo as frotas de Espanha e Portugal nenhum danno apreciavel podiam causar e as Indias Occidentaes offereciam melhor campo de

(118) O manuscrito que abrange 24 paginas infolio (16 de Julho de 1631) secha-se no Liss. Stat. Gen. Nr. 571.

(119) Sobre as duas expedições relatos de Carpenter, Wallen, Steyn-Callenfels e van den Hagen no Cons. das XIX, 29 de Out. 1631, Maia, Neteler, p. 69 f. Edmandson, Eng. Hist. Rev. XV, p. 49 ff.

(120) Segundo o relatorio do Tenente Coronel Bruna do Croz, das XIX, 13 de Out. 1634.

(121) Edmandson, Eng. Hist. Rev. XV, p. 52 f. — Tradu. da ingles: — Para qualquer parte que os Hollandezes se dirigissem, encontravam o inimigo preparado para confrontá-los e fortemente acastelado.

acção, resolvem o Almirante rumar para o Mar dos Caraibas depois de haver deixado uma guarnição para a defesa da costa.

Com sentimentos muito discordantes contemplava o Governo hollandeze o futuro. Foi então que se apresentou, em 20 de Abril de 1632, um transfuga, o mulato Domingo Fernandes Calabar, em Recife e pediu para ser admittido ao serviço da Companhia (122). Waerdenburch e seus sub-chefes de comando ganharam neste natural do paiz um excellente conhecedor da região, o qual lhes veiu a servir nas operações de gaia onusado e ladino, iniciando-os também nos segredos das guerrilhas brasileiras. Desde o apparecimento de Calabar — assim se lê nas obras dos historiadores portugueses e brasileiros, particularmente exaltados contra este traidor, — virou a folha da Fortuna para o lado dos Hollandezes. Brandenburger assim corrige a parcialidade deste juizo: "Com quanto o conhecimento do terreno e a experiença das guerrilhas, a astucia e cautela, a ligação de Calabar com os outros descontentes, tenham sido de grande proveito para os Hollandezes, não se pode dizer tivesse por si só o transfuga o poder de fazer a Deusa da Fortuna voltar-se em favor dos conquistadores, pois para isso não muito menos contribuiram a constante chegada de reforços da metropole neerlandeza e as discordias reinautes no campo adverso" (123).

Aconselhado por Calabar, atacou Waerdenburch em Maio de 1632 a cidade de Iguassú, — segunda em importancia naquelle tempo, — situada no interior de Pernambuco a 16 ou 17 milhas ao norte de Recife, a qual havia offercido refugio aos negociantes ricos

(122) Sobre Calabar: Brilio Freyre, p. 239; Raphael Jesus, p. 69; Santa Fé, I, p. 120; Varmbeken, p. 23; Souza Malor, p. 278.

(123) Brandenburger I, p. 37 f.

emigrados de Olinda. Depois de uma marcha forçada sob chuva torrencial, da travessia de invios montes e rios cheios, foi Iguarassú alcançada, sem que o adversário disso se apercebesse. Celebrava-se na cidade justamente uma festividade religiosa, quando de repente resou o grito de terror: os Hollandezen! os Hollandezen!

Debalde ofereceu parte da população civil uma brava resistência; foi impossível evitar a desgraça. Temendo Waerdenburgh os excessos de suas tropas ordenou que fossem vacados todos os barris de vinho aprehendidos e que todas as mulheres se recolhessem à igreja Matriz, em torno da qual foi postado um cordão militar. Só depois disso foi a cidade entregue ao saque (124). Se Calado, Brito Freyre, Raphael Jesus e Santa Teresa mereciam aos Hollandezen o haverem deshonrado as mulheres casadas e solteiras de Iguarassú e commettido excessos brutais, a exposição de Waerdenburgh contradiz estas afirmações do modo mais categórico. Também segundo o parecer de Varnhagen, nem sempre imparcial em seus juízos, somente o Relatório do Chefe hollandez deve ser tomado em consideração como fonte fidedigna, para o conhecimento do ocorrido (125).

Por água e por terra, ao Norte e ao Sul de Pernambuco começaram os Hollandezen a tentar as suas investidas de surpresa. A sagacidade de Calabar lhes prestou nessa emergência serviços inestimáveis. Ele ideou planos contra aldeias, fazendas e plantações de canas, e com incansável zelo instruiu oficiais e soldados na arte de guerrilhar. Os Portuguezes ficaram sobreexcitados ao notarem com que pericia o adver-

(124) O Cons. Polit. à Camera do Zeelandia, 2 de Maio; Waerdenburgh no Cons. das XIX, 9 Maio 1632.

(125) Varnhagen, p. 93.

sario hollandeze imitava os seus métodos de luta. Cautamente começaram então a sondar a situação. Duarte d'Albuquerque, donatário de Pernambuco, fez indagar em Recife se a W. I. C. quereria entrar em entendimento sobre a evacuação da região ocupada mediante a indemnização de algumas mil caixas de assucar. Immediatamente Waerdenburgh formulou a ironica contra-proposta: sob que condições Albuquerque dispôr-se-ia a entregar aos Hollandezes a Capitania de Pernambuco (126). Havendo sido assim repelida a ideia, teve a campanha de proseguir.

No princípio do anno 1633 foram postos á testa do Governo hollandeze em Recife dous directores da Companhia: Mathijs van Ceulen, director (*Bewindhebber*) da Camara de Amsterdão e Johan Gijsselingh, membro da directoria da Camara Zeelandesa. Foram elles encarregados pela Direcção Geral de tratar de melhorar o trabalho em comum da administração civil e militar, e de aplacar as sempre renovadas divergências entre a officialidade e os conselheiros políticos. Também tinham por missão induzir por meios suassorios a gente que tinha completado o seu tempo de serviço, mas se mostrasse acostumada ao clima e bem conhecedora da guerra de emboscada, a permanecer em Pernambuco ainda uns dous annos, ou pelo menos, enquanto fosse preciso para que se pudesse assegurar a conquista da Capitania (127). Waerdenburgh retirou-se para a Holanda e o Commando em Chefe das tropas de terra foi transmittido então ao Major Laurens van Reimbach, com o titulo já agora sem significação, de "Gouverneur".

Depois de haver ordenado a construeção do Forte "Princ' Willem" a Sudoeste de Antonio Vaz, Reimbach

(126) Neischer, p. 63.

(127) A Instituição dos Delegados na W. I. C. O. C. Nr. 2.

decidiu em primeiro lugar solver o problema de maior monta: a tomada de assalto, do Arraial.

Este campo poderosamente fortificado dominava todas as estradas que se dirigiam para o interior, e de mais a mais, achava-se situado no meio da "Varzea", fertilissima planicie marginal do Capibaribe, muito rica de canaviaes. A queda do Arraial viria, portanto, pôr à mercê dos Hollandezes, como segura presa, as grandes plantações da Varzea.

Os portuguezes, porém, bem conheciam o valor para elles do premio em jogo. Deixaram os regimentos de Rembach guiados por Calabar através de caminhos tortuosos chegar até bem perto das muralhas e romperam das posições cobertas um fogo de exterminio sobre os atacantes. Os Hollandezes sofreram pesadas perdas; o proprio Rembach, ferido mortalmente, pouco sobreviveu aos ferimentos recebidos. Schkopp assumiu o commando supremo. O inicio do seu novo cargo foi uma feliz expedição contra a ilha de Itamaracá. Apoiado no forte "Oranje", lá anteriormente fundado, e em suas forças aguerridas, obteve Schkopp uma victoria extremamente facil sobre o denodado Salvador Pinheiro. A ilha, que produzia madeira de tinturaria, côcos, algodão, assucar e tão admiraveis melões, passou a ser então propriedade da W. I. C.

Para a proveitosa prosecução das operações militares era estritamente necessário que os Altos Poderes e Directores Geraes recebessem completos esclarecimentos sobre a situação das cousas, e ninguem mais apto para ministrá-lhos do que Waerdenburch, experimentado chefe das tropas da Companhia. Em seu relatorio (126) apresentado aos Estados Geraes em 10 de

Julho de 1633 indica elle com franqueza os erros cometidos no Brasil. Se a W. I. C. tinha a intenção, lê-se nesse manuscrito, de assenhorear-se do comércio pernambucano, não devia nesse caso darse por satisfeita com a ocupação de Recife e Antonio Vaz, mas cumpria-lhe, já em 1630, empregar todos os esforços afim de apoderar-se dos principaes portos da costa norte brasileira, o que viria estorvar de modo completamente efficiente todo o tráfico entre a Iberia e essa região. "Recife (Riff) e Antonio Vaz sós, de pouco nos serviriam, pois ali tínhamos ganho "moutes de areia e de pedra, mas nenhum campo de plantações de canna de assucar". Se desde o principio tivesse sido posto à nossa disposição maior numero de soldados, teríamos dentro do prazo de um anno alcançado aquéllo que apezar de enormes sacrificios, apezar dos maiores esforços não pudemos realizar no tripllo desse tempo!" "Porque", assim começa o paragrapho terceiro, "insistir a Companhia pela fortificação de Olinda, uma cidade em terreno montanhoso, sera porto e sem rio, e que segundo a opinião de todos os technicos somente mediante despesas fabulosas poderia ser posta em condições de efficiente defesa. Ainda mais. Tendo o Conselho dos XIX ordenado que se crigissem fortificações inexpugnaveis em torno de todos os pontos conquistados, eramos forçados a empregar as nossas tropas de combate em serviço de guarda e trabalhos de trincheira, pondo em risco assim a saúde da nossa melhor gente. A esta penosa situação acrececia a frequentemente verberada falta de vitualhas e matorial de guerra. Belo attestado da formação espiritual dos soldados era certamente o temor supportado esses tormentos num clima tão ardente, sem que so sublevasseem!"

Com uma politica de poupança e mesquindaria nada havia a alcançar no Brasil, e se a Companhia não queria

arriscar-se a perder todos os fructos do trabalho feito até então, era mistér que afrouxasse os cordões da bolsa e enviasse para Pernambuco um corpo de 3.000 a 4.000 soldados aguerridos sob o commando de um chefe competente". Para concluir, dá Waerdenburch aos Estados Geraes e aos Directores o instante conselho de separar a administração civil da militar e conferir aos commandantes das forças de terra e de mar situações independentes.

Depois da chegada de reforços ao Recife em Outubro e Novembro de 1633, foi resolvido levar então a cabo a malograda empresa de Steyn-Cailefens. Com dez navios fizeram-se do vela van Ceulen e Jan Corueliszoon Lichthardt para o Rio Grande do Norte, capitania que na verdade pouco assucar produzia, mas era compensação explorava em grande escala a criação de gado. No prolixo relatorio da expedição (29) se conta que Ceulen por occasião de seu desembarque foi sundado por uma delegação do Chefe Indígena Tapuya Jandubi, o qual lhe prometeu amizade e apoio contra os Portuguezes. Depois de um bombardeio de muitos dias capitulou afinal o Forte dos Tres Santos Reis (dos Reis Magos), situado na embocadura do Rio Grande. Foi chrimado Forte Ceulen e confiado á guarda do Capitão Garstman, que ficou encarregado de entrar em contacto com Jandubi e sua tribo, tão favoravelmente dispostos em favor dos Hollandezez.

No fim de Fevereiro de 1634 apareceram diante do Forte Cabedello, sobre o rio Parahyba uma poderosa esquadra hollandeza. Foi chefe da expedição Julian Gijsselingh, cabendo a Lichthardt o commando dos navios e a Schkopp o das tropas de desembarque. Ainda

(29) *Journal van den zicht ofte expeditie, gedoen over Rio Grande etc.* 5. — 21. Decembre de 1633, tathalen Ceulen e Gijsselingh à Cartara Zeelandica, 5 Jan. 1722. Estes documentos no pasto W. J. C. O. C. Nr. 59. Mais: Netshet, p. 68; Varnhagen, p. 107.

uma vez foi frustrada a empresa, ainda uma vez a guardação portugueza com os reforços enviados do arraial repeliu o ataque.

Mas estando Gijsselingh animado da mesma ambição de Ceulen, de realizar um feito que produzisse sensação, mandou que a esquadra navegassem para o sul, com o fim de aventurar um golpe contra o Cabo Santo Agostinho. O que Waerdenburgh havia tentado em vão, estava elle destinado a realizar (30).

Como no caso de Recife e Antônio Vaz, era esse promontório, com o seu porto, guardado por uma "Barra", um recife de pedra. Duas aberturas protegidas por baterias davam acesso naquelle tempo ao aneoro-douro, mesmo a grandes embarcações. Defronte da entrada principal, da chamada "Baretta" estava situada, na enboseadura de um rio, uma ilhota e em frente a esta no continente a povoação "Pontal". Um pouco mais a norte erguia-se o forte de costa "Nazareth".

Por uma habil manobra Liebhardt, que como chefe da frota usava o título de "Almirante da Costa brasileira" conseguiu apoderar-se das baterias do porto, da ilha e de Pontal. Nazareth, contudo, os Hollandezez não puderam tomar. Pontal ficou em suas mãos e o bastião levantado às pressas sobre a ilhota agora baptizada "Walchieren", recebeu em honra ao Chefe da expedição o nome de Forte Gijsselingh.

Se por um lado o governo em Recife se alegrou com as ocupações militares do Rio Grande e Cabo de Santo Agostinho por outro muito lhe preocupaou o espírito a dúvida se essas vantagens poderiam ser mantidas com o correr dos tempos; tanto mais quanto a W. I. C., a quem a empresa pernambucana tanto custava, e

(30) Sobre a expedição à Paraíba e Cabo de Santo Agostinho: Ceulen à Camara Zeelandica, 10 do Abril, Schkopp à mesma, 3 de Junho de 1634. W. I. C. O. C. Nr. 59.

tão pouco rendia, apesar das remessas do assucar aprehendido, riscara dos pedidos de recursos que lhe eram feitos, quasi metade.

D'esta forma, a falta de tropas e de provisões se tornava outra vez muito sensível.

Os representantes da Companhia, de sua parte, se queixavam do espanioso fornecimento de forças combatentes para as guarnições do Brasil (131). Numerosos soldados, jovens, eram victimados pela maliguidade do clima e sobretudo pelas deploráveis condições sanitárias dominantes. Gijsselingh calculava a perda anual dos recrutas em cerca de 40%. Só de uma Companhia, forte de 160 homens, informa van Ceulen, em muito breve espaço de tempo não menos de 90 soldados haviam sido sacrificados. Somente em casos isolados tinham os esforços dos chefes de serviço sido bem sucedidos, mediante aumento de soldo (2 florins por mês), em induzir soldados, que já haviam completado o seu tempo, a continuarem a servir.

"Mal um navio se apresta para partir", escreve Willem Schotte em Junho de 1634, "logo nos assalta o velho pessoal para que o deixemos partir". Ninguém queria servir em Pernambuco mais de tres anos viagem de ida e volta inclusive. (132)

As insistentes representações do Governo Recifeense encontraram eco, por fim, na Holanda. O Conselho dos XIX tratou de activar o transporte para o Brasil e enviou munições de guerra bem como viveres. As tropas destinadas às terras coloniais foram dadas officiaes experimentados na arte da guerra. Quando as forças de terra se achavam aumentadas para mais de 4.000 solda-

(131) Cf. em e Carpenter à Camera Zeelandesa, 2 Abrel. Schkopp, Gijsselingh e Schotte à Direct. em Middelburg, 3 e 4 de Junho 1631. Todo W. I. C. O. C. Nr. 50.

(132) Já em 1632 disse-se pelasua o Conselho Político,

des e as de mar para 42 vasos com uma guarnição de 1.500 marinheiros, deixaram Ceulen e Gijsselingh o Recife, a 1 do Setembro de 1634, depois de completo o tempo de serviço que lhes fôra marcado. A direcção dos negócios públicos haviam elles depositado nas mãos do Conselho Político (133). Este contava nesse tempo apenas cinco membros: Servatius Carpentier, Willem Scholte, Jacob Staehouwer, Balthasar Wyntgeus e Ippo Eysseus. De regresso á pátria puderam os Directores em seus relatórios salientar que as operações de guerra emprehendidas, em mar e terra, desde o começo do anno 1634, haviam sido coroadas de bello exito, e que grandes quantidades de açucar e pão Brasil tinham sido apres-sadas. Segundo os seus caleulos o valor do açucar embarcado de Janeiro de 1633 a Agosto de 1634 attingiu a 1.655.700 florins, e da madeira brasileira remettida 72.000 florins, enquanto que a venda publica dos bares portuguezes e espanhoes capturados produzira a somma de 514.000 florins (134).

Com satisfação recebeu a W. I. C. ao mesmo tempo a communicação de que também a ilha Curaçao (das Índias Ocidentaes) se havia tornado sua possessão. Johannes van Walbeeck, que fôra antes conselheiro em Recife, assumiu a representação dos interesses da Companhia nesta ilha, que offerecia uma exceleste base para as operações de guerra de Corso no mar das Caraibas. (135).

Fernando Noronha, a grande ilha brasileira situada a Nordeste de Olinda, ocupada temporariamente no anno 1629, deve logo depois ter sido tomada. Sabe-se com certeza que o Conselho dos XIX em 1631 encarre-

(133) Brandenburger I, p. 42; Constit., p. 156.

(134) Estas cifras vêm também em de Laut, p. 399 f.

(135) Walberek à Camb. Zel.; 27 de Agosto 1631 (notícia circunstanciada dessa conquista) W. I. C. O. C. Nr. 50.

gou a Camara de Amsterdão de cuidar de Fernando Noronha. Com o auxilio de escravos negros capturados deu-se inicio na ilha ao plantio de fumo e algodão, bem como à criação de aves domésticas, carneiros, porcos e gado. Nenhum resultado, porém, se obteve, pois uma terrível prega de ratos aniquilou quasi todas as culturas. Não admira, portanto, que as notícias do comissário enviado de Pernambuco para lá fossem todas verdadeiramente desanimadoras. (136) Elle conseguiu, é certo, dar de novo andamento aos trabalhos; mas annos se passariam antes que o capital invertido em Fernando Noronha pudesse render juros.

Mais auspiciosos foram os resultados alcançados no continente. Uma expedição cuidadosamente apparelhada e despachada no fim de Novembro de 1634 sob as ordens de Schkopp e de Artichofsky, agora promovido a coronel, — e de que faziam parte Lichthardt como comandante da frota, Carpeutier e Stachonwer, como representantes do Conselho Político, — conseguiram finalmente dominar e vencer os fortes e bastiões que protegiam a entrada do Rio Parahyba. Dest'arte ficou fraudado o caminho para a cidade Philippéa situada um pouco rio acima; a guarnição desta se pôz a distanciar. Os Hollandezes ocuparam a praça e deram à cidade o nome de "Frederikstad" em honra a Frederico Henrique de Orange.

Em 26 de Dezembro de 1634 os vencedores, no intuito de repovoar a localidade, que se achava inteiramente abandonada, proclamaram, em nome da W. I. C., uma amnistia geral para os habitantes parahybanos refugiados no Interior. Prometeram a todos que se submettessem ao domínio hollandez, liberdade de pessoa, de bens e de crença, além de protecção contra os ataques

(136) Willem Joudje Climerc a Van Cralen e Gijzelingsh, 9 Fevereiro, 26 Março 1634.

inimigos e actos de vingança dos espanhóes. Prometteram mais, que todos quantos prestassem obediência à Companhia, portuguezes ou espanhóes, teriam licença de conservar as suas armas, que os impostos e direitos permaneceriam os mesmos, e, por fim, que, perante a Justiça, Hollandezes, Portuguezes e Naturaes do paiz teriam igual tratamento. (137) Quando os fugitivos conheceram a seriedade das intenções do Conselho Político em sua proclamação, começaram a confiar nos vencedores.

Algumas pessoas de consideração prestaram o juramento de fidelidade, e, com isso, se fundiu o gelo. Em sua maior parte, os cidadãos e os agricultores domiciliados nas cercanias de Frederikstad regressaram e reconheceram a soberania da Holanda, procedimento que achou imitadores no Rio Grande.

A' ocupação da Parahyba seguiu-se, em princípio de Junho de 1635, a queda do Arraial. Foi necessário um assédio de muitos meses, cheio de fadigas e deceções, para dominar esse acampamento, cercado de profundas trincheiras e fortes parapeitos (138). Este feito de armas dos Hollandezes libertou Recife e Antonio Vaz do perigo de ataques de surpresa da parte do Interior e tornou a Companhia senhora do centro de produção assucareira, a já mencionada "Varzea", cujo valor naquelle tempo — segundo o competente juizo de Walbeeck — era igual ao da metade da Capitania. (139)

Afim de poupar mantimentos, enviaram Schkopp e Artichofsky os prisioneiros para as Indias Ocidentaes (140) ou para os Açores. Perante a Directoria justificou-se a medida com a observação drástica: "d'outra maneira devorar-nos-iam elles as orelhas de nossa ca-

(137) A proclamação, em de Luet, p. 454.

(138) de Luet, p. 461; Ulloa Freyre, p. 132 f Neisser, p. 71.

(139) Walbeeck no Cons. dos XIX, 2 Julho 1635, Liss. Stat. Gen. Nr. 5771.

(140) Schkopp, Artichofsky e Wymgans à Com. Zel., Julho 1635.

beça". A Portuguezes influentes, ao contrario, especialmente se elles de livre vontade se passavam para os Hollandezez, era proporeionado o ensejo de fazer o conhecimento da Republica dos Paizes Baixos Unidos, para inspecção pessoal. Ali encontravam elles a mais carinhosa acolhida. Que muita dessa gente ia á Holanda por motivos egoisticos e sabia incompletar-se com a viagem, o caso do Conde Francisco Faria nol-o ensina. Viajou elle com toda a familia para Amsterdão em 1634, lá viveu magnificamente e entre prazeres, às expensas da Companhia, daudo-se ares de uma personalidade que desempenhava o papel principal no Brasil. Os directores fixaram-lhe uma dotação mensal, afim de ganhar em seu favor esse "valioso elemento". De volta a Pernambuco, euidou tão pouco como dantes, de servir aos interesses hollandezez.

Ao contrario. Com grande desapontamento das autoridades de Recife, trouxe elle para ahi artigos de commerce rigorosamente prohibidos, tal como aguardente, pisando o solo, como se delle dependesse todo o bem e todo o mal da região ocupada. "Vós vos deixastes" escrevia aos Directores (Bewindhebber), Jo-hann Gijsselingh, que se achava em Pernambuco nesse tempo, "illudir completamente pelo patratreiro. Agora querem todos os Portuguezes que nos têm prestado bons serviços, viajar para a Holanda, onde o acolhimento é tão hospitalero, e o tratamento tão magnifico. Não depositais esperanças muito grandes nos transfugus portuguezes!"

O povo é vâo, arrogante, preguiçoso e só pensa no querido Eu" (141)

Quatro semanas após a rendição do Arraial, capitulou também o Forte Nazoretb, do Cabo de Santo

(141) Gijsselingh à Cam. Zel. 4 -- Junho 1634.

Agostinho, denodadamente defendido. Para aí se havia retirado Albuquerque com o grosso de suas forças (142), quando os Hollandezez, em Março, investiram contra o Arraial. Do novo se escapou o bem avisado general em chefe portuguez para o Interior, e, se bem que tivesse de reenar constantemente, conseguiu em todo o caso infligir uma sensivel derrota ao inimigo apesar da superioridade deste. Tomou elle a vila rural Porto Calvo, à margem do Rio Uva, que havia sido conquistada por Lichthardt, na primavera de 1635, e constituiu o ponto mais meridional das posições hollandezeas. (142-a). A perda desta localidade em si pouco significava. Mas ali caiu prisioneiro dos portuguezes o fiel alliado da Hollanda, Calabar. Mathias de Albuquerque condenou á morte o trahidor, que foi executado após cruéis martyrios (143).

O sucesso, porém, não offuscou o chefe portuguez. Elle reconheceu a seriedade de sua situação e percebeu que mais longa permanencia naquella região verdadeiramente inundada de inimigos teria como resultado uma catastrophe certa. Assim, mandou arrazar as fortificações de Porto Calvo e marchou para Alagôas, que então pertencia à Capitania de Pernambuco. (144).

Nesse meio tempo, os Hollandezez haviam feito consideraveis progressos nas capitanias do Norte.

A 9 de Julho de 1635, quando os juntas ainda não tinham chegado ao seu termo, Carpentier annunciou aos Directores Geraes que Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande já se podiam considerar como possessões firmadas. Mas na realidade a W. I. C. dominava somente a faixa de costa dessas capitanias. Com ex-

(142) Schopp nos Est. Cons., Julho 1635 -- Liss. Gen. Nr. 5772; Neischer, p. 75 f.; Varela, p. 126.

(142-a) Lichthardt e de Rieder no Cons. Polit. — 12 de Março de 1635. No mesmo Liss.

(143) de Laet, p. 165 ff.; Brandenburger I, p. 40.

(144) Ilha um dos Estados da Republica Brasileira.

cepção de alguns mil Pernambucanos que se exilaram, adaptaram-se os habitantes do território conquistado ao inevitável e prestaram voto de obediência e fidelidade ao governo hollandez que tão bem disposto se mostrava para com eles. O Conselho Político estendeu os direitos fundamentais conferidos à Paraíba, igualmente a Pernambuco, Itamaracá e Rio Grande, acentuando mais uma vez que em todos os territórios brnsileiros submetidos à Companhia o padre católico poderia exercer o seu ministério sem impedimentos, não sendo lícito violentar por qualquer forma a crença religiosa de qualquer um.

Como na Espanha estavam a chegar sempre notícias consternadoras e o número de navios apresados crescia constantemente, resolveu o Governo enviar uma poderosa esquadra à sua colônia ameaçada. Para seu comando foi designado Don Fradique de Toledo, o libertador da Bahia. Este oficial, perfeito conhecedor das condições que ali predominavam, muito acertadamente anteviu a dificuldade de sua missão e declarou a Olivares que só se poderia pensar na derrota do inimigo se o rei destinasse à empresa pelo menos 12.000 homens. Na persuasão de que Toledo queria fazê-lo de tudo, mandou o ministro lançá-lo na prisão, onde veio a morrer. Assumiu o posto de comando Dom Iñiz de Rojas y Perja, que teve de se contentar com 1.700 soldados e 30 navios. Acompanhou-o Pedro da Silva, novo governador geral do Brasil Espanco-Português.

Pelos seus barcos de patrulha foram os hollandezes avisados de que o perigo se avizinava. Antes, porém, que se soubesse para onde a frota inimiga se dirigiria, apareceu ella repentinamente a 27 de Novembro de 1635 defronte do Recife (Riff). No ancoradouro havia apenas muito poucas embarcações e talvez conseguissem os Espanhóis, numa ousada investida, forçar a entrada.

"Comtudo Rojas julgou de melhor aivitre, ir pelo seguro". (145) Ordenou que se mantivesse o rumo Sul, e Lichhardt com sete navios aprestados às carreiras seguiu-lhe no encaigo com o fim de difficultar ao Espanhol o mais que pudesse o desembarque nas partes holandezas da região.

Apezar de tudo, Rojas y Borja conseguira desembarcar os seus tropas, no principio de 1636, em Jaraquá, pequeno porto alagoano. Sem prestar ouvidos aos conselhos dos Portuguezes que foram ao seu encontro, procurou o impetuoso commandante em chefe, ávido de façanhas, imediato contacto com os holandezes, correndo assim para a propria ruina. Singrou para Porto Calvo, em cuja proximidade pôeo antes Schkopp lutar com a retaguarda do Albuquerque. A sudeste dahi se achavam os regimentos de Artichofsky, em Peripucira, em posições bem entrincheiradas. Não se julgando Schkopp bastante forte para offerecer batalha a Rojas, foi ordenado a Artichofsky desampar para Porto Calvo. Em sua marcha para ali, na tarde de 17 de Janeiro, incesperadamente encontrou-se o fidalgo polonez com o inimigo, o que se deu junto a Mata Redonda (a 2 milhas de Porto Calvo). Ao amanhecer do dia seguinte começou a batalha campal, que terminou com a derrota completa dos Espanhoes. Quando os holandezez examinaram o campo, encontraram entre os tombados na peleja, tambem o cadaver de Rojas. (146)

A victoria de Artichofsky não teve o effeito esperado pelo Governo de Recife. As forças destroçadas do corpo expedicionario espanhol que se haviam refugiado na matta virgem alcançaram Alagoas e lá se uni-

(145) Handelmann, p. 167.

(146) Sobre a bat. de Mata Redonda: Cornelis van den Brande, 8 Fev., 1636, v. Scorsenkerken, 33 Fev., Cons. Pol., 21 Fev., Artich, 13 Janeiro 1636. Todas & Cons. de XIX, W. I. C. O. C. nr. 51. Tambem ali os cartos citados adiante.

ram aos destacamentos que, depois da retirada de Albuquerque a chamado, se achavam servindo sob o comando de Bagnuolo. Da Bahia foram enviadas tropas de auxilio e munição, mas prudentemente o novo chefe evitou qualquer choque contra contingentes superiores hollandezes e recorreu ao antigo sistema já provado de guerrilhas de surpresa. Henrique Dias, Felippe Camarão, André Vidal de Negreiros, Sebastião de Souto e outros experimentados officiaes guerrilheiros receberam ordem de penetrar com negros, índios e soldados brancos nos domínios da Companhia, levando por toda parte o incendio, o roubo e a devastação.

Bagnuolo tomou para base de operações Porto Calvo que o adversario havia outra vez abandonado, depois de passageira ocupação.

Para não serem obrigados, na deficiencia crônica de tropas exercitadas, a destacar companhias em numero excessivo, os Hollandezes evacuaram todas as praças em perigo ao Sul e arrazaram os fortes dispensaveis como Arraial, Nazareth e Peripueira. Apesar disso os Regimentos postados na fronteira sul viam-se impossibilitados de dar cabo dos depredadores que por caminhos ocultos penetravam no territorio hollandez. Por toda parte surgiam os bandos, e exactamente onde menos se suppunha que aparecessem. Percorriam os capitâncias de Pernambuco e Itamaracá, e levavam as suas incursões até a Paraíba. A sua passageira era assignada por fazendas arrazadas, engenhos de assucar e canaviais lançados em chamas. "Como uma caudal de fogo", queixava-se o inglez John Goodlad, "atravessa precipitadamente a terra essa gente brutal". (147) A 13 de Junho de 1636 escrevia Artiehovsky: "O inimigo é extremamente agil. Esconde-se nos matos ou nos cab-

naviaes, obriga os habitantes a lhe fornecerem informações, e se os infelizes não querem dar esclarecimentos ameaça-os de tortura e morte. Quando os leiros perseguidores hollandezes se aproximam, desaparecem as hordas na expressura da matta sem deixar vestígios. Elles conhecem perfeitamente as nossas fraquezas e sabem que não podemos carregar ás costas provisões para mais de oito dias. A funesta cesasez de provisões de boea está sempre a nos impedir o desferir golpes decisivos contra os saqueadores". (148)

Desgraçados, os Hollandezes que como transviados, feridos ou prisioneiros cahiam nas mãos desse inimigo! Eram mortos a pancadas e não raro lentamente martyrizados até morrerem. Mas por sua vez as forças de Schkopp e Artiehofsky usavam de processo sumário para com os incendiários. Assim, as guerrilhas de emboscada eram de parte a parte realizadas com terrível crueldade, e assim não terão seguramente sido destituídas de fundamento as queixas levantadas sobre as barbaridades hollandezas por Calado, Brito Freyre, Raphael de Jesus e Robert Southey que lhes serviu de eco. Todavia "*Audiatur et altero pars*"! O que os chronistas portuguezes nos contam dos vergonhosos crimes dos Hollandezes, fontes hollandezes referem em relação aos excessos commettidos pelas hordas de Bagnuolo. Quanto mais gravemente, porém, estas lutas affligiam a "Nova Holanda", tanto mais claro se tornava, aos dirigentes em Recife, que este estado de cousas não podia continuar. A W. I. C. precisava cuidar da colônia conquistada de modo muito diferente do adoptado até então; de fazer sacrifícios de dinheiro, de realizar reformas na administração, no exercito e no commissariado; se não quisesse ver a grande Empresa brasileira resul-

(148) Artiehofsky no Cont. das XIX, 13 Junho 1635.

tar num tremendo fiasco. Em duas cartas cujuntas manifestou Artichofsky confidencialmente aos Directores Gerais a sua desaprovação à politica brasileira por elles seguida, com total malogro. (149) Falou com fraude, temperou a sua exposição de pungentes sarcasmos, — descrevendo intencionalmente, como convinha, a situação com cores demasiado sombrias. Segundo o seu modo de ver, o mal fundamental era a desavida economia da Companhia. Ela era culpada das insuficientes remessas de tropas, do escasso fornecimento de armas, munição, peças de roupa e notadamente de viveres. Faltava na Colonia uma mão firme para manter a cohesão do todo. Todo official queria comandar; todo funcionario, dirigir. Em vez de operarem em commun, os chefes do exercito e os da marinha no Brasil agiam uns contra os outros. A isso se juntavam as requisições das autoridades civis à administração militar. Ora navios deviam ser fornecidos para fins de transporte, ora eram precisos marinheiros para o desempenho de toda sorte de funções. Assim predominava uma confusão geral em Recife. "A sorte, contudo, ainda é favorável às nossas armas", escrevia Willem Schotte, "ainda pode a obra abençoadas por Deus ser levada a feliz termo. Para esse fim envia-nos soldados, envia-nos um general, que se impõe com um pulso de ferro". Como Artichofsky e Schotte, também se exprimiu o Conselho Político, em sua totalidade: "Parece que se esqueceram de nós inteiramente. Achamo-nos em terrível perigo, e impotentes devemos observar como a guerra de inéssões vai preparando a Revolução. Ajudae-nos em nome de Deus! Seria realmente uma ignominia para a Hollanda e a W. I. C. renunciar a uma terra tão futurosa, e em que tanto dinheiro e trabalho foram consumidos! Mas o socorro

(149) Artichofsky ao Cons. dos XIX, 12 Junho, 20 Julho 1626.

devo vir já e já. Por quanto vindo para os nossos antagonistas ainda mais recursos da Espanha, seremos todos compelidos a retomar os nossos navios e regressar para a patria". (150)

Cada vez mais alto ressoou do Brasil o clamor por um "homem forte". Até então o Conselho dos XIX fizera ouvidos de mercador, a esse grito de desespero. Agora não lhe era mais possível cerra-los por mais tempo.

(150) Schotte ao Cons. dos XIX, 6 Out., o Cons. Pali, ao mesmo d. Outubro, 6 Novembro 1636.

CAPÍTULO TERCEIRO

O NORTE DO BRASIL SOB O GOVERNO DO CONDE JOÃO MAURICIO DE NASSAU-SIEGEN, 1637-1644.

Como se explica que a W. I. C. cuidasse de maneira tão inefficiente da região brasileira a cuja conquista havia ligado tanto valor? Não acreditaria ella porventura nas informações de seus admirantes e chefes militares, de seus funcionários civis e agentes comerciais?

Consideraria ella exageros injustificáveis as advertências, as queixas cada vez mais frequentes que lhe eram dirigidas sobre a falta de soldados, de viveres e de munições? Ou os auxílios reclamados pela Guiné, Nova-Hollanda e sobre tudo pelo Brasil já em 1636 excediam à sua capacidade financeira?

Apesar do brilho exterior que a W. I. C. aparentava, os iniciados sabiam que aquelle magníficente edifício reposava sobre bases muito frácas. No verão de 1636 as dívidas da poderosa Companhia de Comércio atingiram a 18 milhões de florins, somma verdadeiramente prodigiosa para aquellos tempos.

E que foi que levou a Companhia a essa apertada situação? Sem dúvida a guerra de apresamento. A pirataria exercitada em grande estylo não se tinha revelado compensadora. De nada servia proclamar orgu-

lliosamente a Directoria Geral os bons serviços de sua frota. De 1623 a 1636 não menos de 806 navios da Companhia haviam se empenhado em viagens para a America do Sul e do Norte, para as Indias Occidentaes e para a Africa, e apresado para mais de 547 barcos espano-portuguezes no valôr de 6.710.000 florins. A importâncie total dos carregamentos pilhados bem como das mercadorias e escravos apprehendidas no Brasil era avaliada em 30.309.736 florins. (151) Mas a esses lucros se oppunham avultados gastos.

Só o apparelhamento das frotas e corpos expedicionarios, enviados a partir de 1623 para o Oceano Atlântico, e os embarques de vitualhas, munições de guerra e matérias de construção, haviam devorado 45.183.430 florins. Juntam-se a isso as despesas com os territorios ocupados, os innumeraveis salarios de empregados e tantas outras cousas. "Ces énormes dépenses", diz Netscher, "et les distributions considérables que la Compagnie faisait annuellement à ses actionnaires, la rendaient aux yeux de l'ennemi plus redoutable qu'elle ne l'était en réalité". (152)

Para cobertura das dívidas foi contruído um empréstimo a seis por cento, com os accionistas. Ficou porém claramente estabelecido entre os directores e os participantes que a guerra de pirataria como feita até então só poderia proseguir no caso de se conseguirem novas fontes de recursos pecuniários.

Que havia de mais curial, pois, do que empregar o maxímo esforço no intuito de obter esses recursos das possessões ultramarinas, sobre tudo do Brasil! Esta terra tão vasta e tão pouco explorada devia certamente produzir extraordinarios lucros, com uma administração económica mais racional, maximé agora que á W.

(151) *de Laet*, appendice, p. 8 e segs., Netscher, p. 89.

(152) Netscher, p. 62.

I. C. pertenciam os campos de plantação de canna de assucar da Varzea e da Parahyba.

O continuo estado de luta em Pernambuco, o desespero que reinava entre os habitantes das capitâncias attingidas pela campanha de guerrilhas, exigiam imperiosamente uma reforma no systema de governo holandez em Recife. A direcção dessa região tão gravemente ameaçada pelo inimigo não podia permanecer por mais tempo nas mãos de um corpo administrativo tão baldo de meios de defesa. Para seu proprio castigo, reconheceu agora a Directoria Geral quanta razão tinha Waerdenburch, em seu tempo, de reclamar a separação das autoridades militares das civis, e quanto precisava a "Nova Hellanda" — o nome já se havia então firmado — do um pulso forte. Foi decidido mandar para Pernambuco um General investido de amplos poderes e nomea-lo governador (Statthalter). Esperava-se descobrir um Official que reunisse em si as qualidades de soldado e estadista, e soubesse também empregar a autoridade que lhe era conferida, com a necessaria energia. (153) Que entre os homens que haviam servido ou ainda estavam servindo à Companhia no Brasil, nem um só se achava em condições de assumir um cargo tão esplêndoso e de tanta responsabilidade, ficou desde logo assentado. Schkopp e Artichofsky eram destemidos cabos de guerra e bons soldados de linha, Carpentier e os outros membros do Conselho Político, fuzileiros competentes. Mas possuíam tão pouco como os seus predecessores — com inclusão de Ceußen e Gijsseelingh — as qualidades requeridas para um posto de tal natureza.

Depois de um entendimento com Frederico Henrique de Orange e os Estados Geraes, pôz-se o Conselho

(153) *Fabius*, p. 26.

dos XIX em comunicação com o Conde João Mauricio e ofereceu-lhe o novo cargo de Governador, que ia ser criado. Não podia ter sido mais feliz a escolha!

Filho de João de Nassau-Siegen, espôso de Margarida de Schleswig-Holstein, vira João Mauricio pela primeira vez a luz do dia em Dillenburg, a 17 de Junho de 1604. Achava-se em estreitas relações de parentesco com a casa de Orange, porquanto o seu avô João de Nassau era irmão mais moço do Taciturno. Desse João e do tio Mauricio de Orange que lhe servira de padrinho de baptismo, tomara a criança os dous nomes: João Mauricio. O joven condé allemão recebeu uma excelente educação, frequentou o Lycéo de Herborn e ensouciou ainda em idade juvenil as Universidades de Basileia e Genebra. Como voluntario alistou-se em seguida no exercito da Republica Neerlandeza. Resumem-se em poucas palavras os seus primeiros feitos belicos. Tomou parte na malograda expedição palatina do Frederico Henrique contra Spinola (1620), bem como na conquista de Goch (1627) e no celebre assedio de Bois-le-duc, sendo por esta occasião promovido a coronel. "João Mauricio", diz Fabius, "foi um bom soldado, um homem vigorosamente desenvolvido, calmo e jovial." Revelava grande interesse e aguda intuição em matéria de arte e sciencia, amava a convivialidade no circulo intimo e sentia-se muito a seu gosto na divertida Haia, "como filio da Republica". (154) Durante o cerco de Maestricht (1632), tendo conseguido frustrar a inesperada investida impetuosa de Pappeuheim consolidou a sua fama militar, e quatro annos mais tarde com a rendição do Forte Schenkenschanz o nome de João Mauricio popularizou-se em todas as partes da Republica.

(154) Fabius, p. 1.

Depois de haver acquiescido em assumir em Recife o cargo de governador, compareceu o Conde a 4 de Agosto de 1636 à sessão do Directorio Geral, afim de inteirar-se das condições. Tendo estis merecido a sua approvação, comprometteu se elle a exercer por um determinado prazo — cinco annos, de primeiro — as funções de Procurador da W. I. C. no Brasil. O Conselho dos XIX prometeu pôr à sua immediata disposição 6.000 florins para as necessarias despesas de estabelecimento e fixou um ordenado mensal e subsidio de mesa, de 1.500 florins, o que perfazia a somma annual de 18.000. Considerável, quando se lhe applica o estalão daquelle tempo, essa importaneia, entretanto, era absolutamente insuficiente para um paiz como o Brasil onde tudo tinha de ser produzido do nada. Disto se aperceberam também os directores (*Bewindhebber*) e vieram em auxilio do seu Statthalter concedendo-lhe ainda 2 por cento sobre o valor das presas tomadas ao inimigo (159).

Para o novo governo em Recife foi elaborado um Regulamento bem minucioso. Entre os papéis do archivo das Indias Occidentaes é elle o documento historico-administrativo mais instructivo e interessante, e nelle se funda o capítulo do meu livro, relativo ao sistema de governo dos Holandeses no Brasil. Com o título de "Gouverneur — Capiteyn — ende Admiral-General" assumiu João Mauricio a direcção suprema do Governo em Pernambuco. Tornou-se o Commandante-em-chefe das forças de mar e terra e o administrador dos negoeios interiores. Para ajudal-o no desempenho do seu pesado cargo, prizeram-lhe a latere uma nova organização official, o "Alto Conselho", composto de tres directores da Companhia. A W. I. C. nomeou "Altos Conselheiros Secretos" (*Hooge ende secrete raden*) Ma-

thijs van Ceulen e Johan Gijsselingh, os quaes já haviam estado no Brasil, e podiam, portanto, pelo conhecimento que tinham das coisas de lá, ser de grande prestímo, — e alem destes nomeou ainda o "traquejado" Adrien van der Dussen.

O instituto do *Conselho Político* foi conservado; mas apesar do considerável aumento do numero de seus membros, foi rebaixado a um Tribunal de segunda Instância, e transformado numa Corte de Justiça Civil e Criminal. (150)

Da experiência colhida pela Companhia de Comércio das Índias Orientais, o Conselho dos XIX aprendera que uma apresentação apparatosa, um ceremonial magestático e uma exhibição ostentosa de poder militar seriam meios efficients para convencer aos naturaes da superioridade da raça branca e conservá-los em cheque. Foi esse o methodo que a W. I. C. quiz também applicar no Brasil. E embora retrahidos como eram os Directores Gerais quando se tratava de matéria de dinheiro, desta vez não se alarmaram com o elevado da somma. Concedeu-se ao Statthalter uma representação de corte principeza. Cogitou-se mesmo do apparelhamento de uma frota de 32 navios e da organização de um exército de 7 a 8 mil homens. Ante, porém, o orçamento das despesas apresentado, todos esses bons propositos se desvaneceram imediatamente. O espirito de usura afirmou mais uma vez o seu predominio. Sem hesitação, cancellaram os dirigentes da Companhia 20 embarcações do numero fixado e reduziram o total das tropas para 2.700 soldados.

Em consequencia da indecisão e sovinaria da W. I. C. ameaçava passarem-se meses antes que os 12 navios concedidos se pudessem fazer ao mar. Com isso a pa-

ciencia da João Mauricio, em quem ardia o desejo insoffrido de logo entrar em acção, se exgotou, e elle com os quatro primeiros navios promptos para a navegação ao Brasil deixou a Nova Dieppe em 25 de Outubro de 1636. O resto da esquadra devia seguir-o o mais cedo possível. Em sua viagem para o Recife acompanharam o Príncipe (157) o pregador Franziskus Plante, o medico e naturalista Willem Pisc, de Leiden, o astronomo alemão Georg Marcgraf, e os irmãos Post (o arquitecto Pieter Post e o pintor Franz Post). Todos estes homens, cada um a seu modo, muito contribuiriam para o lustre do periodo de governo de João Mauricio em Pernambuco.

Ventos desfavoraveis retardaram a viagem dos quatro navios (158). Foram forçados, por semanas, a aguardar em Portsmouth a mudança do tempo. E assim foi que só em 23 de Janeiro de 1637 chegou João Mauricio a Recife, onde os Hollandezeis o saudaram com o mais vivo jubilo, como o seu salvador na necessidade e desventura (159). O príncipe ficou encantado com a beleza da paisagem tropical. Denominou Nova Holanda "o mais delicioso trecho de terra" que seus olhos já haviam contemplado. Exaltou a admiravel situacão da Colonia cujo futuro elle via através de um prisma roseo (160).

Bem cedo perceberam, porém, em que perigo se encontrava a possessão hollandeza, e com que acerto as cartas pessimistas do Conselho Politico tinham descripto o estado das cousas. Surgiu aos olhos de João Mauricio a enormidade das dificuldades que se lhe antepu-

(157) Nas fontes J. Mauricio é tratado ora por príncipe, ora por rei.

(158) João Mauricio ou Cons. dos XIX, 16 de Nov. 1636,

(159) Sobre a chegada do Governador em Recife: Brittefeyre, p. 391; Mart. de Jesus, p. 130; Santa Teresa I, p. 192; Berlaeus, p. 49 segs.; Planté, Conto 8, etc.

(160) Febius, p. 33.

nham, para dar às Capitanias exgotadas pela prolongada guerra a plenitude de sua capacidade productora, para dirimir a oposição entre hollandezes e portugueses, bem como apaziguar as tribus indígenas atraídas para a grande luta, e fazê-las voltar aos pacíficos labores agrícolas (161).

Quando o Statthalter, na primeira carta que mandou de Pernambuco, manifestou a opinião de que o Brasil criteriosamente administrado poderia vir a ser a melhor fonte de renda para a W. I. C., não fez mais do que exprimir o parecer partilhado por todos os conhecedores da terra. Para, entretanto, tornar possível semelhante desenvolvimento, era mistér expellir da Nova Hollanda os assedios de Bagnuolo e fortificar as fronteiras Norte e Sul da região contra as incursões do inimigo. A Colônia ansiava por paz. Della necessitava para que a população, atormentada de constantes ataques e depredações, e de mais a mais, reduzida à completa apatia em muitos lugares, pudesse deixar os seus refúgios, regressar às aldeias abandonadas e retomar o seu trabalho.

A deplorável condição da industria febril do assuar, cuja revivescência constituiu o empenho máximo da W. I. C., e de cuja sorte dependia em primeiro plano o bem ou o mal dos hollandezes no Brasil, impeliu João Maurício, mais que outra qualquer causa, a lançar-se sem deteção contra o adversário, no intento de libertar quanto antes a Nova Hollanda dos contumazes incendiários que a affligiam.

Tendo recebido aviso que Bagnuolo com 4.000 portugueses e nativos armados se havia estabelecido em fortes posições nas proximidades de Porto Calvo, o

Statthalter em 5 de Fevereiro de 1637, pôz-se em marcha (162).

João Maurício estava disposto a ajustar contas definitivas com Bagnuolo. Já era tempo que as capitâncias hollandezas desansassem do flagelo das constantes devastações em que viviam, e a vontade de ferro do príncipe, de destruir a casa de maribondos de Porto Calvo, eustasse o que eustasse, acerou o animo e coragem de cada um de seus combatentes. A tentativa dos Portuguezes de deter a marcha das tropas hollandezas sobre Porto Calvo malogrhou-se completamente. Durante quasi duas semanas, a praça levazmente defendida, ofereceu resistencia aos ataques. Quando afinal o seu commandante viu que era inutil prolongar a defesa mandou içar a bandeira branca. Muito material de guerra, além de 27 canhões e 4 morteiros, caihiu em poder do vencedor, ao qual se renderam 500 homens (163). A perda por parte dos hollandezes foi realmente pequena, mas o Statthalter teve de lamentar a morte do seu joven primo Carlos von Nassau (164). A rigida disciplina das tropas de João Maurício poupon Porto Calvo do saque o do incendio. Para dar ao adversario uma mostra de sua generosidade, o Conde admittiu á sua mesa os officies prisioneiros, segundo affirmam Brito Freyre e, depois delle, quasi todos os historiadores portuguezes e brasileiros, encomiasticamente. Quiz assim "tratar o adversario como desejaria ser tratado em caso semelhante" (165). Sem perda de tempo seguiram os Hollandezes no encalço dos Espanhoes e Portugue-

(162) João Mauricio aos Ex. Geraes, 3 Fev. 1637. Reproduzido por Neiseler, p. 86.

(163) Esses homens foram transportados para os Agares em barcos hollandezes.

(164) Job. Maritz aos Est. Geraes, 3 Março 1637 -- Lis. Stat. Gen. Nr. 5772, o Alho Cons. à Comara Zell, 26 Março 1637 -- W. I. C. O. C. Nr. 52.

(165) Brito Freyre, p. 391. Sobre a expedição a Porto Calvo vides: Bräderup, p. 58; Neiseler, p. 87; Vethagen, p. 166; Pabius, p. 35.

zes em reção para o Sul. Em seu favor militava a circunstância de nehar-se Baguuelo inteiramente desanimado após a queda de Porto Calvo. Elle não cuidava agora senão de si, de sua salvação pessoal, deixando vergonhosamente em apuros os seus soldados. A consequência foi que a retirada do inimigo batido degenerou em desordenada fuga. Mas a esperança dos Hollandezez de alcançar os fugitivos e impossibilitar-lhes a travessia do Rio São Francisco, — fronteira sul de Pernambuco, — resultou frustrada. Os perseguidos foram mais velozes que os seus perseguidores. Invasas montanhas havia a transpôr, matias virgens a varar, e profundos pantanaes a contornar. As tropas européas de João Mauricio tiveram de soffrer horrivelmente em consequência do calor do clima e da falta de agua potável. Muitos soldados adoeceram de dysenteria e foram ficando pelo caminho. Quando chegaram finalmente ao Rio São Francisco, foi somente para vérem que Espanhóes e Portuguezes poneas horas antes haviam atravessado a corrente (165). Os Hollandezez, no intento de levar por diante a sua perseguição, apoderaram-se da Vilia de Penedo, situada na margem do Sul. João Mauricio, porém, achou mais prudente desistir desse ponto, não só porque não se poderia ahi sustentar, como também porque a margem norte do rio offerecia uma linha de defesa como melhor não havia desejar. De frente de Penedo, numa eminencia que dominava em grande extensão o curso do rio, foi erigido o "Fort Maurits", e cogitou-se da construção de uma segunda fortaleza para defesa da foz (167). Aos Brasileiros domiciliados na margem direita, em sua maior parte criadores de gado, ordenou o Governador que se transfelis-

(166) Gijzelings ao Cons. dos XIX, 1 Maio 1637.

(167) Gouvernador o Alto Concello ao Cons. dos XIX, 6 Maio 1637. — Na de tradutor: Tinhae sibi cingendū Penedo. Iba da fado de Alagoas, norte portente.

sem para o territorio pernambucano. Deu tambem ordens de destruir systematicamente a loba fronteiriza que de Sergipe se estendia sobre o Rio São Francisco. Para o futuro uma zona deshabitada deveria separar a Nova Hollanda, do Brasil espano-portuguez. Mas esse piano foi mais facil de idear que de executar. Em alguns lugares a mata virgem avangava ininterrupta ate á beira do rio, — e espacos cobria ella ambas as margens por milhas e milhas ((168)). E por mais vigilantes que os Hollandeze se mostrassem depois, sempre os bondos guerrilleiros portuguezes achavam meios de invadir o territorio da W. L. C., protegidos pelo espesso mattagal.

De Penedo escreven o Priuice uma carta a seu tio Frederico Henrique de Orange (169), em que lhe comunicava que diferentes deputações dos Indios Tapuyas tinham vindo offerecer aliança aos Hollandeze. Em sua missiva fallava João Mauricio com entusiasmo dos encantos do Sul de Pernambuco, do seu solo feraeissimo, das suas ricas pastagens e dos seus inumeraveis rebanhos bovinos. "Solum incolarum indiga tellus", reza a tradueçao latina de Barlaeus, "colonos implorat, qui desertam colent et inhabitant. Scripsi ad Novemdecim viros, ut Germanorum profugos, patria extores, bonisque exutos, huc transmittenent, ituros infecundias frugum terras et lacta imperia" (170). Para seu proprio mal, não quiz a W. L. C. dar ouvidos a essa proposta tão razoavel. E porque? Porque Directores Geraes e Aucionistas eram dominados pelo só pensamento

(168) W. Schotte & Cents. Zeeland., 25 Ag., João Maia, em Cons. dos XIX
2º An. 1637.

(169) Hasdeus reproduz a carta em traduçao Latina.

(170) Barlaeus, p. 23; Deacon, p. 43; Cons. cit., p. 458. Trad. ção do Indio: "A terra só necessita de habitadores, se plantar colonos que, deverão, a cultivarem e habitem. A dezenha pessoas excretar para que envassem para aqueles feudos dos primos, bairros de sua patria e despojados dos seus bens, queis hanc poca fecundas fructus, e donulos atraivelis".

do "com o menor gasto possível ganhar o mais possível". Ninguem queria "sacar lettras sobre o futuro" (171).

Teve assim o Statthalter de contentar-se com o éxito de sua primeira expedição. Havia estendido a Colonia até o Rio São Francisco e mostrado ao adversário que agora, em Recife, se achava no leme um homem de ação. Com satisfação escrevia o Alto Conselho aos dirigentes da W. I. C., a 6 de Maio: "Bellas fructos tem produzido o envio do virtuoso, experimentado, eruditó e bravo Conde, que pode com razão dizer de si: *veni, vidi, vici*. Que Deus o proteja e abençõe a sua obra".

Depois de sua volta para o Recife, João Maurício tratou de estabelecer sobre bases sólidas a administração da Nova Holanda, ainda em seus primeiros passos. O governo fraco do Conselho Político, a permanente tensão de relações entre as autoridades civis e os militares, bem como a discordia reinante entre os sujeccionários administrativos, em conexão com a situação política, de aspecto verdadeiramente ameaçador até o fim de 1636, — tudo isso criou um estado de coisas, no Recife, a zombar de toda e qualquer descrição. Cada um fazia o que bem lhe aprazia: ordem e disciplina eram termos estranhos; uma espantosa corrupção de costumes fazia-se sentir, particularmente nas tropas. Furto, roubo, assassinatos e homicídios, embriaguez e excessos desordenados com mulheres faziam parte da ordem do dia. Barlaus nos refere que o dictame: "Além do Equador não existe pecado", era no Brasil de então a sentença que andava na boca de todos. "Como se a Linha que divide o globo terraqueo em dois hemisférios também separasse a virtude do vício" (172). Alemães, Franceses, Ingleses, Irlandeses e Neerlande-

(171) *Fabius*, p. 37.

(172) *Barlaus*, p. 79 e seg.

zes formavam, em Pernambuco, a parte principal do exército combatente da W. I. C. Entre elles eram variedades, — sem exclusão da Officialidade — homens de reputação illibada ou limpa folha corrida. Os mais delles tinham qualquer culpa no cartorio, e haviam procurado o Brasil ou para se livrarem das incomodações investigações do Santo Officio, ou em busca de fortuna, como aventureiros, na esperança de lá adquirirem, da noite para o dia, riqueza e posição. Somente por meio de mma disciplina ferrea e castigos draconianos poder-se-ia manter cohesa essa gentalha desenfreada e submettel-a à vontade de um Chefe Supremo.

E que dizer do pessoal administrativo em Recife? Também entre este começaram a manifestar-se symptomas de uma corrupção de rapido desenvolvimento, que empelia combater prompta e energicamente. Em uma "Representação", que Artiehofsky em Março de 1637 entregou ao Statthalter, dirigiu o fidalgo polonez as mais acerbas invectivas contra os conselhos políticos e os intendentes dos armazéns. E' certo que não se deve tomar em demasiada conta esses ataques, porquanto o Polonez, de temperamento ardente e em extremo suscetível, não tinha papas na língua e a torto e a direito se desabafava contra as autoridades cívicas holandesas, as quaes, por seu turno retribuiam tæs sentimentos com igual cordura. Mas, incontestavelmente alguns tiros acertavam no alvo. Não havia, por exemplo, exagero quando Artiehofsky lançava em rosto aos funcionários encarregados da administração dos mantimentos de bocan e munícões bellicas o grande desleixo da escripturação dos livros, a falta de habilitações para os cargos e espírito de ganancia, ou, ainda, quando acusava a diversos de haverem ilicitamente se appropriado de nacões para uma existencia folgada (173).

(173) Capit. do Memorial na passa W. I. C. O. C. Nr. 46. Reprinted in: Kriegsak. 1669, 21.º anno, p. 255 seq.

Assim pois, uma empresa herculea aguardava João Maurício quando elle, coroado de virentes louros pelos sucessos alcançados no Sul de Pernambuco, de novo pisou o solo do Recife.

Mas a ingrata tarefa não o apavorou. Na realidade, só elle era capaz de "Augie hoc stabulum purgare (174).

Sem se deixar levar por delongas burocráticas, logo começou a varrer, com um pulso de aço, a imundicia acúmuada. Varias sentenças de morte foram lavradas, e os que haviam commettido roubos ou mesmo eram convencidos de delitos de menor gravidade, recebiam ordem de expulsão. Por outra parte tomou o príncipe a iniciativa de provêr aos envidados da saúde pública e assistência social, até então inteiramente menosprezados. Neste empenho foi elle zelosamente secundado pelo seu medico particular Willem Piso. Foi resolvida a construção de um hospital, e pelo modelo dos institutos congêneres, existentes nas cidades holandesas, organizavam-se planos para a fundação de asilos de pobres e orfãos.

Não tendo os Conselhos políticos, apesar do decreto de amnistia de 26 de Dezembro de 1634 que garantia ampla liberdade de religião na Nova Holanda, oposto o menor obstáculo ao furor catechista dos fanáticos Calvinistas, os católicos e judeus, que viviam nos domínios da Companhia, achavam-se grandemente opprimidos (174-a). João Maurício pôz termo a essa situação. A todos os adeptos do credo católico foram dadas garantias de que não mais seriam perturbados em seus exercícios religiosos, sendo-lhes permitido mesmo fazerem as suas procissões nos grandes dias santificados. Aos ju-

(174) Harlaeus, p. 79.

(174-a) Já logo após o estabelecimento em Pernambuco, o Conselho das XIX havia criado para o Recife os primeiros pastores protestantes.

deus concedeu o tolerante Conde o cultuamento do Sábado, e fez saber que os christãos das duas confissões tinham de guardar o Domingo, como dia do Senhor. Quanto ao mais, manteve o Statthalter o ponto de vista de que, em Pernambuco, cada um tratasse de sua salvação a seu aprazimento (175). Como erente protestante, porém João Mauricio julgou ser também de seu dever dar o seu apoio à Missão protestante, prestando-lhe sobre tudo auxílio no estabelecimento de escolas. Que fossem, depois, tão mesquinhos os resultados da ação desta Missão, não cabe ao príncipe a culpa.

Ao édito de tolerância para os católicos e judeus seguiram-se medidas tendentes a debellar a corrupção de costumes que lavrava na Colônia. Quando se evidienciou des relatos, que grande parte dos funcionários civis e militares vivia em concubinato com Portuguezas e mulheres de cér, quando o Conde se convenceu de que a rispida oposição confessional impossibilitava os casamentos entre protestantes e católicos, entre judeus e cristãos, introduziu em Pernambuco as leis reguladoras do matrimônio em vigor na Holanda, tornando-as também extensivas nos Portuguezes e Aborigenes.

Disseutia-se então com os senhores do Conselho a acalorada questão do aprovisionamento dos viveres. Para obviar a maiores fraudes e descaminhos, foi resolvido intensificar a fiscalização dos armazéns, nomear novos intendentes e regularizar a distribuição, de modo que cada um recebesse a sua ração na exata proporção de seu posto e dignidade. Por esse meio esperava João Mauricio, enquanto a terra não pudesse suprir por si só as necessidades, arranjar-se com as remessas de gêneros, que vinham da mãe-patria. Mais tarde melhor nos perceberemos da importância e efeitos salutares dessas medidas.

(175) Fabini, p. 39.

A Nova Hollanda respirou. "La colonie éprouva bientôt les effets bienfaisants de ces mesures salutaires, de cette tolérance religieuse si rare alors, de cette humanité qui présidait à toutes les démarches du gouverneur" (175). Já em 20 de Março de 1637, quando haviam apenas decorrido da chegada do Príncipe dois meses, podia Serooskerken anunciar ao Conselho dos XIX: "O trabalho profissional começa a despertar do seu tórpido repouso, e os habitantes de Pernambuco cobram novo animo. Um se ocupa com a construção de uma casa, outro restaura os canavais abandonados, e um terceiro lava o seu campo. Esperamos confiadamente que o novo espírito seja também favorável ao desenvolvimento commercial. Que se não poderia fazer da Nova Hollanda, se ella fosse mais densamente povoadá!" (177).

Depois de ter criado novos cargos administrativos ou nomeado novos funcionários, depois de haver feito a distribuição das tropas e instituído para guarda do Recife uma milícia civil forte de quatro companhias, voltou João Maurício as suas vistas para o mais grave de seus emprehendimentos: restituir aos dominios da Companhia a sua pristina capacidade de produção e aumental-a systematicamente de *anno em anno*. Mas peta isso faziam-se precisos avultados capitais; e como ele bem sabia que era escusado fazer pedidos de dinheiro ao Conselho dos XIX, procurou ajudar-se a si mesmo. Um decreto governamental por elle assinado, declarou confiscados todos os engenhos de fabricar assucar, que estavam de fôgo morto, — os quais foram postos à venda e no correr dos annos 1637 e 1638 foram grandezaen't achando preiendentes. Os "engenhos" obtiveram, em

(176) Nerscher, p. 99.

(177) Conf. com a carta de Serooskerken as mãos do alto Conselheiro Geden o van der Dussen aos Cons. dos XIX, em 20 de Março de 1637. A tradução é uma versão ilusão do texto holandês.

parto, elevados preços, e os Directores Geraes mostraram semelhantes muito alegres, na Hollanda, quando o Príncipe em 1638 lhes comunicou que havia sido arrecadado o total de deus milhões de florins.

Já antes da publicação do edito de confiscação, tinha o Staithalter lançado uma proclamação em que concitava todos os antigos habitantes de Pernambuco, que a guerra havia afugentado de seus lares, a volta-rem para a Capitania. O governo lhes prometia liberdade de erença, restituição de suas propriedades e inteira igualdade de direitos, em relação aos Hollandezez. O appello a princípio produziu apenas insignificantes efeitos. Mas, com o correr do tempo, os fugitivos, de primeiro muito desconfiados, foram regressando, e não tiveram de se arrepender do passo dado.

Se na primeira metade do anno 1637 o cultivo da canna de assucar não progrediu, deve-se atribuir isso não só à devastaçāo das plantações systematicamente levada a efeito pelos depredadores inimigos, mas também à grande escassez de trabalhadores negros. Os seis annos de continua guerra haviam espalhado aos quatro ventos os escravos que trabalhavam na agricultura. Uns haviam sido aprisionados pelos Hollandezez, e estavam agora a serviço de seus novos senhores; outros tinham sido levados no arrastão pelas tropas portuguezas em retirada para o Sul; a maior parte, porém, se achava refugiada nas matas onde, entregue à rapinaagem, se congregava em bandos, que iam constantemente crescendo e, por vezes, infligiam sensiveis perdas às tropas enviadas em sua perseguição.

Como de toda parte fosse agora o Governo do Recife atormentado para cuidar de um suprimento regular de escravos, resolveu João Mauricio lançar mão de um meio drástico assim de remediar a falta de negros. O chefe da esquadra recebeu ordem de apromptar nove

navios, com destino á Guiné, onde Elmina, o porto de embarque do escravos mais importante dos Portugueses, devia ser atacado e conquistado. E' certo que a W. I. C. já possuía uma feitoria na Costa do Ouro, o Forte Nassau, fundado em 1611 nas proximidades de Mori (178). Servia para o trânsito do ouro e do marfim, mas não se tratava até então de exportação de negros por ali. Logo após a partida da esquadra recebeu o Statthalter as seguintes informações de Porto Nas-sau: "Elmina tem presentemente apenas uma pequena guarnição, nenhum reforço tendo sido recebido nestes últimos meses. Sendo, como são, favoráveis aos Hollandezes as tribus de negros que habitam as imediações, uma excellente occasião se oferece de forçar a rendição do forte. Quem dominar Elmina, tem a chave da Costa do Ouro em suas mãos" (179).

A expedição á Guiné partiu do Recife em 25 de Junho de 1637 sob o commando do corotel van Koen. Dous mezes depois apareceu diante de Elmina. Contra as tropas de desembarque lançaram-se cerca de mil negros ao serviço de Portugal, os quaes mataram grande numero de Hollandezes, mas tiveram de ceder ante os reforços enviados da esquadra. Depois de um bombardeio de cinco dias, os cañhões dos navios e algumas baterias hollandezas assentadas em eminências adjacentes fizeram cair o fogo do Forte, e Elmina, o baluarte mais importante da Cesta do Ouro, caiu em poder dos Hollandezes. A' guarnição portugueza foi concedido retirar-se livremente para a Ilha de São Thomé. Elmina recebeu então uma guarnição hollandeza, que ficou sujeita ao comando militar do Recife.

(178) Waljen, Transchuhandel (O comércio de tecel) p. 530.

(179) Clos van Ypern a João Mauricio, 30 de Abril 1637; Harlaeu p. 69 e segs.

Poucos dias depois, emprehendeu a esquadra a sua viagem de regresso ao Brasil (180).

Com os navios que haviam ficado em Pernambuco, Lichthardt fizera, nesse meio tempo, viagens de reconhecimento, à Bahia de Todos os Santos, e conquistara a Villa de São Jorge dos Ilhéos fundada no anno de 1580, quinze milhas ao Sul da Bahia (181). O adversario respondeu a esse golpe com uma incursão na zona fronteiriça de Alagoas. Mais uma vez aldeias e propriedades agrícolas foram arrazadas e incendiadas, e os infelizes habitantes massacrados ou feitos prisioneiros. Em represalia a esta brutalidade penetraram os Hollandezes em Sergipe del Rey, atacaram a cidade do mesmo nome e não deixaram pedra sobre pedra. Os soldados hollandezes receberam mesmo ordem de destruir completamente campos, árvores fructíferas, estabelecimentos e caminhos, bem como se apoderar de todo o gado existente na região percorrida. Essa destruição systemática tinha por fim tornar a capitania limitrophe, Sergipe, imprestável para operações militares, por parte do inimigo (182).

No outono de 1637 pôde João Mauricio registrar um novo sucesso. Enviados das tribus indígenas residentes no Ceará e no Norte do Rio Grande, apresentaram-se em Recife para pedir ao Statthalter a sua libertação do jugo portuguez e sujeição à dominação hollandeza. Como penhor da sinceridade do seu pedido, ofereceram elles ao Príncipe reféns, para maior garantia, filhos de dois chefes de tribo. João Mauricio acquiesceu à petição desses aborigenes, e, em meado de

(180) J. Maur. ans Est. Geraes, 16 de Nov. 1637, Libr. Stat. Gen. Nr. 5772. O mesmo no Cons. dos XIX, 17 Nov. 1637.

(181) Governador e Cons. no Cons. dos XIX - 4 de Maio de 1637.

(182) Neischer diz à pag. 92 que João Mauricio não estava de acordo com este proceder, mas teve de adoptá-lo por ordem expressa dos Directores.

Outubro, enviou ao Ceará o Major Joris Garstman com duas companhias de soldados, ás quaes logo se rendeu o pequeno reducto portuguez, chamado "Forte" ou "Fortaleza" (183). A' guarnição hollandeza ahi então instalada foi recommendado manter as boas relações dos Indios Tapúyas, e envidar todos os esforços possiveis no intuito de grangear entre os naturaes grande numero de amigos para a causa hollandeza. Os primeiros comunicados procedentes de Fortaleza revelaram-se muito auspiciosos. Fallavam de grandes marinhas de sal e abundaneia de ambar pardo claro (184), achado nas praias; de sorte que Governador e Conselho logo começaram a nutrir esperanças quanto á nova aquisição (185). Mas o relatorio despido de phantasias, do Commissario van Ham, para lá enviado, veiu dissipar todas as illusões do Governo. Ahi se acha escripto textualmente: "O solo pedregoso e falto d'água e matto não se presta á lavoura e trabalhos de plautio. E' mais appropriado á criação de gado, que se revela prospera em muitas regiões do Ceará. As amostras de sal apresentadas deram a conhecer tratar-se de um producto de somenos valor, de cuja remessa para a Hollanda não havia cogitar". Ham advertiu igualmente o Governo contra as representações accentuadamente exageradas da presença do ambar em grandes quantidades. "Consegui vêr", disse elle, "apenas quatro pedaços que não pesavam, reunidos, mais de tres onças, enquanto tenha ouvido dizer que se remette clandestinamente ambar para o Rio Grande e Parahyba. A maior desillusão me causou a população deste lugar. *Het is een hoopen jong, wilt ende godtloos volck!*" (E' uma

(183) Gbl. e Comp. do Cons. dos XIX, 17 Nov. 1637.

(184) Ambar é uma substancia semelhante á cera gordurosa que se encontra folhando um mato e serve para o preparo de perfumes.

(185) J. Mauricin aos Est. Ger. 16 de Nov. 1637 — Lias Stat. Gen. Nr. 5772, Nelscher, p. 93.

maldidão de gente nova, selvática e sem temor a Deus). (186).

A conquista de Fortaleza encerrou promissóramente o anno de 1637 e João Mauricio pôde então contemplar com satisfação a obra que realizara. Tinha infligido a Baginholo uma derrota esmagadora e levado as fronteiras da dominação hollandeza ao sul até o Rio São Francisco e no norte até a Capitania do Maranhão, se bem que a sujeição do Ceará não se completasse ainda por muito tempo. Havia também iniciado a reforma total da administração interna e decretado leis que visavam assegurar a ordem e a disciplina na Colonia, bem como fazer desaparecer a tensão de religões entre Protestantes e Catholicos, entre os homens brancos e os de cor. Não se podia ainda dizer, entretanto, se as medidas adoptadas produziriam os resultados que delas havia esperar. João Mauricio, porém, tinha a firme convicção de estar trilhando o caminho verdadeiro, e, nella, nada o fortalecia mais do que a petição com que os pelle-vermelhas do Ceará invocaram a protecção da soberania hollandeza.

Neste comenos haviam chegado cartas dos Directores Geraes pelas quaes o Governador era intimado a proseguir em seus gloriosos empreheudimentos e coroar a obra com a tomada da Bahia. Ser-lheiam postos á disposição tropas e navios em numero safficiente.

A ordem de preparar uma expedição contra a cidade bem fortificada de S. Salvador, nada agradou a João Mauricio. Não lhe era licito atirar-se aos azares de uma temeraria aventura guerreira justamente no momento em que a Colonia mais necessitava de sua presença, e tudo se achava ainda em seu periodo inicial de desenvolvimento. Por outro lado, faltava-lhe o poder offensivo indispepsável ao projectado emprehendimento.

(186) Hom a J. Mauricio, 10 de Abril 1633 W. L. C. O. C. N. 33.

E' certo que a W. I. C. tinha em vista o suprimento de reforços. Mas a gente experimentada do Recife bem sabia quanto havia confiar em tais promessas e com que boa vontade as Camaras da Companhia costumavam satisfazer as exigências do Directorio Geral, quanto ao aliciamento de reerutas para o Brasil.

A revista das tropas em 14 de Abril de 1637 dera a conhecer um efectivo de 7.003 homens (187). Depois dessa data muitos haviam perecido no campo da honra ou, por doença, se incapacitado para a actividade bellica. Algumas centenas, completado o tempo de serviço, haviam regressado á patria, e um numero considerável de antigos soldados tinham dado baixa assim de trocar a espada pelo arado e se estabelecer como colono, como "vrijluiden", na Nova Holanda (188). Os claros assim abertos não tinham podido ser preenchidos senão de modo imperfeito, por falta de suprimentos regulares.

Em vista de sua intensa actividade durante os primeiros oito meses de governo, não teve João Mauricio quasi tempo de cuidar de si mesmo e gradualmente adaptar a sua constituição physisca ao clima tropical. Em Dezembro de 1637 accessos febris o levaram á cama. Tres longos meses esteve em lucta com elles, até que a sua robusta natureza por fim predominou. Apenas sentiu-se enraido, determinou, oficial obediente como era, e apesar de todas as duvidas, levar a cabo a empresa bahiana que lhe haviam comunicado os Directores Gerais. As notícias trazidas da região inimiga pelas espiões, em princípios de 1638, deixavam entrever probabilidades muito favoraveis ao exito da tentativa. Constava que as tropas bahianas recusavam obediencia aos superiores hierarchicos, que estavam mal satisfeitos com o tratamento que recebiam, acrecentando que se achava-

(187) João Maur. ao Cons. dos XIX, 25 de Agosto de 1637.

(188) Governador e Cons. ao Cons. dos XIX, 2 de Junho de 1637.

vam insuficientemente providas de armas e munições, e, finalmente, que os chefes desorientados não sabiam de que medidas deveriam largar não.

Em cartas interceptadas se lia que o Governo em S. Salvador se achava apoderado de grande medo dos hollandezes e seu mais ardente desejo era ver surgir diante da Bahia a armada espanhola com que contava. Infelizmente, porém, rebentara em Portugal uma revolução que ameaçava alastrar-se rapidamente e tornar ilusoria a remessa da grande frota (189). Ao mesmo tempo recebia o Príncipe informações fidedignas, que confirmavam a rebeldia dos portuguezes contra a Espanha, e certo de que Philippe, de mãos atadas pela guerra europeia e pelo novo perigo portuguez (190), não poderia cogitar no momento, de uma ação contra a Nova Hollandia, julgou que não devia hesitar por mais tempo. Quis assim aproveitar a ocasião propícia. Se o Statthalter tivesse imaginado que as notícias precedentes da Bahia podiam conter muito exagero, que a situação não era na realidade tão desesperada como se descrevia, teria sem dúvida aguardado prudentemente a chegada dos reforços prometidos e só então dado o signal do ataque.

Mas o facto foi que João Mauricio deixou o Recife, na firme confiança de que as forças pernambucanas de que dispunha eram mais que suficientes para levar a efecto a rendição da capital inimiga. Em 3 de Abril de 1638, fizeram-se ao mar 30 barcos hollandezes, levando 3.600 europeus e 1.000 homens de tropas indígenas, — e oito dias depois, penetravam na Bahia de Todos os Santos, onde o corpo expedicionário sentiu dificuldade

(189) Governador e Cons., no Cons. das XIX, 13/15 Jan. 1638. W. I. C. O. G. N. 53.

(190) Governador e Cons., no Cons. das XIX e Cons. Zeelandesa, 19 de Março. Alio Cons., no Cons. das XIX, 23 de Maio de 1638.

ocupou a praia (191). Com extraordinaria rapidez os quatro fortés de defesa da Bahia se renderam aos atacantes, mas a esperança do Príncipe de simultaneamente obter a queda da capital resultou malograda. Foi o caso que, cuidadosamente fortificada desde 1625 e com grande bravura defendida pela guarnição e por cívicos, a cidade ofereceu tenaz resistência, e João Maurício somente fez a desagradável desoberta "que os sitiados eram mais fortes em numero que os sitiadores" (192). As tropas do seu comando, não eram mesmo suficientes para interceptar as vias de comunicação com o interior, de sorte que os naturais conseguiam sempre introduzir viveres na cidade, a qual assim continuava muito bem abastecida (193). Enquanto nas trincheiras hollandezas surdiem casos de doenças, e a escassez de munícios e vitalhas se ia fazendo sentir, na Bahia reinava o mais vivo entusiasmo bellico. O Governador Pedro da Silva entregara o comando ao Conde Bagnuolo. Este ambicioso napolitano desejava ardenteamente reparar a sua honra ultrajada em Porto Calvo, e mostrar a João Maurício que podia se emparellar com ele em competencia de comando militar. A necessidade do momento operou na Bahia uma estreita união entre comandantes e comandados, e quando o clero bahiano começou a pregar a guerra santa contra os herejes, todos os cidadãos que podiam carregar armas ou de qualquer maneira ser utilizados, reudiram a oferecer os seus serviços a Bagnuolo.

A partir do primeiro de Maio, a artilharia hollandeza, das posições conquistadas, deu execução ao bom-

(191) Para a expedição de J. Maurício à Bahia cons. Bruto Freyre, p. 428 seq.; Santa Teresa I, p. 205 seq.; A. J. de Mello Marques, *Chronica Geral do Brasil* I (1885), p. 293 seq.; Soethuy I, p. 459 seq.; Verndegen, p. 184 seqs.; Baedeker, p. 127 seqs.; Nelscher, p. 95 seqs.; Flandebourne, p. 171 seqs.; Castelli, p. 452.

(192) Nelscher, p. 95.

(193) J. Maurício ao Alto Cons., em Recife, 27 de Abril de 1638.

bardeio da cidade. Mas o seu fogo era inoperante; reduzia-se a mero desperdício de munições. João Maurício, entô, resolven tentar um assalto decisivo, e na noite de 17 para 18 de Maio deu a ordem de avanço. Nas Bagurols, tendo conhecimento dos planos do príncipe, enviou ao encontro dos assaltantes holandeses uma força combatente muito superior. Fiel às tradições de sua casa, o Conde de Nassau pelejou na linha de batalha mais avançada. Somente devido à sua bravura pessoal, e à coragem revelada por muitos dos contingentes sob o seu comando, que não todos, — não puderam os adversários tirar vantagem do seu ataque, que foi repelido com grandes perdas para os Espanhóis e Portugueses.

Approximando-se a estação chuvosa e achando-se o poder offensivo dos regimentos holandeses muito entibiado, João Maurício viu-se obrigado a levantar o assédio. Com grande cautela foi preparada a retirada. Durante a noite (de 25 para 26) realizaram os Hollandeses o seu embarque, levando consigo doentes e feridos, bem como caixões e mais material de guerra capturados, — sem que o adversário disso se apercebesse, — e velejaram para o Recife. A parte oficial do Conde confessou francamente a derrota sofrida (194). Como causas principais do insucesso indicou elle a fraqueza das tropas sitiantes, e a superioridade numerica dos Espanhóis e Portugueses internados na Bahia. Tinha sido pelo desejo da W. I. C. que seprehendera o ataque, tendo todos sido induzidos a menosprezar as dificuldades, em consequencia de falsas informações sobre a verdadeira situação da Bahia. Assim pois, a conquista da Capital só poderia ter sido effectuada, se os ammuñeculos transportes de tropas se houvessem re-

(194) J. Maurício aos Es., Cerca, 29 de Junho de 1638, no Alto Cons. em Berlitz na igual data.

lizado no devido tempo. Acercecentou ainda na carta: que lamentava de coração a morte dos bravos officiaes e de tantos denodados soldados, mas nutria a mais plena confiança que um seguido ataque, levado a cabo com sufficientes forças de combate, alcançaria o resultado desejado. Naquelle revés era em todo caso um pequeno consolo a presa de guerra feita, constante de 400 escravos negros e consideravel quantidade de assuear, enjô producto cobriria, mais ou menos, a totalidade das despesas da expedição. Esse era na verdade um emplastro vulnerario para a Companhia, tão profundamente sensivel em materia de dinheiro.

A carta do Consórcio não deixou de produzir o seu efecto. Em vez de emular de recrimuções o seu Governador, apressaram-se os Directores Geraes em pedir desculpas pela falta de fornecimento de tropas.

Repetidas vezes tinham o Statthalter e o Alto Conselho feito ver á direcção da Companhia que para guarnecer os numerosos fortes, para repellir ataques inimigos e proseguiir nas operações militares era preciso manter em Pernambuco um exercito de 7.000 homens, no minimo, e que o serviço de fornecimento de tropas, tão mal organizado, necessitava de uma reforma radical (195). E mais: que era incivel com que negligencia as Camaras da W. I. C. costumavam tratar um assumpto de tanta monta, e como chegavam ao Recife, gotta a gotta, as remessas de reerutas. Se, por exemplo, um navio de Amsterdão acontecia trazer tropas frescas, — até que Zeelandia e Rotterdão enviassem os seus contingentes, já aquellas se achavam, muitas vezes, impresentaveis. Em consequencia dessa imperdoável politica de procrastinacão a efficiencia combativa das tropas viria,

(195) Governador e Cons. ao Cons., cc. XIX, 13/15 Jun. 16 Março, 29 de Junho, 30 de Julho, 1620. O Abe Cons., cc. Directorio Geral, 23 de Maio de 1620.

com o correr do tempo, a paralyzar-se completamente em Pernambuco.

Dopois da malograda expedição à Babia, João Mauricio e os membros do seu Conselho solicitaram a remoção das causas das queixas tão frequentemente apresentadas. "Com os olhos ardendo", assim reza a carta de 6 de Outubro, em que a situação é pintada com as mais sombrias cores, "temos nestes ultimos mezes alongado a vista sobre o mar, a vêr se chegam finalmente os esperados socorros (196). Tudo em vão, infelizmente, e assim vão se escapando excellentes oportunidades de causar danos ao inimigo. Como havemos, então, de dar o devido desempenho ás nossas tarefas, com as compaixias tão dizimadas? Mórmente quando é bem conhecida dos Portuguezes a fraqueza do nosso poder offensivo! Para preenchimento dos claros abertos por perda e extravio, entrecemos imprescindivelmente de 3.600 homens. A contra-senha para nós e a W. I. C. deve ser: En pregat o esforço maximo, pois os dados se acham lançados! Temos atravessado, não o Rubicou mas, sim, o Oceano" (197).

Instigado pelos Estados Geraes animou-se o Conselho dos XIX a attender ás representações do Governo do Recife. Concedeu 3.000 homens; mas os recrutadores não conseguiram alliciar mais que 1.600 soldados. Foi confiado o comando dos mesmos a Christevão Artiehofsky, que em 1637 se havia retirado para a Holanda, com cinquenta de João Mauricio, mas voltara de novo ao servigo da W. I. C., e agora seguia para Pernambuco como "General da Artilharia" e "Coronel" de um regimento de infantaria composto de 12 compa-

(195) Conf. também a Missiva de J. Mauricio nos Est. Geraes, em 6 de Outubro de 1638. — Lins, Stat. Gen., Nr. 5712.

(197) Vid. Barletus, p. 136.

nhas (198). Ficou expressamente disposto que este regimento fosse conservado de per si, "sonder eenige veranderinge ofte confusie onder andere regimenten" (i. e. "sem quaisquer alterações ou confusões com outros regimentos"), e que o Stalthalter somente de acordo com o Coronel Comandante poderia fazer novas nomeações para os postos de officiaes e alferes. Essa determinação vinha restringir o direito de nomeação garantido a João Mauricio, pelo menos em relação ao regimento de Artichofsky. Além do ordenado mensal de 750 florins e mais 250 para as despesas de mesa, foram postos à disposição do fidalgo polonez um secretario, um mordomo, um criado de quarto, um rosinheiro, um cribeiro e dois pageus. Desses regalias nem Waerdenburch nem Sehkopp haviam jamais gozado. E' pois o caso de suscitar aqui a dúvida: teve a direção Geral da Companhia em mente um determinado fim com a missão de Artichofsky? Devia o novo Comandante, porventura, vigiar o Governador, junto ao qual ia exercer um cargo até certo ponto independente, com o intuito de comunicar para a Holanda o resultado de suas observações? E' pena que as fontes nenhum esclarecimento offrezcam a esse respeito. "O acaso", diz Fabius e "talvez também mãos protectoras apagaram quaisquer vestígios, de modo que não se pode mais determinar se a ordem dada a Artichofsky era simplesmente de trazer tropas para Pernambuco, ou se elas receberam ainda outras injunções. O livro de instruções do Conselho dos XIX desapareceu, e dos protocolos secretos de 1629 a 1642, duas páginas referentes ao

(198) "Condition op de solden der Geenreiterschen wagen te resp. Camerer der W. I. C. den welk edelen rade beinhaltende heere Christoffel van Artichof Antichowsky...," 7 de Ag. 1633. W. I. C. O. G. N. 39. -- (Tradução da epígrafe holandesa da nota: "Condições para que o Corro isolado pelas regalias Comares e muito sobre o valoroso heere Christoffel van Artichof Antichowsky. ").

anno de 1638 foram arrancadas" (199). Mas a attitide de Artiehofsky em face do Statthalter faz gerar a suspeita de que, de facto, tivesse elle sido mandado ao Brasil com instruções reservadas.

Até Janeiro de 1639 os juizos sobre o Polonez emitidos pelos seus contemporaneos são-lhe muito favoráveis. Wuerdenburch, por exemplo, diz ser elle um homem de bem e excellente official (200). Serooskerken em 1637 escreve: "o Coronel Artiehofsky é extremamente estimado de todos os soldados, pelas suas altas qualidades militares. O inimigo o teme e com toda a razão, por quanto elle não tem deixado escapar oportunidade de desfechar-lhe severos golpes" (201). No capitulo introductorio da "Rerum Gestarum Historia" Barlaeus o classifica de "militaris ingenii vir et operam preclarus" (202). Que Artiehofsky foi um bom soldado, provam-no os seus sucessos nos annos de 1635 e 1636. Elle soube adaptar-se à melindrosa situação criada pela campanha de guerrilhas, e de seus subordinados enclava como verdadeiro pai. Nada o irritava mais do que o desinteresse dos Directores pela prosperidade das tropas combatentes em Pernambuco, ás quaes deviam agradecer a posse da Colonia, e muito o indignava a ineserupulosa utilização de soldados no serviço da ultministração civil. Como as queixas não trouxessem remedio, Artiehofsky recorreu á pena. No memorial que então dirigiu a João Mauricio verberou sem contemplação as faltas do antigo regime em Recife (203). A resinga era, sobre

(199) Fabias, p. 56. Tradução livre. A opinião reptidamente extenuada por historiadores mais antigos, de que Artiehofsky foi nomeado Generalsísmo do Brasil, porvento sobreposto a João Mauricio, foi repelida como errônea por Neescher, diante da testemunho de "Commissiehooch" dos Estados Gerais (p. 98). Os autores nunsso querem em sentido estrito, o Comando supremo ou Oficial Polonês.

(200) Woerdenburch no Cons. dos XIX, 12 Nov. 1632, W. I. C. O. C. Nr. 43.

(201) Serooskerken no Cons. dos XIX, 12 Nov. 1632, W. I. C. O. C. Nr. 43.

(202) Buelens, p. 44.

(203) Na Coleção de documentos — W. I. C. O. C. Nr. 46.

tudo, uma de suas fraquezas, e se elle julgava ter descoberto, fosse onde fosse, um acto ao seu ver nocivo, logo se punha a ralhar. Arrebatava-o então o seu temperamento impetuoso, o qual o levava a empregar expressões ferinas e rudes offensas. Possuido de ardente ambição, muito convencido de seu valór e aptidões, sentia-se susceptibilizado quando não se lhe confiava a tarefa mais ardua ou o posto mais arriscado. Queria sempre fazer a melhor figura. Daí a sua inveja de João Mauricio, em quem via um incômodo rival, ao qual negava o direito de exercer o cargo de Statthalter, pois julgava ser só elle próprio o Goveruador predestinado para Pernambuco (204). Quando não lhe faziam a vontade, quando se lhe deparavam obstáculos com que não contava, ou lhe negavam o reconhecimento esperado, começava Artichofsky a lamentar-se de sua saude combalida, de resfriados de cabeça e constipações, ou espalhava ter recebido cartas da patria poloneza que exigiam a sua volta imediata (205).

Em 20 de Março chegou a Pernambuco num transporte de guerra esse espirito irrequieto. João Mauricio e o Alto Conselho saudaram a vinda das tropas de auxilio, com um sentimento de desafogo. Mas essa alegria logo se converteu em amargo dissabor ante a conducta arrogante de Artichofsky. O Polonez procedia como se os Directores lhe houvessem dado a incumbencia de examinar a fundo os desacertos que era necessário corrigir. Em tudo elle se mettia. João Mauricio manifestou na physionomia o maior espanto quando Artichofsky lhe declarou um dia que fôra encarregado pelo Conselho dos XIX de submeter a uma inspecção os depósitos de munição e artilharia e verificar se os forneci-

(204) Netscher, p. 101.

(205) Como amostra tipica: a Carta de Artichofsky ao Cons. dos XIX, 4 Nov. 1605. W. I. G. O. G. Nr. 50.

mentos feitos se achavam realmente de acordo com as listas organizadas, bem como se os descaminhos continuavam a ocorrer. Extremamente indignado, o Príncipe escreveu à W. I. C. que elle só podia ver naquela ordem um voto de desconfiança de que não se julgava merecedor. Os armazéns eram exactamente o objecto do seu maior cuidado e se achavam sob rigorosa fiscalização. Se os remanescentes não accusavam cifras mais elevadas não se podia atribuir o facto nem a elle nem ao corpo do Conselho. A culpa cabia unicamente a extrema parcimónia da Companhia. As cartas admonitórias do Governo, o Directorio não havia prestado a devida atenção, e elle João Mauricio não podia varrer da mente a ideia de que o Conselho dos XIX estava se deixando levar mais por boatos e falsas informações do que pelos relatos officiaes, assignados pelo Governador e pelo Conselho (206).

De seguida em semelha erescia a tensão entre o Príncipe e o Coronel. Artichofsky parecia formalmente disposto a apressar, o mais cedo possível, o rompimento. E realmente conseguiu provocá-lo, quando em Maio de 1639 deu conhecimento ao Governo Recifense da minuta de uma carta que pretendia mandar ao Burgo Mestre de Amsterdão Alberto Koentnats, um dos directores mais considerados da Companhia (207). Nesse escripto Artichofsky queixava-se de haver o Governo do Recife dissolvido, contra a vontade expressa do Directorio General, o regimento de infantaria sob seu commando, separado as companhias, destacando a maioria delas para

(206) Cf. o Cons. do Cons. dos XIX, 10 Abell 1639, emf. Artichofsky no mesmo Cons., 7 A. 11 1639, W. I. G. O. C. Nr. 51.

(207) A min. ta se actua no mesmo dia. Segundo expõe Netstober, Artichofsky comunicou a amigos o conteúdo da seu escripto a este, por escrito, efectuado 18 dias do Cons. João Mauricio porém, em sua missa de 25 de Maio de 1639 ao Cons. dos XIX diz expressamente: Artichofsky teve o desafûro de ler os seus apontamentos perante mim e o Alto Conselho.

guarnições muito afastadas umas das outras, e, enfim, ter designado grande numero de praças para o serviço de escreventes e artesões. Em vista de pulularem na Minuta calumnias, invectivas e odientes contumelias contra João Mauricio, chegando Artichofsky ao extremo de atacar a honra do Conde ao mesmo tempo que se apresentava, segundo o seu costume, como um homem de reputação illibada e salvador da Nova Hollanda, resolveu o Statthalter lauçar não de medidas promptas e decisivas. A 20 de Maio convocou os membros do Conselho, deu-lhes conhecimento do caso, mais uma vez, em todas as suas minudencias e declarou categoricamente que o que havia a fazer era escolher entre elle e o Polonez. Era sua firme resolução renunciar ao seu posto, caso Artichofsky tivesse de permanecer em Recife.

Aos Estados Geraes e aos Directores foram enviados relatos com a exposição detalhada da deplorável conteuda. Nos mesmos, João Mauricio se defendia da suspeita de que o regimento de Artichofsky houvesse sido distribuido pelos Fortes e applicado ao serviço de guarda, por motivos outros que não os de pura conveniencia militar. "A difícil situação da Nova Holanda e o mal ehronico da falta de tropas", escrevia o Príncipe, "forçaram-nos o emprego de tais medidas. Para deixar o referido Regimento unificado, seria preciso commetter-lhe a guarda do Recife e das fortificações circunjacentes. Isso não teria sido prudente, porquanto equivaleria a entregar-nos de mãos atadas á merecida soberbia de Artichofsky. Se tivessem mandado para inspecionar os depositos, e até mesmo, exercer vigilancia sobre o Governo um funcionario digno de confiança, ter-nos-íamos adaptado ao inevitável, sem protesto. Em Artichofsky não temos a menor confiança. No estado em que se acham as cousas, cumpre ao Dire-

ctorie em destituir o Polonez ou dar novo provimento ao posto de Statthalter (208).

De balde procuraram os membros do Alto Conselho e do Político conciliar as partes contendentes. Como fosse opinião geral que a retirada de João Maurício seria uma perda irreparável para a Colônia, o Artiehofs'ky houvesse a todos offensado, resolvem o Conselho Diretor licenciar o Coronel Commandante e enviá-lo à pátria na primeira oportunidade de embarque. Em Junho de 1639 regressou à Holanda o Polonez, para não mais voltar ao Brasil.

Muito affligiu aos Estados Gerais e Directores essa ocorrência. Elles se apressaram a assegurar ao Statthalter que nunca lhes passara pela mente o pensamento de levar, nem de leve, no prestígio de sua autoridade suprema, ou de extorcer em absoluto qualquer voto de desconfiança. Ainda mais: pediram-lhe encarecidamente para se manter no seu posto, prestando dest'arte ao Estado e à Companhia o mais relevante serviço (209).

Chegando à Holanda, Artiehofs'ky compôz uma palavrosa exposição escripta, apresentada nos Altos Poderes em Agosto de 1639, onde mais uma vez recapitula todos os seus aggravos ("gravamina"). Nessa peça tratou elle de refutar as acusações que lhe eram feitas e, em suas próprias palavras, "afastar o rão de vergonha que para o mundo lhe cobria o rosto". Depois de uma visita retrospectiva sobre os seus sucessos militares nos Países Baixos, na França e no Brasil, perguntava elle se um homem com tais serviços merecia semelhante tratamento. O seu conhecimento do Conde de Nassau dataava de 16 anos atrás; sempre o havia estimado,

(208) Gov. e Cons. do Cons. 19 XIX, 24 e 25 de Maio; J. Mauricio, 29 Cons. dos XIX, 25 Maio 1639 W. I. C. O. C. Nr. 24. Mater Statthulter nos Ep. Grimes, 25 Maio 1639 Lhas St. Gen. Nr. 5722.

(209) O Cons. dos XIX e Directores de Zeel. no Gov. e Cons. 20 Junho 1639. — W. I. C. O. C. Nr. 8.

mas nunca julgara possível que João Mauricio pudesse ser tão perfido, desconfiado e sobre tudo tão invejoso. Elle, Artichofsky não era senão uma vítima sacrificada á inveja do Príncipe (210).

Os Estados Geraes e Directores neihumha importancia tendo ligado ao memorial, Artichofsky escreveu uma segunda apologia, que mandou entregar aos Altos e Poderosos Senhores, em fins de Março de 1640. Começa por um elogio superalnundante ás virtudes e sabedoria do nobre Frederico Henrique de Orange e aos egregios Estados Geraes, — com o que esperava o autor gran-geir as sympathias do Governo Hollandez. Em seguida declara que soinente o levara a pegar da pena ainda uma vez, o ardente desejo de alcançar justica e rehabilitar a sua honra. Durante nove meses andava elle de Poneio para Pilato, sem obter despacho, sem achar occasião de precluzir a sua defesa. A' vista disso rogava ao Chefe Supremo da Hollanda que o submettesse a um Conselho de Guerra, perante o qual pudesse elle provar a sua inocencia. Inocente como estava, a Polonia certamente interviria em seu favor (211).

Respondeu Haya a essa petição? Foi satisfeito o desejo de Artichofsky? Não o sabemos; nem mesmo temos conhecimento do destino posterior dessa irrequieta individualidade. Depois de 1640 desappareceu o seu nome dos assentos da W. I. C., e baldados têm sido todos os esforços empregados para acompanhar-lhe a pista dalli por diante. João Mauricio, entretanto, teve de soffrer até certo ponto as consequencias da lamentavel desavença, visto que os amigos e admiradores de Artichofsky — e não era pequeno o seu numero — ainda por annos lhe deram mostra de seu resentimento (212).

(210) *Apologia van Artichofsky tegen... den Raad van Brasilie... van de Staten Gen. Ag. 1639.* (*Analogia de Artichofsky contra... o Conselho do Brasil... em 1639.*) Archivo Van Hilten, Krombeck, 25 Jakob., p. 251 ff.

(211) *Artichofsky -en Fij. Ger., 29 de Março, 1640.* W. I. C. O. C., Nr. 55.

(212) *Nestches.* p. 102.

No momento, de certo, não dispunha o Príncipe de tempo para profundas cogitações sobre o assumpto. O perigo do a que de uma esquadra espanhola absorvia-lhe toda a atenção. Já nos primeiros dias de 1639, os navios vedetes postados ao longo da costa haviam dado aviso da approximação de poderosas forças navaes, e a 10 de Janeiro contavam-se, na altura do Recife, mais de 30 navios que vagarosamente singravam em direcção ao Sul (213).

Em vista do curso pouco tranquillizador da guerra dos Paizes Baixos, da interferencia da França nos negócios alemães, e do estado de agitação dos Catalães e Portuguezes, a Corte Espanhola chegara a convicção de que urgia realizar fosse o que fosse afim de desafogar a Monarchia oppressa e estancar o sangue que se lhe estava esvaindo ameaçadoramente. Foi nesse intuito que Philippe IV e Olivares decidiram desfechar um golpe de morte contra o inimigo mais perigoso, — os Paizes Baixos. Como emprego dos maximos esforços, apparelham-se duas armadas. Uma recebeu ordem de navegar para o Mar do Norte, a outra foi mandada para Pernambuco. Ambas estas empresas falharam redondamente. A esquadra de Oquendo, que se dirigira ao Norte, sofreu no dia 21 de Outubro de 1639, no lugar denominado "Downs" (Dunas) a derrota, quo lhe infligiu o bravo Marten Harpertszoom Tromp. Dez semanas mais tarde decidiu-se a sorte da segunda armada nas aguas norte-brasileiras.

Esta segunda força naval composta de 26 galeões portuguezes e espanhóis, e mais 20 transportes, fizera-se ao mar em fins de 1638. Para seu Almirante nomeara o Monarca, a Dom Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre. Já á sua partida presidiu uma má estrella. Tem-

(213) Gouverneur de Coen, ou Coen, dos XIX, 13 Jan. 1639. W. L. C. O. C. Nr. 54.

pestades acoossaram-na severamente, e uma terrível epidemia de febres propagou-se a bordo dos navios, viciando uma terça parte das tropas. Nestas circunstâncias, não se julgando o Almirante em condições de levar a efecto a sua missão de atacar o Recife, seguiram os galeões o seu curso para a Bahia, onde Mascarenhas assumiu o posto de Governador e logo deu inicio, com admirável energia, aos preparativos para a guerra contra os Hollandezes, por mar e terra.

João Mauricio, porém, estava de sobreaviso (214). De todos os movimentos dos navios inimigos, mantinham-no ao corrente os capitães dos espertos botes hollandezes. Foi assim que ele soube, no momento preciso, que o inimigo recebera mais reforços da Espanha e que Mascarenhas mandara vir de Buenos Ayres e Rio de Janeiro todos os navios mercantes dispensáveis e os transformara em unidades de guerra ou transportes (215). Correu também que Mascarenhas tinha colocado à frente dos bando de voluntários, novamente, os officiaes experimentados da campanha de guerrilhas.

Negra tempestade se acenúmava no horizonte da Nova Hollanda e a situação podia se tornar ameaçadora para o domínio colonial, porquanto o Chefe inimigo conhecia com exactidão a fraqueza militar dos Hollandezes e, além disso, não havia confiar nos Portuguezes que residiam na Colonia.

No verão, mesmo, de 1639 foi descoberta uma conspiração de gente moça, que tinha por fim, no momento em que surgisse a esperada Armada, desfraldar a bandeira da Rebellião em Pernambuco! Veiu a saber-se que estes rebeldes, apesar da rigorosa apprehensão de

(214) Gov. e Cons. no Cons. dos XIX e Câmara Zeel S Março, 24 Maio, 15 Junho, 1639.

(215) Gov. e Cons. no Cons. dos XIX, 10 Julho 1639, J. Mauricio nos Ext. Ger. 9 Julho 1639 — Lias. Stat. Cen. Nr. 5772

armas e munição então executada, possuam depósitos clandestinos (215-a).

O Governo Recifense não sabia por onde haviam de fazer a sua irrupção, as tropas organizadas por Mascarenhas. Por esse motivo os comandantes de fortes no Sul não quizeram fornecer gente para a tropa móvel e João Maurício não pôde reunir mais que 3.000 homens sob os seus estandartes. A frota holandeza do Brasil, na realidade, se compunha de 20 navios, sob as ordens do valoroso Willem Corneliszoon Loos, mas a Armada espanhola lhe era muito superior em numero e boces de fogo. E justamente no momento em que se jogava a sorte da Nova Holanda, metria-se a W. I. C. inteiramente nas encospas. Os Directores escreviam que, nessa ocasião, não podiam enviar nem tropas, nem munição, e que portanto João Maurício tratasse de poupar as provisões o mais que podesse.

A causa da reensa de auxílio ao Governador e no Conselho estava no grande aperto financeiro em que, mais uma vez, se achavam os cofres da W. I. C. E esta escassez de recursos pecuniários impôs à Companhia, no verão de 1639, a contingencia "de proposer une augmentation des capitaux à une rente de 6% et de demander une subvention de fl. 500.000, autre celle de fl. 700.000 dont elle jouissait déjà depuis quelques années sur le trésor de l'Etat" (216).

No dia 19 de Novembro de 1639, por-se em vagaroso movimento a Armada de Mascarenhas, agora aumentada para 86 navios de vela. Antes, porém, que as unidades que singravam conjuntas attingissem a altura do Recife, o vento Norte, aliado à ilha dos Hollandeze, caiu sobre elas e de tal maneira lhes empeceu o prossegui-
mento da viagem que foi só quasi no meado de Janeiro

(215-a) Gov. e Cons. no Cons. das XIX — 5 ag. 1639.

(216) Netteler, p. 160.

de 1640 que o Almirante espanhol conseguiu avistar os Arrecifes (217).

João Maurício não pôde render a Boreas todas as grangas devidas por lhe ter dado tempo para organizar a defesa da cidade de Recife. Todos os antigos soldados que exerciam a sua actividade na Colónia como plantadores ou fazendeiros foram convocados para o serviço militar; os cidadãos capazes, mobilizados; formados corpos de voluntários e companhias de Índios; e, por cautela, internados em Goiana os naturaes suspeitos. As guarnições dos pequenos fortes à margem do Rio São Francisco e ao descrenamento enviado contra Sergipe e composto apenas de 100 praças, incumbia a tarefa de repellir as investidas do inimigo, em sua volta da Bahia, e impedir a incursão no territorio hollandez dos bandos depredadores de um Camarão ou Henrique Dias. Com auxílios só Recife não deviam contar, pois o Príncipe não pedia dispensar um só homem. A parcimonia da W. I. C. sofreria agora amarga desforra. Se a Companhia tivesse tido o cuidado de enviar, regularmente, reforços, então não faltariam forças para defender Alagoas e o interior da Capitania de Pernambuco de ataques de surpresa, nem se poderiam dar as terríveis devastações de povoações, plantações e herdades.

No mar, Eolo continuava a proteger os hollandezes. O vento que era norte mudou de repente para sul, e uma

(217) Sobre o ataque da Armada e a batalha naval da Ilomarscâ são dignos de consideração os seguintes documentos: J. Maurício aos Ex. Ger., 20 Fev. 1640 (See Stat. Gen. Nr. 572 (tauhau in Archiv van Hulden, Kronik, 25 Jahrg. [1669], p. 515 (L); Governador a Cons. do Cons. das NIXe e Comora Zeek, 2 Março 1640 (W. I. C. O. G. Nr. 52, "zoltre tudo, patém, o Relatorio apresentado per P. der Maestre, Gott en Waerachtig Verhael van de comat en Vet Streck van de magnifice Spaenische Vloot in Brasil, 13 Junij 1640" (ou instantes moça de duzentos e oitenta e quatro); Aliado mais: "Het Noordwest en Eckeste Journaliver Verhael offte Copya van sekere Brieft", 14 Fev. 1640, 4º.

E ainda, Bardeus, p. 278; Monte, XI Gesang; Neitscher, p. 108 e seq. e 199; Fabi e, p. 61; Vandenaken, p. 201 e seg.; e a Rev. do Inst. Bras., LVIII, p. 1 e segs. "Batalha Naval de 1640" (Tradução de dons. Hollandez por José Higino).

violenta tempestade impeliu os galeões espanhóis, pouco maneáveis, na direcção norte. A 11 de Janeiro manobrava a Armada entre Itamaracá e Parahyba. O seu Commandante-em-chefe quis desembarcar ali, mas Willem Corneliszoon Loos, que pela chegada imprevista de navios mercantes hollandezes se habilitara finalmente a oppor ao adversário mais 41 barcos de vela, tomou-lhe a dianteira e obrigou-o a aceitar combate. E, assim, na tarde de 12 de Janeiro de 1640 começoou a grande batalha naval, ao longo da costa de Itamaracá. Tres dias pelejaram as duas frotas, até que sobreveiu uma calmaria. Depois de uma pausa de 48 horas, porém, reaceendeu-se a luta que terminou com a completa vitória dos hollandezes. É verdade que estes, logo nas primeiras horas, haviam soffrido a perda do seu bravo Almirante; mas os imediatos em commando de Loos, Jacob Huygens e Alderik, tomaram o lugar do heroe tombado, e deram à sua marinagem um brillante exemplo de coragem e sangue frio.

A tempestade tinha impelido as frotas combatentes tão para o norte que a phase final da batalha já se realizou no litoral da Capitania do Rio Grande do Norte. O ataque cerrado de Huygens ao navio capitanea inimigo, no dia 17 de Janeiro, aniquilou completamente a capacidade de resistência dos espanhóis e portugueses. Uma parte dos navios derrotados encontrou abrigo na pequena enseada do Cabo de S. Roque, outros fugiram para as Antíllas, um terceiro grupo recupouse para a Espanha, enquanto que o proprio Masecarelias somente depois de errar por muito tempo, em um bergantim, torceu a vér a Bahia. "Is alsoo dese groote en machtige, bloetdorstige Spaensche Vloote, alleen dor Godes genaede soo wonderbaerlyck verstroyt,

(216) "E assim essa grande, poderosa, e sanguinária frota espanhola foi por intercessão de Deus tão edificavelmente destruída, e de uma vez desmoronizada para sempre."

en t'cene mael te schande geworden", (218) escreveu van der Maersche ao Conselho dos XIX. Foi esse um feito d'armas que encheria João Mauricio e toda a colônia de justificado orgulho. As perdas dos hollandezes se limitaram a dois navios e 106 homens (entre mortos e feridos) (219). Logo após o regresso da esquadra vitoriosa, foi celebrada em Recife uma grande festividade em ação de graças, com diversões populares e espetaculos públicos. Também na Holanda reinou viva alegria. Mandou-se confeccionar uma medalha comemorativa com a effigie do Statthalter, cujo reverso representava uma batalha naval e trazia a inscrição: "Deus abateu o orgulho do inimigo em 12, 13, 14 e 17 de Janeiro de 1640".

Contudo, a Nova Holanda não saiu indemne do terrível perigo. Devido a deficiente proteção das fronteiras, bandos inimigos haviam atravessado o rio S. Francisco e estendido as suas incursões como em 1636, até ao rio Parahyba. Novamente, aldeias de índios, fazendas e plantações foram pasto das chamas, e milhas, por milhas, canaviais maduros queimados cobriam o solo. Mas desta vez os saqueadores não levaram a melhor. Ao sul, os bando capitaneados por Camarão e João Lopes Barbalho foram batidos completamente, ao passo que na Parahyba André Vidal sofreria uma sensível derrota. Com os prisioneiros, foram apprehendidas instruções do governo de Bahia para que nenhum hollandez ou índio que combatesse ao seu lado fosse poupadão, devendo ser tudo talhado e arrazado: aldeias, estabelecimentos e campos de cultura.

Os navios espanhóis e portugueses que se haviam refugiado na enseada do Cabo de S. Roque, tinham nesse interim desembarcado todos os soldados pertencentes

(218) Segundo a exposição de Delftse van der Voerde no Cons. dos XIX, 1 Março de 1640 W. I. C. O. C. Nr. 55 cinco capitães que na batalha naval não haviam cumprido o seu dever foram submetidos à Conselho de Guerra, sendo 2 delles condenados à morte, 2 à pena da degradação e o ultimo, à de deportação.

ás forças de terra, num total de 2.000 homens, e então prosseguido em sua viagem. À frente destas tropas collocon-se Luiz Barbalho, que, ousado como era, conseguia conduzil-as para a Bahia, atravessando a região hollandeza: façanha muito admirada, que elle certamente não poderia ter realizado sem o auxilio dos portuguezes que habitavam na colonia, porquanto hollandezes e nativos seguiam-lhe a pista como sabujos e oprimiam-lhe todos os obices imaginaveis na travessia, obrigando-o por fim, já cansado das continuas perseguições, a procurar abrigo nas mattas virgens. Apesar de tudo, porém, Barbalho alcançou o seu objectivo ajudado que grande parte de sua gente houvesse sucumbido às fadigas quasi sobre-humanas da travessia, às balas dos hollandezes e às flexas dos índios tapuyas. Tudo quanto a tropa de Barbalho pôde destruir em sua passagem, não deixou de fazel-o. Os estragos mais graves, contudo, do anno de 1640, foram principalmente obra dos baudos depredadores procedentes de Sergipe. Terríveis devem ter sido as devastações levadas por elles a effeito nas partes que visitaram da Nova Hollanda, enquanto o governo, para tranquilizar o Conselho dos XIX, lhe escrevesse dizendo que o dano total não havia sido tão importante, como haviam comunicado para a Hollanda funcionários levianos, que melhor fariam não se intromettendo em cousas que não lhe competiam (220).

João Mauricio ficou tão indignado com a furia devastadora dos baudos incendiários que decidiu pagar na mesma moeda aos portuguezes. E assim a maior parte da frota auxiliadora, finalmente chegada em 26 de Março de 1640, sob o commando de Lichhardt e Jol, foi enviada à Bahia de Todos os Santos com a ordem de tratar os habitantes dos arredores de S. Salvador, da

(220) *Cronica das Coas.*, no Cons. dos XIX, 7., 9. Maio de 1640.

mesma maneira, poupando somente as mulheres e as crianças. Por meio dessa dura pena de Talião, que foi promptamente executada, quis o Statthalter desfechar um pesado golpe sobre a vida económica da Capitania da Bahia, e provocar um panico no Brasil portuguez.

O Directorio Geral tinha mandado os 28 navios comandados por Lichthardt e Sol, com o objectivo de que fossem empregados em um novo ataque contra a Bahia. Mas viu isso João Mauricio não queria nem ouvir falar, mormente agora que parecia haver-se iniciado um periodo de pausa na porfiada luta pela existencia da Colonia. Havia coisas a executar mais importantes, do que lançar-se a uma aventura com insuficientes elementos de exito. Por isso recusou o Principe satisfazer o desejo da W. I. C., com o que, naturalmente, nada melhorou a situação de suas relações com os Directores. Já desde muito vinha irritando ao Conde o proposito revelado pelo Conselho dos XIX de, a cada passo, cortar-lhes as azas, e procurar lá de Amsterdão e Middelburgh administrar a Nova Hollanda. Agora, então, commettia ao Governo do Recife ompresas que podiam parecer muito simples, entre as paredes de um gabinete, mas na realidade só poderiam ser levadas a cabo, com um grande exercito ou uma armada de 70 a 80 navios. João Mauricio sentiu a pressão das audiadeiras com que tentavam encaninhar-lhe os passos, e o seu orgullo se revoltou. Já, em 1639 participara elle aos Estados Geraes, que estava disposto a resignar, porque como Coronel na Hollanda poderia servir melhor do que como governador no Brasil (221). A 9 de Maio de 1640 apresentou o Conde o seu pedido official de exoneração. Os cinco annos, escreveu elle, para os quais havia sido nomeado, estavam exgotados. Os Estados Geraes e os Di-

(221) João Maur. nos Est. Grc., 18 Fev. 1639. Ms. Stat. Gen. Nr. 8772.

rectores, porém, não lh'a quizeram conceder, pois bem sabiam que este fidalgo, nascido para governar e inexcável quasi, como organizador, difficilmente encontraria um sucessor de igual capacidade. Restava somente saber agora, — ficaria afastado ainda por muito tempo o reencontro, com segurança esperado, entre o príncipe e o Directorio?

Em 1 de Dezembro de 1640 ocorreu na Europa um evento destinado a determinar, de um golpe, a cessação das hostilidades no Norte do Brasil. Depois de uma opressão de 60 annos, sacudiram os Portuguezes o odioso jugo espanhol, que desde o reinado de Philippe IV se tornara insupportável, e collocaram no throno de Lisboa o Duque de Bragança, descendente por linhagem interna da antiga casa real de Borgonha. Não tardou que seguissem o exemplo patrio as colonias portuguezas da África, Indias Orientaes e America do Sul, sujeitas à Espanha. Por toda parte foram prestadas entusiasticas homenagens ao novo rei D. João IV. "A proclamação da independencia portugueza", diz Handelmann, "vem alterar completamente as relações entre as duas nações até então em lucta no Brasil. Portugal anteriormente amigo e aliado da Espanha, tornou-se agora amigo e aliado natural dos inimigos da Espanha, — mormente dos Paizes Baixos. Não podia restar duvida, de que dahi por diante as duas potencias trilhariam a mesma senda, nos negocios europeus" (222). Para João de Bragança, uma aliança com a Hollanda, tão poderosa no mar, era imprescindivel necessidade, se elle quisesse sustentar o seu reino nascente contra a pressão da Espanha. Mas para estabelecer semelhante ligação, havia mistério elucidar uma grave questão: a regulamentação

(222) Handelmann p. 179.

das relações a firmar sobre as possessões coloniaes ultramarinas, assumpto totalmente posto à margem desde 1580.

Já ficou dito noutra parte, que a fusão de Portugal e suas colônias com a Espanha fez com que Hollandezes e Ingleses flagellasssem de preferencia os domínios coloniaes portugueses, descurados da Corte Madrilena. Desde o começo do seculo XVII haviam os portugueses perdido no archipelago da Sonda, no Indostão, na Guiné e na Amerika do Sul partes importantes de suas antigas possessões coloniaes, e nunca passou pela mente dos herejes nordicos restituir espontaneamente os territórios que tinham ganho após lutas renhidas. Se Portugal reclamava agora em Ilaya a entrega das terras que os Hollandezes lhe haviam arrebatado, ingenuamente allegando que os Portugueses "não deviam expiar os peccados da Espanha", era bem de ver a inocuidade de semelhante passo (223). Dos detentores da soberania dessas terras, da O. I. C. e W. I. C. não havia esperar favorável acolhimento. As duas Companhias haviam gasto grandes somas de dinheiro e sacrificado muitas vidas em seus empreendimentos ultramarinos e queriam agora saborear os fructos do seu penoso trabalho.

Em 14 de Março de 1641 aportou ao Recife uma caravela portugueza portadora de uma missiva do novo vice-rei em S. Salvador, endereçada a João Mauricio. D. Jorge de Mascarenhas, Marquez de Montalvão, sucessor de D. Fernando de Mascarenhas — e, como este, fidalgo portuguez ao serviço da Espanha — fazia obri a comunicação official no Príncipe dos acontecimentos de Lisboa e lhe propunha o ajuste de um armistício. Na Bahia já se havia prestado obediencia ao novo rei, D. João IV, e desarmado todas as tropas castelhanas e

(223) *Hollandmapa*, p. 179 e ss.

napolitanas (224). Aos corpos de voluntários guerreiros ordens tinham sido dadas, de não mais cruzarem os fronteiras da Nova Hollanda.

A nova da revolução portuguesa foi recebida com jubilo em todas as partes do Brasil-hollandez. João Maurício mandou dar salvas de regozijo, organizar cavalhadas e festas populares durante três dias, do que faz conspícuia exposição Manoel Calado (225). Ao Vice-rei da Bahia, o Stalthalter respondem, que deixaria de executar as projectadas represálias às pilhagens sofridas no Sul de Pernambuco, mas quanto à proposta de Montalvão de pôr termo ao estado de guerra sóinente poderia tratar do assumpto depois que os Altos Poderes e Directores desses o seu consentimento. Os Senhores do Conselho de Recife, saudaram o grande acontecimento, como inesperada salvação da necessidade e perigo dominantes. Houve mesmo quem dissesse valer elle mais do que a captura de uma frota dos famosos galeões de prata (226).

O reino portuguez recém-nado encontrou geral reconhecimento na Europa. Os adversários de Philippe rejubilaram-se com a mudança das cousas na península ibérica, principalmente os Hollandezes, que esperavam tirar grande vantagem da fraqueza dos seus inimigos espanhóis. Em meados de Maio de 1641 resolveram os Estados Geraes estabelecer ligações mais estreitas com Lisboa e enviar para ali uma frota de auxílio (227).

Nesse meio tempo, João Maurício recebera dos Altos Poderes recomendação expressa de aproveitar a favo-

(224) Governador o Cons. do Cons. dos XIX, 31 Março 1641, W. I. C. O. C. Nr. 56.

(225) Conf. tombar Souto Melo, p. 313 e segs.

(226) Henr. Jansen no Cons. dos XIX 15 Março 1641.

(227) Resolução dos Estados Geraes, 14 de Maio de 1641.

ravel situação, para novos cometeimentos contra as colônias da Espanha (228). Ao mesmo tempo chegava ao Reile um ordem do Conselho dos XIX que bem fazia honra ao incerupuloso espirito mercantil da W. I. C. Os Directores sugeriram ali ao Príncipe não deixar passar o tempo que ainda restava para a celebração de um pacto entre a Hollanda e Portugal, sem ir dilatando quanto possível a zona de domínio da Companhia no Brasil (229). O interesse da Companhia o exigia, e nada seria mais agradável ao Directorio Geral do que receber a noticia do feliz sucesso de uma segunda expedição á Bahia.

Enquanto em S. Salvador não se cuidava noutra cousa senão na esperada paz e as forças volantes querelleiras eram afastadas das fronteiras, para que nenhum motivo subsistisse de retardamento nas negociações entabolidas, exigiu-se de João Mauricio que emprehendesse uma nova offensiva, e conquistasse o que pudesse conquistar dentro do pequeno espaço de tempo restante. Infelizmente, das Cartas do Statthalter não consta a impressão que lhe causou essa incumbencia, ou como tel-a-ta neolhido o seu tão accentuado sentimento de justiça. Elle cumpriu a ordem, mas fê-lo de maneira que claramente mostra ter sido o Príncipe não só bom soldado e governador, como tambem consumado diplomata. Reenrou-se emprehender o ataque á Bahia, que todos os competentes consideravam um irutil desperdieio de força, e limitou-se preeipuamente, a gunruecer de modo efficaz a Capitania de Sergipe, que havia sido tão ardente e terrivelmente disputada (230). Em seguida,

(228) B. Generalis, a J. Mauricio — 23 Fev. 1611. Ltas. St. Gm. Nr. 513.

(229) Netcher, p. 119. Handelmann, p. 190. Na resolução de 2 de Nov. de 1611 os Altos Poderes manifestaram o seu assentimento.

(230) "Hedenen tot Justificatie", (Razões justificativas) Governador e Cons. do Cons. dos XIX em Junho de 1611 W. I. C. D. C. Nr. 56.

fez por sua vez uma proposta aos Directores, de cuja realização muito esperava.

Não era a Bahia que devia ser atacada, e sim Angola. Nenhuma expedição traria á Nova Hollanda maiores vantagens do que a conquista dessa Colónia africana. Angola era o primeiro mercado de escravos da Costa oeste do Continente Negro. Em consequencia do rápido renascimento, da cultura da canna, Pernambuco do que mais necessitava era precisamente de grande numero de escravos, e o Directorio bem sabia por experiecia propria, quanto era importante o trafico dos escravos no Brasil e como constitua elle a principal fonte de rendas. Por outro lado, não era de receriar que a tomada de Angola pudesse de qualquero modo affectar as negociações em andamento entre a Hollanda e Portugal. Emquanto não houvesse comunicação official de que essa colónia tinha sido restituída a Portugal, seu antigo possuidor, — devia ella ser considerada como propriedade da Espanha. A perda dessa região importaria para este paiz o mais grave danno material. Com Angola, tirar-se-lhe-ia o seu melhor abastecedor de negros. Sem trabalhador negro, porém, não poderiam os plantadores na Americea espanhola do Sul e Central, nem lavrar as suas terras nem explorar as minas peruanas (231).

Por mais artificiosa e sophistica que parecesse ao Directorio a justificação de João Mauricio do novo projecto, a expectativa de augmento de rendimentos fez calar toda e qualquera objecção. Mas, mesmo se houvesse, chegaria tarde; porquanto um dia antes da composição da carta que devia levar á Hollanda a noticia da planejada expedição, já o Almirante Jol se havia feito no

(231) Governador o Cons. ex. Cons. dos XLIX. 31 Maio 1651 na mesma parte, J. Mauricio aos Est. Geral, 1 Junho 1651. Lias Stat. Gen. Nr. 5773.

uar com 21 navios, rumo a S. Paulo de Loanda, capital da Angola. A ousada empresa foi coroada de completo êxito: S. Paulo rendeu-se aos atacantes quasi sem resistência no dia 26 de Agosto de 1641 (232). Quando a frota hollandeza surgiu no horizonte, o governador da cidade pensou que se tratava de navios mercantes espanhóis que vinham buscar escravos. Indescriptivel, porém, foi a sua confusão ao ver que a duas milhas de distância da cidade, situada em uma elevação, desembocavam tropas estrangeiras, para logo depois se apoderarem da estrada real e penetrarem em S. Paulo, antes que os fortes do porto e as baterias pudessem romper fogo. Todas as cidadellas capitularam, e não pequena foi a surpresa dos Hollandeze ao divisarem na cidade grandes mosteiros, belas vivendas cercadas de muros e jardins, armazéns bem providos e ruas bem cuidadas. A comunicação da queda de S. Paulo causou ruidoso jubilo em Recife. Ligaram-se ao facto esperanças imensas, e, a propósito, dizia-se que a W. I. C. podia agora contar com um acréscimo anual, em suas rendas, de 6 $\frac{1}{2}$ milhões, no mínimo. Calculava-se que a Espanha nos últimos anos teria exportado de Angola cerca de 15.000 escravos *pro anno*, cuja venda produziria seguramente a mencionada somia. A avaliação, como natural, ia muito além da metá, mas era de molde a dissipar a mais leve dúvida que a Directoria pudesse enteter quanto à importância da nova aquisição.

Nesse entretanto, Jol dirigira a sua rota para o Norte. Se não se satisfizera com um sucesso só, ou se João Mauricio o encarregara de infligir mais danos aos Espanhóis, não o sabemos. Mais uma parte do domínio

(23) P. Martimor e C. Niant na Gov. Recife, 11. Setembro, James Henderson a J. M. orla, 29 Set.; Gouverneur e Cons. ao Cons. dos XIX, 17/25 Outubro, J. M. orla, os Est. Gerars, 11 Novembro de 1641. Todas as 4 cartas na W. I. C. O. C. Nr. 56.

colonial portuguez de outr'ora foi ainda sacrificada, nomeadamente, a ilha de S. Thomé, sitiada no Golfo de Guiné, a qual em 1641 continuava a ser considerada como possessão espanhola. (233)

O que attraiu para ali os Hollandezes, foi a riqueza assacareira da ilha. Para assegurar as suas plantações contra o saque, os plantadores abastados firmaram accordos com Jol, em virtude dos quaes em troca do pagamento de determinada somma e entrega de avultadas quantidades de assucré, adquirjam o direito de se conservarem em suas propriedades rurais, como sublites da W. I. C. (234). Mas a alegria dos Hollandezes em S. Thomé não devia durar muito. Logo no principio das operações começou o clima mortífero da zona littoral a reclamar o seu tributo. Officiaes e soldados dos destaramentos desembarcados morreram de febre, que em sua virulencia se propagou aos navios e, a 31 de Outubro, ceifou tambem a vida de Jol. Este foi assim encontrar o seu repouso final na grande igreja de S. Anna, onde foi sepultado. (235)

Jan Claeszoon Cock, que exerceia as funções de representante commercial da Companhia em S. Thomé, descreve em termos impressionantes a miseria que havrava na ilha. "Chegamos aqui a uma terrível situação. Uma terça parte dos nossos já morreu, ontra tercia parte jaz nos leitos mortalmente enfermos, e temos neste momento tão poucas pessoas com saúde que os capitães não poderiam com elles tripular nem duas emborações. Quasi metade dos Indios trazidos do Brasil foi victim-

(233) Sobre a conquista de S. Thomé: Gov. e Cons. do Cons. das XIX, 12 Nov. J. Munt, aut. En. Ger, 11 Nov. 1611. Particularmente, notem: Jan Claes. Cock no Cons. das XIX, 16 de Dec. de 1611 (da S. Thomé).

(234) Cons., também Southey II, p. 13.

(235) Gouvernador e Cons., no Cons., das XIX, 16 Jan. 1612 W. I. C. o C. Nr. 52.

da pela epidemia. Mandae-nos soldados, operarios e medicos, enviaes-nos sobre tudo medicamentos de que temos grande falta. As causas já chegaram a tal ponto que precisamos offerecer dinheiro aos marinheiros para induzil-os a desembarcar. Tão grande é o pavor da febre, que reina por cá!"

Em Novembro de 1641 ocuparam tambem os Hollandezes a ilha Anno-bom, situada nas proximidades. Um mez mais tarde, porém, o successor de Jol viu-se na necessidade de regressar com a esquadra para o Recife, afim de não perder o resto de sua marinagem, que continuava a ser dizimada pelas febres. O estado consternador de S. Thomé muito difficultou ao Governador e no Conselho achar gente que quizesse desempenhar cargos de administração naquelle ilha assoreira, e os funcionarios que já lá estavam em exerceicio enviavam à Companhia e ao Statthalter pedidos encarecidos de exoneração. João Mauricio viu-se então na contingencia de mandar para S. Thomé pessoas que se tinham tornado culpadas de algum delicto, convertendo assim a ilha numa colonia presidiaria. (230).

O Principe propoz á Directoria annexar Angola — e com ella S. Thomé e Anno Bom — á Nova Holanda, e sujeitar todos esses territorios a uma administração commun. Em um memoria, o Governo Recifense demonstrou a necessidade da fusão e procurou obter o apoio dos Estados Geraes, como dos Directores, em favor da mesma. (237)

A dependencia da vida economica pernambucana, da importação de negros, impunha uma estreita ligação entre o Norte do Brasil e Angola. Sendo estes

(236) Gouvernor e Cons. ao Cons. Jol XIX, 23 Fevereiro 1642.

(237) "Redenen, waeromme de negatie der zwarteb... van Angola behoeft... de dependenten van den Gouverneur... in Ososil", Lids Stat. Gen. Nr. 5773.

dous territorios e as ilhas conjunctamente administrados de Recife, notaveis haveriam de ser as sommas poupadãs pela W. I. C. Alem do mais, Pernambuco ficava muito mais perto das novas aquisições, do que Amsterdão. Havia ainda a considerar o seguinte. O Statthalter no Recife tinha á mão funcionarios e soldados que, já conhecedores das condições de vida das terras tropicaes, acostumados ás malignidades do clima, e experimentados no trato dos indigenas, poderiam prestar melhores serviços aos seus patrões do que gente nova sem esse ante-preparo. Por ultimo, não se devia esquecer que Pernambuco fizera jus a Angola, S. Thomé e Anno Bom, por terem sido estas colônias arrebatadas aos Espanhoes por forças hollando-brasileiras.

Por mais decididamente que os Altos Poderes se interessassem pelo projecto, a W. I. C. não lhes quiz prestar ouvidos. Ela desejava administração separada para os territorios americanos e africanos. Angola, S. Thomé e Anno Bom deviam ficar sob o mundo directo do Conselho dos XIX (238) Receiar-se-ia, porventura, em Amsterdão que João Mauricio animado de tanto poder viesse a pensar em romper os laços que o ligavam á Companhia, no intuito de fundar um principado independente, nos tropicos?

Cuidado vão! Naquelle momento, o Conde de Nassau estava animado de um só desejo, o de corresponder á confiança dos seus Directores que lhe recomendavam tirar todo o proveito da auspiciosa situação politica para a dilatação do domínio colonial hollandez. Bem avisado andara elle, em recusar levar a effeito um desnecessario sacrificio de vidas pela conquista da Bahia. Em compensação, Angola, São Thomé

(238) D. Bewindhahuer in Amsterdam nos Est. Geraes, 20 Fevereiro 1647. Lis. Stat. Gr. Nr. 5773, Resolução dos Est. Geraes, 20 Março 1641.

mé e Anno Bom faziam agora parte do império colonial da Hollanda, e em fins de Outubro de 1641 uma esquadra de 16 naus sob o commando de Lichthardt e Koen partia para a conquista da Capitania do Maranhão. Já desde muito que os Hollandezez lançavam as suas vistos cubiqüens para essa região Bitrophic do Ceará, ao Norte, — sobre enja opulencia e feracidade haviam sido excellentemente instruídos pelas descrições vivamente colorides de Gideon Morris de Jonge, John Maxwell, Jacob van der Veere e du Gardin. (239) Como prisioneiros de guerra portuguezes estes quatro homens estiveram varios annos no Maranhão, e tendo ilhes sido permitido locomoverem-se livremente, tiveram occasião de adquirir o conhecimento da terra e da gente da região Amazonica. Morris e os seus companheiros de infortunio não encontraram termos bastantes para elogiar a belleza e productividade do Maranhão e da Capitania vizinha, o Pará. Em sua exposição Morris chama S. Luiz, a capital do Maranhão, um "paraiso terreal". O lugar "conta de 500 a 600 casas com vastos e bem ventilados patios; é cercado de inumeraveis pomares; que produzem laranjas, limões, figos, uvas e toda especie de fructos indigenas do Norte do Brasil. E que ricas que são a fauna e a flora de toda a região! A lavoura no Maranhão é feita com Indios escravos, e as plantações produzem annualmente cerca de 1.500 caixas de açucar, varios milhares de rolos de fumo, do melhor, e 100 fardos de algodão. Nas florestas superabundam as madeiras de tinturaria, os cedros e arvores gomuniferas. Os rios do

(239) S. e exposições no Cons. dos XIX ou nos Directores da caixa Zalduendo constam todas da Pasta W. I. C. O. C. Nr. 15. As peças não datadas. G. Morris, 22 de Outubro de 1637. Jacob van der Veere, 31 de Jan., 10 de Set. du Gardin em Novembro de 1638. Morris e Maxwell, 3 de Fev. 1640. Morris em 1641 foi feito Director do Ceará.

Maranhão, — com especialidade o Itapieurú — devem conter ouro, no passo que no Pará existem minas de prata e se tem achado mercurio. Como os Indianos do Maranhão suspiram por sua libertação do jugo portuguez, como, igualmente, as tribus selvagens da região amazonica vêem nos Portuguezes os seus inimigos, e as fortificações e elementos do combate do adversario são muito fracos, — nenhuma dificuldade quasi haverá de conquistarmos a Capitania. Se, numa vez, o Maranhão se tornar possessão hollandeza, poderá então prover o Recife de escravos Indianos e mantimentos, e a Hollanda de assuear e madeira. Em S. Luiz terão os nossos navios, além disso, um porto que lhes oferecerá o conveniente abastecimento quando fôr necessário. Dupla ou triplamente cobrirá a opulenta Capitania todos os gastos que fôrem feitos com a expedição. Mais ainda. Nas plantações lá existentes empregam os Portuguezes cerca de 100 prisioneiros de guerra, hollandezes, allemães, ingleses e irlandeses, os quaes vos imploram, Nobres Senhores, restituir-lhes a liberdade" (240).

De modo analogo se externa Maxwell. Para tornar ainda mais atraente, aos Directores, o projecto da conquista do Maranhão, este lhes communica ter ouvido dizer que no anno de 1637 oito Espanhóis haviam realizado a travessia do Perú a S. Luiz pelo Amazonas, de que se concluiua existir uma via de comunicação entre o Maranhão e a terra do ouro dos Incas.

Com quanto a citação dessa viagem empolgadila de Quito soasse um tanto phantastica aos ouvidos dos homens praticos, que eram os magnatas do Commercio hollandez, o facto é que as esperanças postas na Expe-

(240) Presentando ao exercito brasileiro da Companhia e foram apresentados 123 primeiros bactas pelo conquistador de Pernambuco.

digão de Lichhardt e Koin ainda mais se elevaram. Sem trabalho, penetraram a esquadra no porto de S. Luiz, a cidade se rendeu sem a menor resistência e logo os Hollandezez se apoderaram da cidadella quasi indefesa. E assim, no fim de Novembro de 1641, foi o Maranhão incorporado ao domínio hollandeze. (241)

Enquanto assim se dilatava o domínio da W. I. C. sobre Augola, S. Thomé, Anno Bom e Maranhão, o negociador portuguez Mendonça Furtado, enviado á Hollanda, firmava em 12 de Julho de 1641, com os Estados Geraes, um tratado de aliança offensiva e defensiva contra a Espanha. Nesse ajuste se assegurava a João de Bragança o envio de uma forte esquadra auxiliadora e lhe era permittido alliciar nos Paizes Baixos Unidos o effectivo necessário para um regimento de infantaria e outro de cavallaria. Para as colônias foi estabelecida uma cessação de hostilidades por dez annos, — que, nas Indias Orientaes, só entraria em vigor um anno depois da devida ratificação, e, nas Indias Occidentaes, logo após a proclamação official. João IV de Portugal só ratificou o tratado a 18 de Novembro de 1641, apezar de se achar declarado no artigo 35 do ajuste que a ratificação devia ser realizada em Lisboa até 12 de Setembro o mais tardar. Os Altos Poderes não se deram pressa também em se ocupar do assunto até 22 de Fevereiro de 1642, e deixaram, ainda, que se escondessem quasi dous meses, antes que tratassem de dar a João Mauricio conhecimento do oceorrido. E como o navio portador da carta dos Estados Geraes gastou dez semanas na viagem, só em 3 de Julho de 1642 receberam o Statthalter notícia da assignatura do

(241) Lichhardt Koin no Gov. e Cons. 3 Dec. 1641; os mesmos aos Est. Ger. 3. 12 Dec. 1641, Lian Stat. Gen. Nr. 5713. Baltazar Van de Voerde aos Directores em Middelburg. 14 Jan. 1642 W. I. C. O. Nr. 57. J. Mauricio aos Est. Ger. 17 Jan. 1642. Malte, Bedarau, p. 374, seg. Southey II, p. 14 segs.

tratado de treguas. Dous dias depois foi dado, em Recife, conhecimento público do grande acontecimento. (242)

Em consequencia do não cumprimento do prazo por parte do rei de Portugal, e da precrastinação intencional, por parte do Governo hollandez, depois, — tiveram o Governador e o Conselho "tempo bastante "para recolher ao celeiro o feno feito nos dias de sol". (243) Lisboa e Bahia que protestassem como quizessem! O tratado abroquelava o Princepe e a Companhia, pois determinava expressamente que a suspensão das hostilidades devia começar nas Indias Occidentaes logo que a proclamação official fosse realizada.

Em Portugal o sentimento geral era que os Portuguezes haviam cahido numa cilada dos Hollandezes e sido victimas de um embuste que bem revelava uma feição pecuniar aos seus novos aliados. Mendoça Furtado queixou-se acerbamente e exigiu em Hayá a entrega das terras annexadas pela W. I. C. desde o dia 12 de Junho de 1641. Os Estados Geraes, porém, mostraram-se surdos aos seus protestos, queixas e ameaças. Calmamente responderam elles ao encarregado de negocios portuguezes, que, de acordo com o texto da convenção, a Companhia ficara inteiramente autorizada a ampliar o seu dominio, como lhe approuvesse, até a cessação das hostilidades. E foi assim que Angola, São Thomé, Anuo-bom e Maranhão continuaram na posse da Companhia de Commerce das Indias Occidentaes.

O tratado celebrado com Portugal foi recebido com pouco agrado nos círculos commerciaes da Holanda. Os Directores das O. I. C. e W. I. C. teriam preferido a continuação da guerra ou um tratado de paz em

(242) Governador e Cons. no Cons. dos XIX, 9 de Julho de 1642.

(243) Kallff, p. 212.

regra. Na suspensão das hostilidades elles viam apenas um adiamento da decisão que, em todo caso, teria de chegar afinal. Essa interrupção lhes era por isso tanto mais desagradável quanto importava para a Companhia ficar na obrigação de manter um exército colonial em plena efficiencia bellica, na altura de repelir quaisquer ataques inimigos, quando expirado o prazo. (244)

No principio do anno 1642 o poder colonial hollandez no Brasil havia attingido o seu maximo desenvolvimento. Abrangia então sete Capitanias: Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Alagoas (Sul de Pernambuco) e Sergipe. Destas sete capitanias, Pernambuco e Maranhão eram as regiões mais productivas; mas os Hollandezes não levavam o seu domínio completo muito além da faixa littoral. "Em parte alguma", diz Brandenbarger, "os estabelecimentos coloniaes se internavam muito e se distanciavam consideravelmente da costa, de que dependia a sua existencia. (245)

Segundo o uso portuguez, João Mauricio concedeu a cinco circunscrições brasões especiaes, que foram: ao Rio Grande, uma em pé sobre uma "trave ondada"; à Paraíba seis pães de assucar ("dispostos em tres filas sobrepostas"); a Itamaracá, tres cachos de uvas; a Pernambuco "uma virgem coroada, com uma cauda de assucar na mão direita e um espelho na esquerda"; à Alagoas, tres peixes; e a Sergipe um sol brilhando sobre tres coroas abertas" (246). As fontes não dizem porque o Ceará e o Maranhão não receberam brasões.

(244) Netshcer, p. 122.

(245) Brandenbarger I, p. 32.

(246) Handelsgesch., p. 185, Observação.

Tendo cessado com a publicação do armistício as operações militares, e desaparecido da zona fronteiriça os bandos depredadores cujas investidas tão terríveis estragos causaram em Sergipe e Alagoas, pareceu que ia surgir para a Nova Hollanda um período de rápido desenvolvimento económico. Já em 5 de Março de 1639 o Governador e o Conselho haviam escripto ao Collegio dos XIX: "Agora o Brasil poderá dentro em pouco cobrir todas as despesas feitas com a conquista. É mister, porém, inverter no paiz dinheiro, dinheiro, mais dinheiro, porquanto do florescimento da Nova Hollanda depende em primeira linha o futuro da W. I. C. (247).

Era justamente na remessa de dinheiro de contado que estavam em falta os dirigentes da Companhia. A má situação financeira em que a Sociedade já se achava desde o meiado da terceira decada do seculo 17, tinha tornado os Directores Geraes e directores de Camaras em extremo parcimoniosos. Regateava-se tudo. O florim girava tres vezes entre os dedos antes de ser gasto. Dos pedidos subscriptos pelos funcionarios competentes, riscava-se tudo quanto era susceptivel de corte, mesmo tratando-se de bagatelas. De todas as cartas que Amsterdão, Middelburgo e as demais Camaras mandavam para o Brasil, resaltava clara e distineta a recomendação da mais rigorosa economia, e aos representantes ultramarinos se encarregava com todas as verbas: Sede cautelosos com as somrias que vos são confiadas; evitae o desperdicio dos viveres, materias de construção e peças de roupa enviados para Recife e poupe tanto quanto fôr possivel a dispêndiosa munição. Quando á assemblea dos directores eram apresentadas

(247) Na pasta W. I. C. O. C. Nr. 54.

listas dos artigos de mais urgente necessidade na Colônia, item por item era examinado e ainda em eousas de nada se discutia se a metade da quantidade pedida não seria sufficiente.

Quanto mais apertada, porém, a W. I. C. se mostrava em materia de dinheiro, tanto mais exigia de suas possessões ultramarinas. Quanto se pudesse extorquir dellas, devia-se-lhes tirar. Se porveritura as notícias enviadas sobre a colheita eram desfavoraveis, se os navios voltavam com pequeno carregamento de "retorno" ou a qualidade das mercadorias trazidas não agradava á vista dos compradores, — então cheavam as recri-minações sobre Governador, Conselheiros e Funcionários. Deplorava-se a ineapaeidade dos empregados, que recebiam elevados salarios mas só cuidavam do seu pro-vento pessoal. Não bavia contar as queixas sobre a má administração, ou sobre a inereia dos lavradores, eri-dores e exploradores de mattas, os quaes todos queriam lucrar, sem que tratassesem dos interesses da Compa-nhia. Quantas vezes não foi lançada a culpa das safras fallas ao rôsto das administrações coloniaes! Segundo o parecer da directoria geral, o primeiro e mais impor-tante dever de uma colônia era cuidar de recheiar do dinheiro a bolsa dos directores e accionistas da Compa-nhia.

Como o apurado das vendas dos productos bra-sileiros não parecesse bastante aos directores das Camaras, o Collegio dos XIX recomendou com insistencia ao Statthalter a cultura das especiarias da India em Pernambuco. Por esse meio a W. I. C. deveria ficar em condições de combalir o monopólio de especiarias da O. I. C. tão cobiçado, e participar dos avultados lucros que o cravo, a pimenta e a noz-moscada entornavam no regaço da Sociedade irmã. Exhortou tambem João Mauricio a fomentar com energia a cultura do arroz, do al-

godão, do anil e do gengibre (248): productos que o Norte do Brasil dava em grande abundância, mas cuja exploração era negligenciada pelos habitantes da Nova Hollanda, pois todos queriam fabricar assucar e tirar os seus ganhos desse artigo tão valorizado. O Governador, com efeito, acquiesceu a esse desejo da Companhia, mas o sucesso não correspondeu à expectativa.

Não era fácil tarefa para o Governo Recifense, com os insuficientes recursos postos à sua disposição reparar todos os danos causados pela guerra pernambucana, e satisfazer aos Directores em sua ansia de lucros cada vez maiores. É de admirar, entretanto, que João Mauricio tenha, apesar de tudo, sabido insuflar um novo alento à economia agrícola estiolada e re-erguer a abatida prosperidade do paiz. "Com acertado conhecimento da situação" havia elle desde o começo lançado as suas vistas para o plantio da canna e a fabricação do assucar e posto todo o seu empenho em que esta principal fonte de renda das capitâncias de Pernambuco, Tiamaréa e Parahyba voltasse ao que era em 1629. "As vendas forçadas cessaram", escreve Lippmann, "as confiscações ficaram de nenhum efeito, aos Portuguezes fugitivos ou expulsos foi permitida a volta aos lares sem imposição de qualquer penalidade, as dívidas antigas foram prorrogadas, o Estado fez adiantamentos sem juros para a reconstrução e reparos das fábricas agrícolas, e, por ultimo, foram reduzidos os elevados impostos de exportação" (249). Naturalmente, não foi possível ao Statthalter restabelecer a actividade de todas as fazendas de assucar da Nova Hollanda. Dos

(248) Cons. dos XIX ao Governador e Cons. em Recife, 1 Julho 1640. W. I. C. O. G. Nr. 3.

(249) Lippmann, pag. 298.

166 "engenhos", apenas 120 voltaram a trabalhar. (250). Os restautes, em consequencia do numero por demais reduzido de pretendentes, não acharam compradores. Estes 120 engenhos, entretanto, prestaram o que estava em suas forças, e produziram, no periodo de 1637 a 1644, 218.220 caixas de assuear, (251) cujo valor total Jan de Laet calculou em cerca de 28 milhões de florins (252).

Com o mesino zelo interessou-se João Mauricio pela extracção das madeiras tintoríeas. A derrubada desordenada do pão Brasil em matas nos primeiros annos da ocupação hollandeza teve um paradeiro, e o corte de matas foi sujeito a prescripções regulamentares severas, de maneira que o seu rendimento começou a canalizar-se para os cofres da Companhia, e não mais para as algibeiras dos madeireiros e intermediarios. O Governador tratou igualmente de fomentar a cultura do funo, artigo de exportação este que naquelle época desempenhava papel secundario.

Emprehendeu tambem então o Governo hollandeze o desenvolvimento da pecuaria no Rio Grande e, com resultado negativo, em Sergipe. Dous motivos o levaram a isso. Primeiro, a circunstancia de que muitos engenhos tinham falta de bois de trabalho para o serviço das almanjarras que accionavam as moendas; segundo, a urgente necessidade de abastecer melhor de carne a Nova Hollanda, porquanto a exportação da metropole para tal fim tudo deixava a desejar. Com taes propósitos prohibiu o Principe a matança de bois de trabalho e novilhos bem como a exportação de gado. (253).

(250) "Rapport van de staet der geconquisteerde Landen in Brasil" (Relatório do estado das terras conquistadas no Brasil) W. J. C. O. C. Nr. 45. Entregue aos diretores do Amsterdão per Adriën Van der Duiven, antigo Conselheiro em Recife, a 4 de Abril de 1649.

(251) *Batzelaens*, p. 550.

(252) *de Laet*, appendice, p. 31.

(253) Gouvernor e Cons. ao Cons. dos XIX, 22 Agosto 1641, W. J. C. O. C. Nr. 56.

Como as remessas de farinha da W. I. C. não bastavam às necessidades da Nova Hollanda, João Maurício decretou que todos os lavradores e proprietários agrícolas fossem obrigados a plantar nos terrenos não ocupados pelo plantio da canna a cassava, de cujos tubérculos da raiz se fazia a importante farinha de mandioca, que constituía outrora, como ainda hoje, a base principal da alimentação do povo: no Brasil. Em sua descrição de viagem, Nieuhof a chama "het eenighste levensmiddel en onderhout" (254) dos Brasileiros (255). Além disso o Statthalter incitou os agricultores e indígenas a cultivarem toda espécie de hortaliça particularmente ervilha e feijão, e sensíveis multas em diuturno ou especie eram impostas a aquelles que não cumpriam esse mandado ou por culpa própria deixavam de contribuir com o quantum fixado por lei.

O leitor ha de estar lembrado que João Maurício já no anno 1637 tinha convidado os Portuguezes fugidos de Pernambuco a regressarem aos seus antigos lares, garantindo-lhes segurança pessoal e igualdade política em commun com os Hollandezes. Mas atrabente como era a proclamação, farejava-se nella uma insidie, primeiramente. Não tardou muito, entretanto, que alguns proprietários rurais, que se sentiam ligados de corpo e alma ás suas terras, ebrassem animo bastante para pisar novamente o solo de Pernambuco. O seu exemplo achou imitadores, ao vêrem os exilados que o Conde de Nassau não só havia sido sincero em sua promessa como tinha prestígio bastante para mantel-a. E assim foram voltando pouco a pouco os fugitivos, em sua mór parte. Para prendê-los ainda mais firmemente ao tor-

(254) Tradução das palavras hollandezas da cit.: "o unico meia de vida e subsistencia".

(255) Nieuhof, p. 194.

rão e proporcionar-lhes os meios de desenvolver uma actividade fructuosa de bens o Príncipe concedeu a plantadores e rendeiros avultados créditos. Com o dinheiro emprestado pela Companhia deviam elles restaurar as suas plantações e adquirir os trabalhadores negros necessários ao arroteamento dos campos e fabricação do assucar. Para o pagamento desses empréstimos, que deviam ser em assucar, foram concedidos longos prazos, e João Mauricio sempre estava disposto a fazer novos adiantamentos ou prorrogar vencimentos de prazo, quando militavam em favor do pedido motivos justos. Por meio desses auxílios financeiros conseguiu o Governo em pouco tempo dar um novo impulso à indústria da canna de assucar. Os agricultores, porém, endividaram-se a tal ponto que somente com uma série de safras anuais favoráveis lhes seria possível saldar os seus compromissos.

Muito teve a agradecer no Statthalter não só a economia agrícola como também o tráfico no Norte do Brasil. Na Concessão de 3 de Junho de 1621 lôra conferido á W. I. C. o direito de exclusividade de comércio em todas as futuras possessões. Depois da ocupação de Pernambuco tornou-se, porém, evidente que a Companhia não estava absolutamente em condições de levar por diante a guerra e ao mesmo tempo empunhar-se no desenvolvimento do tráfico mercantil. As expedições exigiam o maior esforço da capacidade naval, e as embarcações que navegavam para o Recife serviam, nos primeiros anos principalmente, de transportes de tropas e munições, de modo que não restava muita praça ao acondicionamento de artigos de comércio europeus.

Como somente uma parte dos navios podia empreender imediatamente a viagem de regresso e a maioria delles era empregada, — até ser rendidas, — na guar-

da da costa, não se tornava possível, pela deficiencia de espaço manter um embarque regular dos productos brasileiros. Em consequencia disso os plantadores que já se haviam submettido ao Governo hollandez foram levados ao desespero! Como então haveriam elles de dar saída aos seus productos? O trafico se achava paralyzado, e, como um pesadelo, opprimia o monopolio da Companhia o Brasil Norte. Não é pois de admirar que a população pouco desejoso sentisse de reorganizar o serviço em suas possessões campestres devastadas, ou que colonos europeus quizessem se fixar em Pernambuco.

No meio do decennio triata, na Camara da W. I. C. em Amsterdão e nos círculos commerciaes dessa metropole mercantil, vozes se levantaram pedindo que o monopolio da companhia fosse estendido a toda a Holanda, assim de que os comerciantes deste paiz pudessem tambem participar do lucrativo commerceio do assueir.

Contra essa pretenção unanimemente manifestada pelo corpo commercial de Amsterdão protestaram a Camara Zelandeza, o distrito do Mosa e Groninga. Mas a cidade sobre o Y saiu vitoriosa, depois que o Conde de Nassau, cuja opinião foi consultada, se pôz decididamente ao seu lado. Sem liberdade de acção comercial, escreveu elle, não se podia absolutamente pensar no desenvolvimento da Colonia ou fructificação de suas riquezas. O seu parecer foi resolutório. Em 1638 os portos do Brasil Norte foram abertos a todos os comerciantes hollandezes. A' W. I. C. ficou reservado apenas o monopolio da exportação de madeiras de tinturaria e importação de material bellico e escravos negros (256).

(256) Circunstancialmente em Lospevres, p. 80 segs. Como no desenvolvimento económico da Nova Holanda no tempo do João Mauricio, de que mais se fala, está reservado um tratamento mais detido no libro terceiro desta obra. Limito-me aqui ao estritamente necessário à compreensão do exemplo.

Mas com isso não sabiu ella perdendo; porquanto o comércio da mercadoria negra continuou a ser o melhor negócio em Pernambuco.

A volta dos plantadores portuguezes e a liberdade concedida para viagens ao Brasil deram um vigoroso impulso ao progresso do paiz. A importação e a exportação elevaram-se rapidamente; a vida reanimou-se nos campos e fazendas, mas, principalmente, nos portos de embarque e nas feiras mais importantes do interior. Os portuguezes e os indios adquiriram confiança no Statthalter, o qual com prudencia, bem avisado resguardo, firmeza, e quando preciso, ferrea severidade, sabia impôr obediencia ás leis e o devido respeito á autoridade; bem como punia seu contemplação os excessos dos soldados e empregados hollandezes, envidando, em summa, todos os esforços imaginaveis para dissipar quaque preconceitos de religião e da raça na Nova Hollanda. Nisto, porém, teve sorte apenas nos primeiros annos, porquanto entre "veneedores e veucidos, entre a gente do Norte e do Sul, entre Calvinistas e Papistas, o abyssmo aberto era tal que somente o transcurso de decenios poderia sobre elle lançar uma ponte solida e duradoura (257). Enquanto João Mauricio teve em suas mãos as redeas do Governo, a terra conservou-se geralmente quieta, — pelo menos as Capitanias principaes fôram preservadas de pesadas tempestades. Para isso muito contribuiu a reforma da administração municipal com a criação das Camaras de Escabinos. Em lugar das antigas e mal organizadas "Camaras" portuguezas, começaram a funcionar em 1637 as Camaras de Escabinos, segundo o modelo hollandez, — as quaes "exerciam jurisdições de primeira e segunda instânciæ em mate-

(257) Hardehausen, p. 109.

via civil e criminal" (258), e contavam em seu seio, em igual numero e com os mesmos direitos, Hollandezes e Portuguezes. O presidente de cada Conselho, chamado Escaltec, devia ser hollandez (259). Segundo affirma Varnhagem a este competiam as attribuições de "Chefe da Administração, Procurador do Estado e Arrecadador dos impostos" (260). Em geral, essa instituição produziu excellentes resultados, apesar de que, em 1643, "de schepenen" (Escabinos hollandezes) da cidade de Pernambuco se queixaram amargamente de não lhes ser possivel trabalhar com os Escabinos portuguezes, que não queriam se dar ao trabalho de aprender hollandez e não conheciam patavina do direito processual hollandez (261).

Tambem para a direcção de hospitaes e orphanatos foram chamados Portuguezes, em Recife (262). A's circumscripções districtaes conferiu o Principe o direito de escolherem representantes portuguezes, chamados "eleitores", os quaes formavam ao lado dos Directores das diferentes capitaniaes uma corporação consultiva. Mas não ficou só ali; deu um passo mais adiante. No anno de 1640 convocou uma assemblea geral dos escabinos portuguezes e pessoas de mais consideração dentre os habitantes das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, a reunir-se em Recife, assim de tratar com elles da situação politica e economica da Nova Hollandia bem como aconselhar-se sobre as medidas a adoptar para a repulsa dos bandoleiros baniianos pôr côbro nos excessos

(258) Brandenburger, I pag. 65.

(259) Gouvernder in Cons. no Cons. dos XIX e Cons. Zel., 14 Juno, 1623. W. I. C. O. G. Nr. 53. Alinda Hundebaum p. 107.

(260) Citado em Brandenburger I, p. 65.

(261) Os Escabinos no Cons. dos XIX, 11 Junho 1643. W. I. C. O. G. Nr. 58.

(262) Relatório da Admireur van der Duuren, 4 Abril 1643. W. I. C. O. G. Nr. 46.

das tropas hollandezas (263). Os trabalhos duraram de 27 de Agosto a 4 de Setembro de 1640. Foi este, como diz Brandenburger, "o primeiro parlamento que se reuniu na America do Sul, e o unico, por dilatado tempo" (264). Os representantes portuguezes deram um voto de confiança ao Governador, não se arrestando, porém, de criticar severamente a penosa situação em que se achavam, e de exigir para a Religião Catholica igualdade de direitos em relação ao Calvinismo, — ao que, seja dito, nenhuma importancia ligou a W. I. C. Em consequencia das difficuldades politicas que se fôrman acumulando, não se puderam realizar outras reuniões do "parlamento". Quanto ao efecto das deliberações apenas se sabe que muito contribuiram para elevar o conceito do Princepe perante a população sujeita. Historiadores modernos, como Sonto Maior e Brandenburger louvam a convocação do "parlamento" de 1640 como um dos actos mais notaveis do Conde nassoviano. E Brandenburger chega ao ponto de ver nelle "um dos factores que concorreram para que Pernambuco, mais tarde, constituisse o centro do movimento em prol da independencia do Brasil" (265).

Por mais que fosse ao encontro dos Portuguezes e procurasse grauear-lhes a amizade, João Mauricio guardava-se em todo caso de lhes confiar postos de responsabilidade, embora pudesssem elles, como João Fernandes Vieira e Manoel Calado fazer parte do seu círculo íntimo. Ouvia-lhes de bom grado o conselho. Mas em caso algum lhes era permitido ocupar posições em que se pudesssem tornar perigosos á dominação hollandeza.

(263) Governador e Alto Cons. ao Cons. dos XIX, 33 Set. 1640. W. I. G. O. L. Nr. 55.

(264) Brandenburger I, p. 75.

(265) Brandenburger I, p. 76.

Historiadores nerlandeses, portuguezes e brasileiros classificam o tempo de governo do Conde nassoviano como o periodo de esplendor, ou melhor, a idade de ouro de Pernambuco. E' de lamentar que durassem apenas sete annos esses "Fastos Pernambucanos". Nesse curto prazo, a séde do Governo hollandez no Norte do Brasil transformou-se numa grande e bella cidade que provocou a inconteste admiração dos contemporaneos. Já vimos, antes, que a parte mais antiga do Recife estava situada sobre uma estreita lingua de terra que se estendia paralelamente ao Continente. Se, de uma parte, as porfiadas luctas do periodo da conquista haviam impossibilitado a ampliação da cidade, d'outra se procurou recuperar o tempo perdido, depois que a região colonial attingiu uma certa seguridade geographică. Gijsselingh, que cebegou a Pernambuco, pela segunda vez, em 1637, escrevendo aos Directores disse que não se podia reconhecer mais o Recife velho. Reinaava agora alli uma actividade constructora febricitante. Muitos edificios novos já se achavam sob coberta ruas marcadas, e todos os sitios bons para edificação tomados, de sorte que os recem-chegados não sabiam como e onde encontrar casa, ante a extraordinaria affluencia de mereadores e operarios que havia (266). Em vista de tornar-se o espaço disponivel na peninsula demasiado restricto para conter a população em rapido desenvolvimento, e ser consideravel a alta de preço das casas (267), resolveram o Governador e o Conselho repovoar a cidade de Olinda, então em escombros (268). Uma parte dos antigos habitantes portuguezes foi se

(266) Gijsselingh à Camera Zcl., 20 Março 1637. W. I. C. O. C. Nr. 52.

(267) Coulens e Adriaen van der Duussen no Cons. das XIX, 20 Março 1637.

No inverno mago,

(268) Governador e Cons. no Cons. das XIX, 6 Maio 1637.

estabelecer lá, e com o auxilio de materiais de construção enviados da Holanda restauraram-se as habitações (269). Artichofsky proponha ao Stattalter a mudança da capital para a espaçosa ilha de Itamaracá tão abençoada pela Natureza, e que, collocada exactamente no meio da Nova Holanda, poderia ser facilmente defendida por uma pequena esquadra. João Mauricio examinou seriamente a proposta; mas por motivos varios deixou de aceitá-la. Em primeiro lugar, considerou elle, o Recife tinha um melhor ancoradouro defendido por excellentes fortificações. Depois tudo ali já se achava organizado para o tráfico ultramarino. Já se haviam, com grandes despesas, construído escriptórios, armazens e trapiches, de que Itamaracá tinha inteira carenciâa, e cuja fundação viria a pesar extremamente sobre o orçamento brasileiro da W. I. C. Finalmente o Recife já constituía o principal porto de embarque do assuear brasileiro. Naquelle momento Itamaracá contava apenas 10 a 12 engenhos ao passo que Pernambuco possuia de 60 a mais. Seria justo, porventura, exigir dos plantadores pernambucanos que trouxessem o seu assuear para Itamaracá, quando para elles Recife era tão mais perto e commodo? (270).

João Mauricio viu perfectamente que era indispensável augmentar a área da cidade afim de acolher os imigrantes holandeses e portuguezes que affluiam. Nesse proposito lançou elle as suas vistas para a ilha deserta Antônio Vaz, situada na vizinhança, cujos pantanais elle tinha mandado dessecar em 1637, com o intuito de convertê-los, por meio de aterro com terra vegetal e estrume, em terrenos productivos. Depois de devidamente preparado o terreno foram então construídos os

(269) Ghistelingh à Coroa Zel., 1 de Maio de 1637, Governador e Cons. do Cons. das XIX, 13-15 de Janeiro 1638 W. I. C. O. C. Nr. 51.

(270) Na mesma Carta. Conf. também Handelman, p. 182.

dois palácios do príncipe: "Vrijburg" (Friburgo), à margem do Beberibe (271), e "Schoonzigt" (Boa Vista) à do Capibaribe. Em volta do primeiro surgiu um parque no qual coqueiros, tanareiras, limociros, romeiras e figueiras, bananeiras e videiras já no primeiro anno ostentavam os seus fructos. As mais bellas plantas exóticas vicejavam nesse jardim encantado (272). A seção zoologica era povoada de exemplares escolhidos de animaes e passaros da fauna brasileira; os viveiros foram provisões de peixes; e todo habitante da Nova Hollanda que tinha oceasião de encontrar uma planta rara ou apañhar um animal não visto com frequencia, contribuia com o seu espécimen para o enriquecimento da colleção do Príncipe. Havia, alem disso, no parque de Friburgo, segundo descreve Calado, "extensos parreirais e canteiros com as mais variadas hortaliças e flores, casas de diversão e de jogos, onde as damas e seus namorados passavam as tardes de verão, rindo, comendo e bebendo como é costume na Hollanda, ou fazendo musica. Mas o grande prazer do Príncipe era que os seus tesouros despertassem o maior interesse, e por isso muito gosto tinha em mostral-os aos visitantes" (273).

Enquanto que a quinta de recreio "Schoonzigt" ou Boa Vista, situada do lado occidental de Antonio Vaz, donde dominava a passagem para o continente, servia de Buen-Retiro a João Mauricio depois das fauligas do seu trabalho, Vrijburg era propriamente a sua residencia. Nós a conhecemos apenas pela ligeira descrição e gravura feita segundo o respectivo quadro de Franz

(271) Segundo Tornier et Herlinger, p. 15 "Vrijburg", cerca um pouco mais do actual palácio da presidente.

(272) Barjaens, p. 242 seg., Calado I, p. 53.

(273) Cito pela tradução do Brandenburg I, p. 62, em forma um tanto illyo.

Post, constantes da edição de luxo da "Rerum Gestarum Historia", de Barlaeus. O "Palacio", diz o historiador de artes Georg Gallaud, "tinha ainda outro fim a preencher conjuntamente: as suas duas torres, que se avistavam à distância de muitas milhas, e uma das quais se achava apparelhada como pharol, deviam guiar os navegantes que demandavam a costa. O Palacio, propriamente, erguia-se sobre um terrão a cavaleiro da agua. Elevava-se no meio delle, flanqueado de duas torres quadrangulares iguaes, o corpo principal do edificio que se compunha de diversos andares e uma parte avançada menor com escadaria no centro. A' direita e à esquerda, baixos vestibulos conduziam a pavilhões quadrangulares eguaes, que naturalmente se destinavam à fanulagem (274).

Cercado de seus officiaes e conselheiros, de sabios e artistas, de negociantes hollandezes e nobres portuguezes, João Mauricio dava recepções de corte nesse edificio monumental (275). Ali moravam tambem pessoas que tinham vindo em sua companhia para Pernambuco, como o architecto Pieter Post e seu irmão o pintor Frauz Post. De Pieter provieram tambem, logo após o palacio de "Vrijburg", a casa do Alto Conselho e a Igreja Reformada, na ilha de Antonio Vaz. Talvez fôsse elle mesmo o autor do plano para a cidade nova, que ao fim da terceira sécada do seculo começo a levantar-se entre o Forte "Ernestus" e a Fortaleza "Friedrich Heinrich" na mesma ilha, e em homenagem ao Statthalter receberam os nomes de "Mauritsstad" "Mauritiopolis" ou "Mauricia". Em quanto Pieter Post assim aformoseava a incipiente comunidade com

(274) Gallaud, pag. 23, sobre "Vrijburg", ainda Barlaeus, p. 243 seg.; Delleius, p. 92; Fabius, p. 67; seg.

(275) A sua construção deve ter consumido presumivelmente 60.000 fl-

bellas obras de arquitectura (276), Franz Post se entregava com ardor ao empeño de fixar na tela a paisagem brasileira com os seus tons caracteristicos de colorido. Parece infelizmente perdida uma consideravel parte das tais pinturas (277).

Do Parque Friburgo e em suas diferentes viagens ao Interior colligiu o scientista Dr. Villem Piso e seu amigo alleman Georg Maregraf o material para a sua grande obra "Historia Naturalis Brasiliæ" de que já demos breve noticia em nossa resenha de litteratura (278). Destemperoso do perigo de contagio, Piso examinou a fundo as doenças tropicales reinantes na Colonia e estudou as hervas medicinaes indigenas bem como os antidotos empregados pelos curandeiros do sertão, repetidas vezes por elle experimentados com bom resultado em pacientes europeus. Em commun com Maregraf observou tambem a vida dos insectos e reptis brasileiros, dos peixes e moluscos, e esereveu em pesado latim tratados sobre as suas pesquisas geographicas e climatologicas, sobre a terra e a gente, a fauna e a flora, sobre o plantio e tratamento da canna de assucar e da raiz da mandioea que tão importante papel desempenhava na alimentação popular (279). Conjuntemente com os trabalhos de sciencias naturaes, dedicava-se Maregraf com particular afan a estudos astronomicos, no observatorio mandado construir por João Manricio no jardim de "Friburgo". No começo da década quarta do seculo, emprehendeu elle uma via-

(276) As suas creações posteriores pertencem a "Maurishuis" e "Huis te Bosch" em Haags, const. Galland, Geschichte der Holländischen Baukunst und Bildnerkunst (Instituto de arquitectura e escultura Hollandesa) 1890, p. 305 seg.

(277) Sohre os quadros brasileiros de Franz Post até agora descobertos, visto "Toutes e trabalhos sobre o Brasil", pag. 15 -- Nota 1.

(278) Ibidem, pag. 7.

(279) Piso Tract., Nr. I, II e IV.

gem de exploração á Angola, onde cedo o victimou a febre endémica da cesta (280).

Ante o vivo interesse do Príncipe pela exploração da Colonia confiada á sua direcção teria sido de admirar que não houvesse elle enviado amadores de aventuras á procura de minas de ouro e prata. Com isso satisfazia elle também o ardente desejo dos seus patrões da Hollanda, dos quacs grande numero esperava ver realizado no Brasil o sonho do "el dorado". Já as primeiras experiencias nesse sentido haviam trazido amargas desilusões aos Directores, porquanto as perfurações effectuadas no anno 1637 em abas de serra de Pernambuco somente haviam trazido a lume material de someuos valor (281). Apesar disso João Mauricio resolveu fazer uma segunda tentativa.

Encarregou ao excellente administrador da Capitania da Parahyba, Elias Herckmans, a quem devemos uma notável descrição de sua Capitania e dos Índios Tapuyas de Pernambuco e Parahyba — de que ainda noutra conexão trataremos —, de emprehender nra expedição ao interior. Em Setembro de 1641, poe-se Herckmans a caminho acompanhado de Hollandezez, nativos e mineiros portuguezes, para dous mezes depois re-aparecer em Recife, totalmente exhausto. Após terríveis provações, as provisões de sua caravana se exgotaram, diante das barreiras impenetráveis opostas pelo cipóes da floresta virgem (282). Melhores resultados puderam consignar mais tarde no Ceará, os buscadores de ouro. A expedição dirigida por Mathias

(280) Heerdeburgse I. n. 64. sobre Morograf tamén Carralho, Um naturalista do século XVII, na Rev. da Inst. Pernambucano, XXII, pag. 212 e ss.

(281) Gouvernor e Cons. no Cons. dos XIX, 13-15 Jan. 1639, e Alto Cons. no mesmo, 23 Maio 1639 W. I. C. O. C. Nr. 53.

(282) Gouvernor e Cons. no Ulteriorlo Geral, 10 Nov. 1641 W. I. C. O. C. Nr. 56.

Beck deu alli com uma mina de prata apparentemente rica, que, porém, não pôde ser explorada, em consequencia da situação enda vez mais ameaçadora em que se achava a Nova Hollanda e caiu em inteiro olvido em 1654, com a capitulação do Recife (283).

Pela "cidade Maurieia" era pleno florescimento no principio do quarto decennio do seculo, fez o Conde de Nassau tudo quanto estava em suas forças. Maurieia tornou-se a residencia preferida dos Conselheiros, comerciantes e funcionarios superiores hollandezes, ao passo que a parte mais antiga da cidade do Recife ia tornando cada vez mais o caracter de bairro commercinal, onde se achavam os escriptorios, armazens e trapiches, e onde agglomeradamente moravam empregados do commercio, operarios e o pessoal do serviço do porto. Para estabelecer una communicação mais commoda entre Recife e Antonio Vaz - - até então o trafico era feito por bareos de travessia — mandou João Mauricio construir uma ponte, orçada em 240.000 florins sobre o braço de rio que separa a parte peninsular da insular da cidade. Projectou uma ponte de pedra, mas em vista da extrema carestia da construcção, foi ella acabada em madeira. Uma moderada portagem deveria resarcir as sommas de dirheiro empregadas, para as quaes o Conselho dos XIX não havia contribuido com

(283) Sobre a expedição de Beck apresentaram-se numerosas notícias inadimplidas, que se referem às minas de prata da Ceará. Nomearão sómente os documentos mais importantes: Beck ao Alto Cons. em Recife, 21 Junho, 15 Julho, 20 Setembro de 1659 W. I. C. O. C. Nr. 65. O Alto Conselho das Estados Ceará, Cons. das XIX a Câmara Zelandesa, 26 Fevereiro, 14 Março, 1 Abril de 1659, 22 Junho, 21 Agosto 1651, 3 Março, 21 Maio, 10 Novembro 1653, bem como Beck ao Cons. das XIX, 8 de Outubro 1654 (de Barbados), todos no Mato de documentos W. I. C. O. C. Nrs. 66 e 67. Ficando em traduções de relatos holandeses. Carvalho tratou do tema "Minas de Ouro e Prata no Brasil Oesteul, Holandeses" e "Explorações Hollandesas no Século XVII", com múltiplos aspectos. Assim na Revista do Instituto Pernambucano LXIV, p. 269 e seg.; Revista do Instituto do Rio Grande III p. 147 e seg.; V, p. 161 e seg.; Revista da Faculdade de Direito XX, p. 96 e seg.

um ecitil, e que o generoso Governador tinha, em grande parte, adiantado (284). Nas proximidades da quinta de recreio "Schoonzigt", foi também lançada uma ponte sobre o Capibaribe e dest'arte estabelecida com o continente numa comunicação muito importante para a defesa de Mauritiopolis (285).

Em seus esforços por fazer a vida económica da Colonia voltar à altura dos tempos pre-hollandeses, por assegurar a tranquillidade numa comunhão de elementos populares tão accentuadamente dispares e manter em sujeição os plantadóres portuguezes, que, em extremo endividados pela compra de propriedades agrícolas e escravos, já se mostravam irrequietos, — não esqueceu João Mauricio, como bom mordomo, os "mandamentos da prudencia" e era toda a sua correspondência com o Conselho dos XIX solicitava o aumento da força militar da Nova Hollanda apesar da suspensão de hostilidades em vigor, no momento (286). Mesmo em tempo de paz seria conveniente manter um efectivo mínimo de 27 companhias, pois não havia que fiar nos Portuguezes (287). O clamor por novos soldados despertou viva indignação no Directorio Geral. Os directores declararam, que já estavam fartos de alliciar continuamente recrutas para uma Colonia que devorava sommas enormes, e em vez de consignar saldos, vivia num interminável regime de

(284) Conf. a respeito: Governador a Cons. dos XIX, 7 Maio 1610, 31 Março 1611, 25 Junho, 1612 W. I. C. O. C. Nr. 52-57. O Cons. dos XIX ao Gov. Recife, 10 Outubro 1612 W. I. C. O. C. Nr. 9, o Alto Cons. à Câmara Zel., 5 Abril 1611, W. I. C. O. C. Nr. 52. Barlaeus, p. 259 a segs. J. A que a parte da ponte assentada sobre pilares de pedra custou 100.000 florins, e a parte de madeira apenas 29.000 fl. Um vez des 2'000 fl. arquadas, não gastou o Statthalter mais de 125.000.

(285) Barlaeus, p. 251.

(286) Constanti, p. 451.

(287) Governador a Cons. dos XIX, 24 Setembro 1612 W. I. C. O. C. Nr. 57.

"deficit". Deu-se a entender a João Mauricio e aos Altos Conselheiros que era favor que elles se ativessem ás ordens mandadas da Hollanda, e não procurassem dispôr de tudo segundo o seu proprio parecer. Exigiu-se também do Governo Recifense que as suas cartas fossem mais polidas e respeitosas. Todos se deviam lembrar, antes de tudo, que os Directores e Accionistas desejavam ver o seu capital invertido no Brasil render juros (288), e que era mais importante duplicar as remessas de açucar, que construir dispendiosas pontes. Em vista das precárias condições financeiras da W. I. C. o maior empenho na Nova Hollanda devia ser a prática da mais severa economia. Seguiu para a cidade Mauricia a ordem de reduzir imediatamente a 18 companhias o efectivo das tropas, aproveitando-se para colouros, do modo mais prático possível, os soldados dispensados.

Esta medida do Directorio induziu João Mauricio a enviar a Hollanda no princípio de Maio de 1642 o seu secretário particular Jobau Carl Tolner com a incumbência de fazer uma exposição detalhada aos Estados Geraes da situação exacta em que se achava o Brasil Norte, e lhes demonstrar que com um exército apenas de 4.843 homens, insuficientemente armados e em parte também mal alimentados, não era em absoluto possível manter um território tão vasto como a Nova Hollanda. Neste particular, a economia da W. I. C. era um rematado erro porquanto apesar do armistício, o Governo Recifense devia contar a todo momento com uma revolta dos Portuguezes descontentes. Como consequencia de safras malogradas muitos plantadores se viam impossibilitados de pagar ao prazo de venci-

(288) O Cons. dos XIX ao Gov. Recifense, 18 Abril, 16 Octobre 1642 W. I. C. D. C. Nr. 9.

mento estipulado o dinheiro que a W. I. C. lhes havia emprestado. Nada lhes poderia convir mais, portanto, do que uma revolução que os visse libertar desses compromissos vexatorios. D'outra parte o grosso da população portugueza continuava a reclamar, mais e mais, a concessão da promettida liberdade religiosa. Imprudentemente o Directorio havia limitado o exercício da confissão catholica, ao passo que os Judeus podiam tranquilamente celebrar o seu Sábbado. Sem igualdade de direitos com os Calvinistas hollandezes, jamais seriam os Portuguezes amigos dos Neerlandezes. Havia ainda outra causa. A libertação de Portugal do jugo espanhol tinha reanimado também na America do Sul o sentimento nacional portuguez, e João de Bragança não descangaria senão quando a Nova Holanda voltasse a ser sua propriedade. Quando mais não fosse, por vingança, pela tomada do Maranhão, Angola e S. Thomé! (269).

Quo as advertencias do Statthalter eram bem fundadas, provou-o a grande rebellião que arrebatou na Capitania do Maranhão, em 1642. A 21 de Outubro enviaram os representantes da W. I. C. que lá se achavam á cidade Mauricia, o seu primeiro pedido de auxilio, conclainando que aquella gente "infiel e perjura" (Portuguezes e Indios Tapuyas) havia assaltado o Forte Monte Calvario em Itapieurú, assassinado a guarnição, e, no momento, sitiava a cidade de S. Luiz, que ficaria perdida para os Hollandezes, se não chegasse socorro. Não podendo dispôr senão de uma pequena força militar, enviou João Mauricio em auxilio dos sitiados o Tenente--Coronel Henderson com algumas companhias. A rebellião porém, tinha já ganho tão

(269) Exposição de Tolmer, da 15 de Julho 1642 em *Hist. Stat. Gen.* Nr. 5173 Berlino, p. 392 e ss.

vastas proporções que Henderson, depois da primeira peleja, se viu obrigado a passar para a defensiva. Profundamente indignado, escreveu elle ao Governador e Conselho: "As cousas vão mal para nós no Maranhão. Vejo nisso um justo castigo de Deus, pelo tratamento brutal que o Comandante Schade e os nossos próprios compatriotas deram aos Portuguezes, pois é certo que, por mera avidez e sob os pretextos mais futeis, arrebataram aos plantadores o seu assucar, sem que lhes pagassem um soldo. A causa unica do levantamento foi, *de duivelsche begeerlijckheiij van den ongestudigen Rijckdom* "a diabolica cobiça da inconstante riqueza". (290). Segundo as averiguações de Netscher, um individuo chamado Negenton não se pejou de mandar deportar 24 inocentes Portuguezes para uma região inhabitada de Europeus, onde cahiram nas mões dos cannibals. Mesmo que Henderson punisse os culpados, os Portuguezes do Maranhão profundamente indignados com essa crueldade não mais quereriam saber do domínio holandez. Por mais de um anno S. Luiz resistiu aos ataques inimigos. Mas a falta de viveres e munições obrigou por súa a brava guaruição a embarcar, e procurar na fuga a salvação. No dia 28 de Fevereiro de 1644 fez Antonio Teixeira a sua entrada triunfal "nas ruinas da cidade patria redimida. Havia salvo o Maranhão do jugo estrangeiro, e o Pará de perigosa vizinhanga do inimigo" (291).

Também em S. Thomé os Portuguezes se revoltaram em 1642; mas o commandante em chefe dos navios

(290) Sobre a queda do Maranhão: Os Representantes da W. I. C. ao Gov. de Recife, 21 Outubro 1642, Governador e Cons. do Cor. dos XIX e Canas Br. 9 Janeiro, 12 Junho, 6 Novembro 1643, P. J. Bag a João Mauricio e Alto Cons. 31 Janeiro, 26 Fevereiro, 5 Outubro 1643. Henderson ao Gov. Recife, 19 Janeiro 1643 W. I. D. O. C. Nrs. 57 e 58. Mais: Southey II, p. 26 e segs.

(291) Residência, p. 184.

enviados do Recife, em socorro, conseguiu suffocar o levante, no momento mais critico (292).

Todavia os Directores não quizeram comprehender os signaes do tempo. Repelliram asperamente mais uma vez as insistentes exhortações do Statthalter para que enviassem ao Brasil Norte soldados exercitados e provisões de guerra, e deixaram mesmo transparecer em suas cartas que a administração por demais dispendiosa do Conde de Nassau era a causa principal do esccamento dos cofres da Companhia (293). Não se pode contestar que na administração de João Mauricio no Brasil não havia mãos a medir. A manutenção de sua corte e os seus edificios, o seu parque e mais gosos favoritos custaram, na verdade, muito dinheiro, mas, em compensação, quantos beneficios não se lhe devem noutros departamentos!

Que Pernambuco tivesse paz, que em toda a região duramente flagellada pelas vicissitudes da guerra reinassei ordem e tranquillidade e o seu florescimento economico de novo se desdobrasse, que a Revolução do Maranhão deixasse intacto o centro da Colonia, — deve-se exclusivamente a essa distineta individualidade que, por seu tacto, sabedoria politica e grande conhecimento dos homens, soube sempre dirimir os dissídios occurrentes, distribuindo Justica aos Portuguezes e aos Indigenas com mais criterio do que o faziam na metropole "pançudos burgo-mestres" e commerciantes "todos cheios de si" (294).

Já por duas vezes tinha João Mauricio pedido aos Estados Geraes e Directores que o exonerassei e desssem a outro a direccão da Nova Hollanda. Não quizeram consentir nisso os Altos Poderes que, em sua cor-

(292) Nederl., p. 130.

(293) D'Heim, p. 132.

(294) Kallf., p. 218.

respondencia de 23 de Fevereiro de 1641, insistentemente solicitaram ao Principe continuar em seu posto (295).

Profunda consternação se apoderou dos habitantes de toda a Colonia quando no anno seguinte ouviram dizer outra vez, que o Governador, tão geralmente querido e respeitado, insistia em suas intenções de retirada. De quanta estima gozava elle no Brasil Norte, dão testemunho eloquente as petições das diferentes Camaras de Escabinos. As representações apresentadas aos Estados Geraes por Tolner e todas as acusações levantadas por adversarios e invejosos do Principe, de que elle tyrannizava a Nova Hollanda, foram formalmente contestadas. Com abundancia de palavras e, em parte, de modo commovente, manifestaram a João Mauricio a sua confiança os Escabinos de Mauricia, Serinhaens, Porto-Calvo, Iguarassú, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande e lhe imploraram a permanencia no governo da Colonia. "Se Vossa Excellencia se ausentar do Reeife a miseria se alostrará sobre o Brasil e sobre todos nós!" Como signal de seu affecto e veneração, os Collegios de Escabinos ofereceram ao Principe uma dídiva. De cada caixa que se enchesse de assuear na Nova Hollanda receberia elle dalli por diante meio rix-dólar (1,25 fl.) como contribuição voluntaria. Tambem os Judeus de Mauricia pediram ao Governador que se dignasse aceitar das mãos delles um donativo annual de 3.000 florins, em reconhecimento da protecção dispensada e bondade com que eram tratados, — acrescentando: Se alguma causa havia que pudesse fazel-o desistir de sua volta para a Hollanda, "dat ons geen prijs al waer't oock onse eygen

*bloet te swaer vallen soude om hem te ccopen en mogem
hebben”* (297)

João Maurício sentia que atráz das pequeninas chicanares da W. I. C., atraç das constantes resingas sobre os seus actos, pretenções e gustos, se escondia alguma cousa mais do que o espirito mercantil dos directores, que elle conhecia de sobjeito. Queriam se desecartar do “caro” Conde, que tanto custava à Companhia. O Directorio não lhe havia perdoado também o seu insucesso diante da Bahia. Por outra parte, via no seu cordato tratamento dos Portuguezes e Indígenas apenas o symptoma de uma condescendencia doençia, ao passo que a maioria dos accionistas se achava exasperada contra o Conde por não saber elle estorquir mais dinheiro da Colonia. Em sua obsessão esperavam os dirigentes da W. I. C. salvar mais promptamente as finanças da Companhia, recorrendo ao velho expediente da pilhagem dos navios mercantes inimigos (298). E assim foi que o Conselho dos XIX insistiu pela destituição do Príncipe, no que afinal acquisceram o Regente e os Estados Gerais, se bem que com relutância. Em 6 de Maio de 1644 depôz João Maurício as redeas do Governo nas mãos do Alto Conselho, entregando-lhe ao mesmo tempo um manuscrito a que se deu o apropriado nome de “Testamento Político” do Conde. Mais uma vez, nesse Documento, expôz elle as suas idéas aos que lhe haviam prestado a sua colaboração. Mostrou-lhes como poderiam melhor administrar aquela terra tão difícil de defender, do base tão insegura

(297) As cartas dos Escrivães e dos Judizes de Maurício acham-se na Hist. Estat. Com. Nr. 5773. São ao tot. 8 escritos, de que “Neuh” teve conhecimento e fez uso (p. 127). Tradução da cit. holandesa: “Neuh in pecto, ainda mesmo que fizes o quanto proprio törpe, sera julgado caro demais, para adquiri-la e manter-la”.

(298) P. J. Ulck, Geschiedenis (História) IV, p. 352 Edição Alemã, IV, p. 430.

e de população tão fortemente mesclada. Não com dureza ou força bruta deviam proceder, mas com prudente moderação, respeito às peculiaridades e sobre tudo com o mais fino tacto na applicação de medidas administrativas em matéria de religião. João Mauricio advertiu ao Alto Conselho contra a inconsiderada arrecadação de atrazados; devia-se ter em mente quanto era difícil no momento para os plantadores levantar dinheiro para o pagamento de dívidas. Advertiu-os igualmente contra a elevação injustificada dos tributos, e recomendou em especial aos seus sucessores cuidado do pagamento pontual e bom tratamento das tropas bem como da manutenção de uma rígida disciplina das forças de mar e terra. O Statthalter concluiu o seu memorial recomendando a maior vigilância sobre o clero católico e prompto côbro às suas conspirações com o da Bahia. De lá é que vinha todo o perigo. (299).

José Uygino classificou o testamento político do Conde de Nassau como um bello monumento de "cor-tezia", "justiça" e "tolerância" (300).

Logo que os habitantes da Nova Hollandia perceberam que João Mauricio estava realmente disposto a regressar à pátria, apoderou-se de todas as classes uma verdadeira consternação a que se alliava grande inquietação pelo futuro do Brasil holandez. Petições e apelos foram dirigidos ao Príncipe, aos Estados Gerais e aos Directores de Camaras, para que fiesse de nulhum efeito a fatal resolução (301). "Chacun sentait

(299) Baden, p. 499 e segs.; Netelius, p. 135 e segs.; Delesen, p. 126 e segs.

(300) Testamento político do Conde João Manoel de Nassau, na Rev. do Inst. Brasileiro LVIII, p. 223 e segs.

(301) Kronik, 25 Jahrg., p. 534 e segs. (Archiv van Hiltien) "Bijspeling van den Bewoerter van het Recif en Mauricio in Brazilië tezen het vertrek van Graaf Maurits." (Chronica, Anno 25, p. 534 e segs. (Arquivo do Hiltien) "Petições dos habitantes do Recife a Mauricio contra a retirada do Conde Mauricio".

que la position empirant de jour en jour, la présence du corte était leur seule chance de salut (302). Já notícias alarmantes haviam chegado do Ceará, que também já arrebentara a Revolução havendo sido assassinado Gideon Morris, juutamento com os seus, em Fortaleza. Nas es Directores tomaram todas as comunicações sobre a situação ameaçadora como exageros propositados e não mudaram de attitudo.

No dia 11 de Maio de 1644, João Mauricio, acompanhado de grande séquito, deixou a Capital e dirigiu-se a cavalo para Olinda. Da colina, coroada de palmeiras, lançou elle o ultimo olhar sobre Friburgo e a cidade que ao longe resplendia ao sol. Dahi a viagem prosseguiu ao longo da costa em demanda da Parabyba. Foi no verdadeiro sentido da palavra uma marcha triunfal. De toda parte acorriam os moradores para contemplar ainda uma vez o Príncipe amado. Muitos beijavam a orla do seu manto, derramavam lagrimas e queixavam-se de que o bom pae e fiel protector dos opprimidos quizesse abandonar os seus filhos. Até o Chefe Tapuya Jandubi enviou uma embaixada para pedir a João Mauricio que ficasse. Sob a salva da artilharia e ao som do cantico "Wilhelmus von Nassauen", foi o embarque realizado. Onze índios de respeito seguiram para bordo com o Príncipe; assim como muitos comerciantes hollandezes abastados que, reeiciando o mal da mudança de situação, queriam pôr a salvo os seus capitais. A frota, num total de 13 navios, fartamente carregados, fez-se ao mar no dia 13 de Maio, e depois de uma propicia viagem de dous meses lançou ferro diante de Texel. João Mauricio teve na patria uma recepção condigna. Em principio de Agosto prestou elle as suas contas perante a assembléa dos Altos

(302) Neischer, p. 115. Segundo ele também, o que segue.

Poderes, e um mez depois fez entrega de um relatorio exhaustivo sobre a situação então dominante na Nova Hollanda. Pediu encarecidamente aos Estados Geraes que se interessassem pela sorte dos lavradores endividados, dos naturaes do paiz, dos negros escravos. Com franqueza e lealdade, como era de seu feitio, discorreu sobre as suas relações com a W. I. C, e censurou a Companhia por haver, em vez de depositar confiança em seu Governador, e fortalecer o seu prestigio perante Conselheiros, funcionarios, Portuguezes e naturaes, — tudo feito para solapar-lhe a posição. As communicações de meros caixeiros commerciales se havia dado mais valor do que a palavra official do Statthalter. Por fim até, puzera-se-lhe ao lado um Conselho de Finanças, com poderes quasi illimitados, cuja principal tarefa tinha sido fiscalizar e restringir a negão administrativa do Governador. Opinou, por ultimo, que se os Estados Geraes e Directores tinham a intenção de conservar o Brasil, de convertê-lo numa verdadeira Nova Hollanda, e tomar do inimigo espanhol todas as possessões sul-americanas, a O. I. C e a W. I.C, deveriam fundir-se então numa só e grande Companhia de Commerce.

Não nos é mais possivel acompanhar João Mauricio na sua gloriosa carreira, que, em 1647 o levou ao serviço militar Kurbraudenburguez. Apesar de se lhe ter offerecido mais uma oportunidade, — estava escripto que elle não havia mais de ver o Brasil. Mas a sua nobre personalidade e a sua abençoada actuação não ficaram esquecidas. Nos tempos modernos, ainda mais recentes, as pesquisas historicas brasileiras se têm encaminhado com vivo ardor a collectiar dados sobre João Mauricio, o estadista, o general e o economo do povo; e Souto Maior expressivamente lamenta que

a um varão tão illustre ainda não se haja erigido um monumento (303).

O Directorio da W. J. C. viu satisfeitos os seus desejos. O principe "perdulario" e para os Directores de Camaras, insufficiemente extorsionario, d'era adeus à Nova Hollanda. Já era tempo de administrar com mais parcimonia nos gastos e de dar o maximo desenvolvimento às forças productivas da Colonia. Já era tempo de começar a grande colheita. Mas mesmo no fim de 1644 era patente aos refinados calculistas o formidavel erro em que haviam incidiido.

(303) *Soulo Maior*, p. 331. Sobre João Mauricio véndes F. A. Pereira da Costa, *Governo Hollandez*, Rev. do Inst. Pern., LI, p. 3 e segs.

CAPITULO QUARTO

DECADENCIA E RUINA DO BRASIL HOLLANDEZ, 1644-1654.

A perda do Maranhão e a rebellião do Ceará, realmente suffocada, mas que custou a vida a Gideon Morris e á guarnição hollandeza de Fortaleza (304), foram tomadas por muitos habitantes da Nova Holanda como um máo presagio, tanto mais quanto os índios Tapuyas, considerados de confiança, haviam risso tido parte (305). Que do novo Governo em Maurício pouco ou nada havia a esperar, foi logo sabido no paiz, decorridas apenas algumas semanas. O Alto Conselho, em 1644, compunha-se do negociante de Amsterdã Hamel, do ourives de Harlem Bas e do carpinteiro de Middelburgo Bullestrate (306). Burgueses de pouca representação, sem tino político, experiência, educação e firmeza de resolução, certo não estavam em condições de zelar condignamente a herança de João Maurício, nem grangear a estima e respeito quer dos Portugue-

(304) Sobre os Hollandetes no Ceará consultar as artigos do Barão de Stedart, Datas e Factos para a História do Ceará. Século XVII na Rev. da Acad. Ceará, XIV, n. 167 e segs., XV, p. 71 e segs., XVI, p. 1 e segs., XVII, p. 2 e segs., XVIII, p. 3 e segs., XIX, p. 3 e segs. Não me foi dado exemplar os numeros dessa Revista apresentadas dentro de 1914. Mais, Alfredo de Carvalho na Rev. da Acad. Ceará, IX, p. 114 e segs.

(305) Brandenburger I, p. 83.

(306) Pamphlet de Pierre Moreau 1652, p. 16.

zes quer des Indígenas. Handelmann teve toda a razão quando disse serem elles "Plebeus" que queriam valer-se da posição para dentro de poucos annos voltarem para casa com as algibeiras recheadas. (307). Em sua ingenuidade, deixaram-se embalir pelos astutos Portuguezes enquanto que o Directorio via nelles simples automatos de que não se devia fazer o minimo caso. Depois da retirada de João Mauricio, a W. I. C. levou o corte do orgamento brasileiro ao extremo. Onde se podia passar a rasoura, não havia hesitar. Aos soldados que desejavam voltar á pátria, dava-se logo permissão para a viagem de regresso, pois os Directores não queriam sustentar mais na Nova Hollanda bocas superfluas. Considerando a paz assegurada na Colonia, oppunha-se a Companhia á restauração das fortalezas desmanteladas, allegando o seu elevado custo. Nas obras de fortificação só havia licença para executar os concertos que fossem inteiramente indispensaveis.

Para remediar a escassez de dinheiro que desde 1639 reiuava na Colonia e em 1643 havia assumido formas verdadeiramente grotescas, (308), a Direcção da Companhia recommendou aos seus representantes que procedessem com inflexivel rigor contra os seus devedores portuguezes. Inconsideradamente foram jogadas ao vento as admoestações de João Mauricio. Na verdade a W. I. C. podia allegar como desculpa que já attingiam a milhões as suas dívidas a receber. Por insistencia do Príncipe tinha ella não só concedido creditos aos plantadores, mas havia tambem nos ultimos annos tomado a si o pagamento de numerosas dívidas de proprietarios rurales aos seus fornecedores e operarios. A apertura

(307) Handelmann, p. 193.

(308) Conf. a Capítulo que trata minuciosamente da administração financeira no livro segundo desta obra.

financeira agora obrigou o Directorio a ordenar que fôsssem arrecadados as importâncias dos títulos vencidos, afim de, antes de tudo, pôr em dia o pagamento do funcionalismo e das tropas. Mas a cobrança das dívidas não precisava ser feita de maneira tão brutal. Para que enviar a estabelecimentos agrícolas uma multidão de procuradores, entre os quais se achavam personalidades de reputação altamente dubia, com a ordem estrita de lances mão do confisco, caso o devedor se recusasse a effectuar o pagamento exigido, em assucar? Para que mandar, — sem consideração às penosas condições tão bem conhecidas dos Directores Geraes, em que se achavam os plantadores, grande numero dos quais havia sofrido graves prejuizos em consequência da secca e das más colheitas, — sequestrar (309) de uns as suas reservas de assucar, de outros os seus negros, bois de trabalho ou utensílios necessários ao funcionamento dos engenhos, de modo a produzir a paralyzação geral do trabalho? Muitos devedores foram demandados em juizo, resultando dahi que á somma devida acreciam ainda as custas do processo.

Essas medidas de rigor alarmaram os credores particulares dos proprietarios e rendeiros agrícolas a tal ponto que também elles começaram a fazer valer os seus direitos, batendo à porta dos devedores remissos. A consequencia foi um verdadeiro páreo entre os procuradores da Companhia e os encarregados dos credores particulares. "Cada qual queria ser satisfeito em primeiro lugar, cada qual avançava a mão sobre o que podia (310). Não admira, pois, que muitos dos atingidos resistissem pelas armas muito especialmente quando os executores, que emprehendiam por conta propria os

(309) Bem exposto por Nieuhof, p. 45 e ss.

(310) Handelsmann, p. 124.

viagens, pretendiam extorquir de suas victimas ainda as despezas de transporte e comida!

Dentro de pouco tempo uma terrivel excitação se apoderou da população de Nova Hollanda, dedicada á fabricação do assuecar e á agricultura em geral. Choviam requerimentos, memoriaes e representações, tendentes a demonstrar claramente ao Alto Conselho que não era possível que elle continuasse a proceder daquela forma, sem perigo de provocar uma grande insurreição.

Percebendo Hauel, Bas e Billestrate que, ante a penuria de dinheiro reinante no paiz e a falta de capacidade acquisitiva de seus habitantes, a venda em hasta pública dos engenhos não seria de bom conselho, pois causaria os maiores prejuizos à Companhia, firmaram com um certo numero de plantadores — Hollandezes e Portuguezes — novos contractos de fornecimento, tanto mais quanto em 1645 havia a perspectiva de uma boa safra. A maioria dos proprietários rurais portuguezes, porém, havia declarado redondamente ao Governo do Mauricio que, nas circunstâncias dominantes no momento, não era possível chegar a um accordo satisfatório. Eles preferiam abandonar tudo, emigrar mesmo para a Bahia com mulher e filhos, a sacrificar por mais tempo o fruto de seu trabalho ao pagamento da onzena reclamada pelos seus gananciosos prestamistas (311). Por mais erapenbado que o Alto Conselho se mostrasse no ultimo momento em mudar de orientação, já o estado de insolvencia dos plantadores havia chegado a tal ponto, que a ruina total da industria assueareira era iminiente.

O que, ao lado das aperturas económicas, profundamente exasperava os Portuguezes e lhes tirava a vontade de trabalhar, era a intolerância religiosa que o Alto Conselho, influenciado pelos fanaticos Calvinistas, punha

(311) O Alto Cons., 4 Com., da Zel., 13 Fevereiro 1645. W. I. C. O. C. Nr. 69.

em pratica contra os Catholicos. Baldades tinham sido os esforços de João Mauricio ao pregar em seu testamento politico a tolerancia como um dos mais importantes principios de governo. De poupar os "Papistas", ninguem falava mais. Os Catholicos eram tratados como infieis, aos seus sacerdotes era estorvada a celebração da missa, e os frades eram expulsos do paiz porque nelles se farejavam espiões a serviço do governo bahiano. A affirmação de Netseher, depois delle sempre repetida, que no anno 1644, com medo da revolução proxima muitos dos Judeus residentes na Nova Holanda teriam emigrado com os sous escravos para a Guyana, foi repellida como inexacta "statement", por Samuel Oppenheim em seu excellente artigo "An early Jewish Colony in Western Guiana (312).

"Incompatibilidade de raça, zelo confessional e penuria económica juntaram-se para preparar o terreno da Rebellião", diz Brandenburger (313). Os primeiros avisos surgiram em Mauricia no verão de 1644. O Alto Conselho deu conhecimento disso aos Directores de Middelburgo, escrevendo a 26 de Julho: "Não confiamos nos Portuguezes do Brasil Hellandez. Elles se acham profundamente endividados e cada vez mais se irritam com as execuções. O que esperam somente, ainda, é auxilio da Bahia. E este bem pode chegar, pois não se nos perdoa alli a dilatação do territorio colonial (314). Alguns mezes depois, os membros do Conselho ouviram dos decanos da comunidade israelita que a disposição hostil contra os Hollandeses estava ganhando muito ter-

(312) Publications of the American Jewish Hist. Society XVI, p. 95 e XVII, p. 53 e segs. Conf. Voijen, Juden in N. p. 44.

(313) Brandenburger I. p. 65.

(314) Na posta W. T. C. O. C. Nr. 59.

reno na zona agricola. Não se sabia, porém, quem estava por traz de toda a trama (315)

De sobre-aviso, em consequencia dessas informações, começoou o Alto Conselho a exercer mais rigorosa vigilância sobre os Portuguezes que frequentavam a Capital da Nova Hollanda. Causou-lhe especie que, nomeando Governador do Maranhão no outonho de 1644, André Vidal de Negreiros, de viagem para o seu novo destino, se demorasse tanto tempo em Recife. Vidal declarou que havia estacionado ahi para pôr em ordem negocios de familia, bem como entregar ao governo hollandez uma missiva officiosa do rei de Portugal, em que elle, João de Bragança, apresentava os seus agradecimentos pela tolerancia mostrada para com os sectarios da Igreja Romana. Isso pareceu ter laivos de desdém, mas o facto é que a carta fôra escripta ainda no tempo em que João Mauricio residia no palacio de Friburgo. Dizia-se á boeza pequena, que Vidal tinha recebido de seu Vice-rei a incumbencia de examinar por miúdo o estado e disposições do Brasil Hollandez e comunicar para Lisboa ou S. Salvador o resultado de suas observações (316). Apenas o astuto portuguez notou que deseconfiavam delle, como por encanto desapareceu da cidade Mauricia, e pôz-se em contacto com João Fernandes Vieira.

O Alto Conselho já, por diversas vezes, tinha sido preveuido a respeito de Vieira. Era voz que não eram bons os designios que elle occultava, e que era elle o orientador de todos os elementos subversivos do paiz. Pessoas vindas da "Varzea" contavam que Vieira estava remetendo todas as suas joias, toda a sua prata,

(315) 13 Outubro 1644 W. L. C. O. C. Nr. 76.

(316) O Alto Cons. à Cm. da Zel., 1 Outubro 1644. 3 Fevereiro 1645. W. L. C. O. C. Nr. 59-60

para a Bahia, vendendo negros e bois de carro, e não mais lavrando os seus campos. Falava-se que por occasião da mais proxima venda de escravos em leilão, quando se achariam na cidade muitos Portuguezes, elle poria em scena um golpe de surpreza que seria o signal para o levantamento geral (317).

Em sua mocidade, Vieira, baldo de recursos, viúva da Madeira para Pernambuco. Pela sua diligencia, habil conducta e decidida vocação commercial, conseguiu vir a ser um dos mais abastados possuidores de terras e plantadores de cauna do paiz. A sua apresentação como Gran-Seuhor, a sua philantropia e bôas maneiras eodo lle grangearam muitos amigos e adherentes entre Hollandezes e Portuguezes. João Mauricio conferiu-lhe a sua graça, e todos o consideravam um "subdito leal". Ninguem receiaava qualquer perigo "de um homem tão rico que sonante tinha a perder, e nada tinha a ganhar com uma Revolução". "E nessa crença" soube Vieira conservar fortalecidos os potentados hollandezes (318). Das intrigas politicas conservou-se elle afastado, por tanto tempo quanto o Principe foi Statthalter na Nova Hollanda. Uma carta dirigida ao rei de Portugal, em 1643, por um triz o teria collocado em situação muito incomoda (319). Mas Vieira soube representar o papel do inocente perseguido, ou melhor, do martyr político, com tanta habilidade que desistiram das pesqui-

(317) "Informatio hecqueen October, Notender, Diccialer 1641" no majo. W. I. C. O. C. Nr. 59.

(318) Handelsraum, p. 196.

(319) Governador e Cons. à Com. Zel., 2 Abril 1643 W. I. C. O. C. Nr. 52. Vieira procurou com a apresentação a Copia da Carta provar que se tratava de uma carta de recomendação por elle dirigida a João de Illegnaga em favor de um sobrinho, além de que esse jante brasileiro obtivesse uma honrada collocação no serviço do Rei (em realhe obtege la das Contra dicas mochis que trouxe...). Seria o conteúdo da original, já desaparecido, esencialmente tão incorrecto?

zas em andamento e o deixaram em paz. E como d'antes, continuou elle a frequentar o palaeio do Conde. Desde, porém, a retirada de João Mauricio, desde a decadencia do exercito e das fortificações, desde que se ia tornando dia a dia cada vez mais sensivel o eufraquecimento do Alto Conselho, começaram elle e os seus partidarios a aguardar aperas o momento propicio para sacudirem o jugo dos hereges e restituarem a Portugal o Brasil Hollandeze.

Tanto quanto pude ver, foi no pamphleto do perspicaz Pierre Moreau que primeiro se fez a assergão de que a hora de haver sido o criador da guerra pernambucana de libertação, não cabia a Vieira, apesar da goriola em que têm entretecido o seu nome contemporaneos e posteros, — e sim, a Vidal (320). Varnhagen apoiou a ideia, e na sua "Histeria das Lutas" corroborou a justiça da nova thesis (321). Já na vista geral dos trabalhos litterarios sobre o assunto expressei tambem o meu assentimento, convicto como Moreau e Varnhagen, de que devemos contemplar em André Vidal o autor espiritual do movimento revolucionario, tocando-lhe a sorte de encontrar no ambicioso mulato Vieira o homem destinado a converter a ideia em ação.

Enquanto que a vida e as obras de Vieira são percrustadas em todas as suas minúcias (322), e Calado, Raphael de Jesus e os seus repetidores, inconscientes nos apresentam o heroe à luz, por assim dizer, de fogos de Bengala, — de André Vidal não sabemos quasi nada.

(320) Edição Hollandeza do pamphleto, pag. 24.

(321) Varnhagen, p. 312; convidando tom elle Seuto Maior, p. 349.

(322) Além de Calado e Raphael de Jesus conf. sobre Vieira: A. A. do Luso Vieira na Rev. do Inst. Peru, XLVI, p. 113 e segs.; F. A. Pereira de Carvalho na Rev. do Inst. Portug. LI, p. 3 e segs. Mais ainda o longo artigo "João Fernandes Vieira & seu de Historia e da Crítica" na Rev. do Inst. Portug. LVI, Alberto Loureiro, "Papéis anônimos sobre João Fernandes Vieira", Rev. do Inst. Bras. LXXVII, p. 23 e segs.

A sua figura mal se destaca do fundo do quadro. Não parece ter elle sido a personalidade que Vicira encarnou: fascinante, fogosa, a atrahir sobre si todas as vistas. Também os documentos hollandezes (*Akten*) só falam do mulato; a elle é que todos conheciam no Recife.

Pois não era elle o rendeiro principal dos dízimos do assucar, escabino de Mauricia e pessoa de confiança do Alto Conselho? (323). Não ficavam varias de suas propriedades, na vizinhança immediata da Capital?! O que este proeminente "amigo dos hollandezes" ideava e executava não podia certamente ficar em segredo por muito tempo.

Por isso, quando se espalharam no Recife as primeiras notícias sobre a fermentação que se processava entre os plantadores portuguezes, todas as vistas se voltaram para elle.

Para se assegurarem do necessário resguardo, dirigiram-se os conspiradores ao Governador da Bahia, solicitando o seu apoio para a organização das forças. Antonio Telles da Silva, o novo Vice-Rei ficou numa situação critica. Sem ordem expressa de seu monarca não lhe era lícito estender a mão aos Rebeldes, provocando dest'arte o rompimento do armistício, mesmo porque Portugal para a manutenção de sua independência precisava sobretudo contar com a Hollanda. Mas devia elle, também, abandonar a si mesmos os seus compatriotas de Peruambuco, que se propunham pôr um termo à dominação herética no Brasil, realizando assim o ardente desejo de todos os Portuguezes? Não sabia elle, por ventura, que lhes faltavam officiaes experimentados na arte da guerra, manujo e armas? Era indis-

(323) Neuhäuser, p. 143. Na descrição da Revolução figura assentuadamente Neuhäuser, Hendelmann, Venzaggo e Brudenburger.

pensável achar uma saída para este dilema. E Telles da Silva desebriu-a deste modo: "respeitando de público o armistício, e enviando secretamente auxílio aos patriotas" (324). Um punhado de combatentes traquejados dirigiu-se à Nova Hollanda, poe-se às ordens de Vieira, e foi por ele occultado numa chácara. Neste entremeses conseguiu Vidal introduzir um contrabando de armas, em Alagôas.

Com muita rapidez cresceu o numero dos combatentes pernambucanos da campanha libertadora, da qual Vieira se tornou a alma. Com ardoroso afan empenhou-se elle em organizar a insurreição. Quando tudo parecia achar-se muito bem encaminhado, foi o plano denunciado ao Alto Conselho. Ao mesmo tempo recebia o Governo notícias dos Commandantes dos Fortes que defendiam as fronteiras do Sul, que tropas bahianas haviam invalido o territorio da Colonia (325). Uma carta secreta preveniu o Governo, com muita insistência, contra Vieira e aconselhou a prisão desse homem perigoso bem como de toda a sua família, envolvida na conspiração (326). Poucos dias depois foi recebida a notícia vivamente inquietadora de que, a chanciado de Vieira, Caimarão e Henrique Dias com os seus guerrilheiros haviam atravessado o Rio S. Francisco, 13 ou 14 milhas a Oeste do "Forte Mauricio" (327).

O Alto Conselho bem sabia, portanto, o que ameaçava a Nova Hollanda. Mas Hamel, Bas e Bullestrate não eram homens para, por um golpe decisivo e prompto, se apoderarem do cérebro do motim, e lançarem algumas companhias em perseguição dos bárbaros predadores.

(324) *Naardenburg*, p. 193.

(325) *Hoopterralen no Alto Cons. 20 Maio; Caspar van der Ley no mesmo.*

21 Maio 1645. W. I. C. O. C. Nr. 60.

(326) Datada de 30 de Maio 1645. No mesmo mês.

(327) *Korti; no Alto Cons. 1 Junho 1645.*

Elles temiam que uma attitudo energica viesse apenas apressar o progresso do movimento revolucionario, — pelo que, se limitaraia a concentrar tropas na Capital e conservar sob vigilancia os Portuguezes suspeitos. Balthasar van de Voerde e o Major Dirk van Hoogstraten viajaram para a Bahia afim de verificar o que se estava fazendo ali contra o Brasil Hollandez.

Telles da Silva recebeu os dois delegados do modo mais amistoso. Declarou-lhes que nenhum conhecimento tinha dos sucessos, e assegurou que para com os seus vizinhos apenas conhecia um dever, que era observar estritamente o armisticio. Na constancia dessas conversações parece que Hoogstraten entrou em relações secretas com o Vice-rei, as quaes deram occasião a que mais tarde o Major, trahindo a causa hollandeza, entregasse na mão dos Portuguezes o Forte Nazareth por elle commandado, no Cabo de S. Agostinho (328).

Antes mesmo da volta dos delegados, Vieira concebera o plano diabólico de preparar para os Hollandezes, no dia 24 de Junho de 1645, "a exemplo das Vespertas Sicilianas, uma Noite de S. João" (329). Pretendia elle atrair a uma festa familiar em sua propriedade Conselheiros, Officiaes e cidadãos considerados, e ahi fazê-los massacrar. A confusão dahi resultante devia então ser aproveitada pelos conjurados para um ataque de surpresa á Cidade Mauriciana, ao porto e ás fortalezas de Recife. Tumbem essa machinação chegou a tempo aos ouvidos do Alto Conselho, que então lançou mão de todos os meios para apoderar-se de Vieira e seus cumplices. Mas o ladrão mulato pôde escapar-se, e, proclamado "Governador da Liberdade", da matta virgem em que se abrigara, deu aos seus partidarios o signal para a luta. De comum acordo com o seu amigo

(328) Nienhuf, p. 90 e segt.; Netshes, p. 147.

(329) Brandenberger I, pag. 69.

Antonio Cavalcanti, publicou o seu primeiro "edicto", em que intinava todos os Nederlandezes, Allemães, Franceses, Ing'ezes, Escossezes e Judeus que moravam na Nova Hollanda a se passarem para elle. Quem fosse soldado receberia immediatamente o soldo atrasado, e se trouxesse armas a paga seria em dobro. Todas as crenças religiosas seriam respeitadas, e todo Negro que se pusesse ao serviço da boa causa ficaria livre das cadeias da escravidão. A adhesão voluntária libertaria o devedor de qualquer compromisso pecuniário para com a Companhia. Para todo aquelle, porém, que ajudasse aos Hollandezes, a morte era certa! (330).

Como os bandos de Vieira, apesar do engrossados diariamente pelos naturaes da terra, e de muitos jovens Portuguezes serem obrigados ao serviço de guerra, pelos Rebeldes (331), não se achassem ainda bastante disciplinados para enfrentar abertamente os Hollandezes, a luta libertadora teve de começar pelas guerrilhas, com o seu cortejo usual de destruições de fazendas e plantações. Sobre "têres e havéres dos Judeus portuguezes, tão odiados por causa de suas crenças", tinham os insurretos especial gana (332). Mensagens terroristas da Varzea e de Alagoas determinaram finalmente o Alto Conselho a lançar mão de medidas de resistência mais energicas.

Pequenos destacamentos de exploração foram expediidos, e corpos de tropas seguiram para o Sul tendo á sua frente o Coronel Hendrik Haas e o Capitão Jan Blaer. Blaer tinha fama de guerrilheiro destemido. Em 1643, por mandado de João Mauricio, havia entendido numa expedição bem sucedida, contra os negros "selvagens" que viviam na matta de "Palmarcs"

(330) A versão Hollandeza do edicto está datada de 29 Julho 1645.

(331) Gaspere van der Ley e Jelbo Blieck ao Alto Cons., 9, 14 Julho 1645.

(332) Crimau; pag. 465.

(em Porto Calvo), havendo fugido para essa região ao tempo da invasão hollandeza, e desde então se entregado ao latrocínio (333). As providências do Alto Conselho não produziram, porém, o desejado efeito. Nenhuma das tropas conseguiu infligir maiores perdas aos Rebeldes, que cautelosamente se resguardavam, mal se deixando ver nas selvas em que se abrigavam.

Os membros do Conselho, entretanto, sentiam-se mal no vérem que a Revolução começava a alargar cada vez mais o seu círculo de ação. Em suas cartas, Hamel, Bas e Bullestrate rogavam encarecidamente à W. I. C., não deixar em abandono a Nova Hollanda, e enviar navios com soldados e material bellico, fazendo ver que a Colonia ficaria irremissivelmente perdida se o seu pedido de socorro ainda daquella vez morresse desatendido (334). Por meio de promessas, proclamações e concessões de amnistia procurou o Governo influir sobre a população alvorotada. Os Portuguezes amigos dos Hollandezes, — e não era absolutamente insignificante o seu numero — viam-se importunados com supplicas, para que se mantivessem firmes na fidelidade prometida à Companhia.

Que Vieira, com o seu brusco apparecimento em cena, offendeu o melindre de muitos moradores antigos de Pernambuco, os quais não reputavam o mulato de igual condição á sua, prova-o uma carta dirigida em 8 de Julho de 1645 ao Bispo da Bahia, e assignada por 16 agricultores abastados. Nesse documento Sebastião Carvalho, Jorge Homem Pinto e seus amigos se queixavam do inaudito regime de força dos Independentes. Os perversos apaniguados teriam, seguindo elles sabiam.

(333) Conf., a respeito: Barreiros, p. 407 e segs.; Mantlemano, p. 365 e segs. O relato da expedição do Blae, versado para o português por Cacralino, editado na Rev. do Hist. Pernamb., LVI, p. 87 e segs.

(334) O Alto Cons. à Câmara Zel., 27 Junho, 31 Junho 1645.

convidado Camarão e Dias a penetrarem no paiz e procurado induzir tribus de Indios Tapuyas a fazerem causa comum com os rebeldes. "Se não se puzer logo um paradeiro a esse malvado conluio", reza a carta em sua parte final, "a civilização do Brasil Norte estará inteiramente perdida. Nós não queremos, por consideração alguma, o domínio do terror em Pernambuco. O nosso desejo é viver em paz e sossego, sob o regime hollandez. Os Hollandezes têm sido sempre, para nós, bons senhores; temos nello encontrado protecção, justiça e paz e, pelo juramento prestado, lhes devemos obediencia" (335).

O grupo destes Portuguezes que se haviam conservado fieis á Companhia entrou em rapida dissolução logo que os Insurretos começaram a obter vantagens pelas armas. No correr de Julho as guerrilhas foram assumindo formas cada vez mais cruéis. A darruos creditas narrações portuguezas, Blaer levou por diante a luta com terrivel deshumanidade (336). As ameaças do Alto Conselho de exercer vingança sobre mulheres e filhos dos Rebeldes, bem como a noticia de que, em certa localidade da Parahyba, indios selvagens haviam massacrado Portuguezes que estavam rezando em uria missa (337), levaram ao auge a indignação dos Independentes, que adoptaram a pena de Talião. Como não havia esperar da W. I. C. tão cedo, remessas de auxílios, o Alto Conselho pediu ao Chefe Tapuya Jandubi que lhe fornecesse 1000 Indios capazes, para reforço das tropas da Companhia. Nesse interim os voluntários de Camarão e Dias tinham entrado em ligação com

(335) Na posta W. I. C. O. C. Nr. 60, como as outras cartas citadas, sem declaração de assinatura.

(336) Sobre isso também Vieira e Carvalho no Alto Cons., 8 Julho 1645.

(337) O Alto Cons. negou sua responsabilidade no hediondo fato: Carta à Cam. Zel., 31 Julho 1645.

os Insurrectos e então os Chefes revolucionarios resolvaram tentar um golpe decisivo. Avançaram até perto do Recife e guarneceram, a nove milhas de distância da Capital holandeza, o monte Taboess. Essa eminência principal da Serra do Camucim, deve o seu nome, segundo Brandenburger, ao bambu-taboea armado de agudos espinhos que a cerca por trez lados, numa espessura de 50 pés de fundo (338). Ao sul, cerrado bosque protegia a posição, ao passo que no valle fronteiro um affluente do Capibaribe a cobria.

Não era facil tarefa para o Coronel Haas tomar uma posição tão admiravelmente criada pela Natureza, mas confiando em seus soldados, tão bem exercitados e equipados, aventurou o ataque. Desafiando a morte, quatro vezes investiram os Hollandezes, para serem quatro vezes rechassados. Ao cair da tarde, cansados da continua peleja, renunciaram á luta e evacuaram o campo, abandonando mortos e feridos, armas e munições. Estava perdida a batalha do dia 3 de Agosto de 1645. Indizivel jubilo se propagou nas fileiras dos Insurrectos. "E de facto", escreve Haudelmann, "alguma cousa de real importancia se havia realizado. O exército dos patriotas não tinha simplesmente passado gloriosamente pelo seu baptismo de fogo e ganho para a Revolução o reconhecimento de sua realidade, — mas, o que é mais, com essa victoria se havia tornado senhor das terras abertas da Colonia, e obrigado o poder militar holandez a circunscrever-se inteiramente ás pragaas fortificadas" (339).

A vida economica da Capitania de Pernambuco ficou paralizada. O transporte de assucar, do pâncra-sil e dos generos alimenticios foi se tornando cada vez

(338) Brandenburger I, p. 91.

(339) Haudelmann, p. 207 e segs. Maier Niedler, p. 149; Vazuhagen, p. 274 e segs.

mais difícil, até que cessou completamente, e os credores particulares dos plantadores, passados agora para o inimigo, com cara de palmo e meio perambulavam nas ruas da Capital (340). Tinham perdido o seu dinheiro e a esperança de serem indemizados pelo Governo Hollandeze.

Foi então que Telles da Silva também se mexeu. Se como homem cauteloso havia até aqui evitado descobrir o seu jogo, agora pôz as cartas na mesa. Em auxílio dos Independentes pernambucanos foram equipados na Bahia dois regimentos. De um assumiu o commando Martim Soares Moreno; - - o outro foi confiado a André Vidal, que depois da encenação da Revolução, tinha-se dirigido ao Vice-rei no intuito de operar em S. Salvador em prol da causa dos insurrectos. Pouco antes de embarque deste corpo de tropas auxiliares, apresentaram-se pela segunda vez a Telles da Silva, van de Voorde e Hoogstraten, como emissários do Alto Conselho, para se queixarem da incursão de Camarão e Dias e solicitarem que Vieira fosse posto em custódia por agentes do Governo português. Telles da Silva recebeu com satisfação aquelle pedido, de uma ingenuidade inocereditável. Prometeu aos delegados enviar à Nova Holanda gente destinada à "pacificação dos Pernambucanos", querendo com isso naturalmente alludir aos dois regimentos para cuja remessa elle agora tinha uma excelente justificativa (341).

Segundo se affirma com visos de verossimilhança, Hoogstraeten aproveitou a sua estada na Bahia para renovar os seus conchavos com o governo português, em virtude dos quens se declarava disposto a entregar ao adversario mediante elevada paga o importante Forte de

(340) O Alto Cons. à Câmara Zel., 4 Setembro 1645.

(341) Van der Voorde e Hoogstraeten no Alto Cons., 28 Julho 1645. Brandenburg I, p. 93.

Nazareth no Pontal, por elle commandado. Telles da Silva aceitou a offerta com as duas mãos.

O Alto Conselho ficou perplexo ao saber que no dia 28 de Julho, em vez dos esperados agentes bahianos, haviam desembarcado na Bahia de Tamandaré, a pequena distancia da Villa do Serinhãem, 1.800 Portuguezes armados até os dentes. Desta maneira surgia repentina-mente no Sul de Pernambuco um effectivo de tropas inimigas com o qual de modo algum se podiam medir os fracos contingentes holandezes alli postos. Isso Vidal não ignorava, e sem perda de tempo começo a tirar partido de sua favoravel situação. Arrebatou á W. I. C. a localidade Serinhãem e em seguida tomou o Forte S. Antônio do Cabo, que não oppoz resistencia. Posição apôs posição ia caindo nas mãos do chefe portuguez em seu precipite avanço em direcção ao Norte. Depois que os corpos de combatentes de Camarão, Dias e Vieira se juntaram á sua tropa, Vidal, que agora exercia as funções de Chefe supremo das operações militares, invadiu inesperadamente o engenho de assucar Casa Forte, distante do Recife uma hora de marcha, e fez prisioneiros os mercenários de Mars, Blaer e Major Listry que desenvidados repousavam, e bem assim os seus commandantes e officices (342).

Já então Recife ter-se-ia achado em grande perigo, se Vidal não tivesse julgado a dominação do Cabo de Santo

(342) No transpor para a Bahia, Blaer foi morto pelos Pernambucanos esfa-perados pelas suas lige aluidas na guerra. Os Indios apelaram e fizeram a mesma sorte. Como muito bem observa Brandenburger (I, p. 94), foi "um bem ass-sado crecidão", que muito contribuiu para afastar o odio los Indios contra os Portuguezes. As proprias fontes holandezes, entretanto, confessam que as contribuições do guerra dos Indios Tapuyas e o incansável esforço "desses aldeões têm decidido", muito contribuindo aos Portuguezes. De "quererem sair" (des quaret) não quereram "na real sober. Mars, Listry e sur er a. Depois de sua prisão relativamente curta em Bahia e Lisboa, chegaram mais tarde a terra á patria. Concl. a respeito: a missiva do Alto Conselho à Camera da Zeelandia, 4 Setembro 1645.

Agostinho objectivo mais importante na ocasião (343). Ele precisava do porto alli existente, para assegurar à frota bahiana um ponto de apoio na Costa da Nova Holanda. Por isso contentou-se com a ocupação de Olinda, e seguiu com o grosso de seu exercito para o Forte de Nazareth, enquanto Vieira apertava cada vez mais o cerco á Metropole holandeza.

Hoogstraeten apparentou resistir; mas denunciou, por portas travessas, a Vidal o ponto fraco do seu baluarte e induziu os officiaes seus subordinados e a guarnição á entrega do Forte aos Portuguezes, contra o pagamento dos soldos atrasados, -- de preferencia a sacrificarem as suas vidas pela W. I. C. que tão mal lhes pagava. Montou a 18.000 florins o preço da traição, em virtude da qual Hoogstraeten com a sua gente passou em 3 de Setembro de 1645 ao serviço do adversario, que entretanto nuncia lhe conferiu plena confiança (344).

O Governo Hollandez condenou o réo de alta traição *in continuacionem* ao esquartejamento e confiscou todos os seus bens (345).

Não é de admirar que em vista de semelhantes golpes, todos em Recife estivessem pelos cabellos. Em franca desespero, escreviam os Conselheiros aos Directores: "o inimigo sitia a cideade e nos intercepta as communicações com o interior. Nenhuns viveres recebemos, de sorte que somos inteiramente obrigados a recorrer ás provisões depositadas nos armazens da Companhia e nos trapiches dos commerciantes livres. Por outra parte, somos atormentados de pedidos de mantimentos, pelos habitantes de Itamaracá, Parahyba e Rio Grande. A

(343) O Alto Cons. a Frederico Henrique da Orange, 15 Setembro 1645.

(344) O Alto Cons. à Camera da Zel., 11 setembro. Documento de Elias Chresten, 15 Novembro 1645, Nienhof, p. 126. Pamphlet de Mathenus van den Broek, "Journael este Historioele Helebringsinge" (Jornal ou descripção histórica), 1651, bem como Neucher, p. 150.

(345) Extract wt. Utrecht Pleissel, Roll, 7 Novembre 1655.

ilha de Itamaracá onde se refugiaram 1200 Indios está privada de communication com o Continente, e desde a derrota de Haas tambem os campos rastos da Capitania da Parahyba se acham ameaçados de cahir em poder do inimigo. Se não fôrmos soccorridos com urgencia, tudo estará perdido. Todos os Fortes que ainda nos pertencem, no Sul, soffrem forte pressão e os seus commandantes não se podem entre-ajudar. A nós faltam soldados, marinheiros, navios, apetrechos e sobre tudo material de guerra. E a Companhia ha muito tempo que sabe quantas vezes lhe havemos escripto sobre o assunto! Se ainda desta vez se contemporizar com a remessa de eficiente socorro, então nada mais impedirá a ruina da Nova Hollanda (346)".

Naquelle chaos em que tão repentinamente immergeu a Colonia, a unica restea de luz provinha da actividade da frota hollandeza do Brasil. Ella se mantinha senhora dos Portuguezes, no mar. A 9 de Setembro Lichhardt aniquillou a esquadra de Jeronymo Serrão de Paiva, a mesma que trouxera Vidal e os dois regimentos para Tamandaré. Grande parte da guarnição foi passada a fio de espada. Dez navios foram incendiados, e trez reboeados em triumpho para o Recife. Apenas uma embarcação conseguiu escapar-se para a Bahia (347).

A bordo dos veleiros capturados, aeharam os Hollandezes, para a sua surpresa, cartas do Governador Geral a João de Bragaça, e epistolras do rei ao seu representante na Bahia, dos quaes se inferiu claramente que um e outro não só tinham perfeito conhecimento do plano da Insurreição pernambucana, como até desde o inicio haviam nella influido (348).

(346) O Alto Cons., à Camera da Zel., 4 Setembro 1645.

(347) Lichhardt no Alto Cons., 9 Setembro 1645.

(348) Copias desses documentos no Mapa W. J. C. O. C. Nr. 61, Matis e Alto Cons., à Camera de Zel., 10 de Dezembro 1645, Brandenburger, I, p. 96.

A alegria pela victoria de Lichhardt não foi de longa duração. Já poucos dias após, Vidal alcançava novos successos no Sul da Colonia. Como Nazareth, também Porto Calvo caiu por traição, e logo depois capitulou o Forte á margem do Rio S. Francisco, construído pelo Príncipe e que tinha o seu nome. "Toda praça e toda fortificação", escreve Canstatt, era posta á venda pelas tropas assalariadas hollandezas, por uma somma de dinheiro julgada sufficiente, e com as fortificações passavam-se para os Portuguezes secções inteiros de tropas" (349). Nestas circumstâncias viu-se o Governo do Recife obrigado a evacuar o Sul. Os contingentes que ainda por lá combatiam receberam ordem de recolher-se á Capital, enjos habitantes davam a conhecer de modo inequivoco aos Conselheiros o seu descontentamento (350).

Dia a dia tornava-se a situação na Metropole cada vez menos satisfactoria. O inimigo se approximava mais e mais das fortificações. Os cidadãos e os soldados tinham de se alternar nas guardas, a cidade se achava num estado permanente de alarma. Para o interior já não havia mais ligações, e apenas esporadicamente um espio ou negro ardiloso conseguia atravessar a cinta do bloqueio.

Para simplificar a defesa, o Alto Conselho tomou a resolução de demolir a cidade Mauricia, edificada sobre a ilha Antonio Vaz juntamente como as suas igrejas, edifícios publicos e particulares, bem como arrazar completamente "Boa Vista" e "Friburgo", com o seu maravilhoso parque. Os moradores de Mauricia tiveram de se mudar para a peninsula, onde dali por dante passaram a viver nun angustioso aperto. Mais cla-

(349) Canstatt, p. 408.

(350) O Alto Cons. à Camera Zd., 10 Decembro 1645 W. I. C. O. C. Nr. 61.

ramente do que todas as derrotas sofridas até então, a destruição da obra de João Maurício veiu mostrar quanto eram más os alicerces empregados pela W. I. G. no edifício que havia levantado no Norte do Brasil, e como se teria este muito antes desmoronado se os Directores não tivessem tido a imprecisa fortuna de se valerem durante sete annos da capacidade organizadora do Príncipe.

Enquanto no Recife a notícia, chegada da Hollanda, de que ali se apparelhava com toda a presteza uma frota de socorro, vinha dar novo animo a civis e militares para perseverarem, fez a sua irrupção o inimigo nas Capitanias do Norte. Ali, porém, encontrou resistência mais decidida, do que no Sul, pois teve de lutar contra os Índios Tapuyas que do Rio Grande e do Ceará accorriam em grande numero para a Paraíba e Itamaracá. A esperança de despojos, e principalmente o desejo de vingança contra os Portuguezes, pelo massacre de seus irmãos indigenas, fizeram-nos acudir ao appello de socorro dos Hollandeze. Agora a guerra tomou um carácter horrivelmente desumano e em cartas ríspidas um adversario responsabilizava o outro pelas barbaridades commettidas. Vidal lançava em rosto aos Conselheiros, -- que não era digno de um povo civilizado utilizar-se dos serviços dos índios Tapuyas, nos quais não se viam homens, mas, sim feras (351). O Alto Conselho respondeu do modo mais aspero, fazendo ver ao Commandante em Chefe dos Portuguezes que seria melhor que elle instruisse os seus sub-chefes, nos principies de guerra que vigoravam na Europa (352). Como de uma só bocca, os dois contendores declaravam que, somente pelas atrocidades prati-

(351) André Vidal ao Alte Cons., 13 Agosto, 11 Setembro 1645.

(352) O Alte Cons. a Vidal, 20 Setembro 1645.

eadas contra mulheres e crianças, haviam elles sido levados a empregar medidas semelhantemente severas.

O odio de raça e a incompatibilidade de religião produziram o seu natural efecto de incitar ainda mais as paixões e fazer crescer o furor da luta. Para o Portuguez que vivia no Brasil o Hollandez não passava de um abominável hereje, que se havia intromettido contra todo o direito numa terra genuinamente catholica, e sobre o qual era afinal licito exercer a pena de Talião. O Hollandez, por seu lado, olhava para o Portuguez com desdém. Que valia Portugal em comparação com a grande potencia maritima que era então a Republica dos Paizes Baixos Unidos? Que importancia tinha mesmo a abastado commerciante portuguez em confronto com o opulento Mijnheer em Amsterdão? Como se pensava em Recife relativamente aos filhos de Portugal, bem o revela o juizo caracteristico do agente commercial J. V. Raseberg: "Os Portuguezes são velhacos e perjuros traidores, manteem tanto a sua palavra, como os cães a fidelidade conjugal" (353).

Não obstante o auxilio prestado pelos Iudios, a Capitania da Parahyba, no ultimo quartel do anno 1645, ficou perdida para os Hollandezes, até o Forte Cabedello (354). O baluarte que protegia a foz do rio foi valorosamente defendido pelo Director da Capitania Paulo de Linge, com um punhado de soldados e uma companhia de voluntarios civis. Quando os Portuguezes reconheceram que a conquista da Fortaleza havia de custar muito sangue, tentaram subornar de *Linge*. Com indigualação repeliu o intrepido official a proposta

(353) J. N. Rasenberg à Camera da Zel., 27 Junho 1645.

(354) O Alto Cons. nos Decretos em Middelburgo, 27 Fev. 1646. W. L. C. O. C. Nr. 16.

do inimigo, da entrega do Forte por 15.000 florins, e mandou enforcar o emissário (355). Com igual bravura portou-se a guarnição da Ilha de Itamaracá. Repetidas vezes desembarcaram os Portuguezes na Ilha depois que se apossaram da parte continental de Itamaracá e de Goyana. Os Hollandezes e Índios, porém, resistiram encarniçadamente a todos os ataques, apesar de se acharem as munições bellicas em forte escoamento e a produção da ilha não ser suficiente para a alimentação da grande massa humana que ali se comprimia.

No Rio Grande conservou-se mais favorável a situação da Companhia. Camarão e Dias levaram a esta Capitania a sua campanha de guerrilhas, mas quasi nada puderam realizar contra as hordas indígenas de Jandabí e Pero Poty, que lhes eram superiores em numero. Também ataques posteriores resultaram infrutíferos, de sorte que o Rio Grande, até o fim da dominação holandeza permaneceu na propriedade da W. I. C.

No correr de poucos meses, porém, os Insurretos tinham arrebatado à Companhia a maior parte da Nova Hollanda. Até no Recife, todo o Sul estava perdido. No Norte, as Capitanias do Rio Grande e Ceará ainda resistiam aos ataques dos Independentes. Mas em vista de sua insignificante produção de açúcar nenhuma consideração mereciam quasi dos Senhores da Companhia. Fóra disso, apenas se sustentavam ainda o mencionado Forte Cabedello e a ilha de Itamaracá.

Se os sitiantes conseguissem forçar a capitulação do Recife, então a queda final do Brasil holandez seria fatal. As coisas realmente pareceram querer chegar a esse ponto em Junho de 1646. De um Forte apressadamente construído, mas magnificamente situado, e que, em

(355) *Paulus de Linge zu Coia, das XIX, 22 Dezembro 1615, 28 Fevralho 1616* W. I. C. O. C. Nr. 62.

lembraça do acampamento velho, tomou o nome de "Arraial Novo do Bom Jesus", o Commandante Chefe portuguez dirigia o assédio. Elle tinha agora apertado tanto o bloqueio, que nada mais podia entrar na cidade ou della sahir. Terrivel era a necessidade reinante na Metropole Nova Hollandeza, que, desde as incursões depredadoras de Camarão e Dias no Rio Grande, ficou privada mesmo dos suprimentos provenientes dessa ultima "despensa" que lhe restava. Sobre uma estreita lingua de terra, viam-se assim encurraladas 11.000 criaturas humanas. Contavam-se entre elles 2.000 soldados, 800 civis, 600 a 700 marinheiros e trabalhadores, sendo o resto composto de mulheres e crianças, índios e negros com as suas famílias (356). A escassez erescente de viveres obrigou a sua distribuição em rações. Em Abril e Maio cada pessoa recebia apenas 3 libras de pão por semana. Os negros, porém, disso não participavam; os seus senhores que vissem como sustental-os! Dia a dia subia o preço dos generos de primeira necessidade. No principio de Junho a situação chegou a tal ponto que foi necessário reduzir a ração semanal de pão, por cabeça, a 1 libra. Aos centenares os negros fugiam para o inimigo. Este exemplo foi seguido por grande numero de soldados que Vidal havia induzido à deserção por meio de promessas e cartazes chamarizes introduzidos na cidade ((357)). Quando o Conselho viu que não podia mais acudir á miseria reinante entre os Indianos, que se achavam refugiados em Recife e Itamaracá, mandou -os, embareados, para o Norte na persuasão de que elles já no Rio Grande encontrariam meios de sustento. Pela experiençia adquirida no Sul de Pernambuco, cumpria evitar que esses infelizes caíssem nas mãos dos Portuguezes.

(356) O Alm. Cons. à Câmara Zel., 17 Abril 1646 W. I. C. O. C. Nr. 62.

(357) Edital de André Vidal, 15 Abril 1646. A tradução holandesa no mesmo mês de documentos.

Em 21 de Junho de 1646, escreviam os Conselheiros aos Directores: "As nossas provisões estão quasi acabadas. Não temos mais ervilhas, feijão, cevallinha, nem carne de salmeira, nem touceirinho. Os civis precisam se resignar a passar sem pão. Do resto da farinha ainda existente temos nós necessidade para fazer pão para a guarnição, sob pena de vê-la amotinar-se ou desertar. Palavras não descrevem o que sofrem nossas mulheres e filhos. Não são somente os pobres que morrem á mingua; também os ricos que nada mais podem comprar com o seu dinheiro. Imagine-se só, que o preço de um alqueire de farinha de mandioca já subiu a 80 e até 100 florius. Estamos consumindo cavallos, gatos e cães, para apaziguarmos a fome que nos tortura. Em consequencia da má alimentação grassam na cidade epidemias a que os corpos depauperados dos habitantes nenhuma resistencia podem oferecer. Onde estão os navios prometidos? Podemos esperar ainda por socorro de libertação, ou estaremos condenados á perdição total? Será possível que tanta lealdade e perseverança, como a que temos demonstrado, não seja recompensada?" (358).

O que mais abaten, porém, o moral dos sitiados foram as notícias desfavoráveis que chegaram de Itamaracá. O inimigo havia se apossado da ilha e dispunha-se a dar assalto ao poderoso Forte insular "Orange" (359). Já o Conselho discutia a ideia de aventurar, como ultimo recurso, numa sortida ou rompimento das linhas do exercito sitiante, quando a salvação chegou. Na manhã do dia 22 de Junho surgiram no horizonte inesperadamente duas velas que, em rapido avanço, se foram approximando da cidade: eram os navios "Valek" e

(358) O Alto Cons. aos Est. Ger, e também à Camera da Zel., 21 Julo 1646.

(359) Holländse van Dordrecht ao Alto Cons. e aos Directores em Middelburga, 23 Junho 1646.

"Elisabeth". Umas duas horas depois, lançaram elles ancora no porto de Recife. Vinham carregados de provisões e traziam á população exauçime a noticia de que o soccorro já estava a caminho, fazendo elles parte de uma grande frota que estava a chegar a cada momento. "A cidade angustiada resfolegou de allivio, e entregou-se a um desmedido jubilo", diz Handelmann. "E enquanto o Conselho em sessão solenne conferia aos capitães dos dois navios, uma a cada um, uma medalha de ouro com a inscrição "Pelo "Faleão" e pela "Elisabeth" foi o Recife libertado", em signal de gratidão pela alviçareira missão que haviam executado, — o alegre troar dos canhões annunciava ao exercito revolucionario brasileiro que o Recife, a praça d'armas garantidora do poder Colonial hollandez, por aquella vez, estava salvo" (360).

Tambem os sitiantes tiveram de passar por soffrimentos semelhantes aos dos sitiados. Pela destruição systematica das plantações, pastagens e campos de lavoura, o abastecimento dos corpos de tropa estacionados, diante das muralhas da Capital se havia tornado tão difficult, que a Fome fez a sua apparição no acampamento portuguez como comensal diario, o que causou a deserção de muitos patriotas. Contingentes singulares de tropas começaram a se amotinar, e chegou mesmo a haver uma tentativa, frustrada, de morte contra Vieira a quem os cabecas mais exaltados attribuiam a culpa das iussupportaveis fadigas e calamitosa escaassez de generos (361).

A deploravel condicão de sua gente obrigou Vidal a restringir no estrictamente essencial o raio de ação das operações. Renunciou, assim, ao domínio das Ca-

(360) Handelmann, p. 217. A situação critica da cidade admite bem descripta por N. cubof. p. 169 e seqq. Mais: Vandenberg, p. 316.

(361) Brandenburger, I, p. 101.

pitâncias de Itamaracá e Parahyba bem como dos pontos conquistados no Rio Grande, não sem que mandasse previamente, porém, reduzir a cinzas plantações e campos, povoações e aldeias e devastar a terra de modo tão systematico que não havia pensar, por annos, no restabelecimento da vida economica nessas paragens. Incalculáveis danos foram dest'arte infligidos aos Hollandeses e seus partidarios.

Os navios da frota de socorro, com grandes intervallos foram chegando, um após outro, ao porto do Recife. A travessia foi extremamente desfavoravel. Duas embarcações, quando se approximavam da entrada da barra, foram arrastadas pelo vento para a Parahyba, de sorte que os seus passageiros tiveram de ser de lá transportados, por um hiate, ao porto do destino (362). A bordo da esquadra achavam-se 2.000 homens, sob o commando de dous experimentados cabos de guerra do Brasil, Sigismundo von Schkopp e James Henderson. Ambos desde muito estavam prestando os seus serviços na Hollanda, mas cedendo ás solicitações dos Estados Geraes promptificaram-se a pôr ainda uma vez os seus prestimos á disposição da Companhia. Além delles chegaram com a frota cinco novos Conselheiros, que deviam substituir os membros do Conselho então em exercicio. Os Altos Poderes e Directores tinham percebido que Hamel, Bas e Bullestrate não estavam na altura de deslindar uma situação tão enredada. A isso accrescia que na Hollanda era voz que os representantes da W. I. C. em Recife abusavam de sua posição para se enriquecerem á custa de sordidas transações feitas com individuos de má reputação. Tais imputações, um anno depois, foram repetidas com o maior azedume no pamphlet intitulado "Brasilsehe Gelt-Sack" (Bolsa de Di-

(362) Lichtharte à Camera da Zel., 27 Agosto, a Alm. Coes, nos Dictees de Middelburg, 28 Agosto 1646.

nheiro Brasileira) (363). Por mais severos que sejamos no julgamento do que se contém nesse pasquim, um pequeno grão de verdade deve seguramente existir nas afirmações do autor anonymo. Como é sabido, a parte preponderante dos funcionários coloniais daquela época trabalhava para a própria bolsa, obrigada mesmo talvez a fazê-lo visto como com o mesquinho ordenado que lhes era dado e os igualmente insignificantes emolumentos eventuais que lhes tocavam, não podiam esses empregados ocorrer às necessidades da vida nos tropicos. O estado de causas no Norte do Brasil tinha agora assumido tal feição que cada um tratava de aproveitar-se tanto quanto possível da confusão geral e com a maior presteza, para adquirir recursos que lhe pudessem garantir uma vida descausada na velhice. Que Hamel, Bas e Bullestrat a esse respeito não constituiram exceção, provam-n'lo as transparentes illusões de Pierre Moreau, e mostram-n'lo também os violentos choques que por vezes se deram entre os Conselheiros e os cidadãos do Recife, muito descontentes com a fraqueza do Governo, e igualmente preocupados com o proprio proveito. E' verdade que João Nieuhof, que, — como já alludimos em nossa Vista Geral da Litteratura de referencia — passou os primeiros tempos da guerra da independencia pernambucana em Recife, — na sua narrativa de viagem tonia a defesa de Hamel, Bas e Bullestrat e classifica de inaudita insinuação o asserto, contra os mesmos levantado, de que se deve procurar as causas da Rebellião em sua incapacidade (364). Realmente, já desde o começo da quarta década do século fôra a ideia da Rebellião concebida e o responsável principal pela sua irrupção foi certamente a própria Companhia. Em completo desconhecimento da

(363) *Cont. à Vista Geral de Literatura*, à pag. 33.

(364) Nieuhof, p. 229 e seqq.

verdadeira situação das coisas. havia recusado á região colonial a necessaria defesa militar, e inaugurado uma politica economica que devia levar ao desespero os rendeiros e plantadores. Se, entretanto, os tres Conselheiros possuissem uma scentelha de tino politico e decisão de João Mauricio, teria sido possível, logo no principio da insurreição, por meio de um golpe prompto e seguro, circumscrer o seu fóco as chamas da ardente fogeira.

Sob a presidencia de Walter van Schoonenborch reuniu-se a 10 de Agosto de 1646, pela primeira vez, o Conselho. Como deputado da Província de Groninga, pertencia Schoonenborch ao numero dos membros que compunham os Estados Geraes. Apraz-nos acreditar, com Netseher, que esse illustre politico tenha aceitado com intima reluctancia a incumbencia de pôr novamente em ordem a situação de desgoverno que reinava então no Brasil hollandez (365). Puzeram ao seu lado Michiel van Goch, Conselheiro e Pensionario de Vlissingen, bem como o juriseconsulto de Dordrecht, Simon van Beaumont. Todos os tres eram personalidades "van zonderlinge deucht en oprechtigheit" (de singular virtude e integridade) (366), — homens, todos os tres, que gozavam de consideração geral nos Paizes Baixos. O Conselho foi completado com dous comerciantes de Amsterdão: Abrahão Trouwels — que veiu a falecer dous dias depois da primeira sessão — e Hendrik Haex. Estes dous deviam inspecionar a Caixa da W. I. C. em Recife e imprimir a devida orientação á administração economica da Colonia.

As noticias cada vez piores que chegavam da Nova Hollanda saudiram rudemente os Directores da Companhia do seu torpôr. Por largo espaço de tempo, tinha

(365) Neischer, p. 147.

(366) Pamphlets de Moreau, p. 47.

o assaz esperto enviado diplomatico portuguez Francisco de Souza Coutinho conseguido trazer illudido o Directorio sobre a importancia dos sucessos no Norte do Brasil. Aos Altos Poderes e directores declarava que o seu Rei estava extremamente contrariado com a Revolução, conservando-se inteiramente alheio ao Movimento, e não cogitando em absoluto de prestar qualquer apoio aos insurrectos. Quando, pois, no correr do verão e do outono de 1645 chegaram notícias de que todo o paiz estava fazendo causa communem com os Rebeldes, aos quaes mesmo haviam sido enviadas tropas auxiliadoras, da Bahia, — Francisco de Souza assegurou ás autoridades holandezas que Telles da Silva agira simplesmente como mediador e que os regimentos portuguezes tinham penetrado na Colonia por especial desejo do Governo do Recife. Declarou ainda que o Rei lhe havia comunicado a sua intenção de punir rigorosamente o Governador Geral do Brasil, em S. Salvador, caso se provasse que elle fizera politica por conta propria, ultrapassando assim as suas attribuições funcionaes (367). Secretamente, porém, aconselhava elle ao monarca a proseguir calmamente em sua dobrez, repudiando de publico os Rebeldes e prestando-lhes, ás oecultas, todo o auxilio imaginavel.

João de Bragança achou-se entre as pontas de um dilemna fatal. O seu coração estava com os Rebeldes, mas a situação extraordinariamente insegura do seu reino, premido pela Espanha, obrigava-o, ao mesmo tempo, a advinhar os desejos do seu natural aliado neerlandez. Causavam-lhe tambem grandes apprehensões as negociações de paz iniciadas em Munster, em que se tratava da reconciliação entre a Espanha e os seus antigos subditos da embocadura do Rhenio. Que seria de

(367) Francisco de Souza Coutinho nos Est. Geraes, 23 Novembro 1645, W. L. G. O. C., Nr. 61.

Portugal, se Philippe IV ficasse desenvinculado do Norte e a Hollanda irritada pelos successos do Brasil deixasse os Portuguezes desamparados? Para afastar de si qualquer suspeita de auxilio aos insurretos e mostrar aos Estados Geraes quanto estava disposto a manter boas relações com Ilaya, o rei portuguez ordenou ao seu Governador Geral na Babia que fizesse imediatamente que regressassem as tropas mandadas para a Nova Hollanda, e cessassem todos as hostilidades. Com isso quiz elle dar mostras de que havia feito tudo quanto estava ao seu alcance. Recusassem-lhe os Rebeldes obediencia, — o que não era de admirar ante os sucessos obtidos, — restaria a João de Bragança apenas allegar a sua impotencia para snffocar o levante.

O equipamento da esquadra de soccorro tinha custado aos Directores da Companhia de Commercio das Indias Occidentaes extraordinario trabalho e dado muitos tratos ao juizo. O erario da sociedade soffria de esgotamento chronico, sem subvenções não era mais absolutamente possivel levar a effeito grandes emprendimentos. Conhecendo claramente que na região colonial norte-brasileira o prestigio neerlandez estava em perigo e não admittindo que a orgulhosa Republica oferecesse o rosto a bofetadas, os Altos Poderes acorrem a seu auxilio, e adiantaram a W. I. C. a somma de 700.000 florins. Como, pelo profundo desealabro de suas finanças, o pagamento da quantia emprestada traria diffieuldades quasi insuperaveis, os Directores, antes de expirar o prazo de vencimento pediram uma prorrogação (368), e no intuito de evitarem completo collapso financeiro voltaram a considerar a proposta feita por João Mauricio, da fundação de uma poderosa Companhia que dominasse todo o com-

mercio das Indias. — pela fusão das duas Companhias, a O. I. C. e a W. I. C. A esse projecto, porém, a O. I. C. se oppoz; não queria saber de uma fusão com a sua irmã já a meio caminho da fallencia, e a quem não podia auxiliar financeiramente. Agora precisamente era que se começava nas Indias Orientaes, "a colher fructos das arvores que com tanto amor e carinho, com tanto saerficio de pessoa e bens, haviam sido plantadas no pomar, para os que viessem depois" (369). Sobre a questão, se a reunião das duas Sociedades Commerciaes numa só traria proveito ou seria vantajosa para as proprias Companhias, travou-se nos Paizes Baixos uma verdadeira contenda litteraria. Tâmbem João Mauricio e Willem Usselinx tomaram parte nessa disputa que tão vivamente interessava ao espirito publico. Como era de esperar, o Conde de Nassau sustentou a necessidade da fusão, e Usselinx, ao contrario, manifestou-se em decidida oposiçao á ideia. Propôz este que o privilegio fosse estendido á W. I. C., sendo-lhe permittida a navegação nas aguas das Indias Orientaes. A O. I. C. disse elle numa petição aos Estados Geraes, exercitava o commercio no Archipelago da Sonda, com principados nativos já alli desde muito estabelecidos, cujos governantes entretinham as melhores relações de amizade com os Hollandezes, e por isso poneos gastos bellicos causavam á Companhia. Sobre a W. I. C., porém, pesava o encargo de lutar incessantemente contra o inimigo patrio, com o que teria provavelmente pougado á sua irmã das Indias Orientaes e mais possessões violentos ataques por parte do adversario espanhol. Já esse motivo bastava para que, com todo o direito e justiça, os Altos Poderes concedessem a W. I. C. participação no lucrativo commercio

de especiarias do Oriente (370). É facil imaginar a indignação produzida pela proposta, no seio da Diretoria Geral da O. I. C, ou Conselho dos XVII. Era só o que faltava: que os veleiros da W. I. C, olhada sempre um tanto por cima dos hombros, penetrasssem no Archipelago; que a O. I. C, fôsse obrigada a dividir os seus "oostersche negotie" (negocios do Oriente), com essa Sociedade tão duramente oberada de dívidas, tornando dest'arte, sobre si, os seus principaes encargos. O Conselho dos XVII reeuou disentir o caso, em absoluto, — e assim se esbororaram contra a sua obstinada oposição todos os planos de salvação imaginados pelos amigos da W. I. C.

Afim de instruir nos negocios os novos Conselheiros e auxiliar-los na administração da Colonia, que havia chegado a uma situação em extremo embaraçosa, Hamel, Bas e Bullestrate permaneceram em Reeise até Maio de 1647 (371). Animado pela cessação das operações inimigas, pela retiradas das tropas revolucionárias das Capitanias do Norte, e na firme esperança de recuperar o perdido, o novo Governo mandou em 5 de Setembro de 1646 affixar um édito em que assegurava perdão geral e livre exercicio de religião a todos os revoltosos, com excepção, apenas, dos officiaes hollandezes que se haviam passado para o adversario. Em nome dos Insurrectos, Vieira respondeu com uma proclamação analoga, em 23 de Setembro. Nella se diz: "Em nosso acampamento existem 16.000 homens em cujos peitos arde o desejo de combater. Deus é o nosso General, e com a sua ajuda havemos de liberar a nossa terra dos barbaros hereges. Quem a nós prestar adhesão sei nosso amigo e protegido. Readquirirá as suas propriedades e ficará liberado de quaequer

(370) Neitscher, p. 148 e 459.

(371) Ibidem, p. 151.

dividas. Concedemos 30 dias a todos os partidários dos Hollandeze para se decidirem. Aquelle que não se declarar, será considerado nosso inimigo capital, e como tal, não o havemos de poupar, — sejam quaes forem as consequencias. Não nos responsabilizamos pelo que acontecer" (372).

Como o appello dos Conselheiros não achasse eco e as primeiras tentativas de Schkopp de romper o cerco fossem frustradas pelos Rebeldes, muito superiores em numero,— não tendo elle conseguido mesmo tomar Olinda aos Portuguezes. — voltou o Chefe holladez, na expressão de Handelmann, á velha tactica observada no principio da guerra. "Enquanto mantinha a defesa do Recife, punha em região para a offensiva, a sua supremacia maritima, empregando uma série de expedições, cujo fito era provêr a guarnição de viveres e despojos, e obrigar os sitiantes á dispersão de suas forças" (373).

Sobre tudo, queria Schkopp cortar ao exercito revolucionario as possibilidades de receber da Bahia provisões e forças auxiliares (374). Por isso lançou as suas vistas para o Rio São Francisco e mandou para lá, embarcado, Henderson com 1.100 homens. Commandou a esquadra o conceituado almirante Lichhardt.

A 4 de Novembro ocuparam os Hollandeze o meio arruinado e abandonado "Forte Mauricio" fronteiro a Penedo, — cuja restauração foi imediatamente iniciada (375). Por infelicidade, Lichhardt morreu no fim de algumas semanas. A sua morte foi atribuída no uso imprudente da má agua do rio, para

(372) O edital da Presidente e Cons. no Maço W. I. C. O. C. Nr. 62. Ah! também a tradução da proclamação de Vieira, Almeida Vieira ao Presidente e Conselho, 23 Setembro 1646; Sandey, II, p. 186; Neischer, p. 152.

(373) Handelmann, p. 222.

(374) Brandenburger, I, p. 103.

(375) Presidente e Cons. à Câmara da Zel., 4 Dezembro 1646.

beber. "La "Compagnie", diz Netscher, perdit en lui un des plus zelés serviteurs, et la patrie un de ses plus braves marins" (376).

Parecia a principio que a expedição estava destinada a ser bem sucedida. Antes, porém do acabamento da Fortaleza, sofreram os Hollandezez, num ataque do inimigo, uma derrota classificada pelo proprio Henderson de "blamabel" (indesculpavel). A guarnição culpou os officiaes de cobardia. Tomando o caso em consideração, Henderson submetteu a conselho de guerra os accusados e ordenou a um tenente quebrar a espada perante o Tribunal reunido (377). Sobre as tropas hollandezez, inexperientes e pouco disciplinadas, das quaes a maior parte entrava então, pela primeira vez, em luta com os Portuguezes e Indios, tão adestrados nas guerrilhas, — aquelle revez teve um effeito fatal. Com profundo abatimento, annuncioa Henderson ao Presidente e seu Conselho, que o inimigo no Rio São Francisco se achava outra vez inteiramente senhor da situaçao. As deserções se davam diariamente, especialmente de soldados alliados na Alemanha, e muitos entre a sua gente sentiam bater-lhes os queixos e tremiam, só ao ouvir tiros na vizinhança. Consideraveis eram as perdas que elle tinha soffrido, e a febre dizimava terrivelmente as suas companhias (378). Outros ataques dos Patriotas, que se tornavam cada vez mais ousados, concorreram para que no correr do anno 1647 ficasse insustentavel a posição. Henderson teve assim de voltar para o Recife com as mãos abanando (379). O dinheiro empregado na empresa tinha sido gasto em vão!

(376) Henderson ao Pres. e Cons., 29 Novembre 1646, Nitscher p. 152.

(377) Henderson ao mesmo, 10. 25 Dizembro 1646, 1 Janeiro 1647.

(378) Henderson ao Gov. em Recife, 15, 16 Janeiro 1647 W. I. C. O. C. Nr. 63.

(379) Presid. e Cons., à Camera do Zei., 26 Julho 1647. Na mesma fascicula.

Os rebeldes que se achavam diante da Capital, tomaram então uma atitude sobremaneira arrogante. Viu-se escrever ao Conselheiro Político Jacob Stachouwer uma carta, cuja altivez de expressões bem revelava ao Governo hollandez a convicção de certeza de victoria que reinava nas hostes rebeldes, não obstante a frota de socorro enviada dos Países Baixos. "Nunca mais", exclama elle, "havemos de nos sujeitar aos potentados hollandezes. Preferimos morrer vinte vezes a suportar, mais, semelhante *tyrannia*. Os tempos em que plantadores portuguezes convidavam um Sigismundo von Schkopp para brinquetes estão definitivamente passados. E mesmo que as causas corram mal para nós, antes invocariamo-nos a protecção do Sultão da Turquia do que a do Senhor von Schkopp. O vosso poder é invencível, pois 100 Portuguezes na capoeira valem 1.000 Neerlandezes em campo raso. Além disso os Indianos e os Negros nos servem com mais gôsto que aos Hollandezes!" (280).

Não tendo a expedição ao Rio São Francisco alcançado o éxito que de tal emprehendimento se esperava em Recife, decidiu o Governo ferir o adversário num ponto mais sensivel. Era preciso que Telles da Silva perdesse a vontade de continnar a fazer sua a causa dos libertadores. No fim de Janeiro de 1647 fizeram-se à vela do porto do Recife 26 navios com 2.400 combatentes a bordo, rumo da Bahia Ce Todos os Santos. Schkopp e Beaumont, que exerciam em communum o comando, pretendiam forçar a entrada da bahia, ocupar ali um ponto qualquer, e assim prender ao Sul as tropas de combate do Governador Geral. Sem que se lhe opussesse a menor resistencia, foi a 8 de Fevereiro efectuado o desembarque na grande e fertilissima ilha de Itapacica, situada defronte de S. Salvador. Como represalia pela devastação do território hollandez, pelos

incendios e attentados perpetrados contra os partidários dos Neerlandezes, os sequazes de Schkopp e Beaumont levaram a effeito horrivel massacre contra os habitantes da ilha, no qual foram sacrificadas centenares de pessoas, — outra versão diz 2.000, — de um e outro sexo e de todas as idades (381). A excitação causada na Bahia foi enorme. Espalhada a aterradora noticia, o Vice-rei enviou para a ilha Francesco Rebello e o traidor Hoogstracten, com tropas escolhidas, mas Schkopp lançou-se sobre o inimigo e infligiu-lhe tal derrota, que os Portuguezes não ousaram aventurar em breve tempo um novo ataque (382). Tanto quanto puderam, trataram os Hollandezes de estorvar o trafico de navios inimigos, na entrada e saída da Bahia. Num ataque de apresamento caíiram-lhes nas mãos duas caravellas. Uma dellas se destinava a transportar para S. Salvador o novo Mestre de Campo General Francisco Barreto de Menezes. Ao ser aprisionado este Oficial Portuguez declarou que João de Bragança o havia enviado para o fina de suffocar a Rebellião e reatar os fios partidos das relações entre Bahia e Recife. Mas não se lhe deu credito e elle foi enviado prisioneiro para o Recife, por haver sido encontraos a bordo cartas que davam feição muito diferente á sua missão (383).

Sem embargo da finura com que Souza Coutinho soube dissimular aos Estados Geraes os propositos da politica portugueza e demonstrar a inculpabilidade do governo de Lisboa quanto ás agitações pernambucanas, na Hollanda continuou a cresccer a animadversão contra Portugal e o seu todo maleável representante. Foram dadas á publicidade, com traducçao hollandeza,

(381) *Brudenbarger*, I, p. 104.

(382) *Pret. a Cosa, à Camara da Zel.*, 26 Fev., 31 Março 1647. *Southey*, II, p. 181.

(383) *Pret. Jente a Cosa, à Camara da Zel.*, 2 Maio 1647.

cartas autographas de João IV, as quaes nenhuma duvida deixavam sobre o seu perfeito conhecimento da Revolução e sua actuação auxiliadora. A população de Ilaya assumiu uma attitnde francamente hostil ao embaixador, chegando a ameaçar de assalto o seu hotel. Só com difficultade pôude a guarda do Statthalter soffocar os tumultos (384).

Ao mesmo tempo crescia na opinião publica o grande descontentamento causado pelo que se passava no Brasil Hollandez. Em 1647 começaram a aparecer acerbas criticas sobre a conducta da W. I. C. e o Directorio foi cumulado de recriminações. Com a publicação de doux pamphletos sensacionaes, a má disposição dos animos accentuou-se notavelmente: foram elles o "Brasilische Gelt-Sack" e o "de "Brasilische Breede Bijl", já de nós conhecidos. O primeiro, habil libello, scintillante de espirito, e de cortante lamina aguçada, com o qual se não pôde comparar o pasquim que era o segundo, dava aos leitores um quadro, em vivissimas cores, da situação dominante no Norte do Brasil, depois da sahida de João Mauricio. O autor anonymo acusava a W. I. C. de tolerar na Nova Hollanda uma corrupção que bradava aos céus, acrecentando que lá os sens caixeiros se tratavam como grãos-senhores, e que os dinheiros que os accionistas confiavam á Companhia eram lançados pela janella fóra, ás manelicias. Seria bom que se soubesse na Hollanda, por que razão o Alto Conselho não tratara de embarcar, antes do rompimento da Revolução, o assuear em deposito nos trâpiches do Recife? Por que razão, apesar das muitas advertencias, nenhumas providencias foram tomadas contra o esperado levante, e porque o Governo deixou de provêr, no devido tempo, as Fortalezas de tropas e munição? Depois, teria sido realmente necessário destruir

o Palacio e o Jardim do Conde de Nassau? Com a sua funesta administração financeira e seus levianos adiantamentos concedidos aos lavradores e plantadores portuguezes a W. I. C., no Norte do Brasil, havia cavado a propria sepultura. Agora era dever do Governo adoptar medidas energicas. Todos os elementos duvidosos deviam ser immediatamente afastados do funcionalismo da Nova Hollanda, e os seus postos confiados a gente de confiança e habilitada. Com uma exploração tão desavergonhada, era impossivel que a Colonia subsistisse. Se se queria preserval-a da ruina, só havia um recurso, que era pô-la sob a superintendencia do Estado Neerlandez. — Do mesmo modo se manifestou o Autor do "Breeden Bijls".

A discussão generalizada do caso brasileiro fez com que os Nobres e Poderosos Senhores da província da Hollanda e os Estados Geraes volvessem toda a sua atenção para a luta pela Nova Hollanda, que agora era olhada com desasossego, se bem que muitos deputados continuassem a considerar o caso como um negocio particular da W. I. C. Como quer que seja, a opinião geral era que os interesses neerlandezes na Ameriea do Sul deviam ser salvaguardados melhor, e como empraria a uma poderosa Republica. Desde a expedição auxiliadora de 1646 que foi a salvação do Recife e em que seguiram para o Brasil hollandez os novos Conselheiros, as autoridades coloniaes e o Conselho dos XIX entraram em mais frequente correspondencia sobre os meios de socorrer com maior efficiencia os seus compatriotas em apuros no Norte do Brasil. Cartas queixosas vindas do Recife faziam ver que com uma unica remessa de auxilio pouco se havia conseguido. Cada vez mais apertava o inimigo a metropole pelo lado de terra, e o Governo declarou explicitamente que se não lhe fossem enviados logo soldados, viveres e recursos belliços, ex-

cusado seria pensar na manutenção da Ilha de Itaparia ou no rompimento das fileiras dos rebeldes. Ninguém se queria deixar levar mais por bellas promessas (385).

Por insistencia da W. I. C. tomaram em consideração os Estados Geraes a questão de saber se não seria de bom alvitre enviar um Statthalter com poderes extraordinarios, senão mesmo dictatorias, para a Nova Hollanda. Lembraram-se de João Mauricio, o homem que ainda era tido como o unico capaz de pôr a nado a náu encalhada. O principe residia então em seu maravilhoso pa acio de Ilaya, a "Mauritshuis" (Casa Mauricio) (386), edificada por Pieter Post e adornada com reminiscencias do Brasil. Ele não recusou in limine o offerecimento que lhe foi feito pelos Estados e pela Companhia, mas impoz condições á W. I. C. que mesmo em circumstancias financeiras mais favoraveis não teria ella podido satisfazer. Além do pagamento dos seus atrasados (387), exigiu o Conde um ordenado annual vitalicio de 50.000 florins e um exerceito de, pelo menos, 12.000 homens (388), tudo isso sem prejuizo da imposição ao Directorio de não se intrometter na direcção da Colonia.

Em vista da necessidade de urgente socorro, foi apparelhada em Amsterdão uma grande frota para o Brasil. A despesa com o seu equipamento foi muito a contra gosto feita pela O. I. C., a qual em 1647 teve

(385) Presidente e Cons. à Camera da Zel., 31 Março 1647. "Hier volijnt", escrevi Hamermon em 28 de Fevereiro aos Conselheiros. "dat alles oer en regen ons a voldien niet en's niet sue e pratyts gehuyt. Dat wcht erkennen". — (Parece que todo é tratado de igual maneira e levando com doces intenções de promessa. Deus as compadeça de nós).

(386) Verdens I., p. 326 e segs.

(387) Náufrago, 28 Setembro 1647, W. I. C. O. C. Nr. 3. A importancia devolve r'evan-n-a a 96,018 florins.

(388) Netelker, p. 156.

de pagar, pela renovação do monopolio que desfrutava, ao Tesouro do Estado a somma de 1.500.000 florins (389). A Republica, segundo Netscher deixou provado com as Resoluções dos Altos Poderes, possuía á disposição da Companhia doze navios de guerra, um considerável numero de barcos-transportes, e recrutou 6.000 infantes. O sustento e paga destas tropas deviam correr durante quatro annos por conta do Estado. Com os proprios recursos tinha a W. I. C. de fornecer 1.350 soldados, bem como construir seis transportes, em ponto de navegar. Não foi outro senão o celebre marinheiro Witte Corneliszoon de With, o almirante nomeado para comandar a nova frota do Brasil, o que demonstra o sério empenho dos Estados Geraes pela efficiencia do auxilio que queriam prestar.

No fim de Dezembro de 1647, fez-se de With ao mar, — e dous mezes e meio depois tremulava o seu pavilhão no porto do Recife. Ali a situaçāo parecia ainda peior do que se temia.

Com grande consternação soberanam o Almirante e seus officiaes que, apezai de um segundo feito brilhante de Schkopp no principio de Dezembro, a ilha Itaparica teve de ser abandonada, em razão da falta de roupa, viveres e munição. Mas o motivo principal dessa resolução tomada com tão profundo pesar fôr a noticia da approximação de uma poderosa esquadra portugueza destinada a conduzir para a Bahia o novo Governador Geral, o Conde de Villa-Pouca de Aguiar (390) e reconquistar Itaparica. Por outro lado a presença de Schkopp com as suas tropas, em Recife, era agora mais necessaria que nunca. O inimigo já se havia

(389) Ibidem, p. 155. Ao mesmo tempo foi também prorrogado o privilégio à W. I. C. por mais 25 annos, para dar a mén o reia Sociedade.

(390) Para não dar pretexto algum aos Estados Geraes, de declaracāo de guerra a Portugal, João de Braganga havia destituído do cargo o notável Vice-Rel Tellez da Silveira.

estabelecido á margem do Capibaribe, bem defronte da ilha Antonio Vaz. Desde 7 de Novembro que os seus canhões eram diariamente disparados contra a casaria do Recife. Aconteceu por ocaso que a primeira bala atingisse o leito do Presidente Schoonenbach, donde elle havia acabado de se levantar (391). Por diversas vezes tentaram os Independentes tomar pé firme em Antonio Vaz. Mas todas elles a guarnição e a guarda civil da cidade do Recife repelliram os atacantes.

Não tardou que novas incursões dos Portuguezes nas Capitanias do Norte viesseto dar causa a sérias inquietações (392). Até então os Indios Tapuyas tinham conseguido oppôr barreiras ao avanço do inimigo. Os indigenas agora não queriam mais prestar apoio aos Hollandezes, porque o sanguinario Terente-Corouel Garstman, provavelmente por precipitação, havia mandado areabuzar a Jacob Rabbi, agente hollandez e amigo fiel dos Tapuyas (393). Rabbi era um judeu alemão que conhecia as línguas dos Indios, que havia vivido muitos anos no meio delles, e tivera muita influencia sobre os chefes de tribo. O Alto Conselho recusou entregar Garstman aos Indios e o baniu da Nova Holanda, depois da investigação do caso (394). Com isso, porém, os chefes Indios excitados não se deram por satisfeitos, e voltaram as costas ao aliado de outr'ora.

Mais fatal do que esta ceserção, foi para os Hollandezes a fuga do Mestre de Campo, General Barreto de Menezes de sua prisão em Recife. O filho do carcereiro ajudou-o a evadir-se. Barreto assumiu logo o

(391) Presidente à Cmara de Zel. 9 Des. 1647. 21 Jan. 1649. A ultima carta no Fazículo W. I. C. O. C. Nr. 64.

(392) Presidente à Cmara, aos Directores em Middelburgo, 26 Fev. 1648 W. I. C. O. C. Nr. 64.

(393) Neuhof, p. 254 e seg., Carvalho, *Um Interprete dos Topulos*, Rev. Pernambucana, LXXVII, p. 657 e segs.

(394) Neuhof, p. 186.

Commando dos Insurretos, tendo Vidal e Vieira de bom grado se submettido às ordens daquelle homem energico e imbuido de terrivel odio aos heróes (395).

A entrada da grande frota em 18 de Março de 1648 veiu levantar o animo deprimido dos habitantes do Recife, que muito haviam soffrido com a escassez de víveres. Para desafogar a cidade, resolveu Schkopp aventurar decisiva sortida, com os velhos e os novos soldados. Sem dificuldade apoderou-se elle, em 18 de Abril, de alguns dos bastiões inimigos situados no sul do Recife, entrando 24 horas depois em contacto com o grosso das forças inimigas. Barreto tinha, à saída das tropas hollandezas, imediatamente retirado os destacamentos avançados até Antonio Vaz, indo assentear o seu acampamento, defendido por pantanos e espesso mattagal e sónicente acessível por uma estreita vereda, sobre a eminencia dos Guararapes, numia posição inequivalável. Quanto ao effectivo das tropas, a superioridade numerica se achava desta vez do lado dos Hollandezes. Mas em bondade de material, disciplina e ardor combativo, a infantaria e artilharia de Schkopp ficavam muito aquém das dos Patriotas, os quens estavam decididos a combater até ao extremo, pelo elevado ideal da libertação de Pernambuco. E assim se explica o terem Barreto, Vidal e Vieira com 2.400 homens infligido tão completa derrota aos 4.500 mercenários de Schkopp. O proprio General em chefe hollandez sahiu da pugna gravemente ferido. As suas perdas elevaram-se a não menos de 470 mortos e 523 feridos. Além disso foi perdido muito material de guerra (396).

(395) Brandenburger I, p. 199.

(396) Sobre a batalha dos Guararapes (19 de Abril 1648): Presidente e Conselhos Alios e Federados S., 22 Abril 1648 Lisas. Stat. Gen. Nr. 5773. — à Camera Zelt., 23 Abril do 48. Mais: Nienhoff, p. 195; Netscher, p. 158; Handtmann, p. 224; Raphael da Jesus, p. 497 segs.; Fausto Thereta II, p. 141 segs.; Vaudingen-

Foram culpadas da derrota, segundo a honesta confissão dos Conselheiros, as tropas hollandezas recentemente aliadas. Em consequência da costumada falta de dinheiro não havia sido possível pagar-lhes adiantadamente o soldo do mês de Abril. Em presença do inimigo exigiram os batalhões a ajustada paga, declarando que só combateriam naquele momento se recebessem imediatamente o dinheiro. Como a exigência não pôde ser satisfeita, muitos soldados jogaram fóra as armas e "como os cães" deixaram-se trucidar pelos patriotas que sobre eles cahiram para usar da expressão contida no relato de With (397).

Com toda a razão, os historiadores portugueses e brasileiros têm dado à batalha dos Guararapes largo espaço em suas narrativas, descripto com carinho todos os detalhes da luta e elogiado a bravura das hostes de Barreto, enjo denodo o adversário não deixou também de reconhecer (398). Foi realmente uma grande vitória para a causa portuguesa, e quasi um anno esperaram os Hollandezes, antes que tomassem de novo a ofensiva. A terra livre ficou nas mãos dos Independentes que de novo apertaram o círculo em torno do Recife, sem que, na verdade, pudessem registrar então de sua parte, diante da Capital, novo sucesso digno de menção. Enquanto o Almirante hollandez se conservava senhor do mar, o acesso por esse lado era franco, e podia ser garantido o abastecimento da cidade. Se o Recife não foi melhor aprovigionado, deve-se isso à incapacidade do Directorio, em reunir na pátria a sufficiente quantidade de mantimentos e embarealos para o Brasil. Debalde lamentavam os Conselheiros

p. 230 segs.; Soulo Major, p. 386 segs.; Brudenburgh I, p. 116; Martin Francisco "Em Guararapes", Rev. do Inst. S. Paulo XVIII, p. 1 e segs.

(397) de With nos Est. Ger., 21 Abril 1648 Lis. Stat. Gen. Nr. 5775.

(398) Cornelis van der Brande nos Est. Ger., 29 Abril 1649, Ibidem.

a inextirpável penuria de viveres, debalde suspirava de With: "O Recife é e continua a ser a Cidade da Fome". O rude Cornelis van den Brande, porém, dizia semi rebuço nos Estados Geraes: "*Vij leven hier als de beesten en sterven als de verckens*" (399).

As esperanças altamente animadoras com que, em 1647, os Estados Geraes e Directores haviam enviado a grande frota, sofreram amarga desillusão. Na verdade, de With emburagou a entrada e saída dos navios mercantes portuguezes, na Bahia de Todos os Santos, sujeitou a tributo de guerra a Costa que ficava perto de S. Salvador. — mas o certo é que a esquadra bahiana que, sob o commando de Salvador Corrêa de Sá, navegava para a África Occidental, pôde escapar á sua perseguição porque quando os navios hollandezes a avistaram, quasi nenhuma provisão tinham a bordo (400). Sem encontrarem obstaculos, os Portuguezes seguiram a sua rota para Angola e S. Thomé, tornando posse outra vez, para João de Bragança, de um e outro territorio, que a W. I. C havia abandonado quasi indefesos, á sua sorte. A pequena guarnição de Loanda logo capitulou, pois a resistencia equivaleria ao suicídio. O Presidente e o Conselho fizeram graves censuras aos seus patrões hollandezes por não haverem cuidado sufficientemente da manutenção do melhor mercado de escravos de que o Brasil dispunha, e contristado escrevia o Agente Reynier Docckens, ao Alto Conselho, que era digno de lastima "dat soo eer heerliche ende voortreffelike Conqueste der Compagnie door den meyneedigen Vyant is ontruckt" (401-402).

(399) Tradução das palavras hollandezas: — "Nós aqui vivemos como bestas e morremos como porcos".

(400) Nederl. p. 158.

(401) Presidente e Cons. à Camera de Zel. 27 Outubro, Reynier Docckens, 4 Outubro 1648.

(402) Trad. da cit. hollandezas: ("que tão magnifica e excellento conquista da Companhia fosse arrebatada pelo Inimigo perjuro").

Neste entremeses firmava-se na Europa a paz de Westphalia. Para fugir ao perigo de um ultimatum por parte dos Países Baixos Unidos, para pôr termo áquella attitude dubia em que já não se sentia bem, tinha João de Bragança, pouco antes da conclusão da paz, mandado comunicar ao Conselho dos XIX que estava disposto a negociar com a W. L. C a compra da Nova Hollandia. A proposta foi incon sideradamente rejeitada pelos presumptos Directores. Elles não julgavam absolutamente que fossem desesperadoras as condições da sua Colonia. Contavam com certeza com a continuação do apoio dos Altos Poderes, os quais com a expedição de De With haviam manifestado claramente o seu interesse pela manutenção do Brasil Hollandez. Por isso, nas negociações com o embaixador Portuguez, mostraram-se arrogantes e exigiram de Portugal não só a entrega de todas as conquistas, como ainda uma indemnização de 300.000 cruzados pelos danos causados à Companhia. Não satisfeito com isto, exigiu ainda o Conselho dos XIX do Rei João, como penhor da execução das clausulas do tratado, que aos Hollandezes fosse concedido o direito de ocupação da Bahia ou da Ilha Terceira dos Açores (403). Foram mesmo até ao ponto de impôr ao Monarca "repudiar formalmente" a sublevação pernambucana, e resarcir a W. L. C., dos dinheiros fornecidos em auxílio da reconquista dos territórios perdidos. Diz Handelman com muita justeza: "Eram exigências exageradas, sem justificação de especie alguma, que, atendendo simplesmente à situação da causa brasileira e às circunstâncias da W. L. C, não mereciam quasi ser tomadas em consideração. Mas a Corte de Lisboa

(403) Brandenburger I. p. 107.

tinha que pensar também nas condições precárias de Portugal e suas possessões nas Indias Orientaes" (404).

Em sua fraqueza de animo e por influxo de seu confessor, o jesuíta Antônio Vieira, achava-se João de Bragança inclinado a entrar na discussão das condições que lhe eram apresentadas em tom de desdém. Podia um Governo que previdentemente pesasse todas as consequencias, medir sacrifícios, quando estava em causa o bem-estar de Portugal, quando a amizade da Holanda se impunha! Mas outro foi o pensar do ministerio e do pôvo. O orgulho nacional dos Portuguezes empinou-se contra a coddescendencia do Monarchia e exigiu o rompimento das humilhantes negociações. Foi então que Antônio Vieira pegou da pena. Em um longo memorial, que ficou celebre sob o nome de "Papel Forte", expôz elle mais uma vez todos os fundamentos que militavam em favor da restituição de Pernambuco aos Hollandezes. Mas os Conselheiros do Rei não se deixaram converter á sua opinião, e adjuraram João de Bragança a prestar ouvidos unicamente a elles e não aos "falsos profetas" (405). O fraco soberano mudou então de altitude e, em vista disso, fracassaram as negociações com a W. I. C. Souza Coutinho solicitou então a sua demissão: achava-se "compromettido demais" e temia novos insultos por parte da população irritada de Ilaya.

A devida resposta á pretenciosidade dos Directores foi dada no começo do anno 1649 pelos Independentes pernambucanos. Em Fevereiro resolveu o Governo do Recife tentar outra vez o rompimento do cíngulo do assédio. Em lugar de Schkopp cujas feridas ainda

(404) Hildebrandt, p. 229.

(405) Brandenburger I, p. 113 segundo as expressões da Varnhagen. Sobre o "Papel Forte", conf. E. Carel. Vieira, *in vie et ses œuvres*, (Paris, 1879, p. 109 e segs.).

não haviam sarado, recebeu o Coronel van den Brinek ordem de ir, com 3.510 homens e algumas peças do campanha, levantar o acampamento de Barreto nos Guararapes. De novo terminou a luta por uma derrota completa dos Hollandezes, Barreto deixou o adversário approximarse, livremente, da sua posição, conservou oecutas no matto a infantaria e a artilharia, e observou, de animo tranquillo, como Van den Brinek e o Conselheiro Michiel van Goch que o acompanhava, se installavam, com as suas hostes, sobre a erita de um monte despido de vegetação. O calor e a sede, a 19 de Fevereiro, impelliram o Chefe hollandez ao ataque. Quaudo as tropas da W. I. C., em marcha desciam da eminencia, no intuito de ganhar um campo de luta mais favoravel, cahiu-lhes por traz o inimigo. Pelotões destacados offereceram resistencia, mas o grosso da tropa entrou em confusão e começou a por-se em fuga. Dentro de pouco tempo, esta se generalizou. Os que se deixavam ficar, eram abatidos pelos Portuguezes. Como Van Goch consternado comunicou ao Conselho dos XIX, nesse dia fatal cahiram do lado dos Hollandezes 1048 homens: o proprio Brinek com 103 officiaes, 52 sargentos e 892 soldados, attingindo a 90 o numero dos prisioneiros. Entre estes se achava tambem Pero Poty (406), um dos poucos chefes Tapuyas que ficaram fieis á Hollanda. Toda a bateria de campo e numeroso armamento foram abandonados no theatro da luta pelos Hollandezes. "Ces pertes énormes", lemos em Neitscher, en proportion du petit nombre de troupes présentes à cette bataille, en font un des combats le plus meurtriers qui eussent jamais été livrés. Ce fut

(406) *Verhael van het gevecht gescreven is* (Narração do que se passou) (*Bericht van Goeh's*) 22 Fevereiro, Presidente e Cons. à Câmara de Zel., 1 Março, 20 Abril 1649 W. I. C. O. C. Nr 65.

aussi le coup mortel pour le pouvoir des Hollaudais au Brésil (407-408).

Uma terrivel depressão apoderou-se da guarnição e da população civil de Recife, o que não admira, ápos a fome e penuria que tiveram de soffrer! O desalento e a exasperação resultantes da lastimavel negligencia da W. I. C., subiram de ponto quando se viu que o proprio De With ficara inteiramente condenmado á inactividade por falta de provisão de bocca, e pelas más condições em que se achavam os seus navios. Uma vez por outra a'guns de seus barcos cruzavam diante do Cabo de Santo Agostinho e outras paragens da Costa, sem conseguir effectuar apresamento apreciavel. A não ser isso, jaziam immobilizados no porto. De uma feita, emprehendeu o Almirante uma viagem ao Rio de Janeiro mas o resultado da expedição foi igual a zero (409), e em vão esperaram o Presidente e o Conselho realizações que fossem dignas do portador de um nome tão famoso. Sendo uma vez interpellado, — De With, Commandante da Esquadra, respondeu com rispidez que o Governo fizesse primeiro o favor de cuidar do aprovisionamento dos armazens, se queria vêr os seus desejos satisfeitos. As vitualhas e petrechos navaes fornecidos foram entretanto em quantidades tão insignificantes, que se tornou impossivel a De With corresponder á expectativa nelle fixada. Em Agosto de 1619 exgotou-se a paciencia dos Conselheiros, os quaes,

(407) Neitscher, p. 159. Sobre a segunda batalla dos Guararapes, vinda: Santa Teresa II, p. 165 segs.; Vorwaggen, p. 352 segs.; "Relacion de la Victoria" na Rev. do Inst. Bras. XXII, p. 231 segs.; J. C. Fernandes Pinheiro, As batallas dos Guararapes. Na Rev. do Inst. Bras. XXIX², n. 309 segs. Trad. do frances do Neitscher; — "Esses perdes enormes, em pronlongação ao pequeno numero de tropas presentes a esta batalla, fizeram dalla um dos combates mais sangrentos que ja tenham sido travados. Foi tambem o golpe mortal para o poder das Hollandetas no Brasil".

(409) Presidente e Cons. o João Montorio da Nessen, 23 Julho 1619 W. I. C. O. C. Nr. 65.

num documento que não pecca por falta de clareza, deram expansão á sua justa colera.

"Em cinco semanas", ahí se lê, "as nossas provisões estarão acabadas e não poderemos mais lutar. Brada simplesmente aos céus que sejamos assim abandonados á nossa ruina. A nós não cabe a culpa, se a fatalidade desabar sobre o Recife. Culpados são somente a Companhia e aquelles funcionários seus a quem foi confiado na Metropole o abastecimento da Nova Hollanda. Não podendo, sem dinheiro e mantimentos, sustentar a posse do Recife, de bom grado renunciarmos os nossos cargos. Quem quizer que tome conta delles! Nossa vida e bem-estar são muito preciosos para que os sacrifiquemos pelo Brasil!" (410). No principio de Novembro o Conselheiro Beaumont e o Coronel van den Brande embarcaram para a Hollanda. Acompanhou-os com dous de seus veleiros Witte Corneliszoon de With. Estomagado e mal avindo com os Conselheiros e com o commandante em chefe das forças de terra, partira elle do Recife sem mesmo ter pedido licença ao Conselho dos XIX. Por causa disso, ao desembarcar no porto patrio, foi preso por ordem do Statholder e dos Altos Poderes, só sendo posto em liberdade depois de um encarceramento de mezes. Na prisão escreveu o Almirante uma serie de petições em justificativa do seu acto arbitrario. A falta de recursos alimentícios e a impossibilidade de, com os seus navios necessitados de urgentes reparos, contribuir de qualquer forma para a mudança da situação, haviam-no levado a resignar o ingrato posto (412). Era, pois revoltante injustiça interpretar o seu procedimento como uma deserção á bandeira.

(410) Presidente e Cons. nos Directores em Middelburg 2 Agosto 1649.

(411) Notas secretas 1649, W. I. C. O. C. Nr. 26. De With aos Est. Gen. 16. 18 Janero 1650 Liss Stat. Gen. Nr. 5772.

Os Conselheiros e os cidadãos do Recife ficaram com razão indignados contra De With, que deixou entre os seus compatriotas do Brasil Hollandeze uma memória execrada. Toda gente vituperava o "perfido" Almirante. O corpo do Conselho lançou-lhe em rosto que elle em vez de cumprir o seu dever, mostrando hostilmente os dentes aos Portuguezes, só se tinha lembrado de si e "do seu proprio estomago" (412). Quando anno e meio depois correu o boato que De With ia ser novamente investido do commando de uma frota para o Brasil, o Presidente e o Conselho pediram aos Altos Poderes que, por circunstancia alguma, prestissem a isso o seu consentimento, — porquanto esse homem era odiado de morte em Recife, e nunca seria esquecido que elle havia posto toda a "conquesta in pericel" (a conquista em perigo) (413).

Achando-se os armazens de Barreto em circunstancias semelhantes ás dos depositos hollandezes no Recife, não pôde o General em Chefe portuguez tirar todo o partido da grande victoria de 19 de Fevereiro de 1649. As suas forças de combate, de certo, teriam sido sufficientes para uma tentativa de assalto á Capital da Colonia hollandeza. Mas Barreto bem sabia que não convinha tomar a cidade somente pelo lado de terra, que a capitulação só poderia ser imposta por meio da "cooperação do exercito sitiante com uma esquadra portugueza de bloqueio" (414). Para então poder exercitar uma pressão mais vigorosa por mar e assim facilitar aos Patriotas a sua tarefa em extremo pesado, João de Bragança tinha conferido a concessão e outorgado o privilegio do trafico mercantil brasileiro a

(412) Presidente e Cons. no Est. Geraes II, 29 November 1649 Lekker (Arquivos do escrivão) W. I. C. Nr. 34.

(413) O Alto Cons. no Cons. dos XIX, 5 de Dezembro 1651 W. I. C. O. C. Nr. 66

(415) Haedemann, p. 231.

uma "Companhia Geral de Commerce" criada por negociantes de Lisboa e organizada segundo o modelo das Companhias de Commerce hollandezas (415).

Quando chegou á Hollanda a notícia da fundação dessa empresa rival, os Altos Poderes sem detença autorizaram os Directores da O. I. C e da W. I. C a considerarem como presas marítimas nas respectivas zonas de competencia todo e qualquer navio mercante portuguez (416).

Sob o commando do novo Governador Geral bahiano João Rodrigues de Vasconcellos, Conde de Castel-Melhor e Pedro Jacques de Magalhães, fez-se de vela a primeira frota da Companhia Geral, em 4 de Novembro de 1619. Illesa de corsarios hollandezes, chegou ella á costa de Pernambuco, e um terrròr panico se apoderou da populaçao civil do Recife quando dous barcos anunciaram a vinda de 30 a 40 náus portuguezas. Justamente no anniversario da segunda batalha dos Guararapes apareceu diante do Recife uma forte esquadra, que, entretanto, prosseguiu em sua viagem depois que tres grandes navios hollandezes atacaram o galeão do vice-almirante portuguez e as fortalezas do porto iniciaram um nutrido canhonejo. "E dest'arte se veiu a consumar," escrevia o Alto Conselho, "o perigo por uós desde tanto tempo previsto de um ataque por mar! A terrivel ferida, aberta pela partida do desleal De With, começa de novo a sangrar. Em consequencia de nos haverem tirado dous dos nossos melhores navios de guerra, achamo-nos como ovelhos indefesos diante do lôbo feroz. Façu-se a vontade de Deus! Mas em todo tempo será um labéo infamante para a Hollanda que um filho da sorte, um João de Bragança

(415) Brandenburger I, p. 115.

(416) Resoluções dos Est. Ger., 19. 23 Jan., 1619, Netscher, p. 159.

pudesse nos enxotar da colonia pernambucana, pela qual havemos sacrificado tanto dinheiro e valores humanos" (417).

Nesses apuros, o Presidente e o Conselho se dirigiram aos Altos Poderes. Descreveram-lhes a sua situação inteiramente desesperada, sem poupar duras expressões quando se referiam á Companhia. É possível que tenham applicado tintas demasiado carregadas e dado inconscientemente ao quadro um aspecto repugnante. Em todo caso, o facto é que no Brasil a vida se tornara cada vez mais miseravel. Os habitantes do Recife consumiam provisões que, muito espaçadamente, eram trazidas para Pernambuco pelos navios da W. I. C., e se nutriam outras vezes de generos que os navios de corso hollandez apresavam e descarregavam no porto da cidade. Soldados doentes, mulheres e crianças, em geral todos os consumidores superfluos eram mandados embora. Toda tardança na chegada dos barcos de socorro punha em tortura os nervos dos sitiados (418). Mas o abastecimento enfim sempre chegava; às vezes exactamente no momento em que os Conselheiros estavam em consulta sobre se não era melhor capitular. Estas constantes, se bem que insuficientes, remessas de vitualbas tornaram possível á guarnição e aos cívis, ainda que sob duras privações, resistirem até o começo de 1654.

Os Estados Geraes perceberam que era seu dever de honra acudir aos Colonos, — aos quaes a W. I. C, por falta de dinheiro, nenhum auxilio podia enviar. Apesar da tenaz oposição da Provincia de Frieslandia, resolveram elles entrar em preparativos de uma ação auxiliadora de grande folego, tanto mais porque a tre-

(417) Presidente o Cons. à Camera Zel. 26 Fevereiro 1650 W. I. C. O. C. Nr. 66.

(418) Presidente o Cons. aos Est. Ger., 15 Fevereiro, 8 Junho 1650.

gua de dez annos ajustada em Portugal havia expirado. O tratado tinha tido certo valor para as relações europeus dos dous paizes, mas quanto ao Brasil não fôra mais que um trapo. Como era acerba a irritação que em Hayá reinava contra Portugal, revelou-o a grosseria com que foi tratado o novo embaixador portuguez Antonio Souza de Maeedo, que teve de andar pelas ante-camaras dos Estados Geraes seis mezes, antes que pudesse ser pelos mesmos recebido. As suas propostas: pagamento de uma indemnização de tres milhões de cruzados à W. I. C., permissão para que um determinado numero de navios hollandezes continuassem a traficar no Brasil e desistencia do commercio de sal em Setubal em favor dos Neerlandezes, foram *in limine* rejeitadas como indignas de discussão (419). Ao embaixador foi dado a entender que a attitude hostil dos subditos de Portugal no Brasil obrigava os Estados Geraes a proibir a todos os Portuguezes a residencia na Hollanda. Foram entregues os passa-portes a Antonio de Souza e o encarregado de negócios hollandez em Lisboa foi chamado a Hayá.

Mas o desfecho não tinha de ser a guerra. O anno da "Groote Vergadering" (Grande Assembléia) trouxe, a 9 de Outubro, o acto de Cromwell relativo á navegação, o qual visava desferir o golpe de morte sobre o transporte marítimo hollandez. O perigo de uma guerra naval anglo-neerlandesa tomou aspecto ameaçador e obrigou os Estados Geraes a fortalecer o poder marítimo da Hollanda, com a transformação de todos os barcos mercantes disponíveis em navios de guerra (420). Em tales circunstancias não era mais possível cogitar de nua expedição de socorro ao Brasil.

(419) Neischer, p. 160 segs.; Brandenburger I, p. 136.

(420) Dlok, Geschlechter V, p. 62. Edição Alemã V, p. 75 segs.

Com grande afflictão souberam o Presidente e o Conselho, em Abril de 1652, da tensão de relações que surgira entre a Inglaterra e os Países Baixos. Elles estavam plenamente convictos de que a mobilização das forças navaes hollandezas contra a Grã-Bretanha só poderia trazer as consequências mais desfavoráveis para a Nova Hollanda. De facto, no fim de 1651, dous navios de guerra que se achavam em Recife, receberam ordem de voltar imediatamente à Metrópole (421), e alguns meses depois diversos barcos brasileiros foram capturados por corsários ingleses. O aparecimento de um grande cometa veiu apavorar a população do Recife, dia a dia mais nervosa. "O que elle nos vem trazer, felicidade ou desgraça, só Deus sabe", escreviam os conselheiros aos Estados (422). E novos pedidos insisteentes de munições e vitualhas, e queixas afflictivas eram dirigidos à Holanda. Tres comissários: Heussen, Hamel e Abrahão de Azevedo (este como representante dos Judeus) partiram para Haia afim de expôr detalhadamente aos Altos Poderes a verdadeira situação do Brasil hollandez. Ainda existe um bom numero de memoriaes desses "deputados brasileiros" em que se expõe em termos eloquentes "*den ellendigen, jammerlycken ende deplorabilen Staet, Misserien ende uytterste extremiteyten vande arme, rampsalige eude uytgemergelde getrouwne ouderdanen vande conquesten van Brasil*" (423-424), causando a sua leitura a mais funda impressão. Junto sua voz às queixas de Heussen, Hamel e Azevedo, o Con-

(421) Presidente e Cons., aos Est. Ger. e Câmara Zel. 28 Março 1652 W. I. C. O. C. N. 67.

(422) Presidente e Cons. à Generalidade, 20 Dezembro 1652. No mesmo fabrico.

(423) Os Enviaos brasileiros, aos Est. Gerais, 21 Junho 1651. Lise Stat. Gen. N. 5779. Trad. da cit. hollandesa: "O estado calamitoso, lastimável e deplorável, as misérias e as últimas extremidades dos pobres, fracos e exaustos subditos ficas das Conquistas do Brasil."

selheiro Michiel van Goch igualmente ebegado á Hayu, em 1653, o qual suppliou aos Estados Geraes que, mesmo não lhes sendo mais possivel socorrer a Colonia, mandassem ao meus umas duas embarcações ao Brasil, para que nellas pudesse regressar aos seus lares os compatriotas que ainda se achavam na Colonia (425). Tudo foi debalde. A guerra com a Inglaterra exigia da Republica tantas cautelas que não lhe era licito distrahir dinheiro e navios para outro fim.

Também os plenipotenciarios mandaos a Lisbôa nada puderam obter. Abando-se a frota hollandeza presa ás aguas patrias, não quiz João de Bragança, Livre no momento do receio de nma declaração de guerra, continuar a desempenhar o papel de dedicado servo dos Estados Geraes. E assim foi que esse rei, antes tão timorato, sumariamente recusou a proposta dos negociadores hollandezes, em virtude da qual deveria elle tomar posse para Portugal da parte sul, do territorio colonial, e ceder a W. I. C. a cidade do Recife bem como as capitâncias da Parahyba e Ceará. Muito ao invés, ordenou elle aos commandantes da frota da "Companhia Geral", agora prompta para viajar, que fizessem uma demonstração diante do Recife, em desafio aos navios de corso hollandezes, sem que entretanto se deixassem levar a um ataque. A 20 de Dezembro de 1653 ali lançaram ferro Pedro Jacques de Magalhães e Francisco de Brito Freyre (426), com 60 veleiros bem apparelhados. Com júbilo sandaram os patriotas o apparecimento dos navios. Elles estavam agora bem certos que havia soado a ultima hora para o redueto dos herejes, por tanto tempo infrutiferamente sitiado. Apezar da proibição, os chefes da frota cederam ás instâncias de Bar-

(425) Neescher, p. 162.

(426) O autor, já diferentes vezes citado, da lista "Nova Luritania".

reto, Vidal e Vieira, de fazerem causa comum com elles. E logo que os necessarios preparativos foram feitos, começoou, em 15 de Janeiro de 1654, o ataque aos fortes externos. As fortificações, em parte defendidas com bravura, fomos rapidamente capitulando, uma após outra. Enquanto Schkopp não se deixava sucumbir e mostrava-se decidido a sustentar o Recife até às ultimas, a população perdia inteiramente a cabeça. Foi, então, quando o desespero chegava ao seu auge, que correu a noticia celere, na cidade, que na foz do rio Parahyba estava ancorado um navio fartamente carregado de dinheiro e munições. Era o cargueiro das Indias Orientaes "Westvriesland", destinado a Batavia, que ventos desfavoraveis haviam impellido tão longe para o Oeste, e que realmente trazia em seu bordo dinheiro e material bellico. Sem que os Portuguezes notassesem, um esperto barebeiro levou ao Capitão e ao Sobre-carga do "Westvriesland" uma carta do Presidente do Conselho. "Achamo-nos em terríveis apuros", informava Schoonenborch, "pois o inimigo nos bloqueia por mar e por terra. Aos pobres de nós dae todo o ouro e munições de que puderdes dispôr, e fornecei, como possivel fôr, ao Commandante do Forte Cabedello, Coronel Houthain 40 a 50 mil florins, 20.000 libras de polvora e a maior quantidade possivel de chumbo. A nossa sorte depende unicamente de vós; nenhum socorro ha mais a esperar. Os Altos Poderes hão de, certamente, indemnizar a O. I. C. de todos os prejuizos (427).

Ao receber do Sobre-carga do "Westvriesland", em 25 de Janeiro, um caixote com 8.400 florins, além de 5.000 libras de polvora, 2.610 de chumbo e 3.500 balas de canhão, mal pensava Houthain que os defensores do Re-

(427) Schoonenborch ao Sobre-carga Adam van Mandern a Capitão Hendrik Jensen Poljabreck a bordo do "Westvriesland". 19 Janeiro, Huybrecht Brett nos intimos, 19 Janeiro 1654 W. I. C. O. C. Nr. 67.

cife já haviam enviado um parlamentar a Barreto. (428). Estava este encarregado de negociar a rendição, que tres dias depois se realizou, sob honrosas condições. Os Hollandezes declararam-se promptos a evacuar o Recife, bem como todas as posições e zonas littoraneas até então ainda mantidas em Itamaracá, na Parahyba, no Rio Grande e no Ceará, e a entregar aos libertadores vitoriosos, canhões, munições e armas. A's tropas foi garantida a livre retirada com horas militares, aos soldados e civis concedeu-se que ficasse com os seus bens moveis, e por-se á sua disposição um certo numero de navios capazes de se defenderessem, — assim de que elles pudessem se transportar aos lares patrios. Quem se tivesse casado com una portugueza, podia leval-a com-sigo una vez que ella nisso consentisse. A todos os partidarios dos Hollandezes: Portuguezes, Judeus, Mulatos, Negros e Indios concedeu o vencedor amnistia plena e permitti que israelitas e acatholicos continuassem a residir no paiz, recebendo o mesmo tratamento que se lhes dava em Portugal. Nesse tratamento se comprehendia certamente a entrega dos incréos ao tribunal da Inquisição, — o que provocou a judicosa observação de Netscher: "ce qui eachait une arrière-pensée digne de l'intolerance religieuse de ces jours-là" (429).

No dia 27 de Janeiro, Viciaria entrou na cidade, comandando a vanguarda; seguiram-se-lhe no dia seguinte Barreto e Vidal "com perfeito cavalheirismo tratou o Mestre de Campo General a Schkopp e aos Conselheiros que o foram esperar ás portas da cidade. Apeou-se do cavallo, seguiu com esses Senhores a pé, foi logo visital-os em suas casas e não quiz consentir que elles o

(428) Recibo do Ho. Balm de 25 fevereiro 1651. Na mesma moço.

(429) Sobre a Capitulação do Recife. Pamphlet "Accord von Brasilien", Amsterdã 1651; Netscher, p. 163; Raphael de Jesus, p. 501 e segt.; Vornhagen, p. 366 e segt.; Brandenburger, I, p. 120 e segt.

acompanhassem até o palacio governamental" (430). O avisado Portuguez assim calculou: Quanto mais correcta a sua entrada na capital conquistada, quanto mais intreprehensivel a sua conducta para com os vencidos, — tanto menor seriam as difficuldades por elle crendas no seu Reino nas compliengões já agora inevitaveis com os Paizes Baixos.

A noticia da queda do Recife, e sobre tudo a comunicação de que o Presidente e o Conselho se haviam obrigado a garantir a evacuação dos fortés situados no Norte, causaram grande excitação nas guarnições do Forte Orange em Itamaracá e do Forte Cabedello, sobre o Parahyba. Correndo que os Portuguezes não haviam concedido perdão, — as praças alli aquarteladas abandonaram sob protesto as fortificações, levando consigo a artilharia e todo o armamento, recolheram-se em embarcações e fizeram-se de vela para a Europa com escala pelas Antilhas (431). Nas outras praças a capitulação se realizou sem o menor incidente. Naturalmente todos os que se destinavam á patria, queriam receber o seu dinheiro antes da partida. Comerciantes, funcionários publicos, empregados e, em particular, officiaes e soldados investiam a Casa do Conselho, em Recife, onde os primeiros a chegar ainda receberam dinheiro de contado. Mas com promessas de pagamento na Metrópole, ninguem se queria deixar embalar. Ameaças foram lançadas contra os Conselheiros, aos quaes no ultimo momento ocorreu uma ideia salvadora. O erario achava-se exgostado, mas nos armazens havia grandes depositos de pau-brasil, que devia servir agora de meio circulante para os pagamentos reclamados. Fixou-se o valor de 100 libras de pau-brasil em 18 florins, e neste

(430) Brandenberger, I, p. 123.

(431) Notulas do Brasil, 2, 5 Fevereiro 1644, W. I. C. O. C. Nr. 75.

razão, com o produto tão vivamente cubiçado na Holanda, e sempre tão vendável, foram pagas as dívidas e os salários atrasados. Cada um que providenciasse eu-
tão sobre o transporte de sua mercadoria nos navios abarrotados. Grande trabalho deve ter tido com isso Huybrecht Brest, que recebeu, só ele, 70.000 libras de madeira em pagamento (432).

Para cumprimento das condições da capitulação e recebimento do Inventário (433) ficaram em Recife três plenipotenciários, aos quais o Conselho incunhava de venderem em hasta pública ao maior licitante todos os negros ainda pertencentes a Hollandezez, assim como de repartirem por diversos navios o acervo de livros de contas, títulos e documentos de todas as autoridades e administradores da fazenda pública, euderegando tudo eu-
globadamente á "Generale Reckenkamer" (Camara de Contas) da W. I. C. em Amsterdão (434). Infelizmente, desse material extremamente valioso para o conhecimento de como acabou a empresa brasileira, só restam as Notulas de Dezembro de 1653 ao começo de Abril de 1654. E isso por obra do acaso, pois sobreviveram apenas como instrumentos de prova no afadigado processo contra Schoonevoren e Haex, tendo ficado archivadas como peças judiciais.

André Vidal transmitiu pessoalmente a João de Bragança, em 19 de Março a notícia da entrada em Recife e libertação definitiva de Pernambuco, — o que despertou enorme júbilo em Portugal e fez palpitar mais alto todos os corações (435). Nas igrejas e capelas graças foram elevadas a Deus e à Santa Virgem pela

(432) Notulas da 27 Fevereiro 1654.

(433) "Inventario das Aratas", na Rev. da Inst. Petrônio, XLVI, p. 141
e segs.

(434) Notulas do 6 de Abril 1654.

(435) Verhagen, Jr. 380.

assinalada victoria sobre o Anti-Christo, e o Rei conferiu aos Chefes da Campanha Libertadora as mais altas distinções.

Na Hollanda, entretanto, reinava profunda indignação pelo acontecimento quasi inconcebivel, para os filhos da orgulhosa Republica, de que houvessem Hollandezes de ceder o campo a Portuguezes. Em condições normaes isso nuner poderia ter succedido; logo, houvera no caso traição. E assim, em vez de trazer á barra do tribunal o verdadeiro culpado, a W. I. C. e os seus dirigentes, e interpellal-os porque haviam deixado as causas chegarem a tal ponto, porque a Companhia não tinha proeirado provêr a João Mauricio de todos os recursos, porque tão mal enidaram da Nova Hollanda, e não haviam em tempo concordado com a veida proposta, quando a Insurreição se lhes sobrepujara e a oportunidade de una alienação vantajosa se lhes offerecia, — o publico hollandez extravasou toda a sua colera sobre as infelizes victimas da W. I. C., sobre Schoonenborch, Huyex e Schkopp. Todos os tres em seus relatorios haviam affirmado mais uma vez aos Altos Poderes, que abandonados pela patria aos proprios recursos e verdadeiramente supplantados pelos Patriotas que combatiam em prol do seu lar, do seu rei, e do seu Deus, não tinham elles que escolher senão entre os dois extremos: deixarem-se trucidar, ou entregarem a posição que se tornara indefensavel (436). O bravo Schkopp, a quem a W. I. C. era devedora da maior gratidão pelo seu devotamento e pelos serviços prestados em circumstancias tão embaracosas, que apesar de gravemente ferido se manteve firme até as ultimas em seu posto, foi a 2 de Setembro de 1654 conduzido preso, por um sargento e tres soldados, como um criminoso perigoso, enquanto Scho-

(436) O Relatorio, em Altezza III, p. 1116 e seg.; Lusac II, Anexo J.
1 o 2.

onenborch e Haecx eram interrados em suas casas e ali conservados sob rigorosa vigilância. A acusação era assim formulada: em vez de empregarem todos os meios para a manutenção do Recife e dos Fortes do Norte, tinham os accusados por indesculpável fraqueza entregue os baluartes ao inimigo (437).

Um vil pamphleto, inspirado pelo Directorio da W. I. C., ou talvez mesmo da autoria de um dos directores atacou com artilharia grossa os "pusillanimos traidores". Louvou as benemerencias da W. I. C. pela propagação da cultura neerlandesa e desenvolvimento do tráfico mercantil dos Paizes Baixos, lamentando, porém, que os interesses da illustre Companhia no Brasil não fossem confiados à melhor gente. As allegações de Schooneveldt, Haecx e Schkopp, da falta absoluta de dinheiro para reparar as fortificações, alimentar, vestir e pagar as tropas, eram echos inteiramente perdidos. Pois não sabiam todos que a Companhia havia sacrificado somas fabulosas no Brasil holandez, mas que infelizmente a maior parte dos florins se canalizara para os bolsos de funcionários infieis? Contra os rogos vehementes dos officiaes e dos soldados, que queriam defender os bastiões até o ultimo alento, as autoridades civis e militares tomadas de pavôr haviam assignado a ignominiosa capitulação do Recife e das outras praças fortes. E para que? Para salvarem um resto de vida miserável! "Por culpa desses poltrões, havemos perdido um reino. Durante 20 annos nos pertenceu esse magnifico paiz, cuja indigna entrega ha de ainda encher de vergonha gerações. Bem poderão pensar os paizes estrangeiros que nós Hollandez nem forças tivemos para defender a nossa possessão brasileira! E como não nos teriam ficado gratos os Pernambucanos,

se lhes fosse dado continuarem a viver sob o domínio da Hollanda!" (438).

Em resposta ás ignobres assaendilhas, reportou-se Schikopp aos seus relatórios nas partes referentes aos factos capitulados, justificando-se do que havia feito. A sentença condenou aquele homem benemerente á perda do salario a partir de 26 de Janeiro, o "dies ater" (atro dia), e cancellou todos os ereditos por elle pleiteados perante os Altos Poderes e a W. I. C. Até mesmo as custas do injusto processo foram lançadas á sua conta (439). Nada havendo sido provado contra Schonenborch e Haecx, foram elles postos em liberdade.

Quasi dous mezes e meio após a queda da Nova Hollanda, a 5 de Abril de 1654, firmaram a Inglaterra e os Paizes Baixos a paz de Westminster. Os Paizes Unidos tiveram de se sujeitar ao Acto de Navegação do Lord-Protector e ao direito de pesquisa dos Ingleses, — mais ainda a reconhecerem a soberania da bandeira inglesa nos mares britânicos: — "União cruel segundo as ideias daquelle tempo" (440). Profundos foram os golpes soffridos pelo commercio hollandez, com o desfecho da guerra marítima anglo-ueerlandesa, e a perda do Brasil. Mas "gragas á sua frota e seus chefes" conservou-se "o poder naval da Republica ufanico de si mesmo" (441). E logo que cessou o perigo externo começaram os Hollandezes a ajustar contas com Portugal, que tivera a ousadia de infligir tão vergonhosa derrota á W. I. C. Mas não no Brasil, onde a dominação

(438) Cort., Verbael Van't schandelyck overgeven ende verloten vande... Conquesten van Brasil, Middelburg 1655. Vista Judicial dos pamphletos à pag. 67.

(439) Alterma III, p. 1122; Wagenaer, Nederlandse Historie XI, p. 381; Vechtilagen, p. 386.

(440) Treitschke — Escriptos Históricos e Políticos II (5.^a ed.) p. 528.

(441) F. Rechtfert. O Poder Marítimo e Comercial Holandez antes e depois da conquista da Colônia neerlandesa, publicação em Leiden 1879, p. 102.

hollandeza terminara para sempre; e sim, nas Indias Orientaes, onde perderam os Portuguezes Ceylão "a perola do Oceano Indico" (442) e na Costa de Coromandel, da qual lhes arrebataram os importantes entrepostos de Taticorim e Negapatam.

Nesse entretanto, Luiz XIV tinha offerecido a sua mediação entre a Corte de Lisboa e os Estados Geraes sobre o caso pernambucano que a Hollanda não considerava, em absoluto, liquidado. A perspectiva a principio favoravel do estabelecimento de um acordo turbou-se, porém, quando, por morte de João de Bragança, subiu ao throno portuguez Affonso VI ainda menor, sob a tutoria da espanhola Luiza de Guzman, sua mñc. Com a Regente e o rei menino, julgaram os Hollandezes que seria iuntil rasgar sedas. Uma de suas frotas subiu o Tejo e foi lançar ancorea defronte da Capital. Os representantes dos Mui Altos e Poderosos Senhores, que tinham vindo eoir a esquadra, exigiram, em tom jongo amistoso, a entrega da Nova Hollanda, Angola e São Thomé, bem como uma elevada indemnização pelos estragos causados na area da Colonia. No primeiro momento o ministerio ficou aterrado, mas logo recobrou animo e tratou de sahir-se da incomoda situação, recorrendo a evasivas. Os Hollandezes, contudo, não se deixaram levar por isso, e depois de terem desmascarado as manobras diplomaticas da Regente e seu Gabinete, declararam guerra a Portugal, em 22 de Outubro de 1657 (443). De Ruyter bloqueiou a costa portugueza; de parte a parte apresaram os belligerantes barcos mercantes em aguas europeas e americanas; mas perdas reaes sofreram os Portuguezes sómente nas Indias Orientaes, onde a O. I. C. lhes roubou todos os pontos

(442) Handelmann, p. 232.

(443) Mais minuciosas em Brandenburger, I, pag. 126 e segs.

basicos de commercio em Malabar. A Angola e o Brasil não foram attingidos pela guerra.

A interferencia da Hollanda nos negocios sucedinamarquezes, os esforços da França por conciliar os Hollandezes com os Portuguezes, sobre tudo, porém, a aliança da Inglaterra com Portugal entabolada pela rainha Luiza, para assegurar o seu paiz contra a Espanha, e fortalecida pelos esposas de Carlos II com a Infanta Catharina de Bragança, bem como pela cessão de Tanger e Bombaim aos Ingleses, conduziram a um acordo entre Haya e Lisboa. A 6 de Agosto de 1661 a paz foi assignada. Em troca de uma indemnização de oito milhões de florins, garantia de commerceio livre e direito de estabelecimento em todas as colônias portuguezas, renunciaram definitivamente á Nove Holland e Angola, os Altos Poderes e a W. I. C.

"A peleja pela posse do Brasil tinha sido pelejada até no fim", seguindo se exprime Handelmann. Contra a Espanha, a França, a Inglaterra e os Paizes Baixos, havia a Nacionalidade Portugueza defendido lourosamente o seu domínio colonial sul-americano, e salido vitoriosa afinal. Nunca mais, desde então, o seu império sobre essa terra soffreu seriá ameaça (444).

A Companhia das Indias Occidentaes, entretanto, cujo breve domínio em Pernambuco não deixara um só vestigio (445), veiu a perder ainda, com a paz de Breda, (1667), a sua possessão norte-americana, a Nova Neerlandia, conseguindo apenas salvar do naufrágio a Guyana, que mal desabrochava, algumas ilhas no Mar dos Caraibas e as feitorias da Costa do Ouro. Desde muito abalada em seus fundamentos, pende a Companhia manter-se á tona mais sete annos ainda, depois dos

(444) Handelmann, p. 227 e segs.

(445) Brandenburg, I, p. 131.

quaes o descalabro completo de suas finanças forçou á liquidação os seus dirigentes, os Bewindhebber. Assumiu o seu passivo de seis milhões, á razão de 30 %, a segunda W. I. C., fundada no anno 1674. Teve também a herança de todas as possessões que ainda restavam no exterior. O negocio principal da nova sociedade até o seu desapparecimento (1791) era constituído pelo trafico de escravos. Com o fornecimento do "marfim negro" aos plantadores espanhoes pôde ella auferir grandes lucros, annos e annos (446).

No termino das luctas contra os povos ibericos, os Hollandezes ainda "mantinham o seu posto na vanguarda das nações que se davam ao comércio marítimo. Como potencia colonial, porém", diz Supan, "entraram, desde esse tempo, para a mesma categoria de Espanha e Portugal. A todas as tres acham-se marcadas circunscrições determinadas, dentro das quaes consolidam a sua posse e dilatam mesmo as suas fronteiras; o que não lhes compete mais, é tomar parte na colonização do resto do mundo. As forças que d'aqui por diante operam neste sentido são a Inglaterra e a França" (447). E, de facto, assim foi que, como escreve Kalff no final de seu trabalho "t'Verzuimd Brasil", apoiado numa versão popular corrente na Holanda:

"Van Jacatra olim begon de victorie, van het verwonnen Recief de nederlag"; (ou, em tradução portugueza: "De Jacatra começou outr'ora "victoria, — de Pernambuco perdido, a derrota").

(446) Blok, Geschichte V, p. 155. Edição Alemã V, p. 556.

(447) Supan, Desenvolvimento territorial das Colônias Europeias, p. 73.

(448) Kalff, p. 233. Jacatra, situada na Costa Setentrional de Java sul e ponto donde Jan Pieterszoon Coen, o fundador da Flântia, começou a sua expedição victoriosa.

LIVRO SEGUNDO

Condições internas do
Norte do Brasil ao tempo
da dominação hollandeza

CAPÍTULO PRIMEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL E AS FINANÇAS DA NOVA HOLLANDA.

Em todas as exposições da empresa hollandeza no Brasil anteriores, nota-se a falta de um quadro comprehensivo do desenvolvimento interno da região colonial em seu conjunto.

Mesmo Netscher e Varnhagen, como já ficou dito na introdução, apenas se limitaram a escrever a história externa da luta pela posse do Brasil Norte. Sobre a administração da Colonia, suas condições religiosas e a vida em commun de homens brancos e de cér, os livros dos dois historiadores bem pouco realmente contêm. Eram coisas estas que, ao tempo em que essas obras vieram à lume, nenhum interesse despertavam, — coisas de que nada se sabia, nem se podia saber. E' justo confessar, entretanto, que Netscher e Varnhagen não haviam tido a possibilidade de fazer investigações nas "Actas" do Archivo da Companhia.

Os documentos do Archivo Geral do Estado por elles consultados offereciam material tão escasso para o conhecimento do desenvolvimento interno que com efeito não valia a pena esquadrinhar o entulho em busca de pedras que permittissem formular conclusões sobre a architectura primitiva do edificio. Dos exploradores

mais modernos do assumpto, sómente Souto Maior teve conhecimento do conteúdo dos papéis do Archivo da W. I. C. Contentou-se, porém, em lançar nos "Fastos Pernambucanos", para gaudio de sens leitores, umas duas amostras dos resultados de suas investigações.

Aventurando-me, nos capítulos que se seguem, a reunir em lineamentos descriptivos distintos as innumeráveis notícias extraídas das "Actas" da Companhia sobre a administração de Pernambuco, Egreja, Missão e condições sociaes, bem conseio estou da dificuldade da tarefa, e ao dar este passo penhumma illusão me donina. De maços incompletos de documentos não é possível desencontrar obras d'arte perfeitas e acabadas.

Já o quadro da Administração da Nova Hollanda e sua organização não é fácil de recompor, pois faltam muitas peças constructivas para os annos de 1630 a 1636; e mesmo para o periodo dos Statthalters (Governadores) o material existente é muito lacunoso. Como foi visto na parte relativa à sorte do domínio colonial no Brasil, só se pode dizer que houve uma administração regularizada, depois que João Mauricio chegou ao paiz. Antes de sua vinda, os negoeios eram geridos por um governo provisório. Com a esquadra de Louçq., como deve estar lembrado o leitor, vieram para Pernambuco trez funciouarios civis, que deviam organizar, como representantes da W. I. C., a administração da região conquistada. Eram designados como "Conselheiros Políticos" e, mais uma vez o dizemos, para fazer parte desse Collegio (ou Conselho) foi também nomeado o Coronel Waerdenburch. Apezar, porém, do título pomposo de "Governador", não lhe era conferida plena autoridade senão em matéria militar. Outras quaisquer decisões dependiam do acordo dos demais membros do Conselho. Enquanto nas Indias Orientaes o Governador, de inicio, desempenhava as

funções de presidente do Collegio dos Conselheiros (ou Junta do Conselho) (449) no Brasil não lhe cabia nem mesmo o privilegio de "primus inter pares". Já uma vez foi dito que os Directores da W. I. C., muito de industria se haviam cohibido de dar poderes mais amplos aos Commandantes de tropas, tendo em vista sufocar logo no nascedouro os impétos de independencia, tão diffieis de dominar entre os militares.

Não nos havendo sido transmittidas as Instruções pelas quaes se regiam os primeiros Conselhos politicos, somente conjecturas podemos fazer sobre a natureza e extensão de sua competencia funcional e os deveres que lhes eram traçados. E' bem provavel que os paragrafos mais importantes das injunções regulamentares tcham sido mais ou menos deste teor: mantendo a ordem no territorio recem-conquistado, interessae-vos pela estricta observancia dos mandamentos da Companhia, institui um tribunal de justiça, eastigae todas as transgressões das nossas ordens, cuidae do sustento das tropas e entrae em preparativos immedios para a remessa regular de assucar e madeiras de tinturaria.

Como nas Lídias Orientaes, a administração da justiça achava-se entregue precipuamente ao bom arbitrio do Governador e do Conselho (450). A elles competia laugar os alicerces para a erecção em Pernambuco, dos institutos de administração e justiça, tendentes ao fortalecimento do dominio hollandez. Como os primeiros Conselheiros se desempeñaram desse dever, quantas vezes assumiram as funções de juiz em materia civil e criminal, quantos funcionários foram por elles nomeados, nada consta infelizmente das "Actas". Sabe-se apenas que, em consequencia da pessima organização do

(449) Klerk de Ruyt, p. 82.

(450) Ibidem, p. 81.

serviço de transporte de viveres, da metropole, com muitos embarágios tiveram de lutar os Conselhos para provêr ao abastecimento do exercito, e que esse trabalho preferia a qualquer outro. Grande parte dos generos trazidos pelos navios já chegava em mau estado de conservação; os barris de vinho e de azeite arrebentavam devido à ação dos ardentes raios do sol tropical sobre os armazens, e o conteúdo de muitas caixas e toneis se estragava, pelo seu mau acondicionamento. Em Novembro de 1631, nomeou o Conselho ao comerciante Doucker, que lhe fôra enviado da Zelândia, diretor dos armazens de abastecimento. A sua primeira carta é pouco consoladora: "Em nossos depósitos de generos alimentícios pululam os ratos e a bicharia, no queijo se desenvolvem os vermes, e as barriegas de bacalhau corrompido exalam um horrível fetido. Duro officio realmente é este em que me metti" (451).

Os Conselheiros respiraram quando, em 1633, dous Directores da W. I. C., Mathias van Ceulen, de Amsterdão, e João Gijsselingh, de Middelburgo entraram para a administração do Governo. Esse facto veiu até certo ponto fortalecer o prestígio do Collegio dos Conselhos Políticos perante o Chefe da esquadra, os commandantes de tropas e officiaes, os quaes nas circumstanças enredadas em que se achava a região da conquista, e preoocupados a todo momento com as surpresas por parte do inimigo, nenhuma importancia ligavam às ordens das autoridades civis. A Ceulen e Gijsselingh foram dadas instruções precisas, e fornecidos 162.000 florins em dinheiro de contado para pagamento do pré aos soldados, das despesas de alimentação e dos soldos dos officiaes. Incumbia-lhes especialmente providenciar para que fossem attendidas pelos Commissarios as recla-

(451) W. Doucker à Camera da Zelândia, 5 Nov. 1631. W. I. C. O. C. Nr. 49.

mações dos soldados sobre insuficiencia de roupa, calçado e alimentação. Deviam tambem elles empregar todas as suas artes de persuasão, (promettendo mesmo participação nos despojos), para obter o re-engajamento dos soldados que houvessem completado o tempo de serviço, o que muito contribuiria para que se reduzissem ao estritamente necessário, as despesas com as remessas de reforços. Cumpria-lhes ainda collocar nas mãos de gente de confiança a administração dos armazens, designar funcionários para guarda-livros dos mesmos, e organizar o orçamento para o Brasil Norte. O Directorio prometia a Ceulen e a Gijsselingh um salario mensal de 800 florins, garantiu a cada um 2.400 fls. para despesas de intallação e tres por cento de todas as presas, assumindo, igualmente a responsabilidade do fornecimento do mobiliario necessário e pagamento dos secretarios e pessoal domestico. Caso os dous Directores se invalidassem no serviço da Companhia ou perdessem a vida no Brasil, a W. J. C. se declarava prompta a pagar uma pensão ás suas viuvas ou herdeiros (452).

Ainda após a chegada dos Directores, as relações entre a administração civil e militar continuaram tensas. Ambas estas queriam dominar; uma não queria que a outra se intromettesse em seus negócios. Os officiaes renovaram a velha exigencia de Waerdenburch, de se separar o poder civil do militar. Doutro modo a situação se tornaria insustentável e o futuro do Brasil hollandez correria grande risco. O proprio Waerdenburch, que havia voltado para a Hollanda em 1633, e, por qualquer motivo, não fazia bom conceito dos Conselheiros, ficou furioso ao ter conhecimento do conteúdo de uma missiva dos Directores "delegados", Ceulen e Gijs-

(452) *Instructie voor de Heren gedelegeerde Bevriendhebberen usw.* (Instruções para os senhores Directores Delegados, etc.). 2 de Junho 1632. W. J. C. O. C. Nr. 2.

selinghi. Firmados nas vitorias alcançadas depois da sua vinda, communicaram ambos para a metropole, que não podiam explicar por que razão tão pouco se houvera emprehendido em 1630 e 1631, nem por que o Commandante em Chefe desse tempo se mostrara possuido de tanto respeito pelo poder militar e fortificações do inimigo. Segundo a sua opinião, a c'le e ao seu corpo de officiaes faltára apenas bona vontade para zelar os interesses da W. I. C., e apertar energeticamente a caravelha aos Portuguezes (453). Que Waerdeuburch teve de lutar nos primeiros tempos com inúmeras dificuldades, e não dispnzera do auxilio de 'm Calabar (a cujos consellios muito era devedôra a direcção militar dos hollandezes), disso não falaram, e m'telosamente. Ceulen e Gijsselingh.

Por espaço de dois annos, empenharam-se os dois Directores em ver que as cousas andassein direito no Brasil. De facto, a sua presença trouxe sorte á Companhia. Ao Norte e ao Sul do Recife a conquista hollandeza fez rápidos progressos. Considerável numero de navios mercantes inimigos foi capturado, e os carregamentos de assucar e madeira de tinturaria destinados á Hollanda iam crescendo dia a dia. No fim de 1634, Ceulen e Gijsselingh puderam enviar aos Altos Poderes e aos Directores relatorios com prognosticos muito favoraveis para o Brasil Norte, e não é de admirar que a situação fosse considerada com extreme optimismo. Era bem certo que Lichthardt, Schkopp e Artichofsky no correr de alguns mezes haviam submettido os Fortes da Parabyba, o Arraial, Nazareth e Porto Calvo, — em 1635 bem se podia já considerar as Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande na efectiva posse da Hollanda; mas muito faltava ainda para

(453) Centro e Gijsselingh à Cam. de Zeelandia, Março 1633. W. I. C. Q. C. Nr. 50.

que essas vastas regiões pudessem satisfazer ás elevadas expectativas que sobre a Nova Hollanda nutriam o Directorio ávido de pingues lucros e os accionistas que contavam auferir avultado rendimento dos capitais invertidos na empresa.

Depois da partida de Ceulen e Gijsselingh, os cinco membros do Conselho Político restantes, ficaram ás tontas. Negocios que só poderiam ser resolvidos com acerto por homens dotados de comprovado fino de organização, foram deixados á mercê de cinco Conselheiros, inexpertos, pouco zelosos, e que punham o proveito proprio acima dos interesses da Companhia. A um dos mesmos cabia o encargo de acompanhar o Commandante das tropas em suas expedições de guerra e assistir aos assedios, para que Schiltopp e Artichofsky nenhuma ação de importância tivessem sem consulta previa ao Conselho Político. O segundo membro do Conselho cuidava, no Sul de Pernambuco, do armazenamento e transporte do assucar apresado, bem como do abastecimento das forças em operação nessa região. Os outros tres se repartiam na Administração das quatro Capitanias conquistadas (454). Todos os cinco Conselheiros se achavam tão sobreencarregados de trabalho, que, mesmo por força do afastamento em que viviam, só em ocasiões de excepcional importância, se podiam reunir em sessão em Recife. Como a amplitude da actividade e a dispersão de forças do Conselho, lhe tirassem a possibilidade de uma interferencia no momento preciso, o Almirante e o Commandante em chefe das tropas puzeram á margem todo o respeito á autoridade civil e faziam o que bem lhes parecia. Assim foi que a falta de um poder central bem organizado se fez sentir tão penosamente, no Brasil, e, para que o domínio hollandez se

(454) Relatório do Cons.º Servatus Carpenter, 11 de Julho 1636. W. L. C., O, f. N. 51.

mantivesse firme e duradoura, imprescindível se torcou a nomeação de um Capitão General que tomasse a si a superintendência dos negócios militares, de justiça, administração e agricultura, — em summa, de toda a vida social e económica do Estado.

Noutra passagem deste livro, ficou referido como as notícias vindas do Brasil influiram sobre os corpos dirigentes da Hollanda, e deram occasião a que fosse enviado o Conde João Mauricio. Mas antes de se fazer ao mar a expedição do Príncipe, haviam chegado ao Recife os novos membros do Conselho Político, os quais foram jubilosamente acolhidos pelos seus "confratres" (455). Em 23 de Agosto de 1636, os Estados Gerais ratificaram as Instruções dadas nos mesmos para a nova governação do Brasil ("voor de nieuwe Regeerriug van Brazilie") (456). Como representante da soberana W. I. C. e Chefe do Alto Governo sobre as terras conquistadas e por conquistar no Brasil Norte, recebeu João Mauricio o título de "Governador, Capitão e Almirante General". Nessa qualidade devia elle presidir ao Conselho organizado segundo o modelo do das Índias Orientaes, e assumir o Commando Geral do Exército e Marinha na Nova Hollanda. Foi-lhe também conferido o direito de nomeação dos commandantes de fortalezas e de regimentos militares. Era de sua competência provêr todos os postos de officiaes, de alferes para el-nas; apenas a escolha do "Almirante da Costa Brasileira", dependia da approvação do Conselho dos XIX. Devia o Directorio Geral ser igualmente ouvido, quando a dilatação do territorio conquistado exigisse a ereção de

(455) Cons. Pol. ao Cons. dos XIX e à Cm. à Zel., 11 Junho, 25 Julho 1636.

(456) *Instruction des Generalsäulen für Brasilien* W. I. C. O. C. Nr. 48. Já se faz referência nos pontos capitais destas Instruções no Cap. 3º do 1.º conf. pag. 142.

novos postos administrativos, ou fosse necessário aumentar os salários.

Junto ao Governador foi criado o "Collegio do Alto Conselho Secreto", composto de três Directores experientes. Os seus membros eram da nomeação da Directoria Geral da W. I. C. mas só podiam tomar posse do cargo, depois que os Altos Poderes e o Príncipe Frederico Henrique de Orange houvessem manifestado a sua aprovação. Deviam ellos, com o seu conselho e assistência cooperar com o Príncipe, quando o exigissem as emergências políticas, militares e financeiras, — resolver com elle as operações a realizar em mar ou em terra, — e finalmente opinar sobre o estabelecimento mais conveniente de uma fortificação, — e melhor distribuição dos contingentes militares pelas diversas Capitanias. No caso de ausência do Governador, por se achar empenhado em alguma expedição de guerra, ou ter sido chamado à Holanda para prestar informações aos Estados Geraes e ao Directorio, cabia ao Conselho fazer as suas vezes. A fiscalização suprema (die Oberste kontrolle) dos negócios judiciais e financeiros da Colônia foi confiada aos Altos Conselheiros Secretos, os quais deviam ser mantidos pelas administrações provinciais e autoridades locais ao corrente de tudo quanto se passava nas diferentes circunscrições. Aos Conselheiros foi fixada a remuneração pecuniária seguinte: o honorário mensal de 500 florins, cama e mesa, e 3 por cento do valor de todos os barcos e mercadorias capturados, — afóra um auxílio para primeiro estabelecimento na importância de 1.200 fls. (457).

(457) Condition waerop de Bloogo ende Secrette Roden van Brasili bij de vergadering van de NIX zullen worden overgenomen. Amsterdam, 14 Agosto 1676
W. I. C. O. C. Nr. 2 — Trad. do est. holandês: Condições sob as quais o Alto Conselho Secreto do Brasil deverá ser aceito pelo Conselho das NIX,

Determinaram mais os Altos Poderes que em toda campanha um Conselheiro acompanhasse o Governador. Dos motivos, já tivemos conhecimento quando da nomeação de Waerdenburch. No intuito, entretanto, de fortalecer o prestígio do Statthalter na reunião do Conselho, foram-lhe conferidos dois votos, afim de que fizesse maioria se um só dos três Conselheiros ficasse do lado Iacó. Mas essa medida era quasi desnecessária, porquanto a imponente personalidade do Príncipe Governador sobrepujava-se completamente ás de Ceulen, Gijsselingh e van der Dussen, e, demais, João Mauricio sabia com admirável tacto sugerir ás suas idéas aos Conselheiros, de maneira a poder contar com a sua aprovação em todos os casos de importância. Ao Conde de Nassau bem se ajustava o que François Valentijn, em seu livro "Oud en Nieuw Ost Indien" ("Velhas e Novas Indias Orientaes"), uma vez disse sobre as relações do Governador Geral em Batavia para com o Conselho das Indias: "O poder deste Senhor muito se aproxima ao de um rei ou monarca. Apesar de ser simplesmente o presidente do Conselho, certo é que sabe manter presos aos seus cordeis os membros do mesmo, de modo a fazer que predomine sempre a sua vontade. Mas mesmo som taes cordeis, o seu poder é tão grande que caso tivesse de emitir a sua opinião, simplesmente como homem, nenhum dos Senhores Conselheiros teria a lembrança de contradizê-lo e se um delles o fizesse, o Governador logo o converteria, não só a elle, como aos que o acompanhavam. Aiuda un hypothese de se unirem todos contra elle, não era caso de se dar por vencido, pois assumiria sozinho perante o Diretório toda a responsabilidade, pelo caso em questão, e isso seria bastante para assegurar a sua completa vitória final" (458).

Para desafogo do serviço official, foi dado ao Alto Conselho um assessor, ou, noutros termos um secretario. A este competia fazer a escripturação dos protocollos do Conselho e lavrar todos os assentos, bem como assinar as cartas, e enviar de trez em trez mezes ao Directorio Geral as actas das sessões e o registo das plantações, fazendas e propriedades campestres transferidas a outras mãos ou desobrigadas, por tempo determinado, do pagamento de tributos.

As instrucções de 23 de Agosto de 1636 transformaram o Conselho Politico num tribunal de jurisdição civil e penal, como já antes ficou assinalado. A corporação devia se compôr de nove membros nomeados na Hollanda. E assim, Amsterdão tinha de dar quatro Conselheiros Politicos, Zelândia dous, as circunscripções do Mosa, do Norte e Groninga, um cada uma. Na escolha desses magistrados as Camaras da W. I. C. deviam pôr todo empenho em que só fossem aproveitadas pessoas honradas e de boa fama e em que os escolhidos professassem a doutrina reformada e fossem bem versados em matéria de Direito e Commercio. Dos nove Conselheiros, cinco deviam residir permanentemente em Recife ou no lugar que o Statthalter e o Alto Conselho promovessem á séde de sua residencia. Os outros quatro se encarregariam da administração provincial, mas depois de algum tempo revezar-se-iam com os Collegas investidos de funções judiciarias na capital. Pertenciam á jurisdição do Conselho Politico todos os processos civis e criminais, bem como as appellações contra julgamentos finais dos Conselhos de Escabinos, — instância considerada imediatamente inferior. Se autores e réos não se conformassem com o veredicto judiciario do Conselho Politico, poderiam appellar para o Alto Conselho, como tribunal supremo da Colonia. De como se veiu a processar em seus detalhes essa organização,

nenhuma informação fornecem infelizmente as fontes. Sabe-se contudo que o Conselho Político em sua função judiciária falhou completamente, — o que não é de admirar, porquanto a maior parte de seus membros não possuia o mais insignificante preparo jurídico. Em consequência disso, o Statthalter e o Alto Conselho, pouco depois da chegada dos novos magistrados, pediram ao Directorio Geral que só mandasse para a Nova Holanda juristas habilitados e que fossem versados também em matéria commercial. Diversos dos Conselheiros Políticos, por não terem capacidade para o desempenho do cargo, volveram a vista para outras profissões mais remunerativas e juntaram-se aos plantadores de canna e fazendeiros. Neste entremes, muita matéria processual se teria acumulado, bastante para tomar o folego, por mezes, ao Tribunal. E quantos delitos impuros, quantos malfeitores sem castigo! Esse desconhecimento do Direito por parte dos Conselheiros Políticos havia de causar naturalmente no paiz a pior impressão imaginável, e cecerto não deixaria de ser explorado tanto quanto possível em seu proveito pelos astutos Portuguezes (459).

Conquanto nas Instruções de 23 de Agosto de 1636 não se houvesse cogitado de um lugar de "Advocant-Fiskaal", ou Promotor Público, logo após a chegada de João Maurício, o conselheiro político De Ridder foi nomeado para exercer as funções desse novo cargo, junto ao Conselho de Justiça. Até onde se estudam os seus poderes, e que outras funções além das suas privativas porventura desempenhava, não se pode mais determinar. O material manuscrito é inteiramente mudo a esse respeito. Segundo toda apparencia, de

(459) Centen e Van der Doort in Cons. dos XIX, 20 Março; Gijsselsingh à Cx. de Zelandia, 2 Junho; Governador e Cons. no Cons. dos XIX, 2 Julho 1637. W. I. C. O. C. Nr. 52.

Ridder aceitou o cargo muito a contra-gosto. Faltava-lhe todo conhecimento prático, e apenas algumas semanas depois de sua investidura, Gijsselingh assim se manifestava a seu respeito: "Em vez de cumprir como Advogado-Fiscal o seu dever para com o Governo e a Companhia, de Ridder prefere dedicar-se à fabricação do assucar, enquanto a promotoria lhe padesse proporcionar bellos lucros". O pedido de exoneração desse funcionário teve de seguir os seus trâmites, e largo tempo se passou antes que se desse a sua desejada substituição por um hollandez competente em matéria de jurisprudência.

Nos primeiros anos do governo de João Maurício, o Conselho Político constituiu o tormento da administração novo-hollandesa. Um Conselheiro após outro pedia a sua demissão, fazia aquisição de uma propriedade e iniciava a cultura da cana-de-assucar no vale do Capibaribe e no do Parahyba (460). No princípio do anno 1638 só restavam trez Conselheiros em exercício, dos quaes um apenas se achava realmente no caso de desempenhar as suas funções. Contra o Conselheiro Político Hendrik Schilt teve de ser mesmo instaurado um processo em consequência de sua participação num roubo, cometido pelo assassino de um padre católico (461). Pela nomeação de pessoas idóneas para o cargo, e que se davam ao trabalho de aprender a língua portuguesa, veiu a ser finalmente, em 1639, implantada a ordem nos negócios judiciais da Colônia, e um anno depois já o Conselho Político contava em seu seio onze membros. Assim se repartiam os serviços entre elles. Quatro funcionavam como Prefeitos nas Capitanias do

(460) Gijsselingh à Cons. da Zelandia, 20 Março; Gov. e Cons. da Col. dos XIX, 6 Maio, 25 Agosto 1637, no mesmo mês.

(461) Gov. e Cons. da Cons. dos XIX, 13/15 Janeiro 1639 W. I. C. O. C. Nr. 53.

Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Sul de Pernambuco; os outros sete exerciam a sua actividade como juizes, em Recife, e como função accessoria desempehavam o Comissariado Superior em relação ao Abastecimento de viveres, à administração dos dinheiros publicos, à edificação da cidade, aos depositos de munição e armazens, à exportação do assucar e ao tráfico das mercadorias (462). Pouco a pouco foram enunciando as queixas levantadas particularmente da parte dos Portuguezes, de que na Nova Hollanda a justiça se comprava, e o Conselho Político (que contava, entre os seus membros, homens de honestidade davida) torcia o direito em favor de seus amigos hollandezes, de propósito deliberado. Entretanto, a rapida dilatação da Colonia para o Norte e para o Sul exigia do Conselho muita constância de ação. Não havia mãos a medir: incumbia-lhe fornecer directores para as Capitanias conquistadas, bem como funcionários superiores para todos os departamentos administrativos recem-creados; — sem prejuizo, no entanto, das funções judiciais que lhe eram atribuidas. Dessa tarefa onze homens somente não podiam em absoluto dar conta. Não tardou, pois, que as suas forças se exaurissem, e resôasse mais uma vez, do Brasil, o clamor: Enviac-nos Conselheiros Políticos, mas mandae-nos homens praticos e conhecedores do Direito, que saibam resolver criteriosamente todas as situações (463).

Depois da retirada de João Manoel e da irrupção da revolta, acabaram-se para a Nova Hollanda os dias de abençoada prosperidade. Também o Collegio do Conselho Político foi arrastado pelo vortice, e, no começo da quinta decadência secular, — quando a administração

(462) Gov. e Cons. ao Cons. das XII. 7 Maio 1616 W. I. G. O. C. Nr. 55.

(463) Gov. e Cons. ao Cons. das XII. 25 Junho, 21 Setembro 1612 W. I. G. O. C. Nr. 57.

militar da cidade do Recife, então em sitio, enfeixava nas mãos todo o poder, foi posto à margem rudemente pelo Comandante em Chefe das tropas (464).

As Instruções impunham ainda ao Governador e no Conselho a obrigação de estabelecerem em todos os lugares mais importantes do Brasil Conselhos de Escabinos. Esses Conselhos constituiriam tribunaes municipais, com jurisdição civil e criminal, compostos de quatro membros no mínimo. As apelações contra os seus veredictos deviam ser dirigidas ao Conselho Político. Os escabinos eram ao mesmo tempo assistentes do Chefe Administrativo do Município ou Esculteto e com elle formavam o Conselho Communal. O "Schout" (Esculteto), porém, como já se disse, não exerceia somente as funções de seu cargo, pois era igualmente Promotor da Justiça, Exactor da Fazenda e Chefe de Policia, em sua respectiva circunscrição.

Logo após a inauguração do novo regime governamental, iniciou-se a organização das Camaras de Escabinos. Em Janeiro de 1638, João Mauricio e os membros do Alto Conselho puderam comunicar aos Directores Gerais que já existiam erados Collegios de cinco Escabinos cada um, em Olinda, Itamaracá e Parahyba, e de trez, em Iguarassú, Serinhaem e Rio Graude. Houve empenho em compôr essas corporações o mais equitativamente possível, de Hollandezes e Portuguezes, — e providenciou-se para que todas as Instruções fossem publicadas também em portuguez (465). Além disso, foram nomeados para cada circunscrição municipal, trez Curadores (Waisenmeister), dous Portuguezes e

(464) O Acto Cons. nos Est. Geral, 20 Janeiro, 8 Fevereiro, 25 Maio 1631. Lokerhaas W. L. C. O. C. Nr. 34, Conselheiro de Justiça no Cons. dos XIX, 29 Fevereiro 1633 W. L. C. O. C. Nr. 67.

(465) Gov. a Cons. do Cons. dos XIX, 11 Janeiro 1638 W. L. C. O. C. Nr. 53. O diretoramento e número da Hollandezes nomeadas para os Conselhos de Escabinos era superior ao dos Portuguezes escolhidos. Cons. pag. 201.

um Hollandez, encarregados de amparar os menores orphãos, em seus direitos e propriedade. Da necessidade desses funcionários, convenceem as repetidas tentativas, frequentemente bem sucedidas, de individuos sem consciencia, para se apoderarem das heranças das criargens orphanadas (466).

Pouco tempo depois os "Schepenen von Mauricia" constituiam a Camara de Escabinos mais influente. Della faziam parte cinco Hollandezes e quatro Portuguezes (467). Representavam elles o districto de jurisdição de Recife e Antonio Vaz, reuniam-se na nova Cosa da Camara da Cidade Mauricia, e no "Parlamento de 1640" acima alludido, desempenharam o papel principal (468). Afim de pôr termo ao clamor geral contra a morosidade com que se arrastava a Justica Hollandeza, o numero dos Escabinos foi aumentado tambem nos outros districtos. O Governo determinou que nas contendas entre Hollandezes e Portuguezes, os Juizes e parties fizessem uso da lingua hollandeza, — e nas disputas, muito mais frequentes, entre Portuguezes fosse empregada a lingua portugueza (469). Nos distrietos rurales era sempre muito difícil convocar a tempo os Escabinos, que moravam muito afastados uns dos outros, e conseguir numero para a realização de uma sessão do Conselho. Muitos dos Escabinos Portuguezes artiramente se esquivavam de comparecer ás sessões, pretextando não poderem trabalhar em dias santos da Egreja, — com o que muito se aborreciam os collegas calvinistas. (470). Quicicas começaram a surgir entre Hollande-

(466) *Klerk da Reus*, p. 151.

(467) *Gov. e Cons. do Cons. das XIX, 2 Março 1640* W. I. C. D. C. Nr. 55.

(468) *Vidro* p. 201 e segs.

(469) *Gov. e Cons. do Cons. das XIX, 22 Agosto 1641* W. I. C. O. C. Nr. 56.

(470) *Os Escabinos da Cidade Mauricia no Distretario Geral*, 11 Junho 1642 W. I. C. O. C. Nr. 58.

zes e Portuguezes contra a parcialidade dos Escabinos, e em 1644 o Conselho Politico enviou ao Directorio uma representação, motivada pela attitude provocante que a seu respeito haviam assumido os "Esculteto e Escabinos de Mauricia" (Schout en Schepenen van Mauricia). E não foi tudo. Permittiram-se mesmo invadir as attribuições conferidas ao Conselho, e avocar ao seu fôro causas que não eram de sua competencia, e, sim, da do Conselho Politico. Quem havia dado aos Escabinos da Cidade Mauricia o direito de lançar ao carcere, da maneira mais injustificavel, os devedores remissos? Juute-se a isso a sem cerimonia com que a Camara dos Escabinos exigia honorarios de Conselheiros para os seus membros, e cobrava emolumentos tão altos, que era de revolta a voz geral da cidade. Essa corporação procedia, como se não estivesse sujeita a ninguem. E o motivo não era outro senão poder melhor locupletar-se. Tambem João Mauricio escreveu para a Hollanda, apoiando as queixas do Conselho Politico e dizendo que a tendencia por parte do Directorio Geral de ampliar as competencias do esculteto e escabinos pouco proprieia seria aos interesses da Companhia (471). No tempo da Revolução, os Collegios de Escabinos rapidamente se destroçaram em consequencia da attitude irrecoucilivel de opposição entre Hollandeze e Portuguezes, — e mesmo a Corte de Escabinos da cidade Mauricia, depois de 1645, perdeu inteiramente a sua importancia.

Os Estados Geraes tinham em suas Instrueções autorizado o Governador e Conselho a nomear para os lugares de inferior categoria, e segnudo o proprio arbitrio, os funcionarios que fossem necessarios. Os hol-

(471) O Cons. Politico no Cons. das XIX. Gov. e Cons. à Cm. de Zelandia, 10 Maio 1614 W. I. C. O. C. Nr. 59.

landezes imigrados relavam facilmente meios de subsistencia, no Brasil, como escripturarios municipaes, belguins, guardas civicos, carcereiros e inspectores de hospicios, bem como guarda-livros, caixeiros e mestres-escolas. Tinham casa para morar, veeba para sustento e coro mostra u tabella seguinte enviaida para a Holanda presumivelmente no fim do anno quarenta, recebiam um salario que se não podia chamar da fome (472). Percebiaiam então:

<i>Pessoal</i>	<i>Salario Mensal</i>
I. O Alto Conselho	
O Presidente	1.350 florins
Cada um dos Membros	800 "
O assessor	200 "
O 1. ^o Escripturario	100 "
O 2. ^o Escripturario	60 "
O Mensageiro	50 "
II. O Conselho Politico	
Cada Conselheiro	300 florins
O Secretario	90 "
O Promotor Publico	150 "
O Escripturario	50 "
O Auditor	40 "
O 1. ^o Official	65 "
O 2. ^o Official	20 "
O Carrasco	52 "
O Ajudante	15 "
O Servente do Conselho	15 "
III. O Tribunal de Contas	
O Chefe de Contabilidade	250 florins
Seu Secretario	120 "
O Official Mayor	100 "
O Escripturario	60 "
O Mensageiro	40 "

(472) "Tegenwoordige Tachtigallen", o J. Niss. Stat. Gen. W. L. G. O. C., Nr. 57/79.

IV. Thesouraria.

O Thesoureiro (Collector Geral)	445 florins
O Official Maior	100 "
O 2. ^o Officier	75 "
O Official de Justiça	62 "

V. Assistencia Hospitalar.

O Medico	100 florins
O 1. ^o Cirurgião	100 "
O 2. ^o Cirurgião	40 "
O Pharmaceutico	52 "

Ao salario juntaram-se as gratificações de alimento introduzidas no Brasil Norte em 1637, as quacs eram frequentemente pagas em generos. Pena é que nas "Actas", destes subsídios alimentares só conste uma meia duzia de cifras. No fim de Abril de 1637 o Governo resolveu conceder aos Conselheiros Políticos uma verba mensal para alimentos, de 75 florins, ao Promotor Publico, de 56 florins, aos Caixeiros (Kommis), de 36 florins. Os Commandantes de regimento percebiam 120 florins, os Maiores 54, os Capitães 42, os Tenentes e Alferes 18, os Sargentos 10, os Cadetes 7, e as praças de prê 5, para igual fim (473). Em consequência da crescente carestia dos generos essas contribuições tiveram de ser aumentadas dentro de pouco tempo.

Em 1638 recebiam os Altos Conselheiros uma gratificação semanal de 42 florins, os Conselheiros Políticos uma de 21-25 florins, o Chefe da Contabilidade uma de 21 florins (474). Os ordenados e gratificações dos funcionarios, officiaes e guarnições consumiram nos annos seguintes sommas fabulosas. De 14 de Setembro a 12 de Dezembro de 1641 foi paga ás tropas de serviço em

(473) Notulas, 29 de Abril 1637 W. I. C. O. C. Nr. 61.

(474) "Staat en Calculatie" (Estado e estimativas), 1638, W. I. C. O. C. m. 53.

Recife e nas Fortalezas circumjacentes a importância de 47627,4 florins de soldo e alimentos (475). Em 1643 a W. I. C. teve de levantar a somma de 868.032 fls. para pagamento do salario annual e gratificações de alimento dos empregados civis e dos soldados, ao passo que no anno de 1647 a somma total foi avaliada em 954.385 1/2 fls. (476). Os contabilistas em sua maior parte recebiam de 100 a 230 florins de salario, os superintendentes de armazens 100 florins, na media; os infelizes mestre-escolas, ao contrario, não recebiam por meze, segundo parece, mais de 20 florins, e não se explica, como esses pobres diabos podiam viver ante a carestia que reinava na Colonia.

Além dos encargos de tomar a si a organização da administração, de restabelecer a actividade agricola, de pesquisar minas e de proporcionar ao comércio todo o fomento imaginable, as Instruções impunham ao governo a obrigação de reformar pela base as finanças da Nova Hollandia, paralizada em seu desenvolvimento. Se a organização administrativa já era um trabalho de Sisypho, a satisfação desta ultima exigencia excedia mesmo às forças de um João Mauricio. Como poderia o Statthalter levar a effeito uma fructuosa politica financeira no Brasil Norte, quando os grandes proprietarios agrícolas se achavam devendo os cabellos da cabeça? Como poderia elle obter recursos para o pagamento do funcionalismo e do soldo das tropas, uma vez que a W. I. C. não enviava dinheiro senão muito mingnado e punha a boca no mundo quando se gastava mais um vintém, quando a industria do assucar quasi inteiramente arrazada nada podia contribuir para a cobertura dos gastos? Que a questão finan-

(475) "Belasting van Cost gelt" etc. (Pagamento de gratificação para o serventuário), W. I. C. O. C. Nr. 57.

(476) Codde van der Burgt a João Maur. e o Auto Cris. W. I. C. O. C. Nr. 58. "Socjet van de Sal'fressen" (Estado da sal'sfressa), Agosto 1647. W. I. C. O. G. Nr. 63.

ceira era o magno problema da Nova Hollanda, disso estavam bem certos os Directores bem avisados. Mas a maioria dos outros e os accionistas não queriam saber de nada. Para elles o Brasil era uma esponja que cumpria espumear até onde se pudesse. Nenhuma outra preoccupation tinham senão, "por meio da distribuição de altos dividendos, manter estavel a cotacção das acções", nenhum outro desejo senão auferir desses papeis o maior lucro possível (477).

As cartas enviadas pelos directores aos seus representantes no territorio da Colonia, a partir de 1630, deixam perceber o grande desengano dos próceres da Companhia, no verem que a Guerra Peruambucana importava nos mais pesados sacrifícios para a Caixa da Companhia, e que o sonhado erario brasileiro só existia na imaginação. Apezar das remessas de dinheiro, viveres e material de guerra, inteiramente sufficientes na opinião do Directorio, os Conselheiros Politicos não cessavam, até a chegada de João Mauricio, de implorar, em todas as cartas, o envio de mais dinheiro, e lamentar o enorme crescimento do onus da dívida publica. A falta de recursos monetarios os havia obrigado a lançar o tributo de 10 por cento sobre o assucar, a taxa de 20 por cento sobre trausportes, a gravar fortemente os productos da terra destinados á exportação, a cobrar direitos sobre a carne e as bebidas espirituosas, e estabelecer o imposto de balança (478). Tudo porém, inutilmente. Nada havia que enchesse o buraco. Com promessas vãs eram entretidos os lavradores que tinham fornecido às tropas hollandezas a indispensável fariinha de mandioea. Jú não se supportava mais ver como aquella pobre gente, com os olhos rasos de lagrima, implorava o pagamento daquelle a que tinha direito e era obrigada a retirar-se

(477) Cf. Klerk de Heus, p. 185.

(478) Oflet. da Serenthos Carpenter nos Est. Ger., II Junho 1636. e Cons. Pol. se Cons. dos XIX, 12 Agosto 1636 W. I. C. O. C. Nr. 51.

de mãos abanando. Em Junho de 1636 comunicavam os Conselheiros aos Directores haverem começado a emitir letras sobre Amsterdão, por não haver mais um soldo em Caixa (479). A salvação só seria possível se o Directorio Geral resolvesse, com o pagamento de... 300.000 florins extinguir de vez todo o passivo (480).

Na parte geral já ficou bem accentuado que as aperturas financeiras da Colonia devem ser em grande parte atribuidas à mesquinhez e avareza dos proprios Directores. Sem os necessarios meios de ação, em condições tão difíceis, mesmo a uma administração ideal seria impossível andar para diante. Das circunstâncias desanimadoras dos seis primeiros annos, boa sonata de culpa cabe, é certo, à política financeira do Conselho Político; e a indignação do Directorio pela rotina dos seus empregados na Nova Hollanda é inteiramente justificável. Uma e muitas vezes se havia advertido aos Conselheiros que fossem poupadões em dispor dos dinheiros que lhes eram confiados, que procedessem a uma justa distribuição dos viveres e não concedessem rações para pessoas já desde muito falecidas, como frequentemente ocorria (481). A Comissão de Inquerito instituída por João Mauricio, e composta pelo proprio e dos outros membros do Alto Conselho, pouco de aproveitável apurou sobre a administração do antigo Governo. O Collegio dos Conselheiros Políticos tinha não só se descurado da escripturação dos livros, feito entradas falsas e simulado balanços, como ainda emitido ordens, em numero illimitado, de pagamento, sobre remessas de dinheiro que só chegariam da Hollanda a longos prazos, empregando tæs bilhetes, com a assignatura dos Conse-

(479) O Cons. Pol. ao Cons. das XIX, 11 Junho, 4 Setembro 1636.

(480) O Cons. Pol. à Direcção Geral, 14 Junho 1636.

(481) O Cons. das XIX ao Cons. Pol., 12 Novembro 1635. W. L. C. G. C. Nr. 8.

lheiros, para a satisfação de dívidas e cobertura de gastos mais prementes. Naturalmente a cifra nominal das esperadas remessas de numerário não tardou a ser excedida pela emissão das ordens. Não é de admirar, pois, que os credores holandeses e portugueses da Administração da Companhia se mostrassem tão inquietos e tanto importunassem aos novos administradores, para que os attendessem em seus direitos. Todos os dias, queixava-se Gijsselingh, nos são apresentadas "monstreuse obligatiën en assignatiën" "de que só tomamos conhecimento, depois de serem exhibidas provas da correcta applicação e justa necessidade das sommas nas mesmas exaradas" (482). Ceulen e van der Dussen confirmaram a declaração de Gijsselingh e acrescentaram que havia sido impossível até então determinar mesmo aproximadamente a quanto se elevava a multidão dos "Assignados" em circulação. Tratava-se alem disso de importaneias, em parte consideravelmente avultadas de ordens de 8.000, 10.000, 16.000 e até de 20. a 25.000 florins. Ficou constatado, ainda mais, que alguns Conselheiros, em vez de guardarem o devido decôro, viviam nababescamente, à custa dos Aeeiouistas (entre os quais haveria bons patriotas; pobres viúvas e orphãos) — sustentando ainda ao seu lado, um mordomo e a sua cetera de famílias (483). Já era tempo de, energicamente, pôr cônbro a toda essa desordem.

A consciência de ter à frente da Nova Holanda um homem digno de confiança, animado de uma disposição honesta e decidido a acabar com os aproveitadores e delinquentes — deu à W. I. C. esperança de sair da fatal angustia financeira em que se debatia e recuperar em futuro próximo o capital invertido no

(482) Joh. Gijsselingh à Cesa. da Zel., 20 Março 1637 W. I. C. O. C. Nr. 52

(483) Ceulen e van Dussen ao Cons. das XIX, 20 Março, Jacob Alrichs à Cesa. da Zel., 20 Agosto 1637.

Brasil, com pingues juros. E apenas haviam chegado á metropole as primeiras communicações do Statthalter, e Directorio Geral, em principio de 1638, levantou o computo do que o Brasil lhe poderia custar em um anno, e do que poderia produzir no mesmo prazo em circumstancias favoraveis de desenvolvimento. Representa esse calculo o seguinte quadro: (484)

A. — Orgamento da despesa annual já estabeleci-
da e da que se faz necessario augmentar (a ultima por
calculos estimativos):

Verba para alimento e soldo de 8.000 homens (inclusive a offi- cialidade)	960.000	Florins
Verba de alimentação das tropas que se acham de serviço na Nova Hollan- da	480.000	"
Salario e manutenção de todos os empre- gados nos escriptorios, armazens etc.	144.000	"
Honorario e manutenção de João Mauricio, dos meimbroes do Alto Conselho e do Conselho Politico, do Promotor Pu- blico, dos Secretarios e da Comitiva	150.000	"
Soldo e manutenção de 500 Marvinheiros	90.000	"
Gastos com fortificações, reductos, cons- trucção de depositos, casas para offi- cias e empregados	± 100.000	"
Fornecimento de embarcações fluviaes, Material de construcção, utensilioes, ferramentas, etc.	± 100.000	"
Remessa de munição	± 100.000	"
Remessa de viveres	± 100.000	"
 Total	2.224.000	"

(484) "Den Staat der Isaelieve Lasten, toe de W. I. C. heeft te dragen in
Brasil" 1638 Lekkerke Stoel, Gen., W. I. C. Litera L, Nr. 6.

Transporte	2.224.000	Florins
Apparelhamento e manutenção de 18 náus grandes destinadas a cruzar diante dos portos inimigc. (485) ± 602.000	"	"
Apparelhamento e manutenção de 18 hiates	± 150.500	"
Apparelhamento e manutenção de, pelo menos, 36 barcos mercantes da Companhia privilegiados (gechar- tet) (486)	± 216.000	"
Despesas de carga e descarga, manuten- ção de armazens, alugueis de depo- sitóis, provisões dos Directores (Be- windhebber), salarios dos emprega- dos da Companhia na Hollanda . . . ± 250.000	"	"
Total	3.442.500	"

Para fazer face a essas despesas consideravelmen-
te avultadas, o orçamento do Directorio offerecia a es-
perada receita. Esta, segundo disso estavam convenci-
dos os Senhores da Companhia, não poderia, no princi-
pio, cobrir teda a despesa. Mas na esperança de uma
rapida melhora dos tempos, começou-se de antemão a
cortar o mais largo possivel. Que o anno de 1638 não
tivesse, nem podesse ter correspondido à expectativa
geral, é devido ás circumstâncias reiuantes na Colonia.
Pois João Mauricio não se achava apenas no inicio de
sua actividade reformadôra? E' verdade que o resul-
tado das vendas de negros em leilão já em 1638 excedeou
trez vezes mais á somma estabelecida no computo orga-
nizado, — mas o producto dos impostos, direitos alfân-

(485) Para o apparelhamento do navio calculava-se 12.000 fls.; para munici-
ção 3.000, para uma guarnição de 70 homens 9.210 fls. e para aprovisiona-
mento 10.000 fls.

(486) Estimava-se uma total de 6.000 fls. as despesas de privilégio de
um navio.

degarios e tributos de toda especie ficou muito aquém dos cálculos feitos.

Duas exposições existem, com quanto divergentes uma da outra, para os "Middelen, sooo uyt Brasil int Jaer connem worden getroeken" (recursos que podem ser tirados do Brasil annualmente (487). O segundo calculador chega a um resultado mais baixo que o primeiro, porque como homem mais previdente e pratico contou, como fonte de perdas a esperar as omissões de applicação das leis, assim como as faleatrugas e os peculatos.

Resumimos, em seguida, quanto possível, o conteúdo dos dous cálculos circunstanciados.

B. — Synopse da Receita, a esperar do Brasil depois de regularizadas as suas condições.

LISTA I LISTA II

Rendimento de 12.000 caixas de assucar (481) (inclusive frete. taxas de comboio e novos tributos sobre a assucar).	1.589.360	Fls.	1.269.000	Fls.
Siza e outros impostos de consumo	300.000	"	300.000	"
Direitos e fretes de pau- brasil, tabaco, pelles e gengibre	250.000	"	150.000	"
Producto de leilões de escravos	250.000	"	± 250.000	"
Direitos de importação e exportação	400.000	"	200.000	"
Total	2.789.360	"	2.169.000	"

(482) Na mesma unção.

(483) Esta cifra só foi alcançada em 1639.

As Instruções de 23 de Agosto de 1636 prescreviam que as finanças da Nova Hollanda fossem para o futuro administradas por dous Conselheiros Políticos nomeados "Tesoureiros". Eram elles responsaveis pela receita e pela despesa, incumbia-lhes fiscalizar a escravidão dos livros e pagar ás tropas o soldo devido. Uma vez por anno devia ser apresentada á Alta Administração em Recife, bem como ao Conselho dos XIX na Hollanda, uma prestação de contas.

Achando-se perdidos os livros mestres e inventario da W. I. C. e sua administração brasileira é, lamentavelmente, impossivel fixar ainda mesmo para um anno determinado, a conta de lucros e perdas do Brasil hollandez. Felizmente possuímos pelo menos uns dous documentos que nos permitem lançar uma vista sobre ramos singulares da administração financeira, e devemos assinalar com júbilo que diversas relações de impostos do tempo de João Mauricio escaparam ao anniquilamento.

Como nas Indias Orientaes, tambem na Nova Hollanda não havia um systema tributario baseado em principios determinados. (489) Ao governo do paiz foi dada a esse respeito plena liberdade de ação. Este elevava os impostos e lançava por autoridade propria novos onus, todas as vezes que o exigiam as necessidades da Colonizacão os interesses dos magnatas patrões. Que para ocorrer aos avultados gastos com o Brasil, logo se conseguisse a exigir de todos os productos da terra trazidos aos portos de embarque os respectivos dízimos, nada mais natural seguindo os usos daquelle tempo. No principio estes impostos eram arrecadados directamente pelos empregados da Companhia. Mas o systema não déra bom resultado, e em consequencia de descapinhos

(489) *Klerk de Neus*, p. 202.

sofreu a Companhia notaveis prejitzos. Por isso o Governo tomou por modelo o que se praticava nas Indias Orientaes e passou a arrendar a quem mais dêsse a arrecadação dos impostos. Esso já devia ter acontecido mesmo antes da vinda do Statthalter. Mas foi João Mauricio quem pôz ordem nesse novo processo, e gradualmente o foi estendendo a todo o territorio conquistado pelos Hollandezes.

A primeira dessas listas de impostos brasileiros (400) chegadas até nós, vem do anno de 1637. Abrange oito grupos diferentes de fontes de tributação arrendadas, nomeadamente:

<i>Objecto do tributo</i>	<i>Importancia da Somma do arrendamento a pagar em Flrs.</i>	<i>Total (em Flrs.)</i>
1. Dízimo de lavoura e criação de gado (401):		
Em Pernambuco	11.000	13.700
Em Itamaracá e Goyana	2.700	
2. Dízimo do Assucar:		
Em Pernambuco	85.000	124.825
Em Itamaracá e Goyana	13.000	
Em Parahyba	26.000	
Em Rio Grande	825	
3. Imposto sobre engenhos de assucar:		
Em Pernambuco	12.000	12.900
Ainda não introduzido nas outras Capitanias		

(400) Blaffert este Lytle van de "Diversas Provincias" en andere Documenten geconcreet in verpaecht. Anno 1637 W. I. C. O. C. Nr. 52 (Registo da lista das Dízimas, prêmios e outros impostos por contratos e arrendamento, no Anno 1637).

(401) "Tienden van d' Aenteelinge van alle's tot en veucht". (Dízimo da lavoura e criação, de todo gado e frutos).

4. Sisa sobre vinho, cerveja e aguardente:

No distrito de Recife	24.400	}	28.030
Em Itamaracá	1.500		
Em Parahyba	2.050		

Em Rio Grande 80

5. Imposto de matança:

No distrito de Recife	1.500	}	3.370
No distrito de Fredericia (cidade de Frederico)	1.870		

6. Imposto de balança:

Em Recife	11.400	}	12.900
Em Fredericia	1.500		

7. Pengem:

Na circunscrição de Recife e Antonio Vaz	3.956	}	11.550
No rio Parahyba	7.600		

8. Bareagem:

Na circunscrição de Recife	2.040	}	3.380
Entre o Continente e a ilha de Itamaracá	440		

9. Direitos de pesca:

No Rio Doce (no Norte de Olinda)	127	}	655
Em Cabedello na foz do Parahyba	336		
Na foz do Potengy, no Rio Grande	192		
Total	(492)		210.416

(492) No original há um erro de cálculo, pois a soma dos valores registrados dá a cifra acima e não 238.916.

Como as despesas com o Brasil cresciam incessantemente, João Mauricio e o Alto Conselho cuidaram de ir sempre abrindo novas fontes de receita. Assim foi que em 1638 arrendaram o direito de captura no território entre o Rio São Francisco e Sergipe (493), bem como no Rio Grande, do gado bravio que lá penetrasse, e elevaram todas as taxas tributárias, em particular o arrendamento dos dízimos da lavoura e do assucar, de peagem e bareagem, — quando, a partir de 1638, as condições de vida e o movimento commercial da Nova Hollandia, sob a rústica gestão do Conde de Nassau, começaram a tomar rápido impulso. A seguinte tabella mostra como, por esse meio, se conseguiu obter grande elevação de receita.

<i>Annos:</i>	<i>Somma total dos tributos arrendados (em florins)</i>
1638	379.389
1639	401.061
1640	?
1641	384.000
1642	353.350
1643	378.800
1644	283.890
1645	229.045

Na concorrência publica no arrendamento de arrecadação de tributos, os lances mais altos recahiram sobre os dízimos do assucar. A quanto devia montar a

(493) O Gov. e Cons. ao Cons. das XIX e XXI, de Zel., 30 Julho 1633 T. I. C. O. C. Nr. 53.

(494) As listas de impostos para os annos 1638 e 1639 acham-se nas pastas W. I. C. O. C. Nr. 53 e 51. Para 1641-1644 tire de extrato as cifras das cartas da Sigrilier e das Not. das e depois somar-las.

(495) O Registo do arrendamento de impostos de 1640 não existe. Na Carta do 13 Set. 1640 W. I. C. O. C. Nr. 55, taxa o Governo a arrecadação total da mataria tributável ajustada para cada anno em \pm 510.000 fls. Omitti o encargamento dessas cifras, porque a arrecadação não parecia muito gloriosa e não existem elementos para a sua verificação.

sonuma desses dizimos arrendados, nas capitâncias onde se cul'ivava a canna de assucar, a lista seguinte nos informa:

<i>Annos</i>	<i>Em Pernambuco</i>	<i>Em Itamaracá</i>	<i>Em Paraíba</i>
1638	148.000	19.000	54.000
1639	123.000	20.000	31.000
1640	—	—	—
1641	154.000	26.000	51.000
1642	128.000	27.500	55.500
1643	113.500	21.000	42.500
1644	105.000	21.800	39.000
1645	74.000	21.400	34.000

Os contractos de arrendamento eram feitos ordinariamente por um anno, raramente por dous, sendo o re-colhimento dos tributos realizado por mez, de dous em dous mezes, por quartel ou semestre de acordo com o que fiesse estipulado. Como arrendadores de tributos, nos registos figuram Hollandeze e Portuguezes. Não se sabe se elles eram obrigados a dar ao Governo dous fia-dores bastantes, como era de uso nos dominios da O. I. C. — (496) mas é muito de presumir que assim fosse. Por occasião do arrendamento de importos no anno 1637, a maior parte das arrecadações foi adjudicada aos interessados hollandeze. A participação dos Portuguezes, notadamente dos judeus portuguezes, cresceu rapidamente e em 1643 veiu a succeder que a maioria dos arrendamentos, entre os quaes os muito ambicionados dizimos do assucar, estava em suas mãos. Na relação para o anno 1638, Vieira se nos apresenta pela primeira vez como arrendador do imposto sobre os engenhos de assucar de Pernambuco. Tres annos depois tinha o inulato contractado tambem a arrecadação dos dizimos da lavoura e do assucar desta Capitania pelo preço total de 188.000 florins. É provavel que já então fosse elle um homem rico. Depois

(496) Klerk de Reus, p. 205.

de 1641, porém, anno em que a lavoura da canna muito sofrera em consequencia dos danos causados pela inclemencia do tempo e grande secca (497) o seu nome desaparece dos registos de arrendamento de impostos.

Em geral, parece que nessas hastas publicas de arrecadação de impostos grande era o numero dos interessados que se apresentavam. Mas, se bem que a concorrência fosse tão animada, e na média compensadores fossem os resultados que proporcionava, o certo é que muitas vezes as importancias dos arrendamentos figuravam apenas no papel, porquanto grande numero de contractantes não podiam nos prazos determinados entrar com as devidas prestações, ora por causa das más colheitas, ora por causa das devastações dos campos praticadas pelos bandoleiros inimigos. Outros, assumiam compromissos que, no dia do arrendamento tendo parecido muito facéis de solver, depois se revelavam insolubveis, em razão das penosas condições economicas em que se debatia a parte da população dedicada à lavoura da canna. Em 1641 João Mauricio comunicou ao Conselho dos XIX que a insolvabilidade dos contractantes tinha forçado o governo a reduzir consideravelmente as importancias estabelecidas para os arrendamentos e a inserir em todos os contractos a clausula, que em casos especiais e ausencia de culpa por parte do devedor, ou angustia de situação, seria permitido conceder abatimento da dívida ou o seu pagamento por prestações a longo prazo. Sem essa condescendencia, não seria fácil encontrar quem se dispusesse a assumir a responsabilidade de um arrendamento (498). Com essa inovação, de que se aproveitaram diversos arrendadores, pedindo logo abatimento após qualquer occur-

(497) Gov. e Cons. ao Cons. dos XIX, 20 Dezembro 1641 W. L. C. D. C. Nr. 56.

(498) Gov. ao Cons. dos XIX, 22 Agosto 1641.

rencia de tempo desfavoravel, — não quiz absolutamente se conformar o Conselho dos XIX. E, assim, ordenou ao Statthalter e Alto Conselho que indeferissem todas as mais petições de redução de importancia de debitos. — porqranto o dever dos contractantes era cumprir as obrigações que haviam firmado. Assim como elles subiam, todas as vezes que a colheita era abundante, tosquiar as suas ovelhas, resignassem-se tambem nos maus annos a levar as perdas á conta do negocio. (499)

Além dos impostos mencionados havia ainda no Brasil Norte outra classe de tributos regios, como os direitos de importação e exportação sobre todas as mercadorias importadas e exportadas pelos negociantes "livres", classe de que mais tarde travaremos melhor conhecimento. Mencionem-se ainda os impostos prediaes, as sisas sobre vendas de casas, lavouras e propriedades rurales, — e finalmente os impostos de capitação e apresamento (500). Infelizmente é ignorado até que ponto chegavam estas tributações e quanto rendiam annualmente.

Em cartas diversas do Governo do Brasil Hollandez acham-se estimativas das arrecadações totaes que se esperavam, dos direitos regios e lucros commerciales. Esses dados, porém, devem ser recebidos com a maxima cautela, porquanto não nos ministram cifras dignas de credito, e apenas reflectem a concepção optimista ou pessimista da situação económica dominante no Recife, no momento em que a carta era escripta. Se sorria a perspectiva de uma boa safra e os navios de escravos traziam muito "marfim negro", então os membros do Alto

(499) O Cons. dos XIX ao Gov. e Cons., 10 Outubro 1642 W. I. C. O. C. Nr. 9.

(500) Alíndices na Communicação do Alto Governo, de 13 Setembro 1640 W. I. C. O. C. Nr. 55. Cons. Para as Indias Orientaes. Klock de Reu, p. 206 e segs.

Conselho viam tudo sob os reflexos de uma luz rosea. Mas se as noticias que chegavam dos campos de plantação e fazendas eram desfavoraveis ou o facho incendiário do inimigo, em determinadas zonas, punha em chamas os canaviaes maduros, neste caso, a disposição angustiosa logo ganhava o predominio, e os Representantes da Companhia se apressavam em espalhar *urbi et orbi* que a liquidação do anno iria patentear um apavorante deficit.

O desenvolvimento económico da Nova Hollanda, pondo de parte a insolvencia já deseripta dos plantadores, foi ainda muito difficiente pela escassez de numerario, a qual, tendo começado no anno 1639, tomou no decurso dos annos seguiutes o caracter de uma verdadeira calamidade. O dinheiro miúdo começou a desaparecer da circulação, o que não tardou a motivar incomodas perturbações da ordem, que se tornavam sobremodo sensíveis por occasião do pagamento de soldo às guarnições. O Governador e Conselho solicitaram então da Directão da Companhia a remessa imediata de, pelo menos, 27.000 florins em moedas de um soldo, de douz soldos e xelius. A falta de trôco obrigava a administração militar a contentar quatro a cinco soldados com uma só moeda de grande valor, para que elles entre si tratassesem de liquidar o pagamento, do que lhes era devido, como pudessem. Em consequencia disso, queixas e disputas passaram a constituir a ordem do dia (501). Assim de obviar a introdução da moeda miú e o imediato afugentamento da bóia, propôz o Governo Recifense aos Directores a cunhagem na Hollanda de moedas especiais cuja força liberatoria legal se limitasse ao domínio colonial brasileiro. (502) O Con-

(501) Gov. e Cons. ao Cons. das NAX, 13 Janeiro 1639 W. I. C. D. C. Nr. 24.

(502) Os mesmos ao Cons. das NAX, 5 Março, 10 Julho, 5 Agosto 1639.

selho dos XIX não se deixou seduzir por essa proposta, — mas encarregou as Camaras da Companhia de enviar para Pernambuco a somma de 27.000 florins, em dinheiro miúdo. (503)

Com isso, naturalmente, não ficou nem podia ficar saída a falta do numerario. O medo da armada espanhola, que, desde alguns mezes anunciada, surgiu afinal nas Costas da Nova Hollanda em Janeiro de 1640, para soffrer o inesperado destino que a aguardava, e a espectativa de novas incursões por parte dos bandoleiros inimigos, fizeram com que a maioria dos habitantes do paiz enterrasse, em segurança, o seu dinheiro de contado, especialmente as moedas de alto valor, os apreciados reaes de prata espanhóes. E, também assim, foi retirada da circulação grande somma de valores monetários. Em vista da afflictiva situação oriunda do rapido decrescimento da moeda circulante, viu-se o Governo obrigado a emitir as chamadas "ordonnances" isto é, ordens de pagamento pelas rendas reaes, em arrecadação, — e a expedir um decreto em que se determinava, para todos, a aceitação obligatória desse "papel moeda", em pagamento de qualquer transação. Não se cuidou, entretanto, de manter o limite maximo inicialmente fixado para a circulação. Como as emissões se seguissem uma logo após outra e os bilhetes não tardassem a inundar todo o paiz, — entrando, de mais a mais, no mesmo tempo em circulação vales, em troca de farinha de mandioca e carne, o cambio das "ordonnances", como era natural, caiu rapidamente.

Os especuladores — negociantes "livres" hollandezes e judeus portuguezes — as adquiriam em grande quantidade por preço vil, e com elas pagavam os seus impostos, e compravam nos leilões os negros expostos á

(503) O Cons. dos XIX a João Maur. e Alfa Cons., 17 Dezembro 1639, W. I. C. O. C. Nr. 8.

venda. E quando o Governo vedou a applicação dos "brieffkeus" (vales) de farinha e carne ao pagamento dos tributos de frete e avaria, então as "ordenanças" cahiram ainda mais, e dentro de pouco tempo perderam 33 1/3 por cento do seu valor originario. Em compensação, a moeda metallica, que se havia tornado tão rara no trafico commercial, subiu logo espantosamente, e com ella os preços dos generos de primeira necessidade e os artigos de roupa. Ninguem, em Recife, tinha dúvida de que a progressiva desvalorização das "ordenanças" attrahiria sobre a Colonia uma terrivel desgraça. Mas como conjurar o mal? João Mauricio e os seus Conselheiros só viam um meio, que era conduzir de novo e sem precipitação a administração das finanças ao caminho da ordem.

Propuzeram ao Directorio Geral a fixação das moedas de ouro, prata e cobre em circulação no Brasil num valor estrabial mais alto do que o dos tempos normaes,— imperativamente tão alto que excedesse o prego das moedas da mesma especie nos mercados da Hollanda. Desta sorte, opinava o Governo Recifense, poderia o dinheiro atraido ser atraído para Pernambuco, e offerecer-se-ia aos comerciantes ali estabelecidos a possibilidade de transações lucrativas.

Como valores eambiais, recommendaram os seguintes:

<i>Moedas</i>	<i>Florins</i>	<i>Soldos</i>
1 — Dobrão de pistola, de ouro	10	
1 — Real de prata espanhol ou "stuk van achten"	2: 10	
1 — Rixtaler	2: 10	
1 — Taler de 30 soldos	1: 15	
1 — Peça (com effigie) de 28 sol- dos	1: 13	
1 — Xelim		7
1 — Dobrão de soldo		2½ (504)

Os Directores, escarmentados pelo grave erro da emissão das "ordenanças", recusaram o seu assentimento a essa medida, considerando a experiença demasiado perigosa (505) Providenciaram, entretanto, para que as Camaras da W. I. C. fizessem remessas mais avultadas de moeda corrente para Recife. E assim durante um certo período cessaram as queixas sobre falta de numerário, e pouco a pouco o Alto Conselho pôde resgatar o acervo existente de "ordenanças" e vales. (506)

Em principio de 1642, navios chegados de Amsterdão descarregaram avultado numero de caixas repletas de moedas de ouro, conhecidas sob o nome de "Portugalezas". Pelo desejo do Conselho dos XIX deviam elas ser postas em circulação com o valor cambial de 75 florius, por peça. Sendo, porém, semelhante valor demasiado alto para o Brasil, e não se achando absolutamente em relação ao preço colado para as pistolas e reaes de prata, o Governo Recifense fez um reajusteamento, baixando as "Portugalezas" para 60 florins e as pistolas dobrões para 9:10. — (507) Em seguida pediu ao Directorio que lhe permittisse decretar a proibição da exportação, do Brasil, de dinheiro amoedado. Como a resposta tardasse, o Governador e o Conselho, no intuito de corromper o ferrolho à evasão do patrimônio monetário em circulação, lançaram, por autoridade propria, o imposto de 10 % sobre todas as moedas de ouro e prata que saíssem do Brasil e analogo tributo de 15 % para os xelins e peças de menor valor. (508) Se a medida foi bem sucedida, não o sabemos; é bem certo, porém, que meios e recursos não faltariam de bur-

(505) O Cons. dos XIX ao Gov. e Cons., 1 Julho 1640 W. I. C. O. C. Nr. 8.

(506) Gov. e Cons. ao Cons. dos XIX, 10 Janeiro 1641 W. I. C. O. C. Nr. 56.

(507) Os mesmos ao Cons. dos XIX e Camara da Zel., 28 Fevereiro 1642 W. I. C. O. C. Nr. 57.

(508) Gov. e Cons. ao Cons. dos XIX, 30 Abril 1642.

lar tais disposições. E quando mesmo a Companhia conseguisse apunhar alguém em fraude, haviam de aparecer sempre inúmeros protectores para o delinquente.

Se bem que no Diretório Geral fosse freqüentemente objecto de consideração como no futuro deveriam ser evitadas no Brasil Hollandez as crises financeiras, faltava aos Directores a necessária energia de disposição para agarrar o touro pelos cornos, e conceder de vez, por exemplo, um crédito de mais de um milhão à Colonia, que lhe servisse de base de resistência. A desesperadora situação pecuniária da W. I. C. em consequência da vasante permanente de sua Caixa, tirava-lhe toda a coragem para um acto de audácia. E assim continuaram os Directores a se contentar com meias-medidas. Foi decidido confiar a outras mãos a administração financeira da Nova Hollanda da qual estava provado que os dous "Thesoureiros" em exercício não podiam dar conta, — bem como crear para toda a região colonial um Conselho de Finanças. No verão de 1642 foram nomeados membros desse Collegio cinco comerciantes e empregados de boa reputação financeira, a saber: Baltasar van Dortmont, Adriaen Lems, Pieter van der Hagen, Gerard van Volbergen e Henricus Casparus Torquinius (509). Aportados ao Recife em fins de Novembro, logo se deram pressa em organizar um inventário dos bens da Companhia, do seu activo e passivo, e bem assim em completar e continuar a escripturação dos livros, desde muito paralysada (510). Convencido de que a criação de um Conselho especial de Finanças

(509) O Cons. dos XIX ao Gov. e Cont., 19 Junho 1642, W. I. C. O. C. Nr. 2.

(510) Hendrik Brouwer no Cons. dos XIX, 5 Jan., 1643 W. I. C. O.C. Nr. 58. No "Diário" faltavam os meses de um anno, e no Livro Mestre, de outro e meio. As arrecadações e despesas se acham anotadas em bilhetes esparsos. Os bilhetes encarregados da tanta função não haviam achado tempo para fazerem a transcrição das contas.

bastaria para salvar o Brasil Norte da miseria económica em que se debatia, o conselho dos XIX dentro de poucos tempo veiu a conhecer que a sua idéa fôra uma fatal ilusão, pois apenas esta Corporação havia iniciado o seu trabalho, nova e terrível crise monetária desabou sobre a Colonia. A carestia subiu a um ponto a que nunca dantes havia atingido. "Ha quatro annos, — tanto tempo tenho passado agora na Nova Hollanda, —" escrevia o Conselheiro Político Balthasar van de Voorde para a metropole, "nunca vimos cousa semelhante! Artigos que em tempos de guerra custavam apenas um soldo, compram-se agora por 7 e 8. Para quem tem poucos recursos, o pão e a farinha se têm tornado objectos quasi inacessiveis" (511).

A crise de 1643 foi o resultado de diferentes causas. Por uma parte, o Directorio Geral tinha arrefecido na expedição das regulares remessas de numerário, e quando o dinheiro chegava, mal dava para uma ou duas semanas.

Por outra, os cofres da Companhia eram em extremo onerados pela construção dos palacios do Príncipe, pela fundação da cidade Mauricia, pelos reparos e estabelecimento de novas fortificações, assim como pelas vultosas sominas devoradas pelas expedições de guerra, colonização e administração do vasto domínio tão rapidamente dilatado além dos seus artigos precíncios. A isso acresce que as dívidas que a W. I. C. tinha a receber no Brasil, já haviam ultrapassado de cinco milhões de florins, em consequência da insolvencia dos plantadores de cana. O mau resultado das ultimas safras impossibilitava aos senhores de engenho e lavradores a entrega nos devidos prazos das quantidades de assinar estipuladas nos contractos, para pagamento das

(511) Van de Voorde à Câmara da Zelândia, 1 Abril 1643.

propriedades rurais, negros e aviamentos comprados a credito. (512)

Estadista proeminente, Diplomata e General em Chefe como era, João Mauricio nada queria saber, entretanto, de poupança nos gastos, nem se preocupava com a conta de xelins e soldos a dispendar. Em matéria de dinheiro, tinha as mãos muito abertas, gastava sempre mais do que podia e, apesar de saber quão pouco satisfeitos os Directores estavam com os seus custosos caprichos, não havia exhortação ou advertencia que o dissuadisse de levar por diante as obras que havia concebido, ou de entregarse em "Vrijburg" aos seus prazeres favoritos. A sua clara percepção, entretanto, não escapou que não era a criação de um Conselho de Finanças que viria salvar o Brasil de sua miseria económica, nem tão pouco o tratamento brutal infligido aos plantadores, retardados nos pagamentos. Repetidas vezes premiu o Príncipe ao Directorio, — como na parte geral já fizemos ver sufficientemente, — contra essa maneira de castigar os subditos portuguezes, a qual só servia para lançal-os mais depressa nos braços do governo da Bahia, na occurrence de um momento favoravel.

Na Colonia erescia dia a dia a exaltação dos Hollandezes e Portuguezes por motivo da carestia da vida, e contra as medidas de rigor usadas para com os agricultores. As iras se voltaram sobretudo contra o mal-aventurado Conselho de Finanças. Alguém havia de ser a victima do desabafo da colera geral! Quando os membros dessa corporação apareciam na rua, irrogavam-lhes pragas ou atiravam-lhes ás faces insultos diretos. (513) Desde que essa gente deu inicio a sua ca-

(512) *Cont.*, p. 117.

(513) *Finanças ao Cons. dos XIX, 2 Abril 1611 W. I. C. O. G. Nr. 58.*

lamentosa actividade na Nova Hollanda, ouvia-se de toda parte, as transacções ficaram estagnadas e o dinheiro de prata pôz-se em fuga do paiz. As tropas por sua vez começaram a resmungar. Já se davam casos isolados de pillagem e actos de violencia. (514) Em Agosto de 1643 o governo se viu na necessidade de tomar dinheiro aos comerciantes livres e sacear lettras no valor de 36000 florius sobre as Camaras da Companhia. (515) A carta que o Conselheiro Finaneciero Henriens Casparus Torquinius, alguns mezes mais tarde, escreveu para Middelburgo foi um grito de desespero. "Ha mezes todos aqui exigem dinheiro e só temos, diante de nós, cofres vazios. Somos amaldiçoados por fazermos tudo que podemos para arrecadar para a Companhia o ultimo soldo; e não se nos pouparam os mais offensivos ultrajes porque enviamos os exaetores ás casas dos plantadores e fazendeiros. Como se advertencias e ameaças valessem alguma cousa! Quando se faz pressão sobre os devedores remissos para que tratem de liquidar afinal os seus compromissos, elles respondem com uma calma verdadeiramente estoica: Enforene-nos, assae-nos vivos se quizerdes, mas não nos faleis em dinheiro. Isso é o que não temos. Não é facil imaginar até onde chegariam as cousas se nos dispuzessemos a ir de uma vez ás do cabo (516).

A situação dos membros do Conselho de Finanças, com os quais mesmo João Mauricio se não queria entender, era realmente bem desagradável e difícil. Elles tinham de arranjar dinheiro, mas, insolvaveis como se achavam os plantadores de canna, o resultado de seus esforços era estancar as principaes fontes de renda da

(514) Gov. e Cons. no Cons. dos XIX, 2 Abril. Adriano Leite à Cons. da Zel., 10 Junho 1643.

(515) Gov. e Cons. à Cons. da Zel., 31 Agosto 1643.

(516) Torquinius ao Cons. dos XIX e Cons. da Zel., 24 Dectembro 1643.

Companhia. Tinham diante de si problemas, cuja solução dependia essencialmente de annos económicos favoráveis, e se lhes commettia vencer resistências que muito sobrepujavam as limitadas forças de que dispunham. Enquanto no Recife se escarnecia dos Conselheiros e as suas ordens eram pasto de acerbas críticas, os proprietários agrícolas davam expansão á sua colera nos termos mais desabusados, quando não pegavam em armas.

E quanto não se fallava, á boca pequena, dos membros desse tribunal de finanças! Um declarava que o paiz gemia sob o guante dos tyranos mais crueis; outro accusava-os de corrupção e dizia ser causa sabida que elles recebiam dinheiro de suborno, sob a forma de percentagens sobre o assucar; um terceiro escrevia: "Henricus Casparus Torquinus, este filho de um guarda-comporta de Amsterdão, é um individuo presumçoso e arrogante; está verdadeiramente convencido de que todos devem dancar sob a regência de sua batuta" (517).

Em cartas rispidas, o Conselho de Finanças tratou de contestar semelhantes accusações, como mentiras infames, acrescentando que a Directoria da Companhia sabia perfeitamente que a irritação assim expandida por considerável numero de individuos, na Nova Hollanda, procedia unicamente do temor da fiscalização, a que se deviam submeter. O facto era que a Companhia estava sendo desvergonhadamente roubada pelos seus empregados de alta categoria e inferiores, assim como por outra gente mais, na Ameria do Sul. (518)

Com a attitude provocante do Conselheiro de Finanças Pieter van der Hagen cresceu ainda mais a iudi-

(517) Segundo uma missiva de J. Crevlingh, 1 Setembro 1643.

(517) Torquinus ao Cons. dos NIX, 30 Agosto; n. Gouv. de Finanças à Camb. de Zel., 7 Novembro 1643.

posição, que já era grande, contra o Conselho Económico. Muito prejudicou a esta Corporação não haver antes sido afastada do seu seio, essa desacreditada individualidade de que tanto mal diziam não só os melhores círculos sociais, como ainda os seus próprios companheiros de officio. Van der Hageu andava todos os dias pelos botequins, a dizer *coram publico* que os membros do Alto Conselho e do Conselho Político haviam quebrado o juramento dado à Companhia, dando descontinho a vultosas quantias e pondo diante dos olhos somente o interesse de suas próprias bolsas. Por andar quasi sempre bebedo e nesse estado tomar parte nas sessões do Conselho, quando lhe aprazia a ellas comparecer, foi esse delator submetido pelo Governo a um processo, no principio de 1645, e, em virtude do julgamento proferido, banido da Colonia. (519) Alguns mezes antes o probo Adriean Lems (520) havia solicitado a sua transferencia para o Conselho de Justiça. Ele se sentiu profundamente magoado por que nenhum convite *havia sido dirigido aos membros do Conselho de Finanças*, para participarem das festas de despedida de João Mauricio, — signal evidente da pouca consideração prestada a essa Corporação, em Pernambuco.

Depois da partida do Príncipe, a crise financeira entrou numa nova phase. O Governo não sabia mais onde buscar dinheiro para pagar o soldo semanal às tropas (521) Com medo de que rebentasse uma sublevação militar, que puzesse em perigo a existencia da Colonia, o Alto Conselho pôz novamente em circulação as "ordenações".

(519) O Alto Cons. à Cam. da Zel., 13 Fevereiro 1645 W. I. C. O. C. Nr. 50.

(520) Adriean Lems nos Directores em Middellburgo, 14 Maio 1641, W. I. C. O. C. Nr. 59.

(521) O Alto Cons. à Cam. da Zel., 25 Julho 1644.

Posto que perigosa a medida, esperava elle uma boa safra de assucar e contava com certeza que a exposição que João Mauricio havia de fazer à Companhia na Metropole, movê-l-a-ia a uma ação auxiliadora mais efficiente. Já muitos Portuguezes, senhores de engenho, irritados pelo subito apparecimento de agentes judiciaes em suas propriedades, e pela impaciencia dos credores particulares, haviam sustado as suas moagens, e era de contar com a imitação desse exemplo em Itamaracá e na Parahyba. Em taes condições, o Governo tratava de salvar o que podia ainda ser salvo. Prolongou os prazos de pagamento, tomou a si a satisfação de grandes importâncias emprestadas aos proprietários agricolas por particulares, e celebrou novos contractos com os seus devedores. (522) Para isso os plantadores penhoravam á Companhia os seus engenhos de moer canna, negros, bois de corrêia e as fachas custosas dos assentamentos.

A que extremos de necessidade se viram reduzidos Portuguezes mesmo abonados, mostra o caso do respeitado e abastado judeu Jorge Homem Pinto. Proprietário de 370 escravos e 1.000 bois, foi elle obrigado a declarar ao Alto Conselho que já não se achava mais em condições de satisfazer aos seus compromissos financeiros, pois o ônus de suas dividas já attingia a somma gigantesca de 937.977:13 florins! "Em consequencia das más colheitas nos annos 1642, 1643 e 1644", lê-se em sua petição, "em consequencia das condições desfavoraveis do mercado do assucar, os meus "eugenhos", que dantes davam tão boa renda, não produzem mais para a satisfação dos proprios gastos. Nem me é dado tão pouco entregar as quantidades de assucar estipuladas no contracto para o pagamento dos adiantamentos rece-

(522) O Alto Cons. à Cm. da Zelândia, 1 Outubro 1644, Cl. p. 225.

bidos. Acho-me inteiramente arruinado, e com a minha insolvença a Companhia soffrerá grande danno. Só vejo urna sahida para esta situação desesperadora. A W. I. C. deve se decidir a tomar a si as minhas dívidas, e estabelecer um novo acordo comigo. Só assim poderei eu manter os meus engenhos, fabriear assucar e em seis safras amortizar o débito total. Como penhor, ponho á disposição da Companhia os nove engenhos que posso, com o respectivo inventario. De nenhum proveito será para os credores leval-os á praça na actual conjunctura de baixa de preço das propriedades agrícolas. (523). Depois de aturado entendimento com os demais credores, — Pinto devia a W. I. C. cerca de 700.000 florins e a particulares 238.000 pouco mais ou menos —, o Governo aceitou a proposta. Está verificando que as dívidas desse homem se elevaram tanto, porque elle nos bons tempos havia comprado a crédito alguns centos de escravos pelos mais altos preços, (524) certo de que a elle, o ricaço Pinto, seria facil causa solver mais tarde todos os compromissos contrabídos. Da nova responsabilidade, libertou-o em 1645 a sua passagem para os insurretos.

Parece que a W. I. C. nenhum protesto levantou contra as medidas dos seus representantes no Brasil Hollandez. Não estiveram porém pela concessão de crédito aos plantadores portuguezes, os adversários da Companhia, sobresabendo entre estes o autor do "Brasilische Gelt Sack", que em seu libello submetteu a severa críticas os diversos accordos celebrados, e se prevaleceu da "ignominiosa condescendencia", segundo a sua expressão, do Governo do Recife, para dirigir violentos ataques á Direcção da Companhia.

(523) Juras Ilumem Pinto ao Alto Cons., 25 Outubro 1644, Watjen, Indentum, p. 47.

(524) O Alto Cons. a Com. de Zel., 13 Fevereiro 1615 W. I. C. G. C. N. 60.

A sua intenção era abrir os olhos do leitor para que visse com que gente a W. I. C. havia feito contratos na colonia, quantas existencias falhas se encontravam entre os devedores, que garantias duvidosas haviam sido firmadas, e que insignificante valor tinha a maior parte dos bens hypothecados. E fôra a tal sociedade que o ingenuo povo hollandez confiara os seus vintens poupadoss!

Para contentar as tropas que em Fevereiro de 1645 tomaram uma attitude ameaçadora, ao governo todos os meios se afiguraram justos. O Alto Conselho mandou pagar em dinheiro aos officiaes e guarnições o soldo e susstento da primeira metade do mez eches prometidos pelos 14 dias restantes alguns litros de vinho espanhol ou de aguardente, como paga do soldo (525). Para occorrer ao augmento das despesas tomou elle, aos comerciantes livres, adiantameutos sobre o assucar e pá Brazil embarcados nos navios, com destino á metropole. Aos directores foram enviados os documentos relativos a essas transacções de emprestimo mercantil (526), com o pedido de que fossem reconhecidos esses titulos de "bodemeria" e saldados os debitos delles constantes. Quando no começo das agitações, os comerciantes livres, em parte, elevaram as suas taxas de juros para 10 %, os Senhores do Alto Conselho resolram abrir um caixote de ouro que viera da Guiné, e destinado a ser re-exportado. Delle retiraram 360 marcos em ouro (2 marcos = 280 florins), e mandaram cunhar "pfenniges" de ouro, de diferentes tamanhos, que representavam valores de tres, seis e doze florins. A cunhagem um tanto primitiva das peças de ouro foi obra de um moedeiro hollandez: numa face trazia o

(525) No mesmo escrito.

(526) Sobre a expedição de semelhantes "Cartas da Bodemeria", cf. J. V. Rasenborg à Cam. da Zel., 26 Março, 27 Junho 1645.

monogramma da W. I. C. e na outra o numero do anno. (527) A emissão dessas moedas de ouro deu novo credito ao Governo, perante os commerciantes livres, com cujo auxilio puderam pelo menos ser satisfeitas as exigencias dos soldados até o fim do anno 1645. (528)

Mas essa melhoria de condições financeiras não durou muito tempo. E a razão principal foi o espanhoso progresso do exercito inimigo, que, num ápice, se asseioreara do Sul de Pernambuco, puzera cerco ao Recife pelo lado de terra, e interrompera completamente as comunicações da cidade com o interior. Como na capital sitiada o tráfico e commercio se paralisassem, e não fosse mais possível obter dinheiro "op bodmeryc", mais uma vez recorreram ao caixote de ouro e o alliviararam de mais 359 marcos. Faltando, porém, no momento eadinho em que derreter o metal, o Conselho vendeu os marcos de ouro aos commerciantes livres, e recolheu aos cofres cerca de 100.000 fls. (529)

Mas mesmo esta somia só momentaneamente serviu para entupir o buraco. Já em Agosto de 1646 teve o novo Governo — Schoonenborch e os membros do Conselho que com elle vieram para o Recife — de anunciar aos Senhores da Companhia que o caixote de ouro ainda uma vez havia sido o recurso de salvação e que, desta feita, 405 marcos haviam sido em parte vendidos, e em parte remetidos ao moedero para nova enaltecêr. (530) Já os dous primeiros attentados sobre o ouro da Guiné haviam bastado, para que o Conselho dos XIX subisse á serra. Mandou elle então dizer ao Governo do Brasil que os 719 marcos de ouro ille-

(527) Notulas, 21 Julho 1645 W. I. C. O. C. Nr. 70. e Alto Cons. à Com. da Zel., 4 Setembro de 1645.

(528) Brevíssimo, o Alto Cons. aos directores em Middelburgh, 10 Dez. 1645 W. I. C. O. C. Nr. 61.

(529) O Alto Cons. nos mesmos, 17 Abril 1646.

(530) Previú, o Cons. à Com. da Zelandia, 29 Agosto 1646.

galmente retirados representavam naquelle momento na Hollanda o valôr de 215.000 florins. Ninguem podia explicar, na Metropole, por que razão o Alto Conselho havia recorrido a meios tão condenáveis. Se o facto ainda se repetisse, os Directores se veriam na contingencia de ordenar outra rota para os navios procedentes da Guiné, com escala entôo pelo porto de Recife. (531) Imagine-se agora a indignação dos dirigentes da Companhia quando lhes foi comunicado pelo Presidente e Conselho que o intendente da moeda Pieter Janszoon Bass, em Recife, — a elle haviam sido confiados 355 marcos (dos 405 tirados do crixote) para a conversão em dueados simples e dobrados, brasileiros, no valor total de 119.569:18 florins, — havia reclamado para si e o seu pessoal a importaneia de 10.388:3 florins como pagamento do seu trabalho, e logo abatido essa somma do ouro que lhe fôra entregue! (532)

Foi cheios de razão que Schoonevorch e os seus collegas de Conselho repelliram energicamente a reprehensão que o Directorio Geral lhes passara em tom de severo mestre-escola. "Que nos restava fazer, esmagados como nos achavâmos sob o peso de dívidas inindivisíveis e abandonados pela W. I. C., senão largar mão do ouro da Guiné, para ocorrer pelo menos ás despezas mais urgentes? Sem dinheiro em caixa é inteiramente impossivel *sulcken verwarden boedel te regeren* (administrar tão embrulhada herança). Se, porém, os Senhores da Companhia são de outra opinião, então que mandem para o Brasil novos Conselbeiros que presumam ter a capacidade de desembaraçar a Colonia do labirinto de miseria em que se estorce. Em tão desesperada si-

(531) O Directorio an Cons. de Recife, 1 Agosto 1616 W. I. C. O. C. Nr. 10.

(532) "Reckkening van de H. Pieter Janssen Bass als opprender van de Monie sedert 27 Sept. tot 14 December 1616. Protest des Lols. Rats en d. sch. Kamer, 6 maer 1617 W. I. C. O. Nr. 63.

tução, quando o inimigo se acha de posse de grande parte do territorio conquistado, quando civis e militares atormentam o Governo com incessantes pedidos de dinheiro, — censuram-nos por havermos disposto de uma ou duas centenas de maceos de ouro, bem mostra quão pouco o Directorio Geral tem em consideração a gravidade do momento. Se effectivamente fôr adoptado o plano de alterar a rota dos navios procedentes da Guiné, então exigimos que a W. I. C. se disponha sem vacilações a nos enviar afinal os urgentes socorros de que tanto necessitamos". (533)

Nas praças brasileiras ainda sob o domínio da Companhia, a gente teve de se acostumar rapidamente a viver de expedientes, conforme pudesse. A cobrança das dívidas aos plantadores havia cessado, as arrecadações por arrendamento, até os impostos sobre bebidas e taxas de matança, já consideravelmente reduzidos, haviam desapparecido dos orçamentos. O cambio das ordenanças, em grande massa na circulação, poror de tal forma que os comerciantes livres, que apesar dos más tempos sempre haviam facilitado a aquisição dos generos alimenticios e artigos de vestuário, não mais quizeram aceitar os desvalorizados "assignados". Os soldados começaram a vender os seus créditos a espenhadores semi conscientes, que só faltava lhes tirassem a pelle. Em Dezembro de 1646 o Alto Conselho mandou afixar um edital em que prevenia a população do Brasil hollandez, contra a má moeda que litteralmente inundava a terra, expellindo da circulação a bôn. (534) Em tal situação, era para o Governo sempre um dia de jubilo quando os navios que cruzavam na costa apresentavam uma caravela de assucar ou um navio negreiro

(533) Presid. e Cons. aos directores em Middelburgh, 31 Março 1647.

(534) Edict. do Alto Cons. em Recife, 21 Dezembro 1646 W. I. C. O. C. N.º 62.

portuguez. Então entrava dinheiro para o erario, e podia-se obter dos commerciantes livres, e dos Portuguezes que ainda se conservavam fieis, em troca de açucar e de negros, a farinha indispensavel no consumo da guarujião e dos citadinos. (535)

Sobre as despezas mensaes do Governo de Recife nesses annos existem nas "Aetas" dados estatisticos dignos de fé (536). Vão aqui reunidos na seguinte tabella:

	1647	1648
Mezes	Florins : soldos	Florins : soldos
Janeiro	24 992: 8	Falta
Fevereiro	21 047:16	20 979:11
Março	18 925:18	17 834:16
Abril	21 715: 2	29 527:12
Maio	28 433: 2	52 457: 1
Junho	22 116: 4	36 785
Julho	29 088: 2	36 688:10
Agosto	39 844:13	22 018: 4
Setembro	39 676: 3	37 249:19
Outubro	42 857	43 932:18
Novembro	21 232:14	25 700:13
Dezembro	24 620: 8	Falta
Em 12 mezes	<hr/>	Em 10
portanto fls. . . .	334 459:10	mezes 322 169: 4

Doutra parte, segundo um extracto conservado do livro mestre, o total do activo da W. I. C. no dia 31 de Dezembro de 1646 montava a 9.534.497:12 florins, (537) perfazendo só as dívidas a receber dos plantadores a importancia de 6.222.376 florins. (538)

(535) Pres. e Cons. aos diretores em Middelburgo, 26 Julho, 28 Agosto 1647. W. I. C. O. C. Nr. 60.

(536) Notulen 1647/48 W. I. C. O. C. 71/72.

(537) "Generale Staat van de Geac W. I. C." ("Estado Geral da privilegiada W. I. C."), 31 Dezember 1646 W. I. C. O. C. Nr. 62.

(538) "Lijsta van alle obligatiën" ("Lista de todas as obrigações"), etc. 1646. W. I. C. O. C. Nr. 61.

Não é de admirar que, em vista de tais algarismos e dos renovados sucessos do inimigo, — a primeira batalha dos Guararapes foi ferida em 19 de Abril de 1648 —, pouca esperança nutrissem o Presidente e o Conselho da reconquista das Capitanias perdidas e restauração da destroçada vida económica de Pernambuco. Diariamente batiam à porta do Secretario do Conselho funcionários e empregados para reclamarem os seus salários e pedirem, por falta de recursos, que o Governo ocorresse às despezas de doença, enterro e casamento de todos os serventuários da Companhia, bem como se encarregasse do tratamento das crianças recém-nascidas. (539) Do mesmo modo e com igual frequência apareciam em seu gabinete as viúvas dos oficiais, inferiores e soldados, mortos na guerra. Estas imploravam ao Alto Conselho que continuasse a lhes mandar pagar o soldo dos seus maridos, mortos em combate, pela defesa da Companhia, e que tudo se envidasse para salvar da privação e da miseria os filhos deixados por aqueles heróes. (540) Mas onde iriam Schoornenborch e seus Conselheiros buscar os necessários recursos para a satisfação de tais reclamos? Pois já não era uma África, conseguir arranjar todos os meios as sominas necessárias, ou pelo menos parte delas, para o pagamento do soldo e boia das tropas! Não era raro ver soldados exaltados ameaçarem de panhos cerrados aos membros do Conselho. A estes os mais torpes doces eram dirigidos e maldições não faltavam contra os "extorsões" da Companhia. E' certo que as Camaras da W. I. C., se bem que profundamente endividadas, faziam de tempos em tempos uma remessa de dinheiro. Mas de que servia chegar numa ocasião um navio, di-

(539) Pres. e Cons. à Cm., em Middelburgh, 9 Julho 1648. W. I. C. O. C. Nr. 64.

(540) Os incêndios no Desterro 7 de, 7 Agosto 1648.

gamos com 150.000 florins em ouro, prata e cobre, — para depois se passarem mezes e mezes a fio em aneiosa espera de nova remessa!

Depois da segunda derrota dos Guararapes, em Fevereiro de 1649, — o Governo do Recife perdeu o crédito inteiramente. (541) Ninguém mais queria aceitar as "ordenanças" firmadas com a assignatura dos Conselheiros, — nenhum mercador, dar, por ellas, mercadorias. Schoonenborch e os seus Conselheiros puzeram em acção todas as suas artes de persuasão, no empenho de consolar os funcionários da Companhia e os soldados com a esperança de melhores dias, e mover os comerciantes livres e judeus portuguezes a lhes fazerem novos empréstimos. Extrema era a tensão nervosa dominante naquelles tempos.

E o constante receio do Conselho, de ficar de uma hora para outra inteiramente privado de recursos, fez com que os conselheiros em Novembro de 1649 declarassem de maneira peremptória que, caso não fossem tomadas sem demora medidas decisivas, elles estavam resolvidos a abandonar aquella terra inhóspita. (542) As presas de assucar e o dinheiro chegado da Hollanda, porventura no momento mais grave, e repetidas vezes depois, traziam o desafogo temporário da afflictiva situação. Também por sua vez o sentimento do dever compeliu os Altos Conselheiros a não abandonarem o seu posto. E assim se fôram passando os annos, e se agravando com elles as circumstâncias. Onde havia dinheiro a emprestar, os juros eram verdadeiramente extorsivos. O Governo emitiu vales sobre o dinheiro esperado da Hollanda nos navios mais próximos e sobre futuras presas de côrso, hypothecou os edifícios da

(541) Presid. à Cons. & Cons. da Zel., 10 Março 1649 W. I. C. O. C. Nr. 65.

(542) Presidente à Cons. & Cons. Zel., 2 Novembro 1649.

W. I. C. com os respectivos mobiliarios, saecou letras sobre Amsterdão, contraiu emprestimos de "bodenmeria", vendeu escravos que trabalhavam para a Companhia na Ilha Fernando Noronha, bem como para o Brasil, que por falta de praça, não havia podido ser embarcado. Finalmente, diversos cargos publicos foram supprimidos e os funcionários desempregados mandados para casa (543). Ratinhavam-se os generos alimenticios, poujavava-se a munição, mas a sorte do Recife não podia mais ser conjurada.

— — —
(543) Os mesmos nos directores em Middelburg, 15 Fevereiro, 17 Março, 30 Junho, 1 Novembro 1650, 20 Março 1651. W. I. C. O. C. Nr. 66.

CAPITULO SEGUNDO

A EGREJA NO BRASIL-HOLLANDEZ.

Após a conquista de Olinda em 1630 e quando se achavam firmemente estabelecidos na peninsula do Recife, os Hollandezes, em obediencia ás recommendationes da Direcção da Companhia, procuraram tratar amigavelmente aos habitantes do territorio subjugado, especialmente ao clero, e evitar tudo que porventura pudesse ser interpretado como intolerancia religiosa. Por delegação da dona da conquista, o Conselho Politico declarou que a W. I. C. não cogitava absolutamente de impôr aos Portuguezes a doutrina da Reforma, "*alsoo het gelvoow een gave Godts was*" (pois a fé era um dom de Deus). Não era tão pouco intenção da Companhia apoderar-se dos bens da Egreja Romana. Os clérigos podiam ficar certos de que o Governo Hollandeze os havia de tratar melhor do que Portugal jamais o fizera (544). Com essa dilatada tolerancia pretendia a Companhia captar as boas graças de seus novos vassalos, na expectativa de que elles rapidamente se adaptassem á mudança da situação e logo voltassem a produzir assucar.

E' ponto a averiguar, se já com a esquadra de Loeq chegaram a Pernambuco pastores protestantes, —

(544) Pieter de Vries ons directores em Middelburg, 2 Abril 1630 W. I. C. O. C. Nr. 49.

capellães militares, por exemplo. Não nos parece provável, por quanto, nas primeiras respostas do Directório aos relatos sobre a queda de Olinda, dá-se conhecimento aos Conselheiros Políticos de que, de acordo com a sua solicitação, tratava elle de escolher pregadores capazes, afim de logo envaliosar (545). Trez annos depois Ceulen e Gijsselingh insistiam pela vinda de dous zelosos parochos protestantes. Seria bom, observaram elles em sua missiva, que os dois servos de Deus falossem o portuguez e o inglez — inglez, porque o exercito hollandez do Brasil contava elevado numero de soldados de nacionalidade britannica (546). Cincos semanas antes tinha o Conselho dos XIX despachado dous theologos para a Nova Hollanda (547). No ecerter dos mezes seguintes, outros curas d'almas foram enviados, até que em 1635 ficou resolvido manter permanentemente de oito a nove clérigos protestantes no serviço divino, no Brasil Norte, e organizar a diffusão da instrucção nas diferentes Capitanias (548).

Se bem que o decreto parahybano de amnistia de 1634, que, como vimos, foi um anno depois esteudido a Pernambuco, Itamaracá e Rio Grande, mais uma vez garantisse solennemente aos Catholicos o livre exercicio da religião e egualdade de tratamento em relação aos Protestantes, o facto é que o espirito de tolerancia já não era o mesmo. Entre os pregadores chegados à Colonia havia verdadeiros faraticos, que cheios de abraçadora cólera contra a Egreja Romana, seus padres e monges, cobriam-n'os de maldições, do alto do pulpito, e se propunham abrir os olhos do povo, diante da

(545) O Cons. dos XIX ao Cons. Pol., 4 Junho 1630. W. I. C. O. C. Nr. 8.

(546) Ceulen e Gijsselingh à Cam. da Zel., 19 Agosto 1633. W. I. C. O. C. Nr. 50.

(547) O Cons. dos XIX a Ceulen e Gijsselingh, 8 Julho 1633. W. I. C. O. C. Nr. 9.

(548) O mesmo aos doze Directores, 1 Agosto 1635.

"peste" catholica. Exigiram que o Conselho Político puzesse termo á actividade insidiosa dos membros das ordens dos Jesuitas e Franciscanos, e tiveram a satisfação de vér as suas acusações comprovadas por factos. Vieram a cair nas mãos dos espiões do Governo hollandez algumas cartas dirigidas ao Governador portuguêz na Bahia por sacerdotes Jesuitas e Franciscanos, nas quaes os mesmos se compromettiam a fazer quanto pudessem afim de desferir o golpe de morte sobre a heresia implantada no Norte do Brasil. O Conselheiro Wilhelm Schotte escreveu para Middelburgo, sobre estas conspirações, e em sua missiva designou os Jesuitas como "*de perniciouse helsch sprinckhaenen*" (os perniciosos gafanhotos infernaes) (549). E lá se foi um dia a tolerancia! Os Conselheiros tomaram a resolução de afastar, violentemente, de Pernambuco, a todos quantos pertencessem á Ordem de Jesus, ou fossem della amigos, e bem assim fazer participarem da mesma sorte os Franciscanos. Padres e frades foram enviados presos para Amsterdão. Ao Directorio foi pedida a internação dos conspiradores, e que se lhes tornasse impossível qualquer tentativa de fuga para Portugal, — donde elles certamente regressariam ao Brasil (550). "Apenas conservarmos aqui o *Capataz* (*Hauptahn*) dos Franciscanos, para por incio delle podermos pegar os velhacos que não são ainda nesses conhecidos", assim escrevia Schotte. "*Dat ons God vergunne*" (que Deus nos conceda essa graça). O Principal dos Jesuitas transportados para a Hollanda apresentou aos Estados Geraes um protesto contra o indigno tratamento dado aos seus irmãos de ordem. Não só fôra o Convento dos Jesuitas em Olinda entregue á voracidade das chamas, como ainda haviam os Hollandeze se apoderado dos

(549) W. Schotte à Com. Zel., 19 Fevereiro 1636 W. I. C. O. C. Nr. 51.

(550) O Cons. Político ao Cons. dos XIX, 21 Fevereiro 1636.

bens particulares dos padres, sequestrado as suas lavouras e plantações, e por fim levado a effeito a sua expulsão do paiz, — tudo isso sem que se tivesse provado a culpa de um unico sacerdote. Concluia por pedir aos Altos Poderes que aos membros da Ordem tão duramente attingidos fossem restituídos os seus bens, e que ou lhe fosse permitido voltar para o Brasil, assim de como cidadãos pacíficos se dedicassem ao cultivo da canna de açucar, ou se indemizasse o Canino sofrido pela Companhia de Jesus (551). Não se conhece a resposta dos Estados Geraes, mas bem se pode fazer uma viva idéia de qual tenha sido o seu teor. Todos os padres protestantes que exerciam o seu ministerio na Nova Hollanda pertenciam como membros ordinarios ao Conselho Ecclesiastico Recifense, do qual tambem faziam parte, como deões (*Aelteste*) diversos escabinos, officiaes, agricultores ou commerciantes, bem como de dous a tres Conselheiros Politicos. De acordo com os assentamentos (*Protokolle*) descobertos no Archivo da "Provincieaal Kerkbestuur van Utrecht" ("Administração Ecclesiastica Provincial de Utrecht") (552) a "Classis van Brasilië" reuniu-se pela primeira vez a 16 de Dezembro de 1636. Discutiu-se nessa sessão a criação e provimento de novas paroquias nas Capitanias do Norte, bem como em diferentes praças fortificadas, muito afastadas da Metropole, e tomou-se conhecimento de grande numero de representações. O Synodo exhortou a todos os servos da Egreja Reformada a darem por meio de sua vida virtuosa um edificeante exemplo aos habitantes brancos e de cor da Nova Hollanda, e manifestou a sua indignação pelo facto de haver o ministro Johan Ooster-

(551) O "Aeltestor" dos Jesuitas Oliventes nos Est. Geraes, 27 Junho 1633. *List Stat. Gen.* Nr. 5722.

(552) *Kronick. Jahrb.* 1873, p. 296 e segs.

dagh se deixado desviar ao ponto de desposar uma mulher apontada com o dedo por todo o mundo (553).

Poucas semanas depois de aportar João Mauricio no Recife, realizou-se, em 8 de Março de 1637, a segunda reunião do Conselho Ecclesiastico. O seu objecto principal devia ser deliberar sobre a organização dos estatutos pelos quaes se regesse toda a Colonia em matéria religiosa, e apresentar propostas de combate á barbarie que, em virtude da guerra, se ia alastrando pelo Brasil, bem como á immoralidade reinante no exercito. Conequantemente foi por todos quantos na mesma reunião tomaram parte enearecida a necessidade de celebrar-se a santa Eucaristia nas Egrejas da região hollandeza, de cuidar da fundação de escolas e do seu provimento com professores hollandezes e portuguezes. Todos também se acordaram em que a conversão dos Portuguezes, Indianos e Negros devia ser creaminhada com o devido vagar. Pediu-se com empenho ao Governador e ao Conselho a expedição de um decreto que tornasse obrigatória a guarda do domingo, porquanto era inaudito como no Brasil se profanava o dia do Senhor "met singen, springen, openlyck arbeyd te doen, koppen en ver-kopen, droncken drincken en spelken ende veel verscheyden, wulpsheden en overstalicheden te bedrijven, waar door den toorn Godes hochlijck ontstecken wort (cantando, dansando, trabalhando publicamente, bebendo e jogando, e cometendo actos de libertinagem e desregramentos, com o que muito se inflamava a cólera de Deus) (554). Como zeladora da decencia e dos bons costumes, a autoridade ecclesiastica chamou á barra de seu fóro pessoas que se haviam tornado culpadas de adulterio ou viviam amancebadas, e advertiu, sob

(553) Ibidem, Pag. 39^a e segs.

(554) Ibidem, Pag. 311.

ameaça de immediata demissão, no caso de reincidencia, a diversos paroelhos para que abandonassem a sua conduta escandalosa e voltassem ao caminho da virtude, como convinha a um servidor da palavra divina.

Para assegurar aos mandamentos do Synodo o necessário respeito, foi resolvido estabelecer um exemplo, num caso de especial gravidade. O pastor Daniel Schagen, o mais sordido elemento da Egreja Reformada no Norte do Brasil, foi afastado do officio, como medida disciplinar, por desobediencia, embriaguez e grosseiro relaxamento de seus deveres. Ele tinha andado na rua com mulheres de vida dissoluta, tinha celebrando o casamento de uma senhora, que não estava separada do marido, ainda vivo na Holanda, e no fim havia admitido como criada, em sua casa, uma prostituta. Fôra tambem acusado de trazer secretamente ao peito um crucifixo. — O delinqüente pouca importância ligou á sentença do Synodo, e calmamente declarou aos seus conhecidos que pretendia ausentar-se por algum tempo, mas depois voltaria para a Nova Holanda afim de cultivar as terras que havia comprado e ensinar a palavra de Deus aos agricultores. O Conselho Ecclesiastico enxergando nisso um futuro escândalo, dirigiu-se á Direcção da Companhia, pedindo-lhe que frustrasse oportunamente o plano desse "padre mundano", com recusar-lhe a licença de viagem (555).

A introdução do regimento ecclesiastico calvinista, a manutenção de uma severa disciplina na Egreja, a propagação de livros religiosos e o cuidadoso registoamento dos casamentos, nascimentos e óbitos, a adequada applicação dos fundos, bem como o empenho pela participação da comunidade nas celebrações eucarísticas, tudo isso contribuiu para que, em Recife, em Frederico-

(555) O Cons. Ecc. ao Cons. das NIZ, 19 Agosto 1637 W. I. C. O. C. Nr. 12

polis (Frederikstad) e, em seguida, também noutros lugares menos importantes, a vida religiosa tomasse animando desenvolvimento e aos domingos grande numero de fieis accorressem ao serviço divino. Em Julho de 1637, João Mauricio e os Altos Conselheiros já podiam comunicar aos Directores que a organização eclesiastica functionava admiravelmente, achando-se todos satisfeitos com os pregadores, conferentes e visitadores de enfermos (Krankentröster) em actividade no Brasil Norte (556). O Conselho Ecclesiastico, também por sua vez, manifestou o seu contentamento por ter a doutrina da Reforma tão depressa lançado firmes raízes no solo da Colonia. Prometeu aos Senhores da Companhia esforçar-se o mais possível pelo seu contínuo progresso, e sobre tudo aplicar o melhor cuidado à obra da Missão. Na "Classicale Vergaderinge" (Reunião Capitular) de 5 de Janeiro de 1638, a questão da conversão dos Indígenas figura no primeiro plano do interesse geral. Pregadores e deões fizeram ver a sua importância para a dilatação do poder hollandez no Brasil e propuseram que o energico Pregador David van Doorenslaer com dous clérigos auxiliares fosse enviado às aldeias indígenas, afim de propagar a palavra divina entre os aborigenes (Rothäute), explicar-lhes os principios fundamentaes da confissão reformada, educal-os na obediencia christã e, finalmente, ensiná-los a ler e escrever velhos e jovens (557).

Não tardou muito, porém, que o Synodo desse um passo cuja consequencia outra não podia ser senão abrir um conflicto com o Conde, sabidamente tão tolerante em materia de religião. Foi o caso que o Synodo exigiu do Stattlalter e do Conselho uma extrema restrição da liberdade da práctica religiosa, concedida aos Ca-

(556) João Mauricio e Alto Cons. do Cons. dos XIX, em Julho 1637.

(557) Kroniek, p. 321 a seq.

tholicos. Allegava elle que como principal representante da Egreja Protestante não podia por mais tempo supportar "de groote liberteyt der Papisten" (a grande liberdade de que gozavam os Papistas), nem, em caso algum, permitir que os mais truculentos inimigos da doutrina Calvinista orassem publicamente nas Egrejas á Virgem Maria e celebrassem o officio da Missa, e, bem assim, que no territorio da Companhia, frades se entregassem a uma existencia contemplativa, evando-se á custa dos bens conventunes, ou que se construissem templos catholicos e se fizessem procissões. Ainda por cunhalo: alguns sacerdotes tinham se atrevido a casar religiosamente cidadãos neerlandezes, a quem o Conselho Ecclesiastico havia, por determinados motivos, recusado licença nupcial, ebagando até mesmo a receber em confissão condenados á morte (558).

De medidas coercitivas contra os Catholicos, João Mauricio não queria ouvir falar. Esses actos de força não se coadunavam com os seus principios religiosos; além do que elle temia com razão que só pudessem as mesmas trazer novas perturbações na região colonial, quando justamente era de paz interna que elle precisava no momento, para a solução dos grandes problemas que tinha em vista, afim de pôr a Nova Hollanda nos seus devidos eixos. Sobre a situação do "Papismo" naquelle tempo nos informa uma exposição do Governo do Recife, escripta poucos dias depois do encerramento do Synodo (559). "Os Catholicos", lê-se ahí, "gozam no Brasil Hollandez de plena liberdade de crença, podem se mover á vontade e assistir á missa em suas egrejas. Tão pouco é perturbada a vida claustral dos frades. Temos na Colonia trez Ordens religiosas: Franciscan-

(558) Cf. também Knoolek, p. 320 "Generale Gravamina".

(559) Gov. e Cons. ao Cons. dos XIX, 14 Janeiro 1638 W. I. C. O. C. Nr. 43.

nos (560), Carmelitos e Benedictinos. Os Franciscanos possuem cinco conventos: um situado em Olinda o segundo na Parahyba, o terceiro em Iguarassú, o quarto em Ipojuca e o quinto em Serinhaem. Em Olinda e junto a Fredericcia acham-se tambem fundações Carmelitas e Benedictinas. Ao passo que os frades Franciscanos e Carmelitas vivem de esmolas, possuem os Benedictinos grandes propriedades agrícolas e um magnifico Engenho na Capitania de Pernambuco. Fóra destes, encontram-se na Nova Hollanda padres e frades de todas as Congregações possíveis. Alguns destes clérigos com o correr dos annos se têm tornado plantadores abastados e se dedicam com o auxilio de numerosos escravos á cultura da cauva. Cada Capitania tem o seu Vigario (561), cada cidade mais importante una Egreja Catholica e diversas Capellas. Nas localidades menores, como é natural, predominam as capellas, as quaes, em numero consideravel, tambem se acham espalhadas por toda a terra e em especial nas regiões de cultura, á margem do Capibaribe e do Rio Parahyba. — Os Portuguezes do Brasil Norte entregam-se cegamente ao Catholicismo, desconhecendo a verdadeira religião e o caminho da salvação. Conhecem apenas o seu rosario, que trazem pendurado ao pescoço, ou na mão, quando em oração. Com elle murmuram entre os dentes as suas Ave-Marias. Em nós Hollandeses, porém, vêm somente heréticos ineréos, e nos odeiam, porque penetramos em sua terra e os vencemos na luta. Só por temor obedecem ás ordens do Governo hollandez. Não devemos, em todo o caso, deixar de reconhecer que muitos Portuguezes nos são fielmente dedicados".

(560) Esta Ordem foi provavelmente reestablishida em 1637.

(561) O Vigario Geral das quatro Capitanias do Norte residia antes da Invasão Hollandesa em Olinda.

Com igual acrimonia se manifestou a "Classis van Brazilië" (o Collegio Ecclesiastico) contra a liberdade concedida aos Judeus do Recife. Era um escandalo que essa gente houvesse alugado na Capital duas casas, onde lhes era permitido entregar-se sem o menor embaraço ás suas praticas religiosas. Isso certamente irritava sobremaneira a todos os Christãos sinceros, diminuia a nossa importancia perante os Portuguezes, que farejavam em cada Hollandez tolerante um judeu disfarçado, e, por fim, vinha em detrimento da Egreja Reformada cuja solidez ficaria abalada na Nova Hollanda se "taes inimigos da verdade" gozassem a mesma liberdade religiosa que os Calvinistas. Urgia que o Governo puzesse cobro a esse estado de cousas (562).

No meu trabalho "Das Judentum und die Anfänge der modernen Kolonisation" (O Judaismo e os primórdios da Colonização moderna), escripto em oposição ao livro de Werner Sombart, "Die Juden und das Wirtschaftsleben" (Os Judeus e a economia social), — já procurei demonstrar que a declaração da W. I. C. de que na Nova Hollanda todas as crenças religiosas seriam respeitadas atraiu para ali grande numero do Judeus. A imigração judaica tornou notável incremento depois que João Mauricio estabeleceu a ordem na situação cabotica que encontrara, e firmou a existencia da jovem colonia, limpando o paiz das tropas inimigas que o infestavam. Antes mesmo da conquista hollandeza, os Israelitas exerciam a sua actividade em Pernambuco, na cultura da canna de assucar, e, desde 1637, voltaram a desempenhar papel saliente nesse departamento. Todavia o maior numero dos judeus, vindos de todas as partes do mundo para a America do Sul, dedicava-se ao comércio de miudezas ou exerceia a agiotá-

gem, — profissões que dentro em pouco se tornaram de seu inteiro domínio (563). “O rapido crescimento de Israel”, — reproduz aqui textualmente conceitos meus já noutro trabalho expendidos, — “a sua espantosa capacidade de adaptação ás condições brasileiras, de todo incompatíveis com o temperamento facilmente exasperável dos Hollandezez, e a incomoda concorrência quedest'arte se fez sentir no commercio, não tardaram em provocar atritos eom a população Christã. Protestantes e Catholicos queixavam-se de que os Judeus se prevaleciam da liberdade religiosa que lhes era concedida, para fazer mœta dos templos Christãos” (564). A população judeia foi prevenida das consequencias que poderia ter a irreflectida actuação de varios correligionarios seus, e ameaçala de severo castigo caso não cessassem os offensivos mœtejos. Como isso, porém, nem um effeito produzisse, a autoridade teve de intervir officialmente. Os dous conventiculos judeicos do Recife fôram fechados e o Governo decretou que dalli por diante o serviço religioso dos Judeus só se pudesse realizar em casas particulares e a portas cerradas. Ao protesto da comunidade judeia, que exigia em materia religiosa tratamento igual ao concedido aos Catholicos, allegando ter melhor direito que os “Papistas”, pois o Judeu era um subdito mais leal e merecia mais confiança, — responderam o Statthalter e o Conselho, que, apesar de ser isso verdade, a ordem não podia ser modificada, porquanto Israel devia circumscrever-se á Hollanda e os Judeus de Espanha e Portugal somente perseguições poderiam esperar (565).

O Synodo tambem formulou queixas a respeito de um terceiro grupo de habitantes, a saber, os negros.

(563) *Vijen. Indentum*, p. 25.

(564) *Ib. dem.*, p. 36.

(565) Gouvernador e Cons. à Direcção da Companhia, 11 Janeiro 1633.

"Het derde Gravamen is de groote disordre en godloscheyt, dic ontrent de Negros wort gepleecht" (O terceiro gravame é a grande desordem e irreligião que se observa relativamente aos Negros) (566), como se lê no protocollo do Conselho Ecclesiastico, de 5 de Janeiro de 1638. E de que acusavam os austeros pastóres moralistas os negros escravos, ou com melhor razão os possuidores de escravos? De quatro causas. Primeiro, que os Africanos nunca iam á Egreja. Segundo, que na compra e venda do marfim negro, separavam-se casados, e famílias inteiros eram dispersadas. Tereiro, que entre os negros a prostituição e o adulterio eram factos corriqueiros e communs e que os Senhores brancos não ligavam a isso a minima importancia. Quarto, finalmente que os pretos eram obrigados a trabalhar nos domingos. Sem entrarem na discussão do ponto "se é permitido a um Christão exercer o trafico de sérbes humanos", os participantes do Synodo resolveram solicitar encarecidamente ao Príncipe e seus Conselheiros a extirpação dos males aportados, por meio dum edito, em que se estabelecessem severos castigos aos infractores dos preceitos que fossem ali decretados. O Governo deu boa acolhida à representação das autoridades ecclesiasticas, — mas só satisfez uma parte de sens desejos. Assim, foi determinado que todo senhor concedesse aos seus escravos completo descanso de trabalho nos domingos e dias de festa, bem como os induzisse a frequentar a Egreja, para ouvirem predicas em espanhol ou portuguez (567).

Da leitura das "Actas" colhe-se a impressão de que os agricultores não fizeram o menor esforço das novas ordens. Em todas as reuniões posteriores do Clero protestante nunca deixava de vir á balha, o empenho de

(566) Kroniek, p. 329.

(567) Notulen, 16 de Abril 1637 W. I. C. o. C. Nr. 68.

cuidar-se da alma do negro e elevação do seu nível moral. Em 1640, por exemplo, os pastores e deões se queixavam de que não se havia ainda realizado a promessa do Governo Recifense, da decretação de uma ordem, em virtude da qual deveriam ser casados os negros e negras que viviam em concubinato (568). Quatro anos mais tarde, o Synodo perguntava por que razão não havia encontrado echo entre a alta magistratura o seu appello, para que todos os proprietários agricultoras fossem obrigados a fazer que os seus escravos recebessem instrução religiosa em língua hollandeza (569). Na verdade, uma resposta já havia sido dada a essa pergunta em 1642, mas não agradara absolutamente aos "predicantes" e irritara sobremodo a alguns dos membros do Conselho Ecclesiastico. O Statthalter e os seus Conselheiros tinham observado, então, que insignificante seria o resultado a esperar de uma iniciacão dos negros na doutrina protestante, de mais a mais compreendida em língua hollandeza. Este idioma offerecia grandes dificuldades aos negros, sendo certo que os avançados na edade jamais o aprenderiam. O portuguez, no contrario, era familiar à maioria dos Africanos. Com predicas nesta língua poder-se-ia, segundo mostrava a experienzia, obter muito mais, no empenho de influir sobre o seu animo. Ante a attitude pacifica dos escravos, que se davam ao trabalho e nenhuma disposição revelavam de se passarem para os bandoleiros, que vantagem podia haver em impôr a essa gente, à viva força, a doutrina protestante em língua hollandeza? (570)

(568) Kronik, p. 377.

(569) Actas do Conselho Eccles., 18, 26 Julho 1644 W. I. C. O. C. Nr. 59.

(570) Gouvernador o Cons. ao Cons. das XIX, 24 Setembro 1642 W. I. C. O. C. Nr. 57.

E' muito de lamentar que tão deficiente seja o nosso conhecimento da ação dos Missionários entre os Índigenas do Norte do Brasil. Como já acima alludido, o Synodo no princípio de Janeiro de 1638 havia encarregado o pastor evangelico David van Doorenslaer (571) da espinhosa missão de levar as bençãos da Egreja protestante ao seio das tribas indígenas. O teor do primeiro relatório, apresentado em 29 de Outubro do mesmo anno, não era desfavorável. Ali communi-cava o missionário ao Conselho Ecclesiastico que, em todas as "aldeias" visitadas, os Selvagens tinham vindo de boa vontade ao seu encontro, tinham com elle orado e cantado, e ouvido com toda a atenção e respeito a sua predica. Apenas lhes faltava ainda a comprehensão do Sacramento da Santa Ceia (572). Dezeses mezes depois, pôde elle ainda annunciar novos progressos. O trabalho começava realmente a causar-lhe viva satisfação. O sucesso se fazia sentir principalmente entre as eravações indígenas, para o que muito contribuia, ao seu ver, o ensino ministrando pelos excellentes preceptores Dionysius e Kempius. Em algumas aldeias já se havia avançado tanto, que a celebração da eucaristia já não constituiu obstáculos. Mas nos pequenos nucleos de população indígena e entre as tribus emprenhadas em encarniçadas lutas, umas com as outras, era demasiado trabalho, para um missionário só, a conversão dos infieis. Daí a necessidade de um segundo missionário que trabalhasse ao seu lado, afim de "met meerder vrucht te enuenen uytvoeren" a palavra do Senhor (poder propagar com melhor fructo). Em resposta a um convite do Synodo, Johanes Eduardus declarou-se prompto a collaborar na obra de Doorenslaer entre os Iúdios (573).

(571) Também grafada Doorensleer, Doorenslaer e mesmo Dorela.

(572) Kroonick, p. 340.

(573) Kroonick, p. 365.

Ao Conselho dos XIX foi então solicitado, para o incremento da instrução, que fosse mandado imprimir cartilhas e pequenos livros religiosos em neerlandez, portuguez e na lingua dos indigenas.

Como era de prevêr, os theologos Calvinistas em suas tentativas de conversão encontraram obdurate resistencia por parte dos portuguezes. "Essa gente", escreve Petrus Doorniek, da Paraíba, "muito pouca inclinação mostra para aceitar o nosso credo ou viver segundo os nossos costumes. Os padres catholicos exercem sobre ella uma influencia phantastica, — e nada temem mais os filhos de Portugal do que serem excomungados. Só podemos alcançar, pois, alguma coisa, quando conseguirmos attenuar os effeitos da excomunhão religiosa (574).

De João Mauricio e dos Altos Conselheiros que o acompanhavam no assumpto das missões, sabemos que grande era o seu jubilo com o exito dos esforços de Doorenslaer e Eduardus, nos quaes apoiavam com todo o empenho. Repetidas vezes o Principe e o Conselho pediram ao Directorio, no interesse de acelerar a propagação da fé protestante, que tivesse a maior cautela na escolha dos pregadores, visitadores e mestre-escolas, contraindo somente pessoas de fama illibada e experimentada sufficiencia, — e pondo à disposição do Conselho Ecclesiastico uma quantidade bastante de biblias, sermonarios, e catecismos (575).

Das cartas do Statthalter e manifestações ocasiões dos directores se pode inferir que também a W. I. C. atribuia grande importância à conversão dos pagãos. Em Julho de 1641, exemplificativamente, os

(574) Petrus Doorniek à Cam. Zel., 24 Agosto 1641 W. I. C. O. C. Nr. 56. Da mesma modo se extraiu um anno antes Adriën van der Dussen em seu relatório apresentado ao Conselho dos XIX.

(575) Governador à Cons. dos XIX, 10 Janeiro 1641.

Senhores da Companhia dirigiram aos seus representantes no Brasil tropical uma mensagem em que exprimiam a sua satisfação pela collaboração de varios Índios convertidos ao Christianismo, na abençoada obra das Missões, — e advertiam às Autoridades Ecclesiasticas que puzessem todo o empenho na instrução das crianças indígenas (576). Isso no papel sóa muito bem. Mas ao lér semelhantes passagens, nas Cartas dos directores da Companhia, não me posso eximir á convicção de que à W. I. C. pouco importava a salvação das almas dos Índios residentes na Colonia, e que ella apenas via na Missão um meio para attingir os seus fins. Quanto mais ficas se conservasse os Índios aos governantes protestantes, quanto mais firmemente se soubesse trazelos acorrentados á Hollanda e quanto mais se alimentasse o seu odio aos Portuguezes, — tanto mais calmamente poderiam os Hollandeses viver em Pernambuco, tanto melhor ,por via de consequencia, floresceria ahi a industria assuevareira.

Esta era a preocupação capital dos directores e mais accionistas. Tão prelgo de louvores aos serviços dos missionarios, não se podia conformar o Directorio com o tratamento tolerante dispensado por João Mauricio aos Catholicos. Com isso os dirigentes da Companhia levavam naturalmente, agua ao moinho do Conselho Ecclesiastico. No fim de Outubro de 1638 a "Classis" (assembléa synodal) representou ao Princepe, que a arrogancia e attitude provocante dos Papistas estavam causando irritação e desassossego á comunidade protestante, e que já era realmente tempo de colher as redeas com mais energia (577). Quando, pois, no anno seguinte foi descoberta a pista de uma conspiração de

(576) O Cons. dos XIX a João Mauricio e Alto Cons., 10 Julho 1641. W. I. C. O. C. Nr. 2.

(577) Kroenek, p. 343. Vide também p. 220 de meu trabalho.

Franciscanos, Carmelitas e Benedictinos, cujo plano era introduzir o espirito de rebellião na tropa hollandeza, — o Governo pôz-se em ação, com internar 40 frades na ilha de I'ainaracá e condennal-os á deportação. Pelo protesto das Camaras de Escabinos da Parahyba e Rio Grande, — que, allegando o Decreto de amnistia de 1634, insistiam com João Mauricio para que usasse de brandura e perdoasse aos Padres pertencentes ás Capitanias do Norte, — foi o Statthalter levado a conceder a liberdade a 20 frades. Os outros, porém, foram desterrados para as Indias Occidentaes e prohibidos de pôr novamente os pés no território da Colonia (578). Além disso o Governo prometteu ao Conselho Ecclesiastico publicar um deereto em que fôsse proibida a celebração de procissões e ficasse estabelecido que dalli em diante o serviço divino Catholico sómente nas Egrejas poderia ser realizado. "*omn geen aergerissen acn andere te geben*" (para não causar aborreçimento aos outros) (579).

Os mais exaltados entre o clero hollandez não se mostraram ainda por muito tempo satisfeitos com semelhantes promessas. Elles exigiam medidas mais energicas e em Agosto de 1641 determinaram que os seus "confratres" se dirigissem ao Príncipe para o fim do delle exigirem a suppressão da soberania papal sobre os catholicos residentes na Nova Hollanda. Os Christãos do credo verdadeiro consideravam positivamente um ultraje que o Papa "romano" e o bispo "bahiano" exercessem jurisdição espiritual sobre uma colonia hollandeza e pudessem nomear e destituir vigarios e mais sacerdotes. Ninguem queria tirar aos Catholicos os seus templos ou pastores espirituales, mas o que não se podia tolerar era um regimento ecclesiastico catholico vigento

(578) Gouvernor e Cons. ao Cons. dos XIX. 7 Maio 1640 W. I. C. O. C. Nr. 55.

(579) Kroniek, p. 361.

no paiz. Relativamente ás machinações clericais e á impudente idolatria exercida com toda a publicidade, o clero protestante se julgava no dever de propôr as seguintes injunções:

1. A jurisdição sobre todas as Igrejas da Nova Hollanda será imediatamente transferida ao Governo do Recife.

2. Toda nova nomeação para um vicariato ficará dependente de assentimento do Governo hollandez.

3. O Statthalter e os Senhores do Alto Conselho serão autorizados pelos Estados Gerais e Directores a moderar as excomunhões injustificadas e outras punições eclesiásticas, em alguns casos mesmo a annullá-las (580).

A propostas impolíticas de tal jaez dava sempre o Príncipe ouvidos de mereador. Não o faziam mudar de parecer as historias horripilantes que corriam na cidade a respeito dos excessos dos "Papistas" (581). Ele conhecia o poder de Roma, sabia quão tenazes eram os Portuguezes em sua adhesão á sua Igreja e aos seus padres, e via de antemão que qualquer inhabil violação da liberdade de culto concedida aos Catholicos, só serviria para desenrolver em vivas chamas o fogo de monturo existente, e apressar dest'arte a irrupção da rebellião. Neste sentido escreveram o Governador e o Conselho, por sua vez, ao Directorio, aconselhando-o a manter incondicionalmente firme a tolerância, e só effectuar quaesquer limitações ás promessas feitas nos subditos portuguezes, com a maxima cautela (582). O Conselho Ecclesiastico ficou indignado quando chegou

(580) O Cons. Eccles. a João Mauzeiro e Al. o Cons., 20 Agosto 1641 e uma Carta não assinada do Collegio Eccles. de 1641 W. I. C. O. C. Nr. 56.

(581) Kranick, p. 401.

(582) Gov. o Cons. ao Cons. dos XIX, 24 Setembro 1642 W. I. C. O. C. Nr. 57.

ao seu conhecimento que João Mauricio havia encaminhado para a Hollanda com favoraveis e insistentes recommendações, em vista da attitude intranquilla da populaçao, uma petição dos escabinos de Mauricia, em que se solicitava o consentimento para a creacção de um templo catholico em Antorio Vaz (583).

Desde entao o clero protestante conservou-se no maior retrahimento. Até a partida do Statthalter não mais se realizaram sessões da assembléa ecclesiastica ("Classis"), e o Synodo só se tornou a reunir em Julho de 1644. No capitulo "gravamina", veiu á tona novamente o rancor por tanto tempo sopitado contra a "stouticheyt" (descaramento) dos Papistas. Os pastores e deões formularam queixas de que os sectarios de Roma haviam tido a ousadia de construir capellas por toda a parte, de erigir cruzeiros, celebrar procissões, sob a capa de prestitos funebres, — e representar comedias, que outra causa não eram senão um disfarce da idolatria. Frades estrangeiros percorriam o territorio da Colonia, e da França ou da Bahia eram mandados Jesuitas com o fito de solapar a autoridade e prestigio do Governo e da Egreja protestante. Doutra parte, havia Hollandezes no Brasil Norte que não se enverganhavam de mandar baptizar catholicamente os seus filhos, de se casar com mulheres catholicas, e de correr para a rua quando nella passava a mascarada papista. Se não se acudisse logo com uma vassourada ferrea, — aquella geração viperina não tardaria a levar de vencida, seguramente, o Governo Recifense. (584).

Os Conselheiros Bas, Hamel e Bullestrate eram demasiado fracos para resistirem à pressão do clero enriquecido. Elles concordaram em que se apertasse a caravelha ás ordeus monasticas, e aos seus membros fosse

(583) Na mesma escrifo.

(584) Actas da "Classis van Nossilië", 18/26 Julho 1644, W. J. C. O. C. Nr. 59. Conf. também Kronick, p. 411.

prohibido continuarem a residir na Nova Hollanda, — mas o que não podiam impedir era que os banidos sub-repticiamente voltassem para Pernambuco, e ali fossem occultamente acolhidos por agricultores amigos. No pulpito os fanaticos calvinistas trovejavam contra as heresias católicas e mandavam todos os servos da Egreja Romana para as profundas do inferno. Entretanto, nesse momento, em que o clero hollandez atirava a luva de desafio ao Catholicismo no Brasil, faleciam-lhe as necessárias forças para a execução de uma campanha efficiente. A partida de oito sacerdotes, — entre os quais se contavam o muito acatado e geralmente bem-quisto Fredericus Kessler, o amigo e conselheiro espiritual de João Mauricio, Franciscus Plante, e os experimenterados Missionários dos gentios Doorenslaer e Eduardus, — tinha aberto grandes claros na phalange Calvinista (585). Por maior mal, ocorreu também que o Consistorio protestante fosse separado em duas Camaras, uma das quais celebrava as suas sessões no Recife, e a outra, na Parahyba (586). Certamente a ligação entre as duas continuou muito estreita, realizaram-se, de facto, multiphas reuniões geraes, mas a unidade de ação muito soffreu com a divisão, e a fiscalização singular dos sacerdotes afrouxou, em detrimento da Egreja. Em principio do anno 1645 mesmo os Altos Conselheiros se queixavam de que a intolerância estava tornando aspectos impressionantes e inquietando em alto grau a população católica da Colonia (587). Em vista da documentação das "Actas", nenhuma duvida pôde haver de que esse excesso de zelo dos theologos calvinistas muito contribuiu para a for-

(585) Regressaram em 1643 e 1644, — parte na comitiva do Príncipe.

(586) Relatório do Pastor Plante sobre a situação da Igreja protestante no Brasil. Em 18 de Julho 1641 apresentado ao Cons. dos XIX.

(587) O Alto Cons. à Cam. Zel., 22 Fevereiro 1645 W. L. C. O. C. Nr. 40.

mação do ambiente, donde devia surgir a Revolução Pernambucana.

Apezar de chegarem novos pastores evangélicos da Hollanda, o Conselho Ecclesiastico sentia dificuldades em preencher as vagas com pessoal idôneo. Em todas as missivas pedia que não se esquecessem da Egreja protestante, e procurassem obter pregadores aptos e capazes, para que a luz da Verdade brilhasse com mais fulgor "nas densas trevas da heresia", da ignorância e da idolatria, e a nova e tenra vida da Egreja Christã não fosse inteiramente estragada pelos porcos selvagens... "Vivemos aqui entre pagãos, judeus e falsos Cristãos. Quanto mais curas d'alma se acharem ao lado dos errentes verdadeiros, tanto mais firmes estes se conservarão. Perdido o protestantismo no Brasil, a hora fatal para a Nova Hollanda terá soado" (588).

A tempestade da guerra que, em 1645, se desencadeou sobre a Colônia e a avalanche do avanço dos Patriotas puseram rápido termo às "rixas eclesiásticas" (*Pfaffengezüngk*). Todos os ministros protestantes em função no Sul de Pernambuco, e muitos, nas Capitanias do Norte, ante a aproximação dos insurretos, escaparam-se para o Recife e trataram de embarcar para a pátria, (589) visto como as sédes de sua actividade haviam caído na posse dos inimigos. Os ratos abandonavam o navio que se ia submergindo. Afflictos, comunicavam em 1649 Presidente e Conselho: "Só restam trez padres aqui, e douz delles querem partir. Que virá a ser da nossa vida religiosa?" (590) É esta a ultima noticia que as "Actas" registam, com relação à Egreja Protestante no Norte do Brasil.

(588) O Cons. Eccles. à Direcção da Companhia, e directores de Middelburg, 2 Agosto 1645 W. I. C. O. C. Nr. 61.

(589) "Actas" do Consistorio, 9/16 Janeiro 1646.

(590) O Alto Cons. à Cm. de Zeb., 20 Abril 1649 W. I. C. O. C. Nr. 65.

Como vimos acima, o rapido desenvolvimento da organização judaica na Colonia muito aborrecimento e cuidado trouxe ao Synodo. Em 1638 conseguiu elle que fosse prohibida a celebração do serviço religioso judaico nas ruas ou em edificios publicos. Poucos mezes depois viu, porém, com indignação que Israel não fazia absolutamente caso dessa proibição. Desde então, tratou o Conselho Ecclesiastico o Judaismo do Brasil Hollandez com o mesmo odio implacavel que votava ao Catholiceisimo. No fim da decade 30 e principia da 40 novas ondas de Israelitas expulsos da Europa se espraiaram pela costa Oriental da America do Sul. Os mais delles ficaram em Recife. Diversos se domiciliaram tambem na cidade Fredericia (Frederikstad) e em lugarejos do interior, onde abriam as suas lojas e exerciam o commercio miúdo "*tot schand en schade der Christen*" (para vergonha e dano dos Christianos). O regime de moderagão do Principe aliado à variedade e movimentação da vida commercial pernambucana muito os favoreceu, — e não tardou que dos círculos judaicos resoasse o clamor pela erecção de uma Synagoga na Capital. Na simples extencação de tal desejo viu logo o Consistorio da Egreja Reformada um desafogo seu nome. Na sessão de 21 de Novembro de 1640 foi objecto de larga discussão o perigo que ameaçava a comunhão dos verdadeiros crentes, em consequencia do crescimento do poder de Judas. Generalizando casos particulares, faziam da Judiaria novo-hollandeza horrivel espantalho e registravam conceitos como os seguintes em actas de sessões: "Os Israelitas desviam os Christianos para as blasphemias do Judaismo. Não só se casam com Christianas, como ainda as tomam no seu serviço em suas casas e frequentemente vivem com elles em concubinato. Em nome de Jesus, de nosso Salvador, rogamos a S. Excel-

lencia e ao Alto Conselho inhibirem a imigração judaica." (591)

João Mauricio, que não queria mal aos Judeus julgou de seu dever dar conhecimento ao Conselho dos XIX, da petição do Consistorio, chamando ao mesmo tempo a sua atenção para o ódio sempre crescente dos negociantes Christãos de Recife contra os Judeus. (592) Começou a desenvolver-se então ali uma campanha de violentas invectivas contra a concorrência judaica. Ao Statthalter e Conselho foi entregue no começo do anno 1641 uma representação em que se expunham sob uma forma drástica os "gravauina der gemeinen Christen" (aggravos dos Christãos communs), e que quasi nos apraz classificar de pamphlet anti-semitico. Já uma vez demos publicidade a esse documento, dictado pela obcecação do ódio, mas que bem reflete o estado de excitação reinante na capital, — pelo que de novo o reproduzimos aqui. (593) "Cada vez mais", assim começa o memorial, "vai se passando para as mãos dos Judeus o comércio no Brasil hollandez. Em Recife os negociantes Christãos estão, por assim dizer, quasi postos fóra da circulação. — converteram-se em *"spectateurs van de negotie der joden"* (espectadores dos negócios dos judeus). Uma vez que na esfera comercial não há mais lugar para protestantes e católicos, só lhes resta o recurso da queixa. Todos os judeus que aqui chegam são recebidos amigavelmente pelos seus conterrâneos, empregados como agentes, como fabricantes de açucar, ou ocupados nas plantações dos correligionários. Todo lugar vago de corre-

(591) Actas da "Classis", 21 Novembro 1640 W. I. C. O. C. Nr. 55, Knoetek, p. 386.

(592) Correndo a Cor. i. do Cons. dos XIX e Cons. da Zel., 10 Janeiro 1641 W. I. C. O. C. Nr. 56.

(593) Wätjen, Indentura, p. 3^a e etc. A representação faz 66 assinaturas.

etor tóca, já se sabe, a um Israelita, que emprega todos os seus esforços em bem da supremacia do comércio judeu. Quasi todo o assuear passa pelas mãos dos Judeus e quando, seja onde fôr, apparecer alguma cousa a ganhar, já Israel lhe tem posto o seu embargo. O que não é appetecido pelos seus discípulos, isso é, então, generosamente deixado para os Christianos. Em outros paizes os Judeus são obrigados a usar um distictivo, chapéos vermelhos ou insignias amarellas no peito, para que todos saibam quem têm diante de si e não se deixem enganar ou roubar. Que reorio pode haver aqui de proceder-se da mesma maneira? Porque razão permitir que os Israelitas exerçitem o commercio de varejo e es'ejam a abrir lojas? Pois não é sabido de que meios se servem os filhos de Judas? Mentem, enganam, usam pesos falsos e medidas falsas, — só podendo concorrer com elles quem não se peja do emprego de semelhantes trapaças. Pela sua usura e systematica extorsão, para com os lavradores Christianos, têm elles se convertido numa peste nas terras do Brasil, que não os pode por mais tempo suportar. E', então, para beneficio dessa gente que se inverte e eleva o Capital da W. I. C.? E' para que miseraveis judeus aqui aportados voltem carregados de riquezas aos seus paizes de origem, que nós arriscamos nas triuncheiras as nossas vidas? O Brasil nos pertence, a nós Christianos e não aos maldicíos filhos de Israel, que vivem diariamente a profanar o santissimo nome de Jesus Christo, e têm arrastado á ruina bravos soldados e viuvas de denodados guerreiros. A verdade é que enquanto no Brasil durava o estado de guerra, quasi todos elles desappareciam da colonia como por encanto. Agora comem a bôa carne e só nos deixam os ossos. Neleuma precisão temos aqui de Israelitas; nós Christianos podemos fazer exactamente tudo quanto elles

fazem. E a Companhia não ganharia um centavo de menos, se o Brasil estivesse livre de Judeus. Sim! Que não havia esperar, se para a Nova Hollanda viesse apenas gente abonada! Mas o que nós recebemos, são carregamentos unicamente de Israelitas sem cítra nem beira, exportados para a America do Sul por todas as sinagogas do mundo, e que só servem para nos arrebatar o pão da boca. Urge, ao envés, acudir á salvação da Communidade Christã, e, como já ficou dito, prohibir aos Judeus o commerceio a retalho."

Por mais exageradas e repassadas de odio que essas acusações possam parecer, "em alguns pontos", escrevi eu no meu trabalho sobre o Judaismo, "as matteladas acertaram em cheio sobre a cabeça do prego" (594) De facto, na industria de corretagem e no commerceio a varejo os Christãos haviam sido inteiramente jogados á retaguarda. Mas risso a maior culpa cabe a elles mesmos (595) Falta de respeitabilidade, praticas mereantis pouco limpas, e a ambição do dinheiro tinham na época da conquista conduzido á miseria grande numero de commerceiantes hollandezes, e até mesmo obrigado diversos a abandonar a Nova Hollanda cobertos de vergonha e opprobrio. Nos claros assim abertos penetraram os Judeus, que por meio de uma tenacidade ferrea, rapida aprendizagem da lingua portugueza e adaptação ás exigencias do novo ambiente logo se impuzeram, difficutlizando dest'arte a ascensão dos mercadores hollandezes, immigrados ao mesmo tempo que elles. Que entre os Judeus que habitavam o Recife, muitos havia que consideravam licitos todos os meios de adquirir dinheiro, causa é que não se pode pôr em duvida. Frequentemente eram intimados a comparecer

(594) P. 39. Também valem para o que se segue as minhas observações desse tempo.

(595) Cf. a Carta do Gov. e Cons. do Cons. das XIX, 12 Agosto 1641.

perante o Tribunal Israelitas acusados de contrabando de mercadorias, de haverem retirado assucar das caixas já pesadas e pregadas, ou terem falsificado conhecimentos. Mas esses eram delictos, em que na mesma medida incorriam empregados e commerciantes Christãos e sobre tudo os capitães de navio, — e que no Brasil de então se achavam na ordem do dia. As cartas do Governo estavão cheias de queixas sobre estes inextirpaveis males. (596)

Apenas chegava aos ouvidos do severo Conselho Ecclesiastico a noticia de qualquer malfeito dos Judeus, levantava-se imediatamente o clamor contra os amaldiçoados filhos de Israel. Conjurava-se Stathalter e Conselho a punirem o flagicio com o merecido rigor. E ai! do Judeu que não pudesse conter a lingua e cesar necesse das praticas da Egreja Christã! Em taes casos o juiz e o Consistorio não conheciam compaixão. No fim de Dezembro de 1641 um deu-se por muito feliz escapando à pena mediante o pagamento de 4000 florins para os pobres. Outros tiveram de expiar os sens desabafos blasphemos com rigorosas penas de prisão. Em Janeiro de 1642 a multidão açoitada pelos discursos inflamados de protestantes rubros e padres fanaticos, atacou a um Judeu convencido de blasphêmia e o lapidou. Este facto provocou terrivel excitação na comunidade Israelita da Hollanda. Culpava el'a o Governo Recifense de ter favorecido as perseguições aos Judeus e haver introduzido na Colonia uma verdadeira inquisição para elles; queixava-se, alem disso, de que os Escabinos de Mauricia, em vez de entregarem ao Conselho de Justiça o julgamento do caso, avocavam ilegalmente ao seu fôro os delictos por blasphêmia. Tudo isso causava tambem muito desagrado à Direcção da Com-

panhia. Dahi a recomendação feita a João Mauricio e seus Conselheiros, de que "a punição das blasphemias fosse feita de acordo com os methodos usuales na Holanda", sendo o julgamento final dos delinquentes proferido pelo Conselho Politico, e não por subalternos "*gerichts bancken of schepenen*" (tribunaes de justiça de escabinos) (597) Estes nada tinham que ver no caso.

Nas considerações até aqui expendidas temos por muitos modos procurado demonstrar que João Mauricio durante o seu governo septennial empregou os mais leaes esforços por compôr as disputas religiosas que agitavam a Colonia e fazer uma administração completamente imparcial. Uma vez provadas as infracções da lei por Israelitas, era elle o primeiro a exigir a punição. Quando, porém, se tratava de perseguições a Judeus ou periclitava a vida de pessoas innocentes, então não faltava ao ameaçado a protecção do seu braço poderoso. O principe com razão exprobrava aos commerciantes hollandezes invejosos o deplorarem que "*all den handel in der Jooden handen verfällt*" (todo o commerce ti- vesse caido nas mães dos Judeus), e somente Judeus pudessem ser correctores em Recife, — quando era certo que o Commercio em peso, apezar de existirem correctores Christãos na praça, procurava de preferencia os agentes judeus. (598)

Outro motivo tinha ainda João Mauricio para resguardar os Israelitas da Nova Hollanda. Elle estava convencido de que "esses filhos de Judas podiam ser contados entre os subditos de maior confiança no domínio colonial, e que mesmo na adversidade se conservariam fieis ao pavilhão hollandez. E' verdade que algu-

(597) O Cons. dos XIX a João Maur. e Alto Cons., 19 Junho 1642 W. I. C. O. C. Nr. 9.

(598) Cov. e Cons. à Com. de Zel., 24 Setembro 1642 W. I. C. O. C. Nr. 57.

mas vezes assaltava-lhe o espirito a duvida se lhe era licito depositar nelles tão illimitada confiança. Que aconteceria, porventura, se o rei de Portugal concedesse liberdade de crença aos Judeus, em suas Colonias? Não seria de temer, então, que se passassem imediatamente para o inimigo?" (599)

O crescente bem-estar e desenvolvimento do poder econômico dos Judeus excitou em elevado grau a animosidade da concorrência christã, e a todo momento se via o Governo na necessidade de intervir para garantir os filhos de Israel contra os perigos que desta parte os ameaçavam. Já gava-se imperdoável que algumas das mais appetecidas plantações de canna no vale do Capibaribe e nas margens do Paraíba se tivessem tornado sua propriedade, e que Israel auferisse tão grandes proventos da compra e venda de negros. Segundo o relato do Conselheiro de finanças Adriano Leiros, os Judeus constituiam o principal contingente de compradores nos leilões de escravos em Recife. Ali adquiriam elles trabalhadores para as plantações proprias, e, com os negros restantes, mantinham animado e fluorescente comércio, passando-os adiante aos plantadores cristãos por elevadíssimos preços. (600) Dentro de determinado prazo a importância da compra devia ser paga em assucar. Quando os devedores não se achavam em condições de honrar o compromisso, os credores judeus exigiam os juros mensais de 3 a 4 por cento sobre a quantia devida. Era queixa geral na cidade que os Israelitas quando, nos leilões de escravos, tinham de prestar fiança pelos compradores Christãos, faziam-se pagar

(599) Wüsten, Indentur, p. 39. Na carta de João Mauz, nos Est. Gerais, de 25 Setembro 1612 Liss. Sua, Gen. nr. 5773 lê-se: *menor ik kan niet allen dat men op... dan een cruce mach breu.*" ("mais não posso eu ter que se possa pôr velhas flemas,").

(600) Petição dos "reinenen inrichteren van de Vrees" ("intradores getate de Vrees"), ao Stathalter e Cons. 1643 na Mero W. I. C. O. G. Nr. 52.

por esse serviço, 20, 25 e até 30 por cento do valor total da mercadoria negra negociada. (601)

"De tudo", escreveu Lems, "sabem eles fazer lucrativo comércio. Os plantadores, porém, é que nunca terão ensejo de prosperar, — comprando negros tão caros e pagando juros tão altos". (602)

Durante o governo de João Maurício o Judaísmo se presumia tão seguro na Nova Hollanda, que "marranos" (603) em elevado numero — entre os Israelitas domiciliados no paiz constituiam elles a maioria — tiveram a ousadia de tirar a máscara de Christãos novos e, de publico, se declarar fiéis à crença paterna. Ainda depois da retirada do Príncipe o numero e o prestigio dos Judeus no Brasil Hollandez continuaram a crescer. Até o meiado de 1645 a impressão chegava a ser que nenhuma investida dos seus velhos inimigos poderia mais abalar a solidez de sua situação na vida económica do império colonial. Foi então que surgiram os Patriotas Pernambucanos. O que Israel delles tinha a esperar, já se pode ver da carta, de apparencia aliás tão inocente, que o Governador da Bahia, Telles da Silva, dirigiu ao Governo Recifense. Nella se refere elle ao alinhamento que se notava nas relações entre Hollandezes e Portuguezes e lançava a culpa sobre os Judeus, "esses imprestáveis, covardes e desleaes inimigos da Christandade". (604)

Para salvarem a vida e a propriedade, muitos agricultores judeus abastados se passaram para os insurretos. Quando Judeus mais pobres o mesmo fizeram,

(601) Resposta ao reitor do Pieter Kelderman, organizado em 1643.

(602) Adriano Lems nos directores de Middelburg, 11 Junho 1613. Wättjen, *Judeozum*, p. 40.

(603) Alguma injustiça aplicada aos Judeus baptizados, mas que em geral era respeitada devido à sua unica religião.

(604) Telles da Silva ao Alto Cons., 19 Julho 1615. W. I. C. O. C. N. 63.

foi-lhes dado a entender que nada ganhava com isso a causa da liberdade e que elles tinham, portanto, de ser tratados como prisioneiros. Se esses transfugas não entravam com a somma fixada para o seu resgate, eram despachados sumariamente ou entregues á Inquisição. Triste era a sorte que aguardava os Israelitas que na lucta cahiam nas mãos do inimigo. Cheios de indignação escreviam a André Vidal os membros do Alto Conselho: "Não comprehendemos porque os Judeus aprisionados na guerra são martyrizados e mortos de maneira tão brutal. São elles porventura peores criaturas que nós?" (605)

O cruel tormento infligido a um Moysés Mendes, a um Isaac Razão veiu induzir muito filho de Israel, que ainda estava vacillante sobre que partido adoptar, a abraçar a causa dos Hollandezes e com elles soffrer todos os horrores do assédio de Recife. Pois mesmo nessa época, em que o destino da Colonia e da Capital parecia estar por um fio, o Conselho Ecclesiastico não julgou inopportuno soltar os seus queixumes sobre a liberdade de religião concedida aos Judeus e a profanação do Domingo pelos mesmos. (606) Por insistente reclamação do Consistorio, o Alto Conselho mandou que viessem á sua presença os decanos da comunidade judaica de Recife e fê-los responsáveis, sob a ameaça de sensível restrição da liberdade de que gozavam, por qualquer perturbação mais que viessem a causar ao serviço divino dos Christãos, ou, ainda, pela profanação dos dias de guarda dos mesmos. (607) Muito de industria usaram Hamel, Bas e Bullestrate em suas ordens ásperos termos. Quizeram assim quebrar o acúleo da

(605) O Alto Cons. a André Vidal, 31 Agosto 1645.

(606) Protesto da "Cossia" de Recife 9/16 Janeiro 1616 W. L. C. O. C. Nr. 61.

(607) Nenhias, 5 Fevereiro 1646 W. L. C. O. C. Nr. 71.

murmuração corrente, de que o Governo via os Judeus com muito bons olhos e os tratava "*met meerder preferentie*" (com maior preferencia). Produziu geral indignação em Recife o facto de haver sido conduzido por uma escolta militar, em plena luz do dia, para a prisão, o Holandez Luiz Heines, simplesmente por haver dado umas bofetadas num Juden que usara de expressões offensivas. "Onde irei ncs parar", exclamava J. V. Rasenberg, "quando gente de tão bom nome e irrepreensível conducta é tão duramente castigada, por haver dado umas bofetadas! Para uma offensa a um Judeu, — portanto, a um blasphemador e traidor do nosso Salvador, — certamente uma pequena multa em dinheiro seria o sufficiente". (608)

Como os relatórios do Governo mostram, os Judeus em geral portaram-se dignamente durante o período do sitio em Recife. Naturalmente certo numero houve de poltronas que somberam se aproveitar das ocasiões favoráveis, para, com abandono de seus deveres, irem desfrutar na Europa vida regalada. (609) Mas isso não era distintivo privilegiado dos Judeus. Os Christianos faziam outro tanto. Apenas com a diferença de executarem estes com mais finura o trabalho de se meterem a bordo dos navios que retornavam à pátria, sem que ninguém os visse.

A Christianos e Judeus não agradava absolutamente que, nas aperturas do cerco de Recife, fossem os sens estabelecimentos obrigados a contribuir para o bem geral. Cada um que mais procurasse se subtrair ás imposições que lhe eram feitas. No anno 1646, doze dias antes da chegada do "Falcão" e do "Elisabeth" com socorros para a cidade em apuros, diversos

(608) J. V. Rasenberg aos directores de Middelburgo, 28 Fevereiro 1646.

(609) O Alto Cons. à Com. da Zel., 26 Fevereiro 1648, 12 Março 1649 F. t. C. O. C. Nr. 64/65.

Israelitas se recusaram a entregar 4000 quartilhos de azeite e 19.000 de vinho, exigidos pela autoridade civil, sendo necessário o emprego de meios coercitivos severos para obrigar os a isso. (610) Todos os Judeus, entretanto, que se mantiveram fieis à bandeira, pouco relativamente tiveram de sofrer no que diz respeito a hostilidades religiosas durante o tempo do assédio. Quando o Synodo de Amsterdão exigiu categoricamente do Alto Conselho a limitação da liberdade de crença para os Judeus, Schoonenborch e seus colegas de Conselho declararam não ser possível aceder a esse desejo. Aos Judeus do Brasil Norte havia sido garantida a livre prática da Religião, e dali não havia tergiversar. De mais a mais, as ordens dos Altos Poderes eram de que nenhuma diferença se fizesse na Nova Holanda entre Protestantes, Catholicos e Judeus. (611) E foi justamente por não se limitar a manifestar por palavras esse parecer, mas agir de acordo com elle, que o Governo grangeou a confiança e a collaboração de todos os habitantes de Recife nos longos annos do sitio. Nenhum cidadão deixou de ser por este duramente atingido. Quanto tiveram de sofrer os sitiados nesse tempo, descrevem-o de maneira impressionante o Rabbi Isaiae Aboab que de principio a fim assistiu a luta de desespero da cidade. "Livros não poderiam dar conta dos nossos sofrimentos. Espalhados pelos campos e pelas matas, os inimigos emboscavam-se aqui em busca de presa, e alli, de vidas. Muitos de nós morreram com a espada na mão, muitos á mingua. Todos repousam agora no frio chão. Nós que freamos, vimos a morte sob todas as formas. Aquelles que estavam acostumados com finas iguarias, davam-se por muito felizes quan-

(610) Notulen. II, 19 Junho 1646.

(611) Presid. e Cons. A Cam. da Zel., 4 Dezembro 1646. W. I. C. O. C. Nr. 65.

do podiam levar á bocca um pedaço de pão duro e boreento que lhes aplacasse a fome". (612)

A queda da Capital da Nova Hollanda e a certeza de que, apesar das promessas trauquillizadoras do vencedor, seriam por fim entregues á Inquisição, fizeram que os Judeus preferissem a expatriação á fatalidade do destino que os ameaçava. Diversos embarcaram para a Hollanda e escolheram Amsterdão para sua residência definitiva. Outros navegaram para a Nova Nerlandia, na esperança de encontrar no solo da America Septentrional um futuro melhor. A parte preponderante, porém, dirigiu-se para as Indias Occidentaes, onde pelos methodos já experimentados na Nova Hollanda, em materia de economia rural e melhoria da produção do assucar, conseguiu realizar grandes lucros. (613)

Convém acrescentar, entretanto, que nem todos os Judeus voltaram as costas ao Brasil Norte. Consideravel numero de *Marranos*, que julgaram bastante seguro o seu escondo de Christãos Novos, resolveram permanecer no paiz a que já se achavam tão affeçoados. Com o correr dos tempos receberam de Portugal novo contingente, constituiram uma comunidade importante, mas até o meiado do seculo 18, quando Pombal destruiu o poder da Inquisição, viveram em constante sobresalto, receiosos de cahirem nas garras do Santo Tribunal. A partir da setima década do seculo 18 os Christãos Novos não mais tiveram de receiar cidades no Brasil. Haviam se tornado nesse espaço de tempo bons catholicos.

(612) Grätz, Geschichte der Juden (*História dos Judeus*), X, p. 28.

(613) Particularidades em Wütjen, Judentum (*Judaísmo*), p. 43 e seq.

CAPITULO TERCEIRO

A POPULAÇÃO BRANCA E A DE COR NA COLONIA

Já os primeiros relatos dos Conselleiros Politieos e dos Commandantes de tropas, recebidos na Secretaria do Conselho dos XIX, no principio na terceira decada do seculo 17, haviam prevenido os Senhores da Companhia contra o exagero de suas esperanças em relação a Pernambuco. As terras duramente taladas pela guerra e systematicamente devastadas, em considerável parte, pelo inimigo, só poderiam recuperar a sua antiga importancia e experimentar augmento notavel em seu valor, se a W. I. C. não recusasse ante grandes sacrificios de dinheiro e mandasse gente bastante apta para a restauração da economia agricola arrastada á ruina. Em todo caso, só se poderia cogitar do estabelecimento de colonos hollandezes depois de firmada em Recife a certeza de que as forças combatentes ao serviço da colonia eram sufficientes para assegurar a conquista da região assucareira. Mas nisso não se podia absolutamente pensar antes de 1635. Em substancia, o que haveremos encontrado nos escriptos dos Directores aos seus representantes, antes desse tempo, são apenas asseverações de que a Direcção da Companhia estava disposta a envidar todos os esforços no sentido de contractar alguns bons medicos para o Brasil Norte, evitando no mesmo tempo de arraujar armeiros, marceneiros, pedrei-

ros e serralheiros para enviar, juntamente com quantos estivessem dispostos a permutar a vida apertada da pátria pela de liberdade de ação em terra estranha. (614) Promessas tentadoras não faltavam à W. I. C. — e por efeito delas não tardou que se apresentassem, em seus escriptorios, operários diversos desejosos de emigrar.

Muito mais difícil foi obter para o Brasil Norte colonos que dispuzessem de capital ou tivessem prática de agricultura. As condições económicas na Holanda haviam recebido tal impulso que todos quantos eram activos e empregadores achavam sempre ocasião de ir para diante. O excesso no aumento da população, por outra parte, encontrava nas cidades florescentes espalhadas pelo paiz meios de subsistência mais fáceis do que na Colónia brasileira, realmente em situação económica e commercial bem inferior. Não é, portanto, de admirar que só em 1635 se leia nos papeis da Brasil, que pessoas "livres", isto é, não empregadas no serviço da Companhia e independentes da W. I. C., se tivessem oferecido para a viagem transmarina. Em Março desse anno a Câmara de Amsterdão resolven conceder a todos os que quizessem emigrar os mesmos favores de passagem de que gozavam os empregados da Companhia. (615) Era queixa geral então que em vez de homens fortes e efficientes para o trabalho, de preferencia se apresentavam solicitando licença de viagem esposas de soldados empenhados na campanha do Brasil e mulheres solteiras, o que apenas servia para aumentar impropositivamente as despesas da sociedade. Os diretores ficavam muito satisfeitos todas as vezes que pessoas que já tinham estado muito tempo no Brasil, como soldados ou operários agrícolas, pediam permissão

(614) O Cons. dos XIX ao Cons. Pol. 17 Julho 1630 W. I. C. O. C. Nr. 8.

(615) Resolução da Câmara de Amsterdão, 29 Março 1635 W. I. C. O. C. Nr. 14.

são para embarcar de nove para o Recife, com as suas famílias afim de alli iniciarem como cidadãos livres (Freibürger) uma nova existencia. (616)

Se até o fim de 1635 poucos fizeram os pedidos de transporte para a America do Sul que transitoram pelos escriptorios da W. I. C., o seu numero augmentou consideravelmente com o correr dos tempos, e depois que João Mauricio foi investido do cargo de Statthalter, chegavam de toda parte. Os pretendentes á emigração eram, sobre tudo, pessoas que tinham perdido a esperança de prosperar no velho mundo, ou tinham motivos particulares para não se deixarem mais viver ali. Ao seu lado apareciam aventureiros, ávidos de ouro e de tesouros, e por fim eructuras "que cansadas de perseguições na Europa viam na Nova Hollanda um abençoado refugio". (617) Muitos acreditavam que, apenas restabelecida a ordem, leite e mel manariano alli em fartura. Outros esperavam voltar á patria em breve tempo carregados de riquezas. A terra brasileira era um attrahente paraíso aos olhos de todos aquelles a quem o futuro inquietava. Deve tambem ter sido esta a idéa feita pelos Alemães, ensinados de viver na patria, que, havendo perdido tudo quanto possuíam em consequencia da guerra desencadeada sobre a Alemanha desde 1618, agora se apresentavam nas agencias da W. I. C., (618) dispostos a tentar nova vida no Brasil como cidadãos livres ou como empregados da Companhia.

Quando os Conselheiros Politicos souberam que saiam de partida para o Brasil nos proximos navios mais colonos, dirigiram ao Conselho dos XIX o pedido de que com particular empenho se fizesse viver aos emi-

(616) Certo um dos primeiros a ter o Oldenburgoz Herça de viajar para Recife. Queria sair ali como cidadão independente como «fins de alforria».

(617) C. metatt. p. 457.

(618) Rec. da Câmara de Amsterdão, 1636 passim.

grandos que elles poderiam trazer consigo pedras, madeira, cal e outros materiaes de construcção. No Brasil sentia-se a falta dessas cousas e para obtel-as era preciso dispender somas fabulosas, em Recife.

Os Conselheiros fizeram tambem á Direcção da Companhia a proposta de accomodar na Colonia 1000 a 3.000 camponezes hollandezes. (619) Delles é que necessitava em primeiro lugar a terra, em suas afflictivas circumstâncias. Mas os camponezes não vieram. O solo natal os conservava presos. A gente abastada, por sua vez, que se achava em condições de comprar grandes propriedades agricolas, não queria empregar o seu dinheiro em terras de lavoura no Brasil. Isso só melhorou um pouco no tempo de João Mauricio. "Com gente pobre", declaravam em 1633 o Governador e o Conselho, "nada aqui podemos fazer. Precisamos de capitalistas ou colonos que tenham bastante para dispensar o nosso anúlio". (620) Quem, porém, em vez desses, procurava nos portos hollandezes os uavios destinados ao Brasil! Soldados que haviam dado baixa, pequenos artesões, officiaes de sapateiro, mercadores e taberneiros, auxiliares do commercio, todos os quaes pretendiam fazer a sua independencia de vida, e uma vez por outra, tambem algum mestre-escola ou licenciado de medicina, afóra moças e individuos outros sem eira nem beira. (621) Consegaram taes elementos a echar o Recife e a cidade Mauricia, então assinante em Antonio Vaz; mas reduzido era o numero dos que procuravam o campo, para trabalhar nas plantações e adquirir o dinheiro necessário á compra de uma pequena lavoura ou herdade. Em taes

(619) O Cons. Polit. & Direcção da Comp., 11 Junho 1636 W. I. C. O. C. Nr. 51.

(620) Governador e Cons. ao Cons. dos XIX, 13/15 Janeiro 1638 W. I. C. O. C. Nr. 53.

(621) Pelo Colégio das Directores de Amsterdão foi determinado que se minasse bem a bagagem dos emigrantes antes de recebera a bordo.

circunstancias foi uma felicidade para a W. I. C. que muitos officiaes e soldados do exercito em campanha no Brasil, aos quaes fôra concedida "baixa" apôs 4 annos de serviço militar, resolvessem fixar na Nova Hollanda e dedicar-se em sua maior parte á cultura da terra. "Mas isso não basta", escreviam o Statthalter e o Conselho ao Collegio dos XIX. "Cumpre achar meios de atrahir ao paiz colonos hollandezes em grande escala. Quanto maior fôr o seu numero, tanto mais depressa será cultivada a terra, tanto mais solido se tornará o alicerce do nosso poder. Se somente pudessemos conseguir que no meio dos Portuguezes, em permanente contacto com elles, vivessem numerosos hollandezes, — não ha dúvida que teríamos seguro em nossas mãos o elemento mais perturbador dentre a população. E como seria então facil organizar com os colonos uma milicia civil para a defesa do territorio, — o que importaria um grande alivio para a W. I. C. com a reducção quasi á metade das guarnições que ainda é obrigação a sustentar nas Capitanias!

"Repetimos ainda uma vez. Colonos pobres nenhuma proveito trazem a uma terra como o Brasil. Obrigam-nos a ceder-lhes campos de cultura, com isenção de impostos, — terrenos agricolas que, de um momento para outro, poderiam ser vendidos a plantadores Portuguezes por vantajoso preço. As terras boas, na proximidade da costa ou em lugares de mais importancia são de difícil aquisição, e grandes perturbações provocariam se quizessemos desapossar os Portuguezes nellas domiciliados. No interior de Peruambuco, longe do mar e portos de embarque, os colonos hollandezes recusam se estabelecer. Dizem que ahí os plantadores e fazendeiros estão ameaçados de ataques dos bandoleiros e dos bandos de salteadores, e que teriam de se entregar a pesados trabalhos, em elimu ardente, necessitando derrubar mattas para que o terreno se torne lavadio. Semelhantes esforços nunca

fôram do agrado da maioria dos nossos imigrantes. Elles aqui só procuram vida facil e elevado ganho; o que desejam é enriquecer da noite para o dia. Quem conhece as existencias falhas que circulam no Recife, nada acha mais que admirar.

"Eis porque renovamos o velho pedido. Cuidar de colonizar o Brasil com gente que disponha de recursos, — gente que compre negros para com elles arrotear os campos de plantação de canas. Ao capitalista todos os portas estão aqui abertas. Confessamos com prazer que a generalidade dos Hollandezes que se dedicam á cultura da canna e actividades agricolas honestamente se empenham em tornar o solo, outra vez, productivo e pôr a moer os engenhos. (622)

Qual tenha sido o numero total dos Neerlandeses que provavelmente habitavam a Colonia no principio do anno 1638, escapa ao nosso conhecimento. Pode-se aceitar que ao grande enxame de functionarios e empregados da W. I. C. se oppunha pouco mais ou menos numero igual de cidadãos livres, com inclusão dos colonos allemaes, inglezes, escoceses, irlandeses e franceses. Tambem estes eram em sua maior parte soldados que já haviam completado o seu tempo de serviço, no exercito colonial. Formavam elles uma mixordia de mercenários de todas as nações. Os aliliadores da W. I. C. aceitavam qualquer um que fosse capaz de carregar armas quer se apresentasse espontaneamente, quer fosse atirado em seus braços pelos caprichos do aceso. As pessoas que se comprimetiavam a ir para o Brasil nuncava se perguntava pelo seu passado nem pelo seu meio de vida. Somente o que importava era reunir o numero de reerutas exigido pela Companhia patrõa. Já naquelle tempo as tropas coloniaes, nos paizes civilizados da

Europa, gozavam da peior fama. Era corrente que só a escoria da humanidade, o mundo da criminalidade, ia alli procurar e achava seguro valhaconta. Que os soldados e seus officiaes, alistados para o Norte do Brasil não faziam excepção a essa regra, mostram-n'o as "Actas", a cada passo. E comtudo não fôram apenas aventureiros e parias que acudiam ao rufo do allieianento, para, em troca de miseravel paga, máo tratamento e deploravel alimentação, se sacrificarem em bem da hol- sa dos Directores e Accionistas da Companhia. Os regimundos hollandezes que combatiam ao sol ardente dos tropicos contavam tambem homens capazes e de honra, soldados que fortuna adversa havia expellido da patria e que agora, fóra della, mostravam quanto valiam, nas guerrilhas, na lavoura e no plantio da canna.

Quando, um anno depois da investidura de João Mauricio, o monopolio de commerce, vivamente combati-
do, da W. I. C., veiu a cessar definitivamente em favor do commerce livre, e foi concedido, sob determinadas condicões, a todos os commereiantes dos Paizes Baixos Unidos, participarem do "commercium" brasileiro. — augmentou dez vezes mais o numero dos mercadores li-
vres que desde 1635 se achavam domiciliados na Metro-
pole. Em Recife, em Fredericia, em localidades singu-
lares do interior, appareceram representantes de gran-
des e pequenas firmas commericiaes hollandezas, que
adquiriram ou alugavam entrepostos de negocio, ou mes-
mo construiram depositos, quando os armazens existentes
já não satisfaziam ao desenvolvimento do trafico, apo-
derando-se assim de hóa sorte do commerce do assucen.
Com elles vieram para o paiz jovens hollandezes de dis-
posição comprehendedora, que se estabeleceram princi-
palmente na Capital como commereiantes livres e tra-
taram de, por si sós, fezer fortuna no negocio do assu-
car. Veremos na terceira parte deste trabalho, que fô-

ram elles os "vrije kooplieden", (negociantes livres), que deram ao commercio da Colonia grande impulso, concorrendo assim para que o mercado do Recife tivesse um ainda que curto periodo de florescimento.

O proverbio "quem tem officio, tem beneficio", podia ser bem applicado ao Brasil. "Artifices diligentes e entendidos em seus officios podem lá chegar á abastança", declarava, a 4 de Abril de 1640, o Conselheiro A. van der Dussen ao Collegio dos XIX. E continuava: "um Mestre ganha em Recife 5 a 6 florins por dia, e um bom official recebe a diaria de 3 a 4. Na Nova Holanda nada tem de extraordinario que um artesão de suas economias compre um pedaço de terra para nelle plantar canna ou hortaliça, com o auxilio de escravos. Muito pobre diabo que na patria vivia a roer o pão duro da necessidade e não tinha onde cahir morto, achava-se agora em bôa situação no Brasil". (623) Dois annos antes o Governo de Recife havia instado com o Directorio para que contractasse, afim de servirem no Brasil, artifices de toda qualidade, assim como proporcionasse aos "Mestres livres" conforme fosse possivel, os meios necessarios á travessia para o Brasil. Terrivel era a falta, que se sentia na Colonia, de capazes pedreiros, marceneiros, carpinteiros de navio, serralheiros e ferreiros, caldeireiros ambulantes, mecanicos, e mesmo barbeiros. Tal gente podia confiadamente vir para a Nova Holanda, que não se haveria de arrepender. Não havia mesmo a temer qualquer concurrencia por parte dos Portuguezes. O artifice portuguez em geral não era bom operario; exigia na verdade a competente piaga, mas por ella prestava um serviço lamentavelmente insuficiente, e gostava de mandrar para o que lhe offere-

(623) Na pasta W. I. C. O. C. Nr. 46.

ciam excelente oportunidade os incontáveis dias feriados (624).

Infelizmente os documentos brasileiros do Archivo da Companhia não nos informam quantos artífices hollandezes se dispuseram a compreender a viagem de ultramar em satisfação ao atraente chamado, quantos chegaram a prosperar no Brasil e o que sucedeu a aqueles que, em vez da realização de seus desejos, só desillusões e mais desillusões sofreram. Que muito grande não teria sido o numero dos Mestres e Officiaes livres, exportados para a America do Sul, é lícito inferir dos repetidos e insistentes pedidos do Governador e Conselho para que fossem catechizados a vir para o Recife mais e mais artesanos e se aumentassem os lugares de operários nos quadros de serviço da Companhia. Em consequencia da falta de elementos necessários, notadamente de pedreiros e madeireiros, queixava-se o Governo, em 1641, de que a construção de casas e armazéns caminhava simplesmente a passo de lêma. Era também por demais reduzido o numero de carpinteiros marítimos que a W. I. C. tinha ao seu serviço em Recife, — pelo que o Alto Conselho se vira ainda de pouco obrigados inferiores da W. I. C., bem como o operariado, a Portuguezes, pois os mestres construtores navaes livres se haviam recusado a metter uma simples cavilha siqueir, no costado de um navio, pelo salário que a Companhia pagava aos seus operários (625).

A' pergunta, como viviam os Hollandezes na Capital do Brasil Norte ao tempo do Governo de João Mauricio, muito desejariamos dar uma resposta satisfatória. O material disponível não o permite, porém. Somente a trechos se nos separaram nas Cartas Gerais

(624) Governador e Cons. ao Cons. dos XIX e Câmara Zel., 14 Janeiro, 23 Maio 1638.

(625) Governador e Cons. ao Cons. dos XIX, 31 Maio, 22 Agosto 1641 W. I. C. O. C. Nr. 56.

enviadas para Amsterdão ou Middeiburgo com o intervallo regular de 15 dias a 3 semanas, notícias que em parte nos ilustram sobre o assumpto. Assim, por exemplo, dellas consta que, em 1636, os cidadãos da capital se achavam distribuídos em companhias de atiradores, e que todo empregado da W. I. C., todo mercador e artesão livre, apto a carregar armas, pertencia à milícia civil, e podia ser imediatamente chamado às armas sempre que a situação o exigisse. Os holandeses abastados, sobre tudo os negoeiadores livres, até a evacuação da ilha, residiam na cidade Mauricia, edificada em Antônio Vaz, — sendo que no bairro do Recife apenas tinham os seus escriptorios e armazens. Nas ruas estreitas e habitações acaanhadas e insalubres que se erguiam no istmo, moravam os funcionários e empregados inferiores da W. I. C., bem como o operariado os soldados e marinheiros, e todos quantos se ocupavam nos serviços do porto ou tinham qualquer causa a fazer nos armazens. Algumas dessas horríveis moradas eram verdadeiras "pocilgas", na expressão uma vez usada pelo Governador e Conselho numa de suas missivas à Direção Geral da Companhia. Em 1640 e nos primeiros annos que se lhe seguiram a falta de habitações em Recife era tão grande que se fez preciso crear accommodações nos sótãos dos armazens, para caixeiros, auxiliares de escripta e serventes. Ali se agglomeravam 3, 4, 6, ás vezes mesmo 8 pessoas, num espaço extremamente acaanhado sob um calor asphyxiante, para dormirem em camas que quasi se colavam umas ás outras. "Se nós não abrigarmos essa gente em habitações collectivas", lê-se em uma das cartas, "ella vai procurar alojamento nas bodegas do porto, que são os bordéis mais vis do mundo. Ai! do manebo que alli cae: fica voltado a irremissível perdição (626).

Por mais que se empehnasse João Mauricio e os seus Conselheiros em proporcionar aos recem-immigrados conveniente agasalho em melhores casas, em Antonio Vaz, o extraordinario accunulo de gente annulava todos os esforços empregados nesse intuito. Os alugueis das casas e dos quartos attingiriam a preços fabulosos. Por dous quartos, com pequeno compartimento anexo para armazém, pagava Jacob Aldrichsz 120 florins mensaes. Em taes circumstancias os servidores da Companhia mal pagos não tinham outro remedio senão aceitarem o que se lhes oferecia e deviam se dar por felizes quando não lhes tocavam aposentos já superlotados. Essa deplorável falta de habitações foi objecto de severa crítica, especialmente por parte do funcionalismo, — e contra ella muitas representações foram apresentadas ao Statthalter e seu Conselho. Haviam promettido a todos os que servissem á Companhia no Brasil montanhas de ouro, — mas ao envés disso, tiveram elles e suas famílias de se resignar a viver em habitações de cães e não raro a morrer á mingua. A proposta de João Mauricio tendente a alliviar a angustia da situação, com melhorar os ordenados e edificar casas de moradia, foi asperamente repellida pelos Directores por motivo de economia (637).

De balde procuram os "Actas" informações sobre as condições e arranjo das casas de moradia das pessoas de fortuna, sobre o luxo a que se davam, e sobre os gastos que a vida quotidiana exigia de ricos e pobres. Os desabafoz do Statthalter, dos membros dos Corpos de Conselho, dos negoejantes e funcionários nos denunciavam entretanto que o custo da vida na Capital da Nova Hollanda era um caso sério, e que para viver lá confortavelmente era preciso dispor de grandes recursos.

Quasi nenhum dos funcionários podia, com o salario mesquinho que lhe era pago, equilibrar a receita com a despesa, a começar pelo mais alto dignitario do paiz, o Conde João Mauricio. Commerciantes ricos, mesmo, gastavam mais do que lhes permittiam as rendas, e viam-se forçados a pedir aos seus credores adiamento de pagamento para a colheita seguinte.

As "Notulas" do Alto Conselho nos informam dos preços que no anno 1642, eram pagos em Recife e Mauricia por casas desimpedidas ou que acabavam de ser construidas. No leilão realizado em 15 de Setembro o preço de uma boa casa regulou na media 5.000 florins. Compras mais baratas foram em seguida tambem effetuadas. Assim o especulador, neste ramo, Gillis van Lufel não precisou applicar senão 1.600 florins, para arrematar uma casa, pequena e já um tanto usada, em Mauricia. Quem fez o melhor negocio nesse leilão foi Marten Meyndersz van der Hart, que, pela offerta de 14.300 florins, adquiriu uma vasta propriedade, junto ao porto. Uma terça parte da importancia da compra teve de ser paga a vista, em moeda corrente. Para o pagamento do segundo terço obteve o comprador, a quem seria transmittida a posse da casa 30 dias depois do leilão, o prazo de seis mezes, devendo o resto ser liquidado no fim do segundo semestre do anno. Cinco soldos por 100 florins eram destinados á Caixa de Beneficencia (628).

Um enterro na egreja grande de Recife custava 150 florins, no Convento de Mauricia 75, enquanto que a taxa para a inhumação de um cadaver em um dos dous cemiterios existentes era de 12 a 15 (629).

(628) Notulas, 15/20 Setembro 1642 W. I. C. O. C. Nr. 69.

(629) Notulas, 4 Outubro 1642.

Com todo o empenho promoveram o Statthalter e seus Conselheiros nos annos de 1642 a 1643 o aformoseamento da Capital. Praças e ruas, que em consequencia das más condições do sub-solo haviam em parte abatido, fôram levantadas mais, e calçadas com ladrilho hollandez (Klinker). As despesas tiveram de recahir sobre os moradores, sendo para tal fim lançado o imposto de 10 por cento sobre os alugueis. Este encargo pesava soinente sobre os burguezes livres, — apesar de cujos vehementes protestos, levou o Governo por diante a sua determinação. No bairro Mauriciopolis, pequena comunidade francesa compreendeu com os proprios recursos a erecção de uma egreja, para cujo acabamento a W. I. C. contribuiu depois com considerável somma. Partes do Convento pertencente ao Forte Ernesto, a que já nos referimos, — esse couvento se remonta ao tempo dos Portuguezes — foram convertidas pelo Alto Conselho num Asylo de Orphãos destinado a recolher e educar meninos e meninas sem paes, conjuntamente com filhos de Indios, que preenchesssem taes condições. Da vida em commun: da juventude, branea e de cõr, esperava-se grande proveito para o futuro da Colonia. Tambem foi fundada na cidade Mauricia uma escola de latim, sendo seu Reitor Bartholomieu Kool; quem quizesse para lá mandar seu filho, tinha de apresentar a sua declaracão ao Conselho do Municipio. D'entre todas as escolas fundadas na Nova Hollanda, parece que, pelo menos, este Instituto correspondeu às esperanças dos seus fundadores (630). Como a Casa do Conselho em Recife não mais se prestasse ao rapido florescimento da Metropole, um novo edificio foi cons-

(630) Segundo o relatório muito instrutivo do Governador e Cons. ao Cons. das XIX, 24 Setembro 1642.

truido em Antonio Vaz, não longe do palacio Friburgo (631).

Até 1642 era uso estabelecido na Colonia, para os funcionarios e empregados da W. I. C. não pagar aluguel de casa. Mas os magnatas da Companhia, cípidos de lucro e sempre inclinados a economias contraproducentes, lançaram as suas vistas para essa "injustificavel concessão", e um bello dia enviaram ao Principe a ordem de communicar aos funcionarios da Companhia que d'alli em diante teriam elles de pagar aluguel pelos commodos que ocupassem, ou de abandona-los immedicatamente. Esta noticia arrebatou como uma bomba, ua Capital da Colonia. Guiado pelos Conselheiros Politicos e clerecia protestante o funcio-nalismo, superior e inferior, levantou um flammejante protesto. O proeedimento dos dirigentes da Compa-nhia, declaravam, a uma só voz, os attingidos, desobrigava-os do juramento prestado á W. I. C. Numa impres-siva representação, dirigin-se o Clero ao Governo Rei-fense, e ali expôz aos senhores do Conselho, que para os servidores da Egreja Reformada a habitação gratuita era uma questão de vida e morte. Se a Companhia per-sistisse em sua funesta determinação, aos curas d'alma, visitadores de enfermos e professores que serviam no Brasil Norte, não restaria outra causa senão renunciar á sua missão. E a razão era que, com os preços vige-tes na Colonia e sobre tudo na Metropole, o accrescimio do aluguel ás despesas já existentes seria tão pesado en-cargo para os ministros da religião, assim como para os professores, que nenhum delles poderia mais viver em Pernambuco. Nem mesmo o projectado augmento de ordenado, na razão de 25 por cento da renda anterior, seria bastante para preservar as familias de morrerem á

(631) Os Escrivães de Mauricio, no Cons. dos XIX, 13 Abril W. I. C. O. C. Nr. 56.

mingua. Rogou-se ardenteamente a João Mauricio que empregasse todos os esforços afim de que fosse revogada em Amsterdão a nova ordem. Para acalmar o funcionalismo, o Statthalter e Senhores do Conselho tornaram publico que a disposição, provisoriamente, não entraria em vigor.

Os Conselheiros Políticos fôram entretanto um pouco mais além e responderam com uma gréve á *opsegginge van de vrije logementen* (abolição da gratuidade de habitação), bem como á ameaça, ao mesmo tempo feita, de suspensão das pensões de alimento. Somenre depois de demorados entendimentos, eouseguiu a Administração que voltassem ao desempenho de suas funções os exasperados membros do Conselho de Justiça. Ao Conselho dos XIX, o Governo escreveu que a revogação da concessão de "habitações de Serviço" (Dienstwohnungen) havia por toda parte causado indignação, e se a W. I. C. não cedesse, ver-se-ia em breve obrigada a fazer a substituição integral do Conselho Político. Demais, não estava longe o perigo de que fosse despertada também nas camadas inferiores do funcionalismo a idéa da resistência (631-a). Não sabemos qual a impressão que produziu no Directorio essa comunicação. Depois de 1642 desapparece das "Actas" a menção deste assunto, sendo assim lícito concluir que, alarinada pela demonstração hostil que lhe foi feita, a Direcção da Companhia tenha cassado a ordem.

Um dos mais antigos edifícios publicos construídos pelos Hollandezez foi o Hospital do Recife. E' pena que não tenhamos elementos para determinar a sua exata localização na península. Faltam-nos também notícias sobre a administração e movimento do Hospital, e com pesar somos obrigados a registrar que também per-

(631-a) A Exposição destes factos baseia-se na carta do 21 de setembro de 1642.

teucem aos archivos que tiveram por sorte o anniquilamento, os livros de assentamentos diarios, e os balancetes do administrador. Em seu relatorio, escripto em 1636, o Conselheiro Servatius Carpertier faz uma ligeira menção do Hospital. A administração do Estabelecimento achava-se então confiada a alguns Deões e matronas piedosas a quem tinham de prestar contas o "gasthuisvander" (o director do Hospital) e a "gasthuismoeeder" (a enfermeira chefe). Todos os domingos no serviço divino das congregações protestantes, faziam-se preces pelos pobres, enfermos e feridos. Depois do sermão os deões collectavam dos presentes obolos de caridade, que eram distribuidos ao Hospital, ao Recolhimento de Orphãos, e mais tarde tambem ao Asylo de Mendicidade. Diariamente os visitadores, — em regra exerciam essas funções clérigos co-adjutores ou aspirantes de Theologia, — iam às casas dos enfermos e iam para elles capítulos da Biblia ou orações (632). Não se sabe quantos medicos, enfermeiros e enfermeiras havia no Hospital de Recife.

Da frequente mudança de medicos, entretanto, colhe-se a impressão de que nessa Instituição o serviço não era do agrado geral, e que a W. I. C. na escolha dos clinicos que contractava olhava menos para a capacidade delles do que para a modicidade dos honorários que exigiam. O medico mais barato era o que lhe merecia a preferencia. Nestas condições, é bem natural que os bons facultativos agradecessem a prebenda. É verdade que no tempo de João Mauricio exerceu a sua profissão no Brasil um luminar da sciencia medica, Doutor Willem Piso, de Leiden, — já por nós mais de uma vez nomeado. Mas cumpre saber que elle veio como amigo e medico particular do principe, e era antes de

(632) Relatorio de Servatius Carpertier, 11 Junho 1636 W. I. C. o. c. Nr. 51.

tudo um scientista. Parece que as suas ligações com o Hospital não fôram em absoluto estreitas.

Cartas dos annos de quarenta nos informam que o grande numero de doenças, entre as quaes a dysenteria desempenhou o papel principal (633), produzidos pelo clima, agua de má qualidade, resfriamento e extravagancias de modo de vida, fez necessaria a fundação de um segundo hospital. Em Outubro de 1645 os regentes do antigo queixaram-se do cirurgião chefe. Esse homem lhes causava incessantes aborrecimentos. Explorava o Instituto em seu beneficio particular, e a sua voluntariosa mulher queria "em tudo metter o nariz" (634). Muito pensou deve ter sido o serviço nos lazaretos durante a terrivel calamidade que assolou o Recife na primavera de 1646. Grassavam epidemias na cidade, de modo desesperador. A foice da morte ceifava impiedosamente, e aos montes, burguezes e soldados eram internados nos hospitaes. Os medicos já não sabiam como e onde haviam de recolher os infelizes. A falta de roupa branca e de medicamentos fazia-se sentir da maneira mais ingrata, e por fim medicos e enfermeiros ficaram inteiramente sem meios de socorrer tanta miseria. Ainda mesmo depois da chegada de soccorros a Recife, no novo Governo, — Presidente Schoonenborch e seu Conselho, — em consequencia do esconunto do erario publico, não restaram recursos, para o auxilio pecuniario aos hospitaes. Foi, por isso, permitido aos regentes, realizar uma collecta; mas, esta, em vista do exgotamento geral do numero, produziu um miseravel resultado. Apenas 1107 florins recolheu a bolsa de enridade. Ao Directorio Geral foi dirigido um ardente pedido para que elle interessasse a burguezia rica das cidades hollandezas mais impor-

(633) *P-10, Maregral, p. 30, segt.*

(634) *Notulas, 3 Outubro 1645 w. f. c. o. c. Nr. 71.*

tantes em favor dos necessitados hospitaes do Recife e sem demora enviasse grandes quantidades de lençóis, panno para ataduras e remedios (635).

No capitulo, tão valioso para a historia da Medicina, da "Historia Naturalis Brasiliæ", que trata das molestias oecnientes na Nova Hollanda e os seus meios de cura, Piso affirma que a syphilis era muito commun entre Hollandezes e Portuguezes, mas podia ser efficazmente combatida com hervas indigenas curativas e remedios (636). Os principaes portadores e propagadores da "Lues" eram em Recife os soldados e as mercenarias das adjaencias do porto. Segundo parece, carregamentos de mulheres perdidas foram exportados para a Colonia nos primeiros annos. Por encargo da Corporação, a que pertencia, o Conselheiro Wilhelm Schotte, em 1636, pediu aos directores que se dignassem de providenciar para que cessasse a constante expedição de mulheres de má vida para o Recife. Dizia entâc, que o Directorio recomendava aos Conselheiros, em todas as cartas, que punissem com severidade os delitos e actos de impiedade cometidos no Brasil, ao passo que via com impassibilidade como as peiores causadoras desses males invadiam a terra brasileira, para virem contaminar os homens. Quanto a isso, bem triste era a experiecia accumulada em Recife (637). Pouco antes o Conselho Politico havia dado expansão á sua colera, num documento que pela sua linguagem franca e expressões drasticas merece ser publicado. "A 2 de Setembro de 1635", lê-se nessa peça, "após uma viagein de 20 semanas aqui aportou, procedente de Enkhuizen, o veleiro Wassenende Maen (638). Trazia,

(635) Presidente e Cons. ao Cons. dos XIX, 22 Agosto, "Noticie vande Commissie voor het Castellu-ut", 5 Set. 1636. W. J. C. O. C. Nr. 62. A Contribuição dos Juizes de Recife montou a 54 florins e 16 saldos.

(636) Pla. Murengel, p. 35 e segs.

(637) W. Schotte ao Cons. dos XIX, 19 Fevereiro 1636. W. J. C. O. C. Nr. 51.

(638) A Lusa Cretense.

com outros passageiros, 73 soldados. A bordo do navio achava-se uma prostituta desbragada, á qual, a pedido do clero, prohibimos o desembarque. Isso porém não surtiu efeito, pois o Capitão quiz vêr-se livre della. Essa figura de mulher, em materia de linguagem pornographica e propostas indecentes, fez as cousas mais inacreditaveis do mundo, e exhibiu tal conducta, que, aos companheiros de viagem e a todos quantos com elles ouviriam a catadupa de palavras, se lhes arripiaram os cabellos. Monstro como este certamente nuncia se viu. Pedimos, portanto, encarecidamente, que por occasião do embarque seja examinado com mais cuidado quem sejam as passageiras, afim de que se possa saber que especie de gente pretende viajar para a Nova Hollanda. A nossa impressão é, francamente, que a Metropole considera o Brasil como um eloaca destinada a receber toda a sua immundicia (639).

Que pelas ruas do Recife andava muita gente pouco ajuizada, e que ali todas as portas se achavam abertas ao vicio, é cousa em que não é preciso insistir. Os soldados arrebanhados de todos os campos de batalha da Europa, para arriscarem diariamente a vida e a saude num campanha de guerrilhas contra um inimigo ardiloso e pratico, queriam gozar á redea solta os seus dias de folga. O mesmo proceder adoptavam tambem os marinheiros quando o navio, após uma travessia de muitas semanas de ardente calor, lançava ferro no ancoradouro de Recife. Officiaes, comerciantes, funcionarios e empregados, bem como plantadores e fazendeiros que vinham do campo para a cidadie, não faziam cousa diferente. A Hollanda ficava longe, e se os austeros preceitos da moral tinham para a Europa justificada ap-

(639) O Cons. Político & Com. da Zel., 20 Desembre 1635 W. I. C. O. C.
Nº. 50. Reprodução Ilustr.

plieção, aqui a idéa dominante era desfarrar-se, viver e deixar viver, render a devida homenagem a Venus e a Baccho. Continuadamente deparamos nas exposições do Governo e nas Actas do Conselho Ecclesiastico queixas sobre a intemperança dos ricaços, elmores de indignação pelas quantidades de vinho e bebidas espirituosas que a gente de menores recursos consumia nos botequins e albergues da cidade. Occorria frequentemente ver pessoas pertencentes ás melhores classes provocarem escândalos públicos, em estado de completa cintriaguez.

Também de desvios matrimoninaes têm muito que contar os papéis do Brasil, e sobre tudo as annotações do Consistorio. Com efeito, quando se compulsa o livro de assentos do Conselho Ecclesiastico, a impressão muitas vezes é que aos Senhores clérigos proporcionava especial prazer o esmerilhar os casos de escândalo. Quando na realidade uma cosa era tão indecorosa que o Governo tinha de intervir no interesse da moral e da decencia, então os culpados pagavam caro. Deserto para pequenas localidades situadas no interior e transportação para a Hollanda constituiam para as adulteras e mulheres de má vida os castigos mais brandos, e ellas se deviam dar por muito felizes, por assim escaparem, sem mais nada. Muita mulher infiel, de soldado, mettida em varas, teve de passar horas inteiras no pellourinho, exposta ao calor ardente do sol, na praça publica; muita dama elegante foi vergastada *coram publico* pelo carecereiro mór. (640). Militares e civis em considerável quantidade foram expulsos do paiz por crime de bigamia. O maior numero era o daquelle que, não se achando legalmente separados de suas mulheres residentes na Hollanda, contrabiam novas nupcias no

Brasil. Como semelhantes casos augmentassem, o Conselho Ecclesiastico propoz que a todo homem casado que viesse morar em Recife, logo após a sua chegada as autoridades competentes exigissem a apresentação da sua certidão de casamento. Os attentados contra o pudor, aberrantes da natureza, eram punidos na Nova Holanda com muito rigor. A um capitão hollandez convencido de sodomia, o Alto Conselho despachou para Fernando de Noronha, e temendo que alli continuasse a proceder do mesmo modo, fê-lo transportar em seguida para Amsterdão, em um de enjós carcere padesse acabar a sua arruinada existencia. (641). Para fazer cessar a prática muito generalizada dos duellos, um decreto do Governo, expedido em 1641 comminou a pena de morte para os duellistas. (642) Parece que o resultado foi quasi nullo, — pois os duellos continuaram: apenas, se decidiam em sitios ignorados.

Para aliviar a inquietação do Conselho dos Dezenove, motivada pelo grande numero de individuos turbulentos e de costumes desenfrejados, que vinham tentar fortuna no Brasil, — o Alto Conselho mandou dizer que na Holanda se fazia uma idéa inteiramente falsa da immoralidade reinante na Colonia. O caso não era peior do que o que se observava noutra parte qualquer. Com a gente inculta e grosseira que morava nos portos brasileiros, cumpria ter paciencia, e nunca esquecer que só com muito esforço, tempo e castigo severo poder-se-ia ensinal-a a respeitar as leis. (643).

Sobre as relações entre os Hollandezes e os Portuguezes subinfectados, já foi dito o bastante nos capitu-

(641) O Alt. Cons. à Cons. do Zeil., 7 Agosto 1619 W. I. C. O. C. Nr. 65.

(642) Gouvernador e Cons. ao Cons. das XIX, 20 Dezembro 1641 W. I. C. O. C. Nr. 56.

(643) O Alt. Cons. aos directores em Middelburgh, 13 Fevereiro 1645 W. I. C. O. C. Nr. 60.

los preecedentes. Nos papeis do Brasil não se encontram estatísticas da população, do que resulta não termos dados que nos permittam expôr em algarismos a percentagem portugueza dos habitantes da Nova Hollanda. Presumivelmente, dos Portuguezes que viviam no Brasil Hollandez constituiam os Judeus o maior numero. Mas tambem a cifra dos velhos moradores que haviam fugido no começo da ocupação, plantadores e lavradores, que regressaram nos dias de João Mauricio, deve ter sido consideravel. Nas cidades e localidades menores havia, igualmente, muitos Portuguezes pobres que como operarios ou jornaleiros gauhavam a sua subsistencia.

Que na Nova Hollanda vencedores e vencidos nunca se puderam harmonizar, já ficou claramente demonstrado. Nem mesmo a um João Mauricio foi dado lancer entre uns e outros uma ponte resistente. Soamente o medo mantinha os Portuguezes em sujeição. O fito dos subjugados era e continuou a ser sempre libertar dos hereticos o territorio ocupado, para unir-o de novo a Portugal. Os Hollandezes bem avisados nunca tiveram illusões sobre a exequibilidade de uma composição entre elementos tão antagonicos. Elles bem sabiam que o Portuguez estava apenas á espreita do momento proprio, para sacudir o jugo. Mas, por outro lado, não deixavam de reconhecer honestamente que a diligencia dos colonos portuguezes muito havia contribuido para o desenvolvimento economico de Pernambuco, e que sem o plantador portuguez, — se bem que a W. I. C. lhe fornecesse capital, — a cultura da cauma não se teria restaurado tão depressa. (644).

A seguinte descrição interessante, contida na Carta geral de 14 de Janeiro de 1638, mostra como em Re-

(644) Relatorio de A. van Dosten, 4 Abril 1640 W. I. C. O. C. Nr. 45.

cife se pensava das qualidades pessoas dos Portuguezes e das Portuguezas. A pintura, em alguns pontos, nos lembra a exposição de Linschoten sobre os Portuguezes que habitavam na India Inglesa (Vorderindien), — comquanto lhe seja inferior. (645). "A nossa população da cidade e do campo", assim reza a passagem na missiva do Governador e Conselho, "tem falta de asseio de corpo e de casa". (646). Possue muito poucos moveis e vive pela maior parte nos districtos agricolas, em miseraveis casas de taipa. Se o marido anda em toda parte mal vestido, a mulher veste-se pomposamente, toda enfeitada de ouro e joias falsas. O seu maior orgulho é ter mais talheres de prata, do que as arigas e vizinhas. Nas ruas, as Portuguezas mais distintas se transportam em cadeirinhas, cobertas de véo. Em casa, recebe o hospede, sentada num tapete, conservando os pés escondidos, pois é considerado indecente mostral-os ao visitante, seja elle amigo ou pessoa estranha. Aos apartamentos das casas portuguezas faltam arranjo e comedidude. As paredes, por exemplo, são despidas de quadros. Na comida e na bebeda os Portuguezes são em geral comedidos. Sustentam-se de pão preparado com a farinha de mandioea, de legumes, e peixe seco, mas apreciam tambem a carne, que sempre apparece quando ha hóspedes á mesa. Doces e fructos crystalizadas têm a maior aceitação entre moços e velhos e são consumidos em grande escala. A sua bebida diaria é a agua da fonte, a que muitas vezes juntam um pouco de assucar ou o caldo espremido de fructos. E' muito raro vir á mesa vinho, porquanto Portuguezes e Portuguezas, em sua generalidade são abstemios. Não ha duvi-

(645) Cf. Cap. 32 no primeiro livro do Itinerario de Jan Huygen van Linschoten 1579-1592. Edic. de H. Kern (Obras da União Linschoten II, 1910) "Vende meesteren enke usantien der Portugaelsers... vrouwen in Indien".

(646) Linschoten ao contrario louva a sua admiralvez limpeza.

da que se encontram tambem entre elles bons bebedores, mas isso não constitue regra. Pouco attrahente são as physionomias dos homens e das mulheres. Estas cedo perdem os dentes e em consequencia de sua vida sedentaria e continua ociosidade tornam-se gordas e pesadas. E' quasi inerivel como o Portugez é ciumento de sua mulher e como toma todas as precauções imaginaveis para tornar impossivel que ella receba galanteios de outros homens ou em absoluto figure em negocios de amor. Dabi a razão de terem as portuguezas tão pouca liberdade de movimento e serem obrigadas pelos seus maridos á vida easeira".

Justamente convencidos de que grande parte da populaçāo de cōr, maltratada pelos portuguezes, apōs a obtenção das primeiras victorias, passar-se-ia para o seu lado, de bandeiras desfraldadas, os hollandezes desde o principio se esforçaram por angariar a affeição dos mestiços e dos Indios, de modo duradouro, procurando delles se approximar com mostras de amizade. Dos Tapuyas da Capitania de Pernambuco fizeram elles com presteza fieis aliados. A dilatação do domínio hollandez para o Norte pôz então o conquistador em contacto directo com os temidos "Tarairyouw" ou "Otschukayana" (647) — isto é, com os Indios Tapuyas pertencentes á tribo do Chefe, ou Cacique, Jandubí, que habitava nas serras da Capitania do Rio Grande do Norte a oeste do rio do mesmo nome e do Cunháu. Esses "Tarairyouw-Tapuyas" foram os aliados de mais confiança do Statthalter e do Conselho nas luetas contra o inimigo portuguez, e mantiveram-se ao lado da W. I. C., até que a retirada do Princepe e o consequente desmoronamento progressivo do Brasil Hollandez vieram alterar profundamente a face das cousas.

Muitas vezes tratam as fontes dos Indios Tapuyas que habitavam no território da Colônia. Sobre nenhuma das tribus somos melhor informados, porém, do que sobre a "Turairyow. O nosso conhecimento desta nação repousa sobre pintura realista dela traçada pelo Conselheiro Elias Herckmans em sua Descrição da Capitania da Parahyba (648), a qual é reputada inteiramente digna de fé, por Sul-Americanistas bem reputados, bastando citar dentre elles apenas o nome do scientist viennense Rudolph R. Schuller. O conteúdo da instructiva dissertação é dado aqui um tanto em resumo e tradução livre.

Herckmans distingue quatro tribus Tapuyas no Brasil Hollandez: Cariry, Caririwasy, Caririjouws, na Capitania de Pernambuco, e a já mencionada Tarairyow, no interior do Rio Grande e do Ceará. "Destas quatro tribus, a que melhor conhecemos", diz elle, "é a dos Tarairyow-Tapuyas, que não têm morada fixa, mas percorrem o paiz em procura de subsistencia. Durante os meses de Novembro, Dezembro e Janeiro aparecem na zona littorânea, para ali colherem os frutos amadurecidos. E' gente forte, de pelle trigueira e cabellos longos e pretos. Homens e mulheres andam despidos. Quando vão para a guerra, os homens se enfeitam com penas de papagaio e de corvo. Trazem o penis atado por um cordel e se este se parte a importaneia é a mesma que, entre nós, a de deixarmos desobertos os órgãos genitales. Nenhum homem usa barba, tendo ao envez o cuidado de acabar com todos os cabelliulhos do corpo.

(648) Elias Herckmans. Descrição de Constante la Parahyba, 31 Julho 1639 W. J. C. O. C. Nr. 16. Em extracto, em Piso, Maregraf. Cf. mais, Barlaeus, p. 212 e segs. Tradução Alemã, p. 367 segs., Schuller, p. 81 segs. A exposição de Herckmans permanece vertida para o português por José Nygma na Revista do Inst. Pernamb., XXXI, p. 239 e segs.

Os Tarairyouw são criaturas inteiramente ignorantes. Não conhecem o verdadeiro Deus, servem ao diabo e aos espíritos ináios e adoram fetiches. O diabolico apparece sob a forma de um Tapuya de uma perna só, e fallando numa voz gritante e percutiente de mulher.

Obedecem á primeira palavra dos seus chefes e sobre tudo ao Cacique, que traz o cabello arranjado em forma de coroa e tem as unhas dos dous pollegares muito crescidas. Como signal de sua jerarchia, os chefes deixam crescer as unhas de todos os dedos: quanto mais comprida a unha, tanto maior a importancia do homem. Não se pode contestar que os Tarairyouw são guerreiros valentes. Conhecem, como mestres, a arte de perseguir o inimigo batido. As suas armas de guerra são: clavas, freehas, areos e, muito frequentemente, machadinhas de mão. As nossas elles consideram invocações do demônio.

Como os animaes nos campos, assim passam os seus dias os Tarairyouws. Não semeiam, não plantam, nenhum delles pensa no dia de amanhã. Quando visitam uma região abundante, comem até não poder mais, e consomem 5 a 6 vezes mais do que poderia fazer o um Europeu. Para isso jejuam elles por vezes, de quatro a cinco dias, — e por essa occasião trazem em volta do corpo a faixa da fome. Nunca se demoram mais de 48 a 72 horas no mesmo lugar, — e a simples razão é que, ao cabo desse tempo, já têm devorado tudo. Se durante o dia se abrigam da chuva e dos raios ardentes do sol, sob teetos de folhas, durante a noite accendem grandes fogueiras e dormem no seu calor em rôdes suspensas (649). Quando partem ateiam fogo ao lugar onde acamparam.

As mulheres dos Tararyou-Tapuyas são pequenas de forma e estatura. Os seus cabellos são longos e da negrura do corvo. Ocultam as partes pudendas, e cobrem o posterior com um manto de folhas verdes. Para os maridos, são elas servas submissas e fieis. Antes do casamento os homens devem dar provas de sua coragem e de sua força, batendo-se com o inimigo, e arrastando pesados troncos de árvores. Furam à noiva ambas as faces e pelos orifícios passam pequenas fitinhas brancas que lembram as carrancas dos cachimbos holandeses de argilla. As nupcias se realizam na presença do Cacique e no meio de alarido terrível. As festividades duram ordinariamente de 4 a 5 dias. A noiva se apresenta nesta solennidade pintada de cores variegadas, trazendo choealhos e com lindas penas tão adornada que poder-se-ia tomá-la por um grande pássaro. O rumor das dausas pode ser ouvido a milhas de distância.

Tendo se casado uma vez, o Tarairyou-Tapuya pode dahi por diante desposar sem mais cerimônias tautas virgens quantas lhe aprovver. Um cacique tem pelo menos de 15 a 20 mulheres, que participam também dos duros trabalhos a que estão sujeitas as demais mulheres tapuyas. Baptismo e circuncisão são coisas desconhecidas entre os Índios. Quando os meninos e as meninas chegam à idade de 7 ou 8 anos, furam-lhes os lábios, introduzem sob pressão no labio inferior pedrinhas verdes, pretas ou brancas, e atravessam os lobos das orelhas com varetinhas de espinha de peixe, significando com isso que as criangas já eram homens.

Os Tarairyous comem os seus mortos. Segundo a concepção dominante entre elles, o defunto não pode ser guardado e sepultado em melhor lugar do que no

corpo da gente de sua nação (650). O cadáver é chumuseado numa fogucira, assado e em seguida comido entre clamorosos lamentos. Os ossos que restam são pilados pelos tapuyas até ficarem reduzidos a pó e então misturado com farinha de mandioca. O amigo honra ao morto, mandando, em sinal de pezar, pelar a cabeca. Apenas o cadáver é consumido, extinguindo-se o luto. Quando os mortos são caciques ou seus filhos, somente as suas mulheres os podem consumir. A gente comum não toma parte nesta refeição. No sítio em que morreu um maioral, os Tarairyouw offerecem sacrifícios, annos seguidos. A mãe come o filho que nasceu morto, para que elle vá repousar no seio que lhe deu a luz. Com 9 a 10 semanas (!) os filhinhos dos tapuyas começam a andar e jogam-se dentro d'água para aprender a nadar, — arte em que os homens e as mulheres são mestres (651).

Encontram-se macrobios entre os Tarairyou-Tapuyas: anciões e anciãs de 150, 160 e até 200 (sic) annos! Quando elles não podem mais andar, passam a ser carregados em rédes. São honrados por todos, e em especial pelos velhos. Ao concluir o seu relato descriptivo, Herckmans nos adverte que os Tarairy-Tapuyas eram na verdade de disposição amiga para com os holandeses, mas que em todo caso não se devia deixá-los inobservados, pois elles assim se entregariam facilmente ao ataque, roubo e pillagem. Isto é também afirmado por outros observadores contemporaneos. "Se se lhes der muita linha são capazes de nos morder", declarou Servatius Carpentier aos directores de Amsterdão (652).

(650) O texto holandês dir: "Leppend. Ant die niet heter bewaert noch bewaarden kan werden als in haer 'lechtersen'" (Averando que elles não podem ser melhor guardados do que nos seus (desses) corpos).

(651) Cf. também Schutler, p. 21.

(652) Relação de Carpentier de 19 Junho 1636 W. I. C. O. C. Nr. 51.

Quatro annos antes de escripta a noticia de Herckmans, em 1635, os Conselheiros Políticos comunicaram á Dirceção da Companhia que por occasião da conquista do Rio Grande os Taraiyow haviam prestado excellentes serviços. Mas que eram iuteiramente refractarios á cultura da terra. Não podiam viver em paz com as outras nações, e faltava-lhes toda comprehensão do que era trabalhar verdadeiramente. Gostavam de saborear os fructos que outros haviam semeando, mas recusavam-se a arrotear o campo, com as proprias mãos (653).

Presumpçosos, obstinados, não recuando ante o incendio, o assassinio, e atrocidades, mesmo em terra amiga, eram os Tarairyow tambem muito susceptiveis, — pelo que os hollandezes tinham de tratar com os seus chefes com muita diplomacia, e de ser assaz canteiros na escolha dos agentes inspectores e dos interpretes. Pessoas sem as preeisas aptidões poderiam em taes officios dar causa a fataes desaguizados. João Mauricio parece ter tido a nitida comprehendensão do caso, ao atrair a si o Cacique Tapuya Jaudubi e fazer delle um apaixonado partidario dos interesses da Hollanda. O avisado estadista havia logo percebido que a amizade do "Rei dos Tapuyas", a quem prestavam obediencia as tribus indigenas do Interior até o Amazonas (654), era a melhor garantia contra as incursões hostis do Norte e do Oeste. Assim se explica haver elle procurado por todos os modos enptar as bôas graças de Jaudubi, — e ter recommended aos seus successores cultivar as bôas relações dos Tarairyow. Já na parte geral alludimos ás consequencias fataes da ordem dada pelo Major

(653) O Cons. Pol. no Cons. dos XIX, 15 Junho 1635, também Gaertman à Cam. Zel. 2º Março. Carpenter à mesma, 18 Abril 1631 W. L. G. O. C. Nr. 50.

(654) Se'nter. p. 79, Observação 4.

Garstman, de passar pelas armas a Jacob Rabbi, agente da Companhia muito considerado entre os selvícolas (655). Grande parte dos aliados indígenas se apoiou dos holandeses, e baldados foram todos os esforços empregados pelo emissário Recifense Roelof Baro para demover os chefes do seu intento.

Como Herckmans, deixou Baro também anotações sobre os usos e costumes dos Tapuyas (656). As suas informações não deixam de ser valiosas para os etnólogos, mas não se podem comparar às descrições de Herckmans, sem dúvida mais importantes. Julgo-me dispensado de entrar aqui no exame do conteúdo do trabalho de Baro.

Com os Tarairyoww não devem ser confundidos os Pelle-Vermelha (Rothäute) de que nos dá notícia o Conselheiro A. van Dussen em seu instrutivo relatório, já por vezes citado. De que tribus ali se trata, é difícil determinar, por falta de dados seguros. Dussen apenas nos falla em termos gerais de "Indios" que viviam em aldeias regulares nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, e que como logo se vê, já colonizavam, mais de perto, a civilização Europeia. "As suas aldeias", diz elle, "compõem-se de longas cabanas cobertas de palha. Em muitas delas vivem apertados uns contra os outros, de 40 a 50 homens. Em torno destas cabanas estendem-se campos de plantação de cassava que lhes fornecem a mandioea. Frutas, farinha (feita da mandioea) e a carne da caça, abatida à fresca, constituem a alimentação dos Pelle-Vermelha. Enquanto as mulheres cultivam o campo,

(655) Vld. p. 263 Cf. mais Souto Maior, p. 372 e segs.

(656) Relation du Voyage de Roelof Baro. Intervent et Ambassadeur ordinaire de la Compagnie des Indes d'Occident... au pays des Tapuys dans la terre ferme du Brésil (13 Abril a 14 Julho 1631). Traduzido Hollandês em Frances por Pierre Marais de l'Estay en Chatalanis, 1651, 4.º Se o original holandês ainda existe, não podemos afirmar.

os homens se conservam ociosamente deitados em suas rôdes. Somente se animam a trabalhar, quando lhes acena o salario sob a forma de vinho hespanhol, de aguardente ou de panno para roupa. Do panno fazem camisas para meninos e mulheres. Por aguardente um Indiano faz tudo.

Toda aldeia tem um chefe, mas este é subordinado á tutela hollandeza. Ila para isso duas razões. Em primeiro lugar é preciso fazer essa gente trabalhar, — em segundo cumpre protegê-la melhor, dos portuguezes, e impedir que seja lograda, em seus salarios, por exploradores sem consciencia, pois os Indianos são empregados para abater a madeira e raclar a lenha necessaria ao aquecimento das caldeiras, nos assentamentos dos engenhos de assucar. Ordinariamente elles contratam os seus serviços por cerca de tres semanas, e recebem por cabeça 5 varas e meia de panno. Quando termina o prazo e se lhes faz o pagamento, só com esforços inferiveis, muitas vezes, se consegue induzir os Pelle-Vermelha a fazerem novo contracto. E' prudente não pagar o salario adiantadamente ao Indiano, — porquanto é comum que elle receba a fazenda, e ninguem o veja mais.

Os aborigenes do Brasil Norte são muito bellicosos, mas quanto a resistencia, constanca e fidelidade, ficam muito atras dos Europeus, como soldados.

As suas concepções religiosas formam um mixto de idolatria, supersticoes e daquelle que os missionarios Catholiceos conseguiram lhes inculcar. Encontram-se Indianos, mesmo, que conhecem os artigos da fé e o padrenosso, posto que apenas na versão de sua lingua. O numero total de homens, residentes na região colonial, é avaliado em 1.932; destes cerca de 1.000 são aptos para a guerra. Os restantes não têm os requisitos ne-

cessarios para lutarem ou precisam ficar de guarda ás suas aldeias" (657).

O empenho de João Mauricio de approximar-se dos Indios e tratá-los como amigos dos hollandezes mereceu do Conselho dos XIX a mais plena approvação. Quando em 1641 chegou a Amsterdão a comunicação de que na Nova Hollanda haviam sido vendidos como escravos filhos de uma tribo hostil, foi imediatamente expedido para o Recife um ukase em que se declarava que o Governo fazia saber a todos que semelhante procedimento contrariava os desejos da Companhia, e causaria de certo grande irritação entre os Pelle-Vermelha. E o Indio era o protegido da W. I. C., devendo portanto viver em paz na sua aldeia, e receber todo auxílio, iuclusiva assistencia medica e tratamento hospitalar. (658).

Tratava-se, entre as vendas condenadas pelo Directorio, de Indios que eram capturados no Rio Grande e Ceará por tribus Tapuyas suas inimigas, e como escravos offerecidos aos Hollandezes por preços insignificantes. Os chefes dos destacamentos militares estacionados no Norte tinham satisfeito o preço pedido, segundo o declararam officialmente, no proposito de pouparem aos infelizes um crudelissimo destino. Se lhes concedessem a liberdade e os deixassem tomar o rumo de casa, os Tapuyas de certo cahiriam de novo sobre os Pelle Vermelha libertados, arrastal-os iam ao matadouro e, muito a seu gosto, os devorariam. João Mauricio assegurou à Direcção da Companhia, que os seus officines só ocasionalmente haviam comprado prisioneiros aos Tapuyas, exportando-os em seguida aos plantadores do Maranhão. Por melhores que fossem os seus desejos, não podia o

(657) Relato do Dassen, 4 Abril 1640.

(658) O Cons. dos XIX a João Maur. e Alt. Cons., 10 Julho 1641 W. I. C. Nr. 8.

Governo retomar dos proprietários agrícolas os Índios escravizados. Isto, em vista da grande escassez de negros naquela Capitania do Norte seria para ellos um terrível golpe, pois viria impossibilitar o proseguimento da cultura dos campos.

Na mesma peça queixavam-se o Statthalter e o Conselho da dificuldade de manter em submissão a "nação selvagem e vingativa" dos Tapuyas. "Por essa desenfreada comunidade", opinavam elles, "uma escravidão branda e legalmente regulada não seria melhor do que a liberdade illimitada para a qual não estão ainda preparados? Os Tapuyas devem estar sujeitos a uma nação civilizada, por quanto doutro modo só males poderão causar. Satisfazendo o desejo da W. I. C., havemos enviado missionários aos selvieolas. Mas onde estão os fructos de suas penas e trabalho? Agora como d'antes, entregam-se os Pelle-Vermelha aos abomináveis gravames da prostituição e da embriaguez, sem pensarem absolutamente em refrear as suas paixões. Só ha um meio de chamal-os gradualmente ao bom caminho, que é tirar-lhes os filhos, e mandar á custa da Companhia educar os meninos e as meninas como Christãos. (659). Quanto ao modo pratico de levar a effeito esta idéa nada disseram prudentemente Governador e Conselho.

Acabamos de ver como o Conselho dos XIX se interessava pela sorte dos Índios. Teria el'e procedido da mesma maneira em relação aos negros escravos? Ordenou, porventura, a todos os donos de escravos na Nova Hollanda que tratassem aos negros como "creaturas humanas e castigou as transgressões, sem indulgência? Não: o negro não foi objecto de tão benevolas attenções. "Elle era propriedade do seu senhor", diz Moritz Schanz,

(659) João Maur. e Alt. Cons. ao Cons. dos XIX e Cm. (a Zel., 50 Abri 1642 W. I. C. O. C. N. 51.

"objecto de direito, não sujeito de direito. Podia ser vendido, como o gado, trocado, alugado e empenhado; não podia pleitear em juizo, nem adquirir bens, nem contrahir legítimas nupcias; não possuía família reconhecida perante a lei, nem mesmo tinha o governo de seus próprios filhos. A formação de sua vida de família dependia exclusivamente do capricho do seu senhor, sem cujo consentimento não lhe era permitido alforriar-se" (660).

Eis a condição do escravo também no Brasil, pelo meiado do século 17. Infelizmente não se pode verificar das "Actas" se os Hollandezes de facto foram patrões desalmados como os que posteriormente tão difamados vamos encontrar na Guyana (661).

Como cada propriedade agrícola, juntamente com tudo quanto nella era construído, "formava por si um pequeno reino iudependente", o carácter e temperamento do seu dono naturalmente desempenhavam o papel decisivo no tratamento do negro. (662). Seguramente, na Nova Hollandia ocorreram excessos de senhores caprichosos e rudes, — tendo mesmo alguns proprietários se deixado arrastar á prática de tormentos brutais. Com tudo isso, — prevaleceram-nos aqui de deduções já anteriormente expostas, — não podemos apresentar a vida dos negros no Brasil Hollandez como uma cadeia ininterrupta de sofrimentos e torturas, nem imaginar que o tratamento humano fosse uma exceção á regra. Para isso, o preço dos negros era demasiado elevado; para isso, eram os escravos trabalhadores por demais uteis e indispensáveis. Os plantadores de menos recursos, — e não constituiam elles na America tropical o maior numero? — eram mesmo por interesse próprio obrigados

(660) M. Schenz, O Negro nos Estados Unidos, p. 24 (Eisen 1911).

(661) Mais desenvolvidamente em Wätjen, Trafico dos Negros, p. 432 e seg.

(662) Schenz, p. 25.

a poupar tão custoso material. (663). A aquisição de novos negros, a credito, importaria um pesado onus a mais na conta do seu debito para com a Sociedade de Commercio das Indias Occidentaes.

Quando nos papeis do Brasil deparamos alguma vez a consiguação da fuga de escravos que se iam juntar aos negros que viviam como selvagens nas mattas (quiloimbolas), não devemos attribuir a causa à miseria de vida dos escravos na Nova Hollandia. As mais das vezes essas evasões eram o resultado das inopinadas ineursões dos Portuguezes ou dos bandoes de bandoleiros as quaes determinavam a fuga tanto dos plantadores como dos escravos, — e afiravam a estes, agora sem senhor, nos braços dos seus companheiros negros das mattas.

Como ficou dito as "Actas" silenciam sobre a atti-tude dos Hollandezes para com os Africanos que trabalhavam em suas casas e plantações. Em compensação, quando se trata da importaneia para a Companhia, do trafico dos negros, são elles muito loquazes. Esse era um assumpto sobre o qual os Directores e Accionistas queriam tudo saber de seus representantes em Recife, Elmina e S. Paulo de Loanda e nuncia se davam por satisfeitos, — um thema que os interessava de modo muito diverso do cuidar do bem-estar dos negros no Brasil. E isso é facil de comprehendér, porquanto o com-merceio de escravos, — como vae ser claramente exposto no livro seguinte, — era na realidade a mina de ouro em vão procurada pela W. I. C. nos terrenos do Brasil.

LIVRO TERCEIRO

A vida econômica
da Nova Hollanda

CAPITULO PRIMEIRO

OS PRODUCTOS DA TERRA, SUA OBTENÇÃO E PREPARO.

O assucar e as madeiras de tinturaria já no fim do séc^{lo} 16 constituiam os principaes artigos de exportação do Norte do Brasil. Ao lado destes, couros e, em escala muito modesta, fumo eram tambem exportados. A extensão desse commerce no periodo pre-hollandez ainda não ponde ser determinada por falta de dados authenticos. Nos escriptos portuguezes mais antigos encontram-se apenas estimativas globaes e ainda assim muito divergentes umas das outras. A noticia tomada por Handelman a um de seus predecessores, em virtude da qual o Brasil naquelle tempo forneceria annualmente à Metropole 60.000 caixas de assucar, de 10 quintaes cada uma, tem passado de livro em livro, sem que a sua fidedignidade tenha sido alguma vez provada (664). Parece-me em extremo duvidoso que se possa fixar com razoavel seguranga o volume da exportação brasileira, ao volver do séc^{lo} 17, — ante a falta do respectivo material no archivio da Torre do Tombo em Lisbôa (665).

(664) Handelman, p. 131.

(665) Cf. sobre o Arquivo Real portuguêz a interessante descrição de T. J. Unzenmaker, "Verdel van den Orderzaek naer Archiven te Lissabon, Sevilla, Madrid, Escorial, Simancas en Brussel ("s Gravenhage 1905), (Relação de uma visita aos Archivos de Lisbôa, Sevilla, Madrid, Escorial, Salamanca e Bruxelas (Haia 1905), p. 1 e segs.

Num ponto, todavia, estão de unanime acordo todas as notícias, a saber: que a cultura da canna de assucar em Pernambuco, capitania mais importante e rica do Brasil, nos séculos 16 e 17, estava em pleno florescimento, quando os Hollandezes lançaram ferro diante de Olinda, em 1630. E foi justamente por esta razão, — como já deixamos dito na primeira parte desta obra, — que os Senhores da Companhia volveram as suas visitas cobiçosas para esse fructuoso trâcto de terra na costa oriental da Ameriga do Sul. E' verdade que nunca passara pela mente dos Directores e Accionistas que a conquista dessa terra assueareira havia de ser tão penosa, tão custosa, e causadora de tanta perda de homens e material. Quem poderia imaginar na Holanda que o inimigo, ao retirar-se, destruisse até onde lhe fosse possível as próprias fazendas, cannavaes e lavouras, obrigando o vencedor em muitas partes do território ganho a, por assim dizer, começar tudo de novo outra vez?

Em outra connexão, já fizemos ver como foi dado ao talento de organização e extraordinario espirito de iniciativa do Conde de Nassau, estabelecer gradualmente, por meios de victorias sobre os Portuguezes, os contornos da região colonial, levantar a Nova Hollanda do abatimento a que chegara, e dentro de pouco tempo reconduzir a sua vida económica ao nível antigo. Constituiu a base da restauração económica, a cultura da canna de assucar, com intelligencia e amôr fomentada pelo Príncipe. A ella cabe portanto a primazia nos seguintes considerações sobre a situação económica do Norte do Brasil, sob o regime hollandez.

Dois circunstâncias nos facilitam a descrição da lavoura e fabricação do assucar no Brasil, no meiado do século 17. D'uma parte as "Actas" da Companhia, bem como as obras de Piso e de Barlaeus encerram extensa

copia de notieias authenticas e algarismos a respeito deste producto, — que na realidade focalizava então o interesse maximo de todos quantos exercitavam o commercio na costa oriental da America do Sul. D'outra, possuimos na "Geschichte des Zuckers" (Historia do Assucar), de E. O. von Lippmann, um trabalho preparatorio, como não podíamos desejar melhor para o nosso fim. Esta monographia, excellente, solida e attestadora de estupendo conhecimento do assumpto pode ser, sem hesitação, considerada como o melhor tratado até hoje composto sobre a historia de um artigo de commercio colonial.

Segundo as affirmações de Handelmann, — nellas se funda tambem Lippmann — os Portuguezes, trez dezenas de annos após a descoberta do Brasil, para ahi transplantaram da Madeira, a canua de assuecar, sendo que primeiramente para o Sul do paiz (666). Por volta de 1550 tornou-se comum tambem na Capitania da Bahia a lavoura de assucar, em resultado ao successo alcançado em Pernambuco no plantio da canna a começar de 1538. Aqui foi o Donatario Duarte Coelho d'Albuquerque que, na clara intuição de que essa cultura poderia vir a ser de maxima importancia para a sua Capitania, conseguiu dar inicio ao estabelecimento de plantações e á construcção de engenhos de assucar, com o apoio financeiro que o licitor dos comerciantes de Lisbôa. Muito rapidamente tornou-se Pernambuco a Capitania propriamente assueareira do Brasil, e enquanto, pelo anno de 1590, 36 engenhos fabriecavam assucar na Bahia, em Pernambuco o numero dos "Engenhos" em actividade já attingia a 66. (667)

Dez annos, apôs, o numero total dos engenhos de assucar do Brasil era estimado em 120. Quando

(666) Handelmann, p. 53; Lippmann, p. 260.

(667) Handelmann, p. 123; Lippmann, p. 251.

a esquadra de Loucq appareceu diante dos Arrecifes, contavam-se só nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande 166 "engeuhos" em plena actividade, os quacs, entretanto, como justamente observa Lippmann, "differiam na producção do assucar de acordo com o solo e o clima" (668). Barlaeus calcula a colheita annual destas quatro Capitanias no numero redondo de um milhão de arrobas de assucar (669), ao que se deve ainda juntar 300.000 arrobas do inferior e livre de taxas "Painelzuek" (assucar de retame) (670).

Em 1630 desabou a guerra com todos os seus horrores sobre a cultura do assucar. Eugenhos, destillarias e campos cobertos de densos canaviaes foram entregues ás chamas, e o que o Portuguez, em retirada, deixava de pé, o soldado hollandez annihi-lava. Aquillo que com paciencia e labôr havia sido organizado no correr de dezenas de annos era agora posto rente com o chão. E' certo que o Conselho Político procurou pôr côbro á furia devastadora da soldadesca. Mas, porque a sua autoridade era extremamente insuficiente, e os militares deliberadamente ignoravam as ordens naquelle intuito expedidas, a obra da destruição proseguiu irrefreiada. O corpo do Conselho dirigiu-se então á Direcção da Companhia, fez-lhe vér que o perecimento da industria do assucar acarretaria a ruina completa do paiz, e pediu-lhe que adoptasse as medidas mais rápidas para conjurar o mal iminente. Officiaes perspicazes e Hollandezes considerados propuzeram em 1635 que a Companhia assumisse o monopólio adminis-

(668) Lippmann, p. 297.

(669) 1 arroba = 28 libras.

(670) Barlaeus, p. 134.

(671) Schkopp, Archiv für Cane, dos XIX, della 1635 W. S. C. O. C. Nr. 50.

trativo do plantio da canna ou auxiliasse aos plantadores com grandes emprestimos (671).

Bem triste era o aspecto das coisas em Pernambuco. Para onde quer que se volvesse o olhar, só se viam engenhos incendiados, e vastos canaviaes cobertos de cinza, dos quais emergiam negros restolhos. Os bois necessarios ao funcionamento das moendas eram levados ou mortos pelo foguez inimigo. Muitas das caldeiras e utensilios que serviam para a fabricação do assucar, achavam-se espalhados pelos mattos, — e os pretos escravos haviam fugido em todas as direcções.

Melhores eram as condições da Parahyba, disputada com menos ardor e donde o Agente commercial Jongeueel comunicou ao Conselho dos XIX, em 1635, que se esperava uma boa safra, pois as canunas apresentavam magnifico desenvolvimento nos campos illesos. Dobrado, certamente, seria o resultado da produçao do assucar, se para o seu preparo houvesse, á disposição, negros em numero sufficiente. Cerea de 130 Caixas, já elle havia remettido para o Recife, com destino á exportação (672).

Em consequencia dos sucessos das armas hollandezas, a região assucareira principal, a muito falada "Varzea", não tardou a ficar fora da zona perigosa. Vagarosamente, foi de novo comprehendido o arroteamento de seus campos. Mas os "Engenhos" situados mais longe no Interior, e em especial os da parte meridional da Capitania tiveram que soffrer terrivelmente das repetidas invasões dos bandos predátórios portuguezes, até a chegada do Príncipe. Quando, então, uma tropa de bandoleiros atacava uma fazenda, que com toda a sua casaria, as mais vezes constituia por si só uma pequena aldeia, e os moradores não haviam sido avisados a tempo, — os invasores faziam imediatamente prisioneiros o dono da propriedade, a sua familia, os

(672) Jan Cornelius, Jongeueel à Cm., Ja Zel., 29 Junho 1635.

empregados brancos e os negros escravos, e os arrastavam para as matas. Destes ultimos, na verdade, uma parte conseguia sempre escapar-se. Durante ou logo após o aprisionamento começava o saque e destruição systematica dos edificios e annexos. Casa de vivenda, engenho, casa de caldeiras e cabanas dos negros (senzala) eram entregues á voragem das chamas, depois do que lançavam tambem fogo aos canaviaes maduros. Onde as plantações estavam ainda verdes e portanto não podiam ser destruidas pelo fogo, tratavam de utililizá-las decepando a facão as touceiras de canas, calcando-as aos pés, e ás vezes arrancando-as mesmo da terra, com as raízes. E assim, dentro de breve tempo, uma propriedade em pleno florescimento, transformava-se num sítio de ruínas emigrecidas pelo fumo e estereis campinas desoladas. Quando mesmo a canna incendiada rebentasse de novo, ou alguns partidos não fossem danificados, — já porque isso daria muito trabalho ao inimigo, já porque este no ultimo momento fosse perturbado por patrulhas de batedores, — o plantador só via diante de si o tumulo de suas esperanças. As perdas sofridos já eram tantas, que sem "Auxilio do Estado", que no caso correspondia a uma forte contribuição financeira da W. I. C., — não podia elle absolutamente pensar em sua restauração agricola. Para isso seria iraprecedivel erigir novas casas de moradia e todos os estabeleecimentos necessarios á fabricação do assucar, — plantar de novo consideraveis extensões de terra e effectivar a substituição dos escravos fugidos ou roubados. E seria de bom conselho, em tais tempos levar a effeito uma nova plantação? Enquanto as hordas de um Henrique Dias ou um Philippe Camarão estivessem a perturbar o paiz, todos estariam sujeitos, a cada momento, a desagradáveis surpresas.

Não é de admirar que depois de abalos desta natureza a industria assueareira no Brasil Norte jázesse por terra, de azas quebradas. Disso cabe também grande culpa ao procedimento do plantador português. Logo após a queda de Oínda, os proprietários de grandes plantações, com medo dos herejes hollandezes, de cuja barbaridade corriam na Capitania historias de arrepiaçar os cabellos, haviam abandonado precipitadamente os seus "engenhos" e procurado refúgio na Bahia. Como também os administradores e feitores de escravos tomados de pânico o mesmo fizessem, e os negros agora sem senhor se desbandassem para todos os lados, o malto tomou conta inteiramente das plautações. A canua não cortada a tempo apodrecia nos campos, as casas apresentavam todos os signaes de deterioramento e pareciam só se prestar a um fim, a saber, servirem de valhão e couto aos incendiários de Bagnuolo.

De indicações contidas nos papéis brasileiros se infere que já em 1636 Conselheiros hollandezes, funcionários e officiaes se achavam de posse de grande numero de propriedades agrícolas, tanto na região fluvial do Capibaribe, como no sul da Colonia, em Alagôas. Como se operava a aquisição e sob que condições a W. I. C. traspassava aos compradores esses bens de raiz, não nos é comunicado infelizmente. Colhemos somente entre outras coisas, que os "engenhos" do Coronel Schikopp e do Conselheiro Willem Schotte no citado anno foram totalmente arrazados pelos bandoleiros portuguezes (673). Junte-se a isso que os bandos depreciadores sabiam perfeitamente a quem deviam infligir danos e a quem não. Assim se explica o facto de, em todas as suas incursões, pouparem sempre as plantações do Capitão de Cavallaria *van der Ley*, que encontravam no caminho. E por que razão? Porque este official

(67) (673) Achthuys ao Cons. dos XIX, 13 Junho 1636 W. I. C. O. C. Nr. 51.

havia se casado com uma Portugueza de nobre estirpe, a qual conseguiu, mais tarde, desse homem de carácter fraco, fazê-lo trahidor á causa da Nova Hollanda, a exemplo de Hoogstraten (674).

As duras experiencias do anno 1636 tiveram como consequencia o rapido deerescimento da vontade de comprar propriedades agricolas, parecendo que a politica de fundação colonial do Governo Recifense estava condenada a completo desastre. Não tardou muito que mesmo os mais attrahentes offerecimentos e promessas de auxilio pecuniario e suprimentos de escravos e implementos agricolas deixassem de produzir a minima impressão sobre os poucos adquirentes que ainda restavam (675). Tudo mudou quando João Mauricio tomou em suas fortes mãos o leme da governança; quando depois de baldados esforços no sentido de induzir os proprietarios agricolas, em fuga, a regressarem, a W. I. C. confiscau todos os "engenhos" das Capitanias conquistadas e pôz á disposição dos que nelles se estabelecessem dinheiro negros, bois de correia e os indispensaveis apetrechos. Por outro lado, comerciantes christãos e judeus emprestaram a muitos plantadores capital para o primeiro estabelecimento a juros modicos, de modo que elles pudessem pagar em assuar no correr de alguns annos. A 1 de Junho de 1637, Gijsselingh, cheio de júbilo, annunciava aos Directores de Middelburg, que a venda em hasta publica das propriedades confiscadas se tornara sobremaneira animada, e que a boa situação da canva de assuar, augmentava diariamente a procura das propriedades.

(674) Van der Ley e seus dependentes se tornaram Pernambucanos. Até hoje a família ocupa posição eminente no Estado de Pernambuco. Cf. a este respeito a Rev. do Instituto Lecumberri, vol. LXVI, p. 148 e segs. "Nobilarchia Pernambucana".

(675) O Cons. Pol. no Cons. dos XIX. 25 Julho 1636, Ceulen e Van d. Dussen ao mesmo, 20 Março 1637 W. I. C. O. C. Nr. 52.

Nas notulas de 1637-1638, os nomes dos compradores e, igualmente, as importaneias das compras estão cuidadosamente registados (676). Os assentamentos mostram, — neste ponto me devo repetir, — que os Judeus arrematavam cerca de 2/3 dos objectos expostos ao leilão, mas que tambem officines hollandezes que haviam completado o tempo de servigo, conselheiros, funcionarios, comerciantes, agentes especuladores, e aventureiros, apoderados todos da febre geral do assucar, procuravam adquirir propriedades agricolas. Seria ir muito longe, reproduzir aqui uma estatistica completa dos eugenhos registados como vendidos. O seu preço variava de 10.000 a 77.500 florins (667). A maior parte, contudo, dessas propriedades, era entregue aos heritantes ao lanço de 30 a 40 mil florins. Naturalmente, as terras de plantação situadas no valle do Capibaribe, mais perto do Recife, tinham mais forte poder de atração sobre a massa de compradores capazes.

Um exemplo mostrará como se effectuava o pagamento da importancia da compra. O Conselheiro Willem Schotte, já tantas vezes citado, vendeu em hasta publica a 6 de Junho de 1637 uma plantação de extensão mediana, na Varzea, com todas as suas terras, matas, negros, bois de correia e utensilios pelo preço de 20.000 florins. A primeira prestação (5.000 florins) dessa quantia devia ser paga em assucar em 1 de Janeiro de 1639, a segunda em 1 de Janeiro de 1640 e assim por diante de anno em anno até o saldo completo da dívida. Attendendo ás afflictivas condições financeiras em que se achavam os plantadores, o Governador e o Conselho sempre lhes concediam

(676) No n.º 91, C. O. C., Nr. 63. Una lista correspondente ao anno 1631, não completa e com erros de impressão, vem na Revista do Inst. Pernambucano, vol. XXXIV (Suplemento).

(677) Vid. também a missiva do Governador a Cons. do Cons. dos XIX, 1 Junho 1637.

seis meses de prorrogação de prazo, para satisfazerem os seus pagamentos. A direcção da Companhia, porém, não quiz saber disso e exigiu do Stattbalter uma explcação por que razão o Governo tinha dilatado os prazos por tanto tempo. João Mauricio e os seus colaboradores advertiram os directores da conveniencia de ser revogada semelhante determinação. Era mistér nō esquecer, na Hollanda, o profundo golpe que a guerra havia desferido sobre a terra e a cultura do assuear. Na maior parte das propriedades agricolas tudo tinha de ser começado de novo. Para isso os agricultores haviam tonado sobre os homens fardos que se tornariam simplesmente esmagadores, se a W. I. C. e os comerciantes livres não lhes concedesseem credito. Só o provimento de negros para a fundação de uma safra, de novo e augmentada, consumiria a somma de 20 a 40 mil florins. Junte-se a essa, ainda, a de 60 a 80 mil florins para bois de trabalho, assentamento, moendas e casa de purgar, e, finalmente, para a limpa dos caminhos, que, em muitas partes, semelhavam impenetraveis mattagaeis. O Directorio devia se lembrar, também, que muitos campos depois de restaurados precisavam ainda de tres annos para a primeira colheita regular. Era justo, pois, testemunhar todo o respeito pela coragem dos plantadores, admirar-lhes a energia, e, somente por este motivo, proeurar agradal-os de todo modo (678).

Como resultado total produziram os leilões de propriedades agricolas, de 1637 e 1638 a magnifica somma de 2.007.027 florins (679). Uma parte das fabrieas já depois de poneos mezes se achava em condições de funcionar, e diversos proprietarios, de espirito comercial mais pratico, adoptaram o alvitre de revender

(678) Governador e Cons. à Dir. da Comp. e Com. Zel, 19 Maço 1638, W. I. C. O. C. Nr. 53.

(679) Segundo a lista publicada na Revista apenas 1.663 527:15 1/2 fls.

(680) O Ali. Cons. à Com. de Zel, 23 Maio 1638.

os seus "engenhos", agora novamente moentes, por elevado preço (680). Segundo o relatorio de van der Dussen — uma das fontes mais valiosas para a historia economica da Nova Hollanda — os 166 engenhos de assucar da Colonia achavam-se assim distribuidos pelas capitais:

Em Pernambuco existiam 121	
" Itamaracá "	23
" Parahyba "	20
" Rio Grande "	2

Deles, no anno 1640 moiam 120. Os outros 46 ou se achavam de tal modo arruinados, que não mais eram tratados como objectos de commercio, ou ainda não estavam em condições de funcionar. Comtudo, van der Dussen julgou poder essegurar ao Conselho dos XIX que a maioria dos engenhos ainda inactivos, poderia, com o correr do tempo, retoimar o seu funcionamento (681).

Os Hollandezes e os Portuguezes empregavam no Brasil duas especies de engenhos de assucar, nomeadamente engenhos d'agua e engenhos de animaes. Nos primeiros, trazia-se em longos canaes (levadas) o elemento motor para uma roda-d'agua provida de outra roda denteadas de transmissão que accionava tres outras engrenadas entre si, as quaes por sua vez faziam girar os tambores que exprimiam as cannas. Nos segundos, este trabalho era executado por seis ou oito animaes possantes, "mais vagarosamente, na verdade, porém mais cabalmente e melhor", segundo a opinião de Piso (682). Engenhos accionados por moinhos de

(681) Um registo organizado pelo Governo em 1610 assinala apenas 150 engenhos, dos quais 85 funcionavam: "Somvalle discursa over den Siet vande vier Capitan's". 14 Jan., 1638, Trad. port. na Revista do Inst. Petropolitano, XXXIV, p. 172 e segs.

(682) Piso, Tract. p. 63; Lippmann, n. 291, também obs. p. 297. Descrição completa dos engenhos de sacar na America Central e do Sul, em Leibniz, p. 63 e segs., 116 e segs.

vento, de que fala Labat em seu livro sobre o assucar, e por elle vistos, ainda que raros, nas Indias Ocidentaes, não existiam na Nova Hollanda (683). Occupava geralmente o centro das terrras de plantação o Engenho, com a sua casa de purgar (684) e casa de caldeira em que se viam, de ordinario, 4 a 6 tachas de cobre grandes e 3 a 4 pequenas e os necessarios peirecbos para a fabricação do assucar, como colherões de baldear, espumadeiras, cuias, timas de decoada, etc. Em torno delle erguam-se as vivendas do Senhor de Engenho, dos empregados e trabalhadores, servindo-lhes de moldura em vasto arco os campos de plantação. Compunha-se, na generalidade, de 120 a 150 pessoas, brancas e de côr, a população dos "engenhos" maiores. Barlaeus diz que os Portuguezes deram ás Fabricas de Assucar o nome de "Iugenia", porque esses estabeleci-mentos, com a sua engrenagem, davam testemunho do "Ingenium" do seu inventor, constituindo ineontestavelmente uma das melhores invenções do passado (685). Para o estabelecimento de suas plantações, o portuguez havia escolhido de preferencia, os valles dos rios, situados entre montes de altura mediana, onde a canna crescia magnificamente. Não era raro que os caunavines se estendessem até o cimo desses montes. Dava-se mesmo caso, que, em algumas zonas de terra, a plantação prosperava melhor ali do que, em baixo, no arduo solo do valle (686).

E' de lamentar, ao considerar o excellente capítulo "A fabricação do assucar na America nos séculos 17 e 18", na obra de Lippmann que o seu auetor não tivesse

(683) Labat, p. 64.

(684) A expressão "catinha de purgar" ocorre frequentemente nas "Actas" hollandesas.

(685) Barlaeus, p. 31 e seg. Vide também Lippmann, p. 296.

(686) Relato de Servatius Coquenot de 14 de Junho de 1636.

tido conhecimento da melhor descrição da cultura do assucar no Brasil, na época hollandeza. Refiro-me à descrição, da lavra do Conselheiro A. van der Dussen, incorporada ao seu relatório de 1640 (687). Nella assenta principalmente a seguinte exposição.

Os Senhores de Engenho da Nôva Hollanda costumavam distribuir os serviços de campo entre os seus "lavradores". Estes, recrutados entre os pequenos colonos pertencentes às mais diferentes nações europeias, Hollandezes, Ingleses, Escoceses, Irlandeses, Allemães, mas em sua maioria Portuguezes (688), — muitos vencidos da vida julgavam-se felizes de poderem assim ganhar o pão quotidiano, — tinham de cuidar do plantio e tratamento da canna, sendo a cada um delles marcado um determinado numero de secções chamadas "partidos". No seu sítio, o "lavrador" plantava a canna com os escravos que o Senhor do Engenho lhe dava, e no tempo da colheita entregava-a para ser moída. As quantidades de canna que os lavradores tinham de fornecer eram, de acordo com o uso portuguez, computadas por "tarefas" (689). Na expressão "tarefa" compreendia-se o quanto de canna de assucar que o Engenho podia moer dentro do espaço de 24 horas. "Una tarefa", diz Piso, no seu incomparável latim, "est spatiū terrae, cuius quadra viginti circiter est passuum et tot cannas proferi, quot per diem Naturalem moli possunt" (690). Trabalhando dia e noite (691) um engenho

(687) Barlaeus reproduz apenas uma parte do relatório, em tradução latina. O capítulo referente à produção e fabricação do assucar foi por elle omitido.

(688) "Lavradores" significa em portuguez: camponeses, cultivador do campo, agricultor, rendeiro, trabalhador do campo e aldeão. Barlaeus, p. 111 traduz a palavra pelo termo "agricola".

(689) Portuguez: trabalho de um dia, ou trabalho que deve ser executado dentro de um prazo determinado.

(690) Lib. Tract., n. 635 a seg.

(691) No tempo da safrá os engenhos trabalhavam dia e noite,

de animaes podia moer de 25 a 35 carros de canna; um d'agua, de 40 a 50. Expresso com mais precisão: um engenho de animaes, trabalhando 24 horas, extrahia das cannas 30 arrobas de assucar (840 libras); um d'agua no mesmo tempo de 40 a 70 (de 1120 a 1960 libras). Para um "partido" de producção de 40 "tarefas", o "lavrador" necessitava pelo menos de 20 escravos, com a competente ferragem para o mancio das terras, de 4 a 8 carros e alguns bois, para conduzir ao Engenho a canna cortada e despida de folhagem. Do rendimento bruto de cada "partido", 3/5 ordinariamente pertenciam ao Senhor do Engenho, e 2/5 ao "lavrador". Em outras propriedades era usual pertencerem douis terços da producção total ao dono do engenho e o terço restante aos lavradores. Havia tambem colonos, porém, que conjuntamente com o trabalho que eram obrigados a prestar aos proprietarios, cultivavam por conta propria pequenos pedaços de terras que lhes eram por estes cedidos, com a permissão de moer as cannas ali plantadas onde lhes approuvesse; essa producção elles a vendiam, o mais das vezes, aos comerciantes livres do Recife, ou de Fredericia. Abstração feita dos negros, todas as despesas com os "partidos" naturalmente corriam por conta dos "lavradores". Differente como eram as condições dos colonos nas diversas propriedades agrícolas, considerável era, por toda parte, a sua participação no resultado da plantação. Desta forma, o Senhor do latifundio mantinha cohesos preciosos elementos de trabalho, fazendo os seus "lavradores" brancos (692), já por interesse proprio, quanto podiam por conservar em boas condições os campos de plantação, e aumentar a capacidade productora dos "partidos".

(692) Na maior parte dos engenhos contavam-se 5, 6, 8-10 lavradores brancos. Cifra mais alta não me foi dado verificar.

Inteiramente concordes são as descripções de van der Dussen, Piso e Barlaeus, da fabricação do assucar. Na tradução alemã, de 1659, da obra de Barlaeus, "Rerum Gestarum Historia" se lê: "quanto ao que diz respeito ao assucar no Brasil", diremos que a canna de assucar não cresce tanto como, por exemplo, uma arvore, mas, sim, como qualquer outra canna ou canhigo entre nós: somente, a brasileira tem uma haste de cera de 7 a 8 pés de altura, uma boa pollegada de grossura, é de substancia espumosa e muito rica de sacco, internamente cheia de uma polpa doce e branca, — tendo as folhas 2 varas de comprimento, — a inflorescencia cabellos alongados; — sua raiz é doce e não muito leniosa; produz gomos diversos que depois se desenvolvem em novas cannas. Dita canna quer um terreno humido, ar quente, e por vezes tambem uma arugem ou ventinho morno.

"Este assucar serve para regalo, para alimento e para remedio: para regalo, sob a forma de doces, no fim das refeições; para alimento, quando delle se utiliza o eosinheiro na eosinha, e de remedio, quando empregado na botica. Como, porém, o assucar devia ser fabriado e preparado, é causa de que os antigos não tinham absolutamente conhecimento. Ora, é assim que se faz: a canna é tirada da terra, e despida das folhas adherentes, aqui e alli, aos seus lados. É cortada em pedaços de cerea de um palmo, dos quaes se exprime o caldo num moenda. Esta moenda compõe-se de dous rolos cylindricos, um sobreposto ao outro, movidos constantemente pelo engenho e com tal força que, se por acaso, um escravo, nella traballhando, por desculpo se deixa apanhar num dedo apenas, que seja, logo é puxado com todo o corpo e completamente esmagado. Da moenda corre o caldo para uma taxa, onde depois de misturado com um pouco d'agua, é durante algumas horas servido, até que levante escuma e deixe evaporar

a humidade aquosa. Depois é derramado em vasos da barro, pontados em cima e largos em baixo, e ahi endurece como um sal (693). O fundo ponteagudo da fôrma é conservado tapado por alguns dias, até que o mel se ache bem escorrido e se tenha solidificado. E' então testapado para que a parte grossa e lamaçenta ahi acumulada côrra e o assucar fique limpo. Em continuaçâo, a face larga da base da fôrma é besuntada de barro argiloso, — o que se repete muitas vezes, — porquanto se pretende que esse barro tanto mais tira, assim, a impureza do assucar e o alveja. E' esta a primeira operação por que passa o assucar. Para que, porém, seja levado á devida e conveniente pureza é submettido ainda a mais trabalhos, fervura e cozimento. Faz-se num lixivia de cal viva: esta é, com clara de ôvo, despejada sobre o assucar, posto a ferver, e mexido sem cessar, até attingir o ápice da ebullição, quando então se lhe tira completamente a espuma de borra que possa ainda conter. No caso de querer transbordar, joga-se dentro manteiga, com o que logo baixa. Para que a mencionada lixivia seja mais effcientemente retirada, o assucar depois de fervido da maneira que acabamos de descrever, é condado numa peucira de cabello ou num crivo, e de novo fervido cuidadosamente, até que se julgue a lixivia inteiramente extinta. Depois disso, é elle de novo, como se houvera somente agora nascido, entornado nos vasos de barro, pontados em cima e largos na base, conforme a descripção anterior; a parte larga é untada de argilla um pouco mais pura, muitas vezes renovada ao secar, — retirando-se deste modo, completamente o que o assucar possa ainda conter, porventura, de grosso e glutinoso" (694).

(693) Isto se dava no "Coto de Purgar". Ahi se alinhavam conforme decreto Van der Dussen, sobre taboas, de 10 a 12 fôrmas, de feito contas ou pirâmida. Embaixo de cada fôrma deixava-se um vaso para opearhar o mel. Cf. também Lippmann, p. 297.

(694) Badische, Brasilianische Geschichte, p. 212 e segs. Nota do Trad.: o alternativa da tradução de Moraeus é antiquado.

Depois deste processo, o assucar era levado para a frente da casa de purgar, tirado da forma, e colocado sobre grandes lençóis de linho, para secar ao sol. Separava-se então do assucar branco, — os Hollandezes o designavam em geral pela palavra espanhola "Blanco" (695) — o mel endurecido ainda a elle pegado ou para empregar a feliz expressão de van der Dussen "tirava-se ao pão de assucar a sua máscara castanha". Este assucar escuro, producto de qualidade inferior, era conhecido no comércio pelo nome ainda hoje usual de "Muskovado" (696). Para que o assucar secasse mais depressa, os escravos partiam o pão despejado da forma em pequenos pedaços. Do producto agora pronto recebiam o Senhor do Engenho e os "lavradores", a porção de assucar branco e mascavado que lhes tocava, do mesmo modo que os rendeiros, quando o proprietário, como às vezes acontecia, lhe havia arrendado trechos de suas terras. Do acundicionamento do assucar em caixas enxutas bem como da remessa para o mercado ou porto de embarque, cada um tomava a si o encargo (Senhor de engenho, "lavrador" e rendeiro).

Ao dono do engenho pertencia o mel resultante da purga do assucar. Deste se obtinha um terceiro producto, chamado "Panielzucker" (697) (assucar de retame). Considerado, geralmente, o producto peor, parece, entretanto, ter sido um artigo de comércio de muita saída, em especial quando, moído fino, era exportado para a Holanda. Finalmente, o mel grosso ou bruto servia para a preparação, quando diluído com água, de uma limonada, a "garapa" (698), refrigerante, e muito apreciada por brancos e pretos. O que não se podia

(695) Em português = lençóis.

(696) Lippmann, p. 223.

(697) Nas fontes também "Panneel (panello)". Cf. Reine, p. 190.

(698) Piso, Trat., p. 647; Lippmann, p. 295.

mais aproveitar dos resíduos do assucar, era dado como alimento aos cavalos, ao gado e aos porcos. E como mesmo a casca da canna duas vezes expremita, o "Bagazo", servia de combustível para o aquecimento das caldeiras, pode-se dizer que na realidade nada se perdia da planta, na fabricação do assucar (699).

A manutenção de uma cultura custava, — como de bom grado somos levados a crer por van der Dussen, — sominas elevadas, ao seu dono. Além do engenho de moer, com a sua casa de purgar e casas de moradia, era ele obrigado a ter em serviço uma olaria, a sustentar os seus "lavradores", mestre de assucar, feitor de escravos, seus 40 a 70 negros, pelo menos 30 a 40 bois de trabalho no curral ou no pasto, e 10 a 12 carros no alpendre para o transporte do assucar. A isso acresciam as despesas com o amanho das terras, o tratamento dos pastos, e o corte da lenha; em suínha, com uma multidão de cousas que muito pesavam financeiramente sobre os hombros do plantador.

Com ansiedade eram esperadas em Recife e Fredericin as notícias que chegavam do interior sobre o estado das plantações e as perspectivas da safra. E apenas o Governo e os comerciantes livres podiam formar uma estimativa aproximada da situação, despachavam-se notícias para a Holanda, que ou produziam beneficia influência sobre o mercado patrio do assucar, ou causavam desillusões senão, mesmo profunda depressão, em todos os círculos interessados no comércio brasileiro. "*De rechte maenden dat de suyckeren beginnen uyt te komen*", escreviam Statthalter e Conselho em 1638 ao Directorio Geral, "*sijn van December naorts tot Ju-*

(699) Piso, Tract. p. 616; Lippmann, p. 293.

lius ende Augustus" (700). No periodo de crescimento e maturação da planta, importava sobre tudo que nenhuma secca sobreviesse, que o inverno não fosse demasiado rigoroso, que não houvesse chuvas torrenciais e inundações que cobrissem as raízes e caules das canas, — e, mais ainda, que ratos e bezouros não devastassem os campos. Mesmo no tempo de João Maurício, o Governo, os comerciantes e os agricultores, viviam em constante receio de que o facho incendiário dos bandidos inimigos, de um só golpe, destruísse toda a esperança de uma boa colheita. Muito duramente attingida foi, no anno 1640, a cultura do assucar na Parahyba, Itamaracá, Vaizea e Sul de Pernambuco, quando Luiz Barbalho em sua retirada do Rio Grande traçou através da região hollandeza uma rubra linha de fogo. Esta ocorrência deu motivo a que muitos proprietários agrícolas solicitassem do Governo a remessa de maiores quantidades de armamentos e, especialmente, soldados, para guarda e defesa dos engenhos. Até onde era permitido dispor de mosqueteiros, a protecção militar foi de bom grado concedida aos plantadores, em seu extremo desassossego (701). Em algumas ocasiões pode ella ter sido suficiente para oferecer resistência aos pequenos bandos. Em geral, porém, os guerrilheiros surgiendo inopinadamente dos matos logo sobrepujavam o punhado de soldados e os moradores da fazenda, tanto mais assim porque os ataques ordinariamente se davam durante a noite ou em horas em que o Senhor do Engenho, os "lavradores" e os escravos se achavam no campo, e não tinham mais tempo de buscar as armas, depositadas nas proximidades da fabrica. Contra o des-

(700) Tradução da cit. hollandeza: — "Os meses certos em que o sol nasce comeca a aparecer são de Dezembro em diante, até Julha e Agosto". — Governador o Cons. à Cam. de Zel., 6 Outubro 1638.

(701) Governador o Cons., no Cons. dos XIX, 7 Maio 1640 W. I. C. O. C. Nr. 55.

tacemento de soldados para as plantações ergueu o Conselho dos XIX alto protesto, — allegando que essa imprudente medida acarretava despesas desnecessárias, enfraquecia a guarnição das costas e das fronteiras, além de que solapava a disciplina da soldadesca, que, nas plantações, levavam uma vida de ociosidade. Porque não se vigiava melhor a passagem pelo Rio São Francisco? (702).

Apezar disso, João Mauricio, para tranquilidade dos plautadores, facilitava-lhes pequenas organizações de defesa, pagava na mesma moeda as incursões do inimigo (703), aconselhando, entretanto, os proprietários de engenho a retaliarem as suas grandes plantações, com engenhos ou estradas, de modo que no caso de incêndio não fosse o "partido" inteiro presa das chamas, e se pudesse com mais rapidez apauhar os depredadores. Por este meio foi possível na Varzea, por exemplo, salvar da destruição total campos de cultura incendiados por mulatos e escravos rebeldados. Na verdade, o fogo foi tão depressa dominado, que ainda se pônde morder a maior parte da canna enegrecida pela queima (704). O armistício celebrado em Portugal, em 1641, veiu trazer aos plautadores do Norte do Brasil, tempos mais calmos. Poucos anos depois, porém, a guerra da independência pernambucana veiu de novo desferir tremendo golpe sobre a cultura do assuar, que sob o Governo de João Mauricio havia retomado o seu florescimento.

Em carros de bois, em caixas e, quando os engenhos ficavam longe do Recife e de Fredericiana, — que eram os dois centros de comércio da Colônia, — tari-

(702) O Cons. dos XIX ao Governo de Recife, 4 Maio 1641. W. I. C. O. C. Nr. 8.

(703) Lichtenhain destruiu 28 engenhos na Capitania do Beira, — Gov. e Cons. à Cam. da Zel., 13 Setembro, 1640.

(704) O Governo à Dileção da Companhia, 26 Nov. 1640. 10 Janeiro 1641. W. I. C. O. C. Nr. 56.

bem em barcaças vinha o assucar para a praça, onde era offerecido á venda, pelos productores ou seus representantes, aos compradores da W. I. C. ou aos commerçiantes livres. Como o peso assignalado pelo vendedor nem sempre coincidia com o peso real da caixa, foi ordenado pelo Governo que, em Recife e Fredericia, toda caixa de assuar, branco, maseavado e de retame, fosse repesada na balança official. A obrigatoriedade do uso desta balança veiu dar causa a muitos dissídios, principalmente no tempo chuvoso, porquanto as caixas, nem sempre feitas da melhor madeira e, por vezes mal pregadas, empilhadas na frente do edificio, não raro abriam rachas por onde o assuar absorvia a humidade, — o que fazia desmerecer consideravelmente o seu valor. A consequencia foi que os funcionarios da Companhia e os commerçiantes livres, no periodo das chuvas, não quizeram mais repesar as caixas e as transferiram directamente das barcaças e canôas para os navios destinados á Holanda. Nos manifestos e conhecimentos se exaravam então as declarações dos productores sobre o peso, fossem elas verdadeiras ou falsas (705). Que o rendeiro da balança official protestasse contra esse procedimento arbitrario, mas imposto pelas circumstancias e invocasse o apoio da W. I. C. não se lhe podre levar a mal (706). Para acabar de vez com este ponco edificante dissídio entre elle e os commerçiantes, o Governador e o Conselho propuseram o estabelecimento em Recife de uma segunda balança, provida de "tres grandes conchas". Como de esperar, os pesos, cabos e mais pertences deviam ser fornecidos por uma das Camaras; pedia-se tambem que fossem enviados um mestre balaneciero competente e alguns ajudantes (707).

(705) Cf. a missiva do Statthalter e Cons. à Cam. de Zel. 31 Maio 1641.

(706) Soma se evidencia das relações de impostos (vide nos. 319, a balança era arrendada).

(707) Gouvernador e Cons. ao Cons. dos XIX, 20 Dezembro 1641.

Parce que a W. I. C. satisfez o pedido; mas nada se sabe de mais particular. De uma correspondencia do Conselho dos XIX apenas se conclue que Amsterdão estava tratando do apparelhamento da nova balança (708). O Directorio pedia, ao mesmo tempo, que para o futuro o assucar destinado á Hollanda não fosse mais computado em arrobas, e sim em libras. (709). O Statthalter e os Counselheiros mostraram-se logo dispostos a acquescer, — mas os agricultores mantiveram-se fieis ao peso brasileiro e as coisas continuaram do mesmo modo.

Como Recife e Fredericia eram os mercados dominantes do assucar, e em torno destes gyrvavam quasi todos os negocios, as vacilações do seu preço ahí constituiam o assumpto obrigado das conversações na Capitania. Costumava-se na Colonia calcular o preço do assucar em "Schelliugen" (xelins) hollandezes, valendo um xelin 6 soldos, (Stüber) ou 0,30 do florim. Todas as cotações de preços eram transmittidas ás Camaras da Companhia, sendo de lastimar que dos papeis brasileiros outras cifras não tenhamos podido extrahir além das que se acham reunidas na tabella mais abaixo. A noticia mais remota vem na carta, já anteriormente citada, de Jongeneel, que em 29 de Junho de 1635 ecommunicava, de Fredericia, aos Directores que teria sido possível obter o assucar braneo pelo preço de 16 a 17 xelins a arroba, e o mascavado por 15 a 16. E lamentava que os commerciantes livres tivessem elevado o preço de tal forma que se tinha de pagar agora o assucar braneo no preço de 19 a 20 xelius por arroba.

Durante o governo de João Mauricio foi o seguinte o movimento dos preços em Recife:

(708) O Cons. dos XIX a João Maur. o Ab., Cons., 10 Julho 1641.

(709) Como já mencionado, a arroba brasileira era então equivalente a 28 libras.

PREÇO DO ASSUCAR POR ARROBA, EM XELINS

Annos:	Mezes:	Branco	Muscavado	Retâme
1637	Junho . . .	26	16	—
	Novembro . . .	37	26	—
1638	Janeiro . . .	38/40	25/26	14/15
	Maio. . . .	34/36 (711)	—	—
1639	Janeiro . . .	23	18	—
1640	Novembro (710)	28	18	9/10
1641	Março . . .	22	16	10
	Julho . . .	24	15	—
	Agosto/Setembro	21	14	—
	Outubro. . .	19 1/2	14	—
1642 (712)	Na primavera	28	18	12

Mais dignos de credito, mais imponentes e muito mais completos do que este acervo de cifras, são os numeros existentes nos documentos brasileiros representativos das quantidades de assuear remetidas para a Holanda. Se não apresentamos aqui a estatistica da exportação, reservando-nos para publicá-la somente no capítulo relativo à "Importação e Exportação", fazemo-lo por dous motivos. Primeiro, porque o quadro da exportação brasileira para a Holanda melhor se destaca contemplado ante as listas de todas as mais mercadorias exportadas, em uma grande tabella, como ainda, em segundo lugar, torna-se necessário, para a devida comprehensão dos algarismos, obtermos antes uma visão mais clara das relações existentes entre a W. I. C e os commerciantes livres, e conhecermos a importancia do acordo conumercial de 1638.

(710) Em Frederlein opreas 31 e 32 xelins

(711) Em consequencia das desvações das tropas de Luiz Berthelot o autor entretende: "nao entre de Março a Agosto".

(712) Com as cifras das annas posteriores, não exortas aqui, recomenda-se tanto a cautela, trincheira porque são muito incertas a segundo porque em muitos casos é difícil saber se se trata de aumentações de preços ou de tributos de excesso das comodidades literas.

Ao lado da industria do assucar, exercia-se na Nova Hollanda, tambem, uma animada fabricação de doces. E' de lastimar que as fontes não nos ministrem informações de qualquer especie sobre a sitnação das fabricas desses artigos de confeitoria. Era todo o processo da confecção desde o cozimento até a crystallização do gen-gibre, das laranjas, das cedras, dos melões, das aboboras e das talhadas de ananaz (713), levado a effeito nas fazendas ou essa industria florescia nas cidades? Que as fructos crystallizadas desempenhavam o papel principal neste negocio, e tambem figuravam em mais modesta escala os doces (marmeladas), v. g., de ameixas e do fructo do cajueiro (714), provam-no passagens occasioaes das "Actas". E' provavel que quasi toda essa producção fosse consumida mesmo no paiz. Mas a Nova Hollanda produzia tanto, que, como mostra o registo de exportação, podia tambem enviar algum suprimento para a metropole.

Muito atraz do assucar ficava o fumo. Não interessa entrar em detalhe sobre a historia de sua cultura, pela simples razão de que o tabaco occupou um lugar inteiramente subordinado na vida economica do Brasil Hollandez, e dos papeis brasileiros apenas podemos inferir que essa planta prosperava especialmente em Alagoas e na região do Rio S. Francisco, mas que as suas folhas não podiam concorrer vantajosamente, com as do mesmo produto das Indias Occidentaes. — A pouca importancia do tabaco da Nova Hollanda é indirectamente confirmada pelos relatorios de Carpentier e

(713) Carpentier e Harlcens consideram o ananaz o fructo mais bello e apetitável da Nova Hollande.

(714) "Tambem lá caíto" escreve Harlcens, em sua Hist. Bras. p. 207, "é espécie de pão silvestre, chomada capim; são muito succulentos e não fazem mal"; e são comidas com peixes, como refregerante nos dias calóres". Fazem do suco uma beluda capimosa, de que são muito apreciados os Indianos e os Negros.

van der Dussen, que não falam absolutamente desta cultura. Barlaeus apenas o menciona numa passagem, nenhuma explicação juntando sobre a natureza e cultivo da planta, sobre o preparo e exportação do tabaco de fumar e de mascar. (715).

Mais comunicativos se tornam os nossos aborígenes, quando consultados sobre as madeiras de tinturaria do Brasil. Daquella madeira de Pernambuco que naquelle tempo era forte objecto de commerceio, e considerada uma das mais importantes matérias de tinturaria, assim fala Barlaeus, — aqui novamente citado segundo a tradução alema, —:

"O geralmente chamado pão-brasil cresce a 10 ou 12 milhas do mar, e dahi para o interior, não, como se poderia imaginar, em mattas cerradas, ou em grupo muito unido, mas aqui e alli entre outras arvores, de natureza inteiramente diversa. As arvores de pão-brasil verdadeiro, costumam os trabalhadores, quando a isso estão dispostos e nada têm que fazer no trabalho ordinario do engenho, tirar a casca mais grossa ou cortice, que não é vermelha como o proprio lenho, e sim branca, da espessura de trez dedos, nodosa e grosseira, e não suave ou lisa ao tacto: A arvore é cheia de galhos e ramos, as folhas são pequenas e bastante pontudas, presas a peciolos muito finos, e de cor verde-escura. Diz-se que não produz fructo, nem tem flores, do que é facil inferir que se reproduz pela raiz (716)."

Essa madeira vermelha proveniente da Caesalpinia echinata, de 6 a 7 metros de altura, de que se extraia a substancia colorante "Brasilina", era designada no tempo dos portuguezes como a rainha das madeiras, e

(715) Barlaeus, p. 550. "Ut de Tabaci, alterum, et mercium sillerum calvus nihil dicim". ("Como nada dizer sobre as estimativas da tabaco e outras mercadorias mais insignificantes").

(716) Brasilianische Geschichte, p. 375 e seg.

constituia monopolio da Corôa. Mais tarde receberam no trâfego commercial o nome de madeira de Pernambuco ou Fernambuco, por ser principalmente obtida nessa Capitania, e exportada pelo porto de Recife para a Europa (717). Logo nos primeiros navios que regresavam, os Hollandezes enviaram amostras para Amsterdão e Middleburgh. As remessas a princípio pequenas cresceram depois, em consequência do apreendimento que os corsários hollandezes faziam de grande numero de eargueiros do inimigo, portadores de pão-brasil. Com a continuação, porém, já a pirataria não satisfazia mais ás necessidades do increado patrio. Por isso, o Conselho Político, urgido pela Direcção da Companhia, resolveu arrendar a derruba das arvores tintureiras a pessoas competentes, ás quais foram distribuidas concessões para as mattas de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande. Ineumbia-lhes entregar a madeira em toros de 7 a 9 pés, da grossura minima de um braço. No verão do anno 1635 os Conselheiros Políticos comunicaram aos Directores que já havia nas mattas uma consideravel quantidade de pão-brasil abatido, — mas que, infelizmente, por falta de meios de transporte e trabalhadores negros por enquanto não era possível conduzil-o para o porto (718). Parece, entretanto, que em breve foi achada uma saída, e pouco a pouco os Hollandezes aprenderam a distinguir as diferentes qualidades da madeira de tinturaria do Brasil. Queixas dos tintureiros chamaram a sua atenção para o facto de que as madeiras enviadas do Rio Grande não podiam se comparar com as da Capitania de Per-

(717) *Ludwig Neidhardt, Kulturgeschichte der Niederländer*, (Historia cultural das plantas economicas), II, p. 127; *Eugen Lutz, Nutzholz- und Färberholzarten* (Especies vegetais que dão madeiras de uso pratico). (Chemische + technische Bibliothek II 329), p. 188.

(718) O Cons. Vol. an História e Com. Zel. 15 Junho 1635 W. I. C. O. C. Nr. 50.

numboco, em valôr corante. Em vista disso, procurou-se o mais possivel receber para a Companhia madeira de procedencia pernambucana, sem contudo supprimir as concessões feitas para o Rio Grande. Quando em 1637 Coulen e van der Dussen, commisionados pelo Principe examinaram os contractos feitos com os abatedores de madeira, fizeram a desagradavel descoberta de que "os contractadores", nos annos de 1635 e 1636 haviam logrado em regra ao Collegio Politico. Em vez do pagamento ser feito á razão de 3 a 4 florins no maximo, por 100 libras de pão-brasil, os ingenuos Conselheiros haviam pago o quinal ao preço de 6, 8, 10 e até mesmo 15 florins. Além disso não haviam elles notado, talvez mesmo não tivessem querido fazel-o, que apesar da restricta ordem de só serem effectuadas vendas de madeira corante á Companhia, e, em circunstancia alguma, aos comerciantes livres, o contrabando desta mercadoria se exercitava em larguissima escala. Ainda mais — gente sem conta havia penetrado, sem autorização, nas matas, abatido ahi madeira para impingir depois o preccioso artigo do commercio aos funcionarios da Companhia, por elevados preços (719). Na impossibilidade de eliminar a concurrencia dos comerciantes livres no negocio do assucar, o Directorio, em 1638, determinou manter, pelo menos a mercantil das madeiras de tintaria como monopolio da Companhia.

Com a madeira vermelha, exportava-se tambem, em quantidades moderadas, do Norte do Brasil para a Holanda, o pão de jaearandá ou palisandro, muito empregado ainda hoje na marcenaria flua, na industria de pianos e moveis (720). Os cepos de pão-campeche,

(719) Coulen e van der Dussen no Cons. dos XIX, 29 Março, *Glosselingh*, a Cas. Zel. 1 Maio, João Maur, à Direcção da Comp., 25 Agosto, o Cons. e Cas. no Cons. dos XIX e Directores de Middelburg, Agosto 1637. Vida em W. I. C. O. G. Nr. 52.

(720) A esse respeito Lucia, p. 169.

porém, ocasionalmente levados em navios do Brasil eram presa, feita, de barcos espanhóis que tendo partido dos mares das Indias Occidentaes regressavam à pátria (721).

Tentativas sérias para o estabelecimento da cultura do anil, tanto quanto sabemos, só foram realizadas na ilha de Fernando de Noronha. Dellas foi encarregado o representante da W. I. C. Gillis Venant, a quem o Directorio adiantou para tal fim 23.000 florins, — quantia demasiado insignificante realmente para pôr em pé de prosperidade uma industria até então exercitada com tanto descaso. Como as plantas que cresceriam agrestes no Continente não lhe pareceram bastante boas, Venant adquiriu belos exemplares nas Indias Occidentaes e em Junho de 1644 mandou plantal-los em seus campos de cultura. Seis meses depois enviou elle as primeiras amostras do producto, cerca de 80 libras, para a Holanda, e pouco antes de arrebentar a revolução, numa carta de teor muito optimista, manifestou a convicção de que, em tempo que já se divisava, o anil de Fernando de Noronha poderia fazer competencia ao seu similar das Indias Occidentaes (722). A luta libertadora veio pôr um breve termo a essa esperança.

Lamentavelmente escassos são os dados fornecidos pelas fontes sobre o desenvolvimento da pecuaria na Nova Hollanda. Nos capítulos anteriores, já ficou indicado que este importante ramo da economia rural tinha o seu campo de ação no Sul de Pernambuco e no Rio Grande, sendo que o maior fornecimento de rezes para o consumo era feito pelos criadores de gado do Rio Grande. Em 1635 os Conselheiros Políticos exaltaram

(721) Cf. carta do Gov. o Cons. no Directorio, 7 Junho 1637. O pau-campecho ou azul vinha da Am. Central, da Bahia de Campeche, de que tomou o nome.

(722) Gillis Venant à Ant. Cons. de Recife, 1 Março, — à Cam. Zel., 25 Março 1645 W. I. C. O. C. Nr. 59/60.

a conquista final desta Capitania, como um beneficio inestimável da fortuna. Sem o Rio Grande, os soldados holandeses tão miseravelmente tratados, com os sós recursos dos armazens, ficariam condenados a morrer de fome; sem o Rio Grande a alimentação da população de Pernambuco, em constante crescimento, seria uma causa impossível (723). Com a energia que lhe era propria, trouou João Mauricio a si o incremento da criação do gado. Elle sabia perfeitamente que o bem-estar da Colonia dependia de um abastecimento de carne, seguro e regular; e que sem bois de trabalho os plantadores de canna, — em sua maior parte possuidores de "engenhos" de animaes, — jamais poderiam manter em actividade satisfactoria a fabricação do assuear. Foi por isto que o Príncipe expediu uma ordem restrieta para que não fossem abatidos bois mansos e os novilhos destinados a substituir os. Ao mesmo tempo o preço da carne fresca foi baixado a tal ponto que não era negocio rendoso para os criadores vender rezes para o matadouro, pelo que todos tratavam de negociar os seus bois com os plautadores, os quaes pagavam elevadas sommas pelos animaes grandes e possantes. Finalmente, o Governo por um decreto proibiu a exportação de gado em pé, do Rio Grande, sem autorização official expressa. Com jubilo attenden João Mauricio ao pedido do agricultor Nuno Olpberdi de que se lhe dessem em arrendamento a Capitania de Sergipe que ponceo antes havia sido ocupada, afim de que elle revivescesse alli a industria pastoril tão fluorescente no tempo dos Portuguezes. Olpherdi contava, com segurança, com o exito do seu emprehendimento, julgando que seria facil promover o regresso a Sergipe da população que se achava refugiada no territorio bahiano. Mas apenas poucos portuguezes acudiram

(723) No escrito já por vezes citado de 15 de Junho 1635.

ram ao seu chamado, e o projecto teve de ser abandonado, como impraticável (724).

No trato da pecuaria da Nova Hollanda parece ter sido sempre dada a preeminencia à criação do gado vacum. Que havia também criação de cabras, carneiros e porcos, (725) — provavelmente em ponto pequeno —, revela-nos o seguinte anelito expresso pelos Altos Conselheiros: "Quanto nos seria agradável decretar também a proibição de abatimento, para os cordeiros, os cabritos e os leitões, — caso tivessemos outra carne em quantidade suficiente. (726). Como productos animaes figuram na exportação dos annos das dezenas 30 e 40, couros unicamente, em sua maior parte, de bois, e isoladamente, peles de cabra e oveixa, que na Hollanda eram curtidos e preparados em sola ou artigos da mesma natureza. Bem pequena, porém, era na realidade a importancia deste genero de exportação.

Em vista do descaso do Directorio pelo aprovisionamento dos armazens de viveres, o Governo se julgou obrigado, logo que firmou o seu poder sobre as capitanias conquistadas, a volver toda a sua attenção para o fomento da cultura das plantas, nativas, graníferas ou productoras de tuberculos alimenticios. Incessante era o incitamento aos donos de terras, grandes ou pequenos plantadores e lavradores, para que fundassem campos de hortaliça, e ali plantassem milho grosso, (727) ervilhas, feijão, batata, e, antes que tudo, mandioca. A massa obtida dos tuberculos desta planta

(724) Gov. e Cons. do Cons. dos XIX, 23 Fevereiro, 25 Junho 1642. Os mesmos à Com. Zel., 2 Abril 1643 W. I. C. O. C. Nr. 57/58.

(725) Sobre a criação de aves domésticas silenciam as "Actas".

(726) O Alt. Cons. à Com. Zel., 21 Março 1645 W. I. C. O. C. Nr. 63.

(727) Como forragem do subtanha e engorda, bem como para alimento dos escravos.

(farinha de mandioca) substituia para os Brasileiros naquelle tempo como ainda hoje a farinha de centeio e de trigo. Muito depressa se acostumaram os Hollandezes com este indispensavel alimento, do qual nada queriam saber a principio; aprenderam a aprecial-o, e por fim, segundo conta Barlaeus, preferiam-n'o ao pão ordinario ("gemein Brodt") que recebiam de ração. (728) A amigos e conhecidos proclamavam-se as qualidades da maravilhosa raiz. Até mesmo os Senhores do Conselho não se causavam de enaltecer as virtudes nutritivas do tuberculo. Ao grande sabio Willem Piso a planta interessou tanto que elle compoz sobre ella um tratado, "De Radice Mandiocca" (729). Em seu comodo estylo, desreveu Barlaeus aos leitores da "Rerum gestarum historia" o aspecto e vida desse vegetal (730). Mas a melhor descripção é a que Johannes Nieuhof nos deixou em sua celebre obra de viagem. Damos em seguida o seu conteúdo, mais pelo sentido do que pela letra. "Como na Ameriea do Sul não cresce trigo, os naturaes se servem, como equivalente, da nutritiva raiz da mandioca, da qual se prepara uma excellente farinha. O tuberculo, que atinge o comprimento de douz a trez pés dá-se melhor em terreno secco, e pode em condições favoraveis do solo alcançar a grossura do braço ou da perna de um homem. O colono costuma plantal-o em campos conquistados á matta virgem por meio da queima das suas arvores, arbustos e cipós. Commumente, plantam-se, na "roça" recentemente queimada (731), em monticulos de terra bem approximados entre si, e da altura de tres pés, tres tanchões ou estacas (de ma-

(728) Brasilianische Geschichte (Hist. Brasil.), p. 382.

(729) Piso, Tract. p. 655 e segs.

(730) Verlocus, p. 221 e segs.

(731) Ou seja: no sítio ainda coberto pelas cinzas da queimada.

(731.º) "Da Mandioca" é acrescimo do traductor, para lembrar o nome que se dá à raiz da planta.

niva) que rapidamente eriam raízes. O trabalho do lavrador será então proteger a plantação nova contra as formigas, extirpar o matto daminho, conservar limpo os campos e cereais-os para que os bois, cavalos e cabras, que pastam nos prados vizinhos, não venham comer as folhas da sua favoaria. O crescimento dos tubérculos da mandioca dura um anno aproximadamente, e quanto mais productivo o terreno, tanto mais grossa e forte se torna a raiz, — a qual quando madura deve ser arrancada e logo reduzida a farinha, pois os tubérculos em tres dias apodrecem.

"No Brasil a farinha de mandioca é fabricada da maneira seguinte. Primeiramente, o escravo lava a raiz até que ella fique inteiramente limpa. Em seguida retira a casca muito fina que a reveste, raspa o tubérculo numa roda gyratoria toda garnecida de dentes e o moe em pó. Espremido numa prensa, delle se escapa o suco venenoso (732). A massa triturada vai então para uma peneira, da qual passa para uma assadeira rasa e chata de ferro onde é torrada sobre fogo directo. O producto quando prompto é a farinha de mandioca, ou simplesmente a "farinha", de que se pode fazer pão branco, bolo, biscoitos e outros artigos finos de padaria. Comeudo a mandioca crua, o homem se expõe a uma morte certa, em consequencia do veneno que o suco contém: os animaes, ao contrario, a toleram perfeitamente. E o que ainda é mais de admirar, esta raiz constitue uma das melhores forragens, para tornar o gado uedio e roliço.

"O Governo dá por mez aos soldados hollandezes e nativos meio alqueire (733) de farinha, a cada um. O preço do alqueire, na media, regula quatro florins,

(732) Acelho pressado ou exsudado.

(733) Véhi a medida portuguesa e brasileira de pesos, que corresponde a cerca de 15 livros.

ora mais ora menos (734). Em regra geral, a cultura da planta acarreta pouca despesa, e um campo de mandioica produz quatro vezes mais que a mesma area plantada de trigo. Nas refeicoes dos naturaes e dos negros, a farinha nunca falta. Elles a usam como indispensavel alimento diario, entupindo, com prazer, a boca com ella aos punhados" (735).

Como acontecia com o assucar, o Statthalter e o Conselho traziam o Directorio exactamente ao corrente da situacao das labouras de mandioica, e, mesmo quando as notícias eram auspiciosas nunca deixavam de exhortar a Direcção da Companhia a não restringir as remessas da farinha europea, afim de que a Colonia se achasse sempre garantida, no caso de estrago das plantações pelas intempéries ou por força das inundações. Naquelle tempo a farinha não era exportada, pois toda a produçao era consumida no paiz, sem nada restar. Nos dias do governo de João Mauricio, o Hollandez naturalmente acolheria com um riso de incredulidade a prophecia de que, séculos depois, a farinha de mandioica havia de encontrar aceitação e apreço na Europa, ao ponto de vir a ser um artigo de comércio mundial.

Os artigos enumerados nas presentes considerações constituiam os productos de mais importância do Norte do Brasil pelo meiado do século 17. Do café e da borracha, matérias primas que mais avultam na exportação brasileira, ninguem falava naquelle periodo. O seu tempo não chegaria senão muito tempo, muito tempo depois.

(734) Nenhos nesse ponto ando muito pelo alto. É verdade que em 1642, em consequencia da má colheita, pagou-se pelo alqueire, em Recife, 4,20 e 4,50 florins. Em 1643 já custava, porém, 3 e 3,50 florins. Em 1644, 1,20 a 2,0. Em 1645, 1,50 e 1,60 florins.

(735) Niculau, p. 126 e segs.

CAPITULO SEGUNDO

A LUCHA ENTRE A W. I. C. E OS COMMERCIAENTES LIVRES, PELO MERCADO DO BRASIL.

Desde o principio, a Companhia de Commerce das Indias Occidentaes mostrou não achar-se na altura de desempenhar a importante tarefa que lhe incumbia, de provêr as regiões conquistadas do Brasil, pelo menos até quando elles pudessem se sustentar por si, de viveres, materiaes de construeção, artigos nanticos, peças de roupa, e todo o apparelhamento necessario á vida militar e civil. O discontentamento produzido por esse facto e a caudal de queixas e protestos de que era portador todo navio que chegava, fizeram com que nos circulos governamentaes de Hayá se discutisse seriamente, se em tales condições, não seria melhor suspender o systema de monopolio da Companhia e, em vez disso, franquear o commerce do Brasil a todos os negoiantes hollandezes, mediante o pagamento de elevados direitos de exportação. Em 1634 esta idéa foi effectivamente posta em practica (736). Como as fontes dão a conveer, já em 1631 alguns negoiantes que não dependiam da Companhia ou "vrije kooplieden" (commerciantes livres), — como dahi por diante são sempre designados —, haviam estendido os seus ten-

taculos e navegando para a costa oriental da America do Sul, com o fito de ahí estabelecer o commercio de trocas com os naturaes. Se bem que reinasse grande interesse pela aquisição de fazendas braunes grossas e finas, de tecidos custosos, de plumas variegadas e utensilios de toda especie (737), arrecaavam-se os livres cambistas de arriscar alli capital e mercadorias, ante a elevação dos direitos de exportação, a attitudo hostil dos Portuguezes subjngados, a difficuldade de contacto com as aldeias indigenas, e, "last but not least", a intranquillidade dominante na terra onde só se ouviam clamores de guerra. Depois da cessação do Monopolio, porém, começaram os conimerciantes a povoar as ruas principaes e viellas adjacentes, a fundar firmas, a construir armazens e, por conta propria ou de seus committentes, a permuitar artigos commerciaes europeus por assucar e pão-brasil. A Direcção da Companhia não approvou o apparecimento desses concorrentes em Peruambuco. Mas os Directores, os "participantes" e os representantes da W. I. C em Recife manifestaram a opinião de que o negocio do assucar se achava tão firme em suas mãos que a competencia do commercio livre nehum danno apreciavel lhe poderia causar. Demais, os Altos Poderes já haviam determinado que fosse livre o trafico commercial do Brasil e para o Brasil, garantido comodo á Companhia o fornecimento de viveres, armas e munição.

Bastante depressa a segurança alardeada por aquelles Directores e Accionistas soffreu grande abalo, quando se percebeu que os merceadores livres, em consequencia da instinivel organização do serviço de suprimento de viveres e material de guerra, se tinham entregne tambem á importação desses objectos de commercio ex-

737) O agente commercial Françays D'anda à Com. Zel. 30 Julho 1631
W. I. C. O. C. Nr. 49.

pressamente reservados á W. I. C., auferindo dahi bons lucros. Em todas as Camaras da Companhia grande foi a indignação causada pela desaforada intromissão dos mercadores livres, — tanto mais ainda pela destreza com que agiam. Mais e mais se elevava do Recife o côro de queixas dos Conselheiros e dos funcionários da W. I. C., contra os malvados comerciantes livres. Dizia-se na correspondencia enviada para a "patria" que elles procuravam se apoderar da totalidade do commerceio, somente para si. Da maneira mais vergonhosa, soldados, funcionários civis e colonos eram esfolados por esses piratas. Objectos que valiam quando minuto tres florins elles conseguiam impingir ao comprador por oito florius (738). Ninguem podia comprehender por que razão a W. I. C. tolerava semelhantes aactividades em seu campo commercial, e não expulsava, antes, do Brasil essas "gananeiosas criaturas".

Se dentro de pouco tempo estas cousas não mudassem, esses auproveitadores profissionaes haviam de devorar a Companhia, pelle, cabello e tudo (739). Quando se tornou notorio que os committentes dos comerciantes livres deviam ser procurados, em parte, na lista dos accionistas de Amsterdão e mesmo dos directores, a excitação em Recife subiu de ponto. Com razão o inaudito ataque aos interesses da Companhia por Directores sem consciencia, e accionistas cubicosos, era classificado de uma ignominia para a orgulhosa sociedade de Commerceio das Indias Oecidentaes, e muitos dos Directores culpados, — cujos nomes foram prudentemente calados, — devem ter sentido arderem-lhes as orelhas terrivelmente.

(738) O Cons. Parl. aos Directores de Middelburg, 23 Julho 1636, W. I. C. O. C. Nr. 51.

(739) W. Schotanus P. Secunduskerken no Cons. dos XII e Cons. Zel., 11 Junho, 25 Julho 1636.

Os que mais sofreram eram naturalmente os que não dispunham de recursos suficientes, e em particular os que viviam a soldo da W. I. C. A estes a Companhia só havia fornecido o indispensável para que pudessem realizar a viagem. No Brasil, elas que se aviessem como pudessem. Como o que faltava nos armazéns mal providos de Recife era difícil de obter, não restava aos pobres diabos outra causa senão se submeter aos preços extorsivos dos comerciantes livres, sacrificando em seu benefício os mesquinhos salários que recebiam. É verdade que esses comerciantes tinham de pagar direitos elevados ao dénúncio, ou até mesmo a vinte vezes mais, por todas as mercadorias importadas e exportadas. Mas destas somas, elas se sabiam desfornar dupla e triplamente com os lucros que lhes produzia a venda dos seus artigos de comércio (740). Quando os superintendentes dos Armazéns da Companhia se viam obrigados, o que se dava com frequência, a recorrer aos "particulares" (741), para preencher os desfalques das provisões, os preços que delas se exigiam, em tais casos, eram verdadeiramente escandalosos (742). Sarcásticamente se dirigia Scrooskerken aos Directores e Accionistas nos seguintes termos: "Fazei de vossos filhos advogados afim de que elles por meio de queixas criminais e processos promovam a restituição das quantias, em que tendes sido, vós e elles, lesados pelos comerciantes livres. Que Deus nos proteja contra esses perigosos inimigos internos! (743)"

Em todas as Camaras, as comunicações procedentes de Recife causavam profunda impressão e desper-

(740) O Cons. Polit. no Cons. dos XIX, 25 Julho 1636.

(741) Os Comerciantes Livres são frequentemente designados sob este nome ("particulares") nas "Actas".

(742) W. Schotia à Cam. Zel., 6 Outubro 1636.

(743) P. Scrooskerken no Cons. dos XIX, 12 Agosto 1636.

tavam apaixonados debates. Os primeiros a protestar, foram os accionistas principaes de Middelburgo, que reclamaram dos Altos Poderes a proibição do commerce livre no Brasil Norte, e a estricte execução do Monopolio garantido á W. I. C. pela Concessão outorgada em 1621 (744). A representação dos Zelandeses, cujos Directores não haviam participado da culpa das "alterações" adoptadas, fez com que os Estados Geraes tratassesem de apertar as rédeas. Na exposição dirigida ao Conselho dos XIX, diziam elles que, consternados, haviam verificado dos papeis que lhes tinham sido transmitidos, as fataes consequencias da concessão da liberdade de commercio no Brasil. Já não era mais tempo de investigar se a organização falha dos armazéns recifenses devia ser levada á conta da Companhia ou ás "sinistre practiquen" (práticas sinistras) levadas a efecto pelos comerciantes livres. Como quer que fosse, só uma medida radical poderia, no momento, remediar o mal, e uenlhma seria melhor do que a revogação da concessão feita aos commerciantes livres e o restabelecimento do Monopolio. Se os negociantes particulares não quizessem se submeter ao novo regime, teriam de contar com a confiscação das suas mercadorias existentes no Brasil ou em transito para lá. Devia, o mais depressa possível, ser concedido á W. I. C. um credito para o re-abastecimento dos seus armazéns e satisfação das obrigações estipuladas com os commerçiantes livres, mas ainda não realizadas (745).

A esta resolução dos Altos Poderes oppôz-se energeticamente a Camara de Amsterdão. Numa serie de bem elaboradas deduções procurou ella demonstrar que os

(744) Noticias W. I. C. O. C. Nr. 34, 3, 11 Abril, 2, 17 Julho, 3 Agosto, 19, 23, Setembro, 1, 20 Dezembro 1635 e 1636 passim.

(745) Os Altos Poderes na Guia, dos XIX, 27 Dezembro 1636 W. I. C. O. C. Nr. 39.

vultosos gastos com o Brasil e o mesquinho lucro até então obtido, haviam quasi esgottado o Capital da W. I. C., obrigando mesmo o Conselho dos XIX a solicitar recursos aos Estados Geraes. Se se interdissesse agora aos commereciantes livres o trafico commercial eoir o Brasil, a consequencia inevitavel seria o collapso financeiro de toda a empresa. Este parecer foi recebido, como era natural, com viva repulsa na Zelandia e Groninga. Mas os Directores de Middelburgo e Directores da "cidade e do campo" tambem tiveram de confessar que a Companhia nos annos 1630 a 1636 não havia se mostrado capaz de, por si só, poder abastecer a Nova Hollanda. Eseapava assim á opposição um ponto muito importante. O commerçante livre enriquecia a Caixa da Companhia com os direitos aduaneiros e fretes que pagava, — renda esta que não podia ser absolutamente dispensada, porquanto nenhuma majoração de preços poderia compensal-a. Estava entendido que quaisquer attentados ao Regulamento da Companhia deviam ser punidos com rigor; mas o Commercio havia de ser conservado livre. Numa terra, tão difícil de administrar, como o Brasil, o Monopolio era um contraseusso. Semente com a liberdade do trafico poder-se-ia conseguir a collaboração da população portugueza tão mal disposta para com os Hollandezes. Demais, a Companhia por occasião da oecupação de Pernambuco havia garantido a liberdade de comércio! Acrecentava-se ainda: como cogitar-se, na Zelandia, de uma organização colonial do paiz, se o elhamariz de commerciantes e colonos, o comércio livre, fosse posto á margem? Como restabelecer a actividade dos engenhos arruinados ou paralyzados? Os baveres da W. I. C. estavam muito longe de bastarem á restauração da industria assucareira! Para onde o Directorio antes de tudo deveria dirigir todos os seus esforços, era para

o fornecimento da maior quantidade possível e pelo menor preço possível de mercadorias com destino à América do Sul. Remessas insuficientes de viveres e outros artigos geravam a carestia, — e a carestia trazia o descontentamento. É uma vez que o abastecimento da Nova Holanda excedia às forças da Companhia, a esta se impunha o dever de procurar quem a auxiliasse (746).

Contra essas concepções da preponderante Câmara de Amsterdã, os Directores da Zelândia, do distrito do Mosa e de Groninga despejaram toda a sua artilharia grossa. A Holanda era realmente o el-dorado do commercio livre, e todo Holandês um convencido livre cambista. Mas esse sistema excelentemente apropriado às relações económicas Europeias não servia para os domínios coloniais. Ali o commercio e o tráfico se deviam achar reunidos numa só mão. Assim fôra que, para a cultura das terras ultramarinas se haviam formado grandes companhias, mediante a concessão do Monopólio. Ninguém contesta que aos Portuguezes tinha sido prometido o commercio livre, — mas no presuposto de que a W. I. C. nenhum dano com isso sofreria. Acima de tudo paira o interesse desta. Não ha dúvida que os Portuguezes e os Índios deviam ser tomados em consideração, — mas, em todo caso, não deixavam elles de ser gente subjugada, que se devia contentar de não ser tratada como escravos. Para elles só havia uma lei, que era a ordem do vendedor. Quando a República dos Países Baixos Unidos fundara em 1621 a W. I. C., não fôra desejo nem vontade do fundador crear uma Companhia que conquistasse

(746) Cons. da Amsterdã nos Altos Poderes, 27 Janeiro 1637; nela: "Certe redenen, By die van Amsterdam overgegaen om te bewijzen de noodlehydr van vrijen handel". Apresentado nos Este los Geraes em 30 de Janeiro de 1637. Todas as petições e replicas nessa questão "Commercio livre, ou Monopólio" na pasta W. I. C. O. C. Nr. 39. Cf. Hoepker, p. 61 e segt. Hesse, p. 194 e ss.

terras transmarinas, para entregá-las à exploração e proveito dos comerciantes livres. Não, quem conquista um território, deve ter também o direito de desfrutá-lo. Além disso, uma colônia se desenvolve, *mais pacificamente*, como o exemplo das Indias Orientaes demonstrava, quando o comércio é fechado. Neste caso, não há temer defraudações do fisco, nem especulações de alta e baixa de preços; a tarifa é a mesma para todo o paiz, — o que já por si é bastante para frustrar as inauditas extorsões dos operários e dos soldados, porquanto todas as reivindicações serão feitas diretamente pelas cimeira Camaras aos armazéns da Companhia. Se as mercadorias enviadas a Recife pudessem ser realmente de proveito para colonos e naturaes, formar-se-iam nas praças comerciais do paiz condições de estabilidade, o tráfico ficaria regularizado, e o sentimento de segurança e tranquilidade muito havia de influir para a reanimação da economia agrícola. Caso o capital da W. I. C. não bastasse para levar a efeito, segundo o plano traçado, o abastecimento do Brasil, a Companhia bem poderia realizar um empréstimo com o Estado, as cidades, ou os grandes financeiros, como outras sociedades de comércio faziam. Não haveria de faltar dinheiro à grande W. I. C. — O estado actual do Brasil clamaava aos céus. Não era a Companhia, e sim o comerciante livre, que dominava o Mercado do Recife, determinava o preço, e, na realidade, governava o paiz. Esta missão, porém, competia à W. I. C., que carregava com a responsabilidade de tudo. Em Middelburgo, Roterdão e Groninga ninguém pretendia que os comerciantes livres domiciliados em Recife, Fredericia e outros lugares fossem expulsos. Bem poderiam ali continuar sossegadamente e ganhar o seu dinheiro, — apenas o que se exigia, era que não importassem ou exportassem as suas mercadorias, com independência. A importa-

ção e a exportação eram negocio da Companhia. — Quando a Câmara de Amsterdão em suas petições allegava a importância dos direitos arrecadados e procurava assim fundamentar a necessidade de manter-se livre o commercio, — a verdade é que exagerava extraordinariamente o valor dessas sommas. Nem mesmo a quarta parte do que no anno se despendia com a guerra, produziram os impostos aduaneiros dos "particulares". Foi por esse motivo que as Camaras de Zelandia, do Mosa e de Groninga haviam pedido aos Estados Geraes e ao Governo Provincial que se interdisesse aos comerciantes livres o tráfico com a Nova Hollanda (747).

Amsterdão respondeu em duas mordazes "representações". Mais uma vez sublinhou todos os pontos anteriormente arguidos em suas petições, e acabou por dirigir ao Collegio Zelandez a seguinte pergunta: que idéa se fazia propriamente em Middelburgo da indemnização aos comerciantes livres estabelecidos na Colonia, assim reduzidos pela proposta da Zelandia à condição de meros bufarinhos? Também do lembrado empréstimo nada queriam saber os Senhores de Amsterdão; viam nela uma experiência perigosa, manifestando ao mesmo tempo o receio de que a Companhia, com semelhantes expedientes, viesse a lançar-se num oceano de dívidas. "Quanto mais fôr o numero de homens que trabalhem no Brasil", reza uma passagem na contradicta Amsterdameuse, "tanto mais engenhos moerão, tanto menores serão os gastos, tanto mais elevadas serão as rendas do paiz. O restabelecimento do monopólio nenhuma segurança de proveito trará ainda por muito tempo, e em consequência dessa cobiga, o comerciante perderá não somente o lucro como ainda uma boa parte

(747) Esse documento data do princípio de Fevereiro de 1637.

do seu capital. Estas ponderações nos levam a solicitar pela segunda vez ás mais altas autoridades da Republica a liberdade do trafico com o Brasil. E' simplesmente um acto de Justiça acquiescer aos desejos da Camara Principal e do maior numero dos Accionistas" (748).

Para que os seus argumentos produzissem mais viva impressão, os dous partidos, em sua controvérsia, recorreram a cifras subtilmente rebuscadas, que constam parcialmente de publicações dadas a lume (749). Amsterdão esforçava-se por demonstrar, com algarismos, a vantagem do Commercio livre sobre o Monopolio; — A Zealandia e os seus sectarios, por seu lado, tratavam, no mesmo terreno, de provar o contrario. Cada qual que com mais ardor procurasse descobrir lucros, que na realidade não eram de esperar de qualquer dos dous systemas. Partes interessadas, — nomeadamente os accionistas da W. I. C., continentaes, metteriam-se na refrega. Os "Hoofdparticipanten" de Zütphen, Utrecht, Delft manifestaram-se em favor do caueillamento do commercio livre, e, nesse parecer, elles e todos os mais opositores de Amsterdão, se viram fortalecidos pelas comunicações que elegavam, sobre os horrendos pregos que os commerçantes livres haviam exigido e continuavam a exigir em Recife. A relação de pregos enviada por Ceden e van der Dussen despertou a atenção geral. Como ilustração das condições então reinantes colhemos ao acaso dessa luta algumas cifras:

(748) Data: 12 Fevereiro 1637. Também mencionado por Lesspere.

(749) "Aanteekeninge en de Calculatio van Zeeland" e "Zeelandia replycke sop de Amsterdamsche Aanteekeningo" ("Anotações sobre os Calculos da Zelandia" "Relação da Zelandia às anotações amsterdamesas").

Por uma pipa de vinho espanhol,	
pagava-se	500 — 700 florins
Por um quartilho de aguardente .	1,75 — 1,80 "
Por um quartilho de azeite . . .	2,50 "
Por 100 libras de queijo	48 — 48 "
Por uma barrica de carne	89 "
Por 100 libras de farinha	13 — 15 "
Por uma resma de papel	18 "
Por uma barrica de pez	42 "
Por 100 libras de cavilhas	36 — 40 " (750)

Selotte escreveu aos Directores de Middelburgo que nos círculos dos funcionários e empregados de Recife reinava grande alegria pela resolução dos Altos Poderes. Os Portuguezes e os naturaes, por sua parte, tambem se achavam satisfeitos por haverem os Estados Geraes cortado as azas á usura escorchante dos mercadores livres, prohibindo o commercio livre (751). João Mauricio mostrou-se sceptico. No erso de pretender-se manter o Monopolio, opinou elle, imprescindivel seria cuidar do bem estar dos habitantes da Nova Hollanda de maneira inteiramente diferente da que vinha sendo até então adoptada. Quanto á gravidade da situação, parecia-lhe de inadiavel necessidade tratar de saber se a Companhia se achava realmente em condições de satisfazer aos novos e poderosos reclamos, e se o Brasil não poderia ser mais effcientemente favorecido exercitando a W. I. C. o commercio juntamente com os comerciantes livres com reserva para os Senhores da Companhia, de alguns ramos (752).

(750) Esta relação tem na exposição dos deus Conselhos de 20 de Março de 1637, ja por siim tantas vezes utilizada.

(751) W. Selotte aos Directores, da Zelofia 25 Agosto 1637 W. I. C. O. C. Nr. 52.

(752) João Maur. no Cons. dos XIX, 25 Agosto 1637. No mesmo fasciculo.

A proibição do Commercio livre veiu irritar sobremaincira a classe dos chamados "particulares". E não tardou muito, também, que os plantadores de canna, — em especial os Hollandezes que haviam adquirido propriedades, — começassem a se queixar de que a interdição decretada ia difficultar extraordinariamente a saída da sua produção, e que elles não poderiam mais se prover de apparelhagem bastante para os serviços agrícolas. Censurou-se acrimiosamente o egoísmo da Camara Zelandesa e aos Estados Geraes foi dirigida uma petição em que se solicitava a adição de uma clausula ao malsinado decreto. Nesta se devia declarar que, para o levantamento da industria assueareira do Norte do Brasil, a todos os possuidores de plantações seria permitido receber directamente da Hollanda, sem quaisquer impecilhos, todo o material necessário aos seus engenhos e com destino á fabricação do assucar. Naturalmente a importação destes artigos devidamente declarados seria realizada pelos navios da W. I. C. Se este justificado desejo não encontrasse bona acolhida em Hayá, então o destino da industria do assucar na Nova Hollanda ficaria sellado para sempre (753).

Apenas foi conhecido o conteúdo da petição, puaram-se em campo os Zelandeses e conjuraram o Governo a não ceder em circunstancia alguma á pretenção dos plantadores de canna, allegando que o "provimento dos engenhos", e dentro em poco, tornar-se-ia a capa acobertadora de um gigantesco commercio de contrabando com o Brasil, e offereceria aos comerciantes livres a satisfação do suspirado intento "het geheele landt van behoeften te versien" (de prover todo o paiz do necessário) (754). O commercio livre no territorio da

(753) Petição dos Plantadores nos Est. Geraes, 10 Dezembro 1637 W. I. C. O. C. Nr. 19.

(754) Os Zelandeses aos mesmos, 7 Janeiro 1638.

Colonia estava, graças a Deus, encerrado, e não havia absolutamente mudar de proposito. Receiosos de que os Estados Gernes pudessem, pela pressão da poderosa Amsterdão e desesperado clamôr dos commerciantes livres, ser levados á revogação do seu acto, trataram os Middelburguezes mais uma vez de desferir um golpe decisivo. A sua exposição de 18 de Março de 1638 esboçou em poucos traços a miseria que traria ao Brasil uma renovada concessão aos "particulares", escarneceu dos esforços espasmodicos de Amsterdão, em trazer sempre á balha como eugódo os tributos pagos pelos comerciantes livres, e terminava por perguntar a esse seu opositor, se elle não sabia perfeitamente como era em extremo apoucada a arrecadação desses impostos, e desde quando eram, portanto, pagos honestamente? Se os Amsterdamenses patrocinavam a causa dos comerciantes livres, faziam-n'o por motivos egoisticos. A sua avidez de mando não conhecia limites, e o fito dessa ardorosa aspiração não era outro senão excluir a Zelandia e as mais camaras adversas do trafico com o Brasil. Contra essa pretenção cumpria a tempo correr o ferrolho. Era tambem um erro dizer que só o eommercio livre havia possibilitado a animação do trafico Novohollandez. Ao contrario. Justamente agora, depois de entrar em vigor a prohibição, fôra que a vida económica do Norte do Brasil recebera novo alento; justamente agora crescia a hoste dos compradores nos leilões de propriedades agrícolas. Em sua exigencia de que na Ameriea do Sul se escancarassem as portas aos comerciantes livres, Amsterdão e o seu satelite, o Distrito Norte, achavam-se de facto, inteiramente sós. Pelo que já fieou anteriormente exposto, sabe-se que em 1637 um novo periodo de desenvolvimento económico foi inaugurado no Norte do Brasil. Mas isso não foi a consequencia da prohibição do commerceio livre; e, sim, se deve

ao mérito do Conde João Mauricio, que com vigoroso pulso imprimiu novo rumo á administração dos negócios públicos. Também ao redigirem o seu memorial — mal sabiam os Zelandezes que os comerciantes livres já haviam rapidamente engendrado expedientes e meios de burlar o decreto prohibitorio. As mercadorias passaram a ser importadas e exportadas sob falsas declarações. Não havia falta de marítimos que, mediante adequada remuneração, trouxessem ocultos nos porões de seus navios artigos não pertencentes á Companhia ou a ella endereçados. Acerrencia que os membros do Alto Conselho quasi nunca deixavam a séde do seu officio. Tinham montanhas de papel a despachar e não podiam lançar a vista sobre todas as causas, nem observar de perto os contrabandistas. Além disso, faltava-lhes a pratica necessaria para que pudessem ultrapassar a sagacidade de comerciantes livres, tão experimentados na arte de passar contrabando, e burlar os preceitos da nova lei. Alguns casos, entretanto, chegaram ao conhecimento do Conselho. Assim foi quē o Governo, por exemplo, comunicou no Directorio, em 7 de Novembro de 1637, que haviam chegado ao Recife em navios da Companhia, por conta de comerciantes livres 60 toneladas de farinha, das quaes deviam ter tirado os recebedores fabulosos lucros. Como os armazens da W. T. C. mais uma vez estavam soffrendo da sua chronicá falta de farinha, esta mercadoria, ante a forte procura reinante, podia ser, no momento, vendida por preços elevadíssimos. Em vez de obviar esse mal, a Companhia inundava a terra de manufaturas invendíveis, e se admirava da fruixidão do merecido (755).

Mesmo os mais apaixonados defensores do monopólio foram gradualmente se deixando apoderar da di-

(755) Extracto da Carta do Governo de 13/15 Janeiro 1638.

vida, se o Brasil, com o correr dos tempos, poderia dispensar os commerciantes livres e as suas mercadorias. Em Recife e Fredericia, no meiado de 1637 começoou a dominar um lamento geral. Aqui faltava um artigo, ali outro. Se a importação de mercadorias era vedada aos commerciantes livres, — era voz geral, — então o dever da Companhia era cuidar seriamente do provimento dos generos e artigos de comércio indispensaveis. Toda a vida commercial da Colonia se achava ameaçada de paralyzar, e insistentes exhortações foram dirigidas á Haya, para que aos commerciantes livres não se continuasse a cortar as azas.

Este insustentavel estudo de couses deu lugar a que, no principio de Janeiro de 1638, o Príncipe João Mauricio tomasse a palavra, na luta pelo monopólio ou comércio livre. Escreveu elle uma longa carta á Direcção da Companhia, — documento frequentemente citado pelos nossos predecessores no tratamento do assumpto, e por nós tambem referido na parte geral deste trabalho (756). A argüimentação imparcial de João Mauricio decidiu a contenda em favor dos commerciantes livres.

Passaremos a resumir nas linhas seguintes os pontos capitais da Carta do Príncipe (757). "A população da Nova Hollanda", reza a introdução, "desenvolver-se-á, em minha opinião, mais rapidamente se o tráfico e o comércio gozarem de plena liberdade de ação. Essa liberdade de ação lhes deve ser concedida pelo só motivo de que o tempo dos grandes lucros já passou. Disso se esquecem aquelles que vêem no monopólio um remedio para tudo. A produção do açucar é actual-

(756) *Vid.*, p. 200.

(757) João Maur. *as Cons.* das XIX, 16 Janeiro 1638 *W. I. C. O. C.* Nr. 53. Cf. *Kratz*, Anna 11, p. 62 e segs., *Barlaeus*, p. 156 e segs.; *Urlessen*, p. 66; *Laspexes*, p. 63.

mente de pequena importancia e pouco assucar de exportação existe nos depositos. Ao envez disso, os armazens se acham abarrotados de manufacturas de toda especie, de que ninguem tem convenia. Os plantadores só por preços exorbitantes fornecem os seus productos, — e se a W. I. C. não quizer sacrificar um ecitil do seu direito de monopolio, fará apenas com isso um máo negocio. Em primeiro lugar perde uma renda bem consideravel, em direitos e fretes. Em segundo, a escassez dos mais importantes generos de primeira necessidade obliga-a a enviar carregamentos e mais carregamentos do artigo reclamado. Grande parte se deteriora e será levado á conta de lucros e perdas. E em todo caso, quem poderá garantir á W. I. C., que, apesar de todas as medidas de precaucao, os mereadores livres não possam achar meios clandestinos de introduzir iguaes artigos de commercio e os vendam, como costumam fazel-o, a preço vil, afim de que o consumidor faça com elles o seu abastecimento e não com a Companhia? E se a W. I. C. resolvesse feiar com todos os armazens de mereadorias e depositos de assucar dos commerciantes livres pelos preços maximos fixados, os traquejados mercadores exporiam á venda somente os generos e artigos refugados, conservando ocultos os de bona qualidade e facil venda, para no tempo da carestia vendel-os ainda por preços mais vantajosos.

"Essa terra tão penosamente conquistada, por meio da guerra e das devastações praticadas tanto pelos soldados hollandezes como pelos Portuguezes, necessita de homens. Mas os homens só aparecem quando ha segura expectativa de aquisição de bens, de ganho, de subsistencia, e se lhes concede a necessaria liberdade de ação. Um monopolio de commercio não pôde ser chamariz de colonos. Tumbem a idéa do Directorio, de tomar a si o commercio em grosso, e deixar aos commerciantes livres

somente o commerceio a retalho não conduzirá a melhor resultado. Todos os plantadores da Nova Hollanda são contra o monopolio. Recejam, antes de tudo, que a W. I. C., de futuro, lhes queira dictar o preço do assuecar. Além disso, exigem os Portuguezes o cumprimento da promessa que lhes foi feita, de poderem importar e exportar desembaraçadamente. Doutra maneira preferirão abandonar a terra e ir se renhir na Bahia, com os seus compatriotas. Numa palavra, o Monopolio será a ruína do Brasil. Segundo o parecer do Governo Recifeuse o problema só tem uma solução: reservar a Companhia para si alguns ramos de commerceio, e permittir em todos os mais a concurrencia aos commerciantes livres. Assim a vida económica da Colonia reflorirá".

Em 29 de Abril de 1638, os Estados Geraes constituidos em Arbitro pozeram termo ao conflito com a seguinte decisão:

1. — O commerceio para o Brasil é franqueado a todos os Hollandezes. Tres excepções prevalecerão: a introdução dos negros, a importação de material de guerra e a exportação de madeiras de tinturaria ficam reservadas á W. I. C. Dos Portuguezes e mais habitantes não hollandezes do Brasil Norte são concedidos favores iguais aos concedidos nos Hollandezes.

2. — Em circunstancia alguma poderão os Directores e funcionários da Companhia tomar parte directa ou indirectamente no commerceio livre. Tão pouco lhes é permitido arrendar impostos na Nova Hollanda.

3. — Todas as mercadorias destinadas a embarque para o Brasil, — mesmo que pertençam a comerciantes livres, — devem ser declaradas perante as Camaras competentes da W. I. C. nos respectivos portos de saída. Os remettentes são obrigados a apresentar as mercadorias promptas para carregamento, aos armazens da

Companhia, onde serão fiscalizadas pelos funcionários competentes e inscriptas no registo da exportação. Todo carregador tem que apresentar um conhecimento de embarque. Deste devem constar as marcas distintivas e uma exacta especificação das mercadorias declaradas. Depois da chegada do bateo a Recife todo o carregamento será transportado para o grande armazém alfandegado de Olinda, ali revistado; só então serão os diversos artigos entregues ás pessoas a quem se achem enderegados ou seus representantes. Terão igual tratamento todas as mercadorias embarcadas de Recife e Fredericia para a Holanda.

4. — Enquanto não pagos os impostos (direitos, taxas de porto, frete e ancoragem) neuhum fardo, barreira ou caixa será entregue ao recebedor. Omissão ou recusa de pagamento acarreta o confisco das mercadorias. Serão também adjudicados á Companhia aqueles volumes que contenham artigos não declarados ou incorrectamente descriptos.

5. — De todas as mercadorias, uniformemente, em qualquer que seja o porto de carregamento dos navios que fazem o tráfico brasileiro — a W. I. C. cobrará um imposto de 10% sobre o seu valor. A matéria prima e productos brasileiros pagarão, ao envez, o de 20 %, acrescendo que cada libra de açucar será onerada com meio soldo mais.

6. — As taxas de frete e ancoragem poderão ser satisfeitas em moeda ou açucar. Se o afretador preferir o segundo meio de pagamento, o preço corrente do mercado de Recife será tomado por base. O dinheiro de contado enviado para o Brasil não está isento de tributo. A Companhia cobrará delle um direito de ex-

(156) Naturalmente, sendo comerciantes livres o remetente.

portação de 3 %, e uma taxa de frete de 2 % ad valorem.

7. — 54 arrobas de assuear valem por uma tonelada (750). A taxa de frete e ancoragem monta a 110 florins.

8. — Para satisfazer nos commerçantes livres de verão ser estabelecidas viagens regulares entre a Holanda e o Brasil, — competindo ás Camaras alternativamente prover ao apparelhamento da frota brasileira. Em tempo será dado conhecimento aos commerçantes de qual seja a Camara a que cabe a vez e dos armazens alfandegados a que irão ter as suas mercadorias. Caso os veleiros de uma Camara não possam carregar tudo, e parte dos volumes entregues tenha de passar para a expedição de outra Camara, á primeira Camara cabem todas as despesas a fazer com o transporte das mercadorias restantes "tot aen Scheepsboort", (nté que sejam postas a bordo) (760).

9. — Os navios ao regressarem do Brasil são obrigados a tocar novamente no porto patrio de partida.

10. — Todos quantos se dispuzerem a emigrar, — sejam negoeiantes, mercadores, operarios ou funcionarios, farão a viagem e levarão os seus baveres, — á sua propria custa, e não por conta da Companhia.

11. — Os soldados depois de completado o seu tempo de serviço, e a juizo do Governador e Conselho, poderão adquirir o direito de cidadão da Nova Hollanda.

12. — Ninguem será perseguido no Brasil por motivo de erença religiosa, contanto que se mantenha or-

(759) Na língua a expressão portuguesa para "Schiffssatz" é "mão sonchada".

(760) Como por exemplo a despesa de transporte, em barreões, dos volumetos de Middelburga para Rotterdam.

deiro e não provoque escândalo público. O Statthalter e os Senhores do Conselho, porém, bem como os órgãos de governo e administração por elles organizados ou que venham a sê-lo, deverão providenciar "dat alle ende een iegelijck in *Borgerlijke ruste werde onderhouden*" (para que a paz seja mantida na cidade para todos e cada qual) (761).

Com estas determinações, os Estados Geraes estabeleceram a base sobre a qual o commerce e trafico se poderiam desenvolver vigorosamente. Apezar disso, espinhos foi a tarefa que se deparou ao Governo de Recife, de chamar á ordem as relações commerciaes extra-vidas e acostumar os comerciantes livres á obediência do novo regulamento. Diversos comerciantes livres recusaram energicamente permittir que funcionários da W. I. C. examinassem as suas mercadorias, bem como levar ao deposito de Olinda os volumes recebidos e pagar os direitos a que estavam sujeitos. Outros recorriam á resistência passiva. Os demais, porém, fingiam submeter-se a tudo, e, sempre que a occasião se offerecia, fraudavam a Companhia. Um ardil muito apreciado e de uso frequente era o seguinte. Quando, — como muitas vezes acontecia, — os navios mercantes procedentes da Holanda eram obrigados, pelas condições desfavoraveis do tempo ou mar grosso, a permanecer no ancoradouro externo, diante dos arrecifes, — botes pequenos mas resistentes aos impetos das ondas sahiam ao lusco-fusco em demanda delles, e, acostando-se-lhes, recebiam uma parte das mercadorias destinadas aos comerciantes livres e as conduziam para uma praia no norte ou ao sul do

(761) *Notificatie van verdaech van den vrezen handel op Pernambuco ende da eind van Brasil.* (Notificação da convenção sobre a comércio livre em Pernambuco e no resto do Brasil). Anno 1638, Lakken W. I. C. Litter L. Nr. 7 e Reest. dos Est. Geraes. 29 Abril 1638. O primeiro parágrafo do Regulamento ta aírem em Litter L. p. 327 e seg. O extracto segue á uero versão interamente livre, das minuciosas disposições do original holandês.

Recife onde as esperavam animaes de carga. Já se vê que os capitães e gente do mar tambem participavam financeiramente da empresa. Com as mercadorias desappareciam tambem, ordinariamente, da pasta do capitão os documentos a elles relativos, — e se mais tarde pelo apparecimento do conhecimento de embarque se verificassem a falta dos artigos em transito (762), entao Capitão e tripulação com o mais inocente dos semblantes declaravam que os objectos deviam ter sido perdidos na descarga, ou furtados. A W. I. C. tinha certamente, na metropole novo-hollandeza, um corpo de agentes fiscais ao seu serviço, — mas a verdade é que nem no seu proprio pessoal podia ella confiar. Se algum comerciante livre, por exemplo, queria escapar á fiscalização do açucar e levar secretamente para bordo de um navio prestes a partir, de regresso, para a Hollanda, grande numero de volumes, com lesão do fisco, encontrava logo uma centena de mãos que o auxiliassem, soffregas de metterem no bolso o dinheiro do suborno, — das quaes o maior numero pertencia a altos e baixos funcionários da Companhia. A essa gente mesquinamente paga e que vivia em incessante apertura quasi que não se pode levar a mal, que procurasse, ainda por meios tortuosos, obter dinheiro para as necessidades proprias e sustento da familia. A sua corruptibilidade, entretanto, impossibilitava quasi os magistrados mais altos da administração, de entrarem no conhecimento das artimanhas dos contrabandistas, e de verificarem a quanto se elevavam as quantidades de mercadorias importadas ou exportadas, sem pagamento de tributo. Quando o Governo passou a intensificar a inspecção dos portos, e tornou-se arriscada para os comerciantes livres a condução

(762) A fiscalização deve ter sido tambem muito dificultada pela imprensa com que a maior parte dos manuscritos eram organizados.

directa do caes para bordo dos navios, dos volumes não declarados, — muitos se sujeitaram, e começaram a carregar o assucar em barcos ligeiros que iam alcançar os navios já saídos do porto. Os Capitães, "bem lubrificados", esperavam esses bareos num combinado por to da costa, quasi sempre ao norte de Recife e da Parahyba, recebiam o carregamento de assucar e prosseguiam em sua viagem para a Holanda. Penas de prisão e pesadas multas (763) não causavam a mínima impressão aos inveterados peccadores. Novos ardós eram sempre exco-gitados e postos em prática. O suborno continuou a ser um mal inextirpável, e o má exemplo a achar facilmente imitadores, no vêrem as pessoas honestas com que sucesso os contrabandistas operavam, o grande proveito que tiravam, e quão raramente eram apauhados. E' verdade que nos portos de embarque da Nova Holanda apareciam também algumas vezes denunciantes, que, por um par de dobrões, descobriam ao Governo os planos dos contrabandistas e os seus depósitos clandestinos, mas aí! do delator cujo nome viesse a ser conhecido. Era evitado como um 'azar'. Ninguém queria sentar-se à mesma mesa com elle, ninguém lhe dirigia a palavra e somente por meio de apressada fuga escapava o estigmatizado, de piores cousas. Quantas vezes os agentes do fisco, ao examinarem o carregamento e darem de repente com volumes de carga que não haviam pago direitos, tiveram de ouvir a resposta que taes objectos faziam parte do inventário do navio e continham as provisões para a longa viagem de regresso á patria! "*Het volck leet sig allesins corrumperen*" (a gente se

(763) O condutor de um cargueiro chegado a Amsterdã em 1641 foi condenado a pagar uma multa de 13.000 florins, por haver recebido mercadorias não declaradas. Vid., a mensagem dos XIX ao Gouvernor e Conselho, n.º 3 Setembro 1641. W. I. C. O. C. Nr. 2.

deixa por todos os meios corromper), queixavam-se os Conselheiros ao Directorio (764).

Na Hollanda davam-se tratos ao juizo para descobrir o melhor meio de pôr côbro à grande patifaria (*groote debauchen*). Enviou-se novo pessoal para Recife; ao seu governo foram offerecidos conselhos e sugestões, que, entretanto, apezar de excellentes no papel, na pratica se mostravam totalmente inexequíveis. João Mauricio e os membros do seu Conselho insistiram com os Directores de todas as Camaras para que provisoriasssem afim de que os conhecimentos de embarque dos commerciantes livres fossem organizados com mais cuidado, que contivessem o nome do recebedor, o seu endereço correcto, bem como indicações precisas do conteúdo, peso e valor dos volumes remetidos, — e finalmente que todo carregador fosse obrigado a exhibir aos funcionários da Companhia os documentos de que era portador (765). Depois de repetido muitas vezes, o appello foi por fim acolhido pelo Directorio. Mas os Senhores, de Amsterdão, retaliaram, por sua vez, que os conhecimentos passados no Brasil se resentiam também da falta do necessario cuidado. Que não se justificavam em tais documentos observações de capitães de navios, como as seguintes: "não sei se as mercadorias estão enxutas, não conheço o seu peso" etc., — ou notas appostas às declarações de conteúdos, como: "assim diz o comerciante". Isso era um subterfúgio grosseiro. Queixas, se não mesmo intermináveis processos poderiam re-

(764) Cf.: Gov. e Cons. ao Cons. dos XIX, 19 Março, 6 Outubro 1638, 5 Março, 24 Maio 1639; Gijsselingh aos Directores à Middelburgo 23, 27 Abril, 2 Maio 1638; Elas Herckmans aos mesmos, 14 Abril 1639. Todos os Cartas nos maços W. I. C. O. C. Nr. 53/54.

(765) Gouverneur e Cons. ao Cons. dos XIX, 6 Maio 1637. W. I. C. O. C. Nr. 52.

sultar de semelhantes assentos, e quem tiraria proveito do caso? (766).

O Governo Recifeuse, no intuito de combater e dificultar o contrabando de mercadorias sonegadas ao pagamento de direitos, pediu, ainda, que se prestasse mais atenção ao acondicionamento dos volumes nas praças dos navios. Era inerivel o desleixo com que nos portos hollandezes se fazia o embarque e atrumação dos volumes a transportar. Pipas de vinho, de azeite e de pêz, não raro eram collocadas sobre caixos de polvora, de manteiga, de toucinho, de queijos ou de farinha, — e fardos e caixotes de tecidos de seda, de linho e lã, e roupas, de valor elevado, atulhados entre barricas de bacalhau, de barenque e alcatrão. Em consequencia da má qualidade dos casecos o azeite e o alcatrão vazavam durante a longa viagem, derramando-se sobre os volumes que se achavam por baixo, ou imprensados entre elles, — attingindo-lhes o conteúdo e causando a perda total, muitas vezes, os generos de primeira necessidade. A preocupação dos Capitães de navio, de ocultar á vista dos agentes fiscaes as mercadorias que lhes eram clandestinamente confiadas pelos negociantes livres, levava-os a empilhar como lhes era possível, indiscriminadamente, caixas, toneis, pacotes e fardos. Quantos objectos assim arruinados, quantas mercadorias danificadas, quautos generos alimenticios tornados imprestaveis! Demais, como os fornecedores sabiam perfeitamente que apenas superficial ou mesmo nullo era o exame, nos armazens de deposito das diferentes Camaras, dos artigos destinados ao Brasil, — não se cançavam de impingir á W. I. C. mercadorias, para as quaes o epitheto de "rebotalho" ainda era uma honra (767). Os Senhores

(766) O Cons. dos XIX ao Gov. de Recife, 1 Julho, 22 Decembro 1640, W. I. C. O. C. Nr. 8.

(767) Sobre isto, em particular, a missiva do Statthalter ao Cons. dos XIX, de 25 de Agosto de 1647. E, mais, "Facture van de vaste wör", a bordo do

da Companhia reforçaram que, com relação a muita matéria exportada do Brasil, as coisas não se passavam melhor. Ainda havia pouco, navios dessa procedência tinham descarregado caixas, em que em vez de assuar "Branco" e "Mascavado", segundo declarava a respectiva guia de frete, encontraram-se apenas achas de lenha e pedras. Dera-se mesmo o caso de um cargueiro trazer de uma vez 45 caixas vazias. Sem dúvida o assuar tinha sido furtado no caminho ou por ocasião do desembarque. Com tristeza tinha a direção da Companhia tido conhecimento de que já desde algum tempo excelente assuar brasileiro era vendido por marinheiros e comerciantes do ramo ou cedido às bodegas do porto por preço vil (768).

Diante dos graves prejuízos causados por essas trapagarias, é fácil de compreender como um Hollandez, em profundas considerações sobre as possibilidades do desenvolvimento económico do Brasil Norte, tivesse naquela época escrito os seguintes conceitos: "No comércio do Brasil a fraude e o furto attingiram tal ponto, que o mal já não é mais susceptível de aumento, quasi. Commerciantes, sobrecargas, capitães, pilotos, contramestres, marinheiros, grumetes, canoeiros, barcazeiros, — todos indistintamente rapinam como os corvos, e só não agadanham aquillo que não podem. Os maiores ladraizes, porém, são os comerciantes, e os sobrecargas. Com estes é que se deve ajustar contas, pela souezação dos tributos da W. I. C." (769).

"Merkblatt", enviado pelo Distrito Norto (Norderquartier), W. I. C. O. C. Nr. 52/53.

(768) A Direção da Comp. no Gov. e Cons. 17 Dezembro, 1639, 1 Julho 1640, W. I. C. O. C. Nr. 6.

(769) "Consideration over te tegenwoordige gebeurteneydt van Brasil". ("Considerações sobre o estado actual do Brasil"). Trabalho de um Hollander cujo nome não é declarado; posterior ao Armistício celebrado com Portugal, e consistente dos "Versprekken Stekkene van de W. I. C." (Pecas esparsas da W. I. C.) - Nr. 730.

Qual a importancia dos prejuizos soffridos pela Companhia de Comercio das Indias Occidentaes com a defraudeação de suas rendas, assim tão habilmente praticada, não nos é dado saber. A nada ficaram reduzidos os livros de caixa e assentamentos de impostos, pela lima do tempo e desinteresse dos que vieram depois. Faltari-nos, portanto, os dados necessarios, para a determinação do que foi effectivamente arrecadado, e do que deveria ter sido, por um cálculo firmado nessa base. Que os impostos de importação e exportação, os taxos de frete e ancoragem e, mais as despesas de comboiamento representam um pesado onus para os artigos de commercio, provam-no as clamorosas queixas dos "particularres", provam-no sobre tudo as innumeraveis tentativas feitas pelos commerçiantes livres para o fim de se subtrahirem ao pagamento desses vexatorios tributos. Lamentavelmente o material de cifras existente nos documentos brasileiros não permite, por sua insufficiencia, a organização de tabellas desses gravames e suas constantes oscillações. As escassas notícias contidas na lista de contribuições e fretes, de Reesse, bem põem, na verdade, vem dilatar o nosso conhecimento do assunto (770). Este pesquisador hollandez mostra que a W. I. C. nada tinha a doçor pelo comboio, e que os commerçiantes livres pagavam esse tributo não à Republica, e sim à Companhia.

Quanto ensinava em Recife a reynessa de uma partida de assuar, evidencia-se da instrutiva fatura do agente de commercio J. V. Rasenbergh, de 2 de Outu-

(770) Reesee, Supplemento G., p. CXIX "Overzicht van de rechten bij den handel op Brazilië, datc particulieren aan de West-Indische Compagnie verschuldbiedt". (Sistema dos direitos das pessoas particulares à Companhia das Indias Ocidentaes relativamente ao commercio do Brasil). Infelizmente o capitulo descriptivo do commercio do açucar no Brasil é o mais fraco deste trabalho aliás seu territorio.

bro de 1644 (771). São della extraídas as seguintes cifras. Por 26 caixas de açucar, em que se continham 308 arrobas de "branco" e 224½ arrobas de "mascavado" no valor total de 2190:16 florins, montaram as despesas:

	<i>em florins e soldos</i>
Do direitos de exportação	598
De balança e tara	21:9
De salario a trabalhadores (pelo transporte do açucar da ba- lança para o deposito, do de- posito para o cais e do cais para bordo)	48:12
De estadia no deposito	7:16
Por 104 cintas de ferro para as caixas e pregagem dos vols.	54:12
Por marcas das caixas	3:18
Por corretagem	14
Por expedição bem como traslado dos conhecimentos e registros das marcas	7:16
 Somma	<hr/> 696:3

Por mais que custasse a muitos directores e acionistas conformar-se com a ideia de partilhar com os odiados comerciantes livres os lucros do Brasil, o facto é que o franqueamento do commercio, ao proprio paiz, foi de extraordinario beneficio. Somente em virtude delle, foi dado a João Mauricio iniciar e completar o desenvolvimento economico da Nova Hollanda; só mediante elle pôde a Colonia receber os materiaes, sem os quaes não poderiam plantadores e fazendeiros do Norte do Brasil, realizar um trabalho proveitoso. A

(771) Esta factura é encontrada na pasta W. L. C. G. Nr. 59.

disposição ardente para o trabalho e espirito empreendedor dos "vrije kooplieden" (comerciantes livres) trouxeram ao mercado recifense nova vida, incitando a Companhia a empregar também de sua parte o maximo esforço, afim de não ser desbancada pelos seus rivais competidores. Incontestavelmente, o monopólio da venda de escravos e de pau brasil proporcionou à W. I. C., numa renda avultada e segura, mas no negocio do açucar foi ella por muito sobrepujada pelos "particulares", como patentearão ao leitor os registros de exportação do Capítulo que se segue.

CAPÍTULO TERCEIRO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Nos primeiros annos da empresa brasileira, a Companhia esforçou-se por exercitar um extenso comércio de trocas com os Indígenas da região ocupada, visando dest'arte adquirir os productos da terra que os Portuguezes, em sua disposição hostil, retinham ou destruiam mesmo, de preferencia a fornecê-los aos ma'dicos ineréos. Pos isso, já em 1631, os navios que se destinavam ao Brasil traziam em seu bordo fazendas de linho e de lã, tecidos finos e grossos das cores mais variegadas, bellas plumas, machados, enxadas, facas, tesouras, coraçs, aljofares e outras quinquilharias, coussas estas de que são os Índios do Brasil tão avidos como os negros da Guiné e de Angola (772). Durante certo periodo, o comércio de trocas floresceu nos fortins da costa da Parahyba, do Rio Grande e na Ilha de Itamaracá. Neste último ponto estabeleceram-se também, pela primeira vez, em 1634, mercadores portuguezes. Quando a escuridão crepuscular se adensava ou era noite atravessavam elles para a ilha em canoas e iam oferecer aos Hollandezes tabaco e assuear, a despeito de haver Albuquerque prohibido sob pena de morte todo e qualquer tráfego com o inimigo. Ordinariamente, a mercadoria era depositada nas proximidades dos

(772) Wüsten, Tauschhandel (Comércio de trocas), p. 540 e segs.

postos hollandezes, com uma lanterna era dado um sinal á guarda, e os vultos indistinctos dos portadores desappareciam com a mesma presteza com que tinham vindo. No mesmo local, na noite seguinte, soldados da W. I. C. depositavam o artigo de commerce desejado pelos Portuguezes. De forma analoga era levado a efecto o commerceio de trocas entre os dous adversarios nas Capitanias do Norte (773). Em tudo, porém, devia haver a maior cautela, porquanto os Portuguezes gostavam de aproveitar semelhantes occasões para ataques de surpresa, não sendo poucos os hollaudezes que, por muito confiarem, se deixaram cair em esparrelas e assim sacrificaram as proprias vidas. Nunca deviam pois mosqueteiros singulares ir buscar o assucar em determinado lugar, se este se achava situado dentro da zona de campanha.

Este commerceio de trocas, cercando de tantos perigos, não era naturalmente bastante para suprir as necessidades da Companhia e dos comerciantes, de materia prima. Por seu lado, os despojos da pirataria, tão prospera nos annos 1634 e 1635 tambem foram de vulto a satisfazer as altas esperanças postas no Brasil. Enquanto a agricultura se achasse paralyzada, enquanto o clamor da guerra imperasse na região littoral da Nova Hollanda e um Conselho de Regencia que não estava na altura de arrear com as prementes dificuldades da situação deixasse escapar-se-lhe entre os dedos as rédeas da administração, — escusado seria cogitar de fazer fortuna no Brasil hollandez.

A situação apertada dos Hollandezes a impossibilidade de sustentar tropas e civis com os productos da terra, bem como a destruição systematica de todos os provisões pelo inimigo portuguez, determinavam por

(773) Segundo a Communicação de John Gijsseling à Com. Zel., de 4 Junho 1634.

si sóz que especie de carregamento a Companhia devia remetter para a costa oriental da America do Sul. Antes de tudo, grande quauitade de viveres para assegurar a subsistencia dos combatentes e do pessoal empregado no serviço da administração. Assim as Camaras enchiham as praças dos navios destinados ao Brasil de carne salgada, toucinho, pão, legumes, bacalhau, manteiga, queijo, sal, azeite, vinho, cerveja, vinagre e óleo de baleia, — procurando sapprir as faltas de um carregamento com as mercadorias do seguente. Nada chegava apesar disso. Mas da insufficiencia desses fornecimentos já foi dito tanto nos capítulos anteriores que nos julgamos dispensados de insistir no assumpto.

Em segunda linha, havia a considerar como artigos a expedir: as fazendas de séda, meia-séda, algodão, lã e linho para o vestuario dos soldados, dos funcionarios da Companhia e dos colonos em geral. E juntamente: paños de mesa, roupas de cama, travesseiros, camisas, ceroulas, meias, botas, chapéos, luvas, golilhos, botões, galões de prata e ouro, bandas, espelhos, escovas, pentes, lonça de mesa, copos e muitas outras coisas de que necessitavam os soldados aquartelados ou em campanha no interior. Todos estes objectos deviam, diante das listas remettidas de Peruambuco, ser escolhidos na metropole e entregues aos cargueiros do Brasil. Depois da chegada destes ao porto de Recife, todo o material acima descripto passava para os armazens da Companhia onde, seleccionadas as especies em pilhas separadas, era offerecido à venda por preços minimos a *ons eyghen volck*" ("a nossa propria gente"). Lamentavelmente, os encarregados das compras só raramente se adstringiam ás listas que as diferentes Camaras recebiam de seus representantes no Brasil e lhes entregavam para despachar. Assim é que se nos deparam, a cada passo, nas missivas do Governo, queixas

sobre queixas, perguntas e mais perguntas, por serem as listas enviadas, de propósito, postas à margem e enviadas mercadorias arbitrariamente escolhidas, e que não achavam quem as comprasse (774).

Constituiam importante grupo em todos os carregamentos destinados ao Brasil, os armamentos, nomeadamente: peças de pequeno calibre, tecido, balas do chumbo, polvora, pederneiras, murrões, terçados, facões, tambores, trombetas, euxadões, machados e todos os utensílios necessários à reparação dos canhões e mosquetes. A mesma categoria pertenciam também barracas (lonas e postes), caixas de remédios, bem como os instrumentos cirúrgicos necessários no serviço de campanha. Mesmo na escolha desses objectos indispensáveis fazia-se sentir a falta do necessário cuidado por parte da Companhia, se bem que o Governo Recifeense não cessasse de recomendar que tudo se fizesse para que nunca viessem a faltar armas, munições e remédios.

Materiais de construção eram transportados também em grandes quantidades para o Brasil, pois ali literalmente havia falta de tudo. E assim os navios carregavam cal, tijolos, ladrilho, para a construção de casas e ruas; recebiam a seu bordo vigas, traves, taboas, pregos e telhas; proviam-se de palicadas, feixes de poda, cestos e estacas para o levantamento de triunheiras necessárias à defesa, de cidades e aldeias. e, finalmente, de azeite, resina de terebentina, breu, óleo de bacela, pregos fortes, cabos, paúno de vela, pranchões e aneclas para as officiais de concerto de embarcações, as quais em vista de sua organização primitiva não mereciam o nome de "estaleiro". Quando o Statthalter e o Conselho exigiam muito ou as encarregadas eram argeantes, os directores da Companhia perdião muitas vezes a paciência, e recomendavam ao Governo

(774) Cf. também Wagen, Tauchblatt, p. 539.

que puxasse um pouco mais pela faculdade inventiva e tratasse de ajudar-se a si mesmo. Pois não se podia fazer de caixas de assucar velhas, carros, quasi sem trabalho? E porque não se empregavam serrarias para o preparo de taboas e pranchas, quando havia superabundancia de madeira, e os mecanismos, á moda dos engenhos d'água, podiam ser facilmente accionados pela força motriz hidráulica? (775).

E' muito de lastimar que sobre as duas questões principais, qual fosse o movimento annual de venda das mercadorias armazenadas e quanto poderia ter ganho num anno, no negocio, a Companhia, — nada se possa concluir. Toda a documentação a esse respeito é completamente falha. Apenas unia vez por outra aparecem nas "Actas" fragmentos de contas, como por exemplo um lançamento, aliás não desinteressante, do recebimento e consumo de tijollos e ladrilhos (Klinker), no periodo de 16 de Janeiro de 1641 ao fim de Julho de 1643, quando as casas da cidade Mauricia começaram a se propagar pelos terrenos edificaveis da Ilha Antonio Vaz.

Segundo os assentamentos, vieram da Hollanda "moppen ende clinckert" na importancia total de	1.154 650 florins
Foram compradas no Brasil pedras no valôr de	95 000 "
Na praia e em edificios arruinados de Olinda foram achadas pedras no valôr de	349 926 "
 Somma	1.599 475 florins

(775) O Cons. dos XXIX ao Governo do Reiche, 17 Dezembro 1639, 1 Julho 1640 W. I. C. O. C. Nr. 8.

Para construção de vias, casas, armazéns de recolher foram applicadas pedras no valor de	1.380 025 florins
Para concertos em Recife e outros lugares pedras no valor de	219 450 "
Somma	1.599 475 florins (776)

Se por um lado raramente encontramos extractos de contas nos papeis da W. I. C., por outro se nos deparam frequentemente originaes e copias de inventários de armazéns pernambucanos feitos por funcionários da Companhia. Mas essas relações nem registram quantos artigos tiveram entrada no respectivo anno, nem dão a conhecer quantos objectos mudaram de possuidor. Declaram simplesmente que em tal e tal dia as mercadorias existentes no deposito eram tantas. De mais a mais esses inventários só se referiam aos artigos recolhidos aos armazéns da W. I. C. de Recife e Olinda. O que os comerciantes livres recebiam da metrópole no mesmo anno, guardavam em seus depositos e vendiam a brancos e pretos, — tudo isso escapa ao nosso conhecimento inteiramente.

O estatístico deve também acolher com scepticismo os algarismos apresentados nos cálculos relativos às mercadorias exportadas. Trata-se sempre ahi de avaliações globaes, em que a expectativa de prompta venda é naturalmente a mais favorável possível, e onde raramente é levar em linha de conta perdas e danos do artigo, em consequencia de acondicionamento defeituoso, por calor, fogo, agua do mar, pelos ratos de bordo ou ainda pelas formigas que pululam nos armazéns de deposito, no Brasil. Só por estes motivos, é claro que

(776) "Ontvangst en de Distributie van Steenen" (Recebimento e distribuição de pedras) 1641-1653, na pasta W. I. C. O. C. Nr. 58.

os algarismos alinhados em tais documentos nenhum ponto de apoio offerecem para a determinação do valor das importações em Recife.

Melhor é a nossa orientação sobre o preço das mercadorias introduzidas no Brasil. Em tempos normaes a Companhia vendia os generos alimenticios aos consumidores pelos preços medios seguintes:

<i>Artigos:</i>	<i>Em florins</i>
1 pão	0.20
1 libra de carne	0.30
1 libra de toucinho	0.40
1 libra de queijo	0.40
1 libra de manteiga Holl.	1.—
1 quarta de feijão	0.15
1 quarta de ervilhas	0.15
1 quarta de cevadinha	0.25
1 libra de farinha de trigo	0.25
1 alqueire de farinha	1.50
1 libra de farinha de centoio	0.15
1 libra de presunto	0.40
1 libra peixe-salpreso	0.20
1 libra de bacalhau (777)	0.15
1 quartilho de azeite	1.60
1 " vinho esp.	1.50
1 " vinho franc.	1.—
1 " cognac.	1.75
1 " cerveja Zel.	0.50
1 " " Delft.	0.75
1 " " Rotterdam.	0.65

Quando porém os navios tardavam, as colheitas eram más, o inimigo invadia o territorio da Colonia ou a falta de numerario se tornava sensivel, então os pre-

(777) Os navios da W. I. C. que, a partir de 1640, passavam pela Terra Nova, de viagem para a Nova Nederlandia (America do Norte), e dali seguiam directamente para o Brasil, traziam grande quantidade de bacalhau. Naturalmente grande parte era arrojada no longo travessia. Em 1642 o Cap. Huybrecht Doonen e o Subcargue Frederico Naauwke se queixaram de que o maior cheiro do peixe reproduzia-se singularmente (suppartarel (Os nortistas à Cm. Zel., 30 Abril 1642 W. I. C. O. C. Nr. 57).

ços dos viveres subiam rapidamente como se impellidos por uma potente mola. Especialmente os da manteiga, do queijo e do vinho. Estes tres artigos eram os que soffriam mais fortes oscillações no mercado de Recife e eram por isso objecto de especulação preferido pelos Commerciantes livres e Judeus. Em Março de 1639, por exemplo, uma libra de manteiga hollandeza custava 8 florins, em Setembro de 1642, cinco, enquanto que por uma libra de queijo se pediam dous florins e meio. Eram preços estes que não se achavam ao alcance das bolsas dos funcionarios, empregados, operarios e caçadas populares mais baixas, e que provocaram de Van de Voorde a exclamação de que o Brasil era a terra mais cara deste mundo de Deus (778).

Para as manufacturas importadas da Europa e vendidas em Recife, encontra-se nos papeis da Companhia de Comercio das Indias Occidentaes, notações do preços em maior numero. Como em todos os mercados sul-europeus, como na costa occidental da Africa, desempenhavam tambem o principal papel na Nova Holanda os tecidos (Sayen) flamengos, finas fazendas de lã de pouca espessura, muito apreciada. Convintamente, reinava animada procura de paños ingleses, bombazinas (779), chandalote, fustão, musselina, fitas de sêda, fazendas de sêda, damasco, veludo, meias de sêda e de lã, assim como de linho da Silesia, da França e da Hollanda. Os artigos textis (780), comprados em grosso pela Companhia, o mais barato possível, eram offeridos aos compradores brasileiros com uma majo-

(778) Van de Voorde aos Directores da Zelanda, 24 Setembro 1642 W. I. C. O. C. Nr. 57.

(779) Estofado de lã e algodão.

(780) Infelizmente não posso io quizessemos enumerar aqui todos os artigos com os seus respectivos preços de aquisição. Aos interessados indicamos o nosso trabalho anterior: "Os Nederlanzen na região Mediterrânea" (Dissertações sobre História Comercial e Marítima II, p. 279 e segs.) onde vêm publicados os preços dos tecidos, em perfeita concordância com os dos documentos brasileiros.

ração no preço, de 50, 75 e até 100 por cento. Se, v. g., a vara de bom pauo inglez era vendida em Amsterdão pelo prego de quatro a sete florins, — em Recife a W. I. C. exigia, por igual medida, de sete a doze. Não raro as manufacturas eram vendidas em leilão, como carregamento de navio, aparecendo em tais ocasiões licitantes que as disputavam com vehemência. De dous destes leilões, realizados na capital da Nova Hollanda, nos dias 8 e 14 de Julho de 1638, chegaram até nós os protocollos. As cifras que se seguem, fôrâm dos mesmos extraídas (781).

<i>Artigos comerciais:</i>		<i>em florins</i>
Fazenda de lã matizada	por vara	0.65 — 1.00
Musselina.	" "	0.00 — 0.70
Linho frances	" "	0.75 — 0.95
Damasco	" "	1.35
Chamalote.	" "	1.66
Bombazina.	" peça	16.00 — 16.00
Fustão	" "	9.30
Sayen (?) (qualidade inferior, bôa e primeira).	" "	23.00 — 60.00
Panno branco inglez	" vara	2.00 — 2.20

Uma lista de preços correntes, datada do mesmo ano, e que certamente tem toda a connexão com os dos tecidos, contem os seguintes dados, relativos ao fornecimento das tropas coloninas (782).

(28) Lyrio von de Goedeleen (Lista de extratradicionais) (vendidas por ordem das Coroas da Zelândia e Holanda) W. L. C. O. C. Nr. 53.

(732) "Notitie van gedrevene so Dienstig sijn in Brasili" (Notitie de mededeling dat een van de gedrevenen in Brasili was). Na returno passo.

Artigos:

em florins

Chapéus para homem	por peça	5.00 — 10.00
Botas.	" par	12.00 — 13.00
Sella e pertences	" peça	40.00 — 45.00
Pistolas com coldre	" par	80.00 — 40.00
Espadus	" peça	10.00 — 18.00
Esporas	" par	2.00 — 3.50
Navalha de barba	" peça	1.00 — 1.25
Facões.	" "	0.90 — 1.20
Machadinhas	" "	1.00 — 1.50
Espelhos	" "	2.50 — 3.50
Pentes de marfim	" duzia	2.50 — 4.50
Escovas	" peça	0.50 — 0.70

No mesmo documento, em conclusão, acham-se notados ainda alguns pregos de especiarias das Indias Orientaes, vindas do archipelago da Sonda e introlinzadas na Nova Hollanda, via Amsterdão (783).

Artigos

em florins

Noz moseada.	por libra	0.80 — 0.90
Cravo da India	" "	0.90 — 1.00
Pimenta	" "	1.00 — 1.20
Canela.	" "	4.50 — 6.00

Ante a inopia de dados estatisticos, em tristes condições se achariam os nossos conhecimentos sobre a importação recifense, se para o artigo principal de comumercio, o "marfim negro", também disputassemos de tão poucos elementos. Felizmente este não é o caso; porquanto nas "Actas" da W. I. C., para o decennio de 1636 — 1645, encontra-se uma serie quasi ininterrupta de listas de venda de escravos em leilão. Esses registros nos habilitam a assignar com precisão matematica, para um limitado periodo, o comumercio

(783) A lista brasileira das especiarias exhibe notáveis diferentes da tabela de preços co-existentes no registo das mercadorias do meu livro do Mediterrâneo.

de escravos realizado pela Companhia, e rectificar os numeros phantasticos que, como apparigões, se exhibem nos relatos sobre a amplitude da importação hollandeza de negros. Já na minha monographia "O trafico de negros nas Indias Occidentaes e America do Sul até a emancipação dos escravos", lida na 42.^a reunião annual do Instituto Historico Hanseatico, em Breslau tive occasião de dar o devido valor ás cifras daquelles regis-
tros, pelo que me satisfaço agora em apresentar aqui apenas um breve resumo dos resultados obtidos.

Como já ficou anteriormente exposto os Hollan-
dezes reecbiam os trabalhadores negros de que nece-
sitavam para a cultura da canna, desde 1637 da Guiné,
e desde 1641 de Angola. (784). Quantos negros elles
acharam nas Capitanias conquistadas, quantos a elles
aceorreram, e quantos haviam sido feitos prisioneiros
ou provinhram da captura de navios negreiros portugue-
zes (785), muito longe estavam de satisfazer a caren-
cia de trabalhadores escravos para o serviço agricola
na Colonia. Depois, porém, que a Companhia adqui-
riu a posse de feitorias na costa occidental da África,
não mais teve de se preocupar seriamente com o abas-
tecimento de escravos á região colonial brasileira. Se-
gundo os dados fornecidos pela cartas geraes (General-
briefe), pelas "Notulas" e, em especial, pelos chamados
"Recueils van de Negros" (786), a importação total do
fim de 1636 até o verão de 1645 attingiu a cifra de
23.163 negros. Os escravos adquiridos por troca de ar-
tigos que valiam em Genova, de 12 a 75 florins, e
em Angola de 38 a 55, produziam nos leilões da Compa-
nhia em Recife — esta se tinha reservado expressa-

(784) Vide, p. 154 o seg., p. 184 e seq.

(785) Em Novembro e Dezembro de 1636 alguns navios espanhóis e portugueses que conduzia uns duzentos escravos caíram em poder dos Hollandezaes.

(786) Os "Recueils" se acham nos Fascículos W. I. C. O. C. Nr. 53-61 cf. Würtgen, Negerhandel, p. 401.

mente o monopolio da importação de negros, — o lucro bruto total de 6.714.423: 12 florins (787). Término medio, os compradores pagavam por cabeça de 200 a 300 florins. Quando os pretos eram bem saudios, bem conformados e robustos, os preços subiam muito mais, algumas vezes mesmo a 600 e 800 florins.

Os productos dos leilões hollandezes de negros em Pernambuco podem ser examinados na seguinte tabela (788).

Número de escravos

Anos	vendidos	Valor (em florins)
1636	1.031	167366: 4
1637	1.580	384580:14
1638	1.711	747663:12
1639	1.802	870288: 4
1640	1.188	399158: 8
1641	1.437	618127:12
1642	2.312	1.051166
1643	3.948	972252:16
1644	5.665	862726: 4
1645	2.589	641094:18
	23.163	6714423:12

Entre os Africanos occidentaes expostos á venda em leilão, gosavam de particular preferencia os negros de Angola. Os plantadores procuravam provêr-se quanto possivel delles, porque o pessoal angolense revelava muita disposição para o trabalho, e podia facilmente ser ensinado pelos escravos antigos. O negro da Guiné, pelo contrario, não agradava a muitos fazendeiros. Dizia-se que era rixoso, cabeçudo, preguiçoso, difficil de se acostumar à obediencia e ao trabalho' — comquanto

(787) Witten, *Tauschhandel*, p. 558 e segs.

(788) Esta tabela sem transcrição no Anuário Histórico Universitário do 1913, p. 421. Repete-se aqui porque não devia deixar de figurar no Capítulo em que se trata da "Importação e Exportação".

fosse capaz de produzir mais do que um escravo d'Angola quando em mãos de quem o soubesse dirigir (789). Nas casas dos negociantes ricos, dos proprietários agrícolas e funcionários mais elevados, ao contrário, os negros e negras da Guiné eram de boa vontade empregados no serviço doméstico, por serem associados de corpo e habilidosos nos misteres caseiros (790). "Quando consideramos", escrevi eu no meu trabalho sobre o tráfico negro, "que para a compra de um escravo, em Angola, bastavam increadoras de troca no valor de 40 a 50 florins, e que esse mesmo escravo, cujo transporte bem pouco custava, encontrava no Brasil quem desse por ele 200 a 800 florins, logo se deixa ver quanto era lucrativo para a Companhia o negócio da importação de escravos" (791). É verdade, que, em mais de um anno, grandes perdas foram sofridas em consequencia da peste de variola que atacava os negros, a qual em 1642 se propagou em Itamaracá, Parahyba, Rio Grande, Ceará e Maranhão com uma fúria nunca vista até então e em alguns lugares arrebatou todo o pessoal de trabalho das plantações (792). As calamitosas condições higiênicas a bordo dos navios negreiros exigiam igualmente vítimas e mais vítimas. Por falta d'água, e efeito de viveres corrompidos, velhos e jovens homens, mulheres e crianças pereciam miseravelmente na travessia. E a quanto não se elevaria o numero das infelizes criaturas que, acorrentadas, iam acabar a morte nas ondas quando o navio se despedaçava contra os escolhos, (793), quando um corsário ou um caçador estrangeiro

(789) Gov. e Cons. à Illr. da Companhia e Camara Zel., 14 de Janeiro 1630. do Alt. Cons. aos Directores de Middelburg 1 Outubro 1614 W. I. C. O. C. Nr. 53, 59.

(790) Segundo o relatório de Von der Dassen.

(791) Wätjen, Negerhandel, p. 432.

(792) Gov. e Cons. ao Cons. dos XIX e Camara Zel., 10 Novembro 1611. 2º Exercito 1642 W. I. C. O. C. Nr. 56, 57.

(793) Notulen, 17 Junho 1611 W. I. C. O. C. Nr. 69.

de transportes de escravos abordava o bateu negreiro e lançava ao mar parte da carga negra, por lhe não ser possível alojar a totalidade daquella gente? (794).

A espantosa cifra de casos fatais (795), durante o transporte para o Brasil forçou os Hollandezez a providenciarem para que se desse melhor tratamento aos negros alojados em angustioso aperto nas entrecobertas das embarcações. Por essa razão, aos navios que navegavam para a Guiné ou para Angola se mandou fornecer farinha, legumes (principalmente feijão, peixe seco, vinho, vinagre e medicamentos (796). Solicitos aconselharam os "Agentes compradores" da W. I. C. em Elmina e S. Paulo de Loanda que se organizasse o commercio de escravos segundo os moldes portuguezes. Neste ramo, elles eram mestres. Com isso concordou tambem o agente zelandez P. Morthamer em relato de uma viagem a Angola, emprehendida em 1643. "Os Portuguezes", iê-se ahí, "são muito melhores mercadores de escravos do que nós. Elles accommodam numa pequena caravela com facilidade 500 negros, ao passo que os nossos grandes navios apenas podem transportar de uma vez 300. Pelo asseio de bordo, pela boa alimentação, fornecimento de cobertores aos negros, conseguem os Portuguezes que em seus navios os casos de óbito se tornem um tanto mais raros. Além disso, elles acostumiam ainda na África os negros à vida de escravo, para que no Novo Mundo não sintam mais tanto a perda da liberdade. Se seguirmos esse exemplo, obteremos melhor mercadoria, teremos menor numero de mor-

(794) Wülfen, *Nephchaudel*, p. 429.

(795) Em geral, nos navios de Guiné, cujo viagem era mais demorada que a dos d'Angola, reinava a maior mortandade. Cf. Missiva do Ali. Cons. à Camera da Zel., 26 Julho 1614, 13 Fevereiro 1615 W. I. C. O. C. Nr. 57, 60.

(796) Viz o esse respeito a missivo do Govenro Reissenho de 20 de Dezembro de 1641.

tos na travessia e poderemos alcançar no Brasil preços mais elevados" (797).

A prospera mercancia de negros, de que a W. I. C. tirava os principaes recursos para a manutenção da dispendiosa Colonia brasileira, ficou estagnada quando Vidal e Vieira desfraldaram a bandeira da rebellião em Pernambuco e a inesperada e rápida propagação desta determinou a fuga para a costa, não só aos plantadores hollandezes como também aos Portuguezes fiéis à Holanda. Parte da escravaria fugiu com elles. O maior numero, porém, procurou ligar-se aos negros fugidos homisiados nas selvas (quilombolas), enquanto que os Africenos, capturados pelos patriotas, eram alistados à força em suas hostes rebeldes. Em vista disso os navios negreiros que chegavam ao Recife não encontravam mercado nem compradores. Para dar, porém, aplicação util à custosa mercadoria, o Alto Conselho teve a boa ideia de re-expedir para as Indias Occidentaes esses navios com o seu carregamento negro. Os capitães recebiam a incumbencia de tocarem em Barbados, ou em qualquer outra ilha das Pequenas Antilhas e ahi trocarem as "peças Ethiopes" ("Mohrenkerle") por algodão anil ou tabaco (798). Temos notícia de um veleiro de nome "Tamandaré", que, em 1646, tendo de Pernambuco rumado para o Norte, com 474 escravos, perdeu numa viagem de 21 dias 217 negros victimados pela varíola e desembarcou os restantes em Barbados. Ahi foram esses negros oriundos da Guiné levados a leilão, e trocados por 200.000 libras de tabaco e 50.000 de algodão (799). Durante a campanha libertadora o es-

(797) *Notiziario da Martenauer na pasta W. I. C. O. C. Nr. 46.* Cf. Wättjen, *Negghandel*, p. 438, onde este trecho já tem citado.

(798) *Instructie van de Hooge Raeden*, 30 Dec. 1645. Alt. Cons. à Com. Zel., 27 Fev., J. V. Utrechtberg à mesma, 28 Fev. 1646 W. I. C. O. C. Nr. 61.

(799) *Joda Steyl aos Directores Middelburgenses*, 31 Agosto 1646. W. I. C. O. C. Nr. 62.

eravo em Recife baixou á condição de meio liberatório. Quando, por exemplo, as provisões dos depósitos da Companhia não eram sufficientes para o abastecimento das tropas e o Alto Conselho tinha necessidade de recorrer aos commerciantes livres para o suprimento das faltas, oferecia-lhes em troca de farinha, pão e carne, negros robustos que o negociador remettia depois como artigo de troca para as colônias espanholas (800).

Naturalmente, os efeitos da Revolução pernambucana sobre o commercio de escravos africanos da W.I.C. não ficaram ignorados. Assim foi que van der Wel, o Governador hollandez da Costa do Ouro, em Junho de 1646 escreveu ao Directorio uma carta em que dizia parecer que no Brasil já não havia mais precisão de escravos, — o que entretanto não impediu que recebesse ordens estritas de não suspender as remessas de negros quacsquer que fossem as circunstâncias. Dentro em pouco Pernambuco seria libertado do inimigo (801), e para a restauração da arruinada cultura da canna havia de precisar de grande numero de negros. Mas a esperança de salvação da Colónia resultou illusoria. O Deus das batalhas ficou do lado dos patriotas, e cada vez mais raros, depois de 1646, se fôram tornando no porto da metrópole hollandez os navios negreiros. Os Capitães destes barcos preferiam não tocar mais em Recife e fazer rota directa para o mar dos Caraibas, onde, desde a conclusão da paz com a Espanha, se podia sem perigo e em qualquer parte dar saída á mercadoria negra.

Se em relação á importação de mercadorias em Recife no período hollandez não é possível infelizmente,

(800) O Alt. Cons. à Cais. de Zez., 31 Julho 1615 W. I. C. O. C. Nr. 60.

(801) J. van der Wel ao Cons. das XIX, 1 Junho 1616. O Cons. das XIX a van der Wel, 13 Dez. 1646 W. I. C. O. C. Nr. 10. Cf. Wüsten, Tauschhandel, p. 559.

diante do que nas fontes se acha registado organizar uma estatística satisfactoria, e mesmo quanto aos negres importados, apenas se acham consignados preços e quantidades para um decennio; outro é o quadro que se nos depara ao pesquisarmos as "Actas" em busca de dados sobre a exportação brasileira. Então se nos an-tolha uma caudal de cifras. Para cada artigo singular de exportação existem nos documentos do archivo da Companhia estatísticas mais ou menos completas, em vista das quaes podemos verificar quanto a W. I. C., e quanto os commerciantes livres exportaram para a mãe patria. Esse vasto material habilita-nos a organizar tabellas de exportação e a julgar da exactidão das listas appensadas ao pamphleto "Brasilschen Gelt — Saect", pelo seu autor, e que servem de fundamento ao Registro do assuear, de Reesse (802).

Não são preecias muitas palavras de introdução para as tabellas de exportação a que damos publicidade nas paginas seguintes. Os algarismos falam por si mesmos. Todos quantos têm tido necessidade de extrahir de ar-chivos, listas semelhantes bem sabem como é penoso e rouba tempo colligir de cartas, protocolos, manifestos, conhecimentos, facturas etc, series de cifras e mais ci-fras, para coordenal-as em tabellas. Quereudo apresentar ao leitor o quadro do movimento da exportação, com a maior fidelidade possível, conservamos a contagem usada nas fontes, por arrobas, deixando de fazer a sua conversão em libras (1 arroba = 28 libras). Tambem relativamente a todos os objectos de commer-cio, até onde as indicações encontradas o permittiam, consignamos, anno por anno, a distribuição do acervo das mercadorias pelas cinco Caixas da Companhia ou pelos recebedores livres domiciliados nos portos de des-

timo. — Todos os productos e materia prima do Brasil concernentes á W. I. C. eram repartidos pelas Camaras na medida da quota de ações que representavam; assim Amsterdão recebia quatro nonos, Zelandia dous nonos, Rotterdão, Hoorn/Eenkuizen e Groninga um nono, cada uma. Quanto ás remessas dos comerciantes livres, ou retornos ("Retouren"), prevalecia, pelo contrario, a importancia das ordens de compra enviadas pelas diferentes firmas particulares aos seus agentes ou socios em Recife. Ao reclamo de varios Directores para que, por conta das fartas remessas de viveres, tecidos e material bellico feitas pelas suas respectivas Camaras, fossem estas particularmente favorecidas nos retornos de assucar, não quizeram o Governador e o Conselho acceder. Declararam por essa occasião que só podiam empregar todo o empenho afim de que cada Camara recebesse a quota a que tinha direito (802-a) e que se, por exemplo, Rotterdão houvesse mandado mais mercadorias de que Zelandia, a diferença seria compensada na vez seguinte. Que tales compensações foram constantemente observadas, provam-no a cada passo os nossos registros. Sigam-se agora as tabelas, dando-lhes inicio a que se refere ao principal artigo de exportação da Nôva Hollanda.

(802-A) Gov. a Com., no Cons. das XXIX, 5 de Março 1619, W. I. C. O. C. Nr. 54.

(A) Assucar.

I. Por conta da Companhia.

Annos	Volumes	Quali-dades	Peso total (em arrobas)	Receivedo	Arrobas	Quali-dades
1629 (80%)	1.200 caixas	B.(804)	—	—	—	—
1630	—	—	—	—	—	—
1631	828 caixas	B.	14.907	—	—	—
	63 pães	"	—	—	—	—
	59 barricas	"	—	—	—	—
	1 pipa	"	—	—	—	—
	96 caixas	M.	1.868	—	—	—
	57 barricas (805)	"	—	—	—	—
	6 caixas	R.	131	—	—	—
	9 barricas	"	—	—	—	—
1632	1.514 caixas	B.	18.340 $\frac{3}{4}$	Amsterdão	8.062 $\frac{3}{4}$	B.
	2 pães	M.	4.274	Zelandia	583 $\frac{1}{2}$	M.
	?	R.	497		6.500	B.
					2.835 $\frac{1}{2}$	M.
					497	R.
				Rotterdão	2.047	B.
					510	M.

(801) As entradas até 1631 referem-se na maior parte a pressas.

(802) B = Branca, M = enescavado, R = reta e.

(803) Faltam os pesos dos pães, barricas e pipas.

				Hoorn		874 $\frac{1}{2}$	B.
				Groninga		179 $\frac{1}{2}$	M.
						857	E.
						165	M.
1633	--		—	—		—	—
1634	2.117 caixas	B.		—		—	—
	276 barricas	M. R.		—		—	—
1635	2.370 caixas	B.		50.959 $\frac{1}{2}$		—	—
	6 pipas	"		—		—	—
	2 barricas	"		—		—	—
	774 caixas	M.		22.414		—	—
	20 barricas	"		—		—	—
	6 pipas	"		—		—	—
	190 caixas	R.		4.342		—	—
1636	1.817 caixas	B.		41.721 (500)	Amsterdão	5.093	B.
	14 barricas	"				1.794	M.
	478 caixas	M.		11.026	Zelandia	2.576	R.
	3 barricas	"				15.473	B.
	113 caixas	R.		2.599	Rotterdão	4.416	M.
						9.923	B.
						2.415	M.
						23	R.

(855) Não vem a distribuição de 1777 arrobas.

Anos	Volumes	Qualidades	Peso total (em arrabas)	Recebido	Arrabas	Qualidades
				Hoorn	40	B.
					24	M.
				Groninga	9.232	B.
					2.346	M.
1637	96 caixas	B.				
	29 barricas	"	2.144	—	—	
	1 pipa (807)	"				
	50 caixas	M.	1.114	—	—	
	3 "	R.	69	—	—	
1638	2.043 "	B.	42.378 ½	Amsterdão (809)	12.798	B.
	647 "	M.	13.484		4.133 ½	M.
	176 "	R.	4.188 ½	Zelandia	1.313 ½	R.
					5.479 ½	B.
					1.633 ½	M.
					518	R.
				Rotterdão	3.207	B.
					624	M.
					230	R.
				Hoorn	2.673	B.
					649	M.
					221	R.

(807) Não consta o peso.

(808) De 15748 1/4 arr. B, 5779 arr. M, e 1826 1/2 arr. R, não conhecemos a distribuição pelas 5 Câmaras.

				Groninga	2.473	B.
					646	M.
					212	R.
1639	3.874 caixas	B.	81.417 ¾	Ansterdão	38.143 ¾	B.
	1.374 "	M.	29.139 ¾		13.417 ¾	M.
	867 "	R.	20.283 ¼	Zelandia	9.247 ¼	R.
					17.151 ¾	B.
					6.199	M.
				Rotterdão	4.371 ½	R.
					8.476	B.
					3.698	M.
				Hoorn	2.190	R.
					8.475	B.
				Groninga	3.097	M.
					2.190	R.
					9.171 ¼	B.
					3.328	M.
					2.284 ½	R.
1640	1.848 caixas	B.	39.745 (800)		—	—
	703 "	M.	4.863 ¾		—	—
	76 "	R.	1.791		—	—
1641	3.450 "	B.	71.377 ¾	Ansterdão	30.884 ¾	B.
	843 "	M.	17.190 ½		7.808 ¾	M.
	256 "	R.	5.693		3.577	R.

(202) A distribuição do ouro pelas diferentes Comarcas acha-se tão incompleta que não vale a pena contregar as cifras registradas.

Annos	Volumes	Qualidades	Peso total (em arrobas)	Recebido	Arrobas	Qualidades
				Zelandia	18.403 ½	B.
					3.565 ½	M.
					758	R.
				Rotterdão	6.512 ½	B.
					1.872 ½	M.
					592 ½	R.
				Hoorn	8.725	B.
					2.225 ½	M.
					460	R.
				Groninga	6.852	B.
					1.718 ½	M.
					305 ½	R.
1642	3.483 caixas	B.	70.249 ½	Amsterdão	33.469 ½	B.
	797 "	M.	16.563		7.821	M.
	184 "	R.	4.104		2.572	R.
				Zelandia	17.619 ½	B.
					3.950 ½	M.
					1.413	R.
				Rotterdão	6.599	B.
					1.586	M.
					19	R.
				Hoorn	6.115	B.
					1.461	M.

				Groninga	6.447	B.
					1.743 $\frac{3}{4}$	M.
					100	R.
1643	1.213 caixas	B.	22.320 %	Amsterdão	10.211 $\frac{1}{4}$	B.
	485 "	M.	9.247 $\frac{1}{2}$		3.389 $\frac{1}{2}$	M.
	80 "	R.	1.631	Zelandia	1.252 $\frac{3}{4}$	R.
					5.350	B.
					2.818 $\frac{1}{2}$	M.
					378 $\frac{3}{4}$	R.
				Rotterdão	3.017	B.
					1.851 $\frac{1}{2}$	M.
				Hoorn	3.742 $\frac{1}{2}$	B.
					1.183	M.
1644	797 caixas	B.	14.376 $\frac{1}{2}$	Groninga	—	—
	354 "	M.	6.524 $\frac{1}{2}$	Amsterdão	1.673 $\frac{1}{4}$	B.
	130 "	R.	2.894		1.036 $\frac{1}{4}$	M.
				Zelandia	745 $\frac{3}{4}$	R.
					9.891 $\frac{1}{2}$	B.
					4.000 $\frac{1}{2}$	M.
					2.148 $\frac{1}{4}$	R.
				Rotterdão	1.230 $\frac{1}{2}$	B.
					746	M.

(810) Com 1.000 caixas = 10.514 sacs. de açucar do S. Thomé. Pela primeira vez concordam os cifras totais, com excepção de insignificantes divergências nos Brancos, com as quais constigadas no "Ursulichia Geit-Sack". Neste passaporte as 10.514 arrobas são adicionadas as Arrobas de Retâmc.

(811) O ter a Zelandia receber tanto açucar, segunda a comunicação do Alto Conselho aos Directores de Middelburgo em carta de 10 de Maio 1644 (W. I. G. O. C. Nr. 59), está ligado ao facto de haver esta Camara cedido às outras grandes lojas do carregamento por ultimo chegado de Amstola.

Annos	Volumes	Quali- dades	Peso total (em arrobas)	Recebido	Arrobas	Quali- dade
1645	1.086 caixas 486 "	B. M. R.	21.321 ½ 9.798 ¾ 1.118	Hoorn	687	B.
				Groninga	315	M.
				Amsterdão	891 ¼	B.
					423 ½	M.
				Zelandia	5.983 ¾	B.
					2.671	M.
					669 ¼	R.
				Rotterdão	9.367 ½	B.
					3.501 ¾	M.
					451 ¾	R.
1646	2.045 caixas 653 "	B. M.	41.972 ¾ 13.637	Hoorn	1.801	B.
				Groninga	1.502 ¾	M.
				Amsterdão	1.465 ¾	R.
					931 ¼	B.
				Zelandia	2.704	M.
					1.191 ½	R.
				Rotterdão	20.539 (313)	B.
					9.054	M.
				Zelandia	7.526 ¾	B.
					2.935 ½	M.

(812) Juntamente 4635 arrobas de S. Thomé.

(813) Além disto receberam Amsterdão 3000 art., Hoorn Enkhuizen 14.139 ½ arrobas de açucar de S. Thomé

(813) Além disto receberam Amsterdão 3000 art., Hoorn Enkhuizen.

1647/48	—	B.	46.144	Amsterdão	17.036	B.
		M.	21.773 ½		10.027	M.
		R.	4.379		3.409	R.
				Zelandia	19.624	R.
					7.002	M.
					370	R.
				Rotterdão	3.702	B.
					1.852	M.
				Hoorn	5.782	B.
				Groninga	2.692 ½	M.

II. Por conta dos Commerciantes livres

Annos	Volumes	Qualidades	Peso total (em arrobas)	Recebido	Arrobas	Qualidade
1635	287 ½ caixas	B.	6.517	Amsterdão	1.933	B.
	41 "	M.	839		670 ½	M.
	11 "	R.	731		231	R.
1636	2.970 ½ caixas	B.	68.322	Amsterdão	51.647	B.
	856 "	M.	19.688		15.594	M.
	37 "	R.	651		828	R.
				Zelandia	6.302	B.
					2.070	M.

(814) Não ha outras entradas.

Ano	Volumes	Qualidades	Peso total (em arrobas)	Recebido	Arrobas	Qualidades
				Hoorn	6.555	B.
					1.702	M.
					23	R.
				Groninga	3.818	B.
					322	M.
1637	1.803 caixas	B.	38.171	—	—	—
	1.112 "	M.	23.784	—	—	—
	32 "	R.	690 $\frac{1}{2}$	—	—	—
1638	3.644 caixas } 1 barrica }	B.	76.452 $\frac{1}{2}$	—	—	—
	2.009 caixas	M.	42.059	—	—	—
	752 "	R.	17.543 $\frac{1}{2}$	—	—	—
1639	4.414 caixas	B.	92.910 $\frac{1}{2}$	—	—	—
	1.885 "	M.	39.180 $\frac{1}{2}$	—	—	—
	439 "	R.	10.159	—	—	—
1640	7.126 caixas	B.	154.135 $\frac{1}{2}$	—	—	—
	3.012 "	M.	60.844 $\frac{1}{2}$	—	—	—
	204 "	R.	4.420	—	—	—
1641	11.092 caixas	B.	237.817 $\frac{1}{2}$	Amsterdão (815)	91.553 $\frac{1}{2}$	B.
	4.177 "	M.	87.762 $\frac{1}{2}$		32.683 $\frac{1}{2}$	M.
	1.284 "	R.	27.721		12.650 $\frac{1}{2}$	R.

(815) As cifras separadas dadas para as diversas Camaras, nas fontes, não concordam exactamente com os números totais. A diferença no "Urâncio" monta a 8.863 arrobas, no Marcaado a 327 $\frac{1}{2}$, no Retamo a 202.

				Zelandia	62.947	B.
					23.326	M.
					5.403 $\frac{1}{2}$	R.
				Rotterdão	22.537 $\frac{1}{2}$	B.
					10.440 $\frac{1}{2}$	M.
					3.711	R.
				Hoorn	31.729 $\frac{1}{2}$	B.
					13.061	M.
					3.590	R.
				Groninga	20.186 $\frac{1}{2}$	B.
					9.070	M.
					2.649	R.
				Amsterdão	71.721 $\frac{1}{2}$	B.
					22.440	M.
					3.376	R.
				Zelandia	29.827 $\frac{1}{2}$	B.
					8.871 $\frac{1}{2}$	M.
					1.142 $\frac{1}{2}$	R.
				Rotterdão	27.460	B.
					8.420 $\frac{1}{2}$	M.
					248	R.
				Hoorn	15.945 $\frac{1}{2}$	B.
					5.259 $\frac{1}{2}$	M.
					682 $\frac{1}{2}$	R.
				Groninga	9.476 $\frac{1}{2}$	B.
					2.765 $\frac{1}{2}$	M.
					361	R.
1642	7.256 caixas	B.	154.431			
	2.279 "	M.	47.767			
	253 "	R.	5.810			

Annos	Volumes	Quali-dades	Peso total (em arrobas)	Recebido	Arrobas	Quali-dades
1643	9.559 caixas	B.	183.505	Amsterdão	76.467	B.
	3.200 "	M.	65.376 ½		25.563 ¾	M.
	11 "	R.	206 ½		79 ½	R.
				Zelandia	30.112 ¾	B.
					13.716	M.
				Rotterdão	26.448	B.
					8.501 ½	M.
					127	R.
				Hoorn	24.202 ¾	B.
					7.155 ½	M.
				Groninga	26.275	B.
					10.439 ½	M.
1644	7.790 caixas	B.	159.448 ½	Amsterdão	63.916	B.
	3.276 "	M.	67.802 ½		27.848 ¾	M.
	44 "	R.	1.082 ¼	Zelandia	34.319 ¾	B.
					11.653 ¾	M.
					1.062 ½	R.
				Rotterdão	26.270	B.
					12.184	M.
					20	R.
				Hoorn	21.098 ¾	B.
					9.744 ¾	M.
				Groninga	13.844 ½	B.
					6.372	M.

1645	6.193 caixas	B.	128.855 ½	Amsterdão	63.442 ¼	B.
	1.981 "	M.	42.810 ½		20.167	M.
	1.41 "	R.	3.808 (816)	Zelandia	2.145 ¼	R.
					29.060 ¼	B.
1646					7.883	M.
				Rotterdão	1.028	R.
					8.725 ½	B.
					3.541 ½	M.
1647					265 ½	R.
				Hoorn	9.122	B.
					3.069 ¾	M.
				Groninga	17.090	B.
1646	659 caixas	B.	13.463	Amsterdão	7.250	B.
	304 "	M.	6.318		3.265 ¼	M.
				Zelandia	4.193	B.
					2.441	M.
1647				Rotterdão	2.020	B.
					61 ½	M.
	812 caixas	B.	15.621	Amsterdão	4.026 ¼	B.
	324 "	M.	6.614		2.683 ¼	M.
1647	102 "	R.	2.290	Zelandia	1.340	R.
					11.594 ¼	B.
					3.847	M.
					950	R.
1647				Rotterdão	83 ¼	M.

(816) Juizamento 7000 sacas de sementes de S. Thomé.

<i>Annos</i>	<i>Volumes</i>	<i>Quali-dades:</i>	<i>Peso total (em arrobas)</i>	<i>Recebido</i>	<i>Arrobas</i>	<i>Quali-dades</i>
1648	714 caixas	B.	13.709 ½	Amsterdão	4.201	B.
	345 "	M.	7.250		2.629 ½	M.
	2 "	R.	89	Zelandia	19	R.
					8.029 ½	B.
					3.289	M.
					20	R.
				Uitmarkt	1.479	B.
				Groninga	1.331 ½	M.
1649	963 caixas	B.	18.343	Zelandia	12.607	B.
	476 "	M.	9.536		6.567 ½	M.
	8 "	R.	192 ½	Rotterdão	38 ½	R.
					5.736	B.
					2.968 ½	M.
					154	R.
1650	538 caixas	B.	11.509	Zelandia	11.509	B.
	201 "	M.	4.314 ½		4.314 ½	M.
1651	134 caixas	B.	2.667	Zelandia	2.667	B.
	46 "	M.	878		878	M.

(812) Não sabemos se então os comerciantes livres de Amsterdão e outros postos receberam açucar.

(B) Doces (fructas crystalizadas, etc.)

I. Por conta da Companhia.

Anos	Volumes	Peso total (em libras)	Recebidos	Volumes ou libras
1631	109 barriletes	—	Amsterdão Zelandia Rotterdão	26 barriletes 76 " 7 "
1632/35	— --	—	—	— —
1636	39 barriletes	—	Amsterdão Zelandia Groninga	9 barriletes 12 " 18 "
1637	5 toneletes	1.261	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga	558 libras 280 " 143 " 140 " 140 "

(a18) Faltam as notas d'abi com diante se bem que nas fontes, quanto aos anos 1630 e seguintes, inicia-se fala em remessas de doces por conta do W. I. C.

II. Por conta dos Commerciantes livres.

Ano(s)	Volumes	Peso total (em arrobas)	Recebidos per Commerciantes livres em:	Volumes em arrobas
1635	66 barriletes	250	Amsterdão	250 arrobas
1636	--	--	--	--
1637	40 caixinhas	--	--	--
1638	--	14	Amsterdão	14 arrobas
1639	243 --	--	--	--
1640	--	19	--	--
1641	8 barriletes	--	Amsterdão	4 barriletes
			Groninga	4 "
1642	28 caixinhas } 27 barriletes }	--	Amsterdão	22 caixas 22 barriletes
			Zelandia	2 caivas
			Rotterdão	4 5 barriletes
1643	39 barriletes } 49 caixas } --	146	Amsterdão	34 arrobas
			Zelandia	40 $\frac{1}{2}$ "
			Rotterdão	63 $\frac{1}{2}$ "
			Hoorn	6 "
			Groninga	2 "

(819) De 14 caixas e 35 barriletes não ha mais de numero de arrobas.

1644	14 caixas	49 ¾	Amsterdão Rotterdão Hoorn	40 ¾ " " " 7 ¾ " " 1 ½ " "
1645	— — —	66 ½	Amsterdão Zelandia Rotterdão	23 " " 33 ½ " " 10 " "
1646	— — —	—	—	— — —
1647	— — —	17	Zelandia	17 arrobas

(C) Tabaco

I. Por conta da Companhia.

Anitos	Volumes	Peso total (em arr. ou lb.)	Recobrido	Vols. arr. ou libras
1620	230 caixas	—	—	— —
1630	—	—	—	— —
1631	327 rólos (820) 23 $\frac{1}{2}$ caixas 2 barricas 1 casco 1 tonelete	— — — — —	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga	13 caixas 10 rólos 6 $\frac{1}{2}$ caixas 2 barricas 1 casco 1 tonelete 4 caixas 317 rólos
1632/31	—	—	—	— —
1635	42 caixas	35.020 lb. (821)	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga	11.197 $\frac{1}{2}$ lb. 304 $\frac{2}{3}$ " 452 $\frac{1}{2}$ " 3.201 $\frac{1}{3}$ " 2.452 $\frac{1}{2}$ "
1636	23 caixas	11.641 lb.	Amsterdão	1.979 "

(820) Os rólos vieram em envolvimentos caídos de couro.

(821) De 16.612 libras falta a declaração da sua distribuição pelas Comarcas.

			Zelandia	5.068	"
			Hoorn	860	"
			Groninga	3.734	"
1637	1 caixa	—	—	—	"
1638	1 "	12 art.	—	—	"
	1 barrica	500 lb.	—	—	"
1639	8 caixas	144 $\frac{1}{2}$ arr.	Amsterdão	116 $\frac{1}{2}$ arr.	"
	—	—	Hoorn	28	"
1640/45	—	—	—	—	"
1646/48 (322)	—	202 $\frac{1}{2}$ arr.	Amsterdão	170	"
			Zelandia	32 $\frac{1}{2}$	"

II. Por conta dos Commerciautes livres.

Annos	Volumes	Peso total (em arr. ou lb.)	Recebido	Vols, arr. ou libras
1635	40 rolos 5 caixas 1 barrilete	—	—	—
1636	37 $\frac{1}{2}$ caixas	12.505 lb.	Amsterdão Zelandia Hoorn	32 caixas 4 $\frac{1}{2}$ " 1
1637	66 caixas e barricas]	—	—	—

(322) Esta lista está incompleta apesar de conter todos os efeitos constantes das "Actas".

Anos	Volumes	Peso total (em libras)	Recebido	Vols. arr. ou libras
1638	84 caixas 62 rolos 1 tonelete	8.139 arr.	—	—
1639	— 2 caixas	8.460 lb. 36 arr. 20 arr.(823)	—	—
1640	—	108 arr.	—	—
1641	—	Amsterdão Zelandia Groninga	35 arr. 71 " 2 "	
1642	—	1.644 arr.	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn	1.047 " 27 " 311 " 250 "
1643	100 caixas	1.760 $\frac{1}{4}$ arr.	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn	500 " 820 $\frac{1}{4}$ arr. 248 $\frac{1}{2}$ " 163 $\frac{1}{2}$ "
1644	92 caixas	1.717 arr.	Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga	12 " 764 $\frac{1}{2}$ " 427 " 182 $\frac{1}{2}$ " 287 " 56 "

(823) Apesar um assento.

1645	97 caixas	1.900 arr.	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga	1.203 arr. 193 $\frac{1}{2}$ " " 247 " " 102 " " 253 $\frac{1}{2}$ "
1646	—	—	—	—
1647	1 caixa	24 arr.	Zelandia	24 arr.
1648	9 caixas	160 $\frac{1}{2}$ arr.	Amsterdão Zelandia	127 " " 33 $\frac{1}{2}$ "
1649	18 caixas(624)	—	Zelandia Rotterdão	4 caixas 14 "
1650	17 caixas	897 $\frac{1}{2}$ arr.	Zelandia	397 $\frac{1}{2}$ arr.

(624) Uma das caixas era de raph. Também está registrado dove ser tecido como incompleto.

(D) Pau-brasil

Por conta da Companhia. (825)

Anos	N. ^o de peças	Peso total (em libras)	Recebido	Libras
1631	138	—	—	—
1632	870	2.334	—	—
1633	430	—	—	—
1634	—	125.951	Zelandia (826)	27.443
1635	—	334.654	Amsterdão	148.739
			Zelandia	74.366
			Roterdão	37.183
			Hoorn	37.183
			Groninga	37.183
1636	—	633.521	Amsterdão	350.518
			Zelandia	54.504
			Roterdão	48.197
			Hoorn	141.425
1637	—	658.125 (827)	Groninga	38.877
			Amsterdão	274.668
			Zelandia	137.434
			Roterdão	68.718
			Hoorn	68.717
			Groninga	68.718

(825) Não se deve suspeitar que a exportação de pau-brasil era monopólio da Companhia.

(826) Nos documentos só se menciona a parte da Zelandia.

(827) De 39.670 libras faltou a nota da distribuição.

1638		554.300		
1639		120.700		
1640		3.495 (828)		
1641		508.613		
			Amsterdão	217.695
			Zelandia	114.400
			Rotterdão	57.130
			Hoorn	61.868
			Groninga	57.520
1642		291.613	Amsterdão	143.205
			Zelandia	54.510
			Rotterdão	31.820
			Hoorn	34.668
1643		437.995	Groninga	30.320
			Amsterdão	160.165
			Zelandia	128.010
			Rotterdão	45.480
			Hoorn	44.540
1644		920.690	Groninga	50.800
			Amsterdão	259.845
			Zelandia	151.230
			Rotterdão	120.260
			Hoorn	237.585
1645		484.925 (829)	Groninga	142.770
			Amsterdão	181.900
			Zelandia	87.075

(828) Por causa das perturbações da guerra sómente pouca madeira foi abatida e esta mesma não pôde ser revestida.
 (829) De 127.000 libras não se conhecem a distribuição.

Anos	N. ^o de peças	Peso total (em libras)	Recebido	Libras
1646	—	857.090 (830)	Rotterdão	24.200
			Hoorn	22.850
			Groninga	41.900
			Amsterdão	485.990
			Zelândia	148.000
			Rotterdão	241.250
1647	—	33.205	Groninga	31.850
			Amsterdão	16.240
1648	—	9.955	Zelândia	16.965
			Amsterdão	5.825
1649	—	52.000	Zelândia	4.130
			Amsterdão	15.000
1650	—	64.680	Rotterdão	37.000
			Zelândia	64.680
1651 (831)	—	78.000	Zelândia	78.000

(830) 236.000 foram utilizados na construção de malhadas.

(831) A remessa foi alcançada de comerciantes lutes. Em 1652 também a Holanda recebeu pau-brasil. Tudo é que não se conheça a qualidade. Tão pouco é dado verificar quando pau-brasil foi levado pelos holandeses ao território, após a queda do Recife em 1654.

(E) Outras madeiras de tinturaria e de construção

I. Por conta da Companhia.

Annos	Pau-Compeche (em libras)	Jacarandá (em peças ou libras)	Receivedo	Pecas ou libras
1630	—	46.080 lb.	—	—
1631	—	195 peças	—	—
1632/36	—	—	—	—
1637	60.000	—	—	—
1638/41	—	—	—	—
1642	—	600 peças	Amsterdão Zelandia	400 p. 200 "
1643/46	—	—	—	—
1647	—	120 peças	Amsterdão	120 p.

II. Por conta dos Commerciantes livres.

Annos	Pau-Compeche (em libras)	Jacarandá (em peças ou libras)	Receivedo	Pecas ou libras
1642	—	11.440 lb.	Amsterdão	11.440 l.
1643	—	93.200 lb.	Amsterdão Hoorn	3.200 " 90.000 "

Annos	Pax-compecha (em libras)	Decorrido (em peças ou libras)	Recebido	Peças ou libras
1644/48	—	—	—	—
1649	—	15.885 lb.	Rotterdao	15.885 l.
1650	—	—	—	—
1651	—	732 p.	Zelandia	732 p.

(F) Couros (832)

I. Por conta da Companhia.

Anos	Nº total de fardos remetidos	Recebido	Fardos
1631	13	Hoorn Groninga }	13
1632	1.193	—	—
1633	—	—	—
1634	389	Zelandia	103 (833)
1636	360	Amsterdão	148 1/2,
		Zelandia	77 1/2,
		Roterdão	24 1/2,
		Hoorn	24 1/2,
		Groninga	24 1/2,
1636	465	Amsterdão	61
		Zelandia	138
		Roterdão	225
		Hoorn	48
		Groninga	3
1637	97	—	—
1638	516 (834)	Amsterdão	132
		Zelandia	384
1639	93	—	—
1640/41	—	—	—
1642	147	Zelandia	50
		Roterdão	47
		Hoorn	50
1643	—	—	—
1644	733	Amsterdão	263
		Hoorn	323
1645	—	Groninga	147
1646	918	Amsterdão	918

(832) Couros de boi e de cabra cortados e não cortados do Brasil e de La Plata.

(833) São mais dados.

(834) Além de 6.331 couros de sola.

II. Por conta dos Commerciantes livres

<i>Annos</i>	<i>Número total da fardos</i>	<i>Recebido</i>	<i>Fardos</i>
1636	465	Amsterdão Zelandia Groninga	357 90 18
1637	684	—	—
1638	243	—	—
1639/40	—	—	—
1641	200	—	—
1642/44	—	—	—
1645	160	Amsterdão	160
1646	3	Rotterdão	3
1647	841	Amsterdão	841
1648	66	Zelandia	66

Lamentavelmente, silenciam os "Actas" acerca do valor total do commerceio do Brasil desde o meio dos annos década triuta até o fim da quarenta. E' verdade que em partidas varias constam das facturas notas de valores, — mas tales noticias que apparecem esporadicamente não offerecem elementos sufficientes para que se tirem conclusões sobre o resultado total mesmo de um anno. E' o autor do "Brasilsche Gelt-Sack" que nos dá então informações sobre as sommas que a venda annual da materia prima e productos brasileiros deve ter produzido na Hollanda, — especialmente com relação ao assuear entrado por conta da W. I. C. Entretanto, a comparação de suas cifras de exportação com os algarismos das nossas tabellas revela uma diferença tão accentuada que somos obrigados a neolher com desconfiança os caleidos de valores que esse pasquim exhibe. Quasi invariavelmente as quantidades de mer-

cadorias annotadas no pamphleteo são baixas de mais (835). Tambem, em nosso parecer, as cifras apresentadas por de Laet devem ser recebidas com cautela. Segundo a sua estimativa, as Camaras da Companhia, nos annos 1637 a 1644 deviam ter exportado do Norte do Brasil assucar no valor de 7.618.498 florins, e os commerciantes livres no de 20.303.478 (836). Admittido que esta segunda cifra seja approximadamente a expressão da verdade, então a primeira deve ser em absoluto recusada como baixa demais. Uma vez, poie, que nenhum livro caixa da W. I. C. chegou até nós, e os balanços do Governo Recifeense foram do mesmo modo condemnados ao aniquilamento, claro é que não dispomos infelizmente, do unico material que nos habilitaria a dar a devida resposta á pergunta sobre o valor total da importação e exportação e consequente importancia do Commerceio do Brasil d'aquelle tempo, — bem como a corrigir os numeros no "Geit-Sack", e as cifras do De Laet. E' certo que o commerceio de importação e exportação da Nova Hollanda, mesmo em seus melhores annos, jámais se poderia comparar com o das Indias Orientaes. Não se pode negar, todavia, que no tempo de João Mauricio o Commerceio brasileiro constituiu um importante factor na vida economica das sete provincias. Isso se deduz naturalmente das cifras do assucar constantes de nossas tabellas de exportação.

(835) Naturalmente quanto ao pão-brasil.

(836) De Laet, appendice, p. 91.

CAPITULO QUARTO

A NAVEGAÇÃO HOLLANDEZA NO BRASIL.

Quantas embarcações exercitavam o tráfico entre a Holanda e a sua colônia brasileira? Disso nos dão também conhecimento, como se evidencia da seguinte lista, os documentos da antiga Companhia das Índias Ocidentaes.

<i>Annos</i>	<i>Número dos barcos en- trados em Recife</i>	<i>Camaras par- ticipantes</i>	<i>Com quanto navios?</i>
1631	55	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga	25 12 4 8 6
1632	27 (837)	Amsterdão Zelandia Rotterdão Groninga	18 4 2 3
1633	47	Amsterdão Zelandia	26 9

(837) As cifras de 1632 a 1636 provém das listas de De Lest.

Annos	Numero dos barcos en- trados em Recife	Camaras par- ticipantes	Com quanto navios?
1634	45	Hoorn Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga	7 6 22 10 6 2 5 20 6 3 3 2 27 11 5 5 5 24 (639) 10 3 4 2 15 8 4 6 2 16 10 5 5 4
1635	34		
1636	53 (838)		
1637	43		
1638	35		
1639	40		

(838) Segundo as Notulas de 1635 W. I. G. O. C. Nr. 63 apenas 46.

(839) Em muitos arquivos não se pode encher exatamente se foi Amsterdão, Zelandia ou Rotterdão que enviou o barco. Por esse motivo bem se poderia pôr depois das cifras parciais de 1637 um ponto de interrogação.

Anos	Número dos barcos en- trados em Recife	Câmaras par- ticipantes	Com quantos navios?
1640	5 ^o (840)	Amsterdão Zelandia Roterdão Hoorn Groninga	22 12 6 8 8
1641	56	Amsterdão Zelandia Roterdão Hoorn Groninga	32 11 7 4 2
1642	29	Amsterdão Zelandia Roterdão Hoorn Groninga	13 6 6 2 2
1643	27	Amsterdão Zelandia Roterdão Hoorn Groninga	8 9 (841) 3 3 2
1644	11 (312)	Amsterdão Zelandia Roterdão Hoorn Groninga	7 2 2 2 4
1645	14	Amsterdão Zelandia Roterdão Hoorn Groninga	5 3 2 2 2

(840) Fóra disso, o Adelante Lichtenstein, em 27 de Março de 1640 chegou com 29 navios. Com quantos barcos cada uma das Câmaras contribuiu para essa frota de socorro, não se pode verificar infelizmente, pelos papéis do Brasil.

(841) Um navio vindo da Holanda trouxe 2.8.000 libras de farinha.

(842) Parece duvidoso que as listas dos anos 1644 e 1645 sejam incompletas.

Anos	Número dos barcos en- trados em Recife	Camaras par- ticipantes	Com quantos navios?
1646	37	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga	15 16 (813) 3 2 1
1647	23	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn	13 7 2 1
1648	70 (814)	—	—
1649	22	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn	5 9 4 4
1650	25 (840)	Amsterdão	5
1651	15	Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga	4 3 2 1
1652	16	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn Groninga	7 (340) 5 2 1 1
1653	21	Amsterdão Zelandia Rotterdão Hoorn	10 8 3 2

(813) Entre elles 3 dos "des tante oorlog schepen" (a navios de guerra da Paix").

(814) 51 desses navios pertencem à grande frota do almirante Willem Cerve-
Hooorn de Wit, que apareceu nas costas do Brasil entre 11 de Março e 25
de Maio.

(815) 10 expressamente designados como navios de guerra.

(816) Um dos navios holandeses era da carreira das Indias Orientais.
A saiu Jagua e do lenha obrigaram-o a ancorar em Recife em 20 de Novembro.
9 dias depois resiliou o viagem para o Cabo da Boa Esperança.

A questão de saber que especie de navios os Holandeses empregaram no trânsito para o Brasil, encontra facil resposta nas numerosas notícias de navegação que existem nos documentos brasileiros chegados aos nossos dias. Como navios cargueiros serviam á W. I. C., e aos comerciantes livres, "fluitscheepen" (Fleute); como liutes, summaens velozes de um mastro só, que comboiando os graudes barcos mercantes atravessavam o Oceano Atlântico, e no Brasil achavam multiplice emprego nos serviços de cabotagem e patrulhamento. Sobre a embarcação "Fleute", sua estructura e applicação ao trânsito marítimo, depois que um constructor de Hoorn em 1595 "bateu a quilha deste tipo inteiramente novo" (847), somos muito bem informados pelas solidas investigações de Bernhard Hagedorn. Segundo elle affirma, a denominação "Fleute, Fliete, Fluit" está ligada á palavra "fliessen" (fluir, correr, des'isar) e quer dizer o mesmo que "navio que deslisa ou corre adiante" (848).

"Num periodo de duas decadas", escreve Hagedorn, "o novo tipo de navio attingiu a conformação e massa definitivas" em que inalteravelmente se manteve durante quasi um seculo (849). Essas embarcações do seculo 17, apparelhadas de tres mastros, eram desprovidas de castellos e tinham pequeno calado. Os seus convézes não eram no plano horizontal, mas alteavam-se de diante para traz. As meiores, diz-nos também Hagedorn "tinham um abrigo (Roof) na parte de ré (850), constando no mais apenas do porão de carga, que durante a travessia era conservado fechado. Os maiores possuíam também uma coberta corrida" e as maiores de

(847) Hagedorn, p. 102.

(848) Ib. ibid., p. 103.

(849) Hagedorn, p. 104.

(850) Lugar de refugio para Capitães e tripulação, que abrigava também coitado e deposito de víveres.

todas, chamadas pinaças, uma segunda (851). Com a mudança de proporções dos cascos e o melhoramento da apparelagem, as "Fleuten" e pinaças podiam melhor de que as embarcações que as precederam navegar á flôr d'água e adaptar-se á feição do vento. A sua superioridade se firmava em serem mais economicas, mais velozes e velejarem com mais promptidão (852). Rapidamente desbançaram as "Fleuten" todas as suas concorrentes, e Ilagedorn pôde accentuar com razão que elas constituiram a arma mais poderosa das sete províncias na luta em que se empenharam para a manutenção do seu lugar no conceito das nações (853).

A capacidade dos grandes cargueiros empregados no serviço do Brasil regulava mais ou menos de 120 a 250 toneladas. Navios, denominados "Diekbäuche" (Bojudos), de 300, 400 e até 500 toneladas (854), faziam também viagens a Pernambuco, e os navios de guerra da Republica Neerlandesa, que, em 1646, pela primeira vez apareceram nas costas do Brasil tinham a capacidade de 330, 350 e mesmo 400 toneladas. Segundo as noções daquelle tempo, verdadeiros monstros; o que é facil de comprehender, considerando-se que hiatos de 15 a 90, e até mesmo veleiros de 5 toneladas ousavam affrontar os perigos da longa viagem marítima em demanda das costas Sul Americanas.

Em consequencia da insegurança que reinava outr'ora em todos os mares, em vista do rapido crescimento da pirataria internacional, os navios da carreira das Indias Occidentaes só podiam viajar para a Nova Hollanda em "almirantado", isto é, reunidos em frota,

(851) Haedorn, p. 105.

(852) Idem, p. 106 e seg.

(853) p. 109.

(854) Convém notar que só esparsamente figuram nas listas navios de 500 toneladas. Tinha essas proporções por exemplo, o "Amsterdam", da Companhia Inglesa, que chegou ao Brasil, de primeira viagem, em 3 de Julho de 1624.

capitaneada pelo barco melhor armado. Em pontos de encontro conhecidos dos respectivos capitães, nas circumvisinhanças do Texel, no canal de Vlie, ou na embocadura do Mosa e do Escalda, os cargueiros e hiatos apparelliados pelas diferentes Camaras esperavam uns pelos outros, e somente zarjavam para a longa viagem depois de completo o numero da esquadra ou quando se achavam reunidas tantas unidades que não havia mais temer um encontro com os piratas de Dunquerque, os galeões espano-portuguezes ou os desalmados salteadores dos mares Berberescos. Tanto o grande cargueiro brasileiro como a ligeira sumaca iam armados "até os dentes". Mesmo os navios pequenos levavam ao seu bordo 5, 7, 10-15 canhões de bronze e ferro. Nos "Bojudos" maiores e maximos o numero dessas peças de guerra se elevava a 20, 25, 30, 35 e 40 (855). Se havia instruções decretadas a esse respeito pelos Estados Geraes, ou se a força do armamento desses navios destinados ás Indias Occidentaes ficava ao alvedrio das Camaras da Companhia, é materia que escapa ao nosso juizo. O que das "Actas" unicamente se collige é que mesmo os barcos de pesca destinados ao Brasil nunca emprehendiam a viagem sem estarem bem armados.

De perdas de navios como os Hollandezes sofrevam, annos a fio, no Mediterraneo onde os navios de corso pululavam, a W. I. C. não se podia queixar. Sem duvida, não foi pequena a somma de sacrificios exigidos pela furia das tempestades, e não raro um veleiro se despedaçava contra os escolhos na costa africana ou brasileira, ou servia de pasto ás chamas, em alto mar. Sem duvida, uma vez por outra, um navio cahia nas mãos dos Corsarios. Os de Dunquerque mais de uma vez conseguiram dar abordagem a cargueiros do Brasil que, por autoridade propria e contra as ordens ex-

(855) Cf. as listas de navios, da De Laet.

pressas, se aventuravam aos mares, ou eram apartados dos compauheiros de viagem pela incerteza dos elementos, ou, ainda haviam no acceso de uma peleja covardemente abandonado os seus camaradas às incertezas do destino (856). Mesmo o Capitão holandez mais audaz se arrebiaava dos Corsarios de Dunquerque, e quando a Companhia, em 1639, perdeu dous dos seus bons navios de carreira, assaltados por esse perigosissimo inimigo da marinha mercante, foi expedida ao Statthalter e Conselho a ordem de recommendar com muito empenho aos capitães dos navios que tivessem de fazer a viagem de regresso, durante os meses de Maio, Junho, Julho e Agosto, não navegarem pelo Canal e, sim, contornarem a Irlanda e a Escóssia em denuida do porto patrio, — como tambem a de que as frotes fossem organizadas em condições da maior efficiencia possivel (857). Por causa do mau tempo reinante no outono e no inverno e dos escolhos tão abundantes nas costas escossezas, esse percurso devia ser evitado sempre que fosse praticavel (858). Tres mezes mais tarde, poudre o Directorio, chão de jubilo, annunciar aos seus representantes Recifenses que o barco Middleburguez "de Princesse Aemilia" havia offerecido nma resistencia tão heroica a onze Corsarios de Dunquerque, que os piratas delle não conseguiram se apoderar. Como recompensa fôra mandado pagar um mez de soldada extra ao capitão e tripulação (859). No total, parece que os Corsarios de Dunquerque não conseguiram capturar mais do que 4 a 5 cargueiros do Brasil. Tainben até onde chega o nosso conhecimento

(856) A esse respeito, Gov. e Cons. do Cons. dos XIX, 10 Abril, Cons. dos XIX ao Gov. Recifense, 17 Dez. 1639, 18 Abril 1642; o Cons. dos XIX à Cidade Zel., 2 A^r-III 1643 W. I. C. O. C. Nr. 8, 9, 51, 53.

(857) Os Directores da Zelândia ao Gov. e Cons., 21 Junho 1639.

(858) O Cons. dos XIX no mesmo, 17 Dezembro 1639.

(859) O Director Geral a João Mauri, e seu Cons., 4 Abril 1640. Estas tres ultimas cartas em W. I. C. O. C. Nr. 8.

durante a primeira guerra anglo-hollandeza, apenas 3 a 4 navios da W. I. C. cahiram em poder dos Ingleses.

A frota do Brasil, em geral, navegava directamente para a America do Sul, a não ser que ventos contrarios e mar grosso a obrigassesem a procurar abrigo em portos ingleses e franceses, ou a falta d'agua, de mantimentos e lenha lhe impusesse a necessidade de tocar na Madeira, numa das ilhas Canarias ou das do Cabo Verde. Em 1633, segundo consta, entraram no porto de Recife cinco navios que haviam estado algum tempo na costa da Serra Leoa, onde haviam dado caça a diversos barcos mereantes portuguezes (860). Como isso se viesse a dar com frequencia, Ceulen e Gijsselingh solicitaram aos Directores a mudança desse roteiro, allegando que Serra Leoa ficava inteira fóra da carreira, e a visita a essa costa apenas encarecia e prolongava a viagem, e que em Pernambuco a demora dos transpor-tes causava o maior desassossego, pois era com ansiedade que ahí se esperava a remessa de tropas e de viveres (861).

As frotas mercantes que se dirigiam á Nova Holanda, costumavam juntar-se os cargueiros da Guiné e de Angola. Ordinariamente iam em sua companhia até a altura de Serra Leoa, onde tomavam então o rumo oriental. Depois de receberem o carregamento em Elmira ou S. Paulo de Loanda, os navios da W. I. C. da carreira da Africa, quando o transporte era de escravos, continuavam o seu curso para o Brasil ou para as Indias Ocidentaes. Se, porém, era de ouro, marfim, cera, gomma, madeira vermelha, cobre, pimenta e grãos africanos de natureza semelhante (862), neste caso re-

(860) O Cons. Pol. à Camara da Zel., 3 Outubro 1633 W. I. C. O. C. Nr. 50.

(861) Ceulen e Gijsselingh, aos Directores de Middelburg, 18 Abril 1634. No mesmo fasciculo.

(862) Wüttjen, Teutsch Handel, p. 556.

gressavam para a Hollanda, — segundo constantemente se observou nos annos de 30 a 40. Mais tarde tornou-se usual, dirigirem-se esses navios da Guiné e Angola assim carregados, para Pernambuco, por amor á segurança, pois ahi podiam sempre se incorporar ás frotas que voltavam á patria.

Em meiado do seculo 17, a viagem de Amsterdão a Recife consumia ordinariamente dous mezes. Era impossivel precisar de antemão a sua duração. Depedia precipuamente das condições mais ou menos favoraveis do tempo. Quando o vento era propicio, executavam-se viagens de assinalada presteza. Em menos tempo, porém, que seis semanas, como se pode verificar das datas de partida e de chegada ao nosso dispôr, nenhum Hollandez conseguiu, naquelle epoca, transpor a longa distancia (863). Comummente os navios demoravam no caminho para Pernambuco, tres a quatro mezes. Luctas com os piratas, danños nos apparelhos nauticos, má tempo no Causal e na bahia de Biscaya, demora involuntaria nos postos de socorro, calmarias e fortes ventos contrarios aquem e além do Equador eram as causas do retardamento dos veleiros. Vezes havia que 23 semanas se passavam, antes que o cargueiro do Brasil, já dado como perdido, avistasse os Arrecifes. A esse respeito nenhum caso foi peior de que o acontecido ao uavio de Enkhuisen, de nome "de Witte Fortynue". No principio de 1653 apareceu elle na costa do Ceará, em demanda de Pernambuco. Ventos violentos, porém, o arrastaram para as Indias Occidentaes, e somente, 14 semanas depois, conseguiu elle alcançar a salvo o ancoradouro recifeuse (864).

(863) A 12 de Janeiro de 1639 vinte barcos partiram do Boterdam, seguindo a 22 do Fevereiro entrar no porto de Recife.

(864) O Alto Cons. à Camara Zel., 17 Janeiro, 21 Maio 1635 W. I. C. O. C. Nr. 67 e Lis Est. Gru Nr. 5779.

A descarga e carregamento dos navios no Brasil consumiam tempo muito considerável. Somente durante a colheita das safras, podiam os Capitães esperar ter prompta a sua carga de volta, dentro do prazo de um mês. Ordinariamente, 8, 10, 12, 14, 16 semanas e mais se passavam antes que o cargueiro pudesse emprehender a sua viagem de regresso. Isso se dava especialmente quando os depósitos de assuar e pão-brasil na Capital eram pequenos e se fazia preciso esperar pelos transportes do interior do paiz. Esses intervallos eram aproveitados para fazer o serviço de vigilaueia das costas da Nova Hollanda, para, sob o commando de um almirante, emprehender expedições contra as frota mercantes portuguezas e seus portos, — mas, sobre tudo, para a calaféto dos veleiros que entravam duramente mal-tratados do vento e da agua, bastantes vezes em condições deploraveis. Depois da longa travessia, como se evidencia de numerosas passagens das "Actas", toda embarcação, quasi, tinha qualquer dano que fosse, a apresentar. Uma chegava com mastaréos e vergas quebrados, outra com uma das velas grandes bastante rasgada, uma terceira com a enuna do leme danificada, uma quarta fazia tanta agua que parte dos porões vinham inundados. Como o Recife não tinha estaleiro, mas apenas, — segundo deixanços accentuado, — officinas de eoneerto imperfeitas, difficilimo se tornava reparar o navio quando a avaria era mais grossa. Statthalter, Conselheiros, Commerciantes e Capitães, todos se queixavam da falta nos armazéns de Recife, de parno de vela e cordame, de brêo e de pez. Os carpinteiros lastimavam a diffieuldade com que lucravam para, com o mão material que lhes era fornecido, reparar efficientemente o costado de uma embarcação e substituir-lhe as pranchas e arcomidas do convez e outras partes externas. Vezes diversas occorria a ne-

ecessidade de remover completamente a coberta exterior "van de warm opgegeten" (earcomida do caruncho) e dotar o bargeo de uma nova capa, ("eine neue Haut zu schenken"). Foi fim de 1638 dizia em carta o Governo que o veleiro "Monnickendam" havia chegado ao Recife em estado tão lastimável que ninguém podia conceber como uma embarcação, fazendo tanta agua, tivesse podido continuar a fluctuar. Ao Directorio foi então solicitado que, dali em diante fossem aparelhados com taboadão duplo todos os barcos que estivessem nos estaleiros, com destino à navegação do Brasil, porquanto, nos tropieos a cobertura mais elástica dum navio não podia resistir por mais tempo que oito a dez mezes (866). Conhecendo perfeitamente o Governador e Senhores do seu Conselho a que perigos o capitão e a tripulação se achavam expostos, quando se permittia a viagem de um bargeo mal calafetado, somente em casos urgentes davam o seu consentimento para o despacho e partida de uma flotilha. Em 1641 as autoridades recifeuses proferiram sentenças de morte em relação ao cargueiro "de Sayer", mas depois de algumas semanas de aturado trabalho, foi possível calafetá-lo tão bem, que chegou à Holanda, sôlo e salvo com um carregamento de assucar. Ali foi elle então inteiramente reformado (867).

Com o navio allemão "Hercules", de Lübeck, apresado em aguas brasileiras no anno 1635, nada entre-tanto se pôde fazer para repará-lo, taes haviam sido os danños causados pelo canhões dos seu atacantes.

(865) Sobre navios demolidos vide Jan Mast aos Directores de Middelburg, 15 Agosto 1632, Relatório de Servatius Carpenier; Gov. e Cons. ao Conselho NIX, 13/15 Janeiro, 6 Outubro 1633, W. I. C. O. C. Nr. 49, St. 52.

(866) O Correio Herilense ao Directorio, 30 Julho 1638.

(867) O mesmo ao Conselho das NIX e Comata Zeelandia, 31 Março, 31 Maio 1641 W. I. C. O. C. Nr. 51.

Por isso foi elle desapparelhado, aproveitando-se o velejame e cordame no serviço de outras embarcações. O "Hercules" tinha partido de Lübeck a 17 ou 18 de Outubro de 1632, em demanda da peninsula pyrenáica, com uma carregamento de 350 a 400 toneladas, 27 canhões e uma guarnição de 78 homens.

Fôra sequestrado no primeiro porto espanhol em que tocou, e depois de uma permanencia de tres quartos d'anno obrigado a incorporar-se á marinha mercante espano-portugueza. No outomño de 1633 deve esse veleiro hanseatico ter viajado para a Bahia, como transporte de tropas. Quando já carregado de assucar, tabaco e pão-brasil se dispunha a emprehender a viagem de regresso, foi-lhe pelo governador prohibida a partida, como a outros navios nas mesmas condições, por falta, naquelle occasião, de navios armados que os escoltassem atravez da zona perigosa. O commandante allemão e seus companheiros de infortunio tiveram de esperar no porto da Bahia pelos galeões que o deviam comboiar, durante 23 mezes! Todos os mezes se dizia que estavam a chegar. Por fim o bravo marinheiro que commandava o "Hercules", perdeu a paciencia, e na noite de 26 para 27 de Julho de 1635 deixou secretamente com o seu navio o porto. Desafortunadamente, porém, douis dias depois cahia nos märs de cinco navios da patrulha hollandeza, apôs denodada resistencia, que teve de ceder ante a superioridade adversa. Muito damnificado foi então o "Hercules" conduzido para a Parahyba e ahi realizado o confisco de seu carregamento constante de 18 a 19 mil caixas de assucar, 50 a 90 de fumo, e 13 a 14 toneladas de pão-brasil (868). Do destino do barco, já acima se

(868) W. Schouten e J. van Schoonkerken à Cam. Zel., 12, 20 Agosto, a Cons. Pol. no Directorio, 23 Agosto 1635 W. T. C. O. C. Nr. 50, eladu; De Lect., p. 479.

deu notícia. Claus Bonhoff (869) e uma pequena parte da tripulação pediram emprego à W. I. C., — ao passo que a pluralidade dos marítimos alemães parece ter regressado à pátria.

Nos círculos dos commerçiantes e armadores hanseáticos grande desassossego causou a notícia de que o gurboso veleiro, de enja volta todos estavam certos apesar da malaventura sofrida na Espanha, havia sido apresado pelos Hollandezes. O Conselho de Lübeck dirigiu-se aos Estados Geraes, reclamando a restituição do navio e seu carregamento, e exigindo uma indemnização pelos danos causados. Tendo os Altos Poderes em sua resposta observado que o "Hercules" tinha sido capturado em combate, de acordo com as leis reguladoras do apresamento, — Lübeck retorceu que a cidade não se podia conformar com semelhantes razões. E' allegou que Bonhoff e seu navio haviam sido mettidos à força na frota mercante ibérica, pelas autoridades espanholas, — facto esse que era do conhecimento dos Hollandezes, e devia ter movido a sua compaixão pelo infeliz capitão. Que Bonhoff por sua parte fizera quanto pôde para libertar-se do serviço que lhe havia sido arbitrariamente imposto. Não se podia culpar-o também por ter, quando atacado pelas naus hollandezas, se defendido a todo o transe e repelido "vim vi". E' verdade que o "Herenles" se achava em grande parte carregado de mercadorias que pertenciam a fretadores espanhóis e portugueses. Mas, porventura, um navio neutro não teria o direito de conduzir a seu bordo mercadorias que fizesse? Desde quando um navio livre perde essa qualidade por transportar carga não desimpedida, "uma vez que nada mais haja que denote intuito hostil ("wenn sonst kei-

(869) Testemunha escapão Bonhoff e Bonhoff.

ne gefehrlichkeiten dabey gebraucht werden"? Em vista destas considerações era que Lübeck renovava o pedido de que o seu pavilhão, que também cobria os bens de todos os hollandezes nella residentes, fosse como até então havia sido, tratado com toda a amizade. — E, para dar mais força á reclamação, encarregou o Conselheiro Aitzema, agente da Liga Hanseática em Haya, de represental-a perante os Estados Geraes e a W. I. C., para o fim de alcançar que o barco apresado e o seu carregamento fossem restituídos aos respectivos proprietários, que o danno fosse reparado, que se providenciasse afim de que de futuro não se reproduzissem occurrences tão desagradáveis, "in mare libero", e finalmente, que tudo se resolvesse de acordo com a usança antiga, a justiça e a equidade ("alles bey vorigem herkommen, bey recht undt billigheit gelassem Werden". (870).

Não conhecemos a replica dos Estados Geraes, mas do effeito das negociações só podemos concluir que o seu teor tenha sido no sentido negativo. Sem duvida o Conselho dos Mui Altos e Poderosos Senhores fundamentou a sua resposta no parecer da W. I. C., que lhe havia sido apresentado pelos Directores alguns mezes antes da chegada da segunda carta de Lübeck. Nesse parecer a Direcção da Companhia accentuava que o "Hercules", na Bahia, não se limitara absolutamente ao papel de mera passividade, que lhe attribuira o Conselho Lübeckense, — porquanto durante o tempo da internação tinha sido empregado no serviço de defesa do porto, e repetidas vezes estivera em actividade, combojando navios de assucar que partiam. Tomara mesmo a parte principal na captura do veleiro hollandez

(870) Burgomestre e Cons. da Cidade de Lübeck aos Altos Poderes, 7 Dezembro 1636 Est. Gen. W. I. C. Nr. 3772. O original da primeira carta não se acha mais entre os papéis da Companhia.

"Fortuyn", como capitanea do Almirante portuguez. Aiuda mais. Quando os Hollandezez atacaram o "Hercules", se achava este em viagem de um porto inimigo para outro tambem inimigo, hasteava á popa a bandeira espanhola, e não tinha a bordo só marinheiros allemaes, mas ainda espanhóes e portuguezes. Quem, soh o pavilhão do rei da Espanha encontrava em alto mar navios hollandezez, devia ser tido como inimigo por estes, e não se devia admirar que a frota das sete provincias o liquidasse sumariaamente. Se a Hollanda poupassse todos os barcos hanseaticos forçados ao serviço da Coroa espanhola, bem razão de rir á socapa teria Philippe de Espanha (871).

Mas Lübeck não quiz ceder. O Conselho da Cidade enviou á "Corte da Hollanda", o mais alto tribunal da Republica neerlandea, um extenso memorial, em que mais una vez fundamentava as suas reclamações e exigia una rigorosa investigaçao do caso. Tanto quanto se pode inferir do fragmentario material existente, o assumpto parece nenhun interesse ter despertado por parte dos Hollandezez. Lübeck, a destronada rainha do Baltico, podia protestar á vontade. Que se lhe dava á Hollanda, a grande potencia maritima! O Tribunal hollandeze tratou a causa de resto, protelou-a durante annos, e ainda retardava o veredicto quando a Suprema Magistratura Lübeckense, no verão de 1640, conciou em termos energicos os Estados Geraes a darem solução áquelle negocio, tratado até então de modo tão pouco edificante. Lübeck, escreveram o Burgomestre e seus Conselheiros, não podia se conformar com vêr-se embrulhada num processo que não tinha mais fim e insistia pelo respeito aos seus direitos (872). Se a adver-

(871) Exposição da W. I. C. nos Est. Ger. 20 Março 1636. No mesmo testem.

(872) Il regnistro a Cons. de Lübeck nos Altos Pds., 29 Junho, Johannes Havelandi eis mesmos, 13 Julho 1640.

tencia fructificou, ou como foi resolvida a protractada contenda a respeito do "Herreales", é o que infelizmente não sabemos. Os documentos brasileiros, depois de 1640, guardam sobre o assunto um silêncio tumular (873).

Tendo de cuidar de três regiões muito distantes entre si e que muito dependiam do seu auxílio, a Nova Neerlandia (Amercia do Norte), a Nova Hollanda e as Feitorias da Costa Ocidental da África, e não dispondo de bastantes meios de transporte quando tinha de enviar maior quantidade de tropa e de viveres a uma ou outra dessas possessões ultramarinas, a W. I. C. era forçada em tais casos a suprir a falta com fretar embarcações hollandezas particulares (874). O preço de aluguel de um híate ou bareo de carga, despendia do tamanho do armamento e da capacidade naval do navio. Na media o preço pedido era de 1400 a 1700 florins por mez. Mas acontecia também ajustar-se a viagem de ida e volta do cargueiro pela somma redonda de 4000 a 6000 florins. (875) Nos contractos escriptos de fretamento, ou "Carta Partida" (876), vinham declarados os nomes do navio, por vezes do seu commandante, e sempre o do seu fretador, ainda mesmo quando este era a propria W. I. C. Do mesmo modo, vinham ali anotados a forga da guarnição, o numero de bôeas de fogo, que mercadorias constituiam a carga, qual o seu destino exacto, o prazo concedido para a desembalagem e novo carregamento na Ne-

(873) Estas indicações bem podem levar o pesquisador interessado na História do Navegação e Comércio do Lisbeck a empregar um exame do respectivo material, no Archive Público dessa cidadela.

(874) Por isso nas listas dos navios entrados em Recife se encontram tão frequentemente depois do nome a designação: navio fretado.

(875) Rec. dos Directores, da Amsterdão, 2 Junho, 12 Julho 1635; Notulas, 7 Setembro, Gov. o Cons. ao Cons. dos XXI, 10 Novembro 1641; J. V. Basenberg a J. van Hulststraete à Coen, Zel., 11/12 Junho 1643 W. I. C. O. C. Nr. II. 55. 58. 69.

(876) Alguns exemplares desses documentos foram consultados no Archivo da Companhia.

va Hollanda, e, finalmente se o navio havia sido contractado simplesmente como cargueiro, ou tambem para o serviço de cruzeiro contra os Portuguezes. Caso sofresse danno o navio durante esse tempo, os seus donos tinham direito a uma indemnização proporcional ao valor da embarcação. (877) Com quanto nos contraclos de fretamento fossem geralmente observados os mesmos formularios, a maneira pela qual as diversas Camaras da Companhia redigiam os documentos, apresentava sensiveis differencias. Por isso, no principio do anno de 1638, o Stattwalter e Senhores do Conselho propuseram á W. I. C. que se tomasse como norma a redacção adoptada pelos Directores de Amsterdão, que continha a importante clausula seguinte: "O Capitão responde pela sua gente. Convencido de contrabando ou fraude, perde embarcação e frete." (878)

Em Recife era geral a queixa de que os capitães de navios fretados, neuhuma importancia ligavam ás obrigações contractuaes. Dali os instantes rogos ás Camaras, para que chamassem á devida ordem esses homens voluntariosos, e, não raro, hostis, — e só confiassem o comando dos navios fretados, a Capitães da Companhia. Os capitães que não pertenciam ao serviço da W. I. C., era voz geral, costumavam comportar-se no Brasil, como se os cargueiros fossem exclusivamente seus, e a Companhia só tivesse que lhes agradecer por se haverem disposto a viajar para a Nova Hollanda. Muitos desses maritimos chegavam mesmo a exhibir ordens de seus armadores, que se não condunavam com os interesses da W. I. C. Mais de uma vez foi chamada a attenção do Conselho dos XIX para a conveniencia do

(877) Pelas cartas-pautadas dos navios "Thuis te Breda", "de Brauwe" e "do Goudo Leeuw" (O Leão de Ouro), 10 Outubro, 11 Dec. 1646 W. I. C. O. C. Nr. 62 se evidente que a Companhia se obligara, neste caso, a pagar pelo primeiro barco 19.00 (dorins), pelo segundo 20.000 e pelo terceiro 25.500.

(878) Na Carta de 13/15 Janeiro 1638.

serem fixados com a maior precisão nas cartas partidas os dias de demora no pôrto, concedidos aos capitães de navios fretados, — porquanto essa gente era perita na arte de fazer render esse prazo o mais possível. Davasse isso especialmente, quando os navios, para a viagem de regresso, tinham de esperar uns pelos outros no ponto de reunião combinado, ao sul da embocadura do Paraíba, na enseada conhecida pelo nome de "Praia Vermelha" (Rotes Land). Não seria mais prático que se incluisse em toda carta-partida a observação de que a Companhia, depois da partida de um navio do Recife, nenhuma demora de porto mais teria a pagar? (879). Esta proposta foi imediatamente aceita pelos Senhores da Companhia.

Até o meado do 4.^º decenário do século os comerciantes livres utilizaram-se, para as remessas de suas mercadorias para o Brasil e do Brasil, dos navios da W. I. C. ou dos barcos por ella fretados. Era-lhes proibido empregar cargueiros próprios, o que, aliás, lhes acarretaria grande risco porquanto as autoridades de Recife podiam seqüestrá-los e applicá-los ao serviço de vigilância do litoral da Nova Hollanda. No anno de 1646, entretanto, vamos encontrar uma missiva do Directorio ao Presidente e Senhores do Conselho, em que se lhes communica que havia sido então permitido aos comerciantes livres apparelhar navios de sua propriedade para o tráfico brasileiro. Esses veleiros deviam ser tratados como se fossem da Companhia, concedendo-se-lhes todo auxilio de que carecessem capitães e marinheiros. Tinha-se também como muito recomendando que em seu regresso trouxessem os juntamente com o carregamento destinado aos seus encarregadores, assu-

(879) João Maur, o Cons. á Direcção da Comp., 30 Abril 1642 W. I. C. D. C. Nr. 57.

car e pau-brasil para as Camaras da Companhia. (880) A julgar pelas listas de navios entrados e saídos, os commerciantes não fizeram no principio uso, senão muito limitado, dessa concessão de direitos. Só no comêco do quinto decennio é que os registros falam com mais frequencia em "navios particulares", os quaes na verdade nuna attingiram a mais de um terço dos navios que annualmente velejaram para a America do Sul.

Muita contrariedade causou em Pernambuco que os navios dos commerciantes livres, bem como os "Barrigudos" (bareos bojudos) fretados pela Companhia fossem carregados "*uit en t'huys*", isto é, - devéssem descarregar em Recife os artigos de commercio recebidos na Hollanda, e ali, o mais breve, possível, procurar novo carregamento para a viagem de regresso ao porto de partida. Quando estes barcos não achavam logo carga, ficavam "immobilizados inutilmente no ancoradouro". Os sens commandantes recusavam tomar parte em expedições contra nucleos portuguezes do littoral, dar caça á marinha inimiga, patrulhar ou prestar qualquer outro serviço ao Governo, allegando que a isso não eram obrigados pela letra expressa de suas cartas-partidas. Para obviar essa intoleravel situação, os Seulores do Conselho propuseram á Direcção dê Companhia que só se alugassem os veleiros do Brasil para una viagem simples (e não de ida e volta). Assim os Capitães ficariam incircamente livres, podendo aceitar do Governo Recifense outros encargos, e caso houvesse productos brasileiros em quantidade bastante, seria facil fazer novo fretamento para viagem imediata de regresso. (881). Qual fôsse a resolução

(880) O Cons. dos XIX ao Governo Recifense, 20 Decembro 1646 W. I. C. O. G. Nr. 10.

(881) O Alto Cons. à Camera Zel., 29 Setembre 1646 W. I. C. O. G. Nr. 12.

do Directorio a esse respeito, não nos foi dado desobrir.

Julgamo-nos dispensado de entrar em mais detalhes sobre as inumeraveis queixas naquelle epoca externadas relativamente á irregularidade na expedição da frota brasileira, á falta de hiatos, barcos fluviaes e outras embarcações menores, e á insufficiencia do abastecimento feito aos navios empregados no trafico da Nova Holanda. Todas essas querelas ilustram apenas a incapacidade da W. I. C., já bem conhecida do leitor dos capitulos precedentes, de provê com o necessário cuidado á administração da sua colônia brasileira, que devia constituir o manancial da opulencia dos Directores e Accionistas. Dispensam igualmente mais pormenorizada referencia as constantes denuncias, os furtos usuaes, nos navios da Companhia, de generos alimenticios, tecidos e outros artigos, — bem como a tendencia da maior parte dos capitães holandezes de contrabandear mereadorias. Quem é mal pago e, ainda por cima, mal provido do necessário sustento, procura suprir-se do que lhe falta muitas vezes mesmo por meios illieitos.

Mais dignas de consideração reputamos as declarações do governo, de que grande parte dos navios que viajavam para o Recife, trazia uma guarnição demasiadamente reduzida. Em 1633 ahí chegaram dous hiatos, cuja tripulação total era composta de 12 a 13 marinheiros. (882) Se uma embarcação como estas, expulsaram Ceulen e Gijsselingh aos Directores Middelburguezes, se visse envolvida numa luta, onde perdesse dous ou trez marinheiros, o seu capitão, conseguindo chegar a salvo ao porto, com o punhado de gente que lhe restava, deveria de joelhos desnudos reuder fervorosas graças a Deus. (883) A cifra da equipagem dos

(882) Exclusivamente Capitão e piloto.

(883) Em sua carta de 19 de Agosto de 1633.

cargueiros (Fleuten) e sumas varia extraordinariamente. Ora tinham os veleiros de 300 toneladas, a seu bordo, 50 a 70 homens de tripulação, ora 90 e mais de 100. Ora eram os hiatos tripulados com uma duzia, ora com 30 ou 40 marinheiros. Em verdade, constituiam raridades as tripulações de 100 e mais pessoas. Entre estas contava-se naturalmente grande numero de marinheiros que vinham reudir os camaradas que se achavam de serviço no Brasil. Durante a década 40 os navios grandes que serviam na costa da Nova Hollanda eram na media guarnecidos com 35 a 45 homens, fóra os officiaes. (884). Das naus de guerra da Republica que, em 1646, e dahi por diante com mais frequencia, apareciam nas aguas do Brasil Hollandez, as "Actas" da Companhia não nos dão a conhecer a força da guardação.

De acordo com uma resolução dos Directores Zelandeses recebiam os capitães dos cargueiros (Fleuten) o salario de 50 a 54 florins por mez. (885) Algumas Camaras pagavam 70 a 80 florins, em quanto que os capitães de hiate ganhavam aqui 35 a alli 45 florins. Como todos os maritimos naturalmente procuravam de preferencia engajar-se nos navios da Camara que pagava melhor, os Directores insistiram com o Directorio Geral para que fosse adoptado um regulamento uniforme para o pagamento dos officiaes e marinheiros dos navios ao serviço da Companhia. (886)

Para essa marinagem inculta e grosseira que se engajava nos bares do Brasil, e não recuava ante usurpações e actos de violencia, toruava-se indispensável

(884) "Lijste van volk varend op d'Erkepen, Jachten, Garrelten en andre vaartuigen" ("Lista da gente navegante nos navios, hiatos, caravelas e outras embarcações"), 29 Dezembro de 1645 até Janeiro de 1646 W. I. C. O. C. Nr. 61.

(885) Res. dos Directores de Middelburg, 30 Out. 1642 W. I. C. O. C. Nr. 25.

(886) Vid. também Governo e Cons. ss Cons. dos XIX, 13 Março 1641 W. I. C. O. C. Nr. 56.

manter uma rigorosa disciplina e infligir severos castigos aos seus transgressores. Era prohibido expressamente aos Officiaes e tripulação permanecerem em terra. Quando incurso nesta falta, o marinheiro recebia diante do mastro 20 açoites de calabrote. Se ficava fóra duas noites, o numero das açoites era dobrado. Eram passíveis de igual punição a inobservância das ordens de vigilância, a falta de limpeza, as disputas e os furtos (887). Dos motins aparecidos por occasião da irrupção de epidemia a bordo, quando a agua era escassa e salobra ou as rações tinham de ser diariamente diminuídas para se pouparem as provisões de bocca, — muito teriam que contar os capitães daquelle tempo. Quando o Commandante do "Loanda", obrigado pela inclemência do tempo, procurara abrigar-se na Ilha de Wight, recusando-se proseguiu na viagem, a marujada declarou ao Conselheiro van Goch que era então passageiro, não estar mais disposta a permanecer naquella costa tempestuosa. Havia grande numero de doentes a bordo, e não era de seu agrado contagiar-se ou "*van andre vuylichheyt te verstincken*" (morrer do fétido de outras peregrinias). Além disso, a comida era miserável, e a agua intragável. Caso o commandante persistisse em sua recusa, a tripulação estava firmemente resolvida a cortar as amarras e deixar o navio se espatifar contra os rochedos. Um ou outro marinheiro havia de escapar com vida para referir na pátria as crucis circumstâncias que haviam imperado no "Loanda" (888).

(887) Sobre isto muito bem nos informa, entre outros, o editorial do "Geo. Jochum Samtetsen op zijn schip gevoegd en doen publiceert. het Schip de Cartier 5 Oct. 1613" ("Assim para que se execute o cumprimento em seu navio o fatoso Jochum Samtetsen, Bordo do Cartier, 5 Out. 1613"), W. I. C. O. C. Nr. 53.

(888) O assento dessa declaração, datado de 1 de Maio de 1616 acha-se no Arqto W. I. C. O. C. Nr. 61. O navio permaneceu 10 semanas, à espera de vento favorável.

Queixas de tratamento indelicado e má alimentação foram também, por vezes, externadas pelos passageiros dos navios que viajavam para o Brasil. O agente de comércio François Segers em sua missiva aos Directores de Middelburgo assim ironicamente se expressa a esse respeito: "Não posso deixar de apresentar-vos os mais sinceros agradecimentos por nos haverdes embarcado em companhia de tão nobre e distinto Capitão. Ele nos deu um magnífico tratamento. E' realmente um milagre que ainda estejamos vivos" (889). A Câmara Zeelandia, porém, rejubilou-se com o pequeno custo da viagem; só teve que pagar ao mesmo capitão pelo sustento dos empregados que mandou para o Brasil, em seu navio, 0,90 florins, de diária.

Os funcionários da Companhia e tropas tinham a princípio passagem gratuita da Holanda para Recife e vice-versa. Mas este privilégio cessou em 1638. Pelo tratamento dos passageiros de primeira classe (Conselheiros, officiaes, etc.) pagava-se nos primeiros anos ao Capitão a quantia de 2,95 florins por cabeça, e pelos artífices da Companhia alojados no convés e soldados, a de 1,75. A partir de 1638, os passageiros tinham de pagar do próprio bolso esta despesa, ainda mesmo quando viajavam para a América do Sul, no serviço da W. I. C. As pessoas de poucos recursos, antes do embarque, eram obrigadas a prestar fiança pelo tratamento, para que o Capitão nuna tivesse prejuízo. Quem recebia o seu bilhete na tolda ou convez propriamente, pagava pelo sustento, por dia, apenas 4 a 6 soldos (Stüber) (890). No "Zeelandia", que em 1635 transportou de volta para Mid-

(889) François Segers à Câmara Zel., 4 Novembro 1631 W. I. C. O. C. Nr. 49.

(890) Quanto a custos da viagem, cf. o suplemento à Carta de Carpentier de 9 de Julho 1633, Resol. dos Directores de Amsterdão 11 Decembro 1636, Adriaen van der Dussen ao Cons. das XIX, 8 Outubro 1637, 3 Abril, 21 Decembro, Gijsselingh à Cam. da Zel., 23 Agosto, 17 Novembro 1638 W. I. C. O. C. Nr. 14, 50, 52, 53.

debuigo, grande numero de commerciantes, plantadores e fazendeiros hollandeses e portuguezes, as custas de tratamento para a viagem total, por passageiro, montaram a 63 florins. Ao negociante judeu Abram Fereira, que viajava com sua mulher, uma filha crescida e dous filhos menores, foi cobrada a importancia de 252 florins, de custo de tratamento, — e a uma viuva com suas duas filhas, a de 126. Para serem melhor tratados, dous passageiros do memo navio pagaram 113 florins, ao passo que mulheres pobres com os seus filhos nada pagavam "uit caritate" (por caridade) (891).

Todas as pessoas que queriam voltar para a Hollanda precisavam exhibir uma licença, firmada pelo Governo Recifense. Apesar dessa cautela achava-se, muitas vezes, entre os passageiros gente a quem o Alto Conselho, por causa de não pagamento de dívidas ou por outros motivos, havia prohibido o embarque. Eram pessoas que se haviam introduzido a bordo, mediante suborno do Capitão. A quem lhes untasse bem as mãos, esses maritimos faziam tudo para agradar. Pode-se mesmo dizer que por moeda sonante muitos eram os capitães que não hesitavam em arriscar a propria vida e comprometter-se sob juramento a navegar até para o inferno.

* * *

Somos chegados ao fim. Constitui a experien-
cia brasileira da W. I. C. apenas um episodio no desen-
volvimento da expansão ultramarina da Hollanda, re-
presente simplesmente uma tentativa para estabelecer
nas Indias Ocidentaes a contra-parté das florescentes
Indias Orientaes, — devemos em todo caso agradecer
ao destino o haver preservado da destruição grande

(891) *Lista de passageiros do "Zerlaende", W. I. C. O. C. Nr. 60.*

parte do acervo dos documentos do Brasil. Elles nos permitem penetrar com a vista na vida e ação, nas lutas, cuidados e trabalhos dos habitantes da Colonia e proporcionam ao historiador a possibilidade de escrever a historia da "Nova Hollanda".

O desejo do autor é que este livro possa grangear para o estudo da historia colonial tão pouco cultivado na Alemanha novos amigos, e concorrer igualmente para que o mundo douto allemão volva a sua atenção para a America do Sul, para essa terra que, após a catastrophe de 1918, adquiriu imprevista importância para a restauração do Commerce Exterior da Alemanha.

REGISTRO DE NOMES PESSOAES

*Neste registro não se comprehendem as fontes, nem
a literatura de referencia.*

A

Aboab, Isaac	375.
Aitzema, Lieuwe — Residente das cidades Hans, em Haya	536.
Albuquerque, Duarte de — Donatario de Pernambuco..	100 nt., 121, 417.
Albuquerque, Mathias de	99, 103, 109, 131, 133/4.
Alderik, Contra-Almirante ..	176.
Aldrichsz, Jacob — Commer- ciante	387.
Alfonso VI, de Portugal	285.
Artchofsky, Christoph	116/7, 128/9, 133/4/5/6, 140, 150, 164/5, 6/7/8/9, 170/1, 205, 296, 297.
Azevedo, Abranhão de	276.

B

Bagnuolo, Conde de	112, 134, 136, 145, 147, 158, 161, 162, 421.
Barbalho, João Lopes	177.
Barbalho, Luiz	103, 178, 433.
Baro, Roelof	406.

Barreto de Menezes, Francisco	
— General Mestre de Campo	258, 263/4/, 269, 272, 278/9.
Bas, Pieter — Alto Conselheiro	222, 225, 231, 234, 248/49, 254, 362, 373.
Bass, Pieter Jansz — Intendente da Moeda	338.
Beaumont, Simon van — Alto Conselheiro	250, 257, 271.
Beck, Mathias	29, 210.
Blaer, Jan	233, 236, 238.
Bonhoff, Claus — Capitão	535.
Boudewijjn — Burgo-Mestre de Edam	90/1.
Brande, Cornelis van den	266, 271.
Brest, Huybrecht — Commerciante	281.
Brink, van den — Coronel	269.
Brito Froyre	277.
Bruyme, Johan de — Conselheiro	104, 105.
Bullestrate, Jacob van — Alto Conselheiro	222, 225, 231, 234, 248/8, 254, 362, 373.

C

Cabral, Pedro Alvares	86.
Calabar, Domingo Fernandes	119, 120, 122, 131, 296.
Calendrini, Horatio — Conselheiro	105.
Calf, Jeris Adriaenszoon	112.
Camarão, Felippe	103, 134, 175, 177, 281, 235, 237/8, 244, 420.
Carpentier, Servatius — Conselheiro	106, 112, 127, 128, 131, 140, 302, 404, 438.
Carvalho, Sebastião	234.
Cavalcanti, Antonio	233.
Coulen, Mathijs van — Director a Alto Conselheiro	121, 124/5/6/7, 140, 143, 204, 205/6/7, 300, 313, 345, 441, 452, 520, 542.

Cock, Jan Claeszoon	186.
Coen, Jan Pieterszoon	287 nt.
Corrêa de Sá, Salvador — Almirante portuguez	266.
Cromwell, Oliverio	275.

D

Dias, Henrique	134, 175, 231, 236/7/8, 244, 420.
Dionysius — Mestre-escola ..	357.
Doeckens, Reynier — Agente de Commercio (Kommis) ..	266.
Doneker W. Administrador do Armazem de viveres	294.
Doorenslaer, David van — Missionario	350, 357/8, 363.
Doornick, Petrus	358.
Dorth, Jan van	88.
Dortmont, Balthasar van — Conselheiro de Finanças ..	328.
Du Gardin	189.
Dussen, Adriaen van der Alto Conselheiro	143, 300, 313, 384, 406, 424, 425/7/9, 431/2, 489, 441, 457.

E

Eduardus, Johannes, — Missionario	357/8, 363.
Eyssens, Ippo — Conselheiro ..	127.

F

Faria, Francisco	130.
Ferreira, Abrahão — Comerciante	646.
Friedrich, Heinrich von Oranien (de Orange)	94, 96, 99, 105, 128, 140/1, 148, 171, 299.
Furtado, Mendoza	191, 192.

G

Garsman, Joris — Official ..	121, 157, 263, 406.
Gijsselingh, Johan — Director o Alto Conselheiro	121, 124/5/G/7, 130, 140, 143, 204, 294/5/G/7, 300, 303., 313, 345, 422, 530, 542.
Goch, Michiel van — Alto Conselheiro	260, 269, 277, 544.
Goodlad, John	131.

II

Haeck, Hendrick — Commer- ciante e Alto Conselheiro ..	250, 281/2/3/.
Hagen, Pieter van der — Con- selheiro de Finanças	328, 332/3.
Ham, van — Commissario ...	157.
Hamel, Hendrick — Alto Con- selheiro	222, 225, 231, 234, 248, 249, 264, 362, 373.
Hamel — Commissario	276.
Hart, Marten Meyndersz van der	388.
Haus, Hendrick — Coronel ..	233, 236, 238, 240.
Hein, Pieter — Almirante ...	88, 91, 92, 93, 94, 98.
Heines, Louis — Commerciant	374.
Henderson, James — Tenente- coronel	213, 214, 248, 255/6.
Herckmans, Elias — Conse- lheiro	209, 401, 404, 406.
Heussen — Commissario ...	276.
Hoogstraeten, Dick van — Ma- jor	232, 237, 239, 258, 422.
Houtlaain — Coronel	278.
Houtman, Cornelis	70.
Huygens, Jacob — Vice-almi- rante	176.

I

- Ita, Pieter Adriaenxz — Capitão 92, 98.

J

- Jandubi — Chefe dos Índios
Tapuyas (Cacique) 124, 219, 235, 244, 400, 405.
João IV de Bragança 180/1, 191, 213, 227, 240,
251/2, 253.
João de Nassau — Irmão do
Taciturno 141.
João de Nassau-Siegen, pae de
João Mauricio 141.
João Mauricio de Nassau-Sie-
gen 105, 138, 141/2, 147/9, 151/4,
156, 158/9, 140/1/2, 164/5,
166/7/8/9, 170/1, 173/4/5,
187/8, 191, 193, 195/6/7/8/9,
200/1/2/3, 215/6/7/8/9, 220,
222/3, 226/7/8/9, 233, 242,
250, 252/3, 259, 261, 282,
292, 298, 300, 303/4/5, 307,
310/1/2 314/5, 317/8, 320,
326, 330/1, 333/4, 348, 350,
353, 358/9, 360, 363, 366,
370, 372, 379, 380, 383, 385,
387/8, 391/2, 398, 405, 408,
416, 422, 424, 433/4, 443,
447, 458, 461/2, 470, 474,
521.
Jol — Commandante de frota. 178/9, 184/5/6/7.
Jongeneel, Jan Corneliszoon —
Agente de Commercio 419, 430.

K

- Karl II de Inglaterra 265.
Karl von Nassau, irmão de
João Mauricio 146,

Kathatina Braganza, Infanta de Portugal	286.
Kemyius — Mestre-escola ...	357.
Kessier, Fredericus — Pregador	363.
Koenraats, Alberto — Burgomestre de Amsterdão	168.
Koin, van — Coronel	165, 189 191.
Kool, Bartholomeus — Reitor.	389.

L

Lems, Adriaen — Conselheiro do Finanças	328, 333, 371/2.
Ley, Caspar van der — Capitão de Cavallaria	421, 422 nt.
Lichthardt, Jan Corneliszoon Almirante	124/5, 128, 131, 133, 150, 178/9, 189, 191, 240/1, 255, 296, 524 nt.
Linge, Paul de — Director na Parahyba	243.
Listry — Major	238.
Loncq, Hendrick Corneliszoon — Chefe da Esquadra	98, 100/1, 103/4/5/6, 108/9, 292, 344, 417.
Loos, Willem Corneliszoon ...	174, 176.
Luiz XIV	285.
Luffel, Gillis van	388.
Luiza — Rainha de Portugal .	285, 286.

M

Maersche, Pieter van der	177.
Magalhães, Pedro Jacques de	273, 277.
Maregraf, Jorge — Naturalista	144, 208.
Margaretha von Schleswig-Holstein, mãe de João Maurício	141.

Mascarenhas, Fernando de, —	
Conde da Torre	172/3/4, 181.
Mascarenhas, Jorge de — Mar-	
quez de Montalvas	181/2.
Maxwell, John	189, 190.
Mendes, Moysés	373.
Mendez de Castro, Alvaro —	
Goverrador espanhol	70.
Moreno, Martim Soares	103, 237.
Mauricio de Orange	74, 77, 141.
Morris de Jonge, Gideon —	
Director no Ceará	189, 219, 222.
Morthamier, P — Agente ze-	
landez em Angola	489.

N

Negenton	214.
----------------	------

C

Oldenbarneveld, Johan van ..	74, 75, 77, 78.
Olivares, Conde de — Ministro	
Presidente espanhol	100, 109, 110, 112, 132, 172.
Oosterdagh, Johan — Prega-	
dor	347, 348.
Olpherdi, Nuno	443.
Oquendo, Antonio de — Almi-	
rante espanhol	110/1/2, 172.

P

Pater, Adriaen Janszoon —	
Almirante	110/1/2/3.
Philippe II de Espanha	65, 66, 67, 71, 73.
Philippe III de Espanha	74, 80, 85.
Philippe IV de Espanha	113, 160, 172, 180, 182, 251,
	537.
Pinheiro, Salvador	122.

Pinto, Jorge Homem — Plan-	
tador de canna, portuguez..	234, 334, 335.
Pinzon, Vicente Yanez	86.
Piso, Willem — Medico par-	
ticular do Principe	144, 151, 298, 392, 394, 416,
	427, 429, 445.
Plante, Francisco — Pregador	
Pombal, Sebastião José — Es-	144, 363.
tadista portuguez	376.
Post, Franz — Pintor	144, 206/7/8.
Pest, Pieter — Architecto ...	144, 207, 261.
Poty, Pero — Chefe indiano .	244, 269.

R

Rabbi, Jacob — Agente holan-	
dez junto nos Tapuyas	263, 406.
Rasenberg, J. V. — Agente de	
Commercio	243, 374, 473.
Razão, Isaac	373.
Rebello, Francesco	258.
Rembach, Laurens van — Ma-	
jor	121, 122.
Ridder, de — Conselheiro	302, 303.
Rojas Y Borja, Don Luiz de	
Commandante das tropas es-	
parcholas	132, 133.
Ruyter, A de	285.

S

Schade — Commandante do	
Maranhão	214.
Schagen, Daniel — Pregador .	349.
Schilt, Hendrick — Conselheiro	303.
Schkopp, Sigismund von	
Commandante em chefe	116/7, 112, 124, 128/9, 133,
	135, 140, 165, 248, 255, 257,
	258, 262, 264, 268, 273/9,
	282, 283/4, 296, 297, 421.

Schoonenborch, Walter van —	
Presidente do Conselho	250, 263, 278, 281/2/3/4, 337, 338, 341/2, 375, 393.
Scholte, Willen — Conselheiro	126/7, 136, 346, 394, 421, 423, 258.
Segers, François — Agente de Commercio	545.
Serrão de Paiva, Jeronymo — Commandante de frota port.	240.
Scooskerken, Philips — Con- selheiro	105, 112, 163, 166, 451.
Silva, Pedro da — Governador Geral	132, 161.
Souza Coutinho, Francisco de — Embaixador port. em Haya	250/1, 258, 263.
Souza de Macedo, Antonio — Embaixador port. em Haya .	275.
Souto, Sebastião de	134.
Souza, Thomé de — Governa- dor Geral	88.
Spinola, Ambrosio	141.
Stachouwer, Jacob — Conse- lheiro	127/8, 256.
Steyn-Callenfels — Tenente- coronel	116/7/8, 124.

T

Teixeira, Antonio	214.
Teixeira, Marcos — Bispo da Bahia	89.
Telles da Silva — Goveinador Geral	230/1/2, 237/8, 251, 257, 262, nt., 372.
Thijssen, Marten — Almirante	110/1/2/3.
Toledo, Don Fradique de — Almirante espanhol	90, 132.
Tolner, Johan Carl — Secre- tario Particular do Príncipe	212, 216.
Torquinius, Henricus Casparius Conselheiro de Finanças ..	328, 331/2,
Trappen, Joost	98.

Tromp, Marten Harpertzoon.	172.
Trouwels, Abraham — Commerciante e Alto Conselheiro ..	250.

U

Uitgeest, Dirk Simonsz van ..	92.
Usselinx, Willem	72, 73, 75 a 78, 80, 81, 253.

V

Valecilla, Francisco de — Vice-almirante espanhol	11/2.
Vasconcellos, João Rodrigues do	273.
Veere, Jacob van der	189.
Venant, Gillis	442.
Vidal de Negreiros, André ..	134, 177, 227, 229, 231, 237, 238/9, 240/1/2, 245, 247, 264, 278/9, 281, 373, 490.
Vieira, Antonio	268.
Vieira, João Fernandes	103, 203, 227/8/9, 230/1/2, 233/4, 247, 254, 256, 278/9, 321, 490.
Villa Pouca d'Aguiar	262.
Volbergen, Gerard van	328.
Vocrde, Balthasar van de ...	232, 237, 320, 483.

W

Waerdenburgh, Jonkheer Dierik van	98, 99, 101/2/3/4/5/6/7/8, 109, 112/3/4/5, 118/9, 120/1, 122, 124/5, 140, 165/6, 292, 296.
Walbeeck, Johanne van	105, 127, 129.
Wel, J van der	491.
Willekens, Jacob	88.
With, Witt Corneliszoon de ..	262, 266/6/7, 270/1/2/3, 525 nt.
Wyntgens, Balthasar	127.

CARTA DO BRASIL HOLLANDEZ

(segundo P. M. Netscher)



* Este livro foi composto e impresso nas officinas da Empresa Graphica da «Revista dos Tribunais», Rua Xavier de Toledo, 72 — São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, Rua dos Guindes, 118 — São Paulo, em Junho de 1938.

BRASILIANA

6.ª SERIE DA

BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA SOB A DIRECCAO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Baptista Pereira: *Figuras do Império e outros ensaios* — 2.ª edição.
- 2 — Pandiá Calógeras: *O Marquez de Barbacera* — 2.ª edição.
- 3 — Alcides Gentili: *As Idéias de Alberto Torres (synthèse com índice remissivo)*.
- 4 — Oliveira Vianna: *Raca e Assimilação* — 3.ª edição (augmentada).
- 5 — Augusto do Santí-Hilário: *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo (1822)* — Trad. e pref. de Affonso de E. Taunay.
- 6 — Baptista Pereira: *Vultos e episódios do Brasil*.
- 7 — Baptista Pereira: *Directrizes de Ruy Barbosa* — (Segundo textos escolhidos).
- 8 — Oliveira Vianna: *Populações Migratórias do Brasil* — 4.ª edição.
- 9 — Nino Rodrigues: *Os Afrocânos no Brasil* — (Revisão e prefácio do M. M. Pinto). Profusamente ilustrado — 2.ª edição.
- 10 — Oliveira Vianna: *Evolução do Povo Brasileiro* — 2.ª edição (ilustrada).
- 11 — L. de la Camara Cascudo: *O Conde d'Eu* — Vol. ilustrado.
- 12 — Wanderley Pinto: *Cartas da Imperatriz Pedro II no Dárcio de Cetegine* — Vol. ilustrado.
- 13 — Vicente Lelânia Cardoso: *A margem da História do Brasil*.
- 14 — Pedro Calmon: *História da Civilização Brasileira* — 2.ª edição.
- 15 — Pandiá Calógeras: *Da Regência à queda de Rosas* — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 16 — Alberto Torres: *A Organização Nacional*.
- 17 — Alberto Torres: *O Problema Nacional Brasileiro*.
- 18 — Visconde de Taunay: *Pedro II*.
- 19 — Affonso de E. Taunay: *Visões do Brasil Colonial (See XVI-XVIII)*.
- 20 — Alfredo da Faría: *Mauá* (com tres ilustrações fôrás do texto).
- 21 — Baptista Pereira: *Pelo Brasil Meio*.
- 22 — E. Roquette-Pinto: *Brasis de Antropologia Brasileira*.
- 23 — Eusebio de Moraes: *A escravidão africana no Brasil*.
- 24 — Pandiá Calógeras: *Problemas de administração*.
- 25 — Mario Marroquim: *A Ilha de Nordeste*.
- 26 — Alberto Rangel: *Rumos e Perspectivas*.
- 27 — Alfredo Elias Junior: *Populações Paulistas*.
- 28 — General Couto de Magalhães: *Viagem no Araguaia* — 4.ª edição.
- 29 — Josué de Castro: *O problema da orientação no Brasil* — Prefácio do prof. Pedro Escudero.
- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: *Pelo Brasil Central* — Ed. ilustrada.
- 31 — Azevedo Amaral: *O Brasil na crise atual*.
- 32 — G. de Mello-Liolio: *Vistantes do Primeiro Império* — Ed. ilustrada (com 19 ilhas).
- 33 — J. de Sampaio Ferraz: *Metropolitana Brasileira*.
- 34 — Angyone Costa: *Introdução à Arqueologia Brasileira* — Ed. ilustrada.
- 35 — A. J. Sampaio: *Photogeographia do Brasil* — Ed. ilustrada.
- 36 — Alfredo Elias Junior: *O Bandeirismo Paulista e o Reino do Mérida* — 2.ª edição.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: *Primerros Povoadores do Brasil* — (Ed. ilustrada).
- 38 — Ruy Barbosa: *Moçambique e Exílio* (Cartas Ineditas. Profaciadas e anotadas por Amerigo Jacobson Lacombe) — Ed. ilustrada.
- 39 — E. Roquette-Pinto: *Rondonia* — 3.ª edição (augmentada, e ilustrada).
- 40 — Pedro Calmon: *História Social do Brasil* — 1.º Tomo — *Esplírito da Sociedade Cearense* — 2.ª edição ilustrada (com 13 gravuras).
- 41 — José-Maria Bello: *A intelligence do Brasil*.
- 42 — Pandiá Calógeras: *Formação Histórica do Brasil* — 2.ª edição (com 3 mapas fôrás do texto).
- 43 — A. Saboya Lima: *Alberto Torres e sua obra*.
- 44 — Eustáquio Pinto: *Os indígenas do Nordeste* (com 15 gravuras e mapas) — 1.º volume.
- 45 — Ussílio de Magalhães: *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*.

- 46 — Renato Mendonça: A influencia africana no português do Brasil — Ed. Ilustrada.
- 47 — Manoel Domíngos: O Brasil — Com uma nota explicativa de Carlos Mello.
- 48 — Urtiga Vianna: Bandeiras e servitântistas bahianos.
- 49 — Custodio Barreto: História Militar do Brasil — Ed. Ilustrada (com 50 gravuras e mapas).
- 50 — Mário Távora: Projeção Continental do Brasil — Projeto de Pandiá Calógeras — 2.ª edição ampliada.
- 51 — Octávio de Freitas: Doenças estranhas no Brasil.
- 52 — General Couto de Magalhães: O selvagem — 3.ª edição completa, com prefácio original Tupy-guarany.
- 53 — A. J. de Sampaio: Biogeographia dinâmica.
- 54 — Antônio Gentil de Carvalho — Calógeras.
- 55 — Miltiândio Accioly: O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.
- 56 — Charles Expilly: Muitos e Costumes do Brasil — Tradução, prefácio e notas de Gastão Peanha.
- 57 — Flávio Rodrigues Vilela: Elementos do Folklore musical brasileiro.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem à Província de Santa Catharina (1820) — Tradução de Carlos da Cunha Pereira.
- 59 — Alfonso Ellis Juniope: Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cravamento Euro-Americanano.
- 60 — Eustálio Itavassou: A vida dos Índios Guaycurás — Edição Ilustrada.
- 61 — Condé d'Eu: Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (Prefácio e 19 cartas do Príncipe d'Orléans, commentadas por Max Fleiss) — Edição Ilustrada.
- 62 — Agente Augusto de Mieranda: O Rio São Francisco — Edição Ilustrada.
- 63 — Raymundo Moniz: Na Planície Amazônica — 4.ª edição.
- 64 — Gilberto Freyre: Solitudes e Memórias — Decadência patriarcal rural no Brasil — Edição Ilustrada.
- 65 — João Duran Filho: Silva Jardim.
- 66 — Primitivo Steacy: A Instrução e o Império (Subsidios para a história da educação no Brasil) — 1823-1851 — 1.º volume.
- 67 — Pandiá Calógeras: Problemas de Governo — 2.ª edição.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz — 1.º tomo — Tradução e notas de Cláudio Ribeiro Lessa.
- 69 — Prado Melo: Através da História Natal Brasileiro.
- 70 — Affonso Arribalzaga de Melo Franco: Conceito de Civilização Brasileira.
- 71 — F. C. Hochst — Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI — (Pesquisa e contribuições).
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — Segunda viagem ao Interior do Brasil — "Espírito Santo" — Trad. de Carlos Moleira.
- 73 — Lucia Miguel-Pereira — Moedas de Anís — (Estudo Crítico-Biográfico) — Edição Ilustrada.
- 74 — Pandiá Calógeras — Estudos Históricos e Políticos — (Rea Nostra...) — 2.ª edição.
- 75 — Affonso A. de Freitas: Vocabulário Nheengatu (vernaculizado pelo português falado em S. Paulo) — Lingua Tupy-guarany. (com 3 ilustr. qd's libras de texto).
- 76 — Gustavo Barroso: História secreta do Brasil — 1.º volume: "Do descobrimento à abdicação de Pedro I" — Edição Ilustrada.
- 77 — G. de Melo-Letão: Zoologia do Brasil — Edição Ilustrada.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz — 2.º tomo — Tradução e notas de Cláudio Ribeiro Lessa.
- 79 — Graveiro Costa: O Visconde de Simões — Sua vida e sua ação na política nacional — 1840-1850.
- 80 — Oswald R. Cabral: Santa Catharina — Edição Ilustrada.
- 81 — Lemos Britto: A Glória Sotaina do Primeiro Império — Rei Caneca — Ed. Ilustrada.
- 82 — C. de Melo-Letão: O Brasil visto pelos ingleses.
- 83 — Pedro Cajman: História Social do Brasil — 2.º Tomo — Espírito da Sociedade Imperial.
- 84 — Orlando M. Carneiro: Problemas Fundamentais do Município — Edição Ilustrada.
- 85 — Wanderley Pinho: Ceará e seu Tempo — Ed. Ilustrada.
- 86 — Antônio Pinheiro: A Margeira do Amazonas — E' Ilustrada.
- 87 — Primitivo Muniz: A Instrução e o Império — (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 2.º volume — Informações do ensino 1861-1888.
- 88 — Helia Lobo: Um Verão da República: Fernando Lobo.

- 80 — Coronel A. Loureiro de Moura: As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil.
 90 — Alfredo Ellis Junior: A Evolução da Economia Parajá e suas Crises — Edição Ilustrada.
 91 — Orlando M. Carvalho: O Rio da União Nacional: O São Francisco.
 92 — Almeidante Antônio Alves Camara: Ensaio Sobre as Construções Náuticas Índigenas do Brasil — 2.ª edição Ilustrada.
 93 — Séraphim Leite: Páginas de História do Brasil.
 94 — Salomão de Vasconcelos: O Fleo — Minas e os Mineiros da Independência — Edição Ilustrada
 95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: Viagem ao Brasil — 1865-1866 — Trad. de Edgar Sussekkind de Mendonça — Edição Ilustrada.
 96 — Osório da Rocha Dirrís: A Política que convém ao Brasil.
 97 — Lima Figueiredo: Grande Paranaense — Edição Ilustrada.
 98 — Fernando de Azevedo: A Educação Pública em São Paulo — Problemas e discussões (Inquerito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).
 99 — C. de Melo-Leitão: A Biologia no Brasil.
 100 — Roberto Simonsen: História Económica do Brasil — Ed. Ilustrada em 2 tomos — 100 e 100-A.
 101 — Herbert Baldus: Ensaios de Ethnologia Brasileira — Edição Ilustrada.
 102 — S. Freire Abreu: A raça mestiça do Brasil — Edição Ilustrada.
 103 — Souza Charneca: Mythes Africano no Brasil — Edição Ilustrada.
 104 — Araújo Lima: Amazonia — A Terra e o Homem — (Introdução à Anthropogeographia) — 2.ª edição.
 105 — A. C. Tavares Bastos: A Província — 2.ª edição.
 106 — A. C. Tavares Bastos: O Vale do Amazonas — 2.ª edição.
 107 — Luis da Câmara Cascudo: O Marquês de Olinda e seu tempo (1700-1870) — Edição Ilustrada.
 108 — Padre Antônio Vieira: Por Brasil e Portugal — Sermões commentados por Pedro Calmon.
 109 — Georges Racinez: D. Pedro II e o Grande de Gobineau (Correspondência inédita).
 110 — Nina Rodrigues: As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil — Com um estudo do Prof. Afonso Peixoto.
 111 — Washington Luís: Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.ª edição.
 112 — Estevão Pinto: Os Índigenas do Nordeste — 2.º Tomo (Organização e estrutura social dos Índigenas do nordeste brasileiro).
 113 — Castelo Branco: A Amazonia que eu vi — Obidos-Tumuc-Humac — Prefeito de Roncador-Pinto — Ilustrado. 2.ª edição.
 114 — Carlos Shäckel de Mendonça: Sylvo Romero — Sua Formação Intelectual — 1851-1890 — Com uma indicação bibliographica — edição Ilustrada.
 115 — A. C. Tavares Bastos — Cartas do Solitário — 2.ª edição.
 116 — Agenor Augusto de Miranda: Estudos Piauhyenses — Edição Ilustrada.
 117 — Gabriel Soares de Souza: Tratado Descriptivo do Brasil em 1597 — Comentários de Francisco Adolpho von Hassagen — 3.ª Edição.
 118 — Von Spix e Von Martius: Através da Bacia — Excertos de "Reise in Brasilien" — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
 119 — Sod Mennucci: O Precursor do Abolicionismo — Luiz Gama — Edição Ilustrada.
 120 — Pedro Calmon: O Rei Philosofo — Vida de D. Pedro II — Edição Ilustrada.
 121 — Primitivo Moacyr: A instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 3.º volume — 1864-1889.
 122 — Fernando Enboyn de Medeiros: A Liberdade de Navegação do Amazonas — Relações entre o Império e os Estados Unidos da América.
 123 — Hermann Wiltjen: O Domínio Colonial Holandês no Brasil — Um Capítulo da História Colonial do Século XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.
 124 — João Dornas Filho: O Padroado e a Igreja Brasileira.
 125 — e 126-A — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais — em 2 tomes — Edição Ilustrada. Introdução e Nota, de Claudio Blaettner de Leisen.

ÍNDICE

Prefacio	9
----------------	---

FONTES E LITTERATURA DE REFERENCIA, COM APRECIAÇÕES CRITICAS

1 — O material manuscripto	21
Introdução	21
Relação dos manuscripts consultados	26
2 — Trabalhos diversos	27
Introdução	27
Obras e dissertações	53
Revistas Historicas Brasileiras	57
Escriptos avulsos	58

LIVRO PRIMEIRO

HISTORIA EXTERNA DA EMPRESA HOLLANDEZA NO BRASIL

CAPITULO PRIMEIRO

DO APPARECIMENTO DOS HOLLANDEZES NA COSTA ORIENTAL DA AMERICA DO SUL, ATÉ 1629.

Origem da navegação para as Indias e seu desenvolvimento no virar do seculo 17	65
--	----

ÍNDICE

Willem Usselinx e a sorte de seus planos em relação ás Indias Occidentaes	72
A Companhia das Indias Occidentaes, sua organização e intutos	78
Motivo do ataque ao Brasil	85
A terra sob o domínio Espanho-Portuguez	86
Tomada da Bahia pelos Hollandezes (1624)	88
Reconquista da cidade pelos Espanhoes e Portuguezes (1625)	90
Piet Hein e a frota de pirata	93
Preparativos da W. I. C. (Companhia das Indias Ocidentaes) para novos golpes	95

CAPÍTULO SEGUNDO

ESTABELECIMENTO DA DOMINAÇÃO HOLLANDEZA NO NORTE DO BRASIL, 1630-1636.

Pernambuco	96
A expedição de Loneq	98
Ataques dos Hollandezes a Olinda e ao Recife	100
Albuquerque e o Arraial do Bom Jesus	103
Fortificação do Arrecife	104
Ocupação da ilha Antonio Vaz	104
Inícios da administração Hollandeza na região conquistada	105
Resistência dos Portuguezes	106
Situação apertada dos dous contendores	107
Acção auxiliadóra de Pater e de Thijsen	110
Apparecimento da esquadra de Oquendo	110
A batalha naval de 12 de Setembro de 1631	111
Evacuação de Olinda	114
Malogro das expedições a Itamaracá, Parahyba, Rio Grande no Norte e Cabo de Santo Agostinho ..	116
O mülato Calabar	119
Ataque de surpresa a Iguarassú	119
Chegada dos Directores Ceulen e Gijsselingh ao Recife	121
Assalto frustrado no Arraial	122
Conquista da ilha de Itamaracá	122
Exitos no Rio Grande e no Cabo de Santo Agostinho	124
Situação penosa no Recife	125
Fernando Noronha	127
Ganho da Parahyba	128

ÍNDICE

Queda do Arraial	129
A W. I. C. de posse de 4 Capitanias	131
Remessa de soccorros da Espanha e victoria de Artichofsky em Matta Redonda	132
Renascimento da campanha de guerrilhas	134
Perspectiva sombria para a Colonia	136

CAPÍTULO TERCEIRO

O NORTE DO BRASIL SOB O GOVERNO DO CONDE JOÃO MAURICIO DE NASSAU-SIEGEN, 1637-1644.

A W. I. C. e as suas condições financeiras no anno 1636	138
Envio do conde João Mauricio para o Brasil	141
A sua missão	142
Primeira impressão de Pernambuco	144
Expedição de João Mauricio a Porto Calvo	145
Avanço dos Hollandezes até o Rio São Francisco ...	147
Planos de colonização do Conde	148
Vista de olhos sobre a sua actividade reformadora in- tima	149
Situação precária do exercito e do funcionalismo ...	150
Publicação do edito de tolerância para os Catholicos e Judeus	151
Confisco dos engenhos inactivos	153
Convite aos antigos moradores para regressarem aos lares	154
Escassez de negros e a expedição a Elmina	164
Devastação systematica de Sergipe	166
João Mauricio e os Indígenas do Ceará	166
Resultados do primeiro anno de trabalho	168
Expedição de João Mauricio à Bahia	168
O malogro da empreza e as suas causas	162
Chegada de Artichofsky no Recife	164
A sua missão velada	165
Brusca actuação de Artichofsky	167
Rompimento entre elle e o Statthalter	168
Orden de regresso de Artichofsky a Hollanda	170
Perigo de um novo ataque espanhol	172
A grande batalha naval de 1640	176
Exultação dos Hollandezes pela victoria	177
Devastação do paiz por bandos predatórios	177

ÍNDICE

A retirada de Luiz Barbalho	178
Represalias do Statthalter, Augmento da tensão entre o Príncipe e a W. I. C.	179
Elevação ao trono dos Bragaguás e proposta Portugueza de armistício	180
Conquista de Angola, S. Thomé, Anno Bom e Maranhão antes de ser firmado o pacto Luso-Hollandez	184
Vivo protesto de Portugal	192
Floreseimento da Nova Holanda	193
Cuidado particular de João Mauricio pela Colonia ...	196
Abertura dos portos Brasileiros e rompimento do monopólio da Companhia	200
Cringão das Canuras de escabifios	201
O parlamento de 1640	202
Os palacios do Corde: Friburgo e Bôa Vista	206
Formação da cidade Mauriciana (Mauricéia)	207
Artistas e scientistas da corte de João Mauricio	207
A procura das minas de ouro e prata	209
Descontentamento da Companhia pelos pedidos constantes de tropas	211
Tolner enviado a Hollandia	212
Conflicto entre o Statthalter e a W. I. C.	216
Pressão da Companhia pela deslstituição do Governador	217
Testamento político do Príncipe	217
Despedida do Brasil'	219
Volta à pátria e relatório apresentado	219

CAPÍTULO QUARTO

DECADÊNCIA E RUINA DO BRASIL HOLLANDEZ — 1644-1654 —

Incapacidade do Alto Conselho	222
Medidas vexatorias contra os devedores Portuguezes	223
Intolerância religiosa para com os Cathólicos	225
Prenunciós do levante incipiente	226
Vidal e Vieira	227
Posição do Governador da Bahia em face dos conjurados	230
A Deputação Hollandeza em S. Salvador	232
Plano tragico de Vieira	232
Propagação rápida da Revolução	234
Crueldade da Campanha	235
Desharato dos Hollandezes no Monte das Tabocas ...	236

ÍNDICE

Remessa de tropas da Bahia em auxilio dos revoltosos	237
Segunda deputação enviada a Telles da Silva	237
Novas perdas dos Hollandezez	238
Aprisionamento de Haus e Blaer em Casa Forte	238
Traição de Hoogstraet	239
Victoria de Lichhardt em Tamandaré	240
Queda de Porto Calvo e do Forte Mauricio no Rio S. Francisco	241
Cercos do Recife pelo lado de terra	241
Evacuação de Cidade Mauricin, arrazamento de Friburgho e Boa Vista	241
Resistencia das Capitanias do Norte com o auxilio dos Indigenas Tapuyos	242
Parahyba e o continente de Itamaracá em poder dos revoltosos	243
Situação afflitta de Recife no anno 1645	244
Chegada da esquadra de socorro	246
Instalação do novo Conselho e julgamento dos Conselheiros resignatarios, na Hollanda	248
Jogo diplomatico do embaixador Portuguez	250
Amparo à W. I. C. prestado pelos Estados Geraes ..	252
Malogro do plano de fusão com a O. I. C. (Companhia das Indias Orientaes)	252
Proclamação de amnistia pelo novo Conselho	254
Expedição desastrosa ao Rio S. Francisco	255
Empreza de Schkopp contra a Bahia	257
Descontentamento crescente na Hollanda a respeito de Souza Coutinho e a W. I. C.	258
O Pamphleto "Brasilsehe Gelt-Sack"	259
A frota de socorro, de With	261
Desecção dos Indigenas Tapuyos	263
Pesada derrota de Schkopp nos Guararapes	269
Reconquista de Angola e S Thomé, por Portugal	266
Malogro das negociações com Lisboa	267
Segunda batalha dos Guararapes (1649)	269
Inactividade da frota Hollandeza do Brasil	270
Volta de De With para a Hollanda e sua prisão	271
A Companhia Geral do Commercio	273
Rompimento da guerra marítima Anglo-Neerlandesa (1652)	276
Recife cercado por terra e mar	277
Capitulação da cidade	279
Jubilo em Portugal	281
Exasperação na Hollanda	282

ÍNDICE

Instauração do processo judicial contra Schoonenborch, Haesx e Schkopp	282
Declaração de guerra a Portugal	285
A paz de Haya (1661)	286

LIVRO SEGUNDO

CONDIÇÕES INTERNAS DO NORTE DO BRASIL AO TEMPO DA DOMINAÇÃO HOLLANDEZA

CAPÍTULO PRIMEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL E AS FINANÇAS DA NOVA HOLLANDA.

Golpe de vista sobre a administração da região con- quistada, até 1633	292
Missão dos Directores Ceulen e Gijsselingh	294
Tensão entre a administração civil e a militar	295
Instruções de 23 de Agosto de 1636	298
Tarefas do Governador	298
Deveres do Alto Conselho	299
A nova esphera de ação do Conselho Político	299
O Procurador Publico	302
As Camaras de escabinos	305
Esculteto e escabinos da cidade Mauricia	305
Estipendio do alto, medio e pequeno funcionalismo ..	308
Pensões adicionaes	309
Reforma na administração financeira do Brasil	310
Descalabro económico do Conselho Político até 1636 ..	312
Orçamento do "Directorio" para o anno 1638	314
Os "Tesoriers"	317
Systema tributario de João Mauricio e os arrendamen- tos de collecta	317
A escassez monetaria de 1639	324
Os seus efeitos no territorio colonial	325
Formação do Conselho de Finanças (1642)	328
A crise de 1643	329
Situação afflictiva das autoridades financeiras	330

ÍNDICE

O Conselheiro Pieter van der Hagen	332
Aperto dos plantadores de canna endividados	334
Crescente falta de dinheiro ao arrebentar a lucta liberdadora	336
O caixão de ouro remetido da Guiné	336
Despezas mensaes do Governo Recifense, 1647 e 1648	340
Condições financeiras até a ruina da Nova-Hollandia ..	341

CAPÍTULO SEGUNDO

A EGREJA NO BRASIL HOLLANDEZ

Envio dos primeiros Pastores Protestantes para o Recife	344
Expulsão dos Jesuitas e Franciscanos	346
Instituição do Conselho Ecclesiastico	347
O Pastor Daniel Schagen	349
João Mauricio e a exigencia de medidas coercitivas contra os Catholicos	350
Q "Papismo" na Nova Hollandia	351
Attitude do Conselho Ecclesiastico para com o Judaismo e a escravidão dos negros	353
A Missão no Norte do Brasil	357
Nova manifestação hostil do Conselho Ecclesiastico contra o Catholicismo	359
Enxotamento dos Frades	362
A Egreja Reformada no inicio das sublevações	363
Augmento dos Judeus, attitude hostil do Conselho Ecclesiastico e do commercio Christão	365
A petição de 1641	366
Punição dos Judeus blasphemadores	369
O Statthalter e os Judeus	370
Situação precaria do Judaísmo durante a Rebellião e o assedio do Recife	372
Exodo dos Israelitas após a queda da metropole ..	376

CAPÍTULO TERCEIRO

A POPULAÇÃO BRANCA E A DE COR NA COLONIA

Começo da immigração de cidadãos-livres Hollandezes, no anno 1635	379
---	-----

ÍNDICE

Forte augmento da immigração depois da investidura de João Mauricio no cargo de Statthalter	379
Afastamento do elemento rural e dos Capitalistas	380
Estabelecimento de officiaes e soldados que haviam dado baixa do serviço militar	383
Os mercaderes livres e operarios nas cidades da Nova- Hollanda	383
A vida no Recife	386
Más condições de alojamento para os funcionários e empregados	386
Preços das casas	387
Construcção e aformoseamento da cidade	389
Campanha do funcionalismo em prol da gratuitade de moradia	390
O Hospital Recifense	391
A syphilis e o meretricio	394
Dissolução de costumes no Brasil Hollandez	395
Dispensão dos Hollandezes para com os Portuguezes moradores no paiz	398
Pareceres sobre os Portuguezes como homens	399
Hollandezes e Indígenas	400
Relatório de Herckman sobre os Tapuyas-Tarairyou	401
João Mauricio e Jandubi	405
Defecção dos Tarairyouw	406
Os Indígenas aldeados	406
Poupança dos Indígenas Pelle-vermelha	407
Proibição de escravizar Indígenas	408
Tratamento dos negros escravos no território colonial	409

LIVRO TERCEIRO

A VIDA ECONOMICA DA NOVA HOLLANDA

CAPÍTULO PRIMEIRO

OS PRODUTOS DA TERRA, SUA OBTENÇÃO E PREPARO.

A canna de açúcar	415
A sua cultura no tempo pre-hollandez	417

ÍNDICE

Rapido declínio do cultivo nos annos 1630-1636	418
Destruição dos cannavias pelos bandos depredatórios Portuguezes	419
Melhoria das circunstâncias com o apparecimento de João Mauricio	422
Hasta pública das plantações de 1637 e 1638	422
Restauração do trabalho	424
Descrição dos engenhos de açucar	425
O plantador e os seus "lavradores"	427
A fabricação do açucar segundo descreve Barlaeus ..	429
Os trez productos: açucar branco, mascavado e retame ..	431
Cuidados dos plantadores e protecção das plantações ..	433
Transporte do açucar para os portos de embarque ...	434
Repeso das caixas na balança publica	435
Preços do açucar no mercado do Recife	436
A industria confeiteira da Nova Hollanda	438
O tabaco	438
A sua insignificância commercial no mercado Brasi- leiro	438
Madeiras de tinturaria	439
Crescimento e natureza do pau-brasil	439
Abatimento das arvores tintureiras por arrendamento	440
O anil	442
Fracas tentativas de sua cultura em Fernando de No- ronha	442
Pecuária e seus productos	442
Rio Grande como centro da criação de gado	442
Exportação de peles	444
A mandioca	444
A plante, sua cultura e preparo da farinha segundo a descrição de Nieuhof	445

CAPÍTULO SEGUNDO

A LUCHA ENTRE A W. I. C. E OS NEGOCIANTES LIVRES PELO MERCADO DO BRASIL.

Abolição do monopólio da Companhia em 1684	448
Forte affluxo de mercadores livres no Norte do Brasil	450
Os seus esforços para se apoderarem do commercio total	450
Middelburgh reclama o restabelecimento do monopólio	452
Amsterdã em favor do commercio livre	452

ÍNDICE

Acalorada disputa entre as duas Camaras	452
Mosa e Groninga ao lado da Zelandia	454
Parte dos interesses internos na luta	457
Notícias sobre os preços exigidos pelos commerciantes livres no Recife	458
Protestos dos "particulieren"	459
Renovados esforços de Middelburgo	460
Perturbações provocadas na Nova-Hollanda pelo rom- pimento commercial	462
O memorial de João Mauricio, de 1638	462
Regulamentação das relações commerciales do Brasil- Holland, pela Resolução dos Estados Gerais de 29 de Abril de 1638	464
Emaneipação do commercio, salvo quanto aos escravos, material bellico e madeiras de tinturaria	464
Difficultades de acostumar os commerciantes livres ao novo regime	467
O contrabando e o suborno na Colonia	467
Queixas sobre o acondicionamento das mercadorias ..	471
Sonegação dos tributos	472
Incremento da vida económica da Nova Hellanda a par- tir de 1638	474

CAPÍTULO TERCEIRO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Commercio de trocas com os Portuguezes e aborigenes no periodo inicial	476
Os principaes artigos de importação: viveres, fazendas, armas e material de construcção	478
Escassez de noticias sobre a extensão da importação ..	480
Preços dos generos importados, manufacturas, apres- tos das tropas, bem como das especiarias das In- dias Orientaes	482
Importação de negros escravos da Costa Occidental da Africa	485
Estatística dos preços tolnes obtidos nos leilões do es- cravo* do Recife	487
Riscos do commercio negreiro	488
Propostas de exercitá-lo segundo o modo Portuguez ..	489
Posição do negocio com o advento da insurreição Per- nambucana	490

ÍNDICE

Os principaes artigos de exportação: sua distribuição pelas 5 Camaras da W. I. C.	492
 AS TABELLAS DE EXPORTAÇÃO:	
(A) Açucar	494
(B) Doces	507
(C) Tabaco	510
(D) Pau-Brasil	514
(E) Outras madeiras tinterinas ou de utilidade	517
(F) Couros	519
Impossibilidade de calcular o valor total	520

CAPÍTULO QUARTO

A NAVEGAÇÃO HOLLANDEZA NO BRASIL

Estatística naval	522
Veleiros rápidos (Fleuten) e sumacas	526
Tonelagem das embarcações Brasileiras	527
Almirantado	528
Perdas de navios causadas pelos piratas	528
Demoras forçadas nas viagens	530
Duração das viagens	531
Damnos e concertos dos navios	532
O "Hercules" de Lübeck	533
Afretamento de navios e cartas-partidas	538
Navios dos negociantes livres	540
Equipamento dos barcos Brasileiros	542
Soldada dos seus marinheiros	543
Disciplina de bordo	543
Motins	544
Passageiros e custo das passagens	546
Conclusão	546
 Registro de nomes pessoas	549
Pequena Carta em appenso	559